

Susana Bettencourt e Ávila dos Santos Simões

DA NATUREZA DA EXCLAMAÇÃO
ENQUANTO CONCEITO TEÓRICO :
ABRANGÊNCIAS E CONVÍNIOS NOCIONAIS

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Coimbra, 2011

Tese de Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas,
especialização em Linguística Geral,
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
sob a orientação do Professor Doutor Jorge Morais Barbosa
e da Professora Doutora Joana Vieira Santos.

A Meus Pais

À Mafalda

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Jorge Morais Barbosa, pela magnanimidade com que concedeu a ciência e a amizade; pela generosidade da confiança e do incentivo.

À Professora Doutora Joana Vieira Santos, pela prontidão e inteireza da orientação exigente.

Aos meus pais agradeço; nem preciso de explicar.

Aos amigos, claro, pela fidelidade da companhia. E à Doutora Lola Xavier, neste mesmo parágrafo onde cabem os amigos. Mas à frente.

Não ser convencional num texto que já o é *per se* não é tarefa a que se possa aspirar. E respeito, com uma vénia, a convenção que me permite os agradecimentos que devia. Mas a nota que reclama a sinceridade das minhas palavras há-de ficar registada.

Resumo

Iniciámos o nosso trabalho com um objectivo claramente delineado: pretendíamos descobrir onde é que a "exclamação", enquanto conceito linguístico, tem o seu início e onde tem o seu fim. O mesmo será dizer que a nossa tarefa correspondia a descobrir quais e quantos são os conceitos linguísticos que rodeiam o nosso objecto de estudo, conformando-lhe dessa forma fronteiras nocionais.

Percorrendo diferentes áreas que recorrem ao termo "exclamação" como instrumento de análise, experimentámos a dificuldade daquilo a que nos tínhamos proposto. Os capítulos de conhecimento linguístico que examinámos – que foram correspondendo a etapas do nosso trabalho, capítulos do nosso discurso – não revelaram as coordenadas que procurávamos. Nem a sintaxe, nem a pragmática, nem o código escrito ou a prosódia mostraram ser endereços teóricos onde a "exclamação" seguramente fosse encontrada, com uma natureza conceptiva de objecto linguístico cabalmente formado ou formalizável. "Frase", "acto ilocutório", "sinal de pontuação", "prosódia", "interjeição", foram noções escrutinadas como possíveis vizinhos nocionais da "exclamação", que lhe fornecessem a ambiência teórica em que se individuasse. Porém, o que verificámos, nestes movimentos de distanciamento ou aproximação, é haver distâncias indetermináveis. Afinal, a "exclamação" pode não ser um objecto que se submeta a este tipo de abordagem: parece não existir um ponto inicial ou um ponto final, no que concerne a "exclamação"; nunca é absolutamente obrigatória ou absolutamente inviável; de forma volúvel, ora comparece ora se subtrai ao convívio com os outros fenómenos linguísticos; não é fixável.

Concluimos que a "exclamação" subsiste numa zona periférica do sistema linguístico, ou talvez de forma mais significativa, concluimos que pode muito bem ser que a "exclamação" não atinja frequentemente a dignidade de um conceito estritamente linguístico.

Abstract

We started our work with a clear goal in mind: we wanted to find out where "exclamation", as a linguistic concept, starts and where it stops. This meant that we had to research all linguistic concepts which may be involved, in order to identify its conceptual frontiers.

Covering several areas that use the term "exclamation" as part of their analysis, we experienced the difficulty of achieving what we aimed for. The chapters of linguistic knowledge we examined – that became successively chapters of our work and indeed chapters of our textbook – didn't offered us the coordinates we were looking for. Neither syntax nor pragmatics, neither written word nor intonation, seemed to be the right place where "exclamation", as a complete and reliable linguistic theoretical concept, was to be found for sure. "Sentence", "speech act", "text mark", "prosodic meaning", "interjection" were tested for the most likely conceptual neighbour of "exclamation". How close was "exclamation" to them, or how far it was from them, was something that we realised could not be answered. "Exclamation", after all, is not an object that suits this kind of approach: there is no beginning or ending point so far as "exclamation" is concerned; it is never absolutely compulsory or impossible; it comes in and out of contact with other linguistic phenomena in a rather easy fashion; we can't capture it.

We fill confident enough saying that "exclamation" lies in a peripheral zone of the linguistic system, and more importantly, it may well be that "exclamation" often doesn't achieve, at all, the dignity of a fully linguistic concept.

«no la sustancia, sino sólo sus relaciones externas e
internas tienen existencia científica»

(EMÍLIO ALARCOS LLORACH,
Gramática estructural, 1971)

Capítulo |

INTRODUÇÃO

Il faut ne pas sacrifier la science et montrer que les scientifiques échouent, recommencent, disent parfois des bêtises, en font, et que ce processus itératif est nécessaire pour aboutir à une construction cohérente, collective et humaine.

(ROLAND LEHOUCQ, astrophysicien, 2005)

Quem se convence de que as coisas devem ser de um certo modo vê-las-á sempre desse modo.

(ANDRÉ MARTINET, *Função e dinâmica das línguas*, 1995)

Iniciar as primeiras palavras de uma dissertação imediatamente com uma ressalva poderá parecer prudência extrema. Não será tanto assim: também o alpinista taceia antes de firmar o pé. Da mesma forma, o investigador terá as suas cautelas. Assim, será razoável esclarecer que o presente capítulo introdutório, estas primeiras linhas registadas num volume de vários capítulos, não

constituem uma introdução fiel a esse conjunto final, ainda inexistente. Constituem sim, o preâmbulo do próprio labor investigatório, por realizar.

Dotado deste cariz, poderá este espaço oferecer uma oportunidade de apresentação daquilo que move o investigador. Quais os objectivos que se propõe cumprir, poderá assim explanar, na mais simples ignorância sobre o grau de possibilidade de execução de que se reveste o seu intento.

Não sem uma segunda ressalva. Este volume tem um título: também aqui foi respeitada uma cronologia que impôs que a primeira palavra registada tenha sido a primeira a ser pensada e a primeira a ser escrita; e a primeira, antes ainda deste inicial capítulo, foi o título. Decorre daqui que o arquiobjectivo desta dissertação se autoanunciou desde o primeiro momento. E é esse anúncio que nos merece a presente nota. A expressão "da natureza de" poderia eventualmente pressagiar uma ambição extrema, relacionada com a descoberta de uma essência final. Como não somos indiferentes às conotações que enriquecem qualquer vocábulo, convém notar que, naturalmente, não será disso que aqui se trata. Trata-se, sim, de inquirir sobre mais um dos conceitos teóricos recorrentemente nomeado em diferentes campos de estudos da linguagem e da linguística. Só nesse sentido lhe pretendemos determinar a natureza – *uma* natureza – na medida em que a própria essência do labor investigatório assume o dogma (eventualmente o único que se permitirá) de que a pesquisa em ciência é um trabalho sempre em curso; no melhor dos casos, sempre em evolução.

*

E, afinal, o que nos trouxe até aqui? Esclarecidos os pontos anteriores, pouco ainda se adiantou. Falou-se num "conceito teórico". De facto, é no campo de uma linguística geral, no campo de uma certa linguística teórica de filiação martinetiana, que o nosso trabalho se vai inscrever, que a nossa análise se propõe operar. Quando chamámos a atenção para a existência de um título a encabeçar estas nossas palavras, denunciámo-nos: o conceito em causa é "a exclamação". Assim apresentado, na simplicidade frugal de um sintagma que é apenas nome e determinante, parece coisa pouca. Enganador, diríamos. Trata-se, antes, de uma

noção abrangente. E, nessa abrangência, pouco delimitada. Respondendo à pergunta formalizada no início deste mesmo parágrafo: foi o que nos trouxe aqui.

Em ciência, para que nos entendamos, seja ela ou não "ciência das culturas" (eventualmente todas o serão), ao invocar um conceito, deverá existir uma zona de significação suficientemente estabilizada, lata e comum, que possa permitir a operacionalidade do tal conceito invocado. Ora, chegados ao caso específico da linguística, que agora nos ocupa, a tarefa aparentemente óbvia de delimitar conceitos vê-se perturbada, com uma relativamente constante frequência, pela concorrência de escolas, teorias e opiniões – numa escala gradativa de proliferação (opiniões temos todos) – que, tornando exuberantemente rico este universo de estudos, pode eventualmente turvar alguns diálogos entre distintas áreas dos estudos linguísticos, entre distintos conceitos teóricos, ou ainda, turvar a visão de um mesmo conceito teórico, quando este se vê nomeado, implantado, requisitado por campos de estudo que não possuem sempre pontos de vista conciliáveis. E aí, o que resta da integridade da noção reclamada? Até que ponto é ela a mesma? Até que ponto se transformou, ou resistiu à passagem? Até que ponto já não é ela igual a si própria, fora do contexto em que anteriormente sobrevivera? Por outras palavras: quando em sintaxe se fala de "exclamação", ter-se-á em mente a "exclamação" de que se fala em pragmática? Possivelmente, não. Melhor: naturalmente, não. E então, o conceito? Que margens foram devassadas?; o que permaneceu?

Deverá, no entanto, ficar claro que não se poderá jamais utilizar este argumento da riqueza exuberante dos estudos em linguística contra a própria linguística. Não foi o que se pretendeu fazer. Não o foi, de forma evidente. Seria negar a própria essência do seu objecto de estudo, desvirtuar – no seu sentido primeiro de "tirar virtude" – uma ciência que se alimenta exactamente dessa fonte inesgotável de material de estudo que pode ser uma língua. É dessa riqueza copiosa que a linguística se alimenta. É ela que a anima.

Ou dito de forma diferente: é natural que um objecto de estudo tão vário como a própria humanidade propicie a proliferação de estudos. Reside aí a culpa. Muitos são os pontos de vista que por ele são atraídos. A questão será sempre uma guerra de fronteiras, uma questão de delimitações, de «fronteiras e convívios

nocionais», retomando o título deste volume. Mas deve ser também respeitado um outro lado da moeda que, perante tão flagrante multiplicação de áreas de estudo – muitos se pretendem sedeados dentro da própria linguística – deva aumentar, de forma directamente proporcional a isto mesmo, a exigência de uma rigorosa aclaração de papéis. O astrofísico e o namorado não olham a lua da mesma maneira. Trata-se da mesma lua (?); variam os pontos de vista. Formalizar estas opções, é uma questão de nitidez.

E neste discurso, por onde se foi perdendo o já nomeado conceito? Não foi nunca esquecido. Percorre-se o caminho que vai desvendando o que se prometeu: "o que move o investigador?". A pergunta foi, em parte, respondida: pretende-se determinar, sopesar, delimitar um conceito.

Ora, tendo em conta que o conceito em causa é "a exclamação", a questão que, de forma natural, se poderá levantar é se não se encontrará esse trabalho já concluído. Para mais, não se trata de um conceito recente; não se trata de um conceito que só esporadicamente se nomeie; não se trata de um conceito obtuso. É, pelo contrário, um conceito que já de longe vem surgindo; que é frequente em estudos da língua; um conceito que, sem dificuldade aparente, se explicita com alguma naturalidade, surge com alguma clareza: sabemos todos o que é "exclamação"! A opinião da autora destas linhas deixa-se adivinhar, desde a proposta primeira de se debruçar sobre esta causa: para ela talvez não seja assim. À parte a questão já aflorada de que, em ciência, o labor é de tipo iterativo e de que, assim sendo, nada estará *a priori* concluído, outras problemáticas se avolumam. O que poderá estar em causa será se a própria longevidade do conceito, essa sua frequência, essa sua simplicidade, já denunciadas – aparentes ou não – têm afectado, têm desgastado, nomeadamente numa espécie de erosão pelo uso, as suas margens definitórias ou, de alguma forma, a sua integridade formal.

Na realidade o conceito "exclamação" define-se e subsiste em diferentes áreas dos estudos linguísticos. Mas tratar-se-á sempre de um mesmo conceito em todos os planos conceptuais em que surge nomeado? Mantém ele a sua validade original, ao transitar de uma área de análise para outra? Como se gere essa dispersão, pelas diferentes áreas de pensamento em que figura? Existe a

possibilidade de manutenção de um conceito uno de "exclamação"? Ou estaremos perante objectos teóricos diferentes, determinados por diferentes pontos de vista? Responder a estas questões será o desiderato que perseguiremos. O que enforma este conceito? O que o estabiliza? O que o valida? Ficou enunciado o propósito.

Mas o investigador é, por natureza, um ser inquieto. Não iria certamente eleger como objecto do seu estudo, como uma meta a alcançar, uma temática que não se apresentasse difícil de conquistar ou que fosse em tudo clara e, em tudo, fácil e dada. Sabendo isto, o leitor atento formulará as suas próprias interrogações. Conceitos em busca de fronteiras marcadas, definidoras de uma identidade, multiplicam-se em páginas de linguística. Porquê este conceito, porquê "a exclamação"? O que alertou os sentidos do estudioso; o que acordou, para este caso, a sua inquietude? Que apreensão o cativou?

Responder a este grupo de questões seria já desenhar uma abordagem à problemática que nos aguarda. Seria, desbridando as primeiras dificuldades, percorrer um caminho que natural e precipitadamente nos conduziria, desde logo, ao âmago de um problema que, por agora, meramente apresentamos. A opção não será, no entanto, essa. Preserva-se entretanto o enredo, a favor das premissas que apontam como bom método de trabalho que caibam num capítulo introdutório, não só a explanação dos objectivos a cumprir, mas também a metodologia eleita para a sua persecução.

✱

Tendo em conta que o nosso objecto de estudo é declaradamente um conceito teórico – uma declaração registada desde a escolha do título do presente volume, a metodologia a utilizar só poderá ser ir ao seu encontro, buscando nos compêndios e tratados os endereços onde ele se aloja. Ora, em linguística, a excelência de compêndios e tratados vê-se, em última análise, retratada na gramática, onde ficam inscritos os resultados mais fidedignos do seu labor: «Em cada época ela [a gramática] é o lugar de aplicação técnica do conjunto dos conhecimentos sobre a análise da língua. No mesmo sentido em que as conquistas teóricas das ciências exactas, ditas ciências puras ou ciências duras, deram lugar ao

desenvolvimento de uma tecnologia cujos produtos fazem parte do nosso quotidiano, a reflexão teórica sobre as línguas encontrou a sua manifestação técnica na elaboração das gramáticas.» (CLAIRIS, 1999: 36). O nosso método proclama, portanto, a gramática como morada principal de um conceito que, estando sedado no campo de estudo da linguagem e da linguística, aí terá de encontrar o seu *habitat* natural.

Mas claro que denominar assim, "gramática", de forma tão global e generalizante, um instrumento que, na sua uniformidade de propósitos – a descrição de uma língua; a «exposição metódica dos factos da linguagem» (FIGUEIREDO, 1961 [1915]: 1) – se apresenta, afinal, tão díspar e tão dissemelhante, pode, em si, constituir um erro de método. Clarifiquemos, portanto, o nosso entendimento desta noção, "gramática"; ou talvez até não o nosso, mas aquele, ou aqueles, que encontraremos, quando, no âmbito da nossa investigação, nos depararmos com instrumentos vários que, sob o designação de "gramática", serão afinal produtos distintos entre si.

É que não é de todo líquido aquilo que deva ser uma "gramática" da língua. Os diferentes entendimentos, prescritivista, descritivista, ou explicativo, por exemplo, mantêm uma quase contenda que tem marcado o evoluir dos estudos das línguas. E, evidente, não só de época para época os posicionamentos têm divergido, mas também em sincronia histórica, a existência de diferentes teorias ou escolas tem determinado que, partindo de pressupostos teóricos diversos, também naturalmente os resultados se apresentem distintos. Assim, não nos deverá surpreender o facto de ser possível afirmar que «entre dezenas de Gramáticas portuguesas, não há talvez duas, que sejam plenamente acordes em processos e doutrinas.» (FIGUEIREDO, 1961 [1915]: VIII). E, claro, «comme tout produit culturel, la grammaire ne saurait se présenter sous la forme d'un modèle unique: elle fait l'objet d'approches, de conceptions, de points de vue nécessairement variés, qui se manifestent et se regroupent sous la forme de tendances, d'écoles, voire de théories. » (ARRIVÉ, 1986: 299). Gramáticas congeminadas sobre premissas diferentes terão compleições distintas.

E ainda hoje, talvez sobretudo hoje, a concepção de gramática diverge. Proliferam as escolas, os estudos, as vozes; e, sobretudo, consagrou-se o *modus operandi* que determina que, cautelosamente, se explanem os pressupostos teóricos que enformam a obra produzida – uma necessidade de deslindar equívocos que prova, *a priori*, que estão em uso, num mesmo momento temporal, diferentes concepções de gramática¹.

As tendências são múltiplas, mas reagrupáveis. O conceito normativo de gramática, outrora o dominante, adquire, até pelo seu carácter largamente utilitário, um vigor que dificilmente se deixa suplantado: «uma «fileira prescritivista [...] caracteriza quase toda a gramaticografia portuguesa até aos nossos dias» (BARBOSA, 2002: 148); as tentativas de estabelecer uma gramática universal, talvez mais filosófica do que linguística, também vivem de exercícios de gramática comparada; as gramáticas descritivas, «que não se subordinam a critérios de normatividade pedagógica mas têm como objectivo principal o de descrever o modo como as línguas funcionam» (MATEUS, 1992: 8), tornam-se um imperativo epistemológico, em linguística, a partir do início do séc. XX; e, trazendo novas dissensões, assumem já um teor diferenciado das mais recentes "gramáticas do discurso", que se definem por «tomar em consideração [...] todo o conjunto de frases bem e/ou mal formadas ou ambíguas, as pausas e até, o próprio silêncio» (MATEUS, 1992: 9). O caleidoscópio gramaticográfico promete, nas suas simetrias variadas, um prolífico campo de pesquisa; necessário será avaliar a que ponto é exacta a simetria, necessário será distinguir até onde dista a variedade. E este trabalho contrastivo há-de, esperamos, nutrir o eventual resultado do nosso discurso.

¹ Podemos, com relativa legitimidade, perguntar-nos até que ponto será significativo que, tomando de uma estante, um pouco ao acaso, um conjunto de gramáticas escolares, de semelhantes ambições, quanto à sua espessura teórica e ao seu público-alvo (alunos do ensino básico e secundário), as consigamos separar em dois grupos, que poderiam atestar, precisamente, alguns pontos da reflexão que originou esta nota (AZEREDO, 1990; PINTO, 1998; FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004; OLIVEIRA, 2006). Foi no segundo grupo (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004; OLIVEIRA, 2006) – aqui considerado "segundo" pelos ditames da cronologia – que não se dispensou a presença de uma a duas páginas que, sob o título «Introdução», clarificam entendimentos sobre o que é uma gramática, ou sobre formas de a abordar.

Todavia, perante este panorama, em termos metodológicos – foi em favor destes que imbricámos os últimos pensamentos – como agir? Perante as diferentes leituras e análises, atender-se-á tanto àquelas que melhor sirvam a nossa tese, como às que poderiam infirmá-la. Não se trata, no entanto, de uma metodologia inocente, antes interessada. O propósito final será expor as fragilidades e rebater as alegações das teorias que não temos por válidas. De um dado conjunto de gramáticas, tomar-se-ão aquelas que melhor favoreçam o argumento que estiver a ser esgrimido, assim como aquelas onde se poderá ter encontrado a página ou a frase que traíam a lisura de um pensamento, se desse procedimento resultar benefício para o debate. Talvez não se aja nunca de outra forma: quem argumenta, calcula.

A partir deste primeiro exercício, executado em proveito da discussão, apenas se retomará a gramática que trouxer novidade em relação à problemática a abordar. A exaustividade de tipo repetitivo não é uma meta a atingir.

Outra importante vantagem metodológica desta forma de proceder é o facto de que, na variedade de temas que circulam num compêndio deste cariz, vai ser possível localizar a temática que nos prende, colocada a par de outras. E partindo deste elementar (?) exame, poderá desde logo proceder-se à avaliação de pesos relativos que a comparação permite. Observar o grau de pujança com que o conceito "exclamação" se exhibe face a outros, se aproxima ou se demarca de noções contíguas, presenciar a sua fixação ou a sua ausência num determinado capítulo gramatical, fornecerá pistas válidas de orientação e de reflexão sobre o seu valor, num ambiente que o enquadra e o torna significativo (Cf. *supra*: «pretende-se determinar, sopesar, delimitar um conceito»): «[...] in omni genere rerum unum esse oportet quo generis illius omnia comparetur et ponderentur [...] unumquodque mensurabile sit, secundum quod ingenere est» (DANTE ALIGHIERI, 1303-1305?: 96)².

² Matilde Roviera Soler e Manuel Gil Esteve (ROVIERA SOLER e GIL ESTEVE, 1982: 97) dão a estes fragmentos a seguinte tradução: «[...] en todo tipo de cosas conviene que haya una con la que puedan compararse todas las fuerzas de aquel género, e incluso calibrarse [...] cualquier cosa puede ser medible, según lo que exista en su género».

A primazia aqui outorgada à gramática, opção já anteriormente justificada, não deve, porém, deixar supor que seja ela um instrumento exclusivo. Nem poderia ser. A montante de cada gramática encontraremos, certamente, os pressupostos subjacentes à sua construção, já que ela é fruto de uma reflexão prévia que lhe molda o cariz, e de cujo conhecimento está dependente parte da sua compreensão. Pensamos, por exemplo, em obras que de forma mais extensa observam a linguística. Mas também a jusante dessa mesma gramática encontraremos outros estudos, outras teorias, que se especializaram num determinado conteúdo, outras teses defendidas. E uns e outros merecerão estatuto de instrumento de trabalho, quando o primeiro trabalho é ir em busca de um conceito teórico.

Claro que o ponto de vista do observador, por definição, não é nunca neutro; ele parte sempre de um dado "ponto": "*ponto* de vista". Poderemos minimizar a sua influência exógena se, pelo menos, o explicitarmos. Aqui, claramente, o nosso posicionamento teórico quer-se subsidiário do pensamento de estudiosos como André Martinet, tendo como aspiração primeira o sermos capazes de o interpretar e, como aspiração última, o sermos capazes de o seguir.

*

Neste momento em que se encontram já elencados os objectivos que perseguiremos, e em que os locais de exame foram já determinados, resta, nestas preliminares notas, ir descortinando, com breve generosidade, aquilo que poderão ser temáticas a deslindar – que são, por ora, só questões a resolver. Desvelemos, pois, um primeiro roteiro que se sugere percorrer, à laia de exemplário de incertezas.

Sem mais delongas, atente-se nesta primeira questão: é «Partem cedo!» uma "frase de tipo exclamativo"?, como se pretenderá comumente, de acordo com os critérios tipológicos normalmente asseridos, e sendo, de facto, este um exemplo, em concreto, fornecido (MOURA, 2006: 220)? Surpreendentemente, ou não – naquela que será já uma segunda confissão, nestas ainda tão módicas páginas –

assumimos aqui uma inclinação prévia para uma resposta negativa³. E bastam estas anteriores linhas para expor, sem rodeios, uma das perplexidades fundamental (essencial) deste discurso que será o nosso. Cronologicamente, até, poderíamos identificar aqui uma fonte de reflexão que foi primeira; e, nesse sentido também – reitera-se – fundamental, (fundadora). Em termos cartográficos, fosse esta introdução um mapa do discurso a construir, situaríamos o espaço deste questionamento, em congruência com os factos descritos, imediatamente no primeiro capítulo que segue este preâmbulo (Cf. «Capítulo II – Exclamação e "Syntaxe"»).

*

Muito perto desta anterior dúvida, situaremos outra. Perto, na medida em que, de forma ligeira, também ela se apressou a surgir, desde as iniciais considerações que fomos colecionando em torno desta problemática. Perto no tempo e perto ainda na sua natureza: também esta segunda dúvida é essencial, já que a fomos encontrar na própria definição do conceito de "exclamação", ligada, portanto, à sua essência.

³ Mas, sendo este um capítulo introdutório, não deixemos passar em claro o que de polémico o reconhecimento deste mesmo facto possa conter, e não se adie o esclarecimento de uma questão que é, tão só, uma questão preliminar – e, certamente, de novo, uma questão metodológica. O que está em causa será, eventualmente, o partir para um trabalho de pesquisa com um *a priori* já estabelecido, e que muitos diriam poder turvar a visão do investigador. Mas, na verdade, não será sempre necessário estabelecer um ponto de vista prévio que informe e oriente o olhar?

Assim apresentados, configuram-se, então, dois pólos extremos, dois caminhos que divergem: uma via dedutiva, uma via indutiva. No entanto, neste caso, como noutros, a posição mais avisada será, possivelmente, a escusa a fazer uma opção decisiva – que omitindo uma das duas vias seria até redutora, se não enganadora: «linguistics has been the hapless victim of such reductionism, oscillating between the two extremes» (GIVÓN, 1995: 18), quando, na realidade, «mature and realistic philosophers of science [...] observe [...] that neither extreme is by itself viable» (GIVÓN, 1995: 19). A adopção de um movimento dialéctico entre distintas formas de trabalhar em ciência pode até ser preconizada por alguns (GIVÓN, 1995), que entenderão que «empirical science involves a mix of many strategies, of which the three most prominent ones are: deductive reasoning, inductive reasoning abductive-analogical reasoning» (GIVÓN, 1995: 19). De qualquer forma, será forçosamente indesmentível que «em caso de divergência entre os factos e a teoria, será evidentemente esta última que deverá mudar e não o inverso» (CLAIRIS, 1999: 39).

Que esta anotação possa servir para atenuar aquilo que, sem ela, correria o risco de se assemelhar a um inicial erro, mais ou menos elementar, de perspectiva.

De facto, é facilmente verificável que, aposta às primeiras definições de "frase exclamativa", seja num compêndio gramatical mais breve, seja num compêndio gramatical mais denso, surgirá a atribuição de um condão que lhe será específico: o de configurar uma «manifestação emotiva» (MOURA, 2006: 220), o de encerrar uma « connotation affective » (GREVISSE, 1993: 613), o de «traduzir os próprios pontos de vista ou sentimentos» (BECHARA, 2000: 407); o de «espresar sentimientos y reacciones afectivas» (PAVÓN LUCERO, 2007: 175). De facto, "frase exclamativa" é, impreterivelmente, apresentada como aquela que é dotada da capacidade de «exprimir variados sentimentos» (PINTO, 1998: 73): « La phrase exclamative permet d'exprimer des sentiments divers » (DELATOUR, 2004: 194).

A partir desta constatação, verificando-se o que se relatou, duas questões primordiais se oferecem a exame. Primeiramente, será mais ou menos evidente que se venha a colocar a questão da exclusividade. Ou seja: é a "frase exclamativa", face aos outros tipos frásicos contabilizados, instrumento linguístico único da expressão da emoção? Responderão, em uníssono, múltiplas vozes, que virão explicar solicitamente que não, certamente não, é uma questão de predomínio. Mas, assim sendo, poder-se-á retorquir: é esse predomínio suficiente para validar seguramente uma cabal definição deste conceito teórico? Porque é essa, para nós, a discussão que interessa. E se esse "argumento emocional" for pouco mais do que o único, ou o único, a operar nesta definição? Bastará? Quantas "frases de tipo declarativo" pejarão o nosso caminho, carregadinhas de "emoção"?⁴

Em segundo lugar (anunciaram-se duas questões primordiais, falemos da segunda), tratar a "exclamação", definindo-lhe os contornos da forma acima exposta, será fazer uma aproximação de cariz sintáctico a esta problemática (como propagandeiam os índices gramaticais), ou será fazer uma abordagem de índole pragmática, e, portanto, subsidiária deste outro campo de estudos? Isto é: estaremos

⁴ Tendo em conta que, como já anteriormente sucedeu, o presente discurso não soube esconder uma natural inclinação para um determinado tipo de resposta à questão colocada, como a pergunta de retórica a fechar o parágrafo indicia – e podendo isso transmitir a ideia, negativamente conotada, de que se parte para debate com uma ideia prévia em mente – volta a sublinhar-se o conteúdo da última nota de rodapé, que abordou, precisamente, estes temas, que se prendem afinal com problemas de metodologia.

aqui mais próximos de um trabalho que envolva verdadeiramente "exclamação" e "frase", ou mais próximos de algo que, em termos de conteúdo, aproxime "exclamação" e "acto ilocutório".

E não querendo, por enquanto, desenhar mais do que o roteiro prometido – à laia de exemplário de incertezas, disse-se – atentemos apenas nesta breve circunstância de podermos ser chamados a distinguir entre estas duas definições: «corresponde a um sentimento (avaliação) do locutor face a um certo contexto» (OLIVEIRA, 2006: 110) e «exprimem estados psicológicos do locutor relativamente ao interlocutor e a um estado de coisas especificado» (OLIVEIRA, 2006: 150), sabendo que ambas dissertam sobre "exclamação" e sabendo que ambas se encontram numa mesma gramática. O problema a resolver é identificar outras discrepâncias que ultrapassem a constatação de que estão inseridas em dois capítulos distintos.

O leitor experiente conseguirá fazer a diferenciação atinente ao facto de serem dois os capítulos em causa; versado nestes assuntos, reconhecerá facilmente indícios nas nomenclaturas, certas formas de dizer certas coisas: por exemplo, as conotações da expressão "estado de coisas", presente num dos excertos, denunciam imediatamente uma voz advinda do campo da pragmática. Por outro lado, sabe-se que os capítulos dedicados à sintaxe precedem habitualmente os que se destinam a análises de cariz pragmático. Dotado desta bagagem, facilmente o leitor venceria um desafio proposto: qual das definições seria adscrita à pragmática e, quase por exclusão de partes, qual teria de ficar ligada à sintaxe⁵. Quanto ao mais, outras (?) demarcações distintivas poderão tornar-se mais delicadas.

Fosse esta introdução um mapa do discurso a construir, como já sugerimos, e ficaria confuso o cartógrafo. Algures entre o capítulo em que

⁵ Solução deste fácil enigma, tão evidente que lhe cabe mal a designação "enigma": «Frase exclamativa – corresponde a um sentimento (avaliação) do locutor face a um certo contexto» (OLIVEIRA, 2006: 110), capítulo: «Classe de Palavras e Morfossintaxe»; «Os actos ilocutórios expressivos exprimem estados psicológicos do locutor relativamente ao interlocutor e a um estado de coisas especificado» (OLIVEIRA, 2006: 150), capítulo «Pragmática e Linguística Textual».

abordaremos a primeira das dificuldades elencadas, em que a problematização será de natureza "sintáctica" (Cf. *supra*), e o capítulo seguinte, em que procuraremos, visto pelos olhos da pragmática, um conceito de "exclamação", terá de se localizar a análise deste segundo problema. (Cf. «Capítulo III – Exclamação e Discurso»). Se foi com congruência que situámos a primeira dificuldade num capítulo inicial, é também em congruência com o que ficou exposto que experimentamos esta indecisão teórica e já prática.

Não tencionamos camuflar, porém, que o nosso pensamento se pretende claramente devedor do ensinamento de linguistas como André Martinet, a cuja influência não sabemos nem queremos fugir, e ambicionamos mesmo ser capazes de respeitar.

✱

Retomemos entretanto o nosso roteiro, com outro exemplo de uma outra incerteza, respeitante, agora, ao código escrito. Será exequível falar de "exclamação" sem fazer alusão ao "ponto de exclamação"? Será este um exercício menor? Ou será que, bem pelo contrário, o "ponto de exclamação" poderá ser um instrumento auxiliar na definição da própria exclamação?

Não se pretende enveredar pelo jogo do "quem nasceu primeiro?". É um jogo conhecido como protótipo do raciocínio pouco profícuo. Mas a verdade é que a pergunta ocorre, assim que se consideram estas últimas reflexões. «E não será isto inverter os termos da discussão?»: é a outra pergunta que, de forma expectável, poderá assomar ao espírito de quem presencie esta exposição. Não é agora o tempo das respostas, mas, respeitando um precedente que já se abriu, e se vai tornando recorrente, à medida que flui esta digressão preambular, reconhece-se que se antevê já a possibilidade de um retumbante "não"; que obviamente, de imediato, descartaremos se os resultados da futura análise não o vierem confirmar.⁶

⁶ Pela segunda vez se remete para a explicação de ordem metodológica que figura *supra*, em nota de rodapé, e com a qual se pretende contornar possíveis críticas a este procedimento de adiantar convicções preexistentes ao estudo.

Mas, adiantando-se a convicção, que não se calem os seus motivos. E se a presença de um "ponto de exclamação" fosse uma marca fiável, rigorosa e suficiente (sublinhe-se o "suficiente") para detectar a existência de uma "exclamação"? Não seria ele um instrumento operatório de excelência na busca deste conceito e na definição e delimitação desta noção? Não foi precisamente este objectivo que já marcámos com uma cruz no nosso mapa?

Ao contrário da indecisão teórico-prática que perturbou a localização definitiva daquela a que chamámos segunda dúvida – ligada à essência definitiva das habituais descrições do que é "exclamação" – no capítulo que mais inteiramente assumirá um pendor sintáctico ou no capítulo que se dedicará a questões mais de perto relacionadas com o campo de análise devedor da pragmática, agora, sem hesitação, se aponta o endereço desta terceira incerteza: contabilizando o capítulo introdutório, a questão do "ponto de exclamação" frequentará o quarto capítulo desta exposição (Cf. «Capítulo V – Exclamação e Código escrito»).

Parece, no entanto, certo, que um capítulo deste teor se justifique apenas, numa tese de âmbito linguístico, na medida em que tente inscrever-se numa senda e numa tradição de pensamento que pretende honrar o trabalho de linguistas como Nina Catach ou Maria Filomena Gonçalves, sem perder de vista que o que se procura é uma marca formal que ateste a presença da entidade "exclamação". Neste campo, a vantagem é trabalharmos agora com uma marca física, orgânica, possivelmente discreta, e definitivamente visível: um "ponto de exclamação".

E, claro, este momento da nossa dissertação poderá sempre ser interpretado como um intervalo que versa essa componente subsidiária da língua, o "código escrito", face à língua oral, primeiro objecto de estudo do linguista.

*

Fazendo luz, conforme prometemos, sobre alguns dos caminhos que tencionamos trilhar ao longo desta dissertação, chegou a hora de asseverar que não falaremos de "exclamação", deixando de invocar a temática da "entoação". Note-se que não apresentamos agora o tema na forma de pergunta, como fizemos ainda no ponto anterior. Estamos aqui convencidos de que a aclamação desta necessidade não

afrontará os parágrafos alguma vez redigidos sobre esta matéria. Parece evidente que não poderemos prescindir da prosódia para avaliar a natureza da "exclamação", enquanto conceito teórico, e certamente veremos estas duas noções de "exclamação" e "padrão entonacional" surgir lado a lado, desenhando-se interdependentes fronteiras. Neste exemplário de problemas essa é, pelo menos, uma certeza. A averiguação aqui, como também noutros momentos, passará, certamente, pela apreciação desse grau de interdependência. Existe alguma primazia sobre a fronteira teórica que delimita tais conceitos? Que ausência implica também o vazio alheio? É a entoação que determina a existência da exclamação, ou é a exclamação que implica um padrão entonacional preciso? Qual? Qual é a curva melódica distintiva?

E, no entanto, a certeza já explicitada de que este é um ponto obrigatório de debate não encontra equivalência numa paralela confiança na obtenção de resultados estáveis: «Os diferentes problemas suscitados pelas tentativas de interpretação da curva melódica têm posto à prova a argúcia dos linguistas contemporâneos.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 167). Mas esse problema surgirá depois, quando no quinto capítulo deste trabalho investigatório tivermos de analisar o grau de univocidade atingido pelas soluções encontradas neste domínio, que, pelo menos, prestarão auxílio à discussão. Assim sendo, poderemos encontrar geograficamente próximas (capítulos contíguos) a questão do "ponto de exclamação" e a correlata (?) questão entonacional (Cf. «Capítulo VI – Exclamação e Prosódia»).

*

Tomemos outro fio condutor: a interjeição. Ao pretender circunscrever o conceito "exclamação", será um estádio obrigatório aquele que pondere a capacidade que as duas noções "exclamação" e "interjeição" possuem para estabelecerem relações que se verificará serem ora de estrita dependência, ora de parcial, ou total, afastamento. O sexto capítulo do nosso trabalho será aquele que se dedicará a tal questão.

Uma parte do referido capítulo do nosso texto terá de estar focalizada sobre o próprio conceito de "interjeição", ele mesmo capaz de gerar alguma

polémica. Senão, vejamos: a decisão de integrar ou excluir a "interjeição" de dada taxonomia linguística poderá ser honrar ou desmerecer o seu estatuto; neste campo, facilmente se poderá incorrer em erro grave, ora por excesso – quando as interjeições são vistas como meros "sons expressivos" ou "onomatopaicos" – ora por falta: «As interjeições [...] não fazem parte das partes orationis, mas integram-se no discurso.» (VILELA, 1999: 269). E estando a trabalhar no domínio dos conceitos teóricos, o posicionamento do conceito invocado terá de ficar bem explicitado. Uma tarefa a cumprir.

Ao seleccionarmos este tema para tratamento, iremos debater-nos com a perplexidade de encontrarmos estabelecidas entre os dois termos, "interjeição" e "exclamação", conformidades e consonâncias que nos obrigam a reflexão. Esta conexão é por vezes apresentada como chegando a raiar a sinonímia, e repetidas vezes, e em compêndios de índole diversa, assim: interjeições definidas como «exclamações emocionais» (FERNANDES, 2005: 187), portanto, interjeições definidas como «exclamações». Ora, o nível de adequação deste juízo terá de ser ponderado.

Por um lado, se o nosso objectivo é delimitar um conceito, definindo a sua abrangência e detectando convívios nocionais (Cf. título do presente volume), estaremos então aqui num espaço privilegiado, que obrigatoriamente terá de ser percorrido: há noções a destrinçar. Por outro lado, talvez se justifique que este seja um capítulo relegado para um quase final no nosso discurso (Cf. «Capítulo VI – Exclamação e Prosódia»): na verdade, o tema poderá não ter relevância quanto à sua extensão (a interjeição não estará presente em todas as ocorrências de uma "exclamação"), ainda que tenha relevância quanto à sua intensidade (todas as interjeições serão "exclamativas").

*

A «breve generosidade» que anunciámos algumas linhas acima possibilitou que se descortinassem algumas temáticas a desenvolver. Nada mais tendo feito para além disso mesmo, teremos feito, pelo menos, isso. Sem querer contrariar as nossas próprias declarações, damos por terminado o inicial roteiro que nos propusemos cumprir.

*

Tendo concluído a apresentação das temáticas que calculamos como necessárias e suficientes para a computação do conceito que buscamos – um conceito linguístico de "exclamação" – resta-nos expor, ainda de forma breve, qual a tese que pretendemos deixar comprovada, uma vez terminada a argumentação do presente discurso: a natureza da "exclamação" enquanto conceito definitivamente linguístico é, sem dúvida, problematizável.

Os convívios que a noção "exclamação" estabelece com os conceitos seus vizinhos, em diversas interpretações dos quadros organizacionais do sistema linguístico, denunciarão a permeabilidade das suas margens teóricas, expondo a dificuldade/impossibilidade de lhe acertar uma abrangência fixa ou de lhe determinar uma localização exacta.

A compleição do conceito "exclamação", e a forma como habitualmente se equaciona o seu modo não segmentável de significar, determinarão que este conceito se situe, em relação ao centro do sistema linguístico, quando muito, numa zona periférica.

A "exclamação" ficará algures na periferia ou nas margens exteriores do sistema acessível à linguística, o que tem determinado a dificuldade de descrição, individuação e fixação do conceito, em áreas de estudo que dele se servem. O *alpha et omega* da exclamação poderá não ser definível em termos estritamente linguísticos.

*

Agora que o presente capítulo se vai dando por concluído, constata-se que tendo servido de preâmbulo, acabará igualmente por se poder revelar um guia das nossas pesquisas.



Capítulo II

EXCLAMAÇÃO E "SINTAXE"

Si on veut établir la grammaire de *la* phrase, on se heurte d'emblée à une réalité méthodologique bien connue des disciplines empiriques et qu'on pourrait résumer par la formule: qui au départ trop embrasse risque fort de ne rien étreindre à l'arrivée.

(MARTIN RIEGEL, *Grammaire méthodique du français*, 2001)

2.1. | Início

Apresentados que foram os iniciais aspectos da temática que nos ocupará, anunciado o modelo de tratamento, num capítulo cujo principal objectivo foi orientar o olhar, e centrar a atenção no nosso problema, põe-se agora a questão de cumprir o programa esboçado.

Iniciemos, assim, precisamente por aquela pista que primeiramente denunciámos como problemática. Falávamos, então, em "frase de tipo exclamativo", com o apoio do exemplo «Partem cedo!» (MOURA, 2006: 220), (Cf. «Capítulo I – Introdução»). Colocada desta forma, a questão sugere, por si própria, ângulos de abordagem que, necessariamente, terão de ser respeitados. Logo em primeira instância, se os termos da questão são "frase de tipo exclamativo", é imediata a conclusão de que a matéria em causa é, antes do mais, a "frase". E essa será uma premissa que repetidamente iremos sublinhar, por não prescindirmos de uma conclusão que, para nós, tem um carácter que é não só evidente, como também obrigatório. Terá de ser sublinhada, então, porquê? Porque será, com frequência desconsiderada pelos mesmos que a utilizam nas suas construções teóricas. Procurando nós definir as margens de um conceito, teremos de avaliar até que ponto este procedimento as deforma.

E é assim que a própria terminologia definitória utilizada – no caso, "frase de tipo exclamativo" – nos encaminha, de imediato, para aquele que será necessariamente o nosso espaço de análise, neste momento da nossa investigação: falar em "frase" é falar de "sintaxe". Conduzidos até aqui, encontrámo-nos perante um quadro sintáctico. Invertendo agora o prisma de visão, de forma proporcionalmente paralela, também não se nos afigura como fácil que a sintaxe possa perspectivar a "exclamação" sob outra máscara que não esta. Em sintaxe, a "exclamação" terá de ser debatida e confrontada no seio da "frase". Afinal, a sintaxe é « la partie de la grammaire décrivant les règles par lesquelles se combinent *en phrases* les unités significatives » (DUBOIS, 2007 [1994]: 468, itálico nosso) sendo proporcionalmente verdadeiro que « La phrase est le cadre naturel de la grammaire » (LE GOFFIC, 1993: 5). Cada disciplina selecciona os seus instrumentos de eleição. «[...] em sintaxe apenas conta o que está na frase» (BARBOSA, 2006a: 94).

Existe uma segunda implicação para esta mesma premissa, um segundo ângulo de abordagem que terá de ser necessariamente prescrito, como anteriormente já se afirmou. Trata-se agora de termos de situar a questão "frase de tipo exclamativo" no âmbito de uma dada tipologia. Existirá assim, um "tipo exclamativo" de frase, que só o é na medida em que outros se configuram

igualmente, num exame mais amplo, que se apresenta como assumindo o perfil de uma caracterização tipológica da frase. Chegámos, por ora, à questão dos "tipos de frase".

Para este específico momento da nossa análise, terão de ser estes os contornos da questão. É neste segundo capítulo do nosso discurso que, aceitando os pressupostos da sintaxe, iremos avaliar a natureza da "exclamação", tal como ela se afigura enquanto conceito teórico presente e operante nos capítulos gramaticais consagrados a esta disciplina, em particular.

Começar a nossa busca do conceito "exclamação" pelo campo de análise regido pela "sintaxe", quando no mesmo conceito se vê habitualmente sobretudo uma realidade de índole prosódica ou mesmo pragmática, pode merecer outra nota justificativa. Essa forma de proceder parecerá menos estranha se a justificarmos com o facto de que consideramos a "sintaxe" como um ângulo de análise privilegiado para a abordagem dos factos de natureza linguística. É legítimo que por aqui comecemos, examinando o modo como, neste domínio, se trata o tema "exclamação". Será, portanto, necessário averiguar até que ponto é sintáctico o conceito "frase exclamativa"; até porque este conceito assume uma particular relevância nas apresentações dos conceitos e instrumentos de que comumente a sintaxe se serve.

A primeira fase do nosso exame fica, neste intróito, concluída. A nossa reflexão, até ao momento, já nos permitiu estabelecer que a "exclamação", no campo da sintaxe, aparece sobretudo revestida pelo conceito de "frase" e de "tipo de frase", sendo que é no seio de uma tipologia da frase que a deveremos procurar. Conhecemos, assim, desde logo, as coordenadas do problema; identificámos um endereço de análise.

As notas prévias que, até ao momento, coligimos deixaram-nos face ao construto teórico que poderemos apelidar de "tipologia frásica". Tomemo-lo, portanto, como objecto de estudo a adoptar, no intuito de perceber e avaliar os contornos essenciais daquilo que surge, em linguística, designado como "frase de tipo exclamativo".

O âmago do problema é aqui o de perspectivar este específico "tipo de frase", a chamada "frase exclamativa", como apenas (?) um de quatro elementos de uma construção teórica mais abrangente. É certo que, nesta tetralogia, o nosso alvo dilecto foi, há muito, identificado. Acontece porém que, para o atingirmos de forma certa, teremos de o mirar na ambiência que lhe é própria e o conforma.

O que é, então, esta "tipologia frásica"? A lição não é nova e tem, entre outros méritos¹, o de reunir um certo consenso, apoiado numa tradição que tem sido divulgada e repetida, do compêndio mais elementar² àquele que se reveste já de outras ambições³. Reza, assim, a fórmula, num débito convicto: existem quatro "tipos de frase", sendo eles a "frase declarativa", a "frase interrogativa", a "frase imperativa" e a "frase exclamativa" (MOREIRA, 2008: 199; AZEREDO, 2006; OLIVEIRA, 2006; MOURA, 2006; FLORIDO, 2000; VILELA, 1999; BOSQUE e DEMONTE, 1999; PINTO, 1998; REZENDE, 1996; NUNES, 1995; GREVISSE, 1993; MATEUS, 1992; BECHARA, 1987). O sucesso da formulação é compreensível: simples e produtiva; afinal, todo o elenco frásico de uma língua, reduzido a uma compartimentação sob quatro distintos títulos, delimitados e fixos.

O elenco das nossas referências para esta lição merece, nestas notas de cariz preambular, comentário. O primeiro é o de que poderia, sem grande proveito, ser alargado: sem proveito, na medida em que da repetição *per se* não viria novidade informativa. No entanto, algum carácter repetitivo das coleções compiladas pode ter a valia de reforçar a ideia, que se transmitiu, de que este elenco de "tipos de frase",

¹ Não será deselegante começarmos por estes, enquanto ansiamos por dedicar aos outros, aos deméritos, os momentos mais vigorosos do nosso labor.

² Pensamos, neste caso, nas chamadas "gramáticas escolares".

³ É esta, propositadamente, uma designação abstracta e geral, única forma de fazer caber sob um mesmo epíteto aquelas obras que se afastaram das exigências de simplicidade e concisão que marcam o primeiro grupo de obras que nomeámos e às quais quisemos opor estas últimas. A verdade é que mesmo aqui, a lição referida é, as mais das vezes, respeitada. Que sirva de exemplo, para esta breve nota, do alto das suas mais de 5500 páginas, a *Gramática descriptiva de la lengua española* (BOSQUE e DEMONTE, 1999) que, de forma sumamente curiosa – assunto a que retornaremos – segue, afinal, a tradição instituída, e que não é, neste sistema linguístico em concreto, dissemelhante daquela que acima descrevemos.

no interior do qual encontraremos a "frase exclamativa", adquiriu um grau de difusão que o confirma e o institucionaliza.

É por idêntico motivo que se justifica a inclusão, neste acervo, de gramáticas⁴ que assumem, notoriamente, a feição de "gramática escolar", ainda com outro grau de relevância. Se não, vejamos: não é precisamente neste tipo de obra que se pretende reunir o que se considerou essencial para a formação de todos? Não as poderemos perspectivar como depurações de contributos de teorias e ideias várias, no sentido de reter o fundamental, de fixar aquilo que é percebido como suficientemente significativo e proveitoso para a instrução comum⁵? É que a questão que nos prende, exhibe-se com galhardia neste tipo de compêndios, e noutros que lhe estarão associados, como os "blocos gramaticais" de manuais escolares de Língua Portuguesa, ou nas próprias páginas destes manuais, e adjacentes "cadernos de actividades"⁶. Seguindo este raciocínio, a questão da tipologia frásica vê, necessariamente, o seu estatuto engrandecido. Não que seja este um ponto fundamental para o investigador, ou para o linguista *strictu sensu*, cujo trabalho não estará necessariamente, ou de todo, imbuído de preocupação pedagógica. Mas a

⁴ A utilização do compêndio gramatical, como instrumento de trabalho privilegiado para guiar a nossa inquirição, foi atempadamente fundamentada (cf. «Capítulo I – Introdução»), pelo que, aqui, trata--se já apenas de explicar as motivações que podem levar à convocatória desta subtipologia do referido modelo de obra.

⁵ É claro que a situação descrita seria a ideal. Todo o gramático, autor de uma obra de carácter escolar, terá este *desideratum* em mente. Por certo, não será sempre assim, e as simplificações tentadas para teorias complexas acabam, por vezes, por desvirtuar as temáticas abordadas. De qualquer forma, as gramáticas escolares acabam sempre por ser um indicativo fiel para uma noção daquilo que é entendido, por alguém, como sendo parte do "essencial" – em certos casos – ou parte do "básico" – em casos menos felizes.

⁶ Os "exercícios práticos" construídos pelos pedagogos a propósito do tema que identificam como "tipos de frase" – e que é, muitas vezes, colocado a par daquilo que denominam de "polaridade afirmativa" e "polaridade negativa" – consistem, quase sempre, em exercícios da seguinte natureza: indicar o "tipo"/"polaridade" das frases apresentadas (PALMA, 2006: 8; SERPA, 2006: 6); transformar uma frase de um dado "tipo"/"polaridade" numa frase de outro "tipo"/"polaridade" (DIAS, 2006: 26; PALMA, 2006: 8); construir frases que respeitem a instrução dada quanto ao seu "tipo"/"polaridade" (PALMA, 2006: 8); associar, por meio de setas, o nome de cada "tipo de frase" à sua definição teórica e/ou a uma atestação: «Frase exclamativa» – «exprime uma atitude avaliativa» – «Que belo dia de praia!» (PALMA, 2006: 8); «Não se percebe nada!» – «Revela sentimentos e emoções» (SERPA, 2006: 6).

verdade é que o simples facto de se incluir o estudo da tipologia frásica nos programas escolares – não pode deixar de ser expressivo.

Uma leitura do *Programa de língua portuguesa – ensino básico – 3º ciclo* (M.E., 1996: 49, 51) deixava perceber a relevância que se dava à questão, até pela forma como surgia estruturada a apresentação dos vectores que este programa contemplava. É que «distinguir os diferentes tipos de frase (tipo declarativo, interrogativo, imperativo, exclamativo)» (M.E., 1996: 51) era dado como um dos «processos e níveis de operacionalização» que permitiria que fossem atingidos os objectivos «descobrir aspectos fundamentais da estrutura e do funcionamento da língua, a partir de situações de uso» e «apropriar-se, pela reflexão e pelo treino, de conhecimentos gramaticais que facilitem a compreensão do funcionamento dos discursos e o aperfeiçoamento da expressão pessoal» (M.E., 1996: 49, 51). Ora, a nobreza dos objectivos enunciados não poderia deixar de contagiar o "processo de operacionalização" que lhe estava, tão explicitamente, subjacente.

Acontece ainda que o *Programas de Português do Ensino Básico* (M.E., 2009), que será implementado nas escolas não antes do ano lectivo de 2011/2012, prevê igualmente esta temática como um conteúdo a abordar e a trabalhar com os alunos, logo desde os terceiro e quarto anos de escolaridade, no âmbito do "conhecimento explícito da língua", de acordo com a exposição tradicional da matéria: «Tipos de frase – declarativa, interrogativa, exclamativa, imperativa» (M.E., 2009: 57), em que «identificar e classificar os tipos de frases» surge como um "descriptor de desempenho" que é expectável o aluno atinja.

Serve esta incursão, dedicada aos programas escolares, meramente o propósito de sublinhar a existência de um cânone relativamente a este tema – o que é, por si, determinante – ao mesmo tempo que denuncia o tipo de divulgação de que tem sido alvo e que não ocorre, forçosamente, em relação a outros temas próprios da reflexão gramatical. As já denunciadas simplicidade e produtividade da fórmula que habitualmente resume esta questão (*existem quatro "tipos de frase", sendo eles a "frase declarativa", a "frase interrogativa", a "frase imperativa" e a "frase exclamativa"*) não serão, por certo, alheias à situação retratada, como poderá, muito bem, fazer parte da sua própria explicação.

É muito interessante constatar, a este propósito, que a *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*, na sua primeira versão, ignora o seu procedimento habitual, ao longo de todo o documento, de fazer a apresentação dos termos a definir respeitando a ordem alfabética, para poder colocar, no topo da listagem respeitante às noções de sintaxe, o tópico dos "tipos de frase". É esta a entrada que, de forma um tanto inesperada, primeiramente é tida em consideração por este glossário, no seu capítulo de sintaxe, e apenas após esta se retoma a ordem alfabética de exposição que marca a organização do texto⁷, apresentando os termos de "a", «alteração da ordem directa», a "v", «vocativo» (TLEBS, 2002). Nestas condições, é inevitável concluir que o tema é tido como *primordial*.

A versão de 2008 da mesma *Terminologia Linguística* (DT, 2008) altera esta forma de exposição, fazendo deslocar o título "tipos de frase" para uma posição apenas ligeiramente mais modesta. De facto, na nova versão o tema constitui um dos cinco pontos em que se subdivide a secção B.4. que pretende abranger os conceitos pertencentes ao domínio da sintaxe, figurando como terceiro ponto de uma listagem restrita: «B.4. Sintaxe: B.4.1. Frase e constituintes da frase; B.4.2. Funções sintácticas; B.4.3. Tipos de frase; B.4.4. Articulação entre constituintes e entre frases; B.4.5. Processos sintácticos» (DT, 2008)⁸.

Outro comentário ao elenco de referências aduzido, ainda que óbvio e breve, não deverá deixar de ser feito, já que nos ocupamos, neste momento, de apreciações introdutórias. Obras de outra índole, já não exclusivamente de teor gramatical, poderiam enriquecê-lo. Pensamos, neste caso, em dicionários de termos gramaticais que seguem, de forma muito paralela, os moldes em que a questão é comumente colocada, nomeadamente os que assumem, eles próprios, um cariz

⁷ Na verdade, isto é apenas exacto quando se trata da consulta do texto por entradas, que aparecem organizadas alfabeticamente, salvo a excepção *supra* mencionada, que recai precisamente sobre a temática que nos prende; de resto, existe uma outra possibilidade de proceder à consulta, numa listagem disposta em função de hierarquias, em que o problema exposto deixa de ser visível.

⁸ O facto do tema B.4.3. não ter cabimento sob a tutela do ponto B.4.1., ponto onde se lê "frase", justificando a criação de um apartado autónomo, sustenta o ponto de vista que explicitaremos *infra*, de que não se está a falar de "frase", quando se enuncia "tipo de frase", o que é um exemplo cabal de uma contradição em termos.

escolar (ROCHA, 1997; MONTENEGRO, 2001; MATOSO, 2003)⁹. No fundo, pouco nos distanciamos, com estas menções bibliográficas, daquelas que acima convocámos, com perdas na possibilidade de cotejar temas de gramática, organizados numa hierarquia – que é sempre significativa – ocupando espaços específicos, em que até as suas dimensões relativas podem falar. E ainda outro tipo de compêndios poderiam ser naturalmente coligidos. Mas o nosso *modus operandi* foi, no capítulo introdutório, exposto e defendido (cf. *supra*); faltava agora tão só legitimar a menção de compêndios de carácter elementar. Foi o objectivo que pensamos ter cumprido.

Mais obrigatória do que o apontamento anterior será uma anotação que esclareça o sentido da conjugação, no inventário de autoridades que reunimos, de gramáticas de distintos sistemas linguísticos, subscrevendo todas uma mesma (?) causa. Convirá uma advertência quanto a esta forma de proceder. Não foi, certamente, aqui esquecido o facto de que cada língua constitui um sistema dotado da sua própria lógica interna, obedecendo a uma particular idiosincrasia. Tem-se, desta forma, em atenção, para o presente estudo, que se alude a gramáticas que descrevem sistemas linguísticos distintos entre si e distintos, também, daquele que presentemente empregamos, na nossa comunicação: delas se tomarão aspectos teóricos gerais¹⁰ considerados pertinentes. Esta nota continuará válida, em todos casos em que se combinem, numa mesma reflexão, menções a gramáticas de línguas várias: serão nomeadas, ou por existirem momentaneamente específicas facetas paralelas (?) entre sistemas distintos – e, nesse caso, faz sentido essa menção; ou, pelo contrário, por existir, num dado sistema linguístico, algum aspecto contrastivo que esclareça, por comparação, uma propriedade de um sistema linguístico outro.

⁹ E falamos, agora, especificamente nestes. Outros, de índole científica mais ambiciosa, apresentam frequentemente cambiantes que distanciam a sua análise da simplicidade original desta questão, tal como brevemente a apresentámos. Nesse sentido, não os podemos sugerir como atestando o nosso catálogo de tipos frásicos. E, ainda que essas cambiantes possam ser ligeiras, as suas consequências já não o serão.

¹⁰ Desde cedo, inscrevemos a nossa análise, que pretendemos eminentemente teórica, no campo de uma linguística geral (cf. «Capítulo I – Introdução»).

Mas retomemos o nosso quesito, depois de lhe termos identificado as fontes: o nosso construto teórico, que consiste, por ora, numa tipologia frásica, onde identificamos uma faceta do conceito "exclamação". Naturalmente, não ficámos indiferentes ao facto de aparecer nomeado em último lugar, precisamente o "tipo frásico" que, de perto, nos prende, no mais frequente retrato deste tema gramatical, que acima deixámos reproduzido. Aqui teremos de regressar. Entretanto, fomo-nos paulatinamente aproximando da aclaração daqueles dados prévios que pretendíamos ver explanados neste intróito, que abre a discussão da temática da "exclamação" percebida pelos olhos dos capítulos gramaticais de "sintaxe", e de cuja posse depende afinal o rigor das conclusões de que formos capazes.

2.2. A "Exclamação" na "Sintaxe"

2.2.1. A "Exclamação" nas gramáticas

2.2.1.1. A "Frase exclamativa" e os "Tipos de frase"

Os dados iniciais da questão estão lançados, e o nosso é apenas um de quatro "tipos de frase", numa tipologia cujos ângulos terão de ser analisados, a bem da descoberta dos contornos daquele quarto elemento, em particular. A "frase exclamativa" / "tipo exclamativo" de frase / «(tipo de) frase exclamativa» (DUARTE, 2002)¹¹ o que é, de acordo com tal tipologia? Que propriedades a incluem no conjunto, que propriedades a diferenciam dos membros adjacentes? O que propomos é revisitar as respostas já adiantadas a estas questões, sob o prisma de quem duvida metodicamente.

¹¹ É esta a opção de apresentação na Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário, versão de 2002 (DUARTE, 2002).

Na realidade, estas perguntas, que se tornam primárias, que afluem de forma elementar no discorrer deste raciocínio, são, neste contexto, precipitadas. Será necessário validar a tipologia como um todo, antes de particularizar uma problemática – a nossa – que terá de estar contaminada por aquilo que, a montante da sua formatação, conjecturou a tipologia original.

Já anunciámos, levemente, que o nosso vigor expositivo se gastaria a expor os seus deméritos, enquanto lhe granjeámos os benefícios da simplicidade e da produtividade¹² – benefícios eventuais, que para isso, primeiramente, a tipologia terá de ser válida.

Não se trata da discussão pelo prazer da discussão, como pode deixar crer a determinação que se deixou transparecer no parágrafo anterior; embora o prazer da discussão exista, certamente. Trata-se de que, na verdade, esta tipologia da frase, tal como aparece exposta, na maior parte dos compêndios que a este assunto se dedicam, parece-nos ser vítima de equívocos basilares, de desacertos que, ainda que possam ser apenas deslizes de formulação, acabam por atingir todo o edifício teórico.

2.2.1.1.1. ○ critério da "intencionalidade comunicativa"

E o confronto com o primeiro destes não poderá mais ser adiado, de tal forma nos parece flagrante. Trata-se de pesquisar o âmago desta tipologia da frase e provar que o primeiro critério que a erige é precisamente aquele que, por partir do seu cerne, a pode fazer implodir. A questão que se coloca é saber até que ponto será legítimo, para o concatenar de uma tipologia da frase, alegar o critério da "intencionalidade comunicativa", como é comumente feito.

¹² Cf. «2.1. Intróito», em nota de rodapé.

Antes de ensaiarmos uma resposta, registemos que, de facto, esse é o procedimento institucional assumido, denunciado até pela sorte de terminologia utilizada, nas linhas em que, nestes compêndios, se pretende estabelecer uma tipologia da frase, e em que tudo afinal depende de vectores como: «mensagem que o emissor pretende comunicar» (MARTINS, 1995: 153), «intenção de comunicação do emissor» (PINTO, 1996: 156); «intenção de quem fala» (PINTO, 1998: 174); «intenções de comunicação» (DIAS, 1999: 64); «intenção [...] função comunicativa», «intenção do falante» (VILELA, 1999: 308, 309); «intenção comunicativa» (AZEREDO, 2006: 90); «intenção comunicativa» (OLIVEIRA, 2006: 109); «valor comunicativo» (PINTO, 2006: 90).

Ora, que dados poderão vir perturbar este monocordismo tradicional? A primeira objecção adivinha-se desde os pressupostos que estabelecemos, para a nossa análise, no intróito deste capítulo. Acontece que todas as expressões acima atestadas, que facilmente atribuiríamos a estudiosos de temas de pragmática, vêm inscrever-se, sem excepção, em capítulos de "sintaxe". E, mais do que uma intersecção, é uma colisão. A introdução destas deduções, na rubrica "sintaxe", vem turvar a sua eventual clareza, pois não é desta disciplina que elas podem emanar. Se pretendemos uma caracterização tipológica da frase, teremos de recorrer a critérios sintácticos, sendo "frase" e "sintaxe" conceitos teoricamente, e em termos operacionais, intimamente compatíveis, e que mutuamente se implicam. Evita-se, desta forma, o risco de poder estar a definir, não o objecto de estudo aclamado, mas um conceito outro, numa salto epistemológico, entre campos de análise, que prejudica tanto o rigor definatório dos conceitos de base, como a validade das conclusões a que se chegue. É a pragmática que reclama para si o estudo do discurso como «the record of a dynamic process in which language was used as an instrument of communication in a context by a speaker / writer to express meanings and achieve intentions» (BROWN e YULE, 1983: 26). Não é de sintaxe que assim se fala – «Any analytic approach in linguistics which involves contextual considerations, necessarily belongs to that area of language study called pragmatics.» (BROWN e YULE, 1983: 26). E é, no entanto, sob esse título, que evoluem estas definições de "frase", dependentes do conceito de "intencionalidade comunicativa". Reitera-se a questão: é lícito que assim seja, atribuir a propriedade autoral das conclusões de uma

disciplina a uma disciplina outra? Sendo embora sub-domínios de uma mesma ciência, estas duas áreas, cada uma com os seus métodos de trabalho e pontos de vista próprios, não estabeleceram sempre, historicamente, e não estabelecem ainda, talvez, um convívio pacífico: «Par son angle d'attaque à l'opposé de la problématique formelle, la pragmatique entretient des rapports complexes avec le reste de la linguistique» (ARRIVÉ, 1986: 549).

Que conclusões são estas? A que definições de frase assim se chega? De acordo com o critério alegado – intencionalidade comunicativa – contam-se quatro tipos de frase. Este critério da "intenção" justifica a classificação já apresentada¹³, tendo em conta quatro distintas "intenções comunicativas" de (1) «informar», «dar uma informação», «dar conta de um conjunto de factos ou situações», «formular uma afirmação», no caso da "frase declarativa", (2) «formular uma pergunta», «pedir uma informação», «solicitar uma informação», «formular, através de uma pergunta, um pedido de informação», no caso da "frase interrogativa", (3) «aconselhar, fazer pedidos ou chamadas de atenção, ordenar», «dar uma ordem», «dar ordens, transmitir instruções», «expressar uma ordem, fazer um pedido, dar um conselho» no caso da "frase imperativa" e (4) «expressar sentimentos», «expressar uma emoção», «comunicar maneiras de sentir», «expressar emoções ou sentimentos» no caso da "frase exclamativa" (PINTO, 1996: 156; DIAS, 1999: 63; AZEREDO, 2006: 90-92; PINTO, 2006: 152,153)¹⁴.

Perante este quadro, diagnostica-se, de forma mais ou menos transparente, uma aproximação muito estreita de definições e de distinções, de modos de pensar e

¹³ Cf. «2.1. Intróito».

¹⁴ A bibliografia a que se pode recorrer para atestar este tratamento tipológico da frase é de tal forma vasta que foi possível, para comodidade da exposição, seleccionar apenas casos em que a utilização de uma forma verbal no infinitivo permitiu conservar o paralelismo discursivo. A verdade é que, como anteriormente já se afirmou, outras referências poderiam ser acrescentadas a estas, sem prejuízo da persistência de um idêntico teor informativo. De qualquer forma, sendo que se recorre ora a uma referência, ora a outra, ao longo da nossa dissertação, torna-se possível reconstituir, assim, a totalidade da bibliografia coligida.

A ordem pela qual surgem as citações que justificaram a presente nota de rodapé corresponde *pari passu* a cada uma das indicações bibliográficas fornecidas: a primeira definição de "frase declarativa" corresponde à primeira indicação bibliográfica; a segunda definição corresponde à segunda indicação, e assim até à quarta.

de proceder, e de apresentar conclusões, que nos deixam tangencialmente perto de uma tipologia outra. Em última instância, avaliando os resultados obtidos, encontramos-nos face a um paralelismo quase exacto, ou pelo menos uma correspondência muito clara, entre "tipos de frase" e "actos de fala".¹⁵

Ora, tal forma de proceder não constitui, em si, um óbice. Poderíamos simplesmente estar perante dois distintos ângulos de abordagem – cada um dotado da sua própria legitimidade – direccionados para uma mesma temática, utilizando com propriedade os seus específicos instrumentos de análise. A nossa objecção formula-se a outro nível: o tratamento sintáctico, de uma questão eminentemente sintáctica, é desvalorizado, secundarizado ou quase anulado, para mais em estudos autodenominados sintácticos, pelo preenchimento da reflexão com conteúdos de inspiração pragmática. Atropelam-se, desta forma, e neste caso, os próprios conceitos que se pretendem definir.

Esta simetria quase exacta na apresentação das conclusões de duas disciplinas distintas acarreta, certamente, diferentes problemas: «esta correspondencia plantea varios problemas. Unos tienen que ver con la clasificación de tipos oracionales, otros con la de los actos de habla, y un tercer grupo con la correspondencia entre tipos de oraciones y tipos de actos» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3884). Ou seja, os três factores enumerados sumariam a totalidade das hipóteses existentes: tudo neste procedimento parece passível de vir a configurar uma conjuntura difícil.

Entre as diferentes dificuldades que esta situação comporta, uma torna-se visível *ab initio*: o primeiro atropelo surge logo entre os distintos conceitos de "frase" e "enunciado". No entanto, trata-se de uma distinção comumente aceite, frequentemente utilizada, apresentada muitas vezes como imprescindível: « La distinction entre phrase et énoncé [est] indispensable du point de vue théorique »

¹⁵ Esvaem-se, assim, as diferenças definitórias, descritivas e operativas entre os conceitos de (1) "frase declarativa", (2) "frase interrogativa", (3) "frase imperativa" e (4) "frase exclamativa" por oposição a, ou em comparação com, os conceitos de, por exemplo, "acto ilocutório assertivo", "acto ilocutório directivo" e "acto ilocutório expressivo".

(LE GOFFIC, 1993: 9). Para nós, tendo em conta os objectivos que já traçámos, esta diferenciação é forçosa.

Não ter em conta que « parler d'énoncé fait référence à une production effective (en discours), tandis que parler de phrase fait référence au modèle canonique (en langue) » (LE GOFFIC, 1993: 9) é viciar qualquer raciocínio posterior. Em última análise, reduzindo a questão aos seus termos mais simples, se tivermos em conta que "frase" é um conceito, facilmente decidiremos com qual das duas noções relacionar exactamente o tema da "intenção do falante". É que este "falante" opera no domínio do "discurso", do enunciado, e não no da "frase", quando foi afinal a esta que se atribuiu a expressão de uma "intenção". A legitimidade desta confusão epistemológica de conceitos pode ser posta em causa, pode levantar objecções. Em concreto, aqui, o problema será que não se fala de "frase" quando se fala de "tipos de frase". A tipologia frásica, onde se insere a nossa "frase exclamativa" surge, à partida, fragilizada.

Não parece, de facto, ser acautelada a necessária diferenciação entre "frase", enquanto objecto de estudo da sintaxe, como atrás dissemos, e o enunciado, realização histórica e discursiva, característica de um acto comunicativo único e irrepetível. Esquece-se, desta forma, conseqüentemente, que « la phrase est une combinaison de mots possible, elle n'est pas une énonciation concrète » (TATILON, 1995: 260). Assim se confirma que poderá ser controverso que tão prontamente se atribua uma "intenção" a um conceito. A "frase" entendida como um constructo teórico abstracto não poderá ser portadora de "intenção", "comunicativa" ou não, nos termos utilizados pelos pragmáticos, quando analisam *enunciados*.

Torna-se flagrante a falta de uma clara delimitação de fronteiras entre aquilo que será, nos estudos de pragmática, uma questão de "objectivo ilocutório" ou "força ilocutória" – perfeitamente compaginável com as expressões «intenção do falante» (VILELA, 1999: 308, 309); «intenção comunicativa» (AZEREDO, 2006: 90); «intencionalidade comunicativa» (OLIVEIRA, 2006: 109); «valor comunicativo»

(PINTO, 2006: 90)¹⁶ – e aquilo que será uma determinada forma de organização sintáctica relacionada, agora sim, com o conceito de "frase", a ser situado nos estudos de sintaxe. Relacionar tão proximamente "tipos de frase" e "actos de fala", defini-los e avaliá-los com instrumentos tão semelhantes, mostra-se, naturalmente, pouco exacto e gerador de inconsistências.

«La característica fundamental del acto de habla es la existencia de la intención ilocutiva (o propósito ilocutivo) del hablante» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3882). Ou, dito de outra forma, ao serviço do nosso ponto de vista, com uma inversão de prioridades: a existência de uma *intenção* ilocutiva é a marca fundamental na determinação do conceito de "acto de fala"; pertence ao seu domínio. Não é uma propriedade da "frase".

Se, por outro lado, concluirmos, com Grice, que «as intenções linguísticas são muito semelhantes às intenções não linguísticas» (GRICE, 1983: 105), perceberemos a distância que separa "intenção" e sintaxe, enquanto disciplina definitivamente linguística; e, desta forma, "intenção" e estudo da "frase"; e, assim, "intenção" e "tipo de frase".

E se, para mais, tivermos em conta que «concebidas como "actos de fala", as realizações verbais podem ser consideradas globalmente, sem se atender quer à *matéria conceptual e física* de que são constituídas quer à *estrutura interna* que geralmente apresentam» (PERES e MÓIA, 1995: 17, itálico nosso) perspectivaremos com maior acuidade o *parti pris* que pode constituir a mescla do posicionamento teórico, que vê neste "acto de fala" a «unidade básica ou mínima da comunicação linguística» (SEARLE, 1969, 1984: 26), com um outro que consagra precisamente a essa "matéria" e a essa "estrutura interna", aqui desprezadas, os momentos mais dedicados do seu labor.

Até que ponto será lícito que este critério pragmático do "objectivo ilocutório", ou da "força ilocutória", do "acto ilocutório" possa ser utilizado para o

¹⁶ Expressões estas que são precisamente as já acima citadas, no quadro da definição dos tipos frásicos.

concatenar de uma tipologia da *phrase*, entendida como um «segmento de cadeia centrado à volta de um predicado considerado o núcleo funcional do enunciado» (MARTINET, 1976: 76), como uma « construction qui n'entre jamais dans une construction plus vaste » (MARTINET, 1985: 86), que comporta « un noyau à partir duquel peut se produire l'expansion, et des éléments qui constituent cette expansion » (MARTINET, 1985: 87) e que, portanto, constituirá, por definição¹⁷, o objecto da sintaxe? « [...] pour l'analyse syntaxique, c'est le sens linguistique, programmé en langue, qui s'avère nécessaire et suffisant » (TATILON, 1995: 260).

Ora, protelando o seguimento desta análise para momentos ulteriores do nosso discurso¹⁸, duas notas terão de ser registadas, desde já. A ser estabelecida uma equivalência esta teria então de ser aperfeiçoada. Caso o estudioso enveredasse por esta opção metodológica que, invocando o critério da "intenção comunicativa" para a definição classificatória da frase¹⁹, aproxima os dois construtos teóricos "actos de fala" e "tipos de frases", então, ficaria obrigado, na defesa da lógica, a tomar em consideração, e baptizar, outros "tipos de frase" que dessem conta de outros tipos de

¹⁷ Não poderemos desvalorizar o facto de que muitas definições de frase – «Not easily defined, despite being a common term in GRAMMAR.» (WALES, 1989: 418) – poderiam ser chamadas à discussão, não sendo, porém, esse o nosso desígnio. Tanto mais que « il est courant de rappeler qu'elle a fait l'objet de plus de deux cents définitions... » (TATILON, 1995: 259). O nosso intento é simplesmente, por ora, sublinhar a existência de uma distinção necessária, que será certamente clarificadora, entre aquilo que é o objecto de uma disciplina e o objecto de disciplinas outras. A este mesmo propósito, são muito expressivas as palavras de Otto Jespersen, em *La philosophie de la grammaire*, quando diz: « Il y a trop de définitions différentes de la phrase pourqu'il soit intéressant de les donner toutes [...]. Celles qui ne sont pas uniquement des définitons fallacieuses [...], prennent pour point de départ des considérations soit formelles, soit logiques, soit psychologiques, tandis que certaines s'efforcent de réconcilier deux de ces points de vue ou même les trois. » (JESPERSEN, 1971 [1924]: 435).

¹⁸ Já anteriormente – «Capítulo I – Introdução» – tínhamos perspectivado a possibilidade de vir a fazer face a esta dificuldade: tão imbricada surge a concorrência de duas disciplinas distintas, neste tipo de avaliação, que teremos de hesitar, pela natureza dos dados em análise, pela sua inserção num capítulo dedicado à sintaxe, ou num capítulo dedicado à pragmática. Pretendemos, de qualquer forma, esclarecer sempre as nossas escolhas, a bem da clareza da explanação.

¹⁹ Evoluímos, neste momento, no campo da hipótese académica: esta equivalência encerraria *ab initio* um paradoxo inultrapassável, por desconsiderar a natureza definitória do elemento "frase" que se pretende tipificar.

actos de fala, comumente atestados pelos pragmáticos²⁰. E assim seria forçosamente, na medida em que teria de ser ponderada a questão de como viabilizar uma equivalência entre dois campos, se de um dos lados em causa se faz um levantamento menos do que representativo das várias possibilidades existentes? Perspectivada na sua amplitude, a teoria dos actos de fala propõe mais do que os quatro actos importados pela teoria da tipologia frásica "tradicional" de (1) «informar», (2) «perguntar», (3) «aconselhar, ordenar, pedir» e (4) «exprimir sentimentos». "Prometer", para dar apenas um exemplo, não parece discordar desta listagem, se tivermos em conta o critério alegado, isto é, tendo em conta uma dada intenção comunicativa de um dado locutor.

Garrido Medina esquematiza a questão da seguinte forma:

«tipo declarativo / acto de aserción

tipo interrogativo / acto de pregunta

tipo imperativo / acto de orden

tipo exclamativo / acto de expresión de emoción»

No entanto, à imagem do exemplo acima dado, "prometer", também agora o mesmo autor considera que se entendermos a "ameaça" como um acto da fala, então a anterior classificação já «no resulta suficiente» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3884).

A segunda nota anunciada assoma no seguimento da primeira. A verificar-se, no campo do paradoxal²¹, uma perfeita equivalência, uma simetria total, entre estas duas tipologias – formuladas com base nos mesmos propósitos, alcançando idênticos resultados – chegado seria o momento de questionar a utilidade de uma das

²⁰ Porém, fosse este o procedimento a seguir, levar esta equivalência mais longe, tal conduziria a que, por um lado, aumentasse o elenco dos "tipos de frase" e a que, por outro lado, este passasse a constituir uma listagem flutuante, que sofreria das inconstâncias de tratamento que afectam igualmente os enunciados, no campo da pragmática. A este tema teremos oportunidade de regressar, no capítulo que a esta disciplina dirá respeito.

²¹ Resultando o primeiro paradoxo do facto de não ser para nós legítimo que se pondere o critério da intencionalidade comunicativa do locutor no concatenar de uma tipologia da frase.

duas, anulada que ficaria a segunda, pela sua redundância. Seria, pelo menos, supérflua, uma sua repetição, num suposto compêndio de linguística, em que a mesma listagem se distinguisse apenas pela sua diferente indexação num índice.

Entretanto, a classificação da nossa "frase exclamativa" sai, conjuntamente com os restantes tipos frásicos atestados, prejudicada deste exercício de tipificação. Só postergando o conceito de "frase" e os objectivos da syntaxe enquanto reflexão teórica se define "frase exclamativa" utilizando um parâmetro de análise que é estranho à sua natureza. Não é sintacticamente relevante²² a conclusão de que «Através da frase do tipo exclamativo podemos comunicar maneiras de sentir muito diferentes» (REZENDE, 1996: 92). Terá já sido suficientemente atestado que a tipologia tradicional das frases, consagrada num cânone de quatro "tipos de frase", enferma desta sorte de equívoco: «Normalmente não se tem em consideração a forma da frase, mas apenas a sua função comunicativa.» (VILELA, 1999: 309).

2.2.1.1.2. ○ critério do "modo verbal"

E, no entanto, sendo perturbadora a facilidade com que se convoca o critério, imbuído em pragmática, da *intencionalidade comunicativa*, para o estabelecimento de uma tipologia de raiz sintáctica, poderemos admitir, nesse critério estrangeiro, o mérito de ser aplicável, em igual proporção, a cada um dos quatro membros que enformam a tipologia frásica tradicional. Isto é, este critério constituiu um crivo, que sendo embora, em nosso entender, de aplicação despropositada, foi ainda assim um crivo igualitário, a que cada "tipo de frase" se submeteu para admissão à tipologia. Cada "tipo de frase" é capaz (?) de responder a

²² Não é sintacticamente relevante e não será teoricamente rigoroso: (utilizando os termos do autor da conclusão transcrita) não comunicamos "através de frases". Dispensamo-nos de justificar agora esta nossa afirmação, cuja pertinência acreditamos ter já acima demonstrado.

essa alegação de que encerra uma "intencionalidade comunicativa" que o distingue dos restantes²³.

O mesmo não poderá ser afirmado em relação a outro tipo de critérios propostos. Embora acreditemos que esta "tipologia da frase" não poderá ter saído totalmente incólume da argumentação que acima expusemos²⁴, poderíamos ainda questioná-la, a partir de outros pontos de vista. De igual forma perturbadora poderá ser a verificação de que critérios existem para justificar a integração de um membro na tipologia em causa que não são, de forma paritária, aplicados a outros membros da tipologia. Favorecimento?

A problemática que agora se levanta, distinta da anterior, novamente abre um espaço de discussão delator das eventuais fragilidades que afectam o edifício teórico em que encontramos o nosso conceito de "exclamação", em estudos de sintaxe. A questão a analisar é agora a da existência de um critério que serve apenas um dos "tipos de frase". Contrariamente ao critério cuja legitimidade anteriormente pretendemos debater, mas que de forma universal seria aplicável a cada um dos elementos tipológicos, um outro critério se apresenta para legitimar, em exclusividade, a inserção de apenas um "tipo frásico". Ele ainda não foi aqui referido. Propositadamente.

O objectivo, por ora, é somente o de alertar para o grau de pertinência de um qualquer critério, independentemente do seu teor, quando este justifica um elemento em quatro, mas não é já útil para avaliar os restantes três. Assim é para o critério que defende a "frase imperativa", o critério do modo verbal.

Acaba por se tornar curiosa esta comparação que, de um extremo ao outro, revela tão inversas proporções: um critério eventualmente pouco legítimo, que

²³ Deixemos para o capítulo seguinte o esmiuçar desta questão, que não será assim tão líquida quanto agora se dá a entender, na defesa da ideia de que este critério foi, com justiça, aplicado a todos os membros da tipologia.

²⁴ Na verdade, é o comedimento discursivo que nos impele a dosear aqui essa nossa crença, escondendo, afinal, em nota de rodapé, a nossa convicção de que o tipo de argumentação que expusemos líquida, pela sua evidência, uma "tipologia da frase" com estes contornos.

serviria a definição de todos os tipos frásicos atestados na tipologia; e por outro lado, um critério que, oferecendo até a segurança de uma marca formal – a utilização de um dado modo verbal – servirá apenas um, entre todos os restantes "tipos de frase". Por um lado, seguro; por outro, pouco produtivo. Para mais, seria precisamente esta garantia "formal" aquela que poderia servir com propriedade o título "syntaxe" – sendo "formal" e "syntaxe" dois termos que em absoluto se compaginam.

Certo será que a distinção aqui feita se estabelece entre um "tipo de frase", que utiliza exclusivamente, e em exclusividade, um dado "modo verbal", e todos os restantes, casos em que, nada sendo afirmado explicitamente sobre o tema, por dedução, saberemos que, utilizam indistintamente qualquer outro dos modos verbais disponíveis para selecção. No entanto, após este exercício, não deixaremos de perceber, nesta tipologia, a existência de um membro que não respeitou as regras de solidariedade que se espera existam entre as partes de um conjunto. O isolamento em que este critério se mantém, desequilibra o edifício tipológico, favorecendo uma construção desproporcionada entre um só tipo frásico – baseado no uso do modo do verbo – e todas as restantes frases de uma língua, a que não se concedeu espaço algum na análise das implicações do uso de um determinado modo verbal. E não será talvez verdade que estas especificidades não existam: «Las interacciones entre interrogación y tiempos y modos verbales constituyen uno de los aspectos más complejos de la gramática.» (ESCANDELL VIDAL, 1999: 3944). Le Goffic coloca o modo verbal entre os indícios formais fundamentais em gramática (LE GOFFIC, 1993: 18). Seria um critério útil na construção de um hipotético edifício tipológico com duas frentes: tipos de frase que utilizam um modo verbal exclusivo e todas as restantes frases que não o fazem; mas perante a quadratura desta taxinomia em concreto, parece um critério desestabilizador pelo poder da sua força.

Se seguirmos esta pista de investigação, invertendo as prioridades de construção da "tipologia da frase" tradicional – que nos engendrou a existência do conceito "frase exclamativa" – chegamos possivelmente a uma tipologia outra, a ser então sim, baseada no modo verbal, coerentemente servindo, de idêntica forma, todo um constructo tipológico. A exequibilidade de tal hipótese é comprovada pela proposta de Le Goffic na sua *Grammaire de la Phrase Française* (LE GOFFIC,

1993). Escapando ao problema colocado pela consideração do modo verbal na tipologia tradicional, em que só num dos "tipos de frase" a ele se atende, Le Goffic examinará a questão a dois tempos: aprecia primeiramente a « phrase indicative » e, em seguida, a « phrase à un mode autre que l'indicatif ». Neste contexto, sopesará a « phrase impérative », ao lado da « phrase subjunctive » ou da « phrase infinitive ».(LE GOFFIC, 1993: 93-129).

Porém, para nós, a última pista investigatória percorrida não se revelou frutuosa, já que na solução ensaiada, se perdeu definitivamente o conceito teórico que procuramos circunscrever. É possível que estejamos agora mais perto de uma tipologia da frase consentânea com questões intrínsecas à sua estrutura específica, dotados de instrumentos mais adequados à sua análise. Uma hipótese a averiguar: esta nova tipificação da frase abriria, seguramente, novos temas de discussão. Todavia, ela não serve já os nossos motivos, na medida em que o ângulo de abordagem deixou de compreender a "exclamação". Na verdade, « L'indicatif est [...] le mode sur la base duquel se développe l'interrogation (ainsi que l'exclamation): il n'y a pas de " mode interrogatif ". » (LE GOFFIC, 1993: 18); ao que acrescentaríamos: não existe um "modo exclamativo". Ou, dito de outra forma, já não pela negativa: «Frase exclamativa [...] admite todos os modos» (MOREIRA, 2008: 201)

Outras propostas poderemos coligir. O objectivo será tão só o de denunciar que a questão da "tipologia frásica", tal como é exposta nas nossas gramáticas, abre um campo de crítica passível de a fragilizar, na exposição das suas insuficiências. Ela poderá assim não estar dotada das condições que permitam albergar o conceito "exclamação", como aliás temos já vindo a querer demonstrar.

2.2.1.1.3. Outras tipificações da frase (?)

Que falar de uma "tipologia da frase" não será necessariamente, ou de todo, falar de "tipos frásicos" estabelecidos, primeiramente, segundo um

determinado "objectivo comunicativo", acreditamos ter já cabalmente defendido. Mas poderão, certamente, auxiliar esta ideia outras propostas de tipificação da frase, que mais de perto seguem o objectivo de a classificar, segundo parâmetros que não lhe serão tão estranhos quanto o já enunciado. Assim se poderá eventualmente expor, por comparação, fragilidades da tipologia original. Resta apreciar também a sua validade, para o campo de estudos da sintaxe; como anteriormente se fez, novamente se tentará.

Na verdade, existe, para nós, um óbice fundamental a qualquer iniciativa deste teor. Parece-nos problemático, frente ao conceito nuclear de "frase", compartimentar tipologias. Arriscamos ver nele uma realidade indivisa. Partindo deste conceito sintáctico, definido nos termos que escolhemos seguir, e enunciámos já, na esteira de Martinet (MARTINET, 1985: 86, 87)²⁵, falar de "tipos de frase", só poderia ser falar de diferentes tipos de estruturas de frase. Ora, nesse caso, estaríamos perante uma contradição em termos. Na verdade, a "frase" define-se já por apresentar *uma* determinada estrutura que a configura, *sc.* uma estrutura desenhada pela existência de um núcleo e suas expansões. Só após este preceito – tido, assumidamente, como conceito axiomático – algumas divisões classificatórias ulteriores poderiam eventualmente ser previstas. São as que nos propomos agora rever e questionar.

Uma dessas tentativas de partição da frase em categorias tipológicas foi já acima referida. A ter em consideração o modo verbal de um dado tipo de frase, ao serviço da sua classificação tipológica, então que não se permita que isoladamente permaneça, sob um título que não serve nenhum outro exemplo. Para mais, difícil seria defender uma tipologia de *um* elemento – uma contradição em termos – que para haver tipos diferentes, pelo menos uma comparação se torna de regra. Falamos, portanto, da proposta de Le Goffic (LE GOFFIC, 1993: 93-129), da sua « phrase indicative » surgindo a par da sua « phrase à un mode autre que l'indicatif », subcompartimentação onde cabem a « phrase impérative », ao lado da « phrase

²⁵ As definições a que aludimos foram *supra* citadas, no anterior ponto do presente capítulo.

subjonctive » e da « phrase infinitive », como adiantámos *supra*²⁶. Mas para além das eventuais objecções a esta tipologia²⁷, não acreditamos que ela esteja verdadeiramente a operar distinções tipológicas no âmbito do conceito de "frase" que adoptámos, já que se mantém incólume uma mesma estrutura, em que não foram destringíveis diferentes tipos.

Mas ainda o mesmo autor oferece outras hipóteses de análise. Aproveitemos ainda palavras suas, para prosseguirmos com a nossa tarefa. Le Goffic, no "avant-propos" da sua gramática, ao chamar a atenção para os seus méritos, afirma: « Tous les *types de phrase*, simple et complexe, verbale et non verbale, sont analysés, avec de très nombreux exemples » (LE GOFFIC, 1993: 5, *italico* nosso). Estamos, portanto, perante outras tipologias da frase, que também as restantes gramáticas que coligimos não negam²⁸.

As "frases simples" seriam um tipo de frase, as "frases complexas" um outro. A questão que se pode levantar aqui é a de divisarmos até que ponto nos encontramos face a uma oposição, verdadeiramente essencial, entre dois tipos de frase. Poderemos defender que esta diferenciação não implica distintos tipos de estruturas frásicas, em essência: a frase *é* uma dada estrutura. Mantém-se ainda,

²⁶ Cf. anterior ponto do presente capítulo

²⁷ Sem querer problematizar uma questão que não é a nossa, demonstremos, no entanto, que esta não poderia nunca ser uma tipologia consensual. Uma dada tradição gramatical reconhece «cinco modos na flexão dos verbos: indicativo, conjuntivo, imperativo, condicional, infinitivo» (FLORIDO, 2000: 125). Uma outra linha de pensamento defende que se considerem apenas três modos verbais: «Há três modos em português: o indicativo, o conjuntivo e o imperativo (CUNHA e CINTRA, 1994: 378); «Em português existem três modos: *indicativo, conjuntivo e imperativo* (AMORIM, 2006: 157). Outros estudiosos tomam opções diferentes: «Elle [la classe du "mode"] comprend quatre monèmes, le "subjonctif", l'"infinitif", le "gérondif" et l'"impératif".» (BARBOSA, 1998: 76). Para citarmos ainda outros exemplos de contraditório: «alguns linguistas, principalmente os da escola generativo-transformacional, negam a existência do conjuntivo independente, interpretando-o como o efeito do apagamento, na superfície, da oração principal.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 466). Para além da diferença numérica, outro tipo de distinções se jogam: «Contrairement à ce que prétend la tradition grammaticale, le "subjonctif" n'est pas, du point de vue syntaxique, le mode de la subordination» (BARBOSA, 1998: 77); «Costuma dizer-se que o conjuntivo é o modo da oração subordinada, o que é parcialmente verdade» (VILELA, 1999: 173). Os diálogos e as divergências, poderão, neste campo, ser extensos.

²⁸ O que, certamente, não será, de todo, o mesmo que garantir que afirmam: um raciocínio que teremos ocasião de precisar *infra*, ainda neste mesmo ponto da nossa exposição.

afinal, a lógica analítica da decomposição de uma mesma entidade, "frase", em núcleo e expansões.

Poderíamos talvez, num âmbito a este semelhante, e aproveitando ainda o "avant-propos" já citado, conjecturar uma divisão de "tipos de frases" que contemplasse a existência de "frases de núcleo verbal" e "frases de núcleo nominal". Esta posição consiste numa visão frequente segundo a qual « on appelle *phrase nominale* une phrase sans verbe, par opposition à une *phrase verbale* » (RIEGEL, 2001: 457). Porém, nesse caso, estaríamos objectivamente a falar mais de "tipos de núcleos" do que de "tipos de frases", já que « pour la prédication, l'absence du verbe n'implique pas automatiquement l'absence de prédicat: le rôle du verbe est assuré par d'autres moyens. » (RIEGEL, 2001: 458). E permanece, portanto, ainda válido o facto de continuarmos na órbita de uma mesma constelação, que continua a integrar núcleo e expansões. A este propósito, Benveniste proferira já uma sentença clara, concluída do raciocínio de que « Le prédicat est une propriété fondamentale de la phrase, ce n'est pas une unité de phrase. », logo « Il n'y a pas plusieurs variétés de prédication. » (BENVENISTE, 1966: 129). A distinção a ser aqui calculada poderia, quando muito, ser uma questão de "estatuto": « L'absence du verbe prive la phrase nominale du terme qui assure normalement la prédication et l'ancrage situationnel. Le statut de la phrase nominale diffère donc de celui de la phrase verbale. » (RIEGEL, 2001: 457). Todavia, falta ainda quantificar o peso que se pretende atribuir a este factor: será necessário frisar que duas frases de diferente estatuto não serão necessariamente frases de diferente tipo, na linha do que vem sendo argumentado²⁹.

É certo que os conceitos acima invocados pertencem ao domínio discursivo corrente dos compêndios gramaticais. Assim sendo, só de forma relativa estas considerações poderiam constituir novidade. Não será, no entanto,

²⁹ A sermos rigorosos, a distinção a operar neste âmbito ultrapassaria o binómio "frase verbal" / "frase nominal". Embora sem grandes consequências para o raciocínio que foi estabelecido, parece preferível, por mais exacta, a diferenciação "frase verbal" / "frase averbal" – a "frase sem verbo" não será forçosamente uma "frase nominal": « Pour notre part, nous parlerons de " phrase averbale ". [...] le terme " nominal " est trop restrictif: il ne fait référence qu'à deux classes grammaticales susceptibles d'assumer le rôle prédicatif, le substantif et l'adjectif; or, des classes différentes du nom se trouvent concernées telles que l'adverbe [...] et le groupe prépositionnel » (LEFEUVRE, 1999: 19)

negligenciável o facto de que, ainda que se trate de temáticas extensamente abordadas, elas não o são no âmbito de uma tipologia frásica. Os temas são tratados, por certo. Não lhes é, porém, assumidamente atribuído um estatuto que equivalha a uma distinção tipológica da frase; que essa, antes do mais, foi ocupada pela tetralogia que até aqui nos trouxe. E o "antes do mais" aplica-se com propriedade, já que a distinção tradicional dos tipos frásicos, é cronologicamente imediata às tentativas de definição de frase, com que os capítulos de sintaxe normalmente se estreiam³⁰.

Não deixa de ser interessante, portanto, que alguns momentos dispersos de discurso gramatical nos presenteiem com opções que acabam por atestar a oportunidade das reflexões anteriores: propostas de tipologias da frase outras, que não podendo isentar-se de toda a crítica, serão, pelo menos, mais consentâneas com o paradigma dos estudos sintácticos em que, naturalmente, terão de se inserir. Assim é com Grevisse. Torna-se, de forma evidente, significativo para o caso que o

³⁰ Na verdade, as estruturas de construção dos compêndios gramaticais repousam, as mais das vezes, em formas de proceder radicadas numa dada tradição, que não deixa que se distanciem de certo molde as preferências dos gramáticos. Em traços largos, sob dissemelhantes nomenclaturas ou configurações, ainda assim, « La grammaire traditionnelle distingue nettement entre deux grands chapitres, dont le premier concerne [...] l'intérieur du mot [...]. C'est ce qu'on appelle la " morphologie ", ou l'étude des accidents formels. Dans l'autre grand chapitre, on examine la manière dont les mots séparés peuvent se combiner en unités plus importantes, et c'est ce qui constitue la " syntaxe ". » (MARTINET, 1969: 126-127). Verifica-se, de facto, « la distinction classique entre les deux parties de la grammaire que sont la syntaxe et la morphologie – domaines traditionnellement abordés dans l'ordre inverse. » (ARRIVE, 1986: 298). A similitude na estruturação destes compêndios, pode igualmente ficar assim retratada: « Tous les ouvrages se divisent à peu de chose près en trois parties:

1. Morphologie.
2. Dérivation.
3. Syntaxe. » (JESPERSEN, 1971 [1924]: 39)

Sem esquecer, certamente, que « les divisions traditionnelles de la grammaire peuvent avoir leur utilité pratique, mais ne correspondent pas à des distinctions naturelles et ne sont unies par aucun lien logique » (SAUSSURE, 1916, 1986: 187). Alguns dirão que « Ce schéma traditionnel [...] est critiquable sur bien des points. », não sendo, no entanto esse o factor que agora nos prende. (JESPERSEN, 1971 [1924]: 39)

O que nos traz aqui é o aquilatar de uma outra subdivisão estrutural, em que se torna visível que a questão da "tipologia frásica", quando tratada, o é, também tradicionalmente, a abrir o capítulo sintáctico: a definição de "frase", seguida da sua caracterização tipológica. Pode computar-se, partindo daqui, o grau de relevância atribuído ao tema que não se deixou esperando.

gramático (GREVISSE, 1993: 575-628) distribua o seu estudo das « particularités des divers types de phrases », a encontrar no capítulo VI da « deuxième partie: la phrase », por seis "secções": « Section 1. La phrase énonciative » ; « Section 2. La phrase interrogative » ; « Section 3. La phrase exclamative » ; « Section 4. La phrase injonctive » ; «Section 5. La phrase averbale » ; « Section 6. La phrase complexe »³¹.

E é ainda expressivo o facto de que o conteúdo desta última "secção" consista tão só em breves palavras justificativas de uma opção que se acreditou merecer defesa: um único parágrafo explica que «Comme l'étude de ce problème exige des développements assez considérables, une partie spéciale, la quatrième, lui a été consacrée.». Não é possível encontrar esta sexta secção, «La phrase complexe», indicada na "table des matières", apresentada no final do volume. Todavia, no corpo da gramática, ela surge, após a quinta secção, «La phrase averbale», nos termos já referidos. Esta preocupação denota, até com maior vigor, o cuidado que existiu em assinalar o local exacto, o lugar natural, em que a matéria deveria ser examinada, a par dos restantes "tipos de frase" listados, e que só constrições de natureza outra não aconselharam.

Evidentemente, esta nova tipologia, de seis elementos, resulta estranha. O propósito da sua invocação, neste momento, foi sobretudo instrumental: ela valida, de alguma forma, a bondade, ou pelo menos a pertinência, das nossas breves cogitações; um eco da sua conveniência primeira. Na verdade, ela própria encerra todas as dificuldades que já enumerámos, para os primeiros quatro membros³², acrescidas de outras surgidas da originalidade das novas junções. A primeira destas é, desde logo, o acréscimo em si. De facto, a tipologia mostra-se mais heteróclita do que nunca, com a dispersão de critérios inconstantes a permitir a adição de novas parcelas, com perdas para o factor unificante que se espera justifique qualquer tipologia.

³¹ O facto desta organização não pertencer já a Grevisse, mas sim ao seu sucessor, André Goosse, não lhe retira a autoridade da gramática que circula ainda sob o seu nome.

³² E, de igual forma, também aquelas que, não o tendo ainda feito, pretendemos ainda apontar, no presente capítulo.

Alargando o âmbito da nossa pesquisa, querendo procurar distinções tipológicas das frases que diferenciem distintas naturezas sintácticas³³, poderiam ser conjecturados os "tipo afirmativo" e "tipo negativo" de frase. O ponto de partida seria aqui a asserção da existência de « une dimension grammaticale » relevada do facto de que « La négation sert à former, avec des moyens grammaticaux spécifiques, un *type de phrase* » (RIEGEL, 2001: 411, itálico nosso)³⁴. Instauram-se, desta forma, dois distintos "tipos frásicos": o "tipo negativo" e aquele a que este se oporia. No entanto, o próprio autor da anterior citação, acaba por posicionar esta divisão, como se aí encontrasse a sua maior legitimidade, no quadro da Lógica. Trata-se, afinal, de um «type logique», baseado « sur une valeur sémantique reconnue par la logique classique»: « la négation [...] constitue avec celle-ci [l'affirmation] une alternative logique: toute phrase peut être conçue positivement ou négativement » (RIEGEL, 2001: 387-389). Ora, se « toute phrase peut être conçue positivement ou négativement », a "frase" permanece "uma", ainda que posteriormente a esta, diferenças possam ser calculadas. Para mais, «*Ainda quando negamos alguma coisa, sempre o Verbo realmente afirma. Quero dizer, afirma ou que a tal coisa he, ao que chamamos afirmar; ou afirma que não he, ao que chamamos negar.*» (VERNEY, 1816: 79): « *Nier*, par exemple, c'est affirmer ou qu'une chose n'est pas, ou qu'elle ne convient pas à une autre » (GIRAULT-DUVIVIER, 1833: 208).

Averiguemos, portanto, outras possibilidades ainda não consideradas. Esta última hipótese remete-nos, de forma bastante imediata, para aquilo que se considera comumente como sendo, não "tipos", mas sim "formas de frase". É neste enquadramento que se formatam novas compartimentações, elas próprias imbuídas

³³ Este exercício serve, antes do mais, a nossa argumentação: já revelámos perceber a frase como dotada de uma natureza sintáctica, em que a própria indivisibilidade conceptual assegura a estabilidade do conceito.

³⁴ Será pertinente, todavia, permitir que se alongue a citação, notando a forma curiosa como continua: « La négation sert à former, avec des moyens grammaticaux spécifiques, un type de phrase combinable avec un type déclaratif, interrogatif ou injonctif » (RIEGEL, 2001: 411, itálico nosso), resultando aqui a curiosidade do facto de ter sido obliterado da enumeração o "tipo exclamativo" de frase. Para este facto encontraremos, por certo, uma explicação posterior, a situar no contexto da análise do pensamento do autor.

numa dada tradição gramatical que as consagra. Encontramo-nos perante as habitualmente registadas "formas da frase": forma afirmativa / forma negativa; forma activa / forma passiva e forma neutra / enfática. É claro que se trata aqui também de uma tipologia da frase: uma tipologia das suas "formas", uma tipologia outra.

Tendo, de algum modo, respondido já às solicitações colocadas pelo primeiro par de formas oponentes, demoremos, agora, na ponderação da exequibilidade de serem as restantes distinções a prepararem uma separação das frases por "tipos".

Mas, retomando fôlego, atardemo-nos num parêntesis que comprova que "tipos" e "formas" de frase aparecem como se lado a lado, na visão tradicional desta problemática – são, para mais, combináveis³⁵ – embora primazia seja conferida aos "tipos", a localizar sempre espacialmente antes de uma posterior abordagem do tema das "formas". Será de ponderar aqui um dado substancial: a classificação sob o título "formas" remete, como se indicia, para uma questão deveras "de forma", isto é, "formal"? A resposta pode mostrar-se relevante, na medida em que hipoteticamente estaríamos perante um redireccionar da análise no sentido de uma maior aproximação a um tratamento sintáctico – o único tipo de tratamento que temos vindo a equacionar como legítimo para tocar o conceito de "frase". Pesquisemos uma resposta.

Riegel, o autor que primeiramente nos levou a abordar a questão das "formas" das frases, estabelece uma listagem original de "types de phrase" (RIEGEL, 2001: x-xi). A sua enumeração ultrapassa o âmbito da tipologia da qual partimos e compreende também aqueles que o uso entende serem, não "tipos de frase", mas sim "formas de frase"³⁶. A ela regressaremos, em busca de outro tipo de

³⁵ Segundo a teorização vigente será possível classificar uma frase como sendo uma frase de "tipo declarativo" e de "forma passiva", por exemplo.

³⁶ A sua tipificação heterogénea da frase resulta da observação de distintos critérios explicitados, cujos resultados são, apesar disso, conjuntamente listados. Sob o título «Les types de phrases», abrem-se diferentes espaços de análise: « L'interrogation », «

respostas³⁷. Atemo-nos agora a testemunhar que em relação à "frase enfática" e à "frase passiva" o autor afirmará estar em causa « un réagencement de la structure syntaxique à des fins communicatives (thématisation, focalisation, etc.) » (RIEGEL, 2001: 388). Ora, no momento em que pesquisamos a viabilidade de uma tipologia sintáctica da frase, a expressão "structure syntaxique" possui o condão de imediatamente nos fixar às palavras do gramático.

No entanto, também esta última proposta poderá não parecer suficiente para uma caracterização tipológica das frases, segundo os próprios pressupostos da noção implicada. Estaremos, na verdade, em ambos os casos, sobretudo perante uma questão de organização da informação na frase. Se ao falarmos de "frase enfática" e "frase passiva", consideramos que « par les aménagements syntaxiques qu'ils introduisent, ils affectent l'organisation sémantique de la phrase, notamment en ce qui concerne la répartition de l'information en thème / *propos* » (RIEGEL, 2001: 389), evoluímos para o domínio de outras problemáticas sintácticas da frase, para uma análise mais fina da sua sintaxe, que pressupõe um conceito já estabelecido de frase que não se deixa alterar: um núcleo e as suas expansões. E isto porque deveremos ter presente a lição segundo a qual «A syntaxe é uma ordem systemática das palavras, fundada nas relações das couzas que ellas significão, e a construção uma ordem local, auctorizada pelo uso das Linguas. Assim a construção póde ser ou direita ou invertida, e ter contudo a mesma syntaxe. Nestas duas orações: Alexandre venceo a Dario, e A Dario venceo Alexandre, as construções são contrarias; porêm a syntaxe é a mesma.» (BARBOZA, 1862: 362-363). Estas cambiantes que se prendem com o que será então sobretudo uma questão de " réarrangement communicatif " (RIEGEL, 2001: 389), organização da informação, ou tematização, evoluem, assim, num espaço de análise posterior ao da tipificação tradicional da frase a quatro tempos.

L'exclamation », « L'injonction », « La négation », « L'emphase », « Le passif », « L'impersonne l » e « Phrases atypiques » (RIEGEL, 2001: x-xi).

³⁷ Para nós, revelar-se-á de grande interesse o modo como este gramático posiciona a "exclamação" na sua tipologia: tanto a posterga como a reabilita, segundo o prisma de observação. É também esse movimento que nos motivará a regressar a Riegel.

Um outro dado significativo, de menção obrigatória na abordagem deste tema, irá negar a estes títulos a sua eventual viabilidade operacional para uma partição das frases em categorias tipológicas. Acontece de facto que, os "types de réarrangement communicatif" são dados como facultativos « ils sont facultatifs, car une phrase peut n'en comporter aucun. » (RIEGEL, 2001: 389). Não seria por este caminho – facultativo – que se poderia iniciar uma classificação expressiva das frases; ou seria uma classificação bem pouco ambiciosa, dependente de fenómenos de carácter accidental, uma subtipificação hierarquicamente inferior, ao contrário da pretensão da tipologia que vimos equacionando³⁸.

E foi, de facto, essa que até aqui nos trouxe. Por incluir a "frase de tipo exclamativo". Não nos parecendo que a "tipologia frásica" tradicional pudesse facilmente resistir a um escrutínio sintáctico, fomos em busca de outras soluções. Eventualmente, ainda que de forma momentânea ou sub-reptícia, ter-nos-emos aproximado da sintaxe. Distanciámo-nos, sem dúvida, da "exclamação".

As possibilidades classificatórias que indagámos, para além de se furtarem ao cumprimento cabal da regra sintáctica que impusemos, deixaram cair, em definitivo, o conceito que nos prende e, portanto, também por isso, ou por isso mesmo, não nos servem.

O nosso ponto «2.2.1.3. Outras tipificações da frase (?)», não só não desmentiu o carácter dúbio do seu título como, para mais, nele se perdeu o conceito que procuramos. Tendo perspectivado o nosso campo de pesquisa à maneira de trilhos num mapa, diríamos ter de retroceder.

Apesar de não ser nosso primeiro intento o de comentar a "tipologia frásica", *per se*, tal como aparece estabelecida e documentada em diferentes tipos de compêndios, a verdade é que sendo a "frase exclamativa" apresentada como um dos pilares de uma tetralogia que pretende tipificar a "frase", só neste âmbito geral, que a

³⁸ Regressaremos *infra* ao tema da "frase exclamativa" percebida como "tipo facultativo" de frase e respectivas implicações.

inclui mas também ultrapassa, fará sentido a sua análise – o nosso eleito desiderato para o presente capítulo do nosso trabalho.

Avaliando, assim, como de início nos propusemos, os convívios nocionais que prendem o conceito teórico de "exclamação" – perspectivado agora na sua feição de "tipo exclamativo de frase" – aos conceitos seus vizinhos, atentemos noutras problemáticas que poderão fazer periclitlar o equilíbrio teórico da tipologia que alberga o conceito que agora nos prende, com forçoso prejuízo para este.

2.2.1.2. A "Frase exclamativa" e a "Frase declarativa"

Na realidade, ao apreçar o peso relativo que assume a "frase exclamativa" face aos membros adjacentes deste conjunto de quatro elementos, facilmente detectamos desequilíbrios. Ignorando momentaneamente as objecções expostas, partiremos do princípio que se tomou por válido este construto teórico, ao mesmo tempo que denunciámos ainda outras fragilidades. Aceitando a sua quádrupla formatação, como cotejar duas das suas partes constitutivas, neste caso "frase exclamativa" e "frase declarativa", se dificilmente elas são apresentadas como detentoras de idêntico estatuto?

2.2.1.2.1. Afastamento

Tomemos os dois conceitos e delimitemos fronteiras. A primeira fronteira a estabelecer é aquela que separa a "frase: declarativa" não só da "frase

exclamativa", mas a separa igualmente dos restantes "tipos frásicos"³⁹. É notório que o seu carácter terá obrigatoriamente de se diferenciar dos restantes, se considerarmos que «as any descriptive linguist knows, using the declarative clause as the reference point for grammatical description is as intuitively obvious as any methodological decision that a field linguist must make» (GIVÓN, 1995: 40). Parece evidente que se assim for, e se estiver correcta a lição⁴⁰, a "frase declarativa" terá de assumir um estatuto distinto dos demais "tipos de frase" e deles ser distanciada. Esse distanciamento terá de implicar, a sermos coerentes com a anterior premissa, que a "frase declarativa" abandone os limites da tipologia em causa. Se ela é o ponto a partir do qual parte a construção tipológica (ou o ponto para o qual as componentes da tipologia convergem), ficará manifesto que a sua condição é dissemelhante de qualquer um destes elementos centrífugos (ou centrípetos) e a eles não poderá, assim, ser equiparada. «The main *declarative*, affirmative, active clause has been tacitly assumed, in grammatical description ever since the Greeks, to be the *privileged, unmarked* clause type.» (GIVON, 1995: 32): « c'est Aristote qui a fondé endroit le primat de la phrase assertive » (LE GOFFIC, 1993: 18). Este estatuto privilegiado da "frase declarativa", percebida como «o enunciado típico – base do impulso inicial da especulação gramatical pela lógica grega» (BECHARA, 2000: 407),

³⁹ As aspas recorrentemente utilizadas quando se nomeia este conceito justificam-se na medida em que não dispensamos as reservas teóricas que nos fazem duvidar de que estejamos a falar verdadeiramente de tipos de frase, no âmbito desta classificação tipológica.

⁴⁰ A precaução justifica-se aqui na medida em que, segundo uma outra lição, «in a fair number of languages [...] declarative constructions do not serve as the basis on which other sentence types are formed; instead, the declarative involves syntactic or morphological marks entirely parallel to the marks for other sentence types.» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 165). Mas que assim seja vem até provar *a contrario* que, no caso vertente, seria expectável que a subsistência da "frase declarativa", «as the reference point» (GIVÓN, 1995: 40), acarretasse consequências ao nível do seu posicionamento na tipologia, que deixaria de ser igualitário. Teríamos, pois, o membro não marcado distanciados dos restantes membros portadores das marcas específicas, manifestas após o confronto comparativo. Ora, pelo contrário, tudo se passa, afinal, com frequência, como se nos movêssemos num quadro semelhante ao de outras línguas: « Difficile à isoler matériellement dans les langues indo-européennes, la modalité d'assertion est beaucoup plus évidente en coréen ou en japonais, où elle est exprimée par une particule spéciale, généralement introduite en fin de phrase. » (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 580). Só em casos semelhantes aos das línguas referidas, trabalharíamos com membros equivalentes de uma tipologia equilibrada, partilhando marcas paralelas. O que se tenta fazer no quadro da tipologia tradicional, revela-se, desta forma, um visível contra-senso.

como um « schéma de référence » (RIEGEL, 2001: 109), não admite que a coloquemos ao mesmo nível dos restantes tipos frásicos: « le type déclaratif possède un statut particulier » (MONNERET, 1999: 138) e, portanto, ao nível da "frase exclamativa".

As gramáticas e os seus autores não abordam sempre de forma explícita esta temática, sobretudo se pensarmos nos compêndios mais breves. Ou abordam-na, sim, mas sem recusar repetir a fórmula em que o "tipo declarativo" é apenas mais um dos elementos a contabilizar. Pelo contrário, de forma implícita, alguns procedimentos podem denunciar preconceitos. Por exemplo, não poderá ser descurado como fortuito o facto de este "tipo de frase" surgir, sempre que nomeado, no topo do elenco tipológico. Assim como será visivelmente significativo que algumas gramáticas optem por não incluir, nas suas grandes divisões estruturais, um endereço onde tratem a "frase declarativa" de forma equidistante das restantes "frases"; e ainda que contradigam listagens tipológicas por si próprias posteriormente autorizadas.

Atentemos, então, nestes dois *modi operandi*. O primeiro – a "frase declarativa" encabeça a tipologia – esconde certamente todos os pressupostos que já enunciámos, e tomámos por certos, que vêem neste particular "tipo frásico" «a forma normal, não marcada da frase» (VILELA, 1999: 309). Tanto assim é que ela acaba por poder ver os seus contornos delineados pela negativa, sendo que as marcas características apontadas são, precisamente a «ausência de traços característicos dos outros tipos de frase (frase não marcada)» (FLORIDO, 2000: 162), portanto, uma «frase [...] que se pode caracterizar pela ausência dos traços específicos dos outros tipos de frase» (DUARTE, 2002).

Por outro lado, e em sincronia com a ideia anterior, poderá fabricar-se a conjectura de que uma análise quantitativa subjaza igualmente à supremacia intuitiva do "tipo declarativo": « La phrase canonique est une entité purement théorique dont la phrase assertive simple se trouve être la réalisation la plus immédiate et sans doute la plus fréquente » (RIEGEL, 2001: 109). Algum peso

assumirá o facto de que seja este « le type de phrase le plus fréquent » (GREVISSE, 1993: 575).⁴¹

O segundo dos dois *modi operandi* que nos propusemos analisar – algumas gramáticas optam por não incluir, nas suas grandes divisões estruturais, um endereço onde tratem a "frase declarativa" de forma equidistante das restantes "frases" – denuncia igualmente que a ele subjaz a convicção de que "frase declarativa" possui uma particular natureza. Desta forma de proceder, daremos dois exemplos: o da *Gramática descriptiva de la lengua española* (BOSQUE e DEMONTE, 1999) e o da *Gramática da Língua Portuguesa* (MATEUS, 1992; 2003), na medida em que se conformam à opção que referimos, com *nuances* que apraz debater, assim como pelo próprio peso que assumem no panorama gramaticográfico de cada um dos sistemas linguísticos que pretendem descrever⁴².

Os gramáticos que prepararam a *Gramática descriptiva de la lengua española* (BOSQUE e DEMONTE, 1999) incluíram a questão da classificação tipológica das frases na sua «cuarta parte», a que deram o título de «Entre la oración y el discurso». Esta designação terá de ser questionada, desde já pela originalidade do espaço que institui, e depois pela relevância de que se reveste no todo do compêndio. Ao longo dos seus três volumes, a totalidade da obra divide-se em cinco "partes": «Sintaxis básica de las clases de palabras»; «Las construcciones sintácticas fundamentales»; «Relaciones temporales, aspectuales y modales»; «Entre la oración

⁴¹ A frequência de distribuição dos diferentes "tipos de frase" oferece, certamente, um interessante tema de estudo. Num momento ulterior da nossa investigação, teremos oportunidade de referir alguns aspectos desta questão que por agora adiamos, uma vez que os termos em que o faremos não se adequam à problemática que presentemente nos ocupa. Cf. «3.2.2.2. Outros critérios».

⁴² A referência a "peso" guarda, aqui, algo de literal. A *Gramática descriptiva de la lengua española* (BOSQUE e DEMONTE, 1999) é um trabalho desenvolvido por 73 colaboradores, ao longo de seis anos, com base numa bibliografia de 4500 obras, que se consubstanciou num compêndio de mais de 5500 páginas, beneficiando do patrocínio da Real Academia Espanhola. No prefácio a esta obra, Fernández Lázaro Carreter designou-a, tendo em mente o caso da língua espanhola, como «la mayor empresa gramatical acometida en este siglo, llamada a tener una transcendencia enorme en nuestra cultura.» (MILLÁN, 1999a; MILLÁN, 1999b).

y *el discurso*» e «Morfología». Os termos do título que abrigarem um quinto de uma obra desta natureza terão de ser significativos.

Adiando, no entanto, a tentativa de determinação desse espaço ambíguo – um espaço "entre" a oração e o discurso⁴³ – respondamos à motivação primeira que nos levou a tomar em mãos este compêndio. A verdade será que a *Gramática descriptiva de la lengua española* parece ter configurado um endereço *sui generis* para a apresentação da sua proposta classificatória das frases em tipos distintos. É, no entanto, nele que encontraremos o campo de estudo de três dos tipos de frase que temos enumerado, merecendo cada um deles um distinto subcapítulo da gramática em causa: «Las oraciones imperativas» (GARRIDO MEDINA, 1999, itálico nosso); «Los enunciados interrogativos» (ESCANDELL VIDAL, 1999, itálico nosso) e «Las construcciones exclamativas» (ALONSO-CORTÉS, 1999, itálico nosso), sendo que com "oraciones", "enunciados" ou "construcciones" se acaba por referir, no corpo de cada um dos três artigos⁴⁴, uma mesma realidade, aquela a que temos chamado

⁴³ Poderemos fazê-lo no capítulo em que abordaremos o conceito "exclamação", visto no âmbito dos estudos que operam no domínio do "discurso". Cf. «Capítulo III – Exclamação e Discurso».

⁴⁴ Claro que, tendo presente que se trata de artigos de diferentes autores, será fácil advogar que as flutuações de terminologia – referimo-nos às expressões que destacámos a itálico – terá resultado de preferências pessoais, sem outro significado para além desse. Mas é também verdade que facilmente as escolhas terminológicas se tornam indícios certos dos pensamentos a elas subjacentes. Poderíamos então especular levemente em torno das opções feitas, mantendo presente o nível *quase* recreativo desta forma de proceder, uma vez que a análise dos textos não nos oferece pistas definitivamente seguras sobre o assunto. Assim, por exemplo, argumentaríamos que a escolha de "oraciones", um termo fortemente conotado com a gramática tradicional, para o caso das ditas "frases imperativas", poderia justificar-se com a existência, nesse mesmo tipo de gramática, de uma garantia formal paralela, a encontrar no estudo que ela própria faz dos tempos e modos verbais. No caso das "frases exclamativas", em que a definição de uma marca formal própria, que congruentemente se compagine com o conceito de "frase", poderá ser bem mais difusa ou até problemática, como teremos oportunidade de discutir noutros pontos deste trabalho, o termo ele próprio lasso e epistemologicamente pouco comprometido "construcciones" adequar-se-á com coerência à fluidez da questão. Podemos ainda especular um pouco mais, para concluir o exercício, e supor que a escolha da expressão "enunciados interrogativos" remeterá talvez mais facilmente do que outra (mais certamente do que "oraciones") para a deixis enunciativa, se entendermos o "enunciado" enquanto «unidade de comunicação integrada num acontecimento comunicativo concreto» (VILELA, 1999: 89) – espaço onde preferencialmente se analisa o jogo interactivo dialogal, muitas vezes abordado quando se fala da temática das "frases interrogativas". Claro que, neste caso, não será certo que se estejam a analisar tipos de *frase*.

"frase". Desta demorada atenção, o único tipo de frase excluído, tendo em conta a tetralogia que temos vindo a enunciar, foi a chamada "frase declarativa".

O facto de a dita "frase declarativa" não merecer um tratamento paralelo àquele que obtiveram os restantes três tipos frásicos poderá ser analisado de duas perspectivas distintas, ainda que convergentes. Por um lado, ter-se-á considerado que as características dignas de estudo deste tipo frásico haviam já sido suficientemente tratadas, com o privilégio de tal ter acontecido no âmbito de toda a segunda parte, todo o segundo volume da obra: «Las construcciones sintácticas fundamentales» – « L'assertion est [...] un puits sans fond si on entreprend de l'analyser » (LE GOFFIC, 1993: 93). Isto não invalida, no entanto, que continue a ser verdade que o "tipo de frase declarativo" não foi ponderado a par dos outros três tipos frásicos. Por outro lado, para além da questão de que já fora alvo de tratamento anterior, talvez se possa formular a hipótese de que este tipo frásico, noutros lugares apreciado ao nível dos restantes três, tenha sido aqui considerado como uma forma não marcada – «[...] el tipo declarativo es el no marcado [...]» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3884) – não sendo, enquanto tal, digna de atenção particular, na medida em que não seria portadora de marcas específicas indiciadoras de um dado tipo de frase.

Na verdade, parece ter sido exactamente uma opção de idêntico teor que leva a que, na *Gramática da Língua Portuguesa* (MATEUS, 1992), sejam tratadas as «frases interrogativas», as «frases imperativas» e as «frases e expressões exclamativas» em três subcapítulos sucessivos, claramente demarcados das restantes matérias, e, no entanto, não surja uma menção, paralelamente à que se faz a estas específicas "frases", a outras que se denominariam, num seguimento lógico da questão, "frases declarativas".

É, assim, muitíssimo curioso notar a forma como a 5.^a edição desta mesma gramática (MATEUS, 2003) optou por uma reorganização distinta da sua exposição desta matéria. De facto, o seu capítulo 12, «Estrutura da frase simples e tipos de frases», surge subdividido em «12.1. A estrutura da frase simples de tipo declarativo», «12.2. Frases imperativas», «12.3. Frases interrogativas», «12.4. Frases exclamativas», e ainda «12.5. Frases optativas» e «12.6. Frases com tópicos marcados». É significativo que assim seja: prova-se, *a posteriori*, a importância

deste ponto, cuja relevância surge atestada por uma alteração numa edição revista. Não se perderá, no entanto, aqui a oportunidade de explorar as consequências da opção primeira, por ser um contraponto da segunda, por ser indicadora de um dado ponto de vista, a dada altura legitimamente defendido, e sobretudo por ser indicativa de pontos de vista actualmente vigentes.

Ora, nessa primeira opção (MATEUS, 1992), nessa gramática, como na anterior (BOSQUE e DEMONTE, 1999), a "frase declarativa", entendida como modelo canónico de frase, encontra naturalmente o seu espaço de análise – « L'assertion est [...] un puits sans fond si on entreprend de l'analyser » (LE GOFFIC, 1993: 93)⁴⁵. Os últimos três subcapítulos que referimos são, de facto, subsidiários da abordagem de um tema que os unifica, a saber: «Frases simples». Sob a égide deste mesmo título, outros subcapítulos se perfilam, a par dos que indicámos, e parece evidente que, conjuntamente, descrevem factos que se poderia dizer pertencerem à análise da dita "frase declarativa"⁴⁶.

Assim, o exame das características daquilo que correntemente se intitula "frase declarativa" encontra, como necessariamente teria de encontrar, o seu espaço analítico, em ambas as gramáticas referidas até ao momento. Acontece que, pelas razões já alegadas, tal não desmentirá o ponto de vista que, de momento, se pretende advogar: não se considera, nas duas gramáticas em causa, a existência de uma "frase de tipo declarativo" de pleno direito, pertencente à tipologia frásica tal como foi apresentada, e que concorra com as restantes, num mesmo sistema. Nestas duas situações, foi entendido que a atribuição de uma nomenclatura que remeta para um dado "tipo de frase" será apenas uma classificação útil para casos de "frases" marcadas por características diferenciadoras específicas, em relação ao que será

⁴⁵ A repetição da citação é, aqui, propositada. Tentamos manter, e reforçar, o paralelismo dos termos da análise das duas gramáticas que elegemos como exemplário da situação que se pretende descrever.

⁴⁶ De facto, os temas abordados são exemplificados, quase exclusivamente, com recurso a frases que se diria, segundo esta tipologia, serem de "tipo declarativo". Por duas vezes se empregam exemplos de frases de "tipo interrogativo" (MATEUS, 1992: 218, 234), ao falar de «Construções predicativas» e «Processos sintácticos de marcação de tópico e foco», mas em ambos os casos estas constituem apenas a deixa pretendida para originar um contexto para a "frase declarativa" que verdadeiramente se irá examinar.

percebido como uma estrutura não marcada – estrutura a que outros estudiosos, operando sob um outro ângulo, chamariam plenamente "frase declarativa".⁴⁷

Se retomarmos a interrogação com que iniciámos o presente ponto da nossa explanação, informados já das anteriores premissas, sentiremos minorado o estatuto da "frase exclamativa" face à "frase declarativa". Do alto do seu posicionamento como primeiro membro do elenco tipológico, a "frase declarativa" impõe a separação nocional que a demarca do conceito que pretendemos delimitar: traçámos uma fronteira.

Acontece que esta fronteira, embora definitiva, é, neste sentido, a mesma que separa a "frase declarativa" dos restantes tipos da "tipologia frásica" que comentamos. Outro tipo de demarcações poderá determinar que a separação entre os dois específicos "tipos de frase" que agora nos ocupam, fique de tal forma alargada, que os coloque em extremos opostos de uma mesma questão.

Isso acontecerá colocando lado a lado, num trabalho de comparação, definições destes dois "tipos frásicos", que chamando a si critérios que já denunciámos como não sintácticos, são, ainda assim, alegados para a tipificação da "frase". Deste tipo de exercício resulta um cálculo que distancia definitivamente os

⁴⁷ Será evidente que todo este edifício tipológico resultaria mais consistente, se idêntico estatuto pudesse ser atribuído a todos os seus membros. A tipologia de cariz mais tradicional, de quatro elementos explícitos, assim como outros compêndios bem informados, tentam arquitectar essa possibilidade. No entanto, dificilmente as grandes opções estruturais dos volumes de gramática esconderão este tipo de distância. De qualquer forma, registam-se as tentativas de equilíbrio. Um exemplo dessa maneira de perspectivar esta problemática, conjuntamente com as que espelham o entendimento tradicional do problema, poderá ser encontrado na clássica obra dos estudos gramaticais da língua francesa, *Le bon usage* (GREVISSE, 1993). Se atendermos ao endereço teórico que abriga o tratamento desta questão, «*Particularités des divers types de phrases*» (itálico nosso), e sob o qual encontraremos «*la phrase énonciative (ou déclarative ou assertive)*» (GREVISSE, 1993: 575) a par dos restantes tipos frásicos considerados, será evidente que se entendeu que o "tipo de frase declarativo", também ele, tal como os outros "tipos de frase", será portador de dadas especificidades efectivas que o opõem aos seus congêneres. Segundo este tipo de raciocínio, assim se estabelece um dado "tipo frásico", tornando a sua existência relevante apenas por ser dotado (ou precisamente por isso) de determinadas "particularités".

dois conceitos, numa oposição que determina o carácter objectivo e neutral de um, face à expansão subjectiva e emocional de outro. Neste cômputo, a "frase declarativa" é concebida como « le type de phrase [...] le moins chargé d'affectivité. » (GREVISSE, 1993: 575). Já a percepção da "frase exclamativa" dita que « Elle n'est pas objective, neutre, car elle inclut les sentiments du locuteur, manifestés avec une force particulière. » (GREVISSE, 1993: 613). A comparação, embora efectiva, distancia-se de tal forma de um tratamento de tipo sintáctico, que postergamos, para momentos subsequentes, uma reflexão que a ela se dedique, no exterior do actual capítulo da nossa dissertação.

2.2.1.2.2. Aproximação

Tendo examinado formas de afastamento, e até oposição, entre os conceitos "frase declarativa" e "frase exclamativa", poderemos ainda questionar o mesmo problema, de forma amplamente diversa. Utilizando um outro prisma de observação, poderemos restringir, novamente, o espaço que tão claramente havia já distanciado e delimitado os dois conceitos.

Aceitando um posicionamento que nos recolque mais próximos da sintaxe, observaremos a restrição desse espaço, até uma possível sobreposição das duas noções. Eventualmente, o custo deste procedimento será a perda das margens definitórias do nosso eleito conceito teórico.

Se, de facto, procurarmos coligir um dado *corpus* gramaticográfico dos exemplos que são dados como conformando "frases exclamativas", com o intuito prévio de confundir as linhas de demarcação teórica a estabelecer entre este mesmo conceito e a outra noção que actualmente sopesamos, não necessitaremos de alongadas pesquisas. Provável será que estendamos a mão e alcancemos prontamente um qualquer compêndio gramatical que satisfaça o nosso quesito: é a mesma a estrutura sintáctica utilizada para exemplificar as duas (?) "frases" distintas (?):

- «O pastor guarda o rebanho.» vs. «O pastor guarda o rebanho!» (REZENDE, 1996: 18)
- «O pai saiu de casa.» vs. «O pai saiu de casa!» (PINTO, 1998: 174)
- «O Pedro já sabe ler.» vs. «O Pedro já sabe ler!» (PINTO, 2006: 152)
- «Partem cedo.» vs. «Partem cedo!» (MOURA, 2006: 219, 220)

E ainda se, após esta primeira tarefa, anuímos, de forma comprometida, ao anterior convite a uma reflexão de tipo sintáctico – aceitando os termos que definem "sintaxe" como «estudo das combinações materiais ou funções sintáticas» (BECHARA, 2000: 54) – não poderemos recusar a indistinção sintáctica que, entretanto, o resultado final do exercício causou. Em que diferem as estruturas sintáticas de «Partem cedo.» e «Partem cedo!» (MOURA, 2006: 220)⁴⁸? Não diferem.

O que leva os gramáticos a exemplificar dois eventuais "tipos de frase" recorrendo a material de idêntica estrutura frásica poderão apenas ser elementos de natureza alheia à realidade sintáctica dessa estrutura. Naturalmente.

O anterior exercício pode ser alargado, se pretendermos igualmente registar abonações seleccionadas pelos mesmos gramáticos que, ainda que figurem sob o título "frases exclamativas", de idêntica forma poderiam ser indiciadas como "frases declarativas". A nenhuma alteração da sua estrutura sintáctica ficaríamos obrigados, no decurso da trasladação:

- « Paul est arrivé ! » (LE GOFFIC, 1993: 100)
- «A sua demora é uma vergonha!» (VILELA, 1999: 309)
- «O Pedro já chegou!» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 132)
- «Hoje faz calor!» (OLIVEIRA, 2006: 110)

⁴⁸ Ensaíamos aqui uma solução para dúvidas anteriormente lançadas; incluímos na resposta o mesmo exemplo que nos ajudou a formular a questão (cf. «Capítulo I – Introdução»).

Estes dados implicam consequências na determinação dos espaços que nos ocupam. É possível reunir atestações da chamada "frase exclamativa", cuja forma pode ser decalcada *pari passu* sobre a estrutura de uma "frase declarativa". E se invertermos os termos do exercício anterior, poderemos ainda prosseguir o nosso exame e comprovar que « toute phrase de type affirmatif peut devenir exclamative » (CHEVALIER, 1964, 96). Quase como pôr em causa o velho postulado que assegura a impossibilidade de que dois corpos ocupem o mesmo lugar, no mesmo espaço ao mesmo tempo⁴⁹. Não o pretendemos fazer: o nosso ponto de vista apenas percebe aqui a existência de um mesmo objecto (sintáctico).

Para Le Goffic esta « possibilité pour tout énoncé déclaratif de devenir "exclamatif" » torna-se um obstáculo claro para a delimitação deste "tipo frásico": « La possibilité pour tout énoncé déclaratif de devenir "exclamatif" [...], sans qu'on puisse tracer de ligne de démarcation assurée, empêche de définir et de caractériser une classe nette d'énoncés exclamatifs » (LE GOFFIC, 1993: 100). É certamente este o motivo que explica que a primeira reflexão da sua gramática dedicada à "frase exclamativa" (sublinhe-se *primeira*) seja a denúncia de que « La notion de "phrase exclamative" est mal définie. » (LE GOFFIC, 1993: 100)⁵⁰.

Esta possibilidade de transmutação sem danos resulta, naturalmente, do vácuo formal em que se jogam estes movimentos. Afinal, «exclamatory sentences are often similar *in form* to declarative sentences» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 162, itálico nosso). « Au type assertif (ou déclaratif) de base, l'exclamation rajoute l'affectivité, sans que la *structure syntaxique* change nécessairement » (RIEGEL, 2001: 401, itálico nosso). Ou, de forma até mais radical: « Les exclamatives [...] il s'agit bien d'assertives » (CULIOLI, 1999: 113)⁵¹.

⁴⁹Referência à lei da Física sobre uma das propriedades da matéria: a sua impenetrabilidade.

⁵⁰ Esta afirmação consubstancia concomitantemente o primeiro período e o primeiro parágrafo da explanação do autor, surgindo, assim, em destaque, no corpo do texto.

⁵¹ A esta afirmação o autor acrescenta: « avec un quelque chose en plus » (CULIOLI, 1999: 113); o que não impede, no entanto, que a declaração primeira tenha já ficado inscrita.

Por outro lado, será inevitável acrescentar que um raciocínio algo similar poderá aproximar (sobrepor?) a "frase exclamativa", já não só da "frase declarativa", mas também dos dois restantes "tipos de frase" que integram a tetralogia. Assim como na nossa primeira análise comparativa (contrastiva?) dos dois "tipos de frase" a que dedicamos o presente ponto do actual capítulo, vimos a "frase declarativa" distanciar-se não apenas da "frase exclamativa" mas, por arrasto, de igual modo, dos demais "tipos frásicos", agora também observaremos uma aproximação (sobreposição?) da "frase exclamativa" em relação, não exclusivamente à "frase declarativa", mas a todos os membros do elenco: « Plus généralement, l'exclamation peut se combiner avec les autres types de phrases. » (RIEGEL, 2001: 401).

Assim será se aceitarmos que «Los tipos oracionales [...] son muy distintos entre sí. El interrogativo y el imperativo son fácilmente identificables, por ejemplo, por la posición del sujeto, en ambos tipos, y por la existencia de palabras interrogativas o de modo imperativo, respectivamente. Frente a ellos, el tipo declarativo es el no marcado. El tipo exclamativo, sin embargo, comparte propiedades con los tres tipos anteriores.» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3884). E, de idêntica forma, assim será ainda, aceitando como boa a mesma lição de que «a oração exclamativa pode combinar-se com os tipos anteriores [oração declarativa, oração interrogativa, oração imperativa] para indicar um predomínio emocional com que são enunciadas.» (BECHARA, 1987: 199)⁵². Aceitamos.

Note-se que a ordem dos factores não é aqui arbitrária. O "tipo exclamativo de frase" é apenas apresentado como compartilhando características com os restantes, e relativamente a estes. Trata-se, no fundo, de uma secundarização

⁵² Este conceito de "tipo de oração" (BECHARA, 1987) será posteriormente abandonado pelo autor (BECHARA, 2000). Mantém-se a referência a uma edição anterior, por representar aquilo que encontramos, na visão desta temática, ainda hodiernamente.

A citação foi ainda transcrita por proporcionar, em conjunto com as duas antecedentes, a observação de um paralelismo forte entre terminologia análoga. Esta concordância pode, eventualmente – embora não necessariamente – atestar um fundo comum de dados semelhantes e conclusões afins, a funcionar como aval de probabilidade de acerto. Os mesmos termos ressaltam na leitura das análises supramencionadas: « peut se combiner » (RIEGEL, 2001: 401); « comparte propiedades » (GARRIDO MEDINA, 1999: 3884) e « pode combinar-se » (BECHARA, 1987: 199). Uma concordância que merece ser sublinhada.

tipológica: não se diz dos outros "tipos frásicos" que eles compartilhem características com este, mas tão só o inverso. A relação é de subordinação.

Mas esta percepção do carácter débil do conceito teórico de "frase exclamativa", que assoma nos compêndios mais instruídos – « Les exclamatives [...] ont en effet un statut mal défini. » (CULIOLI, 1999: 113); « Les énoncés exclamatifs ont un statut mal défini, si on les compare aux autres types de phrases » (RIEGEL, 2001: 401) – não tem impedido, no entanto, que este continue, de forma sistemática, a ser compilado como mais um membro da "tipologia frásica" tradicional.

O que não será o mesmo que afirmar que não existam gramáticos a procederem a escolhas diferentes. A *Grammaire critique du français* (WILMET, 1997) pode, neste contexto, exemplificar uma excepção possível. Fala de « assertion », « interrogation » e « injonction », individualmente tratadas, e dedica apenas uma « remarque » à « exclamation »: « L'exclamation est de nature expressive. Elle ponctue l'injonction, se superpose à l'interrogation et à l'assertion » (WILMET, 1997: 451). Acontece que se a "frase exclamativa" pode, afinal, "combinar-se", não só com a "frase declarativa" mas com todos os "tipos frásicos", ficamos colocados perante uma conjuntura que teria de implicar uma duplicação da tipologia, desvirtuando, radicalmente, a sua natureza original⁵³.

Estas últimas notas obrigaram-nos a adiantar reflexões que, com mais propriedade, caberiam nos pontos posteriores da nossa explanação, em que o trabalho comparativo se debruçará, sem surpresa, sobre as noções "frase exclamativa" e " frase interrogativa" ou "frase exclamativa e "frase imperativa". Recentremos, então, a nossa atenção nos dois objectos teóricos que agora aquilatamos, ao mesmo tempo que reiteramos a consideração de que « La tradition

⁵³ Na, realidade, não será esta a conclusão perfilhada pelo próprio autor, quando este extrai do seu raciocínio as implicações que lhe considera consequentes. Para Wilmet, o que aqui estará em causa será uma distinção entre tipos de enunciados capazes de exclusão mútua, a considerar como "tipos fundamentais", face aos demais, a considerar "facultativos". A "exclamação" ficará posicionada do lado menos favorecido por esta abordagem. Porém, encontraremos *infra* um momento mais oportuno para a abordagem da temática que desde já se anunciou (cf. «3.2.2.1.1. "Tipo de frase facultativo" e "Acto ilocutório menor"»).

grammaticale oppose la modalité exclamative⁵⁴ à la modalité déclarative et met l'accent sur la syntaxe affective que manifestent les énoncés exclamatifs et que justifie leur statut particulier dans les grammaires. » (RIEGEL, 2001: 401).

E é, certamente, esta "syntaxe affective" que buscamos, sem que, por ora, a tenhamos encontrado. Percorremos, a dois tempos, lugares de distanciamento e de aproximação, de dois objectos teóricos, que quisemos colocar lado a lado, para determinar quais os convívios nocionais permitidos pelas suas definições conceptuais. Dois momentos de inquirição e de reflexão: a "frase declarativa" afastando-se da "exclamativa", pelo seu estatuto reconhecidamente privilegiado; a "frase exclamativa" aproximando-se da "declarativa", num movimento em que a inexistência de uma particularidade formal apagou a sua própria especificidade teórica (ao nível sintáctico, em que evolui o presente capítulo).

Claro que fomos nós a seleccionar as premissas do problema; e é já óbvio que temos optado, neste ponto da nossa pesquisa, por trabalhar com atestações que configuram produtos frásicos, dotados de um núcleo verbal e suas expansões, coincidentes com aquilo que comumente se designa por "exclamativa total" – a "exclamativa" é "total" quando «incide sobre a totalidade da frase»; será "parcial" quando «incide apenas sobre um dos constituintes frásicos» (AMORIM, 2006: 93). A subclassificação é aqui feita com base no "escopo" (ou "foco") da exclamação, designações que primeiramente fomos recolher em Mateus (MATEUS, 1992)⁵⁵.

Reconhecemos, portanto, que segundo estes pressupostos, as abonações com que trabalhámos, constituem exemplos em que «a exclamação recai sobre toda a proposição⁵⁶» (DUARTE, 2002). Escolhemos os instrumentos que melhor se conformaram à nossa argumentação de que os conceitos "frase exclamativa" e "frase

⁵⁴ É verdade que a expressão "modalidade" abre toda uma nova perspectiva sobre os temas que debatemos, que será, por certo, oportunamente atendida.

⁵⁵ Ainda aí não surgem as expressões "exclamativa total" e "exclamativa parcial", sendo, no entanto, tratada a realidade para que remetem (MATEUS, 1992: 252-256).

⁵⁶ E isto ainda que, de momento, o termo "proposição" não seja aquele que melhor nos serve.

declarativa" são – percebidos de um determinado ângulo – aproximáveis. E nas amostras seleccionadas, são-no, de facto.

Mas será possível que encontremos essa específica " *syntaxe affective* " apenas junto de uma franja – um só subtipo – dos casos habitualmente apresentados como "frases de tipo exclamativo"? Será ela apenas coincidente com essa particular exclamativa a que já se chamou "exclamativa parcial"? Poderemos, de acordo com estes indícios, apreender as margens definitórias que delimitam o conceito teórico "exclamação", determinando-lhe razoáveis fronteiras e definindo-lhe uma natureza própria?

Ensaiair uma resposta a estas dúvidas seria partir definitivamente para uma conclusão, interrompendo o compromisso de cotejar a "frase exclamativa" com as suas congéneres. É também do exame destes espaços de convívio que esperamos fazer ressaltar as margens de um eventual espaço exclusivo: « *dans la langue il n'y a que des différences* » (SAUSSURE, 1986 [1916]: 166). Trata-se este de um passo obrigatório, preliminar em relação ao supra referido, que postergamos para um momento ulterior (Cf. «2.2.2.1. Restringindo o espaço de análise»).

2.2.1.3. A "Frase exclamativa" e a "Frase interrogativa"

Vozes. Melodias em unísono, sem palavras. Aos poucos, um cânone. Às vezes, pergunta e resposta. A espaços uma nota única que, de tão exclamativa, parece uma interrogação.

(ROSA LOBATO DE FARIA, *O Prenúncio das Águas*, 2002)

A zona nebulosa gerada por certa indistinção dos dois conceitos "frase exclamativa" e "frase declarativa", detectada no anterior ponto da nossa apresentação, prolonga ainda os seus efeitos por espaços vizinhos. Criou-se aí, de

facto, uma área de reflexão que pode recobrir também novas deduções extraídas do exame da "frase interrogativa". Aproveitemos, então, a memória dessas recentes reflexões para abordar, desde já, um dos tipos de convívio que se estabelece entre as noções teóricas que invocámos. Desta forma, denunciaremos, prontamente, a existência de balizas esbatidas, na demarcação dos objectos agora em análise.

2.2.1.3.1. Aproximação

Na verdade, todas as implicações que colecionámos a partir do exame do exemplo «Partem cedo!» (MOURA, 2006: 220) se podem, com o mesmo grau de pertinência⁵⁷, reconstruir para a apreciação do exemplo «Partem cedo?» (MOURA, 2006: 220). Isto na medida em que, até com mais frequência do que para o caso da "exclamativa total", se fala da noção de uma "interrogativa total". Dela se diz ser «formulada[s] com o objectivo de obter[em], da parte do alocutário, uma resposta afirmativa ou negativa.» (MATEUS, 2003: 461)⁵⁸.

Com alguma assiduidade são, de facto, "frases interrogativas" deste semblante que frequentam as listagens exemplificativas dos diferentes (?) "tipos frásicos", constituintes da "tipologia da frase" que vimos comentando:

- «Morrerá Carlos?» (RIBEIRO, 1889: 219)
- «Compraste o livro?» (ALVES, 1993: 208)

⁵⁷ A afirmação não reveste o cariz de uma autoavaliação. O objectivo é apenas o de facilitar a interpretação de um raciocínio idêntico a um outro já conhecido: se a ele se tiver atribuído um elevado grau de pertinência, esta manter-se-á; se, pelo contrário, se considerou esse grau de pertinência como menor, então, também agora, a mesma falta de relevância ficará patente. A semelhança das duas situações assim o determina.

⁵⁸ Não conseguiremos desperdiçar aqui o ensejo de novamente acentuar que não concebemos que a definição de "interrogativa total" como «frase que pretende obter uma resposta afirmativa ou negativa» (AMORIM, 2006: 93) respeite o conceito sintáctico de "frase". Poderíamos defender que se trata de um acto ilocutório directivo; "frase", só por metonímia.

- «O pai saiu de casa?» (PINTO, 1998: 174)
- «Queres que empurre?» (FLORIDO, 2000: 162)
- «O Pedro já chegou?» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 132)
- «O Pedro já sabe ler?» (PINTO, 2006: 152)

É precisamente perante estes casos, extraindo deles as necessárias conclusões, que se poderá até preferir contornar o próprio termo "interrogação", considerado como « loin de convenir toujours sans difficulté » (LE GOFFIC, 1993: 98). E poderá até sugerir-se que se fale, simplesmente, de « remise en question de l'assertion » (LE GOFFIC, 1993: 98), tendo precisamente em conta que « L'interrogation totale met en débat l'assertion correspondante. » (WILMET, 1997: 452). Ou, atingindo ainda com outro vigor o âmago da questão, poderá ser, na perfeição, defensável que «las lenguas que distinguen la interrogativa total de la declarativa correspondiente sólo por medios prosódicos carecen, en realidad, de una categoría sintáctica de "interrogativa total": sólo habría una única estructura sintáctica, y la entonación simplemente serviría para orientar la interpretación» (ESCANDELL VIDAL, 1999: 3937). Perfeitamente enquadrada neste conteúdo, surge a proposta da designação "pergunta declarativa", exacerbando a aproximação das duas formas: «In some languages the only way of formally differentiating yes/no questions from statements is by intonation (e.g. in Portuguese, Jacalteco and modern Greek); a conventional label for a question marked as such in this way only is to call it a "declarative question", since the morphology and syntax are basically unchanged from the form of the declarative.» (CRUTTENDEN, 1986: 161).

Garrido Medina (GARRIDO MEDINA, 1997: 169-171) apresenta pontos de vista que defendem a existência de características particulares atestáveis, relacionadas com este específico tipo de interrogativa. Ao lado dos casos em que «el carácter interrogativo era fácil de rastrear, puesto que aparecía un sintagma con palabra interrogativa» (GARRIDO MEDINA, 1997: 169), uma outra solução poderia garantir igualmente um desejado "operador de modalidad" que certificasse a "interrogativa total": propõe-se, assim, um "operador interrogativo foneticamente vazio", algo como um "operador nulo", isto é, «una marca cero para el caso de la interrogativa total» (GARRIDO MEDINA, 1997: 170). «Es esta una solución al

problema de como dar cuenta de la modalidad en la estructura sintáctica.», afirma (GARRIDO MEDINA, 1997: 170-171). Neste caso, porém, poderemos ter de fazer face à mesma situação que se enfrenta sempre que se pretendem apresentar "marcas zero" de forma mais geral, *sc.* por definição, não estão lá.

Assim sendo, dilemas interpretativos podem mesmo chegar a colocar-se: «Fingir e fingir-se não é o mesmo, Isso é uma afirmação, ou uma pergunta» (JOSÉ SARAMAGO, *O ano da morte de Ricardo Reis*, 1998). A resposta [«É uma pergunta» (*Idem*)] não dependerá, no entanto, da sintaxe: «Fingir e fingir-se não é o mesmo» é sempre o mesmo, em sintaxe.

Desta forma, o tipo de raciocínio que fez confluir para uma mesma zona teórica os dois "tipos frásicos" que anteriormente confrontámos poderá ser prolongado ao caso desta "frase interrogativa", que não deixa perceber diferenças formais entre si própria e a sua congénere "declarativa". Ora, assim sendo, podemos construir um silogismo que terá como efeito aproximar, até à coincidência, os dois conceitos teóricos que, presentemente, cotejamos: se «Partem cedo!» não é uma frase distinta de «Partem cedo.»; e se «Partem cedo?» não é uma frase distinta de «Partem cedo.», então «Partem cedo!» não é uma frase distinta de «Partem cedo?»⁵⁹. Ou seja, a simplicidade do raciocínio provocou a convergência dos conceitos "frase exclamativa" e "frase interrogativa" que, nestes moldes, não serão, sintacticamente, destringíveis.

E se, para mais, acreditarmos na lição de que a "interrogativa total" é, perante todos os outros tipos de "frase interrogativa", « l'interrogation proprement dite [...] ou absolue ou primaire » (MAROUZEAU, 1961: 125), perspectivaremos a questão, que acaba de ser exposta, como atingindo, afinal, o próprio cerne do conceito "frase interrogativa", de forma ainda mais alargada. Se assim pensarmos, estaremos a desvalorizar aquelas "interrogativas" « qui port[ent] spécialement sur un terme de l'énoncé » (MAROUZEAU, 1961: 125) – as "interrogativas parciais",

⁵⁹ Socorremo-nos dos exemplos (MOURA, 2006: 219, 220) que já anteriormente utilizámos na exposição dos nossos argumentos.

marcadas «pela presença de constituintes interrogativos, que a gramática tradicional designa por "pronomes", "adjectivos" ou "advérbios interrogativos"» (MATEUS, 2003: 463)⁶⁰ – face às "interrogativas totais", igualmente designadas por "globais" ou "frásicas" – segundo os pressupostos teóricos e as preferências terminológicas de cada autor – aquelas « qui port[ent] sur l'énoncé considéré comme un tout » (MAROUZEAU, 1961: 125). De forma idêntica, não hesitaremos em valorizar diferentemente os estatutos daqueles objectos teóricos que, em sintaxe, conseguem, ou não, respeitar todos os requisitos necessários para que se obedeça ao título "frase": a designação "frásicas" para uma subtipologia de "interrogativas" nega a possibilidade de que as restantes ascendam a idêntico estatuto. Assim, aceitaremos estar a trabalhar com a própria essência da temática da "interrogação", e não apenas a apontar particularidades a uma subtipologia das "frases de tipo interrogativo". A coincidência entre a "frase exclamativa" e a "frase interrogativa" poderá ser mais do que uma circunstância⁶¹.

⁶⁰ É curioso ver desconfigurada esta percepção que a gramática tradicional nos oferece destas "palavras interrogativas", logo desde Diderot e d'Alembert: « Quoi qu'en disent plusieurs grammairiens, il n'y a dans la langue françoise aucun terme qui soit proprement *interrogatif*, c'est-à-dire qui désigne essentiellement l'interrogation. La preuve en est que les mêmes mots qu'on allegue comme tels, sont mis sans aucun changement dans les assertions les plus positives. Ainsi nous disons bien en françois, *COM bien coûte ce livre ? COMMENT vont nos affaires ? Où tendent ces discours ? POURQUOI sommes nous nés ? QUAND reviendra la paix ? QUE veut cet homme ? QUI a parlé de la sorte ? Sur QUOI est fondée notre espérance ? QUEL bien est préférable ? Mais nous disons aussi sans interrogation, je sais COMBIEN coûte ce livre ; j'ignore COMMENT vont nos affaires ; vous comprenez où tendent ces discours ; la religion nous enseigne POURQUOI nous sommes nés ; ceci nous apprend QUAND reviendra la paix : chacun devine ce QUE veut cet homme ; personne ne sait QUI a parlé de la sorte ; vous connoissez sur QUOI est fondée notre espérance ; cherchons QUEL bien est préférable. » (BEAUZÉE, 1751-1772). Ainda assim, não nos parece que o papel desempenhado pelos referidos "termos interrogativos" seja de idêntica natureza numa ou noutra gama de exemplos. Por outro lado, teremos ainda ocasião para nos referirmos ao lugar que ocupará a chamada "interrogativa indirecta" na problemática em causa.*

⁶¹ É, precisamente, a identificação formal entre os conceitos "frase exclamativa" e "frase interrogativa" que permite a transmutação de um no outro, sem danos sintácticos. Ninguém estranhou, portanto, a possibilidade de que tal fosse viável, quando a comunicação social deu conta de uma manobra semelhante, com o intuito de "manipular" o teor de um relatório: «O ex-inspector das Nações Unidas Hans Blix, que liderou as investigações ao armamento iraquiano, antes do ataque contra o regime de Saddam Hussein, acusou George W. Bush e Tony Blair de terem manipulado [...] o relatório que apresentaram ao Conselho de Segurança sobre a situação do país.» (PÚBLICO, 13/03/07: 14). De facto, numa entrevista

Mas não é esta a única vertente das concepções "frase exclamativa" e "frase interrogativa" que permite que se estabeleça uma aproximação muito clara dos dois conceitos, ou – colocada a questão de forma inversa – que dificulta uma distinção evidente das duas noções teóricas.

2.2.1.3.2. Simultaneidade

Podemos retomar o mesmo mote que tem acompanhado a nossa inquirição para apresentarmos uma outra conjunção de dados que patenteiam linhas definitórias esbatidas entre os conceitos que perseguimos: «Partem cedo!» (MOURA, 2006: 220). Ora, esse exemplo, que desde o capítulo introdutório citámos, dará azo, novamente, a que se assista ao atenuar da força definitória que suportaria o conceito teórico que exemplifica, quando, de forma declarada, se assume: «De qualquer modo, os tipos não podem ser simples e lineares. Por exemplo, ocorrem combinações de tipos, como em *Partem cedo?!*» (MOURA, 2006: 220). O mesmo é dizer: «Não se podem considerar tipos de frase rígidos. Por exemplo, uma frase como: "*O pai saiu de casa?!*" poderá ser simultaneamente interrogativa e exclamativa» (PINTO, 1998: 174). Este decalque evidente de um conceito sobre outro terá de ser consequente.

Já brevemente tínhamos entrevisto esta possibilidade de que qualquer "tipo frásico" pudesse afinal tornar-se "exclamativo", seguindo regras combinatórias que sobrepunham este específico "tipo frásico" aos restantes, num movimento que prejudica necessariamente a afirmação da sua autonomia. Convirá agora retomar a mesmas palavras, para denunciar a aproximação da "frase exclamativa" à "frase interrogativa", por ser essa a temática que actualmente versamos. Ao serviço do ponto anterior (Cf. «2.2.1.2. A "Frase exclamativa" e a "Frase declarativa"»), tínhamos citado: «a oração exclamativa pode combinar-se com os tipos anteriores

à Sky News, Hans Blix afirmara: «They put exclamation marks instead of question marks. They were question marks but they changed them to exclamation marks.» (SKY NEWS, 12/03/07).

[oração declarativa, oração interrogativa, oração imperativa] para indicar um predomínio emocional com que são enunciadas.» (BECHARA, 1987: 199). Na verdade, torna-se agora oportuno transcrever o seguimento deste excerto que assevera: «a oração exclamativa pode combinar-se com os tipos para indicar um predomínio emocional com que são enunciadas. Daí poder aparecer o ponto de interrogação seguido do de exclamação.» (BECHARA, 1987: 199).

Mas a defesa de que esse facto conforma um quadro em que «uma frase [...] poderá ser simultaneamente interrogativa e exclamativa» (PINTO, 1998: 174) entreabre um espaço para debate. Que fenómeno ocorre quando assim confluem dois conceitos anteriormente distintos e como poderá ele afectar o conceito que pretendemos apreender? Uma forma de ultrapassar a contradição criada poderá ser a aceitação de que se gerou, neste processo, um novo conceito⁶². A contradição existe a partir do momento em que se admitiu que uma mesma "frase" pode ser dois "tipos de frase".

« Il est en tout cas certain que les phrases exclamatives sont très proches [...] des phrases interrogatives » de tal forma que «dans bien des cas on peut se demander s'il s'agit de l'une et/ou de l'autre» (KERBRAT-ORECCHIONI, 1991a: 6). Sendo possível determinar se se trata de "uma" ou, alternativamente, de "outra" (« s'il s'agit de l'une [...] ou de l'autre ») extingue-se a questão. Se, por outro lado, se pretende que *uma* frase possa ser *duas frases* (« s'il s'agit de l'une et [...] de l'autre »), teremos de aceitar que nos colocámos perante uma contradição.

Esta antinomia poderá ser parcialmente sanada, como se afirmou, mediante a formatação de um conceito original: um resultado que ultrapasse a mera soma das parcelas e se autonomize; um quinto "tipo de frase"⁶³. O discurso de alguns gramáticos concedeu esse espaço, embora posteriormente o frágil estatuto deste eventual "tipo de frase" não lhe permita, como seria expectável, ocupar lugar a

⁶² Claro que este tipo de raciocínio só se torna admissível em obediência às mesmas regras que a própria tipologia tradicional da frase instituiu e sofrerá de todas as mazelas que a tipologia original encerra.

⁶³ Remetemos para a anterior nota de rodapé.

parte inteira nas listagens de "tipos frásicos" concluídas⁶⁴. O novo conceito criado, esse quinto "tipo de frase", não deixando de ser dúbio no desenhar das suas margens, será ainda assim menos contraditório do que uma solução que *bon gré mal gré* aceita que uma mesma "frase" pode ser dois "tipos de frase".

Os teóricos que aceitam estes pressupostos falam de «pregunta exclamativa» (ALONSO-CORTÉS, 1999: 4007)⁶⁵ ou de «interrogativa "exclamativa"» (ESCANDELL VIDAL, 1999: 3984)⁶⁶: estaríamos face a um "tipo frásico" outro, um "tipo frásico" que superaria a soma de dois tipos anteriores para se tornar singular. No imbricado terminológico e nocional, perde-se agora, visivelmente, a independência de um conceito que, de forma tão clara, vê fragilizada a sua autonomia.

Porém, será evidente que este exercício só é permitido perante a ausência de uma especificidade formal que defenda com propriedade a autonomia de qualquer das duas noções em causa. Quando Alonso-Cortés se refere ao «solapamiento de interrogativas e exclamativas» (ALONSO-CORTÉS, 1999: 4005-4006) faz acompanhar a sua proposta de uma reflexão que consente que «Las diferencias pragmáticas entre

⁶⁴ Não que outras fragilidades não tenham permitido construir a listagem primeira.

⁶⁵ Esta classificação amalgama as "exclamativas" e as "interrogativas" ainda com maior vigor do que já sucedera no caso do «solapamiento de interrogativas y exclamativas» – conceito introduzido pelo mesmo autor. Apresenta, então, casos como

«a. ¿Qué cosas has dicho? [Interrogativa]»

«b. ¡Qué cosas has dicho! [Exclamativa]»

(ALONSO-CORTÉS, 1999: 4006, *sic*). A expressão "solapamiento" permite salvaguardar uma certa (dúbia) individualidade das duas noções, que o conceito de "pregunta exclamativa" abandonará.

«a. ¡La registradora! ¡Que querrá esta arpía? [C. Arniches, *Obras completas*, II, 278]»

«a. ¡Cuándo querrá Dios que yo me vea a tu lado de capitana...! [C. Arniches, *Obras completas*, II, 151]» são abonações que o autor seleccionou, conjuntamente com outras, como

«¿No estarás pensando salir a estas horas?»,

«¿Qué te vas?», para caucionar a sua "pregunta exclamativa".

(ALONSO-CORTÉS, 1999: 4007-4008).

⁶⁶ São apresentados como atestações de «interrogativas "exclamativas"», com a instrução de que estas «hacen referencia a un hecho que resulta manifiesto para ambos interlocutores»,

«a. ¿Ya has vuelto?»,

«b. ¿Te has cortado el pelo?».

(ESCANDELL VIDAL, 1999: 3984).

interrogativas y exclamativas no van siempre acompañadas de diferencias estructurales.» (ALONSO-CORTES, 1999: 4005). Ou, dito de outra forma, «exclamatory sentences often resemble interrogative sentences in form» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 162); « Elle [la phrase exclamative] est très proche de la phrase interrogative, à qui elle emprunte plusieurs de ses marques » (CHEVALIER, 1964, 96); ou, ainda, « elle [la phrase exclamative] emprunte à l'interrogative beaucoup de ses procédés » (GREVISSE, 1993: 614)⁶⁷. E, antes destes, embora equacionando outros problemas: « Comme les exclamatives ont souvent pour origine des interrogatives, on comprend [...] pourquoi leur sens est souvent identique » (JESPERSEN, 1971 [1924]: 461). Ou, num crescendo significativo, fala-se de « exclamatives à forme interrogative » (CULIOLI, 1999: 121)⁶⁸. Ora este argumento não protege as fronteiras do conceito "exclamação"; não lhe assinala suficientemente os contornos, cuja nitidez fomos, afinal, encontrar esbatida.

2.2.1.3.3. A "interrogativa indirecta"

Uma outra matéria obriga o observador à reflexão sobre conflitos e/ou confluências entre duas noções cujos eventuais movimentos de separação e/ou aproximação favorecem o questionamento. Essa matéria prende-se com o facto de que circula nos compêndios gramaticais um conceito que se prende necessariamente com a "frase interrogativa", e que não mencionámos ainda.

⁶⁷ É certamente curioso notar que esta aproximação é visível em múltiplos sistemas linguísticos, o que, de forma imediata, remete para os nexos relacionais que se podem reconhecer entre sistemas diferentes, mesmo sem esquecer que cada um está dotado de uma idiossincrasia que lhe é própria e, por isso, irrepitível: «The connection between exclamations and interrogatives is by no means limited to English [...] with examples from French, Romanian, German, Mandarin Chinese, Russian, literary Japanese, and Turkish. SADOCK e ZWICKY, 1985: 163).

⁶⁸ Seriam exemplos « *Est-il bête !* »; « *Est-il pas drôle !* » (CULIOLI, 1999: 121).

A respeitar as premissas em jogo na instituição destes "tipos frásicos", não será fácil ostracizar a "interrogativa indirecta", como subtipologia da "frase interrogativa", logo deste a nomenclatura primeira que assim a define como "interrogativa". Todavia, o conceito é apresentado, quase sempre, desgarrado da noção "frase interrogativa" *per se*. Para nós, interessa-nos, sobretudo, averiguar até que ponto a dita "interrogativa indirecta" autoriza, ou não, uma zona de ingerência do conceito "exclamação", dentro do espaço delimitado pelos parâmetros que conformam esse tipo de "interrogativa".

De facto, a grande maioria dos gramáticos opta por abordar a questão da "interrogativa directa", obedecendo a um discurso que se rege por toda uma outra gama de preocupações. O seu exame é remetido para um plano outro: a "interrogativa indirecta" surge, habitualmente, na envolvente teórica da classificação das "orações subordinadas", a par das outras orações ditas "orações substantivas"⁶⁹, ou como ramo das "orações substantivas integrantes" (VASCONCÉLLOZ, ?1900: 253-254; TAVARES, 1960: 225; FIGUEIREDO, 1987: 45; MARTINS, 1995: 178; PINTO, 1996: 177; MOREIRA, 2008: 201)⁷⁰. E, nestes casos, só de forma marginal, ou nem tanto, se prende com a questão da "tipologia frásica" *tout court*: « L'interrogation est dite indirecte quand elle est contenue dans une proposition subordonnée » (MAROUZEAU, 1961: 125); «As orações subordinadas (v.g. *Não sei quem seja este homem*) também se chamam – orações interrogativas indirectas», diz Epifânio (DIAS, 1884: 116).

Porém, outros gramáticos, embora certamente em menor número, ensaiam uma conciliação das duas temáticas. Se aceitarmos que «As frases interrogativas podem ser directas ou indirectas.» (AMORIM, 2006: 92), estaremos a acondicionar sob um mesmo título dois temas que, assim, se reconciliam, apesar das divergências:

⁶⁹ A classificação das "orações subordinadas" em "substantivas", "adjectivas" e "adverbiais", que é hoje ainda a seguida, já na gramática de Vasconcelloz sofrera reparos: «adoptamos esta classificação das proposições secundárias, por ser indicada pelo programma official, não porque a reputemos isenta de defeitos» (VASCONCÉLLOZ, ?1900: 253).

⁷⁰ Surge também como um dos temas abordados no estudo do "discurso indirecto" (GREVISSE, 1993: 587, 637-640).

As interrogativas directas [...] podem ser frases simples, enquanto as interrogativas indirectas [...] são subordinadas substantivas completivas.» (DUARTE, 2002:). Ainda assim, não é facilmente escamoteável que os endereços gramaticais onde se tratam as duas temáticas não coincidem: « ce chapitre concerne la phrase interrogative [...] que l'on appelle aussi interrogation directe pour l'opposer à l'interrogation indirecte » (GREVISSE, 1993: 586).

A posição não conciliatória destas duas matérias defende a sua separação firme, sem notas justificativas, e sem contemporizar: « seule l'interrogation directe [...] relève du type interrogatif » (MONNERET, 1999: 151). A exclusão do estudo, ou até da simples menção, da "interrogativa indirecta", no âmbito da "tipologia frásica" tradicional ficaria assim explicada.

O *volte-face* surgirá, no entanto, a partir do momento em que atendamos a que a "interrogativa indirecta" respeita, afinal, o "objectivo ilocutório" canónico com que se vem justificando um "tipo interrogativo" de frase: «solicitar uma informação» (AZEREDO, 2006: 92)⁷¹. Isto é, embora servindo o propósito habitualmente atribuído à "frase interrogativa", a "interrogativa indirecta" não parece, ainda assim, ter lugar seguro na tipologia tradicional, ao mesmo tempo que outras atestações deste "tipo frásico" são comumente aceites nesta classificação, sem que esta premissa seja cumprida.

Que o "objectivo comunicativo" do "tipo interrogativo" de frase (fosse este critério útil para uma tipologia da frase) possa divergir, de facto, daquele que lhe é correntemente atribuído torna-se particularmente evidente, ou é, pelo menos mais frequentemente delatado, quando os presumíveis "pedidos de informação" se revelam, subitamente, "pedidos de acção" (dentro da própria terminologia normalmente invocada): «Algumas interrogativas são pedidos indirectos de uma acção; por exemplo: (i) Podes fechar a janela? (ii) Passa-me a pimenta? (iii)

⁷¹ Outras formulações deste mesmo "objectivo ilocutório" foram apresentadas, conjuntamente com a referência às gramáticas que as utilizam, quando primeiramente se deu conta de que diferentes "intencionalidades comunicativas" justificam habitualmente a instituição de "tipos de frase" distintos (Cf. «2.2.1.1. A "frase exclamativa" e os "tipos de frase".»).

Importas-te de pôr o rádio mais baixo?» (MATEUS, 2003: 460). É depois igualmente certo que, inversamente, um "pedido de informação" possa ser realizado através daqueles outros "tipos frásicos" que a tipologia tradicional considera. Mas não é este agora o ponto que nos prende⁷².

É certo que já negámos que estes parâmetros nos pudessem ser úteis para uma categorização do conceito "frase" em tipos distintos (Cf. «2.2.1.1. A "frase exclamativa" e os "tipos de frase"»). O nosso exercício consiste tão só, momentaneamente, em seguir o mesmo raciocínio que os critérios que estão ao serviço desta "tipologia da frase" autorizam. E segundo ela, é legítimo este critério primeiro que tem sido o da – já o comprovámos – "intencionalidade comunicativa" (Cf. «2.2.1.1. A "frase exclamativa" e os "tipos de frase"»). E segundo ele, a "interrogativa directa" dificilmente consegue um maior grau de obediência a este critério do que a "interrogativa indirecta"; sendo que ambas poderão falhar assiduamente nesse quesito⁷³.

Ora, semelhante razoamento admite a possibilidade de termos em consideração este particular caso da "interrogativa indirecta" num exame que pretenda avaliar a distância definitória que o distingue do "tipo exclamativo de frase": como se harmonizam ou como se desajustam os dois conceitos?

A questão é – e é a ela que se submetem as anteriores reflexões – se será exequível que a "interrogativa indirecta" habite numa "exclamação", numa relação de inclusão que faça a primeira render-se à segunda.

Vejamos: se entendermos a "frase interrogativa indirecta" como «*interrogation contenue dans une phrase qui peut être énonciative, injonctive ou interrogative*» (GREVISSE, 1993: 586-587), não haverá talvez motivo substancial

⁷² O capítulo que versar problemas sugeridos pela pragmática criará uma ocasião mais propícia a este debate.

⁷³ Aqui certamente teriam de ser especificados os particularismos do chamado "discurso indirecto" que, por motivos evidentes, escaparia à lógica das "intencionalidades comunicativas", assim descritas. E o campo de estudos da enunciação tem feito precisamente isso, com uma nova série de instrumentos teóricos que remetem para um discurso de tipo "ecóico".

para que – pelo menos numa lógica desta decorrente – não se estenda o mesmo raciocínio, num prolongamento que afirmasse que a "frase interrogativa indirecta" é uma "interrogação contida numa frase que pode ser declarativa, imperativa, interrogativa ou exclamativa". E aqui, o imbricado da conjectura deixaria imbricados, de novo⁷⁴, os dois conceitos que presentemente nos ocupam *sc.* "frase interrogativa" e "frase exclamativa".

Recorrendo a exemplificação, a incógnita que nos prende pode tornar-se mais transparente. Deveremos ponderar que "tipo de frase / frases" teremos, diante de espécimes como «Ele perguntou se vinhas cedo.» (MOREIRA, 2008: 191), quando revestidos de uma característica mais, a "exclamação", como em "Ele perguntou se vinhas cedo!". No primeiro caso, a gramática opta pela classificação "subordinada completiva interrogativa indirecta", para a segunda oração, recorrendo a uma gama de critérios que não é, evidentemente, aqueles que orientam a tipologia frásica tradicional. Segundo a "tipologia frásica" tradicional, de acordo com um dos argumentos que a institui, esse mesmo exemplo constituiria, eventualmente, uma "frase declarativa" (afirma-se que alguém perguntou), ainda que respeitasse o objectivo ilocutório da "frase interrogativa" – o mesmo a que tantas vezes ela própria não obedece. No segundo caso, acrescido de "exclamação", a "frase interrogativa indirecta", de acordo com outro dos argumentos que fundamenta a mesma tipologia, seria uma "frase exclamativa". Aqui o plano taxonómico complexifica-se: parece termos encontrado algo de semelhante a uma frase interrogativa (indirecta) submetida (subordinada) a uma exclamação.

Os exemplos atestados poderiam sofrer a mesma alteração:

- «Perguntei quem te sugeriu o filme.» vs. Perguntei quem te sugeriu o filme! (MOREIRA, 2008: 191)

⁷⁴ "De novo", perante a soma desta problemática à questão dos outros temas que já enunciámos, sendo que temos agora em mente o "«solapamiento de interrogativas y exclamativas» de Alonso-Cortés (ALONSO-CORTÉS, 1999: 4006), a sua "pregunta exclamativa" (ALONSO-CORTÉS, 1999: 4007-4008), ou a «interrogativa "exclamativa"» de Escandell Vidal (ESCANDELL VIDAL, 1999: 3984).

- «Perguntou-lhe se sabia a história da sua promessa.» vs. Perguntou-lhe se sabia a história da sua promessa! (AMORIM, 2006: 92)
- «Ainda não descobrimos por que ele saiu cedo.» vs. «Ainda não descobrimos por que ele saiu cedo!» (BECHARA, 2006 [1999]: 465)

E isto equivaleria a responder afirmativamente à questão *supra* exposta: é exequível que a "interrogativa indirecta" habite numa "exclamação", numa relação de inclusão que faz a primeira render-se à segunda.

Resta saber se a "interrogativa indirecta" é um conceito que possa figurar com propriedade num capítulo de sintaxe⁷⁵ – como sempre acontece – ou se a problemática desta noção funciona numa outra matriz, possivelmente com condicionantes mais semânticas do que propriamente sintácticas: aí se joga a distinção "afirmar" / "perguntar". Algumas correntes da linguística fariam aqui – no âmbito das chamadas "subordinadas substantivas completivas" – de uma questão de "saturação da estrutura argumental dos verbos" (DUARTE, 2002). Acontece que a origem da própria noção "argumento" radica no campo de estudos da semântica. Tal será visível quando se afirma, por exemplo, que «O número de elementos seleccionado por um *predicador* depende da semântica desse mesmo *predicador*» (CAMPOS: 2002).

As interacções que se estabelecem entre os conceitos "frase interrogativa" e "frase exclamativa", tal como aparecem correntemente descritos, não favorecem uma afirmação autónoma do conceito "exclamação". Ele surge antes num entrecortado definitório que permite que, intermitentemente, o conceito assome ou subsuma em relação a um conceito supostamente alheio, mas afinal tão próximo.

⁷⁵ Um problema, afinal, idêntico ao que nos tem ocupado, neste capítulo, quando observamos o constructo teórico da tipologia frásica tradicional.

2.2.1.4. A "Frase exclamativa" e a "Frase imperativa"

As relações a estabelecer entre os conceitos de "frase imperativa" e de "frase exclamativa", tal como se apresentam delineados pelos estudiosos que assim os denominam, são muitas e muito próximas. A questão aqui será sempre a de tentar definir pontos comuns e pontos de afastamento, de uma forma que permita desenhar o contorno exacto da noção "exclamação", perspectivada a partir do objecto teórico "frase exclamativa". Esses pontos serão agora estabelecidos a partir das coordenadas da "frase imperativa", depois de se ter esboçado idêntico trabalho em relação ao "tipo declarativo de frase" e à "frase de tipo interrogativo".

2.2.1.4.1. Aproximação

Ora, a "frase exclamativa" será aquilo que os demais "tipos frásicos" não forem, de acordo com o princípio da oposição privativa de Saussure (SAUSSURE, 1986 [1916]). Acontece que « la phrase impérative, généralement terminée par un point d'exclamation, est presque toujours " exclamative " » (LE GOFFIC, 1993: 126-127) e acontece também estar já atestado que « la frontière entre le souhait et l'exclamation n'est pas du tout précise » (JESPERSEN, 1971 [1924]: 430). Ora, se "a frase imperativa é quase sempre exclamativa"; se, neste caso, sabemos já que "a fronteira não é precisa", a pergunta que desde logo se coloca é: "que margens?". Que margens irão, afinal, delinear a individualização dos dois conceitos nomeados?

Três pontos poderão ser essenciais para determinar algumas linhas de demarcação. Primeiramente, frisar que, ainda que aceitemos a asserção de que "a frase imperativa é quase sempre exclamativa", a inversa não será verdadeira; em segundo lugar, sobra uma zona delimitada com um " presque toujours " em « la phrase impérative, généralement terminée par un point d'exclamation, est *presque toujours* " exclamative " » (LE GOFFIC, 1993: 126-127, itálico nosso), que evidencia

a não obrigatoriedade de que assim seja; finalmente, será necessário apurar que tipo de dependência determina que a "imperativa" tão facilmente conviva com a "exclamativa".

O primeiro dos três pontos não nos vai demorar, chegados que fomos a este momento do nosso discurso, após um debate que nos isenta agora de repetir as já registadas reflexões em torno de, por exemplo, «Partem cedo!» (MOURA, 2006: 220) – que, podendo, ou não, ser considerada uma "frase exclamativa", segundo os parâmetros instituídos, já não será, certamente, "frase imperativa" – para mais num paradigma em que esta mesma estrutura frásica serviu para exemplificar os "tipos de frase" "declarativo", "interrogativo" e "exclamativo", embora já não o "tipo imperativo", abonado com: "Partam cedo." (MOURA, 2006: 219-220).

O segundo ponto é dificilmente contrariável. Podemos retomar, desde já, as últimas palavras do anterior parágrafo para favorecer essa afirmação: em "Partam cedo." (MOURA, 2006: 220), nada indica a obrigatoriedade, ou a mera existência, de "exclamação"⁷⁶. Todavia, e ainda que essa obrigatoriedade não se comprove, comprova-se, certamente, que "Partam cedo" se comporta diferentemente dos outros elementos do paradigma, acima referenciado. Isto é, em "Partam cedo" poderia ser grafado um "ponto de exclamação", sem que isso acarretasse o desmoronamento do conceito a ser descrito, "frase imperativa". Pelo contrário, a imposição do mesmo "ponto de exclamação" às estruturas frásicas que exemplificam os restantes "tipos de frase" implicariam, de forma imediata, o desabar do edifício teórico da "tipologia frásica" que se procurava assegurar. O exemplo "Partem cedo." não serviria o "tipo declarativo de frase" caso fosse grafado como "Partem cedo!"; o exemplo "Partem cedo?" não serviria o "tipo interrogativo de frase" caso fosse grafado como "Partem cedo?"; e também "Partem cedo!" não admitiria a mesma substituição na

⁷⁶ Outros exemplos que não sugerem uma aproximação obrigatória da "frase imperativa" à "exclamação" poderiam ser compilados, sem no entanto esquecer que figuram em número reduzido, em relação aos que revelam essa presença: «Empurra com força.» (FLORIDO, 2000: 162); «Poupe água.» (AMORIM, 2006: 92); «Liga a máquina, por favor.» (PINTO, 2006: 153). Noutros casos, porém, ainda que sejam numerosas as abonações que exemplifiquem "frases imperativas", encontraremos sempre uma componente de "exclamação", graficamente sugerida (DUARTE, 2002).

"pontuação" que o marca, pela ilogicismo do procedimento; somente "Partam cedo." tolera "Partam cedo!", sem que tal mudança desvirtue radicalmente a sua natureza. Aliás, este facto é formalmente anunciado em muitos compêndios gramaticais: «No registo escrito termina com um ponto final ou um ponto de exclamação" (PINTO, 2006: 154). Mas as alterações em causa não provêm da sintaxe, o que as torna, por ora, despiciendas. Adiemos a questão⁷⁷.

O terceiro ponto é o mais interessante. Para lhe tocarmos, recuemos, então, aos próprios parâmetros definitórios da "frase imperativa", que até ao momento temos encarado como um *a priori*. Dá-se como essência da "frase imperativa" o facto de existir «une sorte d'"imposition directe" de l'idée contenue dans le verbe sur le destinataire», o que constituiria o « valeur fondamentale de la phrase impérative » (LE GOFFIC, 1993: 126). Quase todos os gramáticos referem, depois, os " effets de sens ", permitidos pela prosódia ou pelo contexto comunicativo, que constituem « des modulations de sa valeur fondamentale: ordre, permission, (acceptation, concession), souhait (supplication, suggestion, invitation, recommandation), etc. » (LE GOFFIC, 1993: 127). Novamente, encontramos na determinação do que seria um dado "tipo frásico", o "tipo imperativo", os mesmos parâmetros não sintácticos que têm servido os restantes membros da tipologia. Pelas razões já asseridas, eles não satisfazem o prisma sintáctico, através do qual pretendemos observar a questão.

A procura de uma marca formal que previamente assegure um particular funcionamento sintáctico de uma eventual estrutura "frase imperativa" obtém algumas respostas, já o vimos, se for perspectivada através do exame do funcionamento do seu predicado. Um dos óbices deste procedimento é, desde logo, o de isolar este particular membro da nossa tipologia da frase, relativamente aos demais, já que estes não usufruem de tratamento análogo. Com esta ressalva, que

⁷⁷ No nosso discurso transparece a sua tessitura. Arrumá-lo em capítulos, implica uma compartimentação que se arrisca a parecer excessiva. Sacrificamos uma maior fluidez discursiva ao rigor que possa resultar da observância dos parâmetros impostos por cada diferente área de estudos; ao mesmo tempo que mostramos "sem rede" o evoluir da nossa pesquisa, *pari passu*: os avanços, os recuos, os becos sem saída, a estrada larga.

também anteriormente foi já debatida, averiguemos, ainda assim, que sorte de conclusões podem resultar de uma investigação assim gizada.

A identificação do conceito "frase imperativa" com o "modo imperativo" do verbo tem sido a primeira das marcas apontadas; por vezes, em exclusividade, segundo um esquema respeitando a relação «tipo de frase: imperativo; marca: modo imperativo do verbo» (FLORIDO, 2000: 162). Claro que, mesmo perante os critérios vigentes na configuração tradicional de uma "frase imperativa", a informação seria insuficiente. Como insuficiente seria ainda a indicação «marcas: [...] formas verbais no imperativo, ou equivalente» (PINTO, 1998: 174), ainda que o carácter dúbio de "equivalente" possa permitir, posteriormente, uma área vasta para discussão⁷⁸. Segundo os mesmos pressupostos, apresenta-se já como mais acabada a lição «Marcas linguísticas: Verbo no imperativo, conjuntivo, presente do indicativo, particípio passado, infinitivo e gerúndio.» (AMORIM, 2006: 92), uma vez que, perante o critério «Intenção comunicativa: Pedir, ordenar» (AMORIM, 2006: 92), que aparece cruzado com os dados anteriores, podem ser coligidas atestações que comprovem a variedade verbal da "frase imperativa", tal como é apresentado nesta tipologia: «Presta atenção. Poupe água. Calou! Sentado! Marchar! Andando!» (AMORIM, 2006: 92).

Sem exorbitar do mesmo tipo de raciocínio, o exercício pode ser prolongado. Percorrendo, brevemente, capítulos de análise dos modos verbais,

⁷⁸ Na realidade, estamos convencidos de que o autor pretende referir aqui apenas como "equivalentes" ao imperativo «as formas do presente do conjuntivo [que «o imperativo utiliza»] nas pessoas em que o imperativo não tem formas próprias, e também nas negativas», como o próprio autor explica quando, na sua gramática, se debruça sobre o estudo da «classe dos verbos» (PINTO, 1998: 149). O mesmo autor, na sua mais recente gramática, altera o conteúdo da explanação, com a afirmação de que «O verbo da frase apresenta-se, geralmente, no imperativo e, por vezes, no conjuntivo ou no infinitivo» (PINTO, 2006: 154).

A redução do número das pessoas verbais no modo imperativo, em relação ao máximo de seis pessoas verbais quase sempre atestadas – por exemplo, em francês: «L'impératif n'a que trois personnes» (DELATOUR, 2004: 145); apenas a segunda e a quinta, em português – pode encontrar explicações curiosas, segundo *l'esprit du temps*: « Ce mode n'a point de première personne au singulier, parce que, soit en commandant, soit en priant, soit en exhortant, on ne peut parler à soi-même qu'à la seconde personne, et qu'alors un homme se considère comme étant, en quelque sorte, divisé en deux parties, dont l'une commande à l'autre, la prie et exhorte. » (GIRAULT-DUVIVIER, 1833: 210).

teríamos de, a título de exemplo, considerar os casos em que o futuro do presente simples do modo indicativo se emprega «como expressão de uma súplica, de um desejo, de uma ordem, caso em que o tom de voz pode atenuar ou reforçar o carácter imperativo: [...] Honrarás pai e mãe.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 458). Afinal, neste caso, o modo indicativo assume um uso em que já não é o modo da «realidade» ou da «certeza», mas sim o modo «da exortação, do conselho, do convite», características atribuídas tradicionalmente ao modo imperativo (CUNHA e CINTRA, 1994: 447 e 474). E se quiséssemos alongar ainda a demonstração de que os exemplos fornecidos para fundamentar uma "frase imperativa" dispensam o homónimo modo verbal, em última análise, recorreríamos sempre às abonações que não exigem a categoria verbo: «Silêncio!», «Acção!», «Já aqui!» (Exemplos de HERNÁNDEZ ALONSO, 1996: 274).

«Há, para exprimir uma ordem, vários meios linguísticos, evidentemente, com diferentes matizes e efeitos. O meio mais marcado, neste tipo [frase imperativa], é a forma imperativa do verbo.» (VILELA, 1999: 309). Chegados a este ponto, teremos de considerar como ténue a "marca linguística" que, nos compêndios, justifica a "frase imperativa" com a colagem a um modo verbal:

Se atentarmos, porém, no outro critério – «Intenção comunicativa: Pedir, ordenar» (AMORIM, 2006: 92) – que pretende assegurar uma especificidade a este "tipo frásico"⁷⁹, surgem, de imediato, outros "tipos frásicos" que concorrencialmente se candidatam à persecução desse tal "objectivo comunicativo", repetidamente enunciado, mas que não é, afinal, exclusivo do "tipo imperativo de frase": « une injonction peut transparaître sous: une forme interrogative : " *Alors, vous vous retirez, oui ?* ", une forme déclarative [...] : " *Alors, maintenant, tu prends tes affaires et tu te retires sur-le-champ.* " » (CHARAUDEAU, 1992: 582).

Aliás, já demos conta, no anterior ponto deste trabalho, de casos em que as "frases interrogativas" se revelaram "pedidos de acção": «Algumas interrogativas são pedidos indirectos de uma acção; por exemplo: (i) Podes fechar a janela? (ii)

⁷⁹ Um critério desde logo, neste âmbito, descartado, por não ser sintáctico.

Passa-me a pimenta? (iii) Importas-te de pôr o rádio mais baixo?» (MATEUS, 2003: 460) – exemplos que se compaginam com a definição de "frase imperativa", que aceita como critério válido que «Nas frases imperativas procura-se *fazer com que o destinatário faça algo*.» (VILELA, 1999: 309), mesmo que encontremos este tipo de explanação em capítulos de sintaxe. O conceito de « "injonction" *masquée* », que legitima os casos em que « la force directive de cette modalité s'en trouve atténuée » (CHARAUDEAU, 1992: 582), poderia ser um instrumento justificativo deste desvio, em relação à formulação inicial dos parâmetros que conformariam a "frase de tipo imperativo", ao abrigo dos pressupostos primeiros que a fundamentam.

Todavia, à medida que esta «"injonction" *masquée*» se foi instaurando no nosso campo de estudo, foi rareando a premência da "exclamação", que com tanta facilidade encontrámos nas primeiras ocorrências de "frases imperativas", mas que já nem aí, como vimos, tinha carácter obrigatório. Não existe regularidade.

Assim sendo, perante «Pedro, chega aqui!» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 131) ou «Empurra com força.» (FLORIDO, 2000: 162); ou ainda perante "*J'aimerais que tu sortes*"⁸⁰ (Désir impératif) ; "*Eh bien moi, je te dis de te retirer !*" (Déclaration solennelle). » (CHARAUDEAU, 1992: 582), a "exclamação" é só uma possibilidade.

A "exclamação" é, assim, apresentada como uma possibilidade. Mas analisando o discurso gramatical, a forma como admite, ou não, a presença da "exclamação", junto da "frase imperativa", essa possibilidade – vislumbre de existência teórica – pode ser difícil de apontar. Onde fica? Essa possibilidade não afecta a estrutura sintáctica da frase; não é sintacticamente relevante. No conjunto dos quatro exemplos – estando ou não, em cada um dos pares, atenuada a "força directiva" da "imperativa" – poderíamos suprimir, ou adicionar, a sugestão de que a

⁸⁰ O texto original não recorreu a nenhum sinal de pontuação. O tratamento que demos ao exemplo, operando como se estivesse marcado por um "ponto final", justifica-se na medida em que, observando o conjunto das quatro atestações que o autor refere (das quais utilizámos duas), apenas uma se encontra marcada pelo "ponto de exclamação". Parte-se do princípio que as restantes três o dispensam e, a ter sido registada uma marca de pontuação, teria sido um "ponto final", por ser o menos marcado.

"exclamação" se encontra presente; e seriam, portanto, plenamente viáveis as opções "Pedro, chega aqui.", "Empurra com força!", "J'aimerais que tu sortes!" ou "Eh bien moi, je te dis de te retirer.", o que comprova a precedente afirmação de que a frase é a mesma, suprimido, ou adicionado, o elemento "exclamação", num exercício semelhante a outros anteriormente feitos:

- «Presta atenção.» (AMORIM, 2006: 92) vs. " Presta atenção!"
- «Carlos, vai ao pão!» (VILELA, 1999: 309). vs. "Carlos, vai ao pão."
- «Partam cedo.» (MOURA, 2006: 220) vs. "Partam cedo!"
- « Passez de bonnes vacances ! » (DELATOUR, 2004: 194) vs. " Passez de bonnes vacances. "
- « Ne touchez pas à ça. » (DELATOUR, 2004: 194) vs. " Ne touchez pas à ça ! "

Desta forma, poderemos subscrever, também agora, um raciocínio análogo ao que já anteriormente aceitámos: «a oração exclamativa pode combinar-se com os tipos anteriores [oração declarativa, oração interrogativa, oração imperativa]» (BECHARA, 1987: 199). É a terceira vez que recorremos a esta citação. Respeitando a cronologia que nós próprios traçámos, quando abordámos, em três sucessivos pontos da nossa explanação, os mesmos conceitos a que a citação se refere, comprovámos a sua validade, ao serviço da construção do nosso argumentário, ponto por ponto. Inicialmente, apresentámo-la como precipitada: falávamos ainda apenas de "frase declarativa". Agora, que já observámos os três conceitos em questão, *a posteriori* verificamos que este juízo, antecipado à altura, se mostrou, de facto, pertinente, face ao que vimos defendendo.

Pela mesma ordem de ideias, poderemos, de forma redundante, citar outros autores que conjuntamente se referem aos três tipos frásicos, que cumulativamente fomos colecionando no nosso discurso. Agora que este atingiu já a referida soma, admite facilmente as afirmações globalizadoras de que « Plus généralement, l'exclamation peut se combiner avec les autres types de phrases. » (RIEGEL, 2001: 401), ou de que «El tipo exclamativo, [...] comparte propiedades con los tres tipos anteriores.» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3884).

De qualquer forma, a informação compilada, e sujeita a observação e análise, não trouxe novidade sintáctica: sintacticamente, não foi ainda possível individuar a "exclamação", quando em contraponto com os conceitos teóricos seus vizinhos, aqueles que, conjuntamente com esta, configuram uma dada tipologia da frase, em que não descortinámos mérito sintáctico.

Na realidade, este reforço de ideias anteriormente antecipadas, num comentário de teor globalizante, em que voltámos a reunir os "tipos de frase" que antes havíamos espalhado, no espaço confinado de três subcapítulos, adianta também já, de alguma forma, as conclusões com que pretendemos, chegado o momento próprio, encerrar esta fase do nosso percurso. Entretanto, existem ainda temáticas que aguardam tratamento.

2.2.2. A "Exclamação" e a Sintaxe

2.2.2.1. Restringindo o espaço de análise

Não foi sem alguma estranheza que constatámos, ao longo da nossa pesquisa, que um número assinalável de volumes gramaticais opta, sem mais considerações, por produtos frásicos como «Partem cedo!» (MOURA, 2006: 220), para atestar a existência de um conceito que se apresenta sob a nomenclatura "frase exclamativa" e que teria um cariz sintáctico (considere-se a terminologia escolhida – "frase" –, bem como o endereço de análise – capítulos de sintaxe de compêndios de gramática).

Dotada de uma estrutura idêntica a «Partem cedo.», não nos pareceu que a amostra «Partem cedo!» tenha sido capaz de se distanciar sintacticamente, ganhando contornos próprios – existência –, em relação aos conceitos com que a fizemos dialogar, munidos do argumentário fornecido pelos próprios textos onde encontrámos plasmada a noção de "frase exclamativa".

Desta forma, será comum encontrar-se como exemplo paradigmático de "frase exclamativa", e perto da sua definição, atestações como «O Rui comeu as uvas!» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 178) ou «Estou numa angústia total!» (MOREIRA, 2008: 201). Tendo já nós argumentado em favor da inexistência de diferenciação sintáctica entre exemplos como

«O Rui comeu as uvas.» e «O Rui comeu as uvas!» ou

«O Rui comeu as uvas?» e «O Rui comeu as uvas!»

(exemplos de FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 178), ficam por analisar outros casos que neste contexto se impõem.

O leitor atento perguntará, esvaído que for o inventário de exemplos como aqueles que supracitámos, que análise pode a sintaxe fazer de ocorrências como «Que filme!» (AZEREDO, 2006: 343) ou «Que alegria [...] !» (PINTO, 2006: 153).

Afinal, será em estruturas deste cariz que se poderá advogar uma especificidade diferenciadora e significativa entre aquilo que assim se configuraria como uma "exclamação" e aquilo que se considera ser a "frase declarativa" do cânone.

Bechara oferece, a este propósito, um conjunto coerente de formulações felizes, como é o caso da designação "pro-orações". O termo⁸¹ indica o tipo de enunciados a que nos referimos: «resíduos de orações sintacticamente incompletas ou truncadas, que devem ser tratadas no rol dos enunciados independentes sem núcleo verbal, ao largo de qualquer restituição corretiva do ponto de vista sintático» (BECHARA, 2006 [1999]: 541).

⁸¹ Bechara utiliza o termo "oração" na mesma acepção que os gramáticos de língua espanhola utilizam "oración", alguns dos quais citámos já e outros citaremos ainda (ALONSO-CORTÉS, 1999; GARRIDO MEDINA, 1999; PAVÓN LUCERO, 2007). O termo compagina-se com aquilo que temos denominado "frase". Resulta disto mesmo que se defende aqui a existência de um elemento que nós designaríamos antes como pró-frase ou proto-frase.

Ora, estas ocorrências fogem ao «centro da atenção da gramática» (BECHARA, 2006 [1999]: 540), representado, segundo o mesmo autor, pela oração⁸², enquanto «o objeto mais propício à análise gramatical, por melhor revelar as relações que seus componentes mantêm entre si, sem apelar fundamentalmente para o entorno (situação e outros elementos extralingüísticos)» (BECHARA, 2006 [1999]: 407).

Acontece que, nos casos supramencionados⁸³, «a ausência do núcleo verbal, donde dimanam as relações sintático-semânticas impede que se identifiquem [...] as funções que se manifestam na oração», e passam a estar dependentes de uma «interpretação mais ou menos próxima dos possíveis equivalentes expressos sob a forma de oração». Afinal, em segmentos como «Que calor!», «o enunciado não se manifesta em toda sua plenitude» (BECHARA, 2006 [1999]: 540).

Quando Bechara coloca a "oração" no «centro da atenção da gramática» (BECHARA, 2006 [1999]: 540), negando o mesmo epíteto às exclamações do tipo das que identificámos, a metáfora assim utilizada corrobora perfeitamente a tese que defendemos de que a natureza das exclamações as afasta do núcleo central da linguística, a sintaxe.

No mesmo sentido, vão estudos anteriores que, ao debruçarem-se sobre a temática exclamativa, se deparam com um conjunto heterogéneo de ocorrências, reagrupadas pela tradição sob a denominação de "exclamações", mas que nenhuma particularidade formal une: « à la différence des notions analogues – assertives, interrogatives, etc. –, celle-ci [l'exclamative] ne peut être appuyée sur des marques morphologiques homogènes et spécifiques.» (MILNER, 1978: 252-253).

Também o último autor citado afasta a exclamação da sintaxe, invocando igualmente a interpretação (que Bechara também invoca, cf. *supra*) como o elo que liga enunciados sintacticamente díspares: « en fait, c'est l'interprétation qui

⁸² *Idem.*

⁸³ «Que filme!» (AZEREDO, 2006: 343); «Que alegria [...] !» (PINTO, 2006: 153).

rassemble les exclamatives : toute phrase qu'on désigne de ce nom implique *l'expression d'un haut degré* ». E mostra a sintaxe como inapta para a determinação da "base comum" que conforma essa "categoria tradicional", uma vez que « elle ne peut consister directement dans les marqueurs, qui sont divers et non spécifiques » (MILNER, 1978: 253).

Para ilustrar o seu ponto de vista, Milner utiliza enunciados, todos eles diversos quanto à sua quadratura sintáctica, tal como

« quel acteur! » ou

« il est rare de rencontrer un tel acteur! » (MILNER, 1978: 252).

acontece, porém, que onde é talvez possível, para alguns, ver uma "frase exclamativa", não existe indício sintáctico de exclamação; e onde talvez exista indício de uma especificidade formal da "exclamação" não chega a existir uma frase (cf. *supra* "proto-frase").

2.3. Conclusões parcelares

As conclusões que pretendemos desde já registar, no evoluir da nossa pesquisa, servirão sobretudo como um ponto de situação, num percurso cuja meta vai distante. Mas não é por ser pouco ambiciosa que a tarefa de apresentar conclusões parcelares se revelará mais simples; estas conclusões terão apenas a clareza permitida pela própria nitidez com que se desenhou o conceito que estudamos. E a primeira conclusão é desde logo essa: o conceito que estudamos não se desenhou com nitidez.

Envolvido numa ambiência teórica que, eventualmente, não será a que melhor corresponde à sua natureza – algo que só poderemos com certeza aquilatar, avaliando se a sua integração noutros espaços teóricos se revela mais proficiente – fomos encontrá-lo preso numa "tipologia da frase" questionável, na forma como é

apresentada; mas onde nem mesmo segundo os próprios pressupostos da mesma tipologia o seu enquadramento é evidente.

A "tipologia da frase", onde encontrámos inserida a nossa "frase exclamativa" – prisma através do qual examinámos o conceito "exclamação", em sintaxe – nem sempre terá manifestado uma sólida resistência teórica, perante a verificação da robustez dos seus alicerces. Numa das abordagens exequíveis a esta matéria, poderíamos defender, simplesmente, não existirem "tipos de frases" distintos, em essência. Segundo esta linha de pensamento, falar de "tipos de frase" teria necessariamente de equivaler a falar de diferentes tipos de estruturas de frases (e não, certamente, em diferentes "intenções comunicativas"), ao mesmo tempo que a "frase" se define já por apresentar *uma* estrutura dada à partida e que dá corpo ao próprio conceito (núcleo e as suas expansões); a "frase" aparece configurada enquanto conceito base e todas as distinções terão de ser feitas posteriormente a ela. Nesta perspectiva, não haverá, portanto, "tipos de frases". Nesta perspectiva, não haverá, portanto, um "tipo exclamativo de frase".

Mas, fora aceitável uma tipologia da frase baseada em tais alicerces, outras problemáticas se levantariam, na própria construção do edifício teórico. Não querendo refazer caminho já percorrido, retomemos apenas alguns pontos relevantes, sucessivamente abordados ao longo deste capítulo, agora numa cronologia inversa. No caso da "frase imperativa", parece de extrema relevância uma consulta que se dirija ao "modo verbal", critério utilizado em exclusividade, como se um critério "um" autorizasse a entrada do elemento "um", e um critério "dois" autorizasse a entrada do elemento "dois"; somando-se os dois elementos, afirma-se pertencerem a uma mesma tipologia, quando, afinal, não parece existir solidariedade alguma entre as suas naturezas. O critério que mais demoradamente é ponderado, no caso da "frase interrogativa", é a correspondência a um "acto de fala" específico, à qual se apõe uma listagem confrangedora de excepções à verdade preestabelecida, quando, afinal, é duvidosa a pertinência primeira de tal critério, para a sintaxe, e portanto, para uma tipologia da frase. Já a "frase declarativa" assume o estatuto dúbio de ser frequentemente encarada mais como um ponto de referência, a partir do qual é verificada a existência de características diferenciadoras, do que como outro membro da construção teórica, quando, afinal, é apresentado como o primeiro de um

conjunto de quatro elementos, numa tetralogia que se pretende equilibrada. É esta uma ilustração possível de alguns dos problemas identificados. A coesão teórica desta classificação é periclitante.

E como estabelecer o posicionamento da nossa "frase exclamativa", no panorama traçado? Acrescentar que a "frase exclamativa" é o "tipo frásico" que assume a particular característica de poder vir sobrepor a sua "insustentável leveza"⁸⁴ a qualquer dos "tipos frásicos" não parece suficiente.

Na verdade, se ao definirmos "frase exclamativa" aceitamos tratar-se de um "tipo de frase" combinável com os restantes "tipos de frase", o seu estatuto, perante estes outros constituintes da mesma tipologia, terá de ser distinto. Mesmo sem negar nenhum dos pressupostos do edifício teórico em causa, a conclusão a retirar é a de que, sendo a "frase exclamativa" sobreponível ao "tipo declarativo", "interrogativo" ou "imperativo", como se atesta – « toute phrase peut être énoncée avec un " supplément affectif " » (LE GOFFIC, 1993: 100) – fica anulado, logo à partida, nas situações em que esta combinação sucede, o estatuto da "exclamação" enquanto "tipo de frase", já que seria sempre um "tipo de frase" estabelecido por cúmulo, em relação a uma tipologia prévia, e não em termos absolutos, como acontece com os demais "tipos frásicos".

Será, portanto, pouco contestável que se reconheça alguma fragilidade teórica a este específico conceito, que nem sempre impede as suas margens definitórias de se imiscuírem em áreas teóricas suas vizinhas, ou o inverso, numa abrangência nocional perturbadora da sua eventual lisura primeira.

Tendo recolhido, ao longo das nossas pesquisas, apertações de linguistas reputados:

- « l' *exclamation* ne bénéficie pas d'une délimitation rigoureuse, appuyée sur des critères morphosyntaxiques qui en dégageraient clairement la spécificité. » (ARRIVÉ, 1986: 264);

⁸⁴ Referência à obra de Milan Kundera, *A insustentável leveza do ser* (KUNDERA, 1984), cujo título, na sua expressividade, se tornou de citação frequente.

- «El análisis de las oraciones exclamativas no ha permitido la identificación plena de un tipo estructural exclamativo.» (ALONSO-CORTÉS, 1999: 4023);
- « on peut s'interroger sur sa spécificité syntaxique. » (RIEGEL, 2001: 387) e, por último,
- « celle-ci [l'exclamative] ne peut être appuyée sur des marques morphologiques homogènes et spécifiques.» (MILNER, 1978: 252),

que colocam explicitamente a questão da impossibilidade de se poder indentificar a especificidade que daria corpo a um tipo de frase estruturalmente exclamativo, acabamos por ver agora sobremaneira legitimada a nossa tese de que o conceito "frase exclamativa" não tem validade sintáctica.

Se assim pudéssemos apresentar o problema, diríamos que a natureza da "exclamação" será tão desfavorável ao convívio com uma sintaxe estruturada que, quando reveste a forma de frase, perde a sua especificidade exclamativa; quando formalmente exclamativa, esvaece a sua constituição frásica.



Capítulo III

EXCLAMAÇÃO E DISCURSO

... e eu não consigo lembrar-me de quem
dizia que é raro uma nuvem tomar a forma de
uma nuvem

(FERNANDO ALVES, TSF, 2006)

3.1. Intróito

Neste intróito a um novo capítulo da nossa dissertação, poderá ser oportuno um comentário sobre a inflexão de perspectiva que justifica, afinal, a abertura deste novo trecho do trajecto que, a passo, percorremos.

Desde cedo, descrevemos a nossa pesquisa como a busca de um conceito, manejado por diferentes campos de estudos da linguagem e da linguística. Desde

cedo, anunciámos que essa transumância traria consequências sobre o olhar que se lança sobre o conceito e, portanto, sobre o conceito ele próprio. Até que ponto? Existe um conceito "exclamação" por todos percebido de idêntica forma, num espaço suficientemente comum para permitir a intercompreensão?, ou são vários os conceitos de "exclamação" que circulam nos tratados da língua, nos mapas da linguística?

Com estas questões em mente, iniciámos a nossa análise. A necessidade de ver o conceito teórico "exclamação", através de diferentes perspectivas, impõe-se pela própria natureza das interrogações que surgiram, e do trabalho que nos propusemos cumprir. De facto, « On le sait maintenant il n'existe pas *une* grammaire, ni a fortiori *la* grammaire d'une langue, mais autant de grammaires que de théories sur la langue. Il ne faut pas oublier que c'est le point de vue théorique qui détermine la description d'un objet, et non l'inverse. » (CHARAUDEAU, 1992: 3).

A necessidade aqui é a de pesquisar outros pontos de vista teóricos e saber como constroem a sua "exclamação": «Uma investigação empírica só se transforma em ciência, segundo certos filósofos, quando se decide a "construir" o seu objecto» (DUCROT, 1972, 1991: 151). Em concreto, tendo já entrevisto o conceito "exclamação" com um olhar sintáctico, procuramos, no capítulo que agora se inicia, percebê-lo através dos olhos de quem se dedica à análise do "discurso" (já não da "frase"), invocando também o conceito que nos prende – ou invocando, sob o mesmo título, um conceito já diferente.

A lição é bem sabida, mas fica soberbamente explicada se, simplesmente, a apresentarmos assim: « Un poisson, par exemple, ne présentera pas les mêmes caractéristiques saillantes pour un zoologiste, un cuisinier ou un pêcheur. Et comme à l'intérieur d'une même discipline les perspectives évoluent, se diversifient et parfois se concurrent, c'est de ces choix initiaux que dépendent, en grammaire comme ailleurs, les problématiques, les méthodes d'analyse et l'évaluation des résultats. » (RIEGEL, 2001: 3).

3.2. A "Exclamação" no Discurso

A primeira dificuldade que enfrentaremos, antes de delimitar um conceito "exclamação", na perspectiva de uma análise do discurso, será referenciar este espaço onde nos pretendemos mover, determinando para ele próprio limites convenientes.

Esses limites são aqueles que vão permitir a exequibilidade da tarefa proposta. Tendo previamente em mãos o exercício da especificação de um conceito, não nos poderemos dedicar à especificação de todo o conceito outro com que nos deparemos, tendo antes de balizar o nosso domínio de pesquisa, com alguns *a priori* metodológicos que irão servir de base ao trabalho posterior. Ou não progrediríamos.

Mas garantir uma progressão natural na continuidade da nossa reflexão e do nosso discurso é também uma preocupação de que não prescindiremos. Nesse sentido, esta transição entre domínios operativos terá de ser explicitada. Aliás, já anteriormente, ao trabalharmos com os conceitos de "frase" e de "sintaxe", foi necessário apontar os entendimentos em causa para as noções invocadas; também agora, falar de "discurso" e falar das disciplinas que o reclamam como seu objecto de estudo – múltiplas – será, proporcionalmente, conveniente. Assinalemos, portanto, alguns pontos de referência.

3.2.1. "Frase" vs. "Discurso"

Como assegurar, então, essa transição serena entre dois espaços tão distintos? A *Gramática descriptiva de la lengua española* (BOSQUE e DEMONTE, 1999) parece pretender fazê-lo sem danos. De facto, toda a sua «cuarta parte» evolui

sob o título «Entre la oración¹ y el discurso». Já nos tínhamos referido a esta circunstância, por ter sido aí incluída a questão da classificação tipológica das frases que, anteriormente, nos ocupou. Na altura, anunciámos que o assunto seria retomado, compromisso a que agora respondemos², ao mesmo tempo que facilitamos a nossa própria transição entre capítulos.

A questão torna-se deveras interessante num trabalho que pretende demarcar fronteiras teóricas. Estamos perante um espaço que se autoproclama "entre" dois outros espaços. A curiosidade nasce perante a interrogação sobre o tipo de lugar que se poderá erigir entre "frase" e "discurso".

A resolução fácil do problema fica, desde logo, dificultada, se entendermos que as unidades linguísticas se organizam por estratos, em que cada um é constituído pelas unidades do nível imediatamente inferior. Este entendimento da questão não autoriza a criação de um espaço que possa figurar entre dois "estratos" – aquilo a que aspira a designação que nos prende. Não parece existir, nesta transição entre objectos teóricos contíguos, uma margem que abrigue um local intermédio, como deixa supor o termo "entre", no topónimo "entre a frase e o discurso".

Mas se, segundo as anteriores premissas se viu dificultada uma resposta para a nossa inquirição, um outro tipo de raciocínio poderá impossibilitá-la *tout*

¹ É aqui obrigatória a nota de teor terminológico relativa ao facto de que com "oración" se está a falar da mesma entidade a que temos denominado "frase", no decorrer do nosso discurso. Tanto assim é que encontramos, nesta gramática a referência ao conceito "tipos de oraciones" ou "tipos oracionales" – conceitos em tudo paralelos àquilo a que chamámos "tipos de frase" ou "tipos frásicos". A proximidade desta equivalência revela-se, conseqüentemente, na enumeração da classificação tipológica dos «tipos de oraciones», idêntica à que apresentámos para os "tipos de frase": «tipo declarativo», «tipo interrogativo», «tipo exclamativo» e «tipo imperativo» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3883-3884).

² Poderemos retomar o que previamente afirmámos, no sentido de justificar a oportunidade desta reflexão: «Esta designação terá de ser questionada, desde já pela originalidade do espaço que instituí, e depois pela relevância de que se reveste no todo do compêndio. Ao longo dos seus três volumes, a totalidade da obra divide-se em cinco "partes": «Sintaxis básica de las clases de palabras»; «Las construcciones sintácticas fundamentales»; «Relaciones temporales, aspectuales y modales»; «Entre la oración y el discurso» e «Morfología». Os termos do título que abrigarem um quinto de uma obra desta natureza terão de ser significativos.» (cf. *supra*, «2.2.2. A "Frase exclamativa" e a "Frase declarativa"»).

court. Se não distinguirmos os conceitos "frase" e "discurso", se eles forem para nós de natureza semelhante, não vislumbraremos um espaço *entre* eles. Essa concomitância anula cerce a operação.

De facto, um dos pontos de vista a defender será o de que nada existe no "discurso" que seja intrinsecamente distinto daquilo que poderemos identificar na "frase", segundo o princípio que tem por legítimo que « on pourrait dire, calquant une formule classique: nihil est in *lingua* quod non prius fuerit in oratione. » (BENVENISTE, 1966: 131). Este princípio permite a interpretação de que «En la oración se condensa y organiza todo el conocimiento que el hablante posee de su lengua.» e, neste sentido, a "frase" actuará «a modo de eje vertebrador de las restantes unidades lingüísticas.» (HERNANZ Y BRUCART, 1987: 48). Desta forma, estima-se que « dans un sens, rien ne se trouve dans le discours qui ne soit déjà dans la phrase. » (MARTINET, 1985: 85). Aliás, a própria ideia, já apresentada, de que as unidades linguísticas se organizam em estratos sucessivos, com a defesa de que o sintagma é uma combinação de monemas, a frase uma combinação de sintagmas e o texto uma combinação de frases, operando todos sob idênticas leis – as que regem as relações entre os seus elementos – implica que estes elementos não são qualitativamente diferentes. É neste âmbito que não é calculável uma distância "entre" "frase" e "texto", criando a expressão que perseguimos um paradoxo hermenêutico de resolução problemática.

Claro que, chegados a este ponto, e tendo mencionado o conceito "texto", seremos obrigados a novas distinções taxinómicas. Na verdade, os estudiosos do "discurso" advogam uma diferença, num decalque de outras distinções, entre "texto" e "discurso": «discurso, entendido como linguagem em uso e como acontecimento social, afasta-se da noção de texto, visto como produto pertencente ao domínio do sistema linguístico»³ (LOPES, 2002). Seria, então, factível, de acordo com esta abordagem teórica, e numa relação de consequência com a mesma, falar-se de uma "ciência do texto": «A Linguística dos nossos dias [...] está, finalmente, apetrechada

³ É difícil evitar aqui a sugestão de um resquício de " *langue* " / " *parole* " de Saussure (SAUSSURE, 1916, 1986), apesar de todas as objecções que o movimento antitético de associar " *langue* " e " *texto* " pressupõe.

para fazer ouvir a sua voz numa *ciência do texto*» (FONSECA, 1993: 193). Estaríamos, portanto, a reposicionar, no mesmo nível teórico, a distinção "frase"/"discurso", se a actualizássemos como "frase"/"texto".

De facto, os autores que defendem esta tese advogam a existência de uma gramática específica do "texto", que funcionaria com regras outras relativamente à "frase", apoiando a ideia de que «o texto não é apenas uma unidade gramatical superior à frase» (VILELA, 1999: 419), « un "texte" n'est pas une juxtaposition aléatoire de phrases. » (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980: 7), ou que «O texto não comporta uma dimensão *construcional*, na acepção que cabe à designação *construção* no âmbito da formação sintagmática e sintáctica: os ENs que realizam o texto não estão entre si ligados por *relação de formação* [...] que os *integre* [...] numa unidade formal hierarquicamente superior» (FONSECA, 1993: 191).

Os dois posicionamentos teóricos descritos estão, portanto, em franca oposição. Não são, de todo, consensuais as respostas à discussão de estarmos, ou não, a falar de dois campos distintos, em essência, falando de "frase" e de "texto".

Mas, de qualquer forma, não foi esse o binómio escolhido pela gramática em causa; o que nos conduz, novamente, a considerar a oposição "frase" e "discurso", e as motivações de ordem conceptual que poderão ter incentivado os autores da *Gramática descriptiva de la lengua española* (BOSQUE e DEMONTE, 1999) a instaurarem um espaço de difícil demarcação, entre as duas noções: se não são distintas, não haverá espaço entre si; se são diferentes, a sua sequencialidade pode não autorizar um lapso espacial pertinente, onde caibam novas premissas: o que poderia existir entre "frase" e "texto", sendo eles unidades contíguas?

Uma das respostas possíveis à questão agora levantada, e aquela cuja linha de investigação seguiremos, é que este tipo de título – este tipo de espaço investigatório – tenha servido para caucionar, pela sua própria indefinição, a posterior mescla dos conceitos que, de perto, fazemos relacionar, ora com "frase",

ora com "discurso". E puderam, assim, integrar um mesmo discurso os conceitos desiguais de "tipo de frase" e "acto de fala".⁴

Ora, este raciocínio transporta-nos a uma revisita, esparsamente prometida, ao longo de precedentes momentos da nossa explanação, a questões que evoluem em torno do conceito de "acto de fala", e que não quisemos anteriormente abordar, por as considerarmos distantes do domínio sintáctico em que primeiramente evoluímos.

E a questão que agora se coloca não poderia deixar de ser a que pretenderá verificar as condições em que o conceito teórico "exclamação" habita a teoria dos "actos de fala".

3.2.2. A "Exclamação" na teoria dos "Actos de fala"

Será, naturalmente, neste apartado, dedicado à temática geral de "a exclamação no discurso", que encontraremos a ambiência teórica oportuna para perspectivar a "exclamação", quando nomeada como interveniente na teoria dos "actos do discurso" – mais frequentemente designados, na bibliografia, como "actos de fala" (título que temos vindo a utilizar).⁵

Como é sabido, pelo menos originariamente, a expressão é resultado de um olhar filosófico lançado sobre a linguística, mais do que é fruto de um *modus faciendi* eminentemente linguístico: John R. Searle, filósofo norte-americano, a

⁴ "Puderam integrar" significa, aqui, "verifica-se que integraram"; não se asse a legitimidade do procedimento.

⁵ A preferência terminológica por "actos do discurso" justifica-se aqui, quando se pretende conciliar a análise da referida temática, com o título do capítulo que a alberga, sendo que a familiaridade entre as duas designações, assim, mais facilmente, se denota; ao mesmo tempo, não se distancia do original "speech-act". Pelo contrário, fogem a uma tentativa de aproximação mais rigorosa a "speech" o francês "acte de langage", ou o castelhano, "*acto de habla*".

quem remonta muito da teorização feita quanto à teoria dos "actos de fala", reclama, explicitamente, para seu campo de estudo o da "filosofia da linguagem", como «tentativa de fornecer uma descrição filosoficamente esclarecida para certos traços gerais da linguagem» (SEARLE, 1969, 1984: 10), ao mesmo tempo que a exigência crítica de algumas vozes vêm lembrar que «Searle é um filósofo e não um analista do discurso, pois as suas categorias são produtos do sentido comum, e não são categorias técnicas que o analista possa utilizar» (VILELA, 1999: 467).

Searle é responsável, nomeadamente, pela ampla divulgação da própria expressão "actos de fala" – "speech acts" – que escolhe como título do seu «influential book» (LYONS, 1977: 726). De facto, John L. Austin, o filósofo inglês responsável pela fundação primeira desta linha de teorização, «which was introduced into the *philosophy of language* by J.L.Austin» (LYONS, 1977: 725, itálico nosso), de quem Searle é discípulo, raramente a terá utilizado: «The term "speech-act" is in fact rarely used by Austin.» (LYONS, 1977: 726)⁶. Mas é o próprio «projecto austiniano de constituir uma teoria geral da acção linguística [que é] retomado por J.R.Searle», face ao qual representará «um aprofundamento e uma sistematização» (LIMA, 1983: 27), por um lado, enquanto que origina uma gama de leituras críticas, por outro.⁷

Austin estruturou a sua linha de pensamento em torno de uma ideia inicial que defendia que determinada classe de enunciados se distinguia dos restantes, por não serem analisáveis numa perspectiva que implicasse a verdade ou a falsidade da proposição que exprimiam – como no caso dos "enunciados constativos" – mas antes na perspectiva de que corresponderiam à realização efectiva de um acto –

⁶ "Speech-act", que não se confunde com o "sprechakt" de Bühler, para quem a reivindicação «hay que considerar el hablar mismo como acción» (BÜHLER, 1983 [1934]: 72) se refere ao "acto de falar" – procurando as suas características enquanto acto de comunicação – mais do que a um "acto de fala", tal como o apreendemos, a partir de Austin, Grice e Searle.

⁷ A fixidez impressa à teoria é uma das críticas mais frequentes: «Ninguém critica a afirmação inicial: "fazemos algo com as palavras". Apenas se critica o facto de Austin e seguidores elaborarem taxonomias, estabelecerem categorias fixas dos actos de fala, quererem sistematizar todo esse conceito em regras e classificações difíceis de justificar.» (VILELA, 1999: 467).

"enunciados performativos". Mais do que descrever um "estado de coisas", muitos enunciados seriam responsáveis, eles próprios, pela criação de um "estado de coisas" diferente daquele anterior à sua enunciação/realização: « Un énoncé est appelé constatif s'il ne tend qu'à décrire un événement [...] sans prétendre modifier les choses. Il est performatif s'il se présente comme destiné à transformer la réalité. » (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 645). Lyons sumaria expressivamente o que está em causa, ao afirmar: «Roughly speaking, we can say that the distinction between constative and performative utterances, as it was originally drawn, rested upon the distinction between saying something with words and doing something by means of language.» (LYONS, 1977: 727)⁸. A evolução do trabalho do filósofo determinará que acabe por considerar toda a linguagem como performativa, abandonando a distinção primeira. Afinal, «Saying (or asserting) that something is so is itself a kind of doing» tal como «Austin soon came to realize» (LYONS, 1977: 729)⁹.

Por outro lado, convirá talvez matizar a anterior apresentação de Austin como filósofo responsável pela criação de um quadro de reflexão inteiramente original. Jean Cervoni estabelece um paralelismo entre a proposta de Austin e aquela

⁸ A lição é sobejamente conhecida e a sua repetição, provavelmente, dispensável. Que figure esta breve nota de rodapé como a legenda de uma ilustração que, não sendo necessariamente obrigatória, poderá, ainda assim, interpretar fácil e brevemente o seu conteúdo. Se tomarmos o exemplo: «Por este gesto eu te baptizo.» não estaremos perante um enunciado que sirva para dizer ou descrever algo – analisável segundo condições de verdade – mas sim perante um enunciado que produz efectivamente um acto: «O importante na teoria de Austin é a concepção dos enunciados [...] como actos, o conceito de que com palavras "se fazem coisas"» (VILELA, 1999: 461) – cf. «How to do things with words" (AUSTIN, 1962), título sugestivo do conteúdo da série de conferências em que Austin expõe as suas ideias.

⁹ Poderia ser interessante averiguar até que ponto a evolução do pensamento de Austin é inocente ou premeditada. Será que a distinção primeira entre "constativos" e "performativos" não preparava o espírito do seu público para a conclusão, propositadamente adiada, de que toda a linguagem é performativa, a seu ver? A expressão de Lyons, «Austin soon came to realize» (LYONS, 1977: 729), ou outras semelhantes como "Austin s'est aperçu" – no contexto « Dans une seconde étape de sa réflexion, *Austin s'est aperçu* que les énoncés "constatifs" possèdent eux aussi, d'une façon moins spectaculaire mais tout aussi réelle, que les "performatifs", une valeur d'action. » (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 645, itálico nosso) – fazem crer na naturalidade evolutiva da reflexão austeniana. Outras leituras podem deixar perceber o contrário: «*O desenvolvimento da análise conduz-nos naturalmente à validação da hipótese que Austin pretendia ver provada: a de que os enunciados constativos, longe de serem diferentes dos performativos, são casos particulares destes últimos.*» (GOUVEIA, 1996: 388, itálico nosso).

que surge inscrita na teorização de Port-Royal: « Pour eux [Arnault et Nicole dans la *Logique de Port-Royal*], dans " Je soutiens que la terre est ronde " [...] la proposition principale est " La terre est ronde ". " Je soutiens " n'est qu'une " proposition incidente ". [...] Selon ce point de vue, celui d'Austin aussi bien que celui de Port-Royal, le verbe performatif est l'équivalent d'un commentaire parenthétique qui viendrait s'ajouter à la suite d'un énoncé pour spécifier sa force » (CERVONI, 1987: 112).

Mas é já Searle quem propõe a taxinomia dos actos ilocutórios que maior fortuna fará¹⁰ e aquela que, desde então, consagrada, se vem repetindo. «Partindo fundamentalmente das noções de objectivo ilocutório e de força ilocutória, e sabendo que, na realização de qualquer acto ilocutório, o locutor exprime uma atitude, um estado psicológico, relativamente ao conteúdo proposicional do seu enunciado, [...] – de tal forma que ao assertar que *p* (em que *p* é a variável de conteúdo proposicional), exprime crença em *p*, ao prometer que *p*, exprime a intenção de fazer *p* –, torna-se possível proceder à inventariação, por classes, dos diferentes actos ilocutórios que um falante pode realizar, por meio do uso que faz da linguagem» (GOUVEIA, 1996: 391). Assim, a taxinomia de Searle inclui seis diferentes tipos de actos ilocutórios: actos ilocutórios assertivos, actos ilocutórios directivos, actos ilocutórios compromissivos, actos ilocutórios expressivos, declarações e declarações assertivas.

Não caberá aqui a explanação escolar daquilo em que consiste cada um dos "actos ilocutórios" inventariados por Searle, numa repetição mimética e pouco útil dos compêndios de pragmática. Preferimos remeter para a bibliografia disponível, que explicita estes conceitos, conhecidos, (por ex., GOUVEIA, 1996: 392), enquanto nos consagramos ao debate da temática que perseguimos. Para tal, temos já reunidas pistas de trabalho que poderão guiar a nossa pesquisa, e o olhar que

¹⁰ É curiosa a nota de rodapé em que Searle comenta a proposta de Austin, que antecede a que ele próprio elaborará: «a classificação de Austin de actos ilocucionais em cinco categorias parece um tanto *ad hoc*.» (SEARLE, 1969, 1984: 92); outros estudiosos apontarão a Searle esta mesma falta.

lançamos sobre esta tipologia de actos ilocutórios está já informado pelas instruções que o anterior capítulo deste estudo nos permitiu reunir.

De facto, ao inquirir sobre a "exclamação", em "sintaxe", operámos com o conceito "frase exclamativa"; porém, na realidade, este conceito revelou-se, quase sempre, uma travessia rápida para a esfera do "acto de fala", num movimento de que se denunciaram as coordenadas indistintas. Assim sendo, sabemos que encontraremos o nosso conceito "exclamação" se reapreciarmos, em sentido inverso, esquemas de análise já avaliados, como é o caso em

«tipo declarativo / acto de aserción
tipo interrogativo / acto de pergunta
tipo imperativo / acto de orden
tipo exclamativo / acto de expresión de emoción»

(GARRIDO MEDINA, 1999: 3884).

Temos, portanto, que encontramos, no âmbito da pragmática, um local teórico que abriga o conceito que perseguimos, a saber, o "acto ilocutório expressivo". Atentemos, então, neste "acto ilocutório", em particular, já que os indícios são claros de que depararemos, aqui, com facetas do objecto que analisamos.

No cerne da construção do conceito "acto ilocutório expressivo" está sempre uma definição assente em algo próximo da "expressão de um estado psicológico" ou "estado subjectivo" (VILELA, 1999: 462). Assim, «Um acto ilocutório é EXPRESSIVO se tiver como objectivo exprimir o estado psicológico do locutor em reacção ao estado de coisas especificado no conteúdo proposicional» (MATEUS, 1992: 129). A definição é repetida, sem alterações significativas, não só nos volumes de linguística geral (FARIA, 1996: 397), mas também nos actuais

compêndios de gramática, incluindo gramáticas escolares (AMORIM, 2006: 50; OLIVEIRA, 2006: 150; PINTO, 2006: 220)¹¹.

Os compêndios mais instruídos realçam, igualmente, como determinante na constituição deste acto ilocutório a "condição de sinceridade". Aqui, ao contrário do que acontecerá com outros actos ilocutórios, «o locutor não pretende que as suas palavras construam o mundo, determinando a sua realidade, nem que o configurem mimeticamente» – facto que contribui para a distinção das especificidades deste tipo de acto particular, autonomizando-o e conferindo-lhe uma identidade própria, face aos restantes – «antes pressupõe a verdade da proposição por si expressa, condição de sinceridade do acto» (GOUVEIA, 1996: 397); «A expressão do estado psicológico do locutor é também dependente da condição de sinceridade que constitui a pressuposição da verdade do conteúdo proposicional do enunciado.» (MATEUS, 1992: 129); «o locutor tem de ser sincero naquilo que exprime.» (AMORIM, 2006: 50). Segundo estes parâmetros, "agradecer", "felicitar", "dar pêsames", "dar parabéns", "lamentar", "pedir desculpa" são exemplos prototípicos de "actos ilocutórios expressivos".

Ora, é relacionada especificamente com este "acto ilocutório expressivo", desta forma definido e apresentado, que surge a menção à "exclamação", como seu instrumento de realização ou, melhor, como *um dos* seus instrumentos de realização. Habitualmente, afirma-se que o "acto ilocutório expressivo" pode ser realizado utilizando «verbos ilocutórios expressivos»¹², «expressões exclamativas com

¹¹ De igual forma, esta definição é também referenciada nos manuais escolares do ensino secundário, fazendo esta temática parte dos conteúdos a leccionar aos alunos deste grau de ensino (GARRIDO, 2007: 61; MAGALHÃES, 2007: 259; PINTO, 2007: 306; VERÍSSIMO, 2007: 41). Estes manuais incluem propostas de exercícios de aplicação de conhecimentos sobre a matéria, que envolvem, quase sempre, a classificação de um dado "acto ilocutório", segundo a taxonomia de Searle, embora esta autoria não seja desvelada (MAGALHÃES, 2007: 38, 59, 200). Tal como para o tema da "tipologia frásica", este facto vem atestar, em primeira análise, a ampla divulgação que a questão dos "actos ilocutórios" tem merecido e, em última análise, o grau de relevância que lhe foi atribuído, no estudo de uma língua.

¹² «Desculpe a minha intromissão.» (GOUVEIA, 1996: 398); «Agradeço-te a visita de ontem à tarde.» (MATEUS, 1992: 129). Curiosamente, da listagem apresentada, para diferentes hipóteses de realização de um acto ilocutório deste tipo, a única fórmula que se repete *ipsis verbis* nos dois autores invocados para a sua compilação é, possivelmente, a menos

adjectivos valorativos»¹³, «frases exclamativas com verbos afectivos»¹⁴, «verbos criadores de universo de referência, modalizados por advérbios»¹⁵, «expressões exclamativas, frásicas ou não, com adjectivos valorativos, advérbios e verbos experienciais, expressivos ou afectivos»¹⁶ (MATEUS, 1992: 129, 130; GOUVEIA, 1996: 398). Ou, simplesmente: «Verbos e manifestações linguísticas típicos deste acto de fala: [...] frases de tipo exclamativo» (PINTO, 2006: 220).

A primeira nota a destacar é a que verifica que a presença da "exclamação" não é condição obrigatória para se qualificar um "acto ilocutório" como pertencendo à estirpe dos "actos ilocutórios expressivos". Embora evidente, esta nota adquire suma importância, no âmbito da análise que vimos realizando, na medida em que desprestigia o relevo que o conceito "exclamação" poderia assumir neste contexto, ao ver as suas margens operatórias definitivamente limitadas, por um conceito teórico que a enformasse, caso lhe fosse imprescindível. Tal não acontece.

Por outro lado, o exemplário coligido¹⁷ reúne atestações em que as "expressões ou frases exclamativas" não figuram, sem que o facto não impeça, ou minimamente perturbe, a clara identificação de um "acto ilocutório expressivo", segundo os parâmetros da teoria que defende tal conceito:

«Desculpe a minha intromissão.» (GOUVEIA, 1996: 398);

«Agradeço-te a visita de ontem à tarde.» (MATEUS, 1992: 129);

informativa e, seguramente, a mais tautológica: "nos actos ilocutórios expressivos utilizam-se verbos ilocutórios expressivos" (MATEUS, 1992: 130; GOUVEIA, 1996: 398).

¹³ «Bom dia!» (GOUVEIA, 1996: 398).

¹⁴ «Gosto imenso do teu último livro!» (GOUVEIA, 1996: 398).

¹⁵ «Acho mal telefonar depois das 10 [sic] da noite.» (MATEUS, 1992: 130).

¹⁶ «Bom dia!»; «Gosto mesmo dessa planta!» (MATEUS, 1992: 130).

¹⁷ Referimo-nos aos exemplos que figuram *supra*, em notas de rodapé. Eles foram seleccionados, anteriormente, com o intuito de comprovar, com um enunciado possível, as designações escolhidas pelos autores, para nomearem os diferentes instrumentos linguísticos que estarão ao serviço dos "actos ilocutórios expressivos". Na realidade, constata-se, agora, que servirão igualmente para testemunhar uma ausência, para nós marcante: o conceito "exclamação" não foi sempre chamado a intervir.

«*Acho mal* telefonar depois das 10 [*sic*] da noite.» (MATEUS, 1992, 130).

A segunda nota a destacar segue em sentido inverso ao apontamento anterior. Observa-se que, para além de que a ausência do factor "exclamação" não compromete a validação de um "acto ilocutório" como "acto ilocutório expressivo", também a sua presença não implica, necessariamente, que um "acto ilocutório" seja colocado sob tal classificação.

O percurso já realizado, numa primeira fase dos nossos estudos, que aproximou a "frase imperativa" da "frase exclamativa", ao mesmo tempo que nem sempre distinguiu convenientemente os conceitos "frase imperativa" e "acto ilocutório directivo", não fará estranhar que se encontrem atestações deste último tipo de "acto ilocutório" marcado pela intervenção da "exclamação", pelo que poderemos começar por aí a validação da veracidade da suposição registada no parágrafo anterior:

«Tira o livro de cima da mesa!» (GOUVEIA, 1996: 395);

«Conduz mais devagar!» (AMORIM, 2006: 51);

«Venham passar o fim-de-semana comigo a Lisboa!» (LOPES, 2002).

Tal exemplo bastaria para que fosse retirado ao "acto ilocutório expressivo" o privilégio do uso exclusivo da "exclamação" e a esta o poder de o determinar. No entanto, ainda que a "exclamação" seja facilmente reconhecida como frequente neste tipo de "acto ilocutório", desde os compêndios mais breves¹⁸, já os compêndios mais instruídos podem matizar a fidelidade desta aproximação. Um caso flagrante poderá ser aquele que defende que «Em Português, os actos ilocutórios representativos¹⁹ podem realizar-se a partir de: [...] f) frases simples, por vezes com estrutura exclamativa, em que o conteúdo proposicional é

¹⁸ «Marcas linguísticas mais frequentes: *adorar, agradecer, amar [...] lamentar, pedir desculpa...* Uso frequente de expressões exclamativas.» (MAGALHÃES, 2007: 259).

¹⁹ Utiliza-se aqui a terminologia "acto ilocutório representativo" para aquilo que temos designado "acto ilocutório assertivo", sem consequências quanto ao objecto nomeado. Tanto assim é que se chega a optar pela indicação, pouco económica, mas instrutiva, actos «representativos/assertivos» (MOURA, 2006: 225).

fundamentalmente controlado pelo locutor» (MATEUS, 1992: 127). Aqui, explicitamente, é invocada a "estrutura exclamativa", no auxílio da efectivação de um "acto ilocutório representativo". Ainda que possamos argumentar estarmos perante um caso de indirectão, não deixa de ser sob o título "acto representativo" que primeiramente este enunciado figura. Segundo estes critérios, é "representativo" o "acto ilocutório" presente em

«Que ridícula esta situação!» (MATEUS, 1992: 127).

Outros casos encontraremos, dispersos na bibliografia, que denunciarão a possibilidade exclamativa. Quem indague com o intuito predeterminado de vir a encontrá-la, poderá vê-la até registada num exemplo que representa um "acto ilocutório declarativo":

«Está despedido!» (AMORIM, 2006: 52).

O corolário deste inquérito, poderá resumir-se numa fórmula breve, mas algo definitiva no seu grau de certeza: o conceito "exclamação" não é necessário ou suficiente, para denegar ou deferir, decisivamente, aparelhos teóricos ou concepções instrumentais, pertencentes à "teoria dos actos de fala".

O conceito "exclamação" não contribui, categoricamente, para a definição dos objectos teóricos de que se alimenta a questão taxonómica dos "actos de fala", assim como não usufrui, para a determinação da sua própria identidade, formal ou factual, dos seus parâmetros conceptivos. Não depende de nenhuma das suas noções, nenhuma das suas noções subjuga.

3.2.2.1. "Frases exclamativas" e "Actos ilocutórios expressivos"

Eppure... E, no entanto, a relação existe. Existe, pelo menos, tradicionalmente, o seu reconhecimento nos compêndios. Já o referimos no capítulo anterior, da presente dissertação, uma vez que os temas da "exclamação", na sua vertente "frase exclamativa", e da "exclamação", no âmbito de um "acto de fala

expressivo" concernem estes dois capítulos, o actual e o precedente. E, em ambos, se pressente o carácter instintivo do procedimento que, nos gramáticos, leva a conjugar as duas noções, afinal distintas: « On classe [...] les phrases en divers types: declarative, interrogative, exclamative, impérative, obéissant ainsi à la nécessité de distinguer les divers types d'actes qu'elles permettent d'accomplir » (ARRIVE, 1986: 531).

Para testemunhar esta realidade, temo-nos servido do esquema

«tipo declarativo / acto de aserción

tipo interrogativo / acto de pregunta

tipo imperativo / acto de orden

tipo exclamativo / acto de expresión de emoción»

de Garrido Medina (1999: 3884), sobretudo, pela sua economia e representatividade. Mas estas correspondências são recorrentes, a partir da ideia, já retratada, e já debatida, de que «As frases podem ser classificadas em diversos tipos, de acordo com a intenção comunicativa do locutor.» (AMORIM, 2006: 92). Assim sendo (se assim fosse), resulta (resultaria) intuitiva a analogia que, de facto, comumente se estabelece. O óbice, aqui, é, primeiramente, o de se minorar (ou atropelar) o facto, por vezes, lembrado, mas frequentemente esquecido, de que «trata-se de pontos de vista diferentes: comparamos formas de orações e funções de enunciados. (VILELA, 1999: 463).

Os termos foram os escolhidos, mas poderiam ser outros, dada a recorrência desta opção, que sistematicamente associa um "tipo de frase" a um "acto ilocutório". Poderia, num quadro, figurar «Tipo de frase» como um dos títulos, e «Intenção comunicativa / acto ilocutório», como título paralelo; ao primeiro título, corresponderia "Exclamativa", ao segundo, "Expressar sentimentos, estados de espírito / acto ilocutório expressivo". Esta apresentação descreve a explanação de uma gramática, em concreto (AMORIM, 2006: 92), mas é sugestiva das preferências de um leque abrangente de gramáticas que opta pelo relacionamento destes conceitos. E isto serve de prova às palavras com que abrimos o presente ponto da nossa exposição.

É a partir daqui que poderão ser formuladas algumas questões²⁰. A primeira das quais será a imperfeição desta simetria. Se, por um lado, é verdade que «uma mesma enunciação pode constituir o desempenho de vários actos ilocucionais diferentes.» (SEARLE, 1969, 1984: 94), é de igual forma verdadeiro que, por outro lado, diferentes "tipos de frase" poderão servir uma mesma "intenção comunicativa" / "objectivo ilocutório", quebrando o paralelismo inicial, como se pretende demonstrar com os exemplos:

- « – Fecha a janela (imperativo)
- Podes fechar a porta? (interrogativo)
- Tens de fechar a porta (declarativo)»

(VILELA, 1999: 463). Esta realidade é vista por Charaudeau (1992: 573) como um sintoma da "polimorfia" dos sistemas formais a que pertencem as marcas linguísticas, que respondem diferentemente a uma mesma intenção comunicativa: « l'ordre peut être exprimée par: [...]

– " *Je t'ordonne de partir !* " – " *Dehors, c'est un ordre !* " – " *Maintenant, il part bien gentiment, hein ! ?* " »

Pelo contrário, perceberá como uma manifestação de "sincretismo" que « Une même marque linguistique, dans un même contexte linguistique, peut [puisse] exprimer simultanément plusieurs intentions de communication. ». E embora o gramático discuta nestas linhas o problema da modalização, num contexto mais amplo do que aquele que nós aqui visamos, as atestações reunidas servem também o nosso propósito:

« Par exemple : " *Tu permets que je dise un mot ?* " pourra signifier, dans une même situation: – *Je désire parler*, – *Tu parles trop*, – *Je fais semblant de*

²⁰ Regressar a esta análise foi um compromisso que assumimos explicitamente, quando, no capítulo antecedente, o tema surgiu, fruto da ubiquidade de tratamento que evidencia, em sintaxe, em pragmática.

demander une autorisation, – J'estime que c'est à mon tour de parler. »
(CHARAUDEAU, 1992: 573).

Referindo-se concretamente à "teoria dos actos de fala", algo de semelhante fora já assinalado por Brown e Yule, na obra *Discourse analysis* (BROWN e YULE, 1983). Os termos "polymorphie" e "syncrétisme" da gramática de Charaudeau (1992: 573), poderiam aqui ser aplicados, com propriedade, ainda que visando uma realidade ligeiramente distinta. A ponderação, normalmente, quantificada como "uma frase" equivalendo a "um acto", "duas frases", "dois actos"... pode não encontrar suporte imediato: «several sentences [...] strung together may constitute a single act. [...] On the other hand, one utterance may perform several simultaneous acts.» (BROWN e YULE, 1983: 233).

«Hey, Michele, you've passed the exam.»

corresponderia, segundo os mesmos autores, à realização concomitante de várias acções. O marido de Michele, responsável pelo enunciado, «may be "doing" several things at once. He may be simultaneously "asserting", "congratulating", "apologising" (for his doubts), etc.» (BROWN e YULE, 1983: 233): «sentence types [...] may have overlapping functions» (WALES, 1989: 106).

Assim, por mais do que uma razão, será difícil a manutenção isenta de uma simetria que, tão assiduamente, se vê desmentida. A ideia de que a cada "acto de fala" corresponde prototipicamente um "tipo de frase" – «acto asertivo (y su tipo oracional prototípicamente correspondiente, la oración declarativa) [...] el expresivo (y su tipo oracional prototípicamente correspondiente, el exclamativo) [...] las preguntas y órdenes, prototípicamente correspondientes a la interrogativa y la imperativa, respectivamente» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3886) – que possui, certamente, a nítida vantagem de permitir uma arrumação simples de conceitos e equivalências, vê essa regalia frequentemente anulada, por não encontrar sempre

sustentação empírica. E a teoria, qualquer que seja o seu mérito organizativo, não sobrelevará a praxis²¹.

Na verdade, parece certo que, e essa realidade terá de ser considerada, «il n'y a pas toujours coïncidence entre telle structure formelle et telle valeur d'acte» (KERBRAT-ORECCHIONI, 1991a : 12); «no siempre hay una correspondencia uno a uno entre forma lingüística y clase de acto realizado.» (GARCÍA NEGRONI, 2001: 123); «Não existe isomorfismo entre tipo sintáctico a que pertence uma frase e acto ilocutório realizado através da sua produção.» (MATEUS, 2003: 435) – uma circunstância que nega a esta construção teórica uma validade operatória, pela falta de constância das suas premissas. Tanto mais que «it is possible to use nearly any sentence type with the effect of nearly any other, under appropriated circumstances.» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 191).

Grande parte dos estudiosos não está, naturalmente, alheia a estes factos, que surgem explicitados, quando se investiga com rigor os dados em causa. As preocupações pedagógicas de determinado tipo de compêndios²² não oferecem margem para a problematização da maioria das temáticas – uma omissão que pode conduzir ao erro – mas os estudos mais aturados revelam apontamentos que restituem à análise um maior grau de probabilidade, quanto à exactidão das conclusões registadas. Assim, o esquema propagado que, tão facilmente, associa "tipo de frase" e "acto de fala" é mitigado pelas análises que, caso a caso, vão equacionando tal sincronia. As conclusões a que os investigadores chegam põem em causa a correcção dessa aproximação original.

Tal acontece com as "frases declarativas":

²¹ Não sobrelevará, neste contexto. A veemência com que se pretende defender um ponto de vista pode aqui radicalizar uma afirmação que, possivelmente, deveria ser matizada.

²² As gramáticas escolares são um exemplo, mas não o único. De uma forma geral, os compêndios de gramática, ainda que se encontrem numa linha mais descritiva do que normativa, têm na sua base um propósito instrutivo e de divulgação de conhecimentos: acentuam as certezas a que chegaram, em princípio sistematizando-as, mais do que expõem as incertezas. É outro o tipo de artigo que se compraz e tira proveito da discussão de hipóteses.

- «sometimes declaratives are used in asking questions; sometimes, though less often, interrogatives are used in making statements» (PETERS, 1982: 237);
- «In English, the declarative is quite vague in that it covers a number of acts» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 160);
- « une phrase declarative peut être bien autre chose qu'une simple déclaration : elle peut être une plainte, un reproche, une menace, un avertissement, etc. » (CERVONI, 1987: 20);
- «there is no strict correlation between form and function: a declarative sentence can be used for a directive [...] and a question [...] » (WALES, 1989: 196).

O mesmo acontece com as "frases interrogativas":

- «Si la finalidad de una pregunta es solicitar al destinatario que proporcione una información de la que se carece, resulta claro que ni todas las interrogativas son preguntas, ni todas las secuencias que pretenden que el destinatario dé una determinada información tienen que presentar, necesariamente, una formulación interrogativa.» (ESCANDELL VIDAL, 1999: 3931);
- « le type d'acte interrogatif peut en effet être obtenu à partir de [...] n'importe quel autre type de phrase » (MONNERET, 1999: 152);
- « une phrase interrogative peut exprimer une demande [...], une affirmation [...], une requête [...], ... » (RIEGEL, 2001: 386).

O mesmo acontece com as "frases imperativas":

- «the widespread assumption that imperatives essentially express directives in the usual sense is itself faulty, as scrutiny of the use of imperative clauses reveals» (SCHMERLING, 1982: 210);

- « toute forme impérative ne correspond pas nécessairement à une " injonction " » (CHARAUDEAU, 1992: 583)
- « ces phrases injonctives n'ont pas la valeur pragmatique d'une injonction » (MONNERET, 1999: 143).

O mesmo acontece com os espaços vazios, ora de um lado, ora do outro:

- «é óbvio que se pode executar um acto de enunciação sem executar nenhum acto proposicional ou ilocucional» (SEARLE, 1969, 1984: 36);
- « les deux incidentes n'ont aucune valeur pragmatique propre mais elles participent à la valeur assertive de la phrase » (MONNERET, 1999: 143);
- «the semantic functions possible far outnumber the [...] sentence types» (WALES, 1989: 106).

E desta situação não diferem as "frases exclamativas":

- «Realiza [a frase exclamativa] vários actos ilocutórios» (MOREIRA, 2008: 201).

Por nós, preferimos o posicionamento, que já defendemos, de que « Ces modalités de phrase doivent être, dans leur principe, bien distinguées d'avec les actes de discours [...] tels que l'ordre, la demande, la promesse, la menace [...] des réalités de discours, d'un autre ordre » (LE GOFFIC, 1993: 17).

Tivemos já oportunidade de sublinhar que acreditamos que se trata, efectivamente, num caso e noutro, de realidades distintas. Mas poderemos ainda utilizar a citação anterior no auxílio à ideia de que a equiparação que se pretende estabelecer entre as duas regiões teóricas, só de longe parece exequível, logo à partida, pela não coincidência numérica de elementos constantes nos dois lados da fronteira. Para os actos de "informar", "perguntar", "ordenar" e "expressar sentimentos" convencionou-se que os quatro tipos frásicos tradicionais seriam suficientes. Mas, se «As frases podem ser classificadas em diversos tipos, de acordo com a intenção comunicativa do locutor.» (AMORIM, 2006: 92), a listagem não

poderá estar completa. Qual o específico "tipo de frase" que responde à necessidade de realizar a "promessa" ou a "ameaça" que constam da listagem agora citada, « *tels que l'ordre, la demande, la promesse, la menace* » (LE GOFFIC, 1993: 17, itálico nosso)? A "frase comissiva"? A "frase ameaçadora"? Deveremos temê-la?²³

A equiparação tradicional já não descreve cabalmente aquilo que podemos constatar em diferentes enunciados, quando, por exemplo, a formulação de um pedido e uma estrutura interrogativa – não a imperativa, como dita a tradição²⁴ – se conjugam²⁵. A nova equação, que pretende prolongar os exercícios de equivalência, numa tentativa de restabelecer o equilíbrio entre os dois lados do problema, vem apenas evidenciar como as suas parcelas são dificilmente imiscíveis; ou a inutilidade de tal exercício.

"Dificilmente imiscíveis", desde logo, por pertencerem a universos diferentes, como se pensa ter já sido provado, e portanto, não comparáveis. Quanto à "inutilidade" do exercício esboçado, *cela va de soi*: fosse tal equiparação perfeita, seria uma duplicação exacta, uma teoria copiando a outra, um reflexo narcisista no espelho.

Outra consequência deste procedimento seria a de atribuir ao estudo da frase – um estudo eminentemente sintáctico e seguramente linguístico – e de uma sua suposta tipologia, uma série de dificuldades, teóricas e instrumentais, resultantes do facto de que « *ces actes [actes de discours] sont des réalités de discours [...] dont il n'est probablement pas possible de dresser une liste cohérente et exhaustive.* » (LE GOFFIC, 1993: 17, itálico nosso). E este não deixa de ser um problema significativo para a descrição e tipologias linguísticas. A dificuldade de "coerência" e de

²³ As presentes questões justificam-se apenas na medida em que estão ao serviço de determinada estratégia discursiva argumentativa e não são, nem poderiam ser, literais ou sinceras.

²⁴ «Frase imperativa. Tipo de frase a que o falante recorre para expressar uma ordem, fazer um pedido, dar um conselho, fazer uma proposta ou sugestão.» PINTO, 2006: 153).

²⁵ Cf. *supra*, «– Podes fechar a porta? (VILELA, 1999: 463)».

"exaustividade"²⁶, na fixação da referida listagem, é evidente: « here the problem is attempting to classify speech acts and their communicative functions (e.g. promising, complaining, swearing, etc.), the number of which appears to be enormous.» (WALES, 1989: 196)²⁷. E, ou pela extensão do material teórico, ou pela largura da margem interpretativa que o trabalha, a realidade é que «Numerous attempts have been made to categorize illocutionary acts, the numbers, labels and basis for distinction varying considerably.» (WALES, 1989: 232).

Ora, será evidente que, não nos tendo parecido viável, ou profícuo, este confronto conceptual e metodológico entre noções e práticas pertencentes a duas distintas áreas de estudo, não aceitaremos a bondade do paralelismo que a tradição estabelece, nos termos em que o faz, nem na sua forma global, nem na fórmula «"frase exclamativa" = "acto ilocutório expressivo"»²⁸.

O facto de que « La notion de types de phrases [...] se situe à la rencontre entre l'analyse syntaxique de la phrase et l'approche énonciative des énoncés » (RIEGEL, 2001: 385), faz perigar o próprio conceito "tipo de frase", a sua pertinência, já que o olhar que a pragmática lança sobre este conceito sintáctico, o desvirtua²⁹. Uma das questões, de vulto, que aqui se coloca, é a de que « le linguiste tendra à accueillir la problématique pragmatique tant qu'il peut asseoir une interprétation sur des marques formelles, à quelque niveau qu'elles appartiennent. » (ARRIVÉ, 1986:

²⁶ De notar que aquilo que apresentamos aqui como "dificuldade" foi descrito, pelo autor em que nos apoiamos, como estando nas margens da "impossibilidade: «il n'est *probablement pas possible* de dresser une liste cohérente et exhaustive.» (LE GOFFIC, 1993: 17, itálico nosso).

²⁷ A mesma autora constata reiteradamente estes dados, em diferentes entradas do seu dicionário: «even Austin admits there may well be up to 10,000 different ones [illocutionary acts]» (WALES, 1989: 232); «the number of potential speech acts in English is impossible to estimate.» (WALES, 1989: 427).

²⁸ Utilizámos o carácter que representa o símbolo matemático da igualdade para acentuarmos, de forma flagrante, a falta de correcção da expressão.

²⁹ É, aliás, esta mescla analítica que obriga a que o tema tenha de ser tratado a partir de dois capítulos distintos; são duas as disciplinas que o manipulam. Isto faz com que a afirmação, que justifica a presente nota de rodapé, se torne redundante em relação a outras, semelhantes, registadas ao longo do capítulo «Capítulo II – Exclamação e Sintaxe». Em nossa defesa, alegamos que, desde o início da exposição, alertámos para esta possibilidade.

549, 550). Pelo contrário, a interpretação que a pragmática faz dos actos, objectivos e forças ilocutórios, repousa escassamente nestas marcas.

Embora uma vasta tradição pragmática, que ganha autoridade sob os nomes de Austin, Searle, Grice, Ducrot, defenda a existência de marcas formais que não são explícitas – o que é comumente aceite pelos pragmáticos tributários deste tipo de pensamento –, de forma paralela será legítimo preferir e perfilhar uma outra corrente de estudos que considere que uma interpretação garantida apenas por referência a marcas contextuais releva de um exercício subsidiário de uma ciência que não será a mesma que se ancora nas marcas impressas nas *formas* (*sc.* marcas formais), sendo que esta última seria, sem dúvida, a linguística.

Se não, vejamos: « En dernière analyse de discours, un énoncé assertif peut toujours avoir des effets et correspondre à des actes multiples et divers, *dont l'étude n'appartient plus à la grammaire* » (LE GOFFIC, 1993: 97, itálico nosso), precisamente pela ausência das marcas formais que fundamentam a interpretação linguística: « *Le thé sera servi au salon* peut être une simple information, une consigne, un avertissement, une menace, une promesse, ... » (LE GOFFIC, 1993: 97).

Ora, uma das acusações de que é alvo a "teoria dos actos de fala" advém precisamente de que «As it is presently formulated, Speech Act theory does not offer the discourse analyst a way of determining *how* a particular set of linguistic elements, uttered in a particular conversational context, comes to receive a particular interpreted meaning.» (BROWN e YULE, 1983: 233).

Assim, o conceito "exclamação" não beneficia, enquanto eventual contributo para a sua delimitação conceptual, do exercício que tão perto pretende situar "frase exclamativa" e "acto ilocutório expressivo". Antes o pode prejudicar, catapultando-o para fora da linguística, a partir do momento em que as duas noções percam a sua ancoragem nas marcas formais que constituem o material de trabalho da ciência referida.

3.2.2.1.1. "Tipo de frase facultativo" vs. "Acto ilocutório menor"

Existe toda uma outra área de debate, neste tipo de análise, que concerne particularmente o nosso tema. O enquadramento teórico, que agora lhe é oferecido, perspectiva-o de forma diversa, exibindo as amplas margens de dissenso que podem cercar esta questão.

O título que abre este ponto do nosso trabalho deixa perceber um *volte-face* na abordagem até agora feita, na medida em que vai distanciar, de alguma forma, o nosso conceito daqueles que, até ao momento, de perto o têm acompanhado, postergando-o para um espaço teórico de segunda linha, face ao primeiro plano em que se encontram os conceitos, até ao momento, seus vizinhos. Este movimento é significativo na medida em que determinará, pela forma como dispõe os seus elementos, um convívio nocional mais frouxo entre o nosso objecto teórico dilecto e os demais que o têm circundado. O apuramento destas zonas de distanciamento e/ou de proximidade, estas linhas de demarcação, interessam-nos sobremaneira, desde os objectivos explicitados para a nossa inquirição.

Um primeiro sintoma disto mesmo será explicitações do tipo « La notion de type de phrase [...] reprise par la grammaire scolaire³⁰, intègre les trois types énonciatifs que sont l'assertion (type assertif ou déclaratif), l'injonction (type injonctif ou impératif) et interrogation (type interrogatif), mais également le type exclamatif. » (MONNERET, 1999: 138). Ora, a adversativa não pode deixar de ter implicações evidentes. O que a justifica?

Outros autores, em consonância com este último, calam, em idêntico contexto, a quarta alternativa. Wilmet, na sua *Grammaire critique du français* (WILMET, 1997) apresenta esta questão como uma " *croisée des chemins* " que se coloca perante quem enuncia: « Devant l'énonciateur s'ouvre la *croisée des chemins* » (WILMET, 1997: 451). O relevante, aqui, face àquilo que tem sido afirmado, em

³⁰ Referir a nomenclatura gramatical do Português com legislação.

momentos anteriores da presente exposição, é que não se trata de um "cruzamento" de duas vias, que ofereceria, ao locutor, quatro hipóteses de escolha, forçando a analogia e pensando em quatro pontos cardeais. Agora são apenas três as direcções susceptíveis de escolha: « la croisée des chemins : (1) de l'*assertion*, (2) de l'*interrogation*, (3) de l'*injonction* » (WILMET, 1997: 451).

Embora partindo de pontos de vista diferentes – a primeira referirá em concreto a "tipologia frásica" / "tipologia dos actos de fala", remetendo-se a segunda ao campo da "enunciação" – ambas as propostas³¹ chegarão a conclusões semelhantes, as que determinam a exclusão da "exclamação" desta nova trilogia. A argumentação não é, sequer, distinta: são estes os três casos que mutuamente se excluem, afirmam os dois autores³². Atentemos no primeiro, que mais de perto trabalha com os conceitos a que, por ora, nos dedicamos.

A diferença a aquilatar entre a trilogia assim construída, por um lado, e o quarto elemento, por outro, seria, então, o reconhecimento do facto de que os membros da construção são capazes de exclusão mútua, e o nosso não; mas também o reconhecimento do seu carácter obrigatório, que o nosso não tem. Isto na medida em que qualquer "frase" realizará necessariamente um dos três "actos de fala" admitidos na ponderação do conjunto, mas só facultativamente convocará a "exclamação": « si les trois premiers correspondent à des types d'actes, qui non seulement sont mutuellement exclusifs mais aussi obligatoires, au sens où toute phrase réalise nécessairement l'un d'entre eux, tel n'est pas le cas de l'exclamation. » (MONNERET, 1999: 138).

³¹ Todos estes espaços analíticos – sintaxe ("tipologia frásica"); pragmática ("actos de fala") e enunciação ("modalidades enunciativas") – evoluem, nos estudos de linguística, de forma tão próxima, que os seus percursos tangenciais arriscam a mescla de mundos teóricos, facto que temos denunciado. É, precisamente, nesta ambiência que nos movemos, pretendendo vislumbrar o posicionamento natural do conceito "exclamação", determinando a(s) sua(s) configuração(ões), a abrangência das suas margens, o alcance das suas metas. Assim, é difícil evitar que o nosso próprio discurso não adiante questões que, com mais propriedade, figurariam em posteriores apartados da nossa explanação. Adiegos, portanto, a temática das "modalidades enunciativas" para momento mais adequado, ao mesmo tempo que permitimos já que nos viesse auxiliar, na exposição deste ponto em concreto.

³² « les trois premiers correspondent à des types d'actes qui [...] sont mutuellement exclusifs » (MONNERET, 1999: 138); « qui, s'excluant l'une l'autre » (WILMET, 1997: 451).

Assim, o argumento "fundamental" vs. "facultativo" vem reorganizar a listagem tradicional de quatro elementos, introduzindo um factor de desequilíbrio que deixa isolada a "frase exclamativa" e o "acto ilocutório" que prototipicamente realiza, segundo a tradição³³. Este entendimento da questão repousa na ideia que defende a existência de "actos" fundamentais, face aos quais a "exclamação" seria acessória: « On distingue au moins trois types d'actes fondamentaux reliés à des phrases: *asserter* (ou *constater*), *questionner* et *ordonner*. Chaque acte est associé, par convention, à une structure de phrase déterminée, au moyen de laquelle il est directement effectué, ce qui isole trois types de phrases fondamentaux: assertif, interrogatif et impératif³⁴. » (RIEGEL, 2001: 385, 386)³⁵. Este súbito apagamento da "exclamação" – de uma só vez ela abandona os limites da "tipologia frásica" e da "tipologia dos actos de fala" – é explicável.

Segundo esta análise, a "exclamação" funciona, por acréscimo, em relação ao que previamente existe – o que, por si, minora desde logo o seu estatuto: « l'exclamation vient plutôt *se surajouter* à l'un des trois types obligatoires » (RIEGEL, 2001: 387, itálico nosso), « un type facultatif qui *s'ajoute* à l'un des types obligatoires » (MONNERET, 1999: 138, itálico nosso).

Assim percebida como uma excrescência, a "exclamação" vê-se excluída do convívio nocional que mantém com os termos seus contíguos tipológicos, no seio das caracterizações tradicionais, para ficar remetida ao plano do facultativo, funcionando ao nível do que é suplementar: « il [le type exclamatif]

³³ Acarreta, finalmente, consequências o facto já debatido – cf. «2.2.1.2.2. Aproximação» – de que a "exclamação" seja, partindo de determinados pressupostos, combinável com qualquer dos restantes "tipos de frase"; o que dificilmente poderia deixar de ser uma característica diferenciadora face às suas congéneres, mesmo adoptando as linhas de pensamento defendidas.

³⁴ Confrontar a distância que separa o presente posicionamento teórico em relação àquele que abriu o ponto «3.2.2.1. "Frase exclamativa" e "Acto ilocutório expressivo"»: « On classe [...] les phrases en divers types: declarative, interrogative, exclamative, impérative, obéissant ainsi à la nécessité de distinguer les divers types d'actes qu'elles permettent d'accomplir » (ARRIVE, 1986: 531).

³⁵ Este regresso a Riegel tinha sido explicitamente prometido, no ponto «2.2.1.1. Outras tipificações da frase», onde dissemos que a ele recorreríamos "em busca de outro tipo de respostas».

apporte une information supplémentaire » (MONNERET, 1999: 138); « Par l'exclamation, le locuteur apporte une information supplémentaire » (RIEGEL, 2001: 387), sendo essa informação, para mais, descrita de forma a permitir que possamos ver a "exclamação" como um vago contributo para uma essência que lhe seria preexistente: « une "coloration" subjective » (MONNERET, 1999: 138); « elle apporte sa coloration subjective » (RIEGEL, 2001: 387). Ora, acontece que « l'expression de la subjectivité ne saurait être considérée comme un acte de langage premier et unique. » (MONNERET, 1999: 138); « l'expression de la subjectivité ne constitue pas un acte de langage premier et unique. » (RIEGEL, 2001: 387).³⁶

Poderemos, a este propósito, abrir um parêntesis, ainda que relevante, a alertar para o facto de que, dentro deste mesmo quadro de análise, embora partindo de um ângulo de observação já diferente, poderemos encontrar uma perspectiva que minora ainda o lugar que eventualmente a "exclamação" ocupe, no seio desta construção teórica. Agora, a "expressão da subjectividade" já não duplica a tipologia, acrescentando, com a sua presença, algum tipo de valor, a qualquer dos três "tipos obrigatórios", gerando dois termos, onde previamente existiria um: por exemplo, "acto imperativo" e "acto imperativo com coloração subjectiva". Agora, diferentemente, a "exclamação" é entendida como variante exclusiva da "asserção", limitando-se, desta forma, o seu campo de acção. Ao dizermos que «las dimensiones de los actos [de habla] [...] son componentes de formatos diferentes de representación, *declarativo (con la variante exclamativa)* frente a interrogativo e imperativo. [...] se representa al hablante proponiendo conocimientos [...], pidiéndoselos, o pidiéndole [al oyente] una cierta acción» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3887, *italico nosso*) estaremos já a perceber a questão a partir de um prisma diferente. Claro que este tipo de posicionamento poderá resultar do facto de se estar a trabalhar, ainda que implicitamente, não só em pragmática mas, simultaneamente, em semântica, sendo que este desvio evoca conceitos como "proposição" ou "modalidade", ou deles pode ser devedor, razão pela qual aqui fechamos o

³⁶ Fundamentaram-se as afirmações recorrendo, redundantemente aos dois autores, por não se querer desaproveitar a oportunidade de assinalar a proximidade das duas leituras.

parêntesis, há pouco aberto. Por ora, interessa-nos reter o saldo final que, destruindo a tetralogia que comentámos, segrega definitivamente a "exclamação".

Estas considerações vão no sentido de outras, em que a construção teórica que nos tem ocupado é também um espaço de apenas três lugares, em que o membro suprimido é, de igual forma, a "exclamação", enquanto "tipo de frase" e enquanto "acto ilocutório": «the basic sentence type is the DECLARATIVE used for statements [...]. The other major types are the INTERROGATIVE used for questions [...]; and the IMPERATIVE [...] used for directives.» (WALES, 1989: 419), sendo que fica, assim, o inventário completo.

Ou, também na mesma direcção, mas ainda com outras implicações, pela extrapolação que sugere: «It is in some aspects a surprising fact that most languages are similar in presenting three basic sentence types³⁷ with similar functions and often similar forms. These are the declarative, interrogative, and imperative.» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 160).

Ora, nesta confluência de análises, descobriremos a percepção da "exclamação" não só como um "tipo de frase facultativo" – « il ne s'agit pas d'un type obligatoire mais d'un type facultatif » (MONNERET, 1999: 138) – mas também, consequentemente, segundo este tipo de exame, como um "acto de fala menor": «In addition to the three major families of types, there are a number of minor types »

³⁷ O estudo destes autores é ponderado neste apartado do nosso trabalho, apesar da referência feita a "sentence types", "tipos de frase", e não no capítulo que se debruçou mais proximamente sobre aspectos da "frase" e da "tipologia frásica", na medida em que, invocando este conceito, os mesmos autores terão em mente, quase sempre, mas sem dúvida no excerto acareado, mais um "tipo de acto ilocutório" do que um "tipo de frase". Isso ficaria provado, se tivéssemos prolongado a citação, que continua assim: «As a first approximation, these three types can be described as follows: The declarative is subject to judgments of truth and falsehood. It is used for making announcements, stating conclusions, making claims relating stories and so on.» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 160). Não será necessária a transcrição integral do parágrafo, que prosseguirá no mesmo tom, quando definir os dois outros "tipos de frase" que havia referido. O caso do "tipo imperativo" é paradigmático em relação a este tipo de opção: fala-se em "sentence type" e, no entanto, a sua apresentação é feita em moldes que remetem, afinal, exclusivamente para o conceito de "acto de fala": «The imperative indicates the speaker's desire to influence future events. It is of service in making requests, giving orders, making suggestions, and the like.» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 160).

(SADOCK e ZWICKY, 1985: 162). A distinção, aqui, é clara: existe um grupo de "actos de fala" básicos e essenciais, obrigatoriamente presentes nos enunciados, do qual se segrega a "exclamação". O argumento mais desconstrutivo, neste contexto, é aquele que defende que « on voit mal à quel acte de langage original elle [l'exclamation] pourrait correspondre. » (RIEGEL, 2001: 387).

No âmbito dos "tipos menores", no entanto, a "exclamação" poderá assumir um papel relevante, a acreditarmos que (no seguimento de citação anterior) «[...] Most prominent of these [minor types are EXCLAMATORY types.» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 162). Claro que, segundo tal visão desta problemática, vemos reabilitado o estatuto da "exclamação" apenas no seio de uma estrutura "menor", onde só aí o seu peso poderá ser comparativamente aquilatado como "grande". Por outro lado, como segundo esta perspectiva se soma uma quantidade de "tipos", que acrescem à quantia inicial de quatro, também por aí, a relevância de cada membro será diminuída.

De facto, numa tipologia ideal de quatro elementos, não havendo outras referências, o pressuposto é o de que os quatro assumem idêntico pendor no relevo da arquitectura³⁸. Se a tipologia integrar sete ou oito componentes, por exemplo, a importância relativa de cada um deles ver-se-á reduzida. Se, para mais, esses componentes forem subdivididos em duas categorias, de uma forma não paritária, a segunda das classes – e as unidades que a formam – perde valor, no cômputo geral. Assim é com esta forma de examinar a presente temática: os "major types" correspondem àqueles a que temos vindo a chamar de "básicos", obrigatórios" ou "fundamentais"; a estes acrescem outros, eventualmente muitos³⁹. O esforço organizativo deste exercício é, certamente, meritório, na medida em que prevê um

³⁸ Se pensarmos na tipologia frásica tradicional, é legítimo que aconteça algo de semelhante. Os compêndios mais breves, que apresentam esta problemática como sendo de rara simplicidade, enumerando sumariamente quatro "tipos frásicos", incorrem neste erro de autorizar o seu destinatário a considerar como de idêntica dimensão cada um dos nomeados; o que dificilmente terá reflexo empírico, por motivos já asseridos, nomeadamente em «2.2.2. A "Frase exclamativa" e a "Frase declarativa".

³⁹ Relembramos, a este propósito, que «the problem is attempting to classify speech acts and their communicative functions (e.g. promising, complaining, swearing, etc.), the number of which appears to be enormous.» (WALES, 1989: 196).

instrumento de ordenação; não fornece, porém, todos os meios que permitiriam concluir uma listagem consensual desses "tipos menores"⁴⁰.

Sintomático disto mesmo poderá ser que, na tipologia que agora, mais de perto, seguimos, os autores, depois de se referirem aos «The most frequent sentence types», «declarative, interrogative, and imperative», não ambicionem mais do que apresentar, num apartado subsequente àquele cujo título agora se citou, «Examples of *some* minor types» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 160, 162, *italico* nosso). "*Some*", certamente, numa confissão implícita de incapacidade para os enumerar todos: em termos taxonómicos não é suficiente. No entanto, serão peremptórios ao afirmar que «The description of a language should make mention of minor sentence types.» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 157). De qualquer forma, é nesta localização que encontraremos a "exclamação": minorada, face aos três tipos "básicos", anteriormente mencionados; engrandecida, porque "*most prominent*" face aos seus pares "menores".

Ora, segundo os estudiosos que temos acompanhado, os pares das «exclamations» são as «imprecatives» – «A second family of minor types that occur with some frequency is that of IMPRECATIVES: curses.» – e ainda as «optatives» – «Still another family of expressive minor types comprises OPTATIVES, expressions of the speaker's wishes.» De forma geral, as correlações a estabelecer entre estes dois últimos "tipos" – rogar pragas, exprimir desejos – e a "exclamação" prendem-se com o carácter também expressivo que os marca; ao mesmo tempo que ambos manteriam igualmente relações formais próximas com a "frase imperativa" (SADOCK e ZWICKY, 1985: 163-165). Mas já num momento anterior do seu discurso, sob o título «Minor types» figurara um "tipo" que não surge neste elenco: «besides the large families of sentences with basic communicative functions, languages often include a range of minor types [...] Among the minor types of this sort in English are SUGGESTIONS⁴¹»

⁴⁰ Uma dificuldade (impossibilidade?) já reiteradamente referida (cf. *supra* «3.2.2.1. "Frases exclamativas" e "Acto ilocutório expressivo"»).

⁴¹ As atestações reunidas para este exemplo de "*minor sentence type*" são interessantes. São interessantes na medida em que facilmente outros gramáticos atribuiriam classificações distintas a qualquer uma das cinco que estes linguistas coligiram. Uma selecção de duas será

(SADOCK e ZWICKY, 1985: 156). Parece, portanto, haver alguma variabilidade na listagem desta série de "tipos menores", ora registados, ora suprimidos, como se a sua reunião funcionasse como uma nebulosa dificilmente rastreável – o que a expressão "a range of" não se esforça por desmentir – mas da qual é possível, se necessário, extrair exemplos ocasionais.

3.2.2.1.2. Outros "tipos menores"

Ora, a anterior classificação – que fala de "tipos de frase" com uma argumentação que é quase toda ela de inspiração pragmática e devedora dos objectivos e das forças ilocutórias que ela estuda – faz lembrar outras, que também ultrapassam a soma dos quatro "tipos de frase" que a tipologia mais comum aceita.

Na verdade, são alguns os que sujeitam a sua divisão classificatória das frases em "tipos" a uma adição de um ou dois elementos mais: trata-se dos "tipos de frase" "optativo" e "dubitativo". O resultado desta conta seria a existência não de quatro mas de seis "tipos de frases". Não há, porém, aqui – como o resultado final pode eventualmente fazer crer – nenhum desvio acentuado da linha de raciocínio original. Acontece antes que este espaço, que concede entrada a mais parcelas taxonómicas, parece ter sido permitido pelo juízo primeiro que geriu esta compartimentação das "frases".

É, para o nosso propósito, de sumo interesse que Hernández Alonso tenha, precisamente ao estudar estes "tipos frásicos", explicitamente divulgado o critério que utiliza. Se não, vejamos: «*La actitud del comunicante ante el enunciado y el oyente* da lugar a diversas clases y formas de oración. Este *critério* es la base de la clasificación siguiente en optativas, dubitativas, exclamativas, etc.» (HERNÁNDEZ ALONSO, 1996: 253, itálico nosso). O interesse anunciado surge do facto de ficar

suficiente para comprovar o comentário anterior: «How about getting me a beer?»; «Let's tour the island» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 156).

patente que é a natureza do próprio critério alegado que parece ser responsável pela oscilação do dígito que retrata a soma final da conta que nos ocupa. Esta fluidez pode prejudicar o carácter finito, estável e rigoroso a que se aspira numa classificação deste teor, e que se ambicionaria fosse passível de constituir um elemento operatório de uma "ciência da linguagem", cujos princípios «são poucos, mas certos, e geraes» (VERNEY, 1816: XXII).

Quais seriam, então, as características definitórias destes "tipos frásicos"? Segundo o mesmo Hernández Alonso, as "frases optativas" subdividem-se em dois grupos: as que «marcan un deseo solamente», manifestando «una vivencia consistente en la proyección de la voluntad sobre un objeto» – as "optativas" ou "desiderativas" –; e as "exortativas", que configuram «una proyección hacia el interlocutor», na forma de "pedido", "conselho" ou "ordem". O valor exortativo de "pedido", utilizando normalmente o modo indicativo, seria marcado por elementos lexicais, como "por favor", pela entoação, ou pela gestualidade; o "conselho" seria distinto do pedido já que «viene a ser como un deseo altruísta», e a "ordem" seria expressa de formas diversas, desde a interjeição ou frases nominais do tipo «Silêncio!», até formulações com o verbo no futuro do indicativo, exemplificadas com «Amarás o próximo», passando pelas frases em que vigora a forma imperativa do verbo, dadas como mais frequentes, e cujo exemplo dado é «Fecha a porta»⁴² (HERNÁNDEZ ALONSO, 1996: 271-273).

Quanto às "frases dubitativas", diz delas o mesmo autor que expressam «outra línea de vivencias» como a dúvida, e as suas variantes, a possibilidade e a probabilidade, definindo-se "dúvida" como «estado anímico de inestabilidad». As "frases dubitativas" seriam então as que «expresan un juicio que el hablante no se

⁴² Esta forma de apresentar as "frases optativas" implicou, para este gramático, uma emersão, nesta categoria, das ditas "frases imperativas", que deixaram de ter lugar na tipologia frásica que defende, e que é uma tipologia de cinco lugares: frases «exclamativas», «optativas», «de posibilidad, probabilidad y duda», «interrogativas» e «enunciativas» (HERNÁNDEZ ALONSO, 1996: 266-283). No entanto, isto não parece anular a eventual soma de seis tipos frásicos, que expomos neste momento, uma vez que esta opção metodológica não é sempre a seguida por todos os estudiosos, que prescrevem, com base em idêntica fundamentação, uma classificação das frases que engloba, sem que se considere que haja atropelo, "frases optativas" e "frases imperativas".

atreve a considerarlo coincidente com la realidad objetiva». Entre os exemplos coligidos figuram «Seriam dez horas.» ou «Talvez o meu amigo tenha vindo» (HERNÁNDEZ ALONSO, 1996: 274-275, 277)⁴³.

Dos dois "tipos de frase" que agora se vêm inscrever na nossa folha de cálculo, o primeiro, o "tipo optativo", é aquele que com mais assiduidade faz parte das distinções tipológicas propostas pelos gramáticos; ainda assim, não contemplando a subdivisão acima exposta, em "desiderativas" e "exortativas", e assumindo sobretudo uma vertente que se relaciona com o «desejo de realização do facto» (RIBEIRO, 1889: 219) ou com a manifestação de «uma aspiração» (ALVES, 1993: 208) ou de «desejos do locutor» (MATEUS, 2003: 487)⁴⁴. No entanto, não deixam de ser, desta forma, categorias marginais em relação ao núcleo de quatro elementos, uma marginalidade assegurada, neste caso, mais não fosse, por uma leitura de ordem estatística, que as veria como as mais facilmente elimináveis, porque menos frequentemente referidas.

Abrindo um parêntesis ao tema da marginalidade destas categorias, observemos, inversamente, as opções de Searle, quanto se refere a «quatro actos diferentes», após ter adiantado a seguinte exemplificação:

- «1 - João fuma muito.
- 2 - João fuma muito?
- 3 - Fuma muito, João!
- 4 - Oxalá João fumasse muito.»

⁴³ É certo que já explicitámos as opções que nos fizeram abordar esta temática neste capítulo da nossa investigação e não naquele em que com mais propriedade caberia, caso esta classificação fosse fundamentalmente sintáctica. Não o sendo, parece-nos mais conveniente que aqui figure. A isso nos motivam expressões como «estado anímico de inestabilidade».

⁴⁴ Desta forma, nestas tipologias, não se faz, aparentemente, perigar a "frase imperativa" que a anterior subdivisão, mais de perto, põe em causa, de acordo com o seu autor. Assim, coexistem legitimamente, aqui, as "optativas" e as "imperativas", no juízo dos estudiosos referidos.

(SEARLE, 1984: 34). São quatro os "actos de fala" atestados, mas a soma obtém-se com a inclusão de um "acto" "desiderativo", e com o sacrifício de um outro "exclamativo". Esse é, talvez, o primeiro ponto de interesse. Podemos questionar a razão de tal escolha. É certo que autor sugere esta listagem ao serviço da demonstração de um seu raciocínio⁴⁵, e sem o intuito declarado de estabelecer uma taxonomia; no entanto, a selecção não parece inocente, desde a própria numeração, que segue o procedimento convencional que atribui o lugar cimeiro ao "tipo" considerado de mais elevado estatuto; em concordância com outras tipologias, o "tipo desiderativo" surge em última posição. Seria o "tipo exclamativo" o quinto elemento a ser contemplado, caso a listagem prosseguisse? Ou, de todo, não surgiria? Serão estes os "actos" considerados relevantes? A "exclamação" não o é? A "expressão do desejo" é-o mais? O exemplo "João fuma muito!" não seria considerado suficientemente convincente como representante de um "acto de fala" prototípico, dotado de um objectivo específico? De qualquer forma – o autor é muito sucinto neste ponto, mas o silêncio também significa – a ausência de uma localização exclusiva para a "exclamação" faz com que o conceito saia desta análise minorado; para mais, tendo sido substituído por um outro que esparsamente figura nas tipologias mais ortodoxas.

Claro que não passa despercebido o facto de que essa ausência não é absoluta. A comparência da "exclamação" faz-se sentir pela marca gráfica que a registou. Porém, como veremos, ela está ao serviço de uma tipologia, ela sim, considerada como autónoma e merecedora de um dos quatro títulos disponíveis: "exclamar" ao serviço de "dar uma ordem". A "exclamação" não surge, aqui,

⁴⁵ Searle, interpelando o seu leitor, pretende que ele reconheça que um "falante" faz mais do que "alinhar palavras" (expressão decalcada da que Searle utiliza: «alinhando palavras»). Pretende, assim comprovar a ideia de que «na enunciação de qualquer uma das quatro frases do exemplo o falante está [...] a executar, pelo menos, três tipos de actos distintos». Searle anuncia, então, aqueles actos que reunirá «sob o título geral de actos de fala», numa exposição que passou a fazer parte de todos os compêndios que versam esta temática:

- «a) enunciar palavras (morfemas, frases) = executar *actos de enunciação*;
- b) referir e predicar = executar *actos proposicionais*;
- c) afirmar, perguntar, ordenar, prometer, etc. = executar *actos ilocucionais*.»

(SEARLE, 1969, 1984: 34-35).

individuada. A partir dos seus próprios pressupostos, este elenco defende – como têm defendido, até ao momento, muitos dos elencos tipológicos examinados – que "Fuma muito, João!" não é uma "frase exclamativa"⁴⁶, assim como não é um "acto ilocutório expressivo"⁴⁷.

Escapam a este conjunto as tipologias de três lugares – tanto as que entendem como básicos os "actos" de "asserir", "interrogar" e "ordenar", como aquelas que classificam as "frases" segundo o "acto de fala" que cada uma enforma – que somam, portanto, ora três "actos de fala" básicos, ora três "tipos de frase" fundamentais⁴⁸. Ambos os grupos admitem apenas a "exclamação" como algo que acresce a qualquer dos outros "actos" / "tipos de frase" que lhe são preexistentes. Assim, a observação deixa, neste caso, de ser pertinente, pois a exclamação estava, à partida, excluída. No entanto, a tipologia de três lugares que vê a "exclamação" como variante exclusiva da "asserção" desconceitua o eventual pendor "exclamativo" / "expressivo" de "Fuma muito, João!".

Um segundo ponto de interesse – anunciado e exposto que foi o primeiro – será que facilmente aqui poderíamos ler, fosse esse o nosso intento, exemplos justificativos de uma "tipologia da frase" que incluísse, respectivamente, os "tipos" "declarativo", "interrogativo", "imperativo" e "desiderativo"; e ela seria congruente e comparável com uma exemplificação da "tipologia frásica" tradicional, da forma como ela é habitualmente apresentada. No entanto, Searle refere-se especificamente a "actos de fala", quando explica: «Proferindo 1, o falante faz o que os filósofos chamam uma asserção; em 2, faz uma pergunta; em 3, dá uma ordem; e em 4, exprime [...] uma vontade ou um desejo.» (SEARLE, 1969, 1984: 34). A questão é que, em capítulos de "sintaxe", ao falar de "frase", os gramáticos fazem o mesmo.

⁴⁶ Porque é uma "frase imperativa".

⁴⁷ Porque é um "acto ilocutório directivo".

⁴⁸ A elas nos referimos já (cf. 3.2.2.1.1. "Tipo de frase facultativo" e "Acto ilocutório menor").

Fechando o parêntesis⁴⁹ anteriormente aberto, regressemos à zona periférica para onde nos havíamos distanciado, com o propósito de dar conta dos "tipos" "optativo" e "desiderativo". Na realidade, também eles podem, eventualmente, acompanhar o "tipo exclamativo", em classificações que admitem estes membros na sua ordenação. Claro que esta presença estatisticamente pouco assídua não beneficia a sua consagração. Todavia não será, de facto, uma questão meramente estatística. Estas adições à tipologia mais comumente seguida nem sempre oferecerão suficiente resistência a argumentações construídas com o intuito de as desautorizar. Referindo-se exactamente a este ponto, Garrido Medina fornece pistas de abordagem, descartando estes dois títulos atribuídos a um determinado conjunto de "frases" que ele, por sua vez, consegue fazer caber na organização tipológica que propõe, e que coincide com a construção tradicional da nossa tipologia. O estudioso fundamenta as opções metodológicas que o distanciam das gramáticas em que estes "tipos de frase" são atestados. Assim, os "tipos" de «probabilidad» e «duda», que apresenta como consistindo em dois distintos "tipos frásicos", são dados como estando relacionados com «fenómenos que permiten evitar el compromiso epistémico del hablante». Ora, esse objectivo, segundo o autor, seria passível de ser atingido pela tipologia das frases "declarativa" ou "interrogativa", sendo, portanto, dispensáveis essas novas divisões na tipologia. Depreende-se, pois, dos exemplos que fornece, como característicos dos "tipos de frase" que renega, que «Serían las siete.» caberia na denominação "frase declarativa"⁵⁰ e «¿No habrás visto por aquí mi abrigo?» seria uma "frase interrogativa", rejeitadas que haviam sido as categorias «probabilidad y duda» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3884).

Quanto ao tipo «optativo o desiderativo», dado como marcado pelo uso do modo conjuntivo do verbo, diz o mesmo gramático que estaria relacionado com

⁴⁹ Parêntesis, apenas em termos formais, porque foi tema dentro de tema. Na verdade, as notas registadas serão significativas para aquilatar do peso da "exclamação" face aos conceitos seus congéneres, objectivo que *ab initio* nos prende.

⁵⁰ É interessante notar que foi precisamente o exemplo «Serían las diez» aquele que foi seleccionado, entre outros, por Hernández Alonso, para elucidar o conceito da "frase" «de posibilidad, probabilidad y duda» (HERNÁNDEZ ALONSO, 1996: 277).

as frases de "tipo imperativo", já que seria, tanto pelas características do modo verbal como pelo seu significado, compaginável com as últimas (GARRIDO MEDINA, 1999: 3884). Estamos, então, autorizados a pressupor que um exemplo como «Queira Deus!», fornecido por outro autor (ALVES, 1993: 208), configuraria agora, na opinião deste outro estudioso, uma "frase imperativa" e já não uma "frase optativa". Muitas seriam, no entanto, as vozes que sentiriam dificuldade em entender esta frase como um exemplo de "frase imperativa", a serem congruentes com a definição que oferecem para este conceito.⁵¹

Especificamente para nós, é de referência obrigatória uma outra similitude a relacionar estreitamente os dois conceitos em apreciação. Também o "tipo optativo" surge, em parte significativa das atestações coligidas, acompanhado da "exclamação", indiciada pela presença gráfica do "ponto de exclamação": «Viva Carlos!» (RIBEIRO, 1889: 219); «Queira Deus!» (ALVES, 1993: 208); «¡Ojalá haya llegado!» (HERNÁNDEZ ALONSO, 1996: 272), «Oxalá ele volte depressa!» (VILELA, 1999: 309). Sendo que este "tipo frásico" é aquele que mais frequentemente figura nas listagens que superam os quatro elementos, este novo dado terá relativas consequências. De facto, a sua computação, neste contexto, retira à "exclamação" uma margem que, anteriormente, ficaria abrangida pelo seu raio de acção. Os exemplos agora compilados seriam certamente incluídos, por numerosos teóricos, como representantes de pleno direito de espécimes de "frase exclamativa". A entrada do "frase optativo" no campo de análise, subtrai essa possibilidade. «Manifestar um desejo, uma aspiração» (ALVES, 1993: 208) torna-se independente e gera uma nova parcela taxonómica. «Queira Deus!» (ALVES, 1993: 208), que não é, neste contexto, uma "frase imperativa", também não é uma "frase exclamativa". A "exclamação" terá, assim, de partilhar uma zona teórica que lhe é familiar,

⁵¹ Já não Schmerling, para quem a frase citada seria uma prova mais de que a identificação essencial, para a gramática tradicional, entre uma "directividade imposta a um alocutário" e a "frase imperativa" tem pouco fundamento. Na sua subtipologia das "frases imperativas", depois de «request», «plea», «offer», «permission», «warning», «exhortation», «wishes» e «healing», este exemplo seria colocado sob o signo da categoria «hocus-pocus» e serviria para comprovar a sua opinião de que «we cease to find any notion of subsequent intent or cognition of any sort on a listener's part, if indeed the notion of an actual listener is at all relevant» (SCHMERLING, 1982: 210-211).

naturalmente decaindo em grau de relevância. Contudo, apesar de assídua, a presença da "exclamação" não deixa de continuar, aqui, a ser facultativa: veja-se o recentemente citado «Oxalá João fumasse muito.» (SEARLE, 1969, 1984: 34).

De forma retrospectiva, poderíamos afirmar que esta "tipologia da frase", acrescida da argumentação que formaliza estes dois elementos – "frase optativa" e "frase dubitativa" – exhibe de forma mais flagrante a fragilidade de alguns dos pressupostos que estão na sua base. Hesitando entre quatro, cinco, ou seis elementos – (1) " frase declarativa", (2) "frase interrogativa", (3) "frase exclamativa", (4) "frase imperativa", (5) "frase optativa" e (6) "frase dubitativa" – ela comprova, enfim, a existência de dúvida no acerto final.

De certa forma, estes novos "tipos frásicos" terão a capacidade de projectar sobre os outros elementos que integram a mesma tipologia – e, portanto, naturalmente, sobre a "frase exclamativa" – a sua própria dificuldade de afirmação, já que o tipo de raciocínio que os institui não é sempre intrinsecamente distinto da lógica que origina os restantes, próximo que está, afinal, da ponderação de uma "intenção comunicativa" ou de uma "relação do falante" com o "comunicado" e com o "interlocutor"⁵². Em "sintaxe", o conceito assim fundamentado dificilmente subsiste, porque a argumentação que o fundamenta lhe é estranha; em "pragmática", a oscilação que o rodeia não lhe permite firmar fronteiras.

3.2.2.2. Outros critérios

Outro tipo de considerações, a descortinar já num outro tipo de análise, podem pretender estabelecer uma escala valorativa em que um dado "acto de fala" teria preponderância – em termos absolutos (dada a sua natureza), ou termos estatísticos (dada a sua maior frequência) – sobre os restantes.

⁵² É justamente este tipo de argumentação que faz oscilar a presença desta temática entre o presente capítulo da nossa exposição e o capítulo que o antecedeu.

É desta forma que se poderá argumentar a superioridade de um dado "acto de fala" face aos demais. Ao defender para a "question" «une place privilégiée au sein de la constellation des actes de langage», Kerbrat-Orecchioni advoga que este "acto de fala" « est, d'un point de vue ontogénétique [...] "primitif", certaines études sur l'acquisition du langage ayant montré que la compétence de la question, et plus généralement de l'ensemble des directifs, précédait chez l'enfant celle de l'assertion », sublinhando mesmo que « la quête d'informations [...] est une opération primordiale pour la survie de tout individu, humain ou animal » (KERBRAT-ORECCHIONI, 1991a: 9).

Numa linha de raciocínio a esta similar, com idênticas conclusões, Lyons salientara que «it seems clear that these two functions [to express or indicate wants and desires and, on the other hand, to get things done by imposing one's will on other agents] are ontogenetically basic, in the sense that they are associated with language from the very earliest stage of its development in the child.» (LYONS, 1977: 826).

Se pudermos perceber a "exclamação" como sobreponível, por exemplo, à expressão destes "wants and desires", ela beneficiará da sublimação deste tipo de "actos". Se, pelo contrário, considerarmos a expressão de uma valoração «relativ[a] ao estado de coisas contido no conteúdo proposicional da frase» (LOPES, 2002) como um "acto" de fala autónomo e independente dos restantes, a "exclamação" vê-se, novamente preterida, em favor da "ordem" ou da "interrogação".

Outros autores, porém, recorrendo ao critério da frequência de distribuição dos "tipos frásicos", conseguem ilações distintas. Poderemos, através de um exame estatístico, alegar a supremacia da "frase declarativa" – «At least in some types of discourse, such as everyday informal conversation and narrative, declarative clauses predominate in terms of frequency.» (GIVÓN, 2001: 287) – já de si frequentemente valorizada, ainda que com base noutra tipo de argumentação (Cf. «2.2.2. A "Frase exclamativa" e a "Frase declarativa"»).

Givón ter-se-á dedicado a um estudo deste cariz (GIVÓN, 1995: 38-42). Relacionando o tema com a questão dos "actos de fala" e referindo-se à

especificidade de determinados géneros discursivos, admite que só em casos excepcionais seriam predominantes "frases de tipo não declarativo": situações de questionário ou exames exemplificariam tais ocorrências. Normalmente, nos casos discursivos padrão, poderíamos atestar que «in both oral and written narrative about everyday human affairs, declarative clauses predominate.» (GIVÓN, 1995: 40) e confirmar até que, mesmo tratando-se de discursos dialógicos informais, apesar do aumento da frequência das "não declarativas", as "frases declarativas" predominariam ainda.

O autor faz posteriormente evoluir a sua reflexão sobre esta temática no sentido da ponderação de uma presumível evolução dos estádios da comunicação humana. A actual predominância das "declarativas" seria fruto de uma «adaptive response» à crescente complexificação da vida em sociedade, que nos imerge numa «"society of strangers"». Já numa «"society of intimates"», representativa de um anterior estádio de evolução sócio-cultural e linguística, em que «the background requires no overt coding, and communication may proceed directly to its real purpose» (GIVÓN, 1995: 42), as frases «manipulative» (aquelas que o estudioso opõe às "declarativas"⁵³) seriam as mais frequentes. O mesmo se diz acontecer com o discurso da primeira infância, que assumiria um pendor fortemente manipulativo, num ponto que coincide com os dois autores anteriormente citados, nesta alínea do nosso trabalho. Givón irá concluir que «the considerable residue of manipulative clauses remains in informal face-to-face communication, and its higher frequency, represents a vestigial survival of an antecedent society of intimates» (GIVÓN, 1995: 42).

No que diz respeito ao conceito "exclamação", esta análise é explícita só no seu silêncio. Não lhe é feita referência quando se mencionam "clause types"; não lhe é feita referência quando se mencionam "speech-act types". Quando fala em

⁵³ Numa avaliação do «Markedness status of clause-types», o autor estabelece um quadro em que, sob os títulos «unmarked» e «marked», surgem, em pares opostos, classificações diversas, entre as quais figuram, por exemplo, os termos «affirmative» / «negative», «active» / «passive» ou, de acordo com aquilo que afirmámos, «declarative» / «manipulative» (GIVÓN, 1995: 33).

"non-declaratives", ou quando procede ao seu estudo estatístico, contempla apenas aquelas que considera como «the two main non-declarative speech-acts», a saber "questions" e "imperative" (GIVÓN, 1995: 40). Sendo estes os principais, depreende-se: a ser contemplada a "exclamação", esta seria "secundária".

A ausência da consideração da exclamação como categoria maior torna-se ainda mais notória num outro exame do mesmo autor em que este procede explicitamente a uma listagem daqueles actos que contabiliza como tipos de actos prototípicos em torno dos quais os demais se organizariam: «Three or four major prototypes turn out to be most distinctly and most consistently grammaticalized in most human languages. These persistent prototypes are:

- declarative
- interrogative
 - yes/no question
 - wh-question
- imperative » (GIVÓN, 2001: 288).

Se pesquisarmos os critérios em que se baseia a eleição dos tipos arrolados, perceberemos que esta linha de raciocínio não se compadece com a falta de "distinção e consistência gramaticais", fazendo uma selecção exigente. A "exclamação" ficaria, nesta linha de pensamento, num espaço intermédio indefinido: «the more subtle speech-acts variants (minor types) that are either sub-types of the major prototypes, or straddle the continuum space between them. » (GIVÓN, 2001: 288). Esta análise conduz-nos a uma conclusão essencial: admite-se a "não-discreção" de um *continuum* em que apenas sobressaem determinados «*categorical peaks*», sem que a "exclamação" se consiga constituir como um desses pontos assinaláveis (GIVÓN, 2001: 288).

3.2.3. A "Exclamação" e a noção de "Modalidade"

Nesta fase da nossa investigação, é já tempo, certamente, de pesquisar uma área, até ao momento, praticamente intocada. No campo do "discurso" – aquele em que situámos o presente capítulo – e, portanto, no campo da "enunciação", vem inscrever-se, com ânimo, o conceito de "modalidade": « La modalisation ne constitue [...] qu'une partie du phénomène de l'Énonciation, mais elle en constitue le pivot » (CHARAUDEAU, 1992: 572). Por uma questão de organização discursiva, fomo-nos abstendo de o nomear, adiando para momento oportuno esta menção⁵⁴, ainda que, com frequência, ele comparecesse sob o nosso olhar inquisidor, reclamando a sua atenção.

Na verdade, se pretendermos localizar os primeiros contornos da teorização que – embora evoluindo e transformando-se – conformou tanto a questão da "tipologia frásica", como a questão da "teoria dos actos de fala", descobriremos, a montante, a noção de "modalidade": « La distinction de différents types de phrases se fonde à l'origine sur la notion logique de modalité. » (RIEGEL, 2001: 385); « la problématique logique a été redécouverte et remise à l'honneur au milieu du XX^e siècle par le philosophe J. Austin » (LE GOFFIC, 1993: 18).

Percepcionado sob este ângulo, o nosso conceito "exclamação" adquirirá, uma vez mais, novas formas, que tentaremos rastrear.

A própria noção de "modalidade" adquire matizes diferentes, de acordo com a temática que a circunda: «Expresión de la subjetividad en el lenguaje, la modalidad es constitutiva del sentido de todo enunciado: aun el menos modalizado contiene en efecto un cierto tipo de modalidad.» (GARCÍA NEGRONI, 2001: 92). Ou

⁵⁴ Tal não terá sido sempre possível, mas as coordenadas das movimentações entre conceitos e campos de análise foram sendo fornecidas (cf. 3.2.2.1.1. "Tipo de frase facultativo" e "Acto ilocutório menor).

seja, a própria noção de "modalidade" poderá, também ela, sofrer cambiantes definitórios e operativos, de acordo com a ambiência teórica e a finalidade prática que a manuseiam. A título explicativo, podemos citar os "advérbios modais", "advérbios" desta forma adjectivados por terem, segundo os autores que utilizam esta classificação, a capacidade de situar a atitude do locutor relativamente ao seu enunciado: «advérbios modales: probablemente, sin duda, quizás» (GARCÍA NEGRONI, 2001: 95)⁵⁵. Esta dispersão da categoria "modalidade" – « une même Modalité peut être configurée de plusieurs façons » (CHARAUDEAU, 1992: 576)⁵⁶ – poderá bem ser a consequência daquilo que já se comentou sob o título sugestivo «Charles Bally et la modalité généralisée» (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 586-587).

De facto, sendo antiga a tradição da "lógica modal" – que analisa os enunciados em conteúdo representativo e modalidade – será Charles Bally, linguista suíço, discípulo de Saussure, quem fará dessa distinção entre *dictum* e *modus* o centro de toda a sua teorização: « La modalité a pour expression logique et analytique un *verbe modal* [...] et son sujet, le *sujet modal*; tous deux constituent le *modus*, complémentaire du *dictum*. » (BALLY, 1944: 36): « Ch. Bally [...] reprend les termes mêmes dont on se servait au Moyen Age : *modus* et *dictum*. » (CERVONI, 1987: 66). Assim sendo, para além do "dito", existiria uma "modalidade" reveladora da atitude ou do ponto de vista que o falante adopta face a este. O *dictum* corresponderia, portanto, a um conteúdo representativo objectivo, e o *modus* integraria o tipo de reacção subjectiva ("verbo modal") do falante ("sujeito modal"). Esta distinção, que chega aos nossos dias – « Chaque phrase véhicule un contenu propositionnel [...] et manifeste à propos de ce contenu une attitude du sujet

⁵⁵ Também Charaudeau apresenta, na sua *Grammaire du sens et de l'expression*, uma listagem exemplificativa destes advérbios e locuções adverbiais: « vraisemblablement, sans doute, peut-être, à mon avis, de mon point de vue, sans conteste. » (CHARAUDEAU, 1992: 576).

⁵⁶ O autor demonstra a sua afirmação com recurso a formas verbais do género « Je pense que... » ou « Je dois... »; advérbios e locuções adverbiais (*supra* citados); adjectivos, « C'est beau », « Il est douteux que... »; nomes até: « faire un aveu », « donner un ordre ». A sua enumeração de cinco pontos termina com a menção àquilo que designa como « statuts de phrases » (CHARAUDEAU, 1992: 576-577), que nos abstermos de comentar por ora, por nos reservarmos para um momento posterior do nosso trabalho (cf. «3.2.3.2. As "modalidades enunciativas»).

parlant.» (RIEGEL, 2001: 385) » – segue a senda da tradição greco-latina, continuada no decurso da Idade Média, e utilizada por Port-Royal (CERVONI, 1987: 66; GARCÍA NEGRONI, 2001: 98-99).

3.2.3.1. A "lógica modal"

Os estudiosos de Port-Royal, antes referidos, dão conta de que «les philosophes ont particulièrement remarqué celles [propositions] qu'ils ont appelées *modales*»: as distinções apuradas baseiam-se no facto de que a afirmação ou a negação poderá ser modificada por «quatre modes» – «possible, contingent, impossible, nécessaire» (ARNAULD e LANCELOT, 1660, 1993: 205).

A estas modalidades, a "lógica modal", ramo da lógica que analisa a "linguagem lógica"⁵⁷ – uma linguagem que, ao contrário da linguagem verbal, é simbólica e semanticamente unívoca – chama "modalidades aléticas". São estas as modalidades que se relacionam com a verdade do conteúdo da proposição. Para a lógica modal – e não para o estudo das "modalidades enunciativas", como veremos – são estas as modalidades fundamentais. São os modos aléticos "necessário" e "possível" que definem, através das relações lógicas de "contrariedade", "subcontrariedade" e "contradição"⁵⁸, os modos "impossível" e "contingente".

Para além das "modalidades aléticas", relacionadas com a verdade / falsidade das proposições⁵⁹, a "lógica modal" prevê as "modalidades epistémicas",

⁵⁷ Convirá talvez sublinhar este facto, registando correctamente a filiação da disciplina: « Il faut rappeler [...] que le concept de modalité appartient aux linguistes et aux logiciens, mais que ce sont d'abord les logiciens qui l'ont élaboré et qu'il demeure un de leurs concepts fondamentaux. Il est d'ailleurs à la source de toute une branche de la logique: la logique modale (CERVONI, 1987: 66).

⁵⁸ Apresentaremos, *infra*, em nota de rodapé, um exemplo ilustrativo do funcionamento destas regras no pensamento lógico.

⁵⁹ Estas modalidades podem denominar-se, igualmente, "modalidades lógicas" e são elas que marcam os chamados "julgamentos categóricos" (o predicado do enunciado é

relacionadas com saber / não saber, e as "modalidades deônticas", relacionadas com dever / não dever. De forma análoga ao "quadrado lógico" que estabeleceu as "modalidades aléticas" "possível", "contingente", "impossível" e "necessário", se estabelecem – pelas mesmas relações lógicas de "contrariedade", "subcontrariedade" e "contradição" – as "modalidades epistémicas" "provável", "duvidoso", "excluído" e "seguro", e as "modalidades deônticas" "permitido", "facultativo", "proibido" e "obrigatório".

Ora, este conceito de "modalidade", quando transportado da "lógica modal" para o estudo da "enunciação linguística", simplifica-se. Simplifica-se, não porque se descomplexifique – desculpe-se o paradoxo (a análise da enunciação é sempre complexa) – mas porque perde elementos categorizadores. Isto é, na linguagem verbal, as "modalidades epistémicas" vão coincidir com a expressão da "possibilidade" (que se relaciona com o grau de conhecimento⁶⁰ do locutor em relação ao conteúdo do seu enunciado) e, paralelamente, as "deônticas" vão coincidir com a expressão da "necessidade" (que se relaciona com a premência que o locutor atribui à realização de um dever ou obrigação).⁶¹

É talvez este o facto que justifica a apresentação frequentemente mais singela desta matéria, quando aos olhos do linguista mais do que aos do lógico: « Sur le plan strictement logique (logique modale), la *modalité* est symbolisée par un système comportant deux valeurs: la *nécessité* et la *possibilité* » (ARRIVÉ, 1986: 390). O autor materializa assim o significado da sua explicação: « *il est nécessaire que P implique que P est vraie dans tous les mondes possibles; il est possible que P implique que P est vraie dans au moins un monde possible.* » (ARRIVÉ, 1986: 390).

apresentado como um facto), "hipotéticos" (o predicado do enunciado é apresentado como uma possibilidade) ou apodícticos (o predicado do enunciado é apresentado como uma necessidade) (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 583).

⁶⁰ Afinal, como tão bem sabem expor os gramáticos filósofos de Port-Royal, a propósito das «propositions qu'on appelle probables»: «nous manquons souvent de lumière pour connaître le vrai et le faux» (ARNAULD e LANCELOT, 1660, 1993: 185-186).

⁶¹ O conteúdo dos três últimos parágrafos, centrados em torno dos conceitos "modalidades aléticas", "modalidades epistémicas" e "modalidades deônticas", beneficiaram grandemente da leitura de «La modalidad lógica: modalidades aléticas, epistémicas y deónticas» (GARCÍA NEGRONI, 2001: 105-110), de cuja leitura partiu a reflexão agora explanada.

Este tipo de raciocínio lógico era exercitado pelos gramáticos de Port-Royal que tinham elaborado, trabalhando com o conceito de "proposição"⁶², uma tipologia própria, concluindo existirem quatro diferentes tipos, rotulados com as vogais A, E, I e O, «pour soulager la mémoire» (ARNAULD e LANCELOT, 1660, 1993: 185). Esta soma resulta da combinação entre as características de "quantidade" – universalidade ou particularidade – da proposição, e da sua "qualidade" – afirmativa ou negativa – respectivamente relacionadas com a consideração do sujeito (universal ou particular) e do predicado (afirmativo ou negativo). Para além da sua "quantidade" e da sua "qualidade", a proposição é ainda classificável de acordo com a sua "matéria": as proposições podem dividir-se em verdadeiras e falsas. (ARNAULD e LANCELOT, 1660, 1993: 183-185). O cruzamento destes dados permite a estes gramáticos filósofos a explanação de raciocínios mais ou menos intrincados, perfeitamente exemplificativos do funcionamento da lógica modal. A título ilustrativo, seleccionamos apenas um que, pela extensão da citação, faremos situar em nota de rodapé⁶³.

Será, por certo, através de um movimento de colagem a esta "lógica modal" que determinada linguística exerce uma sua exegese que, de alguma forma, se apropria desta disciplina filosófica, para seu particular usufruto. Assim, no seguimento do raciocínio que formalizou os termos "modalidades epistémicas" (« relatives aux croyances du locuteur ») e "modalidades deônticas" (« qui concernent l'appréciation morale ou sociale des actions ») (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 583), um desenvolvimento paralelo ensaia um decalque que institui, junto das últimas, as

⁶² O conceito de "proposição" aproxima-se, nestes estudiosos, de um "jugement" de "l'esprit", termos caros aos autores: « Ce jugement s'appelle aussi proposition. » (ARNAULD e LANCELOT, 1660, 1993: 182).

⁶³ « Et si elles diffèrent en qualité, et qu'elles conviennent en quantité, alors elles sont appelées contraires ou subcontraires: contraires quand elles sont universelles comme : *tout homme est animal, nul homme n'est animal*; subcontraires quand elles sont particulières, comme : *quelque homme est animal, quelque homme n'est pas animal*. [...] Les contraires ne peuvent jamais être vraies ensemble; mais elles peuvent être toutes deux fausses. Elles ne peuvent être vraies, parce que les contradictoires seraient vraies. Car s'il est vrai que tout homme soit animal, il est faux que quelque homme n'est pas animal, qui est la contradictoire [...]. Mais la fausseté de l'une n'emporte pas la vérité de l'autre. Car il peut être faux que tous les hommes soient justes, sans qu'il soit vrais pour cela que nul homme ne soit juste [...] » (ARNAULD e LANCELOT, 1660, 1993: 187-188).

"modalidades apreciativas" ou "avaliativas": «Tal atitude pode envolver a expressão da certeza, probabilidade ou possibilidade [...], juízos de obrigação ou permissão [...] e ainda juízos de tipo avaliativo.» (LOPES E RIO-TORTO, 2007: 86).

A "semântica frásica" poderá chamar a si, desta forma, as noções que vimos empregando. Vendo a "modalidade" como a expressão da «atitude do *locutor* relativamente ao conteúdo *proposicional* do seu enunciado e ao seu *interlocutor*», advoga que «Os valores modais podem ser subdivididos em *epistémicos*, *deônticos* e *apreciativos*.» (CAMPOS: 2002). Ora, de entre estes, os últimos interessam-nos sobremaneira, mas seria já no campo da enunciação que teríamos de os ler, a acreditar na proposta dos estudiosos. Por nós, vamos manter os "valores modais apreciativos" num apartado subsidiário da "lógica modal", pela semelhança e continuidade relativamente ao aparelho formal que alberga os conteúdos que analisámos e aqueles que analisaremos.

3.2.3.1.1. A "modalidade apreciativa"

Encontraremos, portanto, segundo determinados linguistas, as "modalidades apreciativas", no mesmo quadro das "modalidades epistémicas" e das "modalidades deônticas": «A modalidade dá conta das marcas de subjectividade do locutor no enunciado, e pode apresentar três grandes variantes» (AZEREDO, 2006: 345). As primeiras são, de facto, aquelas onde descobriremos exposta uma determinada faceta do conceito "exclamação", agora concretamente invocada.

Na verdade, é ao apresentar e definir o título "modalidades apreciativas" que surge referência explícita ao conceito "exclamação", significativa da relevância do seu papel, no contexto indicado. Claro que esse grau de relevância pode não ser percebido como flagrante, se essa referência indicar apenas que «A modalidade apreciativa pode também, entre outros, ser expressa por construções exclamativas (ex.3 e 4) [...]

(3) Que dia tão chuvoso!

(4) Como ela nada bem!»

(CAMPOS: 2002), o que concede à "exclamação" um espaço de não exclusividade, onde se vêm inscrever outros elementos concorrentes. Por outro lado, essa menção ganhará evidência, se se atender ao facto de que ela não surge a propósito dos instrumentos linguísticos que veiculam, por exemplo, a "modalidade deôntica", ainda que ela venha, na realidade, a surgir nas atestações que a exemplificam.

Mas, é claro que, em termos teóricos, o facto da "exclamação" não ser *obrigatória* para a definição de uma "modalidade apreciativa" – na medida em que esta modalizará enunciados que a dispensam:

«(1) Lamento que o João tenha perdido o ano.

(2) Felizmente (que) o João não perdeu o ano.»

(CAMPOS: 2002) – ao mesmo tempo que também a sua presença não é *suficiente* para que se apure a existência de uma modalização apreciativa afectando dado enunciado – na medida em que outras modalidades a empregam:

«(1) Sai imediatamente!

(2) Não saias!»

(CAMPOS: 2002) – terá de ser prejudicial para a independência formal e para a determinação de um conceito que, neste quadro, a nada obriga e a nada basta.

Estas duas últimas atestações encontram-se ao serviço da exemplificação de enunciados com valor modal deôntico, definidos como aqueles que «exprimem juízos através dos quais o *locutor* procura agir sobre o seu *interlocutor* impondo [...], proibindo [...] ou autorizando [...] a realização da situação representada pelo conteúdo proposicional, num tempo necessariamente posterior ao tempo de emissão do juízo deôntico.»; mas também os exemplos que servem a explicação da modalidade epistémica, não deixariam de ser dela representativos, caso trouxessem um indício da presença da "exclamação": «Os valores epistémicos exprimem a atitude do *locutor* relativamente à verdade ou falsidade do conteúdo *propositional*

do seu enunciado. Essa atitude baseia-se no grau de conhecimento que está na origem do juízo emitido. De acordo com esse grau de conhecimento, propõe-se a classificação dos valores epistêmicos em valores de *certeza* (ex.1), valores de *probabilidade* (ex.2) e valores de *possibilidade* (ex.3).

- (1) O João chegou/não chegou ontem.
- (2) O João deve/não deve ter chegado ontem.
- (3) Pode ser que o João tenha/não tenha chegado ontem.»

(CAMPOS: 2002). Qualquer dos enunciados poderia ser marcado com o indício da presença da "exclamação" e continuaria, segundo os pressupostos desta teoria, a exprimir "certeza" ("O João não chegou ontem!"); "probabilidade" ("O João deve ter chegado ontem!"); "possibilidade" ("Pode ser que o João tenha chegado ontem!").

Ainda mais consequente, tendo em conta a escala de valores que nos interessa – a da delimitação dos contornos teóricos de um conceito e a determinação das suas abrangências e convívios nocionais⁶⁴ – será que a definição adiantada para a "modalidade apreciativa" – aquela que maior relevo atribui ao nosso conceito dilecto – acabará por, retiradas todas as conclusões que necessariamente implica, fazer dela uma variante da "modalidade epistémica", retirando-lhe o estatuto individualizado que a proposta que agora analisamos lhe pretende conferir.

Se não, vejamos: «Os valores da modalidade apreciativa exprimem um juízo valorativo, positivo ou negativo, emitido sobre um enunciado com valor *assertivo*, isto é, que o *locutor* constrói com valor de *certeza*.»⁶⁵. Ora, se recapitularmos a instrução: «De acordo com esse grau de conhecimento, propõe-se a classificação dos valores epistêmicos em valores de *certeza* [...], valores de

⁶⁴ Novamente remetemos para a expressão que intitula o conjunto dos capítulos do nosso discurso.

⁶⁵ Neste contexto, duas possibilidades são oferecidas: «o valor apreciativo incide sobre um valor *assertivo* positivo» ou «o valor apreciativo incide sobre um valor *assertivo* negativo» (CAMPOS: 2002). Aqui, a expressão "incide sobre" torna-se relevante: "um valor *incide sobre* um valor", resumiríamos. Esta nota segue em rodapé na medida em que apenas reforça uma ideia já legível na citação que a justificou: "valor *emitido sobre* um valor". Esta ideia será posteriormente retomada, para que se avaliem as suas consequências.

probabilidade [...] e valores de *possibilidade*», recordaremos a "certeza" como um valor modal "epistémico". Assim, o valor epistémico antecede o valor "apreciativo"; detém sobre este prioridade; é-lhe, portanto, subalterno. A própria forma como esta matéria é retratada, implica que a divisão esquemática a fazer dos dados em equação não deverá implicar três entidades particularizadas na sua individualidade e independência, mas sim duas. Dependendo do detalhe da análise dir-se-á, ou não, que de uma dessas duas unidades é possível fazer derivar um ramo subordinado, onde se prende uma subcategoria. E é só aí que se corporiza uma menção relativa à possibilidade de "exclamação".⁶⁶

3.2.3.2. As "modalidades enunciativas"

A questão da "modalidade" evoluiu, porém, em mais do que um sentido. Para Bally, ultrapassando distinções antecedentes, ela conforma um tríptico em que «on énonce» «un jugement de fait», «un jugement de valeur» ou «une volition» (BALLY, 1944: 35). Na verdade, o tema é central nos seus estudos, na medida em que percebe a "modalidade" como «la pièce maîtresse de la phrase» (BALLY, 1944: 36) ou «seule raison d'être de la phrase» (1944: 45): para Bally «la modalité est l'âme de la phrase» (BALLY, 1944: 36). Seguramente, teremos de compreender que a noção de "frase" aqui implicada não é, por certo, aquela que hodiernamente, no que à linguística diz respeito, possa ser mais frequente. Bally vê na "frase" de que fala «la plus simple communication d'une pensée.»⁶⁷ (BALLY, 1944: 35).

Por avaliar ficará se é, ou não é, acaso a coincidência desta tripartição com a tripartida lição de Benveniste « Ce sont les trois fonctions interhumaines du

⁶⁶ Cf. *supra*: «A modalidade apreciativa pode também, entre outros, ser expressa por construções exclamativas» (CAMPOS: 2002).

⁶⁷ A citação está incompleta para uma melhor integração discursiva; mas trata-se, claramente, de uma definição de "frase": «la phrase est la plus simple communication d'une pensée.» (BALLY, 1944: 35).

discours qui s'impriment dans les trois modalités de l'unité de phrase, chacune correspondant à une attitude du locuteur »; « ces trois modalités ne font que refléter les trois comportements fondamentaux de l'homme parlant et agissant par le discours sur son interlocuteur: il veut lui transmettre un élément de connaissance, ou obtenir de lui une information, ou lui intimer un ordre. » (BENVENISTE, 1966: 130).

Comparando as duas propostas, o elemento que se perdeu foi o nosso. Se tivéssemos de concretizar a tese de Bally na formulação de enunciados correspondentes a cada um dos três tipos de "modalidade" que sugere, apontaríamos

para « un jugement de fait », "Partem cedo.";

para « un jugement de valeur », "Partem cedo!";

para « une volition », "Partam cedo.".

Se o mesmo exercício fosse realizado a partir das sugestões de Benveniste, escolheríamos

para « transmettre un élément de connaissance », "Partem cedo.";

para « obtenir de lui une information », "Partem cedo?";

para « intimer un ordre », "Partam cedo."⁶⁸.

Deste trabalho comparativo⁶⁹, resultam evidentes as omissões e os aditamentos.

Na medida em que as diferenças a computar entre a primeira e a segunda análises terão de ser significativas, poderemos ensaiar uma tentativa de explicação para estes factos; para mais, estando a "exclamação" implicada nas alterações que se verificam. Talvez que Bally centre a sua atenção no convívio estreito entre o enunciado e o seu responsável: o exame de | integra o sujeito falante, o conteúdo

⁶⁸ As expressões truncadas – figuram entre aspas – foram extraídas dos dois autores anteriormente citados, respeitando a ordem pela qual foram originalmente empregues (BALLY, 1944: 35; BENVENISTE, 1966: 130), e por isso nos dispensámos a repetir a referência, no corpo do texto. Entre aspas altas, reutilizámos o exemplo que nos vem, desde início, acompanhando, copiado de uma gramática recente (MOURA, 2006).

⁶⁹ É certo que esta explanação reveste um cariz bastante elementar. Mas sendo a questão da "exclamação" aquela que nos move, não sabemos – ou não devemos – impedir-nos de fazer sobressair a sua presença ou a sua ausência. É simples, mas fundamental.

representado no *dictum*, e o juízo factual, valorativo ou volitivo deste "sujeito modal" sobre essa mesma representação. Os factores ponderados não ultrapassam largamente o sujeito e o seu pensamento: «la phrase est la plus simple communication d'une pensée.» (BALLY, 1944: 35)⁷⁰. Neste contexto intelectualizante, os juízos de valor do "sujeito modal", ao mesmo nível dos seus juízos de facto, ou os seus juízos volitivos – o *modus* – face ao *dictum*, terão de ser parte integrante de uma reflexão que assim valorize a "modalidade"⁷¹. Já para Benveniste o aspecto interpessoal e social da comunicação, quase no âmbito de uma antropologia cultural, não é omitido: quando fala de "modalidades", fala de «fonctions *interhumaines* du discours » e de « *comportements fondamentaux* de l'homme parlant et agissant par le discours sur son *interlocuteur* » (BENVENISTE, 1966: 130, itálicos nossos). Assim, a interpelação do outro, que a "interrogação" implica⁷², teria de fazer parte do elenco primeiro.⁷³

Encontramo-nos, portanto, agora, mais próximos de uma "modalidade" mais "enunciativa" do que "lógica" – ponto de onde partimos⁷⁴. Esta diferenciação dual – que justifica a sua apresentação em dois pontos distintos⁷⁵ – é até visível nas exposições onde releva o cariz pedagógico, algo que se pode afirmar, por exemplo, a propósito dos "guias alfabéticos". Aqui, a problemática pode aparecer definitivamente separada em "ponto um": « 1. [...] la *modalité* est symbolisée par un système comportant deux valeurs: la *nécessité* et la *possibilité* »; e "ponto dois": « 2.

⁷⁰ A repetição da citação é propositada.

⁷¹ Não obstante, apesar de não ser agora contemplada, a "interrogação" não é sempre desprezada pelo autor, no esforço de «percevoir si *Vous me suivrez* est une constatation, une interrogation ou un ordre» (BALLY, 1944: 42), a que responderá o seu conceito de "modalidade".

⁷² É verdade que a "interrogação" não implicará sempre esta interpelação, mas é este tipo de conceito de "interrogativa" que Benveniste convoca quando se refere a « obtenir de lui une information » (BENVENISTE, 1966: 130).

⁷³ O parágrafo pode ser entendido como levemente especulativo, mas o raciocínio parece admissível perante os dados reunidos.

⁷⁴ Cf. «3.2.3.1. A "lógica modal".

⁷⁵ Cf. «3.2.3.1. A "lógica modal"» vs. «3.2.3.2. As "modalidades enunciativas"».

La *modalité* définit le statut de la phrase, en tenant compte de l'attitude du sujet parlant à l'égard de son énoncé et du destinataire. » (ARRIVÉ, 1986: 390)⁷⁶.

Ora, é a partir deste "ponto dois" que se vai desenhar uma tetralogia, de alguma forma, já nossa conhecida. O caminho que se percorreu, ao ver inscrito no enunciado mais do que o seu conteúdo proposicional, também a marca da atitude do sujeito perante esse conteúdo conduziu a que, já segundo linguistas contemporâneos, « Partant de cette approche qui prend en compte la subjectivité du locuteur, on peut distinguer diverses modalités formulées au moyen de types de phrases différents, suivant que le locuteur manifeste une attitude d'assertion, d'interrogation, d'injonction (ordre), exprime un sentiment vif (exclamation), etc. » (RIEGEL, 2001: 457): « On distingue généralement les modalités de l'assertion (elle-même répartie entre affirmation et négation), de l'interrogation, de l'exclamation et de l'ordre. » (ARRIVÉ, 1986: 390).

Não será porém surpreendente que o mesmo tipo de raciocínio que soube elidir a "exclamação" no contexto dos "tipos de frases", ou que a soube eliminar do conjunto dos "tipos de actos de fala", faça surgir elencos em que é omitida a "exclamação" como uma "modalidade" possível.

Wilmet, num contributo que já referimos e anunciámos retomar⁷⁷, sob o título « Modalité énonciative »⁷⁸, concede apenas três hipóteses de escolha a quem

⁷⁶ Analisado de forma globalizante, o conceito de modalidade pode, assim, revelar uma abrangência grande de sentidos. O importante, ao lidar simultaneamente com mais do que uma acepção deste conceito, será não perder de vista a diferenciação aqui já invocada. O próprio *Dicionário Terminológico* recorre a uma distinção por pontos, a partir da entrada "modalidade", definida como «categoria gramatical que exprime a atitude do locutor face a um enunciado ou aos participantes do discurso.»: o ponto (i) refere-se à "modalidade" como permitindo «expressar apreciações sobre o conteúdo de um enunciado»; o ponto (ii) e (iii) referem-se à representação dos «valores de probabilidade ou certeza (modalidade epistémica) [...] ou de permissão ou obrigação (valor deôntico)» (DT, 2008). Resultado disto mesmo, temos que a modalidade poderá ser expressa de diferentes formas, algumas das quais já distantes da nossa questão – como a utilização dos chamados "verbos modais" ou certos advérbios – ou, pelo contrário, através de formas, como a entoação, que de perto se irão relacionar com a nossa discussão (Cf. «Capítulo V – Exclamação e Prosódia»). Falar de "modalidade da frase", de uma forma coincidente com os nossos quatro "tipos de frase" (cf. FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 131, 132), é aceder ao tratamento de uma fracção da porção contida em (i), «expressar apreciações sobre o conteúdo de um enunciado» (DT, 2008).

enuncia: « Devant l'énonciateur s'ouvre la croisée des chemins : (1) de l'*assertion*, (2) de l'*interrogation*, (3) de l'*injonction* » (WILMET, 1997: 451). A "exclamação" será remetida para o contexto de uma "remarque", que segue imediatamente, a anterior explicação. Antecipando as interrogações, ou as objecções, do leitor que esperaria ver a "exclamação" integrando o conjunto proposto, o autor explicita o seu entendimento da "exclamação" ao mesmo tempo que justifica essa ausência: « Remarque: L'exclamation est de nature expressive. Elle ponctue l'injonction, se superpose à l'interrogation et à l'assertion » (WILMET, 1997: 451). Neste âmbito, e contrariamente a outras posições teóricas já explanadas (ARRIVÉ, 1986: 390; RIEGEL, 2001: 457), é retirado à "exclamação" o estatuto de "modalidade".

Charaudeau, que estuda amplamente as "modalidades enunciativas", no contexto da sua *Grammaire du sens et de l'expression* (CHARAUDEAU, 1992), vê nos "statuts de phrases" uma das « configurations linguistiques » disponíveis, enquanto marcas formais explícitas, para a expressão das "modalidades". Porém, não as confunde com estas. Ao fazer a enumeração desses "statuts de phrases", « signalés soit par une intonation, soit par une ponctuation, soit par un Impératif, ou un Interrogatif », alude à "exclamação": « les dits *statuts de phrase* (Impératif, Interrogatif, Exclamatif) » (CHARAUDEAU, 1992: 577). Todavia, não o fará já na listagem de "modalidades" que consegue detectar no exame das variadas possibilidades enunciativas. No quadro teórico elaborado por este autor, a "exclamação" é uma marca formal explícita, não será uma "modalidade".

⁷⁷ Cf. «3.2.2.1.1. "Tipo de frase facultativo" e "Acto ilocutório menor"».

⁷⁸ Este título, « Modalité énonciative », encontra-se, ele próprio, subordinado ao tema « Énonciation », sendo este, por sua vez, um dos pontos do capítulo « La phrase ». Que esta temática assim se venha inserir, no âmbito da obra deste autor, pode seguramente espoletar interrogações. Esta inversão de prioridades, em relação ao mais frequente modo de organizar as explanações deste teor, só é inteiramente legível se se tiver em conta que, aqui, o conceito de "frase" já não é aquele que mais comumente se segue, e já não é, seguramente, aquele que a "sintaxe" respeita. "Frase", neste contexto, « correspond à la première séquence quelconque de mots née de la réunion d'une énonciation et d'un énoncé qui ne laisse en dehors d'elle que le vide ou les mots d'un autre énoncé. » (WILMET, 1997: 440).

No seu estudo da "modalisation", Charaudeau, partindo da consideração de três tipos de actos "locutifs", determina a soma de um número mais elevado de "modalidades", relativamente àquelas que são habitualmente indicadas, neste contexto⁷⁹:

- «l'interpellation, l'injonction, l'autorisation, l'avertissement, le jugement, la suggestion, la proposition, l'interrogation, la requête», modalidades possíveis de um acto "allocutif" («le locuteur *implique l'interlocuteur* dans son acte d'énonciation»);
- «le constat le savoir/ignorance, l'opinion, l'appréciation, l'obligation, la possibilité, le vouloir, la promesse, l'acceptation/refus, l'accord/désaccord, la déclaration, la proclamation», modalidades possíveis de um acto "élocutif" («le locuteur *situe son Propos par rapport à lui-même*»);
- «l'assertion, le discours rapporté», modalidades possíveis de um acto "délocutif" («le locuteur *laisse s'imposer le Propos* en tant que tel, comme s'il n'en était nullement responsable»)

(CHARAUDEAU, 1992: 574-629). Se tivermos o propósito prévio – e temos – de pesquisar se serão aqui detectáveis, ou não, vestígios de "exclamação", encontraremos indícios da sua presença. Mas não deixa, por essa razão, de ser verdadeira a constatação de que este conceito não foi expressamente nomeado ou entendido enquanto "modalidade".

Ainda assim, é viável uma pesquisa junto dos conceitos configurados por este autor, numa prova de avaliação da distância de aproximação que se estabelece entre estes e os outros que têm sido invocados a propósito de "exclamação". A modalidade "appréciation" pode oferecer-nos algumas respostas. Definida a partir do

⁷⁹ Poderíamos ver aqui a materialização do "etc." de Riegel, que já citámos em: « le locuteur manifeste une attitude d'assertion, d'interrogation, d'injonction (ordre), exprime un sentiment vif (exclamation), etc. » (RIEGEL, 2001: 457). Este "etc." é estranho à tipologia tradicional de quatro elementos, e excessivo face às teorias dos "actos de fala básicos".

pressuposto de que « Le locuteur *évalue* [...], non plus la vérité du propos, mais *sa valeur*, en révélant *ses propres sentiments*. », para mais acrescentando que « Cette évaluation est donc d'ordre *affectif*. » (CHARAUDEAU, 1992: 604), compagina-se, de forma bastante imediata, com outras definições de "exclamação", a encontrar, por exemplo, em capítulos de "sintaxe": «(tipo de) frase exclamativa - Frase que corresponde à expressão de uma avaliação do falante face a determinado contexto.» (DUARTE, 2002). Sublinhamos "avaliação" na última citação e " *évalue* ", " *valeur* " e " *évaluation* ", nas primeiras. Podemos até compatibilizar atestações « Je trouve admirable votre façon de parler! » (CHARAUDEAU, 1992: 605) face a «Que fascinante é essa história!» (DUARTE, 2002). O primeiro autor defenderia que a diferenciação é perceptível ao nível da explicitação da modalidade em causa: do seu exemplo diz deter uma « configuration explicite », que o segundo não teria (?). Mas essa distinção, que não figura nas definições empregues, não as pode comprometer; e mantém-se verdadeiro que se assemelham, de facto. Prosseguindo o exercício, « *ses propres sentiments* » pode remeter-nos para uma definição de "exclamação" como « La phrase exclamative permet d'exprimer des *sentiments* divers » (DELATOUR, 2004: 194, itálico nosso) »; « *affectif* » evoca « la phrase exclamative [...] ajoute une connotation *affective*. » (GREVISSE, 1993: 613, itálico nosso). Assim, os conceitos de "frase exclamativa" e a " *appréciation* " de Charaudeau aproximam-se-iam. Distanciam-se, todavia, na medida em que a definição da "modalidade" " *appréciation* " escapa, obviamente, à crítica, que tem sido dirigida às restantes definições, de que falam de "frase", em contexto sintáctico, sem que dela falem.

" *Appréciation* " e "exclamação" mantêm ainda um convívio estreito, de uma forma que o próprio Charaudeau torna manifesta (CHARAUDEAU, 1992: 604-605). No ponto « Configuration explicite », que coloca sob o título " *Appréciation* ", o gramático admite duas possibilidades « - *Verbes et périphrases verbales* suivies du subjonctif. » e « - *Mots* (*adjectifs, adverbes, noms, onomatopées*) *sous forme exclamative* ». Fornece, nos dois casos, numerosas atestações, das quais « " *Quelle (mal)chance!* ", " *A la bonne heure!* ", " *Youpi!* ", " *Sublime!* " [...] », são exemplo, no que diz respeito à segunda das "configurações explícitas" adiantadas. No caso da primeira – depois de resubcategorizar a « *Appréciation favorable* » em « *Satisfaction* », « *Soulagement* » e « *Euphorie* », e a « *Appréciation défavorable* » em «

Insatisfaction- Déception », « Résignation » e « Désespoir » – é nas subdivisões « Euphorie » e « Désespoir » que todos os exemplos oferecidos indiciam a presença exclamativa, como em « "Je trouve formidable qu'il me l'ait dit spontanément!" » ou em « "Je trouve catastrophique que tout le monde se résigne!" »⁸⁰. Nas quatro subcategorias restantes, tal apenas acontece num exemplo em doze⁸¹. Ou seja, de acordo com esta lição, a "exclamação" pode, facultativamente, estar ao serviço da explicitação de uma modalidade "Appréciation". Não configura, portanto, aqui, uma "modalidade"; é um instrumento.

Não só a "appréciation", como "modalidade" possível de um "acte élocutif", também o "jugement", passível de modalizar um acto de tipo "allocutif"⁸², oferece pretexto a aproximações conceptuais com a "exclamação". De facto, o "acto ilocutório expressivo", compaginável em tantos pontos com a modalidade "appréciation", também com a de "jugement" poderia estabelecer continuidades, por possuírem ambos uma componente "exclamativa", pelo menos na sua vertente correspondente a "felicitar" ou "dar parabéns": «Ótimo projecto; parabéns arquitecto!» (PINTO, 2006: 220) e « Mes compliments, mon cher! » (CHARAUDEAU, 1992: 587) ilustram, respectivamente, um "acto ilocutório expressivo" e a modalidade "jugement", estando ambos marcados pela "exclamação". Algo de semelhante acontece com «Parabéns !!!» (LOPES, 2002)⁸³ e « Félicitations, pour votre succès! »⁸⁴ (CHARAUDEAU, 1992: 587). Mas esta relação diverge igualmente em pontos, para nós, cruciais: o "acto ilocutório expressivo" explicitamente, na teorização dos autores, convoca a "exclamação" como uma marca linguística

⁸⁰ De notar que são precisamente os graus mais elevados das duas escalas em consideração.

⁸¹ Trata-se do exemplo « "Si ce n'est pas malheureux!" », colocado sob a categoria « Résignation » (CHARAUDEAU, 1992: 605).

⁸² As distinções a estabelecer, na teorização deste autor, entre os actos "allocutif", "élocutif" e "délocutif" foram já explicitadas. Cf. *supra*, neste mesmo ponto da nossa explanação.

⁸³ Exemplo ao serviço da explanação da "teoria dos actos de fala".

⁸⁴ Exemplo ao serviço da explanação de Charaudeau sobre "modalidades enunciativas" (CHARAUDEAU, 1992).

privilegiada⁸⁵; com a "modalidade" " judgement ", tal não acontecerá, ainda que no seu exemplário figurem numerosas atestações em que compare a "exclamação" – tal como acontecia para " appréciation ".⁸⁶

Resta saber se este tipo de estudo – que conceptualiza elementos como « Satisfaction », « Soulagement », « Euphorie », « Insatisfaction-Déception », « Résignation », « Désespoir » ; « Le locuteur [...] *juge* que cet acte est bom ou mauvais » (CHARAUDEAU, 1992: 605 et 587) – reveste plenamente o cariz de uma análise linguística, ou se não se arrisca, antes, a uma eventariação de estados psicológicos do locutor, legíveis através do conteúdo semântico dos enunciados que profere. Sendo verdadeira a primeira hipótese, o objecto de estudo é o enunciado; sendo verdadeira a segunda, o objecto de estudo é o locutor. Estudar o enunciado através do locutor, ou estudar o locutor através do seu enunciado, não são exames similares. Apenas um dos tipos poderá aspirar a pertencer inteiramente à ciência da linguagem.

Não pode deixar de parecer singular, portanto, que a linguística fique, em momentos cruciais da sua história, marcada por aquilo que pode ser interpretado como uma vertente psicologista, em que a mente humana parece ser o objecto final de estudo, e a linguística apenas um instrumento de análise. A gramática gerativa assume de alguma forma esta tendência – «generative grammar is a mentalistic theory» – quando afirma explicitamente que «the fundamental question is what knowledge is present in the speaker's and hearer's mind/brain that enables this interchange to take place?», e admite a natureza do seu estudo: «generative grammar seeks a mentalistic account of language» (CULICOVER, 2009: 4-5). Neste aspecto, não parece existir uma distinção significativa entre esta e anteriores reflexões que

⁸⁵ Privilegiada, mas não exclusiva ou obrigatória. Este tema foi tratado no ponto «3.2.2. A "Exclamação" na teoria dos "Actos de fala"».

⁸⁶ Para a modalidade " injonction ", que pertence ao elenco das modalidades propostas pelo mesmo autor, a questão de uma expectável aproximação ao conceito "exclamação" não se chega a levantar. No que diz respeito a este tema, onde habitualmente surgiria a menção a uma "entoação exclamativa", o gramático propõe o conceito de "intonation injonctiveão imperativa". A esta proposta retornaremos, já num outro capítulo da presente dissertação. Cf. «Capítulo V – Exclamação e Prosódia».

aclamavam a validade do seu trabalho, eminentemente linguístico, pelo mérito de um expectável resultado final, eminentemente psico-filosófico: «Success in separating universal from language-particular components enables us to make interesting claims about the nature of the mind» (JACKENDOFF, 1977: 1).⁸⁷

Não virá a despropósito citar, neste contexto, Ducrot, quando afirma, a respeito da teorização de Bally – teorização que, certamente, como vimos, se encontra a montante daquela que vimos agora apresentado – « En substituant à l'idée d'attitude du locuteur celle de réaction mentale, on risque de quitter l'analyse linguistique pour lui substituer des paraphrases de type psychologique. » (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 587). Este risco será tanto maior, quanto se admite, hodiernamente, neste tipo de exame, que «La structure sémantique où apparaissent sujets et verbes modaux peut n'avoir qu'une trace indirecte dans la syntaxe, et rester de ce fait implicite » (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 587).

Também Charaudeau trabalha com o conceito de « configuration implicite ». A propósito das duas modalidades que, mais de perto, trabalhamos (com o objectivo de perscrutar que tipo de convívio poderiam elas criar com a noção "exclamação), o mesmo autor assevera que, numa reflexão paralela à que faz para todas as "modalidades" que categoriza, « Tout énoncé comportant une *appréciation positive ou négative*, sous des formes autres que des verbes de modalité, et hors forme exclamative, est susceptible de correspondre à cette modalité d'"Appréciation", si le contexte laisse sous-entendre que le locuteur en est responsable » (CHARAUDEAU, 1992: 605); ou « Tout énoncé qui décrit une action réalisée par l'interlocuteur et qui contient *une appréciation positive ou négative* de la part du locuteur est susceptible de correspondre à cette modalité [" jugement "] » (CHARAUDEAU, 1992: 587). Desta forma, « C'est bien trouvé. » é um enunciado que

⁸⁷ Quase poderíamos especular sobre a natureza das aspirações do autor citado, Ray Jackendoff, e o seu carácter anatómico, quando este se chega a referir à "mente", enquanto "órgão": «The study of language provides an unparalleled tool investigating not just a single organ of the human mind, but perhaps some of the most fundamental principals of mental organization.», e continua, afirmando: «The potential implications for psychology are vast.» (JACKENDOFF, 1977: 244). Uma análise com implicações últimas para a psicologia. O "estudo da língua" apresentado como "instrumento".

estaria modalizado pela "Appréciation", assim como « N'en parlons plus. C'est oublié » estaria modalizado pela modalidade "Jugement". Implicitamente. Explicitamente, talvez "C'est bien trouvé." pudesse ser um "jugement" e "C'est oublié." pudesse ser uma "appréciation".

Neste contexto, a percepção da modalidade em causa dispensa marcas linguísticas específicas. Estas passam, portanto, a ser entendidas como prescindíveis; com elas a "exclamação" – que, aliás, desde logo, ainda que explícita, nunca terá sido garante de qualquer "modalidade" particular: « Il peut se faire enfin que la Modalisation ne soit exprimée par aucune marque linguistique » (CHARAUDEAU, 1992: 573).

São, desta forma, duas as possibilidades: a "modalidade" aparece configurada através de marcas linguísticas explícitas, ou a mesma "modalidade" pode surgir apenas « par l'organisation particulière du contexte » : « celle-ci se trouve dans l'*implicite* du discours, et [...] celui-ci dépend de la manière dont on interprète les éléments de la situation de communication. » (CHARAUDEAU, 1992: 577).

Na realidade, pode ser, precisamente, porque « La Modalisation se trouve alors dans l'*implicite* du discours. » (CHARAUDEAU, 1992: 577), desta forma sujeita à actividade interpretativa de cada um, e porque « elle repose faiblement sur la structure syntaxique des phrases » (RIEGEL, 2001: 385), que se possa denunciar a situação de que « la tradition grammaticale dresse des modalités une liste imparfaite » (RIEGEL, 2001: 385).

3.2.4. A "Exclamação" e a noção semântica de "Proposição"

O conceito de "proposição" não frequentará uma zona teórica distante daquela do conceito de "modalidade", se percebido de determinado ponto de vista. Poderíamos aproximar "proposição" e "*dictum*" e entender que « un même contenu

[...] peut être affirmé (*Tu écoutes*), nié (*Tu n'écoutes pas*), ordonné (*Écoute !*), mis en question (*Est-ce que tu écoutes ?*), etc. ; le contenu propositionnel est le même, alors que la modalité varie. » (RIEGEL, 2001: 458) e estaríamos, de muitas formas, a fazer um exercício paralelo àquele que explica a aparição de um "*modus*" face a um "*dictum*".

Mas este novo objecto teórico, que agora vimos inserir na nossa pesquisa, irá proporcionar a observação do conceito "exclamação", partindo de ângulos de percepção que, novamente, se deslocaram, relativamente aos espaços analíticos em que anteriormente nos movemos. A questão será, como sempre, a de mesurar a "exclamação", face às outras grandezas que a envolvem.

A proposta é agora a de que se sigam pressupostos que habitualmente se inscrevem no campo da semântica e, mais estreitamente, aqueles que se inscrevem no campo da semântica veri-condicional.

Adoptando os ensinamentos da semântica veri-condicional, poderemos ver separados, *ab initio*, os "enunciados assertivos" de todas as outras categorias que, habitualmente, os circundam: « Leur recherche de la vérité avait conduit les philosophes grecs à isoler très tôt la classe des énoncés où elle pouvait se manifester (les énoncés assertifs), par opposition à tous ceux qui se situaient en dehors de l'opposition du vrai et du faux (les question, les prières, etc.) » (LE GOFFIC, 1993: 18).

De facto, poderemos recorrer igualmente à categoria semântica de "proposição", como um dos critérios possíveis, para distinguir enunciados. E, de acordo com este enquadramento teórico, poderemos estabelecer novas margens entre eles. A primeira que será traçada é a que se desenha entre os enunciados aptos a conformar uma "proposição", face àqueles que não possuem tal capacidade.

Trabalhando com o conceito semântico de "proposição", segundo o qual a "proposição" configura «estruturas básicas da realidade (= estados de coisas básicos)» (VILELA, 1999: 305), o problema põe-se, de facto, na medida em que, assim sendo, teremos de aceitar que «el concepto de proposición está ligado a la enunciación de una oración declarativa» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3886). Será este

o formato capaz de representar uma "proposição": «uma proposição é o significado de uma frase declarativa que descreve uma determinada situação [...] (ou estado de coisas)» (OLIVEIRA, 1996: 336-337). Segundo este ponto de vista, a relação é exclusiva, entre "proposição" e "frase declarativa", não sendo o conceito actuante no tratamento dos restantes "tipos frásicos".

Esta conclusão decorre do raciocínio que entende "proposição" como «una información acerca de la realidad que se caracteriza por tener valor de verdad, es decir, por poder ser verdadera o falsa» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3885). Ora, tal instrução não se aplica às "frases interrogativas" ou às "frases imperativas", que carecem desse valor veritativo, «phrases [...] que não chegam a ser proposições, por não conterem nenhuma afirmação» (VASCONCÉLLOZ, ?1900: 201).

De facto, das "frases interrogativas" podemos dizer que «[las estructuras interrogativas] no pueden expresar proposiciones y, por lo tanto, no pueden ser evaluadas en términos de verdad o falsedad» (ESCANDELL VIDAL, 1999: 3933); «as interrogativas não constituem ainda uma proposição porque não têm valor de verdade (verdadeiro ou falso)» (MATEUS, 2003: 461). E algo de semelhante para o caso das "frases imperativas": « la phrase impérative [...] se situe en dehors du vrai et du faux » (LE GOFFIC, 1993: 126).

Todavia, estas certezas são, de alguma forma, matizadas em discursos onde surgem ligeiras alterações de perspectiva que, de forma indelével, alteram as conclusões finais. Quase se percebe a existência prévia de uma dada "proposição", anterior ao próprio enunciado, quando se tem em consideração que «apesar de a definição de proposição mencionar explicitamente frases declarativas, isso não quer dizer que não estejam envolvidas proposições noutros tipos de frase, tais como interrogativas ou imperativas. A diferença fundamental é que na frase declarativa assere-se o valor de verdade (verdadeiro ou falso) da proposição e nas outras frases tal não acontece.» (OLIVEIRA, 1996: 337). Este tipo de visão da problemática em causa propõe que em «A Maria visitou a exposição.» e em «A Maria visitou a exposição?» encontrar-nos-íamos perante uma "proposição", a mesma "proposição": no primeiro exemplo, a sua verdade é asserida, no segundo, é questionada (OLIVEIRA, 1996: 337). Daí a ideia de uma "proposição" preliminar, modulável,

posteriormente, de acordo com um dado enunciado. Esta reflexão terá como base – ou constrói-se como se tivesse por base – a ideia teorizante de que a "proposição" preexiste ao enunciado.

A própria citação que nos auxiliou a iniciar os trabalhos neste ponto da nossa explanação poderá certificar este mesmo ângulo de abordagem, para a temática em causa. Na verdade, se « un même contenu [...] peut être affirmé (*Tu écoutes*), nié (*Tu n'écoutes pas*), ordonné (*Écoute !*), mis en question (*Est-ce que tu écoutes ?*), etc. », decorrendo daí, como se afirma, que « le contenu propositionnel est le même » (RIEGEL, 2001: 458), então, será evidente que estamos perante três proposições, nos três exemplos adiantados: "afirmação", "questionamento" e "ordem" configuram, ao mesmo título, "proposições".

Ora, será quase o inverso acreditar que a "proposição" poderá ser restituída a um enunciado em que não se admitira a capacidade de a conformar; sendo que essa restituição ocorreria após o seu próprio acto de enunciação. É, em última análise, o que se defende quando se adianta que «as interrogativas não constituem ainda uma proposição porque não têm valor de verdade [...]; a resposta é que lhes dá o estatuto de proposição.» (MATEUS, 2003: 461). De alguma forma paralela a esta é a reflexão de Lyons, que já se referira a esta temática, ao considerar que «the notion of truth is not [...] irrelevant to the analyses of directives». A explicação fornecida é a de que existe, de facto, um sentido específico que permite perceber, aqui, a existência de uma "proposição": a "proposição" não descreveria o cumprimento, presente ou futuro, do acto imposto, *per se*, mas descreveria já o "state-of-affairs" resultante do acto em causa, no caso de este vir a ser executado. Assim, afirma o autor que «directives can be analysed, along these lines, as utterances which impose upon someone the obligation to make a proposition true [...] by bringing about [...] in some future world the state-of-affairs that is described by the proposition» (LYONS, 1977: 823-824).

Sem dúvida que a questão que, para nós, agora se coloca, no seguimento das temáticas anteriores, é a de inquirir se a "frase exclamativa" possui, ou não, a capacidade de encerrar uma "proposição". A resposta a esta pergunta, importante em si mesmo, poderá ainda facilitar-nos a percepção de qual de dois campos mais atrai a

"exclamação", neste âmbito. Aproximar-se-á este conceito das "interrogativas" e das "imperativas", por não chegar a conformar cabalmente uma "proposição"; ou manterá a ligação estreita à "declarativa", em consonância até com conclusões anteriormente anotadas?

A partir de alguns estudos podemos ver o conceito "exclamação" apresentado, neste campo também, num posicionamento, de alguma forma, contíguo àquilo que seria um suposto enunciado declarativo paralelo. E, face a este, comparam-se e assentam-se as características significativas da "exclamação". É um regresso à ideia de "exclamação" como variante da "declarativa", da qual apenas se distanciam as "interrogativas" e as "imperativas", mas não já as "exclamativas". Deste tipo de cálculo resulta uma relação estreita entre os dois conceitos – uma relação de que a noção que nos prende sai beneficiada, gozando do prestígio que lhe concede esta vizinhança conceptual. Nestes casos, considera-se que tanto a asserção, como a exclamação, encerram "proposições": «Both represent a proposition» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 162). A diferença a aquilatar seria tão só que «exclamations are intended to be expressive whereas declaratives are intended to be informative.» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 162).

No mesmo sentido, e portanto com idênticas conclusões, se propõe que « la phrase exclamative [...] est, pour son contenu, analogue à la phrase énonciative: elle apporte une information ». A dissemelhança entre os dois "tipos de frase" seria também aqui somente a de que « elle y ajoute une connotation affective. Elle n'est pas objective, neutre, car elle inclut les sentiments du locuteur, manifestés avec une force particulière. » (GREVISSE, 1993: 613). Só poderemos ler em "contenu" uma referência ao "conteúdo proposicional" e, logo, à "proposição". Desta forma, este entendimento da questão vem colar-se, em termos até bastante idênticos, ao anterior.

Outros estudiosos, porém – e esta leitura será até mais consensual do que a anterior – vão situar a noção "exclamação", distante da "asserção" e junto daquelas que, neste contexto, se tornam novamente suas congêneres, as "interrogativas" e as "imperativas". Assim, de acordo com este ponto de vista, a "exclamação" não possui a capacidade de representar uma "proposição": «En el [acto] expresivo (y su tipo oracional prototípicamente correspondiente, el exclamativo), el hablante no propone

la información como verdadera o falsa, sino que, presentándola como aceptada o evidente, manifiesta su valoración ante ella.» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3886)⁸⁸.

Encontramo-nos, portanto, novamente face à ideia de que, em essência, «el concepto de proposición está ligado a la enunciación de una oración declarativa.» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3886). E, de facto, assim será, se entendermos que no caso das "interrogativas", "imperativas" ou "exclamativas" não é pertinente uma análise que se baseie no conceito de "proposição", uma vez que estes três tipos, não conformando a proposta de um valor de verdade, não podem chegar a configurar uma "proposição": «la proposición consiste precisamente en tener valor de verdad». (GARRIDO MEDINA, 1999: 3886)⁸⁹. A "exclamação" não alcançaria o valor de "proposição": «Subjectivity is expressed but nothing is asserted or denied. If truth value is a property of propositions, the lack of a truth value for subjective expressions follows from their non-propositional syntax.» (BANFIELD, 1982: 41).

Mas será importante frisar que, neste quadro teórico, as motivações adiantadas para que assim se possam reunir estas três noções, em grupo apartado da noção de "declarativa", são, entre si, desiguais. O grupo não é uniforme e cria-se um espaçamento teórico entre as noções que ele alberga. Por um lado, as "interrogativas" e as "imperativas" não chegam a ser "proposição", porque esta se situará num momento a elas posterior, coincidente com a "resposta" ou com a "acção" solicitadas. Já, contrariamente, em relação à "exclamativa", a "proposição" situa-se num momento a ela anterior. A "valoração" surge após a "verdade".

⁸⁸ É, sem dúvida, assinalável a distinção entre os dois posicionamentos expressos, assentes numa total discordância. Um dos pontos de vista defende claramente que «Both [exclamations and declaratives] represent a proposition» (SADOCK e ZWICKY, 1985: 162, *italico nosso*); de forma oposta, se advoga, com idêntica clareza que «En el [acto] expresivo [...] el hablante no propone la información como verdadera o falsa» (GARRIDO MEDINA, 1999: 3886).

⁸⁹ Será interessante conjugar o estudo da "asserção" e o estudo do "modo indicativo", a partir da capacidade de ambos serem considerados como os únicos – cada um em seu sector – capazes de carrear a "verdade proposicional". O que se afirmou para a "oração declarativa" é passível de ser proposto para o "modo indicativo", se aceitarmos que «[L'indicatif] C'est le mode (exclusif) par lequel peut passer l'expression de la vérité» (LE GOFFIC, 1993: 93).

A "exclamação" hesita, portanto, segundo a voz teórica que a configura, entre a aproximação à "declarativa", como uma sua variante, imitando o seu molde na capacidade de se constituir como "proposição"; e a medição de uma maior distância, que a relega para o grupo daqueles enunciados que falham o valor de "verdade", ora por antecipação, ora por demora. A "interrogação" e a "injunção" antecipam-se, na medida em que a "proposição" ainda não se totalizou, são elas um facto; a "exclamação" atrasa-se, uma vez que a "proposição" já antes se concluiu.

Todavia, uma linha de pensamento⁹⁰ propõe-se resolver a questão de como tratar todos estes enunciados, que se subtraem à capacidade de carrear "verdade", respeitando, ainda assim, a observância do parâmetro "proposição". Disponibiliza, nesse sentido, a correspondente gama de instrumentos de análise, permitindo dar conta dos enunciados que não constituem uma "proposição", mas utilizando o conceito.

Sugeriu-se, desta forma, que as "frases" "interrogativa" e "imperativa" equivaleriam sempre a uma "frase declarativa", distinguindo-se desta por conterem implícitos os verbos "perguntar", no primeiro caso, e "ordenar", no segundo. Garrido Medina, que aqui nos auxilia na exposição desta perspectiva teórica, explicita esta relação de equivalência, através dos exemplos que fazem corresponder «¿Que dices?» a «Te pregunto que dices.» e «¡Cállate!» a «Te ordeno que te calles.»⁹¹, as primeiras representando as segundas. Para restaurar um paralelismo desejado⁹², e por não se considerar que a "frase declarativa" tivesse um estatuto distinto das restantes, também do seu caso se disse estar implícito o verbo "afirmar": faria, portanto, sentido que a «Está lloviendo.» equivalesse «Afirmo que está lloviendo.»

⁹⁰ O tipo de raciocínio que será agora debatido provém da escola da gramática gerativa dos anos sessenta.

⁹¹ Porém, a "gramática gerativa", dada como responsável por este tipo de análise – « les phrases impératives sont décrites comme résultant d'une transformation d'effacement portant sur une phrase de base comportant un verbe tel que *vouloir*, *exiger*, etc. Ainsi, *travaille!* supposerait en structure profonde *je veux que tu travailles* » (ARRIVÉ, 1986: 318) – produziu ainda outras interpretações – sendo que se oscila entre a proposta original, e aquela que vê este imperativo como um constituinte da estrutura profunda da frase (ARRIVÉ, 1986: 318).

⁹² Pretende-se que "desejado" funcione aqui como antónimo de "constatado".

(GARRIDO MEDINA, 1999: 3886). Assim, seria restituído o valor de "proposição" às frases em causa.

Fica por apurar até que ponto é permitida a extrapolação deste jogo de espelhos, que prosseguiria o exercício, prolongando-o até ao momento em que se concluiria que a "frase exclamativa" contém em si implícito o verbo "exclamar". E «Afirmo que está lloviendo.» concorreria com "Está a chover, exclamo.", que veria restaurado o seu valor de "proposição", face ao seu representante "Está a chover!".

Esta análise, que tenta tornar operativo o conceito "proposição", também no caso dos enunciados que não encerram, à partida, um "valor de verdade", aproximando-os da "frase declarativa" – aquela a que intrinsecamente está ligada esta noção – terá consequências factuais. Desta breve incursão pelos caminhos da semântica veri-condicional resulta não a supressão de qualquer um de quatro "tipos frásicos", de forma mais ou menos isolada, mas sim uma ablação drástica. A tradicional tipologia classificatória das "frases" viu-se aqui reduzida ao "tipo declarativo", «do qual os outros tipos são considerados derivados ou ao qual todos os outros tipos se podem reduzir» (BECHARA, 2000: 407). Neste quadro, uma tipologia desta natureza deixa obrigatoriamente de fazer sentido: uma composição implica sempre mais do que um elemento.

E será quase exclusivamente nesse contexto que poderemos perceber este tipo de exame como um contributo clarificador desta problemática: anulado o problema, ele deixa de existir⁹³. Em tudo o mais, pode ser posta em causa a sua proficiência. Por um lado, não será óbvio que o processo de comunicação implique este jogo de equivalências; por outro, não se poderá tão pouco falar de verdadeira equivalência, ou até de equivalência aproximativa. "Está a chover." dificilmente corresponde a "Afirmo que está a chover.", que *per se* constitui uma frase passível

⁹³ Tudo é redutível à "frase declarativa"; "frase", portanto, sem necessidade de mais delimitações. Como reiteradamente temos vindo a fazer, não poderemos deixar de pautar esta reflexão com um comentário. Ou a questão da "tipologia frásica" não é um domínio da sintaxe – o que, naturalmente, nos parece uma contradição em termos – ou vemos a semântica avaliando, com os instrumentos que são os seus – "proposição", por exemplo – objectos teóricos que lhe escapam – "frase", neste caso.

de ser analisada. Só por hipótese académica, pareceria legítimo analisar "Afirmo que está a chover." em "Afirmo que afirmo que está a chover", e só por absurdo diríamos da última que corresponde a "Afirmo que afirmo que afirmo que está a chover.", e assim continuamente, *ad infinitum*. Jean Cervoni explica assim a questão: « En nommant cette force, il (le verbe performatif) la décrit et contribue ainsi au contenu descriptif de l'énoncé, dont il n'est pas un simple préfixe, une marge, un commentaire, mais *dont il fait partie*.» (CERVONI, 1987: 113). Não é indiferente a sua presença.

A acreditar na bondade dos últimos argumentos, encontraríamos a "exclamação" totalmente imersa numa semântica, em que o conceito "conteúdo proposicional" atrai e absorve os objectos que dele se aproximam.

3.2.5. A "Exclamação" no esquema das "Funções da linguagem"

São muitas as teorias que invocam o conceito "exclamação", colocando-o ao seu serviço. Quando se quis distinguir diferentes "funções" para as quais uma "língua" seria utilizada, pretendeu-se igualmente comprovar as teses defendidas, com o enumerar de marcas linguísticas passíveis de registar, no acto de comunicação verbal, características da específica "função" que este serviria. E, assim, também neste outro contexto de estudo, encontraremos a "exclamação", impressa no discurso teórico.

Uma questão prévia a debater, desde já, será o matizar da informação prestada, relativa ao anúncio de uma abordagem da nossa temática, num "contexto de estudo" novo. Na verdade, na gramaticografia actual, o tema da "teoria dos actos de fala" parece ter vindo ocupar um lugar que a tradição reservava ao estudo das "funções da linguagem", tal como preceituadas por Jakobson. A grande maioria das gramáticas recentemente publicadas, a que temos já feito referência, ignora a proposta de Roman Jakobson, pelo menos nos termos em que o autor originalmente

prescreveu; ao mesmo tempo que grande relevo se confere às propostas de Austin e à taxinomia de Searle, como se de um *upgrade* se tratasse⁹⁴.

Certamente, os moldes em que as duas diferentes explanações são feitas, e sobretudo os seus objectivos, em muito se distanciam. E, se pretendermos expor os pontos em que divergem, encontraremos matéria tanta, que o exercício poderia até não ser profícuo, levando à conclusão de que o número de dissemelhanças apuradas se aproxima do incontável; sendo, desde logo, a primeira e insanável distinção a ambiência teórica em que eclodem, no que diz respeito à própria evolução histórica dos estudos linguísticos, e até literários, e até filosóficos⁹⁵. No entanto, se o intuito for o inverso, e o objectivo for realçar coincidências entre as duas abordagens, o discurso, de igual forma, não seria breve.

Ora, é, antes do mais, este o ponto que nos toca.

⁹⁴ Referimo-nos a compêndios gramaticais já citados (VILELA, 1999; FERNANDES, 2005; OLIVEIRA, 2006; AMORIM, 2006; AZEREDO, 2006; MOURA, 2006; PINTO, 2006). Nesta conta não se incluem, porém, outras gramáticas a que recorreremos, ainda neste apartado, para corroborarem a nossa argumentação (FLORIDO, 2000; FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004). Nestas últimas, a referência às "funções da linguagem" parece dispensar a menção aos mais recentes "actos de fala", de todo (FLORIDO, 2000), ou parcialmente (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004). Pode falar-se, de facto, de "actos de fala", e até de "actos de fala" "directos" e "indirectos", sem adiantar mais sobre a taxinomia que as gramáticas primeiramente mencionadas elencam, até com alguma minúcia.

⁹⁵ Não tentaremos um exercício cuja pertinência já rejeitámos. Mas perante a elevada contagem declarada, o silêncio total parecerá de menos. Assim, numa nota breve, convirá relembrar que a representação esquemática jakobsiana dos «facteurs inaliénables de la communication verbale» e o correspondente esquema das «fonctions du langage» (JAKOBSON, 1963: 213, 214) surge de uma reflexão em que o seu autor «esboçava a comparação entre a linguagem quotidiana e a poesia» (RODRIGUES, s/d), sendo desígnio último, o de «aborder la fonction poétique», demarcando previamente «sa place parmi les autres fonctions du langage» (JAKOBSON, 1963: 213). Este contexto, que ambiciona determinar um espaço específico para uma "função poética da linguagem" não será, portanto, compaginável com um outro, imbuído em preocupações desta diversa, e que pretende conduzir uma «tentativa de fornecer uma descrição filosoficamente esclarecida para certos traços gerais da linguagem» (SEARLE, 1969, 1984: 10).

3.2.5.1. A "Função expressiva" e o "Acto ilocutório expressivo"

Se desgarrássemos cada um dos conceitos, "função expressiva da linguagem" e "acto ilocutório expressivo", da situação histórica e do percurso linguístico que os originou, num exercício *non-sense*, mera hipótese académica, encontraríamos, neste descontexto, uma simultaneidade que nos apraz debater.

De facto, partindo de ambos os discursos teóricos mencionados, os pedagogos, e outros divulgadores do discurso científico – e, certamente, também desde logo os seus próprios autores – engendraram métodos e fórmulas que viabilizassem uma apropriação, mais ou menos sistemática, dos argumentos propostos pelo adepto que os pretendesse seguir. Esse discípulo hipotético, dotado de espírito crítico, desejará, não só apreender a teoria, mas também confirmá-la, aplicando-a com sucesso, na sua própria experimentação e observação dos factos. Tratando-se de tipologias – tipos de "actos de fala" ou tipos de "funções da linguagem" – será crucial o momento da diferenciação e catalogação.

Assentes estes pontos prévios, tornam-se mais evidentes as conclusões que se pretendem alcançar. Na verdade, a simultaneidade anunciada, entre os dois distintos universos teóricos, de que agora se pretende dar conta – outras simultaneidades haverá –, prende-se com a instrumentalização da noção "exclamação", a que ambas as propostas recorrem.

A "exclamação" é aqui invocada, ao serviço da identificação da presença de uma determinada "função da linguagem", num determinado "acto de comunicação verbal", produzido por um "emissor"; como será, de idêntica forma, um indício da "realização" de um determinado "acto ilocutório", por parte de um "locutor".

Assim, tal como encontramos a instrução: «Os actos ilocutórios expressivos podem ser realizados utilizando: [...] – frases e expressões exclamativas com adjectivos valorativos [...] – frases exclamativas com verbos de valor afectivo» (AMORIM, 2006: 52), encontraremos, de igual forma, falando de uma "mensagem"

em que "predomina" a «função expressiva ou emotiva da linguagem»: «algumas das seguintes marcas: [...] – frases exclamativas; – adjectivação referida ao mundo interior e de tipo valorativo ou apreciativo» (FLORIDO, 2000: 17); «As marcas que mais facilmente permitem reconhecer esta função são [...], exclamações e certos adjectivos valorativos.» (AZEREDO, 1990: 31); «A função emotiva manifesta-se, nomeadamente, por meio: - da exclamação (modulação da voz): *Estás linda!*» (FIGUEIREDO, 2003: 197). Esta apresentação da exclamação enquanto "modulação da voz" será igualmente objecto da nossa atenção, em capítulo posterior (Cf. «Capítulo V – Exclamação e Prosódia»)

As coincidências a apurar entre estas duas distintas situações farão prever que um leque semelhante de problemáticas se possa levantar em relação ao que já anteriormente se expôs, quando se pretendeu avaliar a funcionalidade e a eficácia da instrumentalização da "exclamação", como utensílio ao serviço da detecção ora de uma "frase exclamativa"⁹⁶, ora de um "acto ilocutório expressivo"⁹⁷, ora de uma dita "modalidade apreciativa"⁹⁸, e agora, no caso vertente, de uma "função expressiva da linguagem".

Na realidade, a segurança do parâmetro "exclamação", como auxiliar classificatório, não se confirma. A "mensagem" que inclui a presença exclamativa não desempenha forçosamente uma "função expressiva"⁹⁹, da mesma forma que uma "mensagem" onde "predomina" a "função expressiva da linguagem" sobrevive na ausência da "exclamação". Consequentemente, será necessário ler com cautela a aproximação frequente da "exclamação" a uma "função expressiva da linguagem",

⁹⁶ Cf. «2.2.4. A "Frase exclamativa" e a "Frase imperativa"», por exemplo, no âmbito da problematização mais vasta em «2.2. A "Exclamação" na "Sintaxe"»; e «3.2.2.1. "Frase exclamativa" e "Acto ilocutório expressivo"».

⁹⁷ Cf. «3.2.2. A "Exclamação" na teoria dos "Actos de fala"».

⁹⁸ Cf. «3.2.3.1.1. A "Modalidade apreciativa"».

⁹⁹ Não nos referimos apenas ao expectável indício exclamativo, decorrente da presença do imperativo, na "função apelativa da linguagem". Num dos compêndios de gramática que nos auxilia na exemplificação da presente matéria, encontramos, sob o título «Função apelativa», a reprodução de um cartaz publicitário, em que surge, em grande destaque, a menção "com massas a música é outra!", a que a tradição gramatical dos "tipos de frases" chamaria "frase exclamativa" (FLORIDO, 2000: 16).

perturbando com alguns matizes a transparência da declaração: « le *type exclamatif* [...] réalise la fonction expressive du langage. » (RIEGEL, 2001: 388).

É, a este título, sumamente curioso que um compêndio gramatical possa seleccionar, para exemplificar «Textos com predominância da função emotiva», dois textos – os únicos aos quais cabe tal tarefa – em que não surge, nem por uma vez só, qualquer indicativo da necessidade de uma "exclamação".

Quando enfim penetrámos na igreja, desceu sobre mim, como um lençol de água, uma brusca frialdade de grutas. Num silêncio mortuário apodrecia ao longo dos muros ou subia largamente, de grandes braços abertos, pelo escuro das abóbadas. E, em frente de cada altar, bulia avulsamente uma pobre lâmpada, humilhada a cobre e a azeite, orando, palidamente, na imobilidade do tempo, fúnebres orações à aparição dos santos. Como o Prior ainda não chegara, depois de dizer a Deus que já estava ali, sentei-me num banco, angustiado daquele vasto silêncio, um silêncio húmido, submerso como o de um mundo a fermentar... [...]

V. Ferreira, *Manhã Submersa*

(FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 180)

Acredito sinceramente que o "telefonema" é uma forma transitória e oportunista de comunicação. É gratuita porque o tempo e esforço de emissão é igual ao tempo e esforço de recepção, tal como acontece as conversas, mas destituído de toda a humanidade e risco. Acho indecente que se possam fazer telefonemas "anónimos" com muito maior facilidade e eficácia do que mandar cartas ou mensagens.

MEC, Independente, 4/3/94

(FIGUEIREDO e BIZARRO 2004: 181)

O sentimento de estranheza poderá ainda aumentar – tendo em conta os próprios elementos operativos que as gramáticas fornecem para o reconhecimento da «função expressiva ou emotiva da linguagem», entre os quais aquele que mais nos interessa – se essa total ausência da "exclamação" puder ser, afinal, recorrente, nos

textos seleccionados como protótipo de textos em que predomina essa "função emotiva":

Também eu, também eu
Joguei à s escondidas, fiz baloiços,
Tive bolas, berlindes, papagaios,
Automóveis de corda, cavalinhos...
Depois cresci
Tornei-me do tamanho que hoje tenho;
os brinquedos perdi-os, os meus bibes
deixaram de servir-me.
Mas nem tudo se foi:
ficou-me,
dos tempos de menino,
esta alegria ingénua
perante as coisas novas
e esta vontade de brincar.

.....
Sebastião da Gama, *Itinerário Paralelo*

(AZEREDO, 1990: 30)

É certo que esta aproximação de instrumentos – e esta partilha de uma dificuldade que poderá ser idêntica, determinar a factualidade da sua operatividade – é apenas permitida na medida em que existe uma similitude primeira na própria forma de conceber – ou melhor, na própria forma de apresentar – as definições conceptivas das noções trabalhadas.

É inegável a paridade que emerge do confronto entre os postulados de um "acto ilocutório expressivo", definido como temos feito, e como o é nas gramáticas recentes, enquanto «aquele em que o locutor manifesta o seu estado psicológico sobre o estado de coisas revelado no seu enunciado» (PINTO, 2006: 220) e, por outro lado, de uma "função expressiva da linguagem", descrita como aquela pela qual «O emissor revela o seu mundo afectivo preocupando-se essencialmente com a análise dos seus estados emotivos ou da sua própria experiência.» (FLORIDO, 2000: 17). Uma paridade que a terminologia arvora: "manifestar um estado psicológico" e

"revelar estados emotivos" não traduzem intenções distintas, ao mesmo tempo que não traem o espírito da proposta original, segundo a qual « La fonction dite " expressive " ou émotive, centrée sur le destinataire, vise à une expression directe de l'attitude du sujet à l'égard de ce dont il parle. Elle tend à donner l'impression d'une certaine émotion » (JAKOBSON, 1963: 214).

Acontece que – e o parágrafo que abre este ponto do nosso discurso¹⁰⁰, assim como as precauções que imediatamente o antecedem¹⁰¹, não permitem desatenções – são as próprias configurações estatutárias basilares de cada uma destas duas noções que as remetem irremediavelmente para universos teóricos distintos, tornando problemático o estabelecimento de pontes analíticas: são duas margens distantes a "fala" como "acção" – «falar é executar actos» (SEARLE, 1969, 1984: 33) – e a "linguagem" como "mensagem"¹⁰² cuja estrutura verbal depende da "predominância" de uma de seis "funções linguísticas" – « la structure verbale d'un message dépend avant tout de la fonction prédominante. » (JAKOBSON, 1963: 214).

¹⁰⁰ «3.2.5.1. A "Função expressiva" e o "Acto ilocutório expressivo".

¹⁰¹ Cf. «3.2.5. A "Exclamação" na teoria das "Funções da linguagem".

¹⁰² Se acreditarmos nos detractores da teoria jakobsiana, perceberemos ainda de forma mais exacerbada o contraponto a estabelecer entre a lição esquemática que esta propõe, e uma outra que se compraz na inventariação de "condições de felicidade", "princípios de cooperação" e de "cortesia", "máximas conversacionais", "pressuposições" e "implicaturas". De facto, a primeira é acusada de simplicidade na sua formulação: «Os críticos do esquema de Jakobson costumam ainda denunciar a assimilação algo simplificadora dos processos de comunicação humana com o esquema cibernético da teoria da informação que [...] não foi concebida para dar conta do sentido mas formulada pelos engenheiros das tecnologias da informação para medir a quantidade de sinais que podem passar em simultâneo pelas redes de informação, tais como telégrafos e telefones.» (RODRIGUES, s/d).

A crítica dos críticos, e o direito de resposta, permitem, porém, a defesa do consagrado estudioso: « on a pu chicaner Jakobson au sujet de l'extension qu'il fait subir au terme de " code ", qui appliqué aux langues naturelles ne dénote évidemment pas, comme en cybernétique, un ensemble de règles de correspondances stables et biunivoques entre signifiants et signifiés. » (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980: 11). A Autora irá referir-se ao esquema de Jakobson como fornecendo « une "schématisation " relativement satisfaisante », ao qual, ainda assim, dirige alguns reparos, como é « l'homogénéité du code », que o mesmo esquema pressupõe. Defende « l'existence non pas d'un code, mais de deux idiolectes », isto para o « cas le plus simple [?] » de uma comunicação dual. A estudiosa reformulará o esquema, acrescentando, da sua pena, os " enrichissement[s] " que considerou necessários. Ainda assim, como auto-crítica afirma: « Mais ce n'est encore qu'un schéma – trop schématique, et trop statique. » (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980: 13-17, 19, 21).

No entanto, não será por ser problemático que deixará de ser exequível. A utilização da "exclamação" como instrumento operatório, separador e diferenciador de uma das classes tipológicas, pertencente a cada uma das duas teorizações, esta simultaneidade de instrumentos analíticos, esta dupla invocação, não é para nós escamoteável e, pelo contrário até, interessa-nos realçá-la. Assim como nos interessou defender que, afinal, enquanto tal – instrumento operatório, separador e diferenciador de classes tipológicas – de acordo com os dados que as duas propostas oferecem para trabalho, o conceito "exclamação" não se mostrou válido. Indicia, mas não comprova.

3.3. Conclusões parcelares

Respeitando estritamente a natureza do trabalho a que nos propusemos, considerando o carácter teórico que o informa e de que se reveste, lembrando os termos em que as problemáticas a inquirir foram anunciadas, pesquisámos, neste capítulo da nossa investigação, o conceito teórico "exclamação", procurando detectar e mesurar as abrangências e os convívios nocionais que estabelece com os conceitos contíguos. Será, certamente, na interrupção dessa contiguidade que se individualará a noção que perseguimos.

Retomemos alguns apontamentos já caucionados. Ultrapassada a simplicidade expositiva de uma tetarquia que coloca ao mesmo nível quatro elementos tidos por iguais, "asserção", "injunção", "interrogação" e "exclamação", a última logo surgirá explicitamente secundarizada: « si les trois premiers correspondent à des types d'actes, qui non seulement sont mutuellement exclusifs mais aussi obligatoires, au sens où toute phrase réalise nécessairement l'un d'entre eux, tel n'est pas le cas de l'exclamation. » (MONNERET, 1999: 138).

E ainda por outros prismas se pode divisar este desprestígio. Considerada como um acréscimo a um objecto que lhe preexiste, ela será secundária em relação a esse objecto primeiro: « l'exclamation vient plutôt *se* surajouter à l'un des trois types

obligatoires » (RIEGEL, 2001: 387); « Elle se rajoute à l'un des trois types énonciatifs » (RIEGEL, 2001: 390). Torna-se, visivelmente, facultativa e suplementar: « il [le type exclamatif] apporte une information supplémentaire » (MONNERET, 1999: 138).

A ofensa mais destrutiva da integridade deste conceito, no âmbito em que agora nos situamos é o efeito cumulativo produzido pela defesa de que a exclamação apenas se encarrega do transporte de « une "coloration" subjective » (MONNERET, 1999: 138), ao mesmo tempo que se considera que « l'expression de la subjectivité ne saurait être considérée comme un acte de langage premier et unique. » (MONNERET, 1999: 138).

Ofendendo igualmente a incorruptibilidade deste objecto teórico, de uma forma menos declarada mas não menos eficaz, uma outra problemática vem minar essa integridade plena.

Acontece que, no discurso teórico percorrido, a "exclamação" dificilmente afirma a específica fronteira que assegura a certeza de uma "presença" / "ausência" definitiva, determinante, conseqüente ou imprescindível, em tudo distinta e destrinchável dos conceitos adjacentes.

Não sendo completamente inócua, a comparência da "exclamação" é, por vezes, assinalada. Seria

- mais frequente em certos dos denominados "actos de fala",
- mais assídua em alguma "modalidade enunciativa",
- mais habitual quando a linguagem está ao serviço de tal "função".

Mas a sua afirmação surge ténue:

- a sua falta não compromete os parâmetros de nenhuma das noções elencadas;
- a sua presença nada assegura.

Retomando exemplos já computados, com a finalidade de os reunir e sublinhar:

- um "acto de fala" é classificável como "expressivo", ainda que a marca exclamativa não conste – «Desculpe a minha intromissão.» (GOUVEIA, 1996: 398); a marca exclamativa pode constar num "acto de fala directivo" – «Venham passar o fim-de-semana comigo a Lisboa!» (LOPES, 2002);
- a "modalidade" poderá ser "apreciativa", apesar do afastamento da "exclamação" – «Lamento que o João tenha perdido o ano.» (2: 2001); quando a sua proximidade é atestável numa "modalidade deôntica" – «Não saias!» (CAMPOS: 2002);
- a "função expressiva" da linguagem é exercida, mesmo que não se confirme o pendor exclamativo - «desceu sobre mim, como um lençol de água, uma brusca frialdade de grutas [...] V. Ferreira, *Manhã Submersa*» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 180); e embora ele exista, a "função" poderá ser "apelativa" – «com massas a música é outra!» (FLORIDO, 2000: 16).

Ainda que os autores não acentuem as excepções, preferindo consagrar repetições – o que se torna justificável, perante as preocupações taxonómicas, é este o panorama perceptível na teorização vigente, quando a leitura é mais demorada.

Em termos espaço-temporais, a exclamação avança sobre zonas supostamente alheias¹⁰³ e, concomitantemente, autoriza a penetração das suas pretensas fronteiras¹⁰⁴. Em termos de demarcação geográfica, a cartografia torna-se complexa; o mapear do nosso conceito, difícil. Ou, já noutros termos, se considerarmos "x" como variante de "y", "x" em muito com "y" se confunde¹⁰⁵.

Agora que terminamos os dois primeiros blocos da nossa argumentação, torna-se perfeitamente acessível a visão desta problemática, na mesma linha de um

¹⁰³ A "exclamativa" mostra-se "directiva".

¹⁰⁴ A "assertiva" mostra-se "expressiva".

¹⁰⁵ Chave do problema: "x" = "exclamação"; "y" = "asserção".

Givón (GIVÓN, 2001: 319), quando se refere à existência, neste domínio, de um «multi dimensional continuum space organized along a number of social-psychological dimensions». Seria neste espaço escalar, que se movimentariam "três ou quatro" tipos dotados de uma sintaxe específica – de que não faz necessariamente parte um "tipo exclamativo", como vimos supra (Cf. «3.2.2.2. Outros critérios»). A questão pode que a natureza desse espaço, sendo social e psicológica, não é obrigatoriamente linguística.

O mesmo seria dizer que o objecto "exclamação" se move num espaço-tempo difícil de delimitar, um *continuum* por definição não-discreto e não-segmentável, até certo ponto indeterminável, pelo menos de acordo com critérios linguísticos: «The exact nature of the socio-psychological dimensions that underlie this continuum is yet to be determined, by methods that should transcend the traditional linguistic and philosophical ones.» (GIVÓN, 2001: 319).

Por outro lado, revisitar os diferentes apartados do presente capítulo da nossa explanação permite ensaiar respostas ainda a outras questões. Não será completamente inesperada a interrogação que inquirir sobre a aparente continuidade de um certo movimento tautológico, que parece permitir a transição de ponto para ponto da exposição, sem inversões de raciocínio flagrantes. Parecemos estar reiteradamente a invocar uma mesma problemática, subjacente a um mesmo tema, sob a capa de uma diferença terminológica, incapaz de ocultar a subsistência de uma mesma objecção. É certo que a terminologia invoca, ela própria, diferenças conceptivas, mas a diferença de termos não tem neste caso impedido respostas similares ou, pelo menos, equiparáveis. Na ausência de uma solução definitiva, parece, no entanto, legítimo afirmar que as conclusões deste exercício saem legitimadas pela transversalidade da pergunta e validadas pela coincidência das respostas.



Capítulo IV

EXCLAMAÇÃO E CÓDIGO ESCRITO

"E o Lucas casou com a velha muito velha, muito feia e muito má."
[...] Eu sosseguei-o: - Repara bem no que está escrito [...] se fores capaz ainda te podes salvar! [...] Não. Não podes apagar nada [...] É a regra do jogo. Mas podes acrescentar, continuar. Olha bem para a frase e pensa! [...] E a frase ficou assim, já continuada por ele: "E o Lucas casou com a velha muito velha, muito feia e muito má? Não, que ideia!" [...] E aqui está como o Lucas se safou.

(MARIA ALBERTA MENÉRES, *O poeta fáz-se aos dez anos*, 1984)

l'écriture a beaucoup appris à l'homme sur son propre langage

(NINA CATACH, *La ponctuation*, 1996)

4.1. | Início

Não será fácil, sendo embora possível, falar de "exclamação", omitindo o seu ponto, o "ponto de exclamação". Interessante será observar esta determinação, "de exclamação", como um indicativo de posse. Assim, o nosso conceito teórico, o nosso objecto de estudo, albergaria no cadastro das suas riquezas um sinal gráfico, sua propriedade.

Certamente, estas linhas fantasiosas serão apenas desculpáveis (?), no contexto de um espaço introdutório a uma reflexão mais aturada, que planeamos conduzir ao longo deste capítulo.

Mas à afirmação primeira não renunciaremos. O que dificulta a tarefa mencionada – falar de "exclamação", omitindo o seu "ponto" – não é, no entanto – ou não nos parece ser, por enquanto – qualquer característica inerente à própria natureza do objecto "exclamação", mas antes, a eventual falta de destreza com que o discurso teórico se subtrai à compulsão de abordar o nosso tema, sem dispensar menção a esta sua faceta gráfica: « malgré les critiques rituellement adressées à la ponctuation, la plupart des grammaires [...] reposent plus qu'il ne faudrait sur les marques conventionnelles de l'écrit » (LE GOFFIC, 1993: 94). A problemática poderá estar em averiguar a pertinência desta manobra. Ou as suas motivações.

Dêmos, primeiramente, conta desta propensão. Ela ficará bem exemplificada, recorrendo ao tema da "tipologia frásica". Neste campo, a apresentação do título "frase exclamativa" parece implicar, de forma mais ou menos automática, a imediata referência a um correspondente "sinal gráfico", como se de uma caução se tratasse. Assim, «É referenciada na escrita por um ponto de exclamação.» (ROCHA, 1997: 72); «na linguagem escrita, por ponto de exclamação» (FLORIDO, 2000: 162); «É terminada por um ponto de exclamação» (MATOSO, 2003: 115); «Na escrita termina por ponto de exclamação» (OLIVEIRA, 2006: 110); «No registo escrito termina com um ponto de exclamação» (PINTO, 2006: 153); « dans l'écrit, par le point d'exclamation qui les termine. » (GREVISSE, 1993: 614); « à l'écrit, par un point d'exclamation à la fin de la phrase » (DELATOUR, 2004: 194).

De facto, a ser exacta esta co-relação¹, seria inteiramente conveniente a assiduidade desta referência. O "ponto de exclamação" seria o garante de uma presença exclamativa a apurar. Encontraríamos, então, desenhados os contornos do

¹ A mesma relação far-se-á em sentido inverso, quando se tratar de definir "ponto de exclamação". *Vd.* «Frase exclamativa – [...] Na escrita termina por ponto de exclamação» (OLIVEIRA, 2006, 110); «O ponto de exclamação termina a frase de tipo exclamativo.» (OLIVEIRA, 2006, 190).

nosso conceito. No registo escrito, desfaríamos ambiguidades. Seria um pouco como começar pelo fim – a ter por boa a orientação que assenta numa prevalência do oral sobre o escrito. Seria como começar uma busca pelo último local onde se avistou aquilo que se procura.

Podemos, portanto, formular algumas interrogações. O que justifica a constância da invocação do "sinal gráfico", "ponto de exclamação", neste contexto? É ele um indicador fiável ou um indiciador fictício? Ou estamos simplesmente a incorrer na falácia (?) do primado da escrita? Podemos iniciar a nossa pesquisa por este ponto.

4.2. A "Exclamação" no Código escrito

Tous les signes de ponctuation sont des raccourcis; tous, sans exception, sont la marque d'une ellipse. Une chose était à dire, si constante qu'on l'a symbolisée.

(JACQUES DRILLON, *Traité de la ponctuation française*, 2003)

4.2.1. Código escrito

« C'est l'aspect oral qui définit avant tout le langage » (GREVISSE, 1993: 3), certeza a todo o momento reafirmada: « En diachronie, la question de la priorité du langage oral sur le langage écrit ne se pose même pas. » (CATACH, 1984: 20). A clareza das atestações não favorece a discussão. Assentemos, portanto, neste axioma.

Os argumentos que defendem esta ideia são fornecidos com a brevidade de quem relata uma evidência que, de tão conhecida, quase não é necessário relembrar. Note-se, por exemplo o enfadado " etc. " em Catach: « Il existe des

civilisations orales sans trace écrite ; tout homme sait parler, mais non écrire ; l'écriture a été jusqu'à une époque récente le privilège d'une minorité ; l'enfant commence à parler trois ou quatre ans avant d'écrire les premières lettres, etc. » (CATACH, 1984: 20). É, no entanto, o escrito que vai cativar a atenção da investigadora. Os argumentos de Grevisse apresentam conteúdo similar: « certaines langues n'ont pas d'expression écrite ; pour les langues qui connaissent les deux formes, l'oral précède l'écrit, que l'on envisage l'histoire de ces langues ou l'apprentissage de la langue maternelle par un individu. » (GREVISSE, 1993: 3).

Estabelecido que está o postulado, variemos. « C'est l'aspect oral qui définit avant tout le langage [...]. Mais antériorité ne veut pas dire supériorité. » (GREVISSE, 1993: 3). Como se de uma pauta musical se tratasse é, assim, possível conceber algumas variações sobre o tema. É mesmo factível algum desacorde na monocromia tradicional: esta "anterioridade" pode ser posta em causa. Quase inesperadamente, uma voz sobressai. Para um pensador original, « la trace est en effet l'origine absolue du sens en général » e « si la langue n'était pas déjà, [...] une écriture, aucune " notation " dérivée ne serait possible » ; « et le problème classique des rapports entre parole et écriture ne saurait surgir. » (DERRIDA, 1967: 95 e 92). Para Derrida, nasceu primeiro a escrita.

E, claro, como sempre, é possível introduzir alguns matizes numa ideia correntemente defendida; uma espécie de atenção ao detalhe, que acrescenta ao homogéneo uma nota de diversidade, sem contudo o alterar. Por um instante, o escrito prevalece. Grevisse enumera alguns desses momentos: quando a escrita influencia a pronúncia²; quando uma palavra criada por um escritor entra no léxico geral³; quando o soletrar de uma palavra desfaz a ambiguidade provocada pela

² Na « Section 2. – L'orthographe » do « Chapitre II. Les signes graphiques », refere-se esta circunstância, já por uma segunda vez, em relação ao ponto que acima evocamos – « Préliminaires »: « Il y a une certaine tendance à calquer la prononciation sur l'orthographe. ». E adianta-se, entre outros, o exemplo: « Dans *admirer*, le *d* a cessé d'être muet » (GREVISSE, 1993: 97).

³ O exemplo do estudioso é "gavroche": « *gavroche*, nom d'un personnage de Victor Hugo dans *Les Misérables* » (GREVISSE, 1993). De Gavroche, diz a voz de um narrador: « Ce petit être est joyeux. Il ne mange pas tous les jours et il va au spectacle, si bon lui semble, tous les soirs. Il n'a pas de chemise sur le corps, pas de souliers aux pieds, pas de toit sur la tête ; il

homofonia ou pela paronímia; quando se invoca, num discurso oral, a abertura de um parêntesis, ou outro procedimento da língua escrita; quando se prefere soletrar a pronunciar uma palavra mal quista (GREVISSE, 1993: 3, 4); outros defenderão ainda « le caractère plus fini, construit, et continu de l'écrit, par opposition à l'oral qui peut ressembler à un brouillon, portant les marques de l'autocorrection du locuteur. » (RIEGEL, 2001: 30). Afinal, « Qui a dit qu'il faut écrire comme on parle? Et pourquoi ne parlerait-on pas comme on écrit? » (DRILLON, 2003: 77)⁴. Para Rousseau, tal possibilidade é, afinal, realidade, embora com um resultado negativo: « Les moyens qu'on prend pour suppléer à [les sons, les accents *[sic]*, les inflexions de toute espèce] étendent, allongent la langue écrite, et, passant des livres dans le discours, énervent la parole même. » (ROUSSEAU, 1781: Chap. V). E, afinal, a escrita é definidora do próprio homem, na medida em que ele a concebe como um parâmetro definidor do início da sua História: « l'Histoire commence [...] avec l'apparition de l'écrit » (MATHIEUX: 1996: 9). Por um instante, o escrito prevaleceu.

Se a leitura do assunto se quisesse problematizadora, longas linhas se atardariam nesta controvérsia. Um pouco *à la manière de* Derrida, pode ser viável a defesa de que «fenomenológica e paradoxalmente falando, a escrita emerge do isolamento de um traço significativa através da grafia, evoluindo até se constituir como suporte do som.» (TEIXEIRA, 2004: 147). A escrita com a sua ascendência na marca visual e não na sonoridade de um código outro: «Ao contrário do que usualmente e à primeira vista se supõe, a escrita não é apenas transcrição do oral num acto gráfico, antes remontando ao reconhecimento visual da marca.» (TEIXEIRA, 2004: 147). Uma discussão que não é já a nossa.

est comme les mouches du ciel » (HUGO, 1889-1892: 3^e, 5-6). Hoje, num dicionário de língua francesa, a entrada oferece a definição « Gamin de Paris, gouaillieur, malin et brave cœur. », conservando a referência à sua filiação: « Du nom d'un personnage de ce [*Les Misérables*] roman. » (TLFi).

⁴ Num curioso parêntesis na sua explanação, o autor levanta a questão, ensaia uma resposta, e a citação continua assim: « (Qui a dit qu'il faut écrire comme on parle? Et pourquoi ne parlerait-on pas comme on écrit? Ils sont presque toujours ridicules, ceux qui "causent comme un livre", admettons-le. C'est peut-être qu'on ne sait pas écrire. [...]) » (DRILLON, 2003: 77).

E que é, apesar disso, aliciante. É singular a perspectiva sobre a escrita que entende que esta «Não fixa, necessariamente, o oral numa palavra ou conjunto de palavras, podendo também reproduzir o visual de forma autónoma». Desta forma, e em relação à já debatida anterioridade da fala em relação à escrita, teríamos não o som, mas sim o traço: «a evolução teve por etapas o pictograma, o ideograma e o signo alfabético, figurações paralelas ao processo abstractivo, desembocando na ordem linear consubstanciada no próprio alfabeto.» (TEIXEIRA, 2004: 147)

Certamente, não é esta temática da dependência da língua escrita em relação à língua falada que nos motiva. Porque a questão não chega a ser verdadeiramente problematizável. Porque o nosso ponto de vista está previamente direccionado para um destes dois campos, desde o título que inaugura o presente capítulo.

Por um lado, é ponto já assente que, relativamente aos códigos em causa – se assim lhes podemos chamar – « Il y a une différence entre les deux, c'est que l'un est dépendant de l'autre » (CATACH, 1984: 27) e, certamente, « l'unique raison d'être du second est de représenter le premier » (SAUSSURE, 1986 [1916]: 45); logo, « Celle-ci [l'écriture] constitue une étape seconde par rapport à la langue orale. » (RIEGEL, 2001: 29). «A escrita é uma manifestação secundária, mediata, da linguagem humana» (COSTA, 1991: 21), «há quem lhe chame o «"filho pródigo" da língua falada» (MACHADO FILHO, 2004: 38, *itálico nosso*). E, assim, «O estudo da escrita (utilização de signos pictóricos ou gráficos correspondentes aos signos vocais da linguagem) representa [...], apenas, um anexo da linguística.» (BAYLON e FABRE, 1990: 71), «apenas [...] uma veste» (MARTINS, 2001: x).

Por outro lado, mandam os nossos objectivos que sondemos o espaço teórico frequentado pela "exclamação", no "código escrito". Tomemos, portanto, o "código escrito" como campo de trabalho. Assim sendo, teremos de o autonomizar – procedimento metodológico que, servindo o interesse do investigador, respeita, naturalmente, a natureza do objecto a investigar. Afinal, « *Tout ce qui touche au langage est organisé, et organisé à plusieurs niveaux. [...] Même si l'on ne considère l'écrit que comme un reflet de l'oral, il apparaît clairement qu'il s'agit dans*

l'ensemble d'un tout dont les éléments et les niveaux sont définis entre eux par une série de rapports nécessaires » (CATACH, 1984: 27).

Releguemos para um plano secundário a questão da primazia da escrita, ou da prioridade da oralidade, e classifiquemo-la como não pertinente, para os nossos quesitos. « Chacun des deux modes de communication a [...] ses besoins et ses procédés propres. » (GREVISSE, 1993: 3); cada um destes dois "modos de comunicação" tem a sua idiosincrasia e gere, de acordo com as suas próprias regras, os elementos que os constituem, e as relações que entre si estabelecem, numa sistematicidade interna a deslindar e a reconstruir. « langue et écriture sont deux systèmes de signes distincts » (SAUSSURE, 1986 [1916]: 45); « L'art d'écrire ne tient point à celui de parler. Il tient à des besoins d'une autre nature » (ROUSSEAU, 1781: Chap. V). É precisamente formatado a partir desta sistematicidade que pretendemos inquirir o conceito "exclamação", perceber o espaço organizacional que ocupa a sua grandeza. Se invocámos vozes problematizadoras, como a de Derrida – cf. *supra* – ou se nos servimos da prestigiada herança de Catach – *idem* – foi com o intuito de justificar – ou pelo menos não deixar desfavorecer – a pertinência da abordagem do espaço de análise que agora se nos oferece, ao abrigo do epíteto "ponto de exclamação".

4.2.1.1. Código escrito e "Pontuação"

Tal como determinámos que seria o conceito "frase exclamativa" o representante da "exclamação", no domínio da sintaxe, fornecendo os argumentos justificativos da opção⁵, também agora se torna exigível uma determinação similar. Conjugando "código escrito" e "exclamação", percebemos o "ponto de exclamação" como *ponto* de contacto privilegiado. Sobrepondo os dois planos teóricos, seria aí

⁵ Cf. «2.1. Intróito».

que a coincidência favoreceria o encaixe; tocam-se os dois universos teóricos, de forma flagrante.

Estando, neste momento, focalizado o "ponto de exclamação", teremos, certamente, de retroceder alguns passos, para visualizar a estrutura intermédia que se desenha entre a menção panorâmica a um "código escrito" e o grande plano sobre o conceito "ponto de exclamação". Como é sempre expectável, em linguística, também esta noção "ponto de exclamação" não surge desconexa de outros elementos que, a um mesmo nível, servem o concatenar de uma estrutura⁶. É no âmbito mais alargado da "pontuação" que teremos de situar o nosso específico "ponto"; e é neste confronto de similitudes e de discrepâncias que, previsivelmente, se individualará, entre outros "pontos", o nosso.

De certa forma paralela à anterior discussão da prevalência da oralidade sobre a escrita, pode surgir o sopesar da relevância do sistema de "pontuação", no contexto de um código de escrita em que sobrepõem notoriamente (?) outros sinais. E tal como se garante que o oral sobrevive à ausência do escrito; de igual forma se assevera que « un texte dépourvu de toute ponctuation [...] reste lisible alors qu'un texte sans lettres n'est plus un texte au sens habituel du terme. » (ARRIVÉ, 1986: 535).

Gonçalves vem, de maneira peremptória, defender a "pontuação" de um certo tipo de despreço com que, por vezes, é agravada: «À luz da discutida complementaridade da escrita em relação à oralidade, a pontuação constituiria uma espécie de "complemento do complemento", ficando-lhe reservada uma zona periférica ou exterior ao sistema linguístico. A verdade, porém, é que a pontuação empresta coesão ao sistema gráfico, no qual desempenha um relevante papel comunicacional e enunciativo, porque manifesta e potencia uma dimensão lógica ou

⁶ Seria, quase na perfeição, decalcável para o sistema dos "sinais de pontuação" a constatação de Catach, a propósito de "código escrito": « *Tout ce qui touche au langage est organisé, et organisé à plusieurs niveaux. [...] il apparaît clairement qu'il s'agit dans l'ensemble d'un tout dont les éléments et les niveaux sont définis entre eux par une série de rapports nécessaires* » (CATACH, 1984: 27). A nota fica apenas registada em rodapé, dadas as poucas linhas que medeiavam entre este ponto do discurso e o momento em que a citação foi primeiramente reproduzida.

intelectual do sistema, traduzida ao nível sintáctico-semântico.» (GONÇALVES, 2003: 194). Outros estudiosos não terão deixado esquecer esta ideia: « C'est [la ponctuation] un élément essentiel de la communication écrite. » (GREVISSE, 1993: 144).

A partir da afirmação aparentemente paritária de que « Les signes de ponctuation sont, au même titre que les lettres, des éléments de la manifestation écrite de la langue » (ARRIVE, 1986: 535), muitas atenuantes se usa evocar. Que específico papel cumpre então este subsistema de um sistema também ele (concebido como) subordinado? Ou, dito de outra forma, que função desempenha a "pontuação" no "código escrito"? A definição do ofício dos "sinais de pontuação" pela negativa, diminui-lhes o prestígio: « les signes de ponctuation peuvent se définir négativement comme des signes qui n'ont pas de correspondance avec des phonèmes. » (RIEGEL, 2001: 83); « ces divers signes se distinguent des lettres en ce que leur fonction, définie négativement, ne consiste pas à distinguer entre eux les morphèmes » (ARRIVE, 1986: 535). Consistirá, sim, pela positiva, em «clarificar o entendimento da leitura, o ritmo e a entoação do texto.» (MOURA, 2006: 285), sendo sua função a de « marquer des délimitations, de donner des indications sémantiques, de signaler des changements de registre d'énonciation. » (ARRIVE, 1986: 535); « La ponctuation est le système des signes graphiques qui contribuent à l'organisation d'un texte écrit et qui apportent des indications prosodiques, marquent des rapports syntaxiques ou véhiculent des informations sémantiques. » (RIEGEL, 2001: 83). Assim se coloca correntemente a questão.

Porém, é uma realidade que nos podemos referir assim à pontuação, como sendo dotada de uma espécie de funcionalidade de largo espectro, também na medida em que, designando-a desta forma, consideramos, em simultâneo, diferentes sinais, que estabelecem entre si laços de solidariedade desiguais. Cabe-nos identificar, neste todo, os vínculos que prendem o "ponto de exclamação".

4.2.1.1.1. "Pontuação" e "Ponto de exclamação"

Ultrapassando a referência lata à "pontuação", é possível defender o entendimento de que o conjunto dos "sinais gráficos" em causa inclui "sinais" de natureza distinta, sendo estes, por isso, reorganizáveis em duas subcategorias diversas (REI e ASSUNÇÃO, 2002). Podemos, assim, estabelecer uma diferenciação entre aquilo que poderá ser considerado um "sinal de pontuação" e aquilo que será apenas um "sinal auxiliar de escrita". Segundo esta análise, o "ponto de exclamação" teria como seus pares o "ponto", o "ponto de interrogação", os "dois pontos", o "ponto e vírgula", a "vírgula", as "reticências" e o "travessão", considerados conjuntamente como "sinais de pontuação". Privados deste convívio, e portanto mais distanciados do nosso "ponto de exclamação", ficariam os "parênteses rectos" ou "colchetes", os "parênteses curvos", as "aspas", as "aspas altas", o "asterisco" e a "chaveta", considerados meros "sinais auxiliares da escrita".

Os actuais comentários têm presente a proposta classificatória de José Rei e Carlos Assunção surgida no âmbito do trabalho desenvolvido para a implementação da nova terminologia linguística para os ensinos básico e secundário⁷ (REI e ASSUNÇÃO, 2002). Interessante, à luz do que anteriormente foi debatido⁸, será notar que esta mesma proposta surge no "Domínio D." – D2. para "pontuação" e D3. para "sinais auxiliares de escrita" – a que se atribuiu a designação

⁷ A TLEBS (terminologia linguística para os ensinos básico e secundário) a que nos referimos *supra* é a versão de 2002, sendo que actualmente, fruto da revisão desta proposta, existe disponível para consulta uma sua versão mais recente, que não deixa de ser uma "TLEBS". O acrónimo, entretanto, passou a ser quase sempre omitido, preferindo-se agora a sua referência através da sigla DT (dicionário terminológico, disponível *on-line*, contrariamente ao que antes havia acontecido, com a informação divulgada através de CD). Esta reformulação fez com que o "Domínio D", «Representação gráfica da linguagem oral» passasse a "Domínio E", «Representação gráfica». A pontuação e os sinais auxiliares da escrita surgem conjuntamente no mesmo ponto da organização hierárquica dos termos, «E.2. Pontuação e sinais auxiliares da escrita», que só depois se subdivide. Quanto aos pares conceptuais que encontramos para o "ponto de exclamação", mantiveram-se os mesmos sete "sinais de pontuação", na passagem de uma para outra proposta (DT, 2008).

⁸ Cf. «4.2.1. Código escrito».

«Representação gráfica da linguagem oral», que deixa transparecer a defesa da ideia de que, mais do que um código autónomo, a "escrita" é somente "representação"⁹. Neste contexto, a expressão "linguagem escrita" não seria inteiramente apropriada.

No entanto, a proposta é questionável¹⁰. Poderíamos inquirir os termos através dos quais a situação se expõe, e discutir se a divisão apresentada – ao primeiro conjunto chama-se «pontuação» e ao segundo «sinais auxiliares de escrita» – implica que os "sinais de pontuação" sejam mais do que "sinais auxiliares"; e, em caso da expectável resposta afirmativa, dados os termos da questão, debater então qual o seu estatuto. De facto, afirmando de ambos os grupos que os respectivos «sinais gráficos» servem «a compreensão, a clareza e a expressividade da frase»¹¹ (REI e ASSUNÇÃO, 2002), poucos elementos sobram para caucionar a divisão. A propósito de "sinais auxiliares da escrita" nada mais consta, para além da exemplificação de cada grafismo nomeado; a propósito de "pontuação", apenas uma indicação mais favorece a sua definição: «conjunto de sinais gráficos destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas.» (REI e ASSUNÇÃO, 2002). Mas também neste caso poderíamos pôr em causa a impossibilidade de nenhum dos "sinais gráficos" do segundo grupo – «sinais auxiliares da escrita» – estar apto a responder a tal quesito¹². A comprovar o carácter duvidoso da problemática, outras distintas opções vêm acomodar o elenco dos "sinais de pontuação" sob o patrocínio do título «Sinais auxiliares da escrita» (MOURA, 2006: 285).

⁹ Uma temática que já versámos (Cf. «4.2.1. Código escrito»).

¹⁰ O entendimento de que o "travessão" é um "sinal de pontuação", e já o "parênteses" não aspirará a mais do que "sinal auxiliar" poderá motivar controvérsia. Assim é, quando se sustenta que «Podem (os travessões) substituir um parêntesis intercalar» (FERNANDES, 2005, 248); ou quando se coloca os «parênteses curvos» ao lado do "travessão", sob o título «Sinais de pontuação», e não na divisão secundária «Outros sinais gráficos» (MOURA, 2006, 285-289).

¹¹ Apenas uma leve diferença marca uma distinção quase nula: para pontuação, a definição consta dos termos «Tem como objectivos a compreensão, a clareza e a expressividade da frase», para "sinais auxiliares de escrita", acrescenta-se o superlativo: «têm como objectivo *uma melhor* compreensão, clareza e expressividade da frase» (REI e ASSUNÇÃO, 2002).

¹² A discussão seria possivelmente frutífera, no caso dos "parênteses curvos" ou dos "parênteses rectos", também chamados "colchetes".

Ainda uma outra indicação, porém, é para nós relevante. Para apresentar o elenco dos sinais gráficos incluídos no domínio da "pontuação", é dada a nota introdutória «Os sinais gráficos utilizados na pontuação são»; já no caso dos "sinais auxiliares da escrita", executando idêntica tarefa, prefere-se «Os mais utilizados são» (REI e ASSUNÇÃO, 2002) – logo, sugere-se, outros haverá. Este exercício vem colocar o nosso "ponto de exclamação" num conjunto fechado. De acordo com esta explanação, os "sinais gráficos de pontuação", constituem um grupo acabado de elementos. Perante este quadro, será viável um estudo da sistematicidade das relações que entre si estabelecem.

Todavia, e este facto torna-se fundamental para o nosso estudo, tal tarefa aparece, de imediato, dificultada pela disparidade opinativa que entre si demonstram as diferentes exposições desta matéria, que não chegam tão-pouco a entrar em acordo quanto aos elementos capazes de integrar o conjunto "pontuação". A principal implicação disto mesmo é, no contexto em que nos movemos, o facto de que veremos o "ponto de exclamação" ombreando com parceiros diversos, estabelecendo conexões e relações desproporcionais com cada elemento do conjunto que habita, conforme a oscilação provocada por cada voz teórica.

O elenco destas desconformidades, mesmo que não exaustivo, seria fastidioso. Mas indiquemos, ainda assim, algumas discordâncias, por nos parecer relevante este ponto: afinal, estão em causa convívios conceptivos¹³. O "ponto de exclamação", face visível eleita da "exclamação" no "código escrito"¹⁴, pode ter sete pares (CUNHA e CINTRA, 1994: 639; AZEREDO, 2006: 76-80¹⁵); nove (FLORIDO, 2000: 55-56; MOURA, 2006: 285-288); dez (VILELA, 1999: 284; FIGUEIREDO e

¹³ Recorreremos apenas ao saldo final, para não alongar o parágrafo com listagens sucessivas de "sinais de pontuação".

¹⁴ Por nós eleita. Um pressuposto metodológico (Cf. primeiros parágrafos deste mesmo ponto, 4.2.1.1. «Código escrito e "Pontuação"»).

¹⁵ A soma é idêntica, as parcelas não são: na primeira das referências, o "ponto de exclamação" convive com as "aspas" ou os "parênteses" mas não com o "ponto"; na segunda das referências, o "ponto de exclamação" convive com o "ponto" mas não com as "aspas" ou os "parênteses".

BIZARRO, 2004: 159-162¹⁶); treze (BECHARA, 2006 [1999]): 604-605; FERNANDES, 2005: 242-250)¹⁷; catorze (FIGUEIREDO, 1961 [1915]: 203-204); quinze (ALVES, 1993: 240-247); sem ultrapassar as fronteiras de algumas das gramáticas de língua portuguesa, assíduas nas nossas estantes.

E, no entanto, franqueadas tais margens, a situação seria em tudo similar, e a oscilação idêntica, embora com referência a um outro sistema linguístico; uma equidistância que torna pertinente a alusão. Numa consulta bastante aleatória, o "point d'exclamation" poderá ter sete pares (RIEGEL, 2001: 87-97); oito (ARRIVÉ, 1986: 535); nove (MAUGER, 1968: XII-1; DELATOUR, 2004: 309-310); onze (GREVISSE, 1993: 145).

Se a viagem for feita, não de uma a outra geografia, mas entre dois tempos de uma mesma língua, não se altera a disparidade já noutra então vigente: «Melo Bacelar separa os *signais de interrogação e de admiração* do inventário principal, que compreende a *virgula*, o *ponto*, o *ponto e virgula*, os *dois pontos*, e o *parenthesis* (p.65), ao passo que Carneiro Souto-Maior [...] aponta catorze unidades ou *caracteres da Pontoação*, a saber: *Til (~)*, *Cedilha [,]*, *Apostropho [']*, *Virgula [,]*, *Ponto e Virgula [;]*, *Dois Pontos [:]*, *Ponto simplex, ou final [.]*, *Ponto Admirativo [!]*, *Ponto Interrogativo [?]*, *Pontos de Continuação [...]*, *Linha de separação, e de seguimento [-]*, *Parenthesis [()]*, *Asterisco [*]*, e *Gripho [»]* » (GONÇALVES, 2003: 196-197)¹⁸.

A situação explanada, não sendo atribuível, com total propriedade, aos conceitos em apreciação, decorre, naturalmente, da distinção dos critérios utilizados para a organização dos conjuntos ou da sua diferente aplicação. Isto porque estamos,

¹⁶ Idem: na primeira das referências, o "ponto de exclamação" convive com as "vírgulas altas" mas não com o "itálico"; na segunda das referências, o "ponto de exclamação" convive com o "itálico" mas não com as "vírgulas altas".

¹⁷ Ibidem: na primeira das referências, o "ponto de exclamação" convive com a "chave aberta" ou "chave fechada" mas não com a "barra" ou o "apóstrofo"; na segunda das referências, o "ponto de exclamação" convive com a "barra" ou o "apóstrofo" mas não com a "chave aberta" ou "chave fechada".

¹⁸ Coincidentemente, é precisamente no mesmo ano de 1783 que são publicadas cada uma das obras dos dois autores que serviram de referência para a apontação da estudiosa citada; nenhum desfazamento temporal explica as discrepâncias.

de momento, a acentuar dissemelhanças; na verdade, esta recolha partilha elementos constantes, como é a presença do "ponto" a encimar os inventários compulsados. Esta prerrogativa do "ponto final"¹⁹ poderá levar-nos a uma discussão em muito paralela àquela que conduzimos a propósito das prioridades concedidas à "frase declarativa", quando se trata de fazer movimentar os diferentes "tipos de frase". Um paralelismo cujo exame, por ora, adiamos.

A questão dos critérios é, de facto, aquela que motiva a variação na disposição dos "sinais de pontuação" em grupos que não são sempre homogéneos, perturbando a constância das relações do nosso "ponto de exclamação". A este propósito, é ilustrativa a opção de Cunha e Cintra. No contexto da proposta destes autores (CUNHA e CINTRA, 1994), o "ponto" e o "ponto de exclamação" não partilham propósitos afins, ao contrário do que implicam as leituras de outras análises. Porém, neste caso, os critérios utilizados são explicitados e mesmo comentados. Assim, dentro dos limites estabelecidos para a "pontuação", cabem os "sinais pausais" e os "sinais melódicos". O "ponto" juntamente com a "vírgula" e com o "ponto e vírgula", «sinais que, fundamentalmente, se destinam a marcar as PAUSAS», completam o primeiro grupo; o "ponto de exclamação" é pertença do segundo grupo, mais frequentado²⁰, aquele que «abarca os sinais cuja função essencial é marcar a MELODIA, a ENTOAÇÃO» (CUNHA e CINTRA, 1994: 639).

¹⁹ Trata-se de uma prerrogativa, em regra, seguida e, por excepção, desrespeitada. Torna-se de grande interesse o elenco que estabelece um outro critério de seriação, colocando antes do "ponto" (a questão não é, por certo, meramente espacial) um outro "sinal": «Os Signaes recebidos no uso geral para a pontuação são : os *Espaços* em branco entre palavra , e palavra ; o *Ponto* [...]» (BARBOZA, 2004 [1822]). Esta opção é inteiramente justificável por ser historicamente informada, e um dos critérios seguidos na ordenação dos factores pode ter sido, neste caso, o critério cronológico do surgimento histórico deste indicativo gráfico, a todos os outros anterior, como veremos *infra* (Cf. «4.2.1.1.2. Os "pontos" da "Pontuação"»).

²⁰ Fazem parte do grupo "sinais melódicos"

- «a) os DOIS PONTOS (:)
- b) o PONTO DE INTERROGAÇÃO (?)
- c) o *PONTO DE EXCLAMAÇÃO* (!)
- d) as RETICÊNCIAS (...)
- e) as ASPAS (« »)
- f) os PARÊNTESES (())
- g) os COLCHETES ([])

Um dos momentos mais interessantes da referida explanação é, no entanto, a autocrítica que os estudiosos dirigem à sua formulação: «Esta distinção, didacticamente cómoda, não é, porém, rigorosa. Em geral, os sinais de pontuação indicam, ao mesmo tempo, a pausa e a melodia.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 639) – uma ideia cuja defesa se adivinhava a partir das expressões "destinam-se fundamentalmente" ou "função essencial", que deixam conceber a possibilidade de "outros destinos", ou de "funções acessórias". Na verdade, esta nota vem mitigar a clareza organizativa que tão cabalmente parecia capaz de atribuir pares naturais ao "ponto de exclamação". De facto, vê-se assim perturbada a lisura com que «Todos os especialistas apontam o que chamam "três sinais essenciais da pausa": (.) (,) (;).» (ALVES, 1993: 240). Este é, seguramente, um ponto a que regressaremos. A questão poderá não ser tão transparente: não são todos os estudiosos que utilizam este tipo de terminologia – "sinais pausais", "sinais melódicos"²¹ – havendo mesmo aqueles que não a consideram aceitável²².

Esta dificuldade em constituir uma base estável a um edifício teórico habitável pelo "ponto de exclamação", é aqui claramente revelada. Mesmo no contexto da estrutura de uma dada análise, onde poderia encontrar, pelo menos, estabilidade interna, torna-se difícil imputar uma função específica e constante a este "sinal de pontuação".

Ora, se tal acontece no seio de um mesmo estudo, extrapolando para outros exames da mesma questão, e fazendo dialogar os seus autores, será expectável encontrar também discordância.

É quase diametralmente oposta a esta última a visão de que o "ponto de exclamação" é um dos "pontos", de um conjunto de três "pontos" possíveis: « Les

h) o TRAVESSÃO (–)» (CUNHA e CINTRA, 1994: 639, itálico nosso).

²¹ Num estudo que, para o caso da língua portuguesa, continua a servir de referência, fica explanada esta visão tradicional: «A vírgula, o ponto e vírgula e o ponto final marcam pausas: são *sinais pausais*; os restantes sinais exprimem ou anunciam ideias e sentimentos, e chamam-se *sinais melódicos*. (REBELO, 1968: 13).

²² Pensamos num estudioso como Jacques Drillon (DRILLON, 2003), cujas reflexões teremos oportunidade de visitar (Cf. «4.2.1.1.3. Da volubilidade»).

points (.) (?) (!). Ils terminent une phrase. [...] Le point final [...] Le point d'interrogation [...] Le point d'exclamation » (DELATOUR, 2004: 309). Nenhuma outra hipótese defenderá tão cabalmente o estatuto do "ponto de exclamação" – uma das três maneiras possíveis de terminar uma frase – como aquela que desta forma defende que «O *ponto de exclamação* [...] tem na essência o mesmo valor do *ponto final*» (NOGUEIRA, 1989: 65); ou, embora em menor grau²³, «o ponto de exclamação é principalmente sinal de fim de frase» (COSTA, 1991: 57).

E, de facto, não será certamente despicienda a relevância de uma designação que faz do "ponto de exclamação" um "ponto"; ainda que "ponto de", ainda que posteriormente determinado pelo acréscimo "de exclamação". Este tipo de raciocínio talvez em nenhuma outra fonte fique mais claramente exposto do que na formulação: «Os Signaes recebidos no uso geral para a pontuação são : [...] o *Ponto*, ou *Simples* (.), ou de *Interrogação* (?), ou de *Exclamação* (!) [...] » (BARBOZA, 2004 [1822]: 85).

Outra possibilidade de perspectivar a mesma problemática é encarar o "ponto de exclamação", já não como um elemento de um grupo de três, em que todos, igualitariamente, são "ponto" – seja "final", seja "de interrogação", seja "de exclamação" – mas sim como uma variante, a par de outras possíveis, do "ponto". Segundo este outro entendimento, a pontuação, em sentido estrito, resulta do conjunto constituído pelas variantes do "ponto", para além, evidentemente, do "ponto", ele próprio; « le point / . / et ses variantes: [...], d'exclamation / ! / [...] » (ARRIVÉ, 1986: 535). A sua relevância vê-se alterada, comparativamente ao acima exposto; agora, a sua posição relativa não é já de equidade, mas de subordinação; e pertence a um grupo mais amplamente frequentado – « les parenthèses / () / », por exemplo, aproximam-se (ARRIVÉ, 1986: 535).

Talvez este tipo de visão tenha a sua origem no facto de que «Nos seus primórdios, todos os sinais de pontuação se chamavam pontos» (COSTA, 1991: 7). Linhas de raciocínio que nos deixam face ao conceito de "ponto", antes do mais.

²³ O advérbio "principalmente" retirara alguma força ao argumento.

4.2.1.1.2. Os "pontos" da "Pontuação"

O "ponto de exclamação", abordado a partir da sua constituição gráfica, partilha momentos da sua evolução na história, com os outros sinais que a convenção foi desenhando. O seu parente mais distante, embora já no contexto do surgimento destes sinais auxiliares²⁴ – porque, naturalmente, não faremos recuar a nossa análise à invenção da escrita – terá de ser o espaço em branco. A singeleza deste nascimento só lhe poderá aumentar a grandeza²⁵.

A acreditar que assim é, a responsabilidade do feito será desse "scribe inconnu", ingratamente esquecido pela injustiça da história: « Alors un scribe inconnu et auquel nul arc de triomphe n'a jamais été consacré s'avisa de placer un "blanc" entre chaque mot: il avait inventé le premier signe de ponctuation. ». O autor justifica cabalmente a sua informação; esse "espaço em branco" reveste já, efectivamente, o cariz de um código: « Ici se termine le mot précédent, là commence le suivant, disait ce code. » (DRILLON, 2003: 11). A filiação do nosso "ponto de exclamação" fica assim atribuída; e ela determina, conseqüentemente, desde logo, a sua ligação fraterna aos restantes "sinais de pontuação": « Le blanc qui sépare les mots aide à la compréhension du texte écrit ; et toute la ponctuation est à son image. » (DRILLON, 2003: 11).

Certamente outros estudiosos prefeririam a esta uma outra filiação, mais directa, pelo menos em aparência, que ainda o mesmo autor assinalou também, mas

²⁴ Um debate que planeamos conduzir envolverá o questionamento desta menção "auxiliar". A questão será a possibilidade de apreender se o "sinal" auxilia fundamentalmente a organização do código escrito *per se*, nomeadamente, a sua organização sintáctica, ou se ele auxilia fundamentalmente uma sua posterior realização oral (Cf. «4.2.1.1.3. Da volubilidade»).

²⁵ Leia-se o comentário, que não quisemos evitar, à luz do ponto 4.2.4., «"Ponto de exclamação": relações estético-afectivas». Talvez aí, um registo mais consentâneo com esta nota lhe possa desagrar o tom.

preteriu: « Les Latins emploient le " *punctum* ", à la fois signe de séparation et de prononciation ; de ce mot vient celui de " ponctuation " » (DRILLON, 2003: 22)²⁶. Mas é normalmente a Zénodoto de Éfeso (320-240 a.C.), e aos seus dois sucessores, Aristófanos de Bizâncio (257-180 a.C.) e Aristarco de Samotrácia (220-143 a.C.), conservadores da biblioteca de Alexandria, que se atribui a responsabilidade dos primeiros "sinais de pontuação" (COSTA, 1991: 13-14; CATACH, 1996: 17; GONÇALVES, 2003: 192), «ou, plus justement, de la plus élémentaire mise en page.» (DRILLON, 2003: 21)²⁷.

Se fosse nosso propósito sublinhar o advento tardio, ou a relativa modernidade, dos "sinais de pontuação" de uma forma geral, ou do "ponto de exclamação" de maneira mais particular, encontraríamos também apoio bibliográfico: «Os sinais de pontuação datam de época relativamente recente na história da escrita» (BECHARA, 2006 [1999]: 604). A *scriptio continua*, herdada dos Gregos, seguida pelos Latinos, encontrou larga fortuna: « le principe de la *scriptio continua* pourvue de points fut suivi en Angleterre jusqu'au XII^e siècle », o que significa que a implementação da situação hoje existente encontrou resistência. Ainda actualmente algumas inscrições lapidares disso guardam reminiscências, utilizando palavras maiúsculas, separadas por pontos (DRILLON, 2003: 22-23).

Tendo a escrita dois mil anos, e ainda que possamos encontrar vestígios do que viria a ser a actual "pontuação", numa época que lhe foi bem anterior, na verdade «Os primeiros sinais de pontuação datam do século IX, mas só a partir do século XVI começa alguma sistematização», sendo que apenas «se desenvolveram

²⁶ É curioso que este facto possa originar o título de um artigo: «PONCTUATION, ÉTYM. LAT. PUNCTUM» (MARIN, 1988: 19).

²⁷ A defesa desta datação – séculos III-II a.C. – aceita que as marcas que então surgem funcionam como « les ancêtres de notre ponctuation » (DRILLON, 2003: 21). Não se trata, naturalmente, ainda de "sinais de pontuação", tal como hoje os entendemos, mas acredita-se que a sua utilização satisfaz já o mesmo tipo de objectivos que justificará a existência de uma "pontuação": «a pontuação afigura-se como uma autêntica marca civilizacional cujos contornos fundamentais podem situar-se na época medieval, [...] mas as suas origens localizam-se nos séculos III - II a.C., ao tempo da Biblioteca de Alexandria, em Zénodoto de Éfeso (320-240 a.C.), Aristófanos de Bizâncio (257-180 a.C.) e Aristarco de Samotrácia (220-143 a.C.), aos quais se atribui a introdução de um sinal de parágrafo, assim como a separação de grupos de sentido e as anotações na margem.» (GONÇALVES, 2003: 192).

particularmente após a descoberta da imprensa» (ALVES, 1993: 240). Para Jacques Drillon trata-se de « la seconde vraie révolution, depuis la découverte du blanc » (DRILLON, 2003: 26). Este autor apresenta uma data anterior, para o início da utilização destes sinais: « la ponctuation [...] remonte au VIII^e siècle. » (DRILLON, 2003: 24). No entanto – já o vimos (cf. *supra*) – outros autores não prescindem de uma datação radicalmente anterior: « on a retrouvé dès l'écriture mycénienne archaïque des traces de séparation des mots, et des signes de ponctuation ont été utilisés dès le grec classique. » ; « il n'y a eu apparemment aucune rupture dans la transmission des signes entre les Grecs, les Latins et le haut Moyen âge. » (CATACH, 1996: 12 e 13)²⁸.

Esta questão não é de somenos. O processo de balizamento que se exige ao historiador, e a seu cargo, será sempre complexo, por vezes discutível, por vezes convencional, argumentativo²⁹. Embora se reconheça esta verdade, ficámos todavia perante o facto de que, na historiografia do nosso conceito – a "exclamação" percebida pelo seu lado gráfico, como um "sinal de pontuação" –, os estudiosos que a ele se dedicaram atribuem-lhe uma datação que não é unívoca. Naturalmente. «A história da língua torna, pela sua própria natureza, artificial qualquer divisão cronológica precisa.» (CARDEIRA, 2006: 82)³⁰.

²⁸ Nina Catach, com esta sua informação, precedida do complemento « Contrairement à ce que l'on pensait encore tout récemment », pretende actualizar – explicitamente – concepções anteriores, citando e corrigindo outros posicionamentos « qui font commencer l'usage des signes de ponctuation au IX^e s. » (CATACH, 1996: 13). Neste contexto, a Autora nomeia, por exemplo, Grevisse. De facto, consultando a sua gramática, saberemos que defende que « C'est au IX^e s. que l'on commence de faire usage de la ponctuation ; encore est-elle mise fort irrégulièrement jusqu'au XVI^e s. » (GREVISSE, 1993: 146).

²⁹ «na cultura os momentos históricos não são discretos como discretas são as estações de caminho-de-ferro que os comboios vão deixando para trás ao longo da marcha. [...] Também da história do pensamento linguístico se não pode ter, no meu entendimento, uma concepção ferroviária.» (BARBOSA, 2006b : 39).

³⁰ A Autora vai até mais longe, numa passagem que não citámos, no corpo do texto, por nos parecer que, em termos da história da ortografia a questão não se apresente de forma tão radicalmente problemática como no caso da história da língua, já encarada de uma forma mais globalizante. Referimo-nos à afirmação de que «podemos, mesmo, questionar a compatibilidade entre os conceitos **periodização** e **língua**» (CARDEIRA, 2006: 82).

E tanto assim é que, também da pesquisa da percepção de uma data que marque o advento agora já do próprio "ponto de exclamação" resultará que não existe uma solução una que se evidencie das diferentes propostas dos autores: não teria nascido antes do século XVII (ALVES, 1993: 240); ou talvez XVI (DRILLON, 2003: 27). É de alguma forma dúbia, portanto, a data de nascimento do nosso conceito, desta forma entrevisto.

Ou não. Se seguirmos o critério da metaortografia, poderemos assistir quase *in praesentia* a esse nascimento. Assim, faria sentido registá-lo no século XVI, como faz Drillon, pois é então que Etienne Dolet, « imprimeur lyonnais », publica *De la ponctuation de la langue Française* (1540), onde poderemos encontrar « tout un ensemble de signes qui rappelle l'arsenal dont nous nous servons aujourd'hui: [...] le point d'exclamation [...] » (DRILLON, 2003: 27). Na metaortografia portuguesa, em data aproximada – 1574³¹ – a própria mecânica deste surgimento é desvelada. Em Pêro de Magalhães de Gândavo, «A entoação distintiva quer da interrogação quer da exclamação é indicada por um único sinal de interrogação, descrito em ambos os casos como *hum ponto, & junto delle hum risco revulto para cima* [...], não estando prevista, então, qualquer figura especial para distinguir a modalidade exclamativa da interrogativa.» (GONÇALVES, 2003: 816). Em Duarte Nunes de Leão (1576), para além do «núcleo tradicional da pontuação de frase», «*vírgula, [,], coma [:] e cólon [.]*», aparecerá já independentizado o "ponto admirativo" (GONÇALVES, 2003: 838-839).

Se o método para a apresentação do nascituro for, antes, o recurso às vozes que estudaram o processo em textos de diferentes épocas, seremos colocados perante a dificuldade hermenêutica de conciliar (?) aportações díspares. Se, por um lado, se entende que «os textos quinhentistas se caracterizam, em grande parte, por

³¹ Não se trata, como para o caso francês, de um tratado autónomo sobre pontuação, «os primeiros gramáticos portugueses eram parcos em doutrinação na matéria» (GONÇALVES, 2003: 192). A data indicada refere-se à publicação de *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua Portuguesa, com hum dialogo que adiante se segue em defensão da mesma língua* (GONÇALVES, 2003: 934).

uma pontuação descuidada e gramaticalmente viciosa.» (GONÇALVES, 1957: 3)³²; também, por outro lado, se conclui que «ao uso da pontuação medieval *não* se pode atribuir um carácter assistemático nem mesmo arbitrário e desordenado, condicionado exclusivamente pela subjectividade dos escribas que a utilizavam.» (MACHADO FILHO, 2004: 119, itálico nosso)³³. Cada estudioso não constrói para si um conceito de pontuação, ou da sua utilização, de forma consensual, e a narrativa desta lenta germinação, portanto – não se elegendo uma data que pouco mais poderá ser do que simbólica³⁴ – será, quando muito, uma reconstituição que parte de fragmentos, e faltarão peças.

Sabemos, por exemplo, que «no uso camoniano só entravam a vírgula, os dois pontos (com mais valores que actualmente), o ponto final, o ponto de interrogação (por vezes, com valor exclamativo) e os parênteses» (GONÇALVES, 1957: 3). Seria, em Camões, o "ponto de interrogação" aquele *ponto, & junto delle hum risco rçvulto para cima* de que fala Magalhães de Gândavo, como apto a assinalar a entoação distintiva «quer da interrogação quer da exclamação» (GONÇALVES, 2003: 816)? O certo é que se chegou a falar das supostas «deficiências do sistema camoniano» (GONÇALVES, 1957: 3), com flagrante atropelo da ideia de que «the "best" punctuation may well vary over time in line with changing practice.» (KING, 2000: 242).

Todavia, recorrendo às vozes dos mais meritórios estudiosos da matéria, encontraremos, para o caso do "ponto de exclamação", datações e paternidades muito precisas. Assim, saberemos que « Le point d'exclamation (appelé par les

³² Comentaremos este ponto de vista, nas linhas que se seguem.

³³ O autor estudou originais ou fac-símiles de manuscritos medievais portugueses para, baseando-se num *corpus* representativo, verificar a «possibilidade de, àquela altura, já existir uma tendência sistémica de pontuação em língua portuguesa» (MACHADO FILHO, 2004: 16), sendo que é precisamente essa hipótese que, segundo o estudioso, fica comprovada, uma vez concluídos os seus estudos. (MACHADO FILHO, 2004: 113-120). Ainda da "pontuação" nesta época histórica se afirmou que «Apesar da aparente pobreza, a pontuação era já diversificada na época medieval» (GONÇALVES, 2003: 192).

³⁴ Remetemos para as palavras de Barbosa e para as de Cardeira (BARBOSA, 2006b; CARDEIRA, 2006), neste mesmo ponto («4.2.1.1.2. Os "pontos" da "Pontuação"») já citadas.

italiens *afetuoso*), nous est venu [...] de l'invention de Coluccio Salutati [(1330-1406)] et de ses amis. » (CATACH, 1996: 28), sendo, portanto, «mais uma criação dos humanistas italianos» (GONÇALVES, 2003: 210). De facto, « Le pt exclam. n'a été distingué que tardivement du pt interr. Il fait partie de ces signes « nouveaux » introduits par les humanistes italiens, suivis ensuite par les premiers imprimeurs (C. Salutati, et avant lui da Urbisaglia, *Ars punctandi*, fin du XIV^e s.). » (CATACH, 1996: 63).

Em Portugal, será só com o discurso metaortográfico oitocentista que se assistirá à mudança terminológica de "ponto exclamativo" para "ponto de exclamação" (GONÇALVES, 2003: 624)³⁵.

A questão é agora a de que, tendo feito um caminho paralelo ao itinerário histórico do nosso "ponto de exclamação" e tendo já alcançado o momento em que "começa alguma sistematização" (cf. *supra*), esperar-se-ia talvez a possibilidade de, fixando um dado momento dessa continuidade, captar com nitidez os contornos fundamentais de uma definição³⁶. Seria legítimo esperar que desta evolução – do branco a uma configuração gráfica – surgisse uma completude total? De todo. A história não acabou – «toda língua viva está num perpétuo devenir» (BECHARA, 2006 [1999]: 40) – e a cada momento ela não é a mesma para cada um dos seus actores.

³⁵ Esta alteração terminológica segue um curso paralelo à que se regista entre "ponto interrogativo" e "ponto de interrogação" (GONÇALVES, 2003: 624).

³⁶ Faz-se aqui referência a esse ideal da completude sincrónica, quando em linguística a sincronia se define apenas como «estado da língua num determinado momento» (CARDEIRA, 2006: 100).

4.2.1.1.3. Da volubilidade

«While a literary editor will approach the business of punctuation as marking conventional grammatical units, an actor assumes that these marks are instructions for breathing and pausing.» (KING, 2000: 236). Não haverá incertezas quanto a este ponto: o olhar conforma o objecto olhado³⁷.

Estes dois diferentes pontos de vista ilustram duas das principais correntes que influenciam a focagem de duas visões sobre um mesmo (?) fenómeno – por um lado, teremos da "pontuação" um entendimento de ascendência lógico-gramatical, e por um outro lado, uma outra visão que a olha sobretudo como uma "pontuação" muito perto de algo a que chamaríamos "pontuação prosódica". Tendo nascido quase em simultâneo com o fenómeno ele próprio, ambos entendimentos, ainda hoje, se conservam e, com frequência, se digladiam.

Uma nota se impõe: essa simultaneidade é, na verdade, relativa. Existe uma precedência atestada e, nesse ponto, um dos partidos venceria: «A pontuação começa por ser uma organização pessoal da página, uma notificação para o próprio escriba. Só posteriormente se entende que essa notificação pode também auxiliar o leitor.» (COSTA, 1991: 16). O próprio «modelo monástico da escrita, anterior ao século XII, privilegiava uma função de conservação e de memorização. [...] Nos mosteiros, o manuscrito não era copiado para ser lido, mas era visto como um bem patrimonial.» (TEIXEIRA, 2004:129).

³⁷ Poderíamos entender esta citação quase como réplica de outra que já registámos, elogiando-lhe a expressividade, noutra ponto do nosso discurso (Cf. «3.1. Intróito»): « Un poisson, par exemple, ne présentera pas les mêmes caractéristiques saillantes pour un zoologiste, un cuisinier ou un pêcheur. [...] » (RIEGEL, 2001: 3). Aquela a que agora recorreremos, não ilustrando um ponto de vista diferente, possui a vantagem de incluir personagens – o "editor", o "actor" – que se relacionam com a temática visada, já de forma menos metafórica do que o "zoólogo", o "cozinheiro" ou o "pescador" de Riegel.

Esta querela tem permitido fazer referências à "pontuação", no discurso dos estudiosos, como algo de «extremamente controverso», falando-se mesmo, a este propósito, de «forças de ordem antagónicas» (MACHADO FILHO, 2004: 29; 39). Partindo de determinado ponto de vista, a "pontuação" serviria a organização lógico-gramatical do texto escrito, facilitando, ao leitor, a sua interpretação; pelo contrário, ela pode ser percebida como facilitando antes o desempenho do orador, com as suas instruções pausais e melódicas, sendo seu objectivo a reprodução oral. Desde muito cedo, a "pontuação" funcionará «both as an aid to less able readers, and as oratorical marks to help those reading aloud to breathe in the right place.» (KING, 2000: 236). Porém, « De cette ambiguïté, fort ancienne, naîtront bien des confusions et des conflits... » (DRILLON, 2003: 26).

Envolvido, de perto, na contenda de que fala Jacques Drillon (DRILLON, 2003: 26), figura o "ponto de exclamação". Que facção seguir; que partido tomar? Novamente, encontramos uma componente do conceito "exclamação" hesitando entre dois espaços, requerida por duas esferas, dividida entre dois quadros, ou, volúvel, ora mais aqui, ora mais além.

Numa problemática apenas aflorada em pontos a este anteriores (Cf. «4.2.1.1.1. "Pontuação" e "Ponto de exclamação"»), já nos deparámos com o "ponto de exclamação" requerido ou rejeitado: intermitentemente surge incluído junto dos outros ditos "sinais pausais"; intermitentemente junto dos restantes "sinais melódicos". Também o encontraremos, agora, ora excluído, ora reintegrado: eventualmente não se tratará nem de um "sinal pausal", nem de um "sinal melódico"; eventualmente, pode ser que corresponda a qualquer um dos dois.

"Surge incluído junto dos outros ditos *sinais pausais*". Pode falar-se de "pausa", ou até de "pausa conclusa", quando se descreve o "ponto de exclamação" (BECHARA, 2006 [1999]: 604-605). Pode figurar junto do "ponto", como parente próximo de uma mesma família; figurar no grupo dos "pontos", porque é "ponto", antes de lhe ser acrescentado qualquer outro epíteto subclassificatório: « Les points (.) (?) (!). Ils terminent une phrase. La phrase suivante doit commencer par une lettre majuscule » (DELATOUR, 2004: 309).

"Surge junto dos restantes *sinais melódicos*". Marcaria a melodia e a entoação (CUNHA e CINTRA, 1994: 639); seria inflexão de voz sugerida (REBELO, 1968: 13), depreendida, interpretada (CUNHA e CINTRA, 1994: 652).

"Não se trata nem de um *senal pausal*, nem de um *senal melódico*". « la ponctuation, dans son essence, est propre au langage écrit » (DRILLON, 2003: 88); « le propre de la ponctuation est d'être muette » (DRILLON, 2003: 110). Denuncia-se a confusão vigente entre aquilo que é a "pontuação escrita", e aquilo que seria uma suposta "pontuação oral", que nem existe, talvez. Um equívoco, um engano, « une erreur très ancienne et très commune », relacionado com a associação da noção de "pausa" aos principais "sinais de pontuação". Talvez porque « la voix marquait réellement des pauses ». Será imprudência falar de "pontuação respiratória" ou de "sinais pausais": « Que nous sachions, l'oeil ne respire pas » (DRILLON, 2003: 100).

"Corresponde, em simultâneo, a qualquer um dos dois tipos de sinais de pontuação". Ficaria num trânsito entre dois mundos, diz-se. Os sinais de pontuação, e também o "de exclamação", portanto, «elementos trasfegadores entre as duas modalidades da expressão escrita» (MACHADO FILHO, 2004: 41). Sinais que se situariam «no limbo das duas modalidades, ora servindo como elemento funcional às necessidades da expressão escrita, ora procurando representar características moduladoras da expressão oral.» (MACHADO FILHO, 2004: 40).

Entre visões tão diversas, com frequência efectivamente contrárias, é impraticável a dedução de um denominador comum. O universo de origem, ou o ambiente natural, que o "ponto de exclamação" deveria frequentar, por imposição de uma sua suposta natureza conceptiva intrínseca, permanece indeterminado, indivisível entre a pausa e a melodia, o silêncio absoluto ou a transumância entre códigos; segmento fragmentado nas vozes que o nomeiam.

4.2.2. O "Ponto de exclamação"

Retomando o anterior raciocínio – dando, portanto, um passo atrás no caminho – convirá que precisemos que uma sùmula que reúna a referida concordância não é, de todo, impossível. Numa conta delicada, esse denominador comum poderá ser calculado. Somente, nesse exercício inverso, se perderá toda a especificidade que demandávamos, na indagação de um conceito. Esse recuo pode conduzir-nos ao momento em que cedamos: «Na essência, os sinais de pontuação constituem um tipo especial de grafemas» (BECHARA, 2006 [1999]): 604). Contudo, a penalização tornar-se-ia onerosa: perder-se-ia, nesse trânsito, qualquer ambição de contacto directo com o "ponto de exclamação".

Talvez o mesmo inquérito se possa fazer noutro sentido. Conduzimos, neste capítulo, até ao presente momento, uma pesquisa em que, de traços mais gerais para traços mais particularizantes – o baptismo dos diferentes subcapítulos comprova a *démarche* – pretendemos ir restringindo o espaço circundante ao objecto "ponto de exclamação", com o objectivo de o situar, primeiro, e de o apreender, depois³⁸. Sempre tal objecto se mostrou esquivo.

Perante a falta de sucesso do cerco ensaiado, a investida far-se-á agora segundo nova estratégia. Procuremos as páginas em que o conceito teórico em causa se encontra já cativo; e agora, de dentro para fora, sondemos a envolvência que o retém.

³⁸ Os títulos e a numeração dos subpontos a que se alude denunciam, desde logo, o tipo de procedimento acima explicitado: «4.2.1. Código escrito»; «4.2.1.1. Código escrito e "Pontuação"»; «4.2.1.1.1. "Pontuação" e "Ponto de Exclamação"». O propósito era, de facto, a aproximação paulatina, até à apreensão.

4.2.2.1. Da "melodia" de um sinal gráfico

Si l'Iliade eût été écrite, elle eût été beaucoup moins chantée
(JEAN-JACQUES ROUSSEAU, *Essai sur l'origine des langues*, 1781)

Acreditemos, a bem do propósito acima descrito, que a pontuação pode ser definida da seguinte forma: «a *pontuação* é a "entoação gráfica»»; «A *pontuação* é a expressão gráfica da *entonação*»; «a *pontuação* é a "entonação escrita"» (NOGUEIRA, 1989: 67, 69).

A declaração de intenções agora explicitada é, naturalmente, acompanhada de todas as cautelas. E não tenta, tampouco, camuflar uma certa percepção desta temática que implica que a apreciação que dela se faz, quando exposta nestes moldes, se aproxima de um juízo *non-sense*: veja-se a escolha do título. Imposto pela direcção que o próprio discurso vai seguindo, ele não deixa de alardear o que de contraditório se encerra nos seus termos. O "sinal gráfico" não soa; só metaforicamente dele se pode afirmar que vibre sobre o papel³⁹, ou sobre outro suporte que o fixe⁴⁰.

No entanto, retomando o parágrafo que abre o presente ponto do nosso discurso, acreditemos. E sigamos o rumo proposto. É neste âmbito que encontraremos o "ponto de exclamação" como capaz de veicular um conteúdo de cariz prosódico. Desta forma, poderá ser apresentado como «sinal que se pospõe a

³⁹ Referência, por contraponto, ao conhecido facto de que «De um ponto de vista físico, os sons definem-se como fenómenos vibratórios»: «Qualquer som está associado à **vibração de um corpo material**» (MATEUS, 1990: 101).

⁴⁰ "Fixe", aqui, de «fixar», na sua acepção «[...] Tornar estável [...]» (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001: 1764). Logo, todo o contrário do movimento que o som pressupõe: «O termo onda sonora designa o movimento ondulatório através do qual o som é transmitido num meio» (MATEUS, 1990: 104). (Cf., também, nota de rodapé imediatamente antecedente).

qualquer enunciado de entoação exclamativa.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 652), detentor da «particularidade de imprimir à frase a entoação específica da exclamação, da *admiração*, do *espanto*, da *surpresa*.» (NOGUEIRA, 1989: 65).

Sem querer precipitar o conteúdo daquilo que conformará uma etapa posterior da presente explanação (Cf. «Capítulo V – Exclamação e Prosódia»), não se pode, porém, adiar uma avaliação que o tema impõe. Perante a capacidade que lhe é atribuída, importa, nesta ocasião, determinar a competência do "ponto de exclamação" na resposta a tal exigência. Na verdade, cabe aqui determinar até que ponto aquele que é nosso objecto de estudo neste capítulo fica perfeitamente definido, enquanto conceito teórico cabal, nas palavras que assim lhe são dedicadas. É o "ponto de exclamação" senhor da habilidade que lhe é imputada? Serão os seus pares, demais "sinais de pontuação", na distinção dos quais ele erige a sua singular diversidade, capazes de captar «la vivacité» e a «énergie du langage», «le génie» das línguas de que fala Rousseau (1781: Chap. V)⁴¹?

A problemática tem sido debatida, e muitos são os estudiosos que não se coíbem de insistir na imperfeição do sistema dos "sinais de pontuação", quando entendido como reflexo de um código outro. É, neste sentido, comum ver o nosso objecto de estudo dilecto acusado de insuficiência. E não é, portanto, tarefa morosa coligir indícios deste tipo de tratamento:

- « la ponctuation [...] imparfaite » (ROUSSEAU, 1781: Chap. V) ;
- « Il nous semble aussi malaisé de bien traduire la richesse d'une phrase par le langage écrit que de bien traduire un tableau par sa description verbale. » (LACERDA, 1953: 41) ;
- « les traits saillants [de l'intonation] ne peuvent être que suggérés par notre ponctuation » (MARTINET, 1969: 171) ;

⁴¹ A efusão romântica de Rousseau ressalta na defesa da sua argumentação: « il n'est pas possible qu'une langue qu'on écrit garde long-temps la vivacité de celle qui n'est que parlée » (ROUSSEAU, 1781: Chap. V).

- « La longueur, l'intensité et l'intonation, que l'écriture courante ne représente que très mal ou pas du tout [...] » (JESPERSEN, 1971 [1924]: 14) ;
- « un décalque rigoureux entre la ponctuation et l'intonation [...] est loin d'être évident » (ARRIVE, 1986: 529) ;
- « ils [les phénomènes prosodiques] ne sont que peu et mal transcrits dans l'écrit » (ARRIVE, 1986: 577) ;
- « la ponctuation [...] un équivalent grossier de l'intonation » (LE GOFFIC, 1993: 94) ;
- «In the representation of speech in the written MEDIUM, prosodic features are hardly or inadequately indicated [...]. Punctuation is only a rough guide» (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 383);
- « Notons, pour les pts [sic] modaux surtout, que quantité de nuances rendues à l'oral par l'intonation n'ont pas de correspondant à l'écrit. » (CATACH, 1996: 62) ;
- « La proportion infime des signes écrits en rapport à la richesse des moyens intonatifs de l'oral fait qu'ils ne peuvent se prévaloir d'une mise en concurrence avec eux. » (CATACH, 1996: 103) ;
- « Les linguistes travaillant sur l'oral ont toutes les peines du monde à transcrire les enregistrements [...] selon les normes graphiques. » (WILMET, 1997: 439) ;
- « on a souvent souligné la pauvreté [...] des signes de ponctuation utilisés pour indiquer l'intonation. » (RIEGEL, 2001: 85).

Se, neste contexto, o "ponto de exclamação" aparecer, de alguma forma, individualizado, a referência merecerá destaque:

- « le point d'exclamation et le point d'interrogation notent imparfaitement les nuances et la variété de l'oral » (RIEGEL, 2001: 85);

Parecerá mais ou menos consensual que, a partir do momento em que se entenda a "pontuação" como «l'ensemble des signes conventionnels servant à indiquer, dans l'écrit, des faits de la langue orale» (GREVISSE, 1993: 144), a mesma "pontuação" terá sempre de ser considerada deficiente:

- « nous marquons dans l'écriture l'interrogation et la surprise; mais combien avons-nous de mouvements de l'âme, et par conséquent d'inflexions oratoires, qui n'ont point de signes écrits, et que l'intelligence et le sentiment peuvent seuls faire saisir » (GIRAULT-DUVIVIER, 1833: 39).

A sermos consequentes em relação à proposta dos teóricos, registada no início deste ponto 4.2.2.1., e seguindo o raciocínio que os mesmos vão desenvolvendo, um juízo avaliativo negativo sobre a capacidade da "pontuação" para cumprir o objectivo imposto acabará por se evidenciar. Neste processo, depararemos com o "ponto de exclamação", de alguma forma, desacreditado.

Contudo, não é esta a única hipótese de trabalho para a mesma (?)⁴² problemática. Um outro filão se anuncia, que convirá seguir.

⁴² O ponto de interrogação justifica-se. Não prescindimos da ideia de que o ponto de vista conforma o objecto olhado. Portanto, mudando a perspectiva de análise, poderemos estar a alterar os contornos do objecto analisado. Logo, a problemática em causa poderá, de facto, não ser já inteiramente a mesma.

4.2.2.2. Da "grafia" de uma entoação

Era uma vez um ponto final desempregado. Tinha caído de um ponto de exclamação, o pobrezinho. A linha em que ele estava partira-se ao meio, num daqueles desastres que acontecem às folhas dos jornais, quando vão para o lixo. Traço para um lado, ponto para o outro...

(ANTÓNIO TORRADO, *Da rua do contador para a rua do ouvidor*, 1990)

Se renunciarmos às ideias anteriores (cf. «4.2.2.1. Da "melodia" de um sinal gráfico»), recuperando outras concepções também já expressas (cf. «4.2.1. Código escrito»), as circunstâncias da análise tendem a alterar-se. Pesquisemos agora o nosso conceito teórico sob a perspectiva de que « l'écrit, devenu autonome, n'est plus un simple système substitutif de l'oral » (RIEGEL, 2001: 29).

Este apartado, «4.2.2.2. Da "grafia" de uma entoação», corre paralelo ao anterior, «4.2.2.1. Da "melodia" de um sinal gráfico», e, por isso mesmo, em nenhum ponto os dois se tocam. Ou quase nenhum. Comungam, na verdade, de uma mesma meta, anunciada nesse outro endereço que a ambos alberga, «4.2.2. O "Ponto de exclamação"»: a de sondar – disse-se – de dentro para fora, a envolvimento que retém o conceito teórico que presentemente indagamos.

Assim sendo, recolocaremos a questão do "ponto de exclamação" no âmbito temático do "código escrito" – « la ponctuation, dans son essence, est propre au langage écrit » (DRILLON, 2003: 88) – e, avaliaremos também sob este ângulo, de forma simétrica ao que já fizemos para a "concepção melódica" do conceito "ponto de exclamação", o nível de adequação com que o nosso "ponto" responde às novas exigências propostas.

Vejamos, portanto, como neste âmbito ele se configura. Deixando o plano prosódico – ou "prosódico-entoacional", ou "entoacional-pausal", como lhe chama Gonçalves (2003: 195, 782), atribuindo-lhe uma «tradição secular» (2003: 196) associada à leitura em voz alta (2003: 194) – a verdade é que essa outra concepção

da "pontuação", a "sintáctico-semântica" – historicamente correspondente a uma «progressiva intelectualização da escrita» (GONÇALVES, 2003: 196) – vai reaproximar a nossa questão (pelo menos, em aparência: Cf. «Capítulo II – Exclamação e Sintaxe») do paradigma da sintaxe.

E é isso mesmo que justifica talvez que se distancie, tão frequentemente, a questão da "pontuação" daquele que, em princípio, seria o seu contexto natural de análise, a questão ortográfica. De facto, ficou já comprovada a tese de que no "arqui-sistema gráfico" se articulam o "plano alfabético" e o "plano extra-alfabético" (GONÇALVES, 2003), no segundo dos quais situaremos o "ponto de exclamação". Ora, é sumamente interessante, para a condução deste ponto do nosso trabalho, que se tenha já tão claramente afirmado que «na estrutura tanto das obras ortográficas como das gramáticas [...] [se distinguem] duas partes – a ortografia propriamente dita e a pontuação: uma relaciona-se em geral com o capítulo da prosódia, ortoépia ou fonologia; a outra, separada daquela, por vezes é excluída da ortografia, sendo integrada no capítulo da sintaxe (GONÇALVES, 2003: 781)⁴³.

Exemplifiquemos, brevemente, com duas gramáticas actuais, de distinto teor e peso (figurativo e literal), a pertinência da declaração. Assim, encontraremos a "fonética", a "grafia", a "fonologia" e a "prosódia" em pontos sucessivos de um mesmo capítulo gramatical, intitulado «1ª parte, Gramática dos sons», mas descobriremos em «3ª parte, Gramática da frase» a questão da "pontuação", inserida no ponto «8. Sintaxe», como «8.13. Pontuação», ao lado de, a título de exemplo, «8.9. Operações de análise sintáctica» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004). Será igualmente possível encontrar «D) Ortografia» ao lado de «A) Produção dos sons e classificação dos fonemas»; «B) Ortoépia ou ortoepia» e «C) Prosódia», num

⁴³ É certo que a afirmação é feita no contexto de uma dissertação que, dedicando-se ao estudo do discurso metaortográfico, se debruça sobre um conjunto específico de obras e autores, do período que decorre de 1734 a 1911. É esta a instrução que figura no título do volume a que nos referimos (GONÇALVES, 2003), ainda que ela venha a ser posteriormente desmentida por um "anexo" que permitiria a reformulação da indicação para o intervalo cronológico de 1536-1911. No entanto, comprovaremos que a declaração se mantém actual, quando aplicada ao panorama contemporâneo.

capítulo de «I – Fonética e fonologia» e adiar para «III – Pontuação» o tratamento da dita questão (BECHARA, 2006 [1999])⁴⁴.

Pois bem, é nesta ambiência teórica que o "ponto de exclamação" será, antes do mais, considerado como a "marca" da "frase exclamativa", « sa [de la "phrase exclamative"] marque habituelle à l'écrit » (LE GOFFIC, 1993: 100).

Equacionar assim este assunto redirecciona a problemática num novo sentido. Fazer uma apresentação do "ponto de exclamação" como marca de um "tipo de frase" específico conduz a que o tema novamente se encontre sob a influência da questão da "tipologia frásica"⁴⁵. Assim é, de facto, quando tão de perto, e tão reiteradamente, se aproximam os dois objectos agora em análise.

4.2.3. "Pontuação" e "Tipologia frásica"

É flagrante a maneira como os dois temas que agora simultaneamente ocupam a nossa atenção se interligam nas exposições que os abordam. Não será fácil encontrar um documento que mencionando um, não mencione, paralelamente, o outro, de uma forma que estimule a que para ambos se olhe como partes de uma relação binária, ou como entidades fundacionalmente interdependentes.

Vejamos um exemplo ilustrativo disto mesmo. Se recorrermos, para a explanação da teoria da "tipologia frásica", tal como ela é tradicionalmente

⁴⁴ É, para o caso, assaz curioso que nem a deixa «Sinais de pontuação», incluída em «D) Ortografia» – que surge no contexto da apresentação das «Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional, conforme aprovadas pela Academia Brasileira de Letras» (BECHARA, 2006 [1999]: 93-106) – tenha evitado a protelação do tratamento do tema para um momento posterior, em apartado exclusivo.

⁴⁵ A relação da «exclamação» com este tema foi já amplamente abordada, ao longo de todo o segundo capítulo da nossa dissertação («Capítulo II – Exclamação e Sintaxe»).

percebida, ao auxílio de um quadro com diferentes entradas⁴⁶, uma será, seguramente⁴⁷, "pontuação"⁴⁸.

A questão não é, porém, tão linear quanto poderia parecer ao olhar incauto. Pelo contrário, um tanto paradoxalmente, vai-se imbricando à medida que a reflexão se apura. A relação que primeiramente nos importa estabelecer, já no ponto anterior foi computada: tem carácter imediato a afinidade entre "frase exclamativa" e "ponto de exclamação"⁴⁹. Registada esta alegação, tudo o mais implica o cariz de um problema.

O primeiro desses problemas é de teor contabilístico: três "sinais de pontuação" são dados como suficientes na caracterização de quatro "tipos de frase". A matéria envolve de perto o "ponto de exclamação": marca certa (?)⁵⁰ de uma "frase exclamativa", ele pode, afinal, também, acompanhar a "frase imperativa": « un ordre vif peut être aussi accompagné par un point d'exclamation (*Sortez!*). » (RIEGEL, 2001: 402).

Podemos iniciar, precisamente por este ponto, o nosso catálogo de situações, literalmente, questionáveis: a "frase exclamativa" sobrevive, no registo

⁴⁶ As referências bibliográficas que seguidamente serão apresentadas, em nota de rodapé, dizem respeito a exposições desta matéria que se fizeram, efectivamente, com o apoio gráfico de uma tabela (PINTO, 1996: 156; FLORIDO, 2000: 162; AMORIM, 2006: 92; OLIVEIRA, 2006: 110).

⁴⁷ O advérbio é assaz argumentativo. Em termos formais, mas bem menos em termos de conteúdo, haverá excepções a esta forma de representação proposta. O quadro descrito poderá resumir-se a duas entradas, por exemplo, «Tipos de frase» e «Marcas» (ou «Tipo», «Intenção», «Marcas na escrita» e «Exemplo»), não existindo literalmente uma entrada que se intitule "pontuação". Tal não significará, no entanto, a ausência do tema, que, pelo contrário, é presença constante (FLORIDO, 2000: 162; OLIVEIRA, 2006: 110).

⁴⁸ A menção poderá ser eventualmente "código escrito", mas a referência far-se-á, em termos exclusivos, à "pontuação" (PINTO, 1996: 156; AMORIM, 2006: 92).

⁴⁹ « Le point d'exclamation [...] est [...] sa [de la "phrase exclamative"] marque habituelle à l'écrit » (LE GOFFIC, 1993: 100) (Cf. «4.2.2.2. Da "grafia" de uma entoação»).

⁵⁰ A interrogação, como veremos seguidamente, justifica-se, não sendo em exclusividade motivada pela alegação constante do parágrafo a que a presente nota diz respeito (Cf. "Ponto de exclamação" e "Frase exclamativa").

escrito, à ausência do "ponto de exclamação"?; a "frase imperativa", quando seguida do "ponto de exclamação", não é, ainda assim, "exclamativa"?

Nos compêndios mais breves, ambas as respostas às interrogações acima registadas são redundantemente negativas. A apresentação dos conceitos em causa implica que assim se esbocem de forma estanque as suas margens. Pede a coerência, no entanto, que os conceitos teóricos possam defender-se contra a imposição de eventuais paradoxos; e as questões não ficarão por aqui.

4.2.3.1. "Ponto de exclamação" e "Frse exclamativa"

Uma vez que o anterior ponto do nosso discurso deixou já apurados tópicos de trabalho e formuladas as interrogações necessárias ao processo investigatório, não deveremos protelar o seu tratamento, ou fazer esperar respostas cuja premência se revela tão manifesta.

Aliás, percorrendo o histórico daquilo que tem sido o nosso percurso inquisitivo, não é a primeira vez que se registam tais interrogações. Elas esperam-nos desde o nosso primeiro intróito preambular quando, no capítulo introdutório ao nosso discurso, expúnhamos algumas questões que se colocavam perante quem perseguisse o mesmo objectivo que nos alenta⁵¹.

E é talvez inesperada a resposta. Tão firmemente estabelecida essa inerência que enlaça a exclamação e o seu ponto, não é sem algum grau de surpresa

⁵¹ Referência ao trecho «E se a presença de um "ponto de exclamação" fosse uma marca fiável, rigorosa e suficiente (sublinhe-se o "suficiente") para detectar a existência de uma "exclamação"? Não seria ele um instrumento operatório de excelência na busca deste conceito e na definição e delimitação desta noção? Não foi precisamente este objectivo que já marcámos com uma cruz no nosso mapa?» (Cf. «Capítulo I – Introdução»). Algo de semelhante acontece nas breves linhas que introduzem o presente capítulo – «Capítulo IV - Exclamação e Código escrito» – quando se levanta a questão: «É ele [ponto de exclamação] um indicador fiável ou um indiciador fictício?» (Cf. «4.1. Intróito»).

que se verifica para o nosso conceito a constatação de que « une exclamative peut, dans certaines circonstances, se présenter sans son point d'exclamation. » (MONNERET, 1999: 146).

Convirá, talvez, perante a eventual estranheza que a afirmação possa provocar, averiguar os dados que contribuíram para a sua computação. O estudioso que assim concorre para a formatação do nosso conceito teórico "exclamação" parte de um exemplo como « Comme nous aimons les amis qui viennent de nous quitter, n'est-ce pas ? »⁵² para explicitar que o "ponto de interrogação" que assinala o fim deste enunciado pode induzir em erro quem procure determinar o seu "tipo frásico": « le point d'interrogation ne doit pas faire illusion: il est impliqué par la présence de la séquence *n'est-ce pas* [...] Il n'affecte donc aucunement le statut exclamatif de la phrase.»; afirmação após a qual conclui, então, que « une exclamative peut, dans certaines circonstances, se présenter sans son point d'exclamation. » (MONNERET, 1999: 146).

Não se trata, porém, de um achado isolado, o que lhe retiraria, se não o mérito, pelo menos a representatividade, tendo em conta que pesquisamos um conceito tal como ele se encontra conformado numa ambiência teórica instituída. Outros estudiosos concorrem para o estabelecimento desta problemática: « La possibilité pour tout énoncé déclaratif de devenir "exclamatif" [...], sans qu'on puisse tracer de ligne de démarcation assurée, empêche de définir et de caractériser une classe nette d'énoncés exclamatifs [...]. Le point d'exclamation n'est pas à cet égard homologue du point d'interrogation. » (LE GOFFIC, 1993: 100)⁵³.

⁵² O excerto faz parte de um trecho mais amplo da obra *La Chute* (CAMUS, 1956), que Monneret utiliza para fazer estudar os diferentes "tipos de frase", propondo, como exercício, « Étudiez les types de phrases (déclaratif, interrogatif, injonctif, exclamatif) dans le texte suivant: [...] » (MONNERET, 1999: 137-149).

⁵³ Esta mesma citação foi já utilizada ao serviço de uma outra argumentação, quando os conceitos "frase exclamativa" e "frase declarativa" se aproximaram (Cf. 2.2.2 «A "Frase exclamativa" e a "Frase declarativa"», «2.2.2.2. Aproximação»). No entanto, aí ela surgiu truncada da sua parte final, então menos pertinente, a mesma que é agora a chave do parágrafo. O fragmento repetido serve meramente de introdução à informação essencial, relativa ao "point d'exclamation".

Não é, no entanto, a primeira vez que o "ponto de exclamação" sai perdedor do jogo comparativo com o "ponto de interrogação": « le point d'interrogation en fin de phrase tend bel et bien à être pris comme signe [...] d'une modalité dite interrogative. Le point d'exclamation, en revanche, est un indice trop fragile pour permettre l'équivalent du côté de l'exclamation. » (LE GOFFIC, 1993: 94).

Todavia, se prolongássemos a utilização desta mesma perspectiva metafórica de um jogo em que se oporiam os dois "sinais de pontuação" agora em equação, de igual forma poderíamos ver o "ponto de exclamação" sair vitorioso, face ao seu congénere "ponto de interrogação": « Les interrogations oratoires équivalant à des exclamatives sont souvent suivies d'un point d'exclamation:

« À quoi bon danser! (CAYROL, *Froid du soleil*, p. 25.) » (GREVISSE, 1993: 155)⁵⁴.

A este propósito – abrindo um parêntesis no presente discurso – será conveniente referir que, ao lado das mais comuns "interrogações retóricas", encontraremos o conceito menos frequentemente divulgado da "exclamação retórica". Do primeiro caso, fornecemos já um exemplo: o "ponto de exclamação" em "À quoi bon danser!" (cf. *supra*) não logrou anular o estatuto da "interrogação retórica". Quanto à "exclamação retórica", poderíamos dizer que «se trata de oraciones [oraciones exclamativas retóricas] que, pese a tener forma exclamativa, se interpretan como oraciones aseverativas» (PAVÓN LUCERO, 2007: 176); pelo que também em «¡Buen negocio hemos hecho!» o "ponto de exclamação" viu a sua influência taxonomicamente reduzida. Deste tipo de frases, diz a Autora serem "geralmente irónicas", e explica: «Así, com una oración como ¡Buen negocio hemos hecho!, en realidad, se esta diciendo que se ha hecho um mal negocio.» (PAVÓN LUCERO, 2007: 176). Já não numa gramática – tipo de compêndio onde, de facto, não surge com frequência – mas sim num dicionário de língua, o mesmo conceito – "exclamação retórica" – é atestado como uma subentrada do vocábulo

⁵⁴ Cf. os exemplos « *Est-il bête !* »; « *Est-il pas drôle !* » (CULIOLI, 1999: 121) em «2.2.3.2. Simultaneidade».

"exclamação", destacado a negrito, e onde poderemos encontrá-lo apresentado como «aquela [exclamação] que é feita, não para expressar uma emoção, mas para prender a atenção do auditório.» (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001: 1632). Não se estabelece aqui qualquer relação com a ironia, ou com a asserção, como no volume gramatical antes citado, mas com algo a que os pragmáticos chamariam "intencionalidade comunicativa", imiscuída da valoração qualitativa e/ou quantitativa da "condição de sinceridade" do "acto de fala".

Retomando o anterior raciocínio – e fechando o parêntesis antes aberto –, se alguma dúvida persistisse ainda quanto à qualidade do "ponto de exclamação" como um indiciador – que, como o termo sugere, possivelmente indicia, sem que contudo indique, de facto – poderíamos, portanto, fazer acrescer à argumentação os dados relativos à presença do "ponto de exclamação", acompanhando "tipos frásicos" que podem não ser, necessariamente, e não são com frequência, declarados como "tipos de frase exclamativos", ainda que visível seja uma "pontuação exclamativa" canónica. A validade desta marca para efeitos classificativos fica, com certeza, diluída, se acreditarmos num raciocínio como: « Le point d'exclamation se met à la fin d'une phrase exclamative ; il est aussi employé à la fin d'une phrase optative, – ainsi qu'à la fin d'une phrase injonctive ou même d'une phrase énonciative prononcées avec une force particulière. » (GREVISSE, 1993: 154).

É curioso, depois, notar que este mesmo tipo de raciocínio, estudado o exemplário que o autor apresenta para defender esta sua tese, é aquele que não vai considerar o excerto « je vais tomber et être mort !!! » como "frase exclamativa" (GREVISSE, 1993: 154). Repetimos, para reforçar o eventual paradoxo: « je vais tomber et être mort !!! » não é considerado "frase exclamativa". O "ponto de exclamação" é aqui inócuo, a sua tríplice figuração absolutamente inofensiva. Ou não: talvez se possa ver nesta insistência algo de capcioso ou fraudulento; um alarde e uma exuberância que deixam, ainda assim, o "ponto de exclamação" defraudado do seu poder de tornar a "frase" "exclamativa".

É claro que o último parágrafo, ou mesmo a expressão "eventual paradoxo", se justificam apenas na medida em que se comenta a apregoada ligação entre "frase exclamativa" e "ponto de exclamação", como se um não fosse

dissociável do outro, ou como se um a outro fosse inerente; análise correntemente repetida. Na verdade, a defesa de que enunciados equiparáveis a « je vais tomber et être mort !!! » correspondem a uma estrutura do tipo enunciativo – ou até que dispensa outra classificação para além da de "frase" – pode encontrar ecos nesta mesma dissertação, sobretudo nos momentos em que ela se aproximou da vertente sintáctica da questão em exame (Cf. « Capítulo II – Exclamação e Sintaxe »); ao mesmo tempo que a mesma (?) questão terá ainda de aguardar por um seu tratamento prosódico (Cf. « Capítulo V – Exclamação e Prosódia »).

Já por aqui se vê que a denunciada análise que pretende estabelecer uma conduta mais ou menos fixa, regulando as relações entre três "sinais de pontuação" que caracterizariam suficientemente os quatro "tipos de frase" da tradição (Cf. « 4.2.3. "Pontuação" e "Tipologia frásica" ») falha em aspectos que são, certamente, relevantes. Para mais, o "ponto de exclamação" fica directamente envolvido na questiúncula. E foi por aí que iniciámos o nosso itinerário de problemas. Na verdade, o próprio contexto em que ele se vê envolvido é todo ele problematizável.

4.2.3.2. Os "pontos"; as "frases"

Poderá parecer razoável que, sendo o elenco dos "sinais de pontuação" mais extenso do que os três sinais correntemente evocados, seria de não os excluir liminarmente de um exercício que ambicionasse uma classificação tipológica bem proporcionada, alicerçada no critério "pontuação". Uma ponderação de tipo analógico acaba por se impor, de forma mais ou menos imediata, até com algum grau de obrigatoriedade, a quem se dedique a uma reflexão sobre este tema. Na apreciação tradicional do problema, o "ponto final", o "ponto de interrogação" e o "ponto de exclamação" seriam os "sinais de pontuação" a ter em linha de conta na distinção tipológica das "frases", e dela seriam instrumentos privilegiados e seguros. Face aos três "sinais de pontuação" indicados, encontraríamos, respectivamente, "frases declarativas", "frases interrogativas" e "frases exclamativas"; as "frases imperativas" teriam a particularidade de poderem ser marcadas tanto pelo "ponto

final" como pelo "ponto de exclamação". Porém, a legitimidade desta selecção poderá ser contestada. É por certo verdade e não se sabe com que valimento poderá ser esquecido que «d'autres signes de ponctuation [à part le point] peuvent marquer la fin d'une phrase: les points de suspension, le point d'interrogation, le point d'exclamation, le point-virgule, le double point» (GREVISSE, 1993: 269). Não são três os "sinais de pontuação" referidos agora. São seis.

A clareza dos factos e uma sua interpretação avisada validam um eventual exercício de extrapolação, que mais não fizesse do que prolongar as consequências lógicas da proposta classificatória original, ficando-lhe, portanto, o mesmo tipo de merecimento com que esta primeiramente tivesse já sido avaliada. Vejamos com que mecanismos tal exercício se construiria.

O exemplo que talvez com maior premência se coloque é o caso das "reticências". Define-se "reticências" como aquele "sinal de pontuação" que permite «significar hesitação, dúvida, amargura, ironia ou outros sentimentos» (Pinto, 1998: 74) mas, de forma análoga – não esqueceremos – se define "ponto de exclamação" como o "sinal de pontuação" que pode «expressar variados sentimentos, como admiração, entusiasmo, incitamento, ironia, dúvida, dor» (PINTO, 1998: 73). Sendo ambos desta forma apresentados, como dotados de tão semelhante natureza (veja-se a expressão da "dúvida" ou da "ironia"), seria de esperar que as consequências que a utilização de um deles acarretasse fossem igualmente implicadas pela utilização do outro: se um é considerado como marca de "tipo de frase", o outro, de forma correlata, poderia sê-lo igualmente. Para mais, atesta-se o uso de "reticências" com produtos frásicos, nas mesmas gramáticas, consultadas para a fundamentação destas alegações. Citam elas, na exemplificação, autores de língua portuguesa: « – Mas não compreendo, não compreendo...» de *Olhai os Lírios do Campo* de Érico Veríssimo (PINTO, 1998: 74); e « – Então é que não foi feliz por lá... Nem todos o podem ser...» de *A nossa gente* de Teixeira de Queirós (PINTO, 1996: 69).

Poderíamos, portanto, argumentar a favor da adição lógica de mais um "tipo frásico" à "tipologia das frases", como uma implicação necessária desta teoria, tal como é correntemente defendida. É que se a "frase declarativa" é caracterizada, no "código escrito", pela utilização do "ponto final", e se o "ponto final" «indica

uma pausa grande. Usa-se no final da frase, significando que aquilo que se pretende dizer está completo.» (PINTO, 1996: 61), «o sentido está completo» (FIGUEIREDO, 1987: 31), já no caso das "reticências", se indica que «ficou incompleto o sentido da frase» (FIGUEIREDO, 1987: 35), «algo mais ficou por dizer» (PINTO, 1996: 69). Então, não se poderia considerar os exemplos acima citados (cf. «Mas não compreendo...»; «Nem todos o podem ser...») como sendo casos de "frases declarativas": não utilizam "ponto final", e não significam que aquilo que se pretende dizer "esteja completo" porque, precisamente, "algo ficou por dizer": «Les points de suspension marquent fréquemment l'achèvement syntaxique de la phrase, tout en insistant de façon emphatique sur ses prolongements sémantiques: demain se lèvera l'aurore...» (ARRIVÉ, 1986: 539). Por outro lado, o sinal gráfico "reticências" surge, por vezes, claramente a par dos outros três "sinais de pontuação" a que se atribui, com mais frequência, como característica própria, a capacidade de marcar o fim da "frase": «A disposição coerente e coesa dos sintagmas na frase ocorre em geral finalizada por um dos sinais de pontuação [...] seguintes: um ponto final: [...] um ponto de exclamação: [...] um ponto de interrogação: [...] reticências: [...] » (MOURA, 2006: 212). Em última análise, estes critérios obrigam a uma adição à tipologia frásica, como ela é aqui perspectivada, e que corresponderia à "frase" que se caracteriza pela utilização de "reticências". Algo como "frase reticente".

Seguindo, conseqüentemente, o mesmo tipo de raciocínio, o nosso exercício não poderia terminar aqui. Também o "sinal de pontuação" "dois pontos" assume igualmente um papel que se distancia da função dos restantes "sinais de pontuação". Seria, assim, aceitável que reivindicasse para si mesmo a propriedade de marcar, e baptizar, um "tipo de frase" independente, tendo em conta que este "sinal de pontuação" indica um grau de conexão do trecho que assinala, em relação àquilo que o seguirá, no sentido de lhe conformar «l'analyse, l'explication, la cause, la conséquence, la synthèse» (GREVISSE, 1993: 164). O carácter aparentemente (?) especulativo desta dedução parece torná-la, afinal, justificável, no âmbito deste esquema teórico, que tão fortemente quis vincar a relevância do factor "pontuação" para a determinação do "tipo de frase". Poderíamos segui-lo (!), explorando as capacidades de outros destes "sinais".

Certamente, terá de ficar claro que não se faz aqui a apologia deste tipo de exame. Nem no caso da eventual "frase reticente" (a proposta padece de certo pendor recreativo), nem tampouco neste último caso de uma "frase" cujo tipo de "ponto" que a termina ("dois pontos") assinalaria simultaneamente uma sua continuidade. É o critério primeiro de aceitar um sinal gráfico de pontuação para a classificação tipológica da "frase" que é agora posto em causa, tentando provar *a contrario* que falta a tal exercício, pelo menos na forma como é proposto, coerência e sistematicidade. Tudo isto para além da questão fundacional de que não será completamente lícito querer equiparar objectos teóricos que não se regem pelos mesmos pressupostos. Seria como querer *ad absurdum* utilizar os mesmos instrumentos teóricos para a análise de uma relação de determinação entre dois constituintes de um grupo sintáctico de uma frase e para a análise estilística do sistema pontuacional de um determinado autor⁵⁵.

4.2.3.2.1. *Ad libitum*

Ora, aqui chegados, poderemos ainda elencar outros motivos relevantes para que a pontuação gráfica de uma "frase" não possa servir de auxílio para a sua classificação tipológica. Com isto atingiremos o nosso objectivo final de desacreditar um dos critérios usualmente utilizados para o reconhecimento de uma "frase exclamativa", a saber, o seu "ponto de exclamação" no registo escrito.

Se ainda outros argumentos fossem necessários, para além daqueles que foram já explanados⁵⁶, no sentido de confirmar que a comparência (ou a falta) de um

⁵⁵ É manifesto que o mesmo segmento discursivo se pode prestar com igual propriedade a estes dois tipos de análise; é evidente que se podem estudar comparativamente conclusões advindas de espaços diferentes; mas é igualmente certo que, no decurso do seu exame, cada uma das diferentes vozes teóricas encontrará o discurso que lhe é próprio.

⁵⁶ Relembramos, brevemente, a bem da inteligibilidade e sequencialidade discursivas, os casos que já mencionámos e a que agora, a título de exemplo, nos referimos:

- « *Sortez!* » não é uma "frase exclamativa" (RIEGEL, 2001: 402);

"ponto de exclamação" não denunciará sempre a presença (ou a ausência) daquilo que é apresentado habitualmente sob a denominação "frase exclamativa", poderíamos alegar agora este último. "Este último" significa, no caso, aquele com que encerrámos o subponto anterior, ao exemplificarmos a impossibilidade de tratar, com os mesmos instrumentos, objectos teóricos distintos. Emergiu, então, do nosso discurso a referência à entidade "estilo" e à entidade "autor". Era um exemplo; passa a argumento.

Na verdade, a uma certa fixidez a que aspira uma taxonomia funcional, contrapõe-se, neste caso, uma relativa liberdade de emprego dos próprios elementos em que, só de forma periclitante, a mesma taxonomia poderá assentar. Assim terá de ser, quando «se verifica que cada autor pontua diferentemente e cada género exige pontuação particular» (REBELO, 1968: 121); e assim terá de ser ainda, na medida em que se observa que, até de forma mais abrangente, «o sistema pontuacional [...] é um lugar de convenções em que se articulam valores linguísticos e extra-linguísticos, revelando-se ao mesmo tempo um domínio fortemente "idiolectal", quer dizer, aberto a realizações individuais ou individualizadoras» (GONÇALVES, 2003: 193). Na verdade, é por todos sabido que « l'usage garde toujours une certaine liberté en matière de ponctuation » (RIEGEL, 2001: 87); o mesmo seria dizer: « L'usage laisse une certaine latitude dans l'emploi des signes de ponctuation. » (GREVISSE, 1993: 145).

-
- « je vais tomber et être mort !!! » não é uma "frase exclamativa" (GREVISSE, 1993: 154);
 - « Comme nous aimons les amis qui viennent de nous quitter, n'est-ce pas ? » é uma "frase exclamativa" (MONNERET, 1999: 146);
 - « À quoi bon danser! » é uma "frase interrogativa" (GREVISSE, 1993: 155)

(Cf. «4.2.3. "Pontuação" e "Tipologia frásica"» e «4.2.3.1. "Ponto de exclamação" e "Frase exclamativa"»). E, neste contexto, não teria vindo a despropósito acrescentar que « Le fait que l'exclamation utilise souvent les mêmes moyens que l'interrogation amène parfois des points d'interrogation à la fin des phrases que l'on rangerait plutôt dans les exclamatives » (GREVISSE, 1993: 154).

Na verdade, as anteriores afirmações não aspiram a qualquer cariz dogmático, antes correspondem aos múltiplos entendimentos que conformam certo conceito teórico de "exclamação" que fomos detectando.

O facto é amplamente tratado pelos teóricos, e não será neste contexto que poderemos alcançar nenhum tipo de objectivo que se prenda com o estabelecimento de margens definitivas para os conceitos que nos prendem. No discurso dos teóricos responsáveis pela formatação desses mesmos conceitos, neste caso, as ressalvas dirigem-se, antes, para o tema da fluidez definitória que os atinge, até como característica própria e diferenciadora de outros conceitos que, em linguística, não apresentarão essa natureza que facilmente se escapa à força matemática das regras: «até hoje se não definiram com rigor (nem virão certamente a definir-se) as razões que fundamentam o uso de tais sinais em toda a sua especificidade.» (ALVES, 1993: 240); «o seu emprego [...] regula-se em especial pelo consenso.» (MOURA, 2006: 287).

Ou, talvez melhor: « il existe [...] une "bonne ponctuation" dont les règles sont exposées dans des manuels très subtils et très savantes [...]. Mais les régents de la norme sentent bien que leur position est intenable. » (LEPAPE, 1988: 6). Retomando praticamente outros termos já anteriormente citados: « chaque écrivain possède sa ponctuation et [...] elle fait partie de sa manière d'écrire, de son style » (LEPAPE, 1988: 6) e, democraticamente, «O sistema de pontuação [...] está ao alcance da criatividade dos utilizadores da linguagem.», de maneira geral. E mais ainda se poderia dizer que «Pode caracterizar-se o estilo de pontuar de determinado autor pela época em que viveu, a tendência em que se inseriu, o tipo de texto que escreveu, ou o tipo de parágrafo, o tipo de frase e o tipo de oração que usou.» (COSTA, 1991: 26).

Serviu a longa citação para, se possível, mais fortemente marcar a adesão à ideia de que «nous ne saurions faire intervenir les caprices des auteurs en matière de ponctuation, dans notre identification de ce qui est ou n'est pas une phrase» (MARTINET, 1979: 17), ponto de vista que definitivamente autoriza a que dele se extrapole e se defenda, de igual forma, que, não servindo a pontuação para a identificação de uma frase, não seja ela suficiente para lhe marcar uma tipificação. De alguma maneira, aparece inutilizado – ou definitivamente comprometido – o princípio vulgar da identificação da "frase exclamativa" que parte da observação do

tipo de pontuação que a caracteriza; ao mesmo tempo que, de forma recíproca, se subtrai ao "ponto de exclamação" uma das suas mais propagandeadas capacidades⁵⁷.

Comentando a nem sempre fácil destriça que enfrenta por vezes o linguista que queira utilizar as classificações "frase interrogativa" e "frase exclamativa", ou a paralela indecisão que perturba o escritor que, eventualmente, necessite de optar entre o "ponto de interrogação" e o "ponto de exclamação", e reconhecendo que os dois "tipos de frase" são tão próximos que « dans bien des cas on peut se demander s'il s'agit de l'une ou de l'autre »⁵⁸, Kerbrat-Orecchioni aconselha « On peut en cas de doute recourir à une ponctuation double: "Tu es encore là?!" (les deux signes pouvant être répétés et dosés *ad libitum*) » (KERBRAT-ORECCHIONI, 1991a: 6, sublinhe-se *ad libitum*); o que não fica distante de uma confissão de impotência.

4.2.3.3. As "frases"; os "pontos"

O rol de situações problemáticas, com prejuízo para uma delimitação clara das funcionalidades e das aptidões do "ponto de exclamação", junto dos parceiros com que concorre, não termina ainda.

⁵⁷ Será justo ressaltar que, na matéria da "liberdade" concedida pelos autores citados quanto à utilização dos sinais de pontuação, existem matizes a sublinhar. Movidos pelo interesse que nos solicita o "ponto de exclamação", que tem uma utilização menos regrada (regida por um pequeno, e pouco rígido, número de regras), corremos o risco que não mencionar o caso de outros "sinais de pontuação" em que regras explícitas existem, algumas das quais sancionáveis, de acordo com preceitos de tipo prescritivo. O exemplo mais flagrante será o da vírgula não poder ocorrer separando o sujeito do seu predicado; o exemplo é claro, até por coincidir, habitualmente, com uma pausa entoacional. Outros casos poderíamos alegar, como a relação obrigatória que a vírgula estabelece com o aposto ou com a oração relativa restritiva. Esta nota relembra que a "pontuação" se não é, de certo, legível de forma matemática, menos ainda o será arbitrariamente.

⁵⁸ Cf. «2.2.3. A "Frase exclamativa" e a "Frase interrogativa"».

Vimos já como poderá ser frágil a arquitectura do edifício teórico da "tipologia frásica", quando baseado no critério "pontuação"; ou – invertendo os termos para bem do nosso estudo – verificámos já como o critério "utilização do ponto de exclamação" não é afinal capaz na tarefa de determinar a natureza de um "tipo frásico" específico. Por um lado, a "pontuação" não tem competência de intervenção junto do conceito "frase", o que anularia *a priori* qualquer exercício desse tipo; por outro lado, tivesse ela tal capacidade, ficaríamos perante uma situação em que a *décalage* entre o número de "sinais de pontuação" e o número de "tipos de frase" revelaria uma desconformidade insatisfatória. Na verdade, fosse a "pontuação" um critério válido neste domínio, e teríamos – sob idênticos critérios – mais "tipos frásicos" a somar aos que habitualmente se registam (Cf. «4.2.3.2. Os "pontos"; as "frases"»).

Temos, portanto, que a definição circular de "ponto de exclamação" como "ponto" que «Marca uma frase de tipo exclamativo: *Conseguimos!*» (MOURA, 2006: 287) é largamente insuficiente. Assim como é, naturalmente, insuficiente, de forma correlata, a definição de "frase exclamativa" como aquela que é marcada pelo "ponto de exclamação" (Cf. «4.2.3.2. Os "pontos"; as "frases").

Façamos, então, novos caminhos. Na verdade, se seguindo o critério "pontuação", teríamos mais "frases"; segundo um outro critério pelo qual o "ponto de exclamação" é habitualmente entrevisto, teríamos mais "pontos".

4.2.3.3.1. Ponto de exclamação, "ponto de emoção"

De acordo com o mesmo raciocínio de tipo circular que denunciámos no subponto anterior, instituindo o "ponto de exclamação" como aquele que marca a "frase exclamativa", na exacta medida em que a "frase exclamativa" é aquela que

surge marcada pelo "ponto de exclamação"⁵⁹, temos, de forma algo similar – o raciocínio não será circular, mas é certamente redundante – que a "frase exclamativa" é aquela que serve para «Traduzir surpresa ou admiração» (ALVES, 1993: 208), quando o "ponto de exclamação" é aquele que à "frase" «Dá uma ideia de admiração, surpresa, alegria, entusiasmo, cólera, dor, súplica, espanto, emoção...» (ALVES, 1993: 244).

De igual forma ao que anteriormente delatámos, terá de haver aqui alguma desconformidade; já não entre o largo número de "sinais de pontuação" e o número restrito de "tipos de frase", mas sim entre o restrito número de "sinais de pontuação" face ao indizível número das emoções humanas. Se assim quisermos olhar para a "pontuação", será árdua qualquer contagem. Assim percebida, será sempre insatisfatória: « combien avons-nous de mouvements de l'âme [...] qui n'ont point de signes écrits » (GIRAULT-DUVIVIER, 1833: 39), citámos já, a propósito da alegada insuficiência da "pontuação", quando comparada com a riqueza das "inflexões oratórias" (Cf. «4.2.2.1. Da "melodia" de um sinal gráfico»). Também nesta nova comparação, não será expectável que a "pontuação" possa disputar qualquer prémio.

A sistematicidade de um exercício que tente um elenco de possibilidades pode ser posta em causa: «A pontuação pode indicar uma variação larga de significações: *Rui lê a lição.* [constatação]; *Rui lê a lição.* [ordem]; *Rui, lê a lição!* [ordem com possível irritação]; *Rui: lê a lição...!* [conselho]; *Rui lê a lição?* [desconhecimento]; *Rui lê a lição!?* [cepticismo]; *Rui lê a lição?!* [surpresa]» (MOURA, 2006: 285). Como ler a enumeração?: pelo número dos casos seleccionados?; pelo apuramento de quais os elementos em falta?; pelo reconhecimento da possibilidade de pontuar diferentemente "frases" que "traduzam" as emoções citadas?; ou antes, de forma inversa, pela identificação da faculdade de que a mesma "pontuação" venha a "traduzir" emoções diferentes? E, neste contexto, que súmula estabelecer como corolário definatório do campo de acção do "ponto de

⁵⁹ Como, por exemplo, de forma flagrante, na afirmação «São consideradas como exclamativas as frases, embora de estruturas muito diversificadas, pontuadas com o sinal / ! /.» (FIGUEIREDO, 2003: 210).

exclamação"? Deveremos ler a enumeração, contabilizando o número de ocorrências do nosso sinal gráfico? Deveremos contar o número de "sentimentos" que pode "manifestar"?; ou aqueles que não pode transmitir?

E, claro, outra questão terá de ser colocada. Propusemos, para um maior equilíbrio entre o número de "sinais de pontuação" e o número de "tipos de frases" – estabelecido a partir do critério "pontuação" – a instituição de algo como "frase reticente". Deveremos agora propor, de forma análoga, a bem da proporcionalidade entre o número de "sinais de pontuação" – entendidos como instrumentos de "tradução" de emoções – e o número destas, algo como um "ponto de irritação"?; de «possível irritação [*sic*]» (MOURA, 2006: 285)?; um "ponto céptico"?

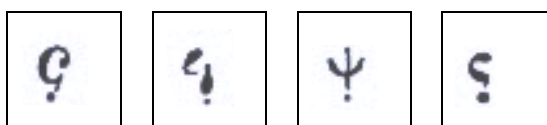
A última pergunta assume um cariz que não será tão retórico quanto à primeira vista o desenvolvimento do discurso pode fazer crer. « il s'est trouvé des écrivains pour réclamer l'instauration d'un signe supplémentaire, qui aurait complété les signes d'exclamation, d'interrogation et de suspension: le " point d'ironie "⁶⁰ (DRILLON, 2003: 11-12). Já Rousseau levantara a questão. Assinalando a imperfeição da "pontuação", realça-lhe a incompletude. Evitaríamos os meios que « allongent la langue écrite », na vã tentativa de suprir a falta de « les sons, les accents, les inflexions de toute espèce », se a "pontuação" pudesse ser aperfeiçoada: « Pourquoi, par exemple, n'avons-nous pas de point vocatif ? [...] comment distinguer par écrit un homme qu'on nomme d'un homme qu'on appelle ? C'est là vraiment une équivoque qu'eût levé le point vocatif. La même équivoque se trouve dans l'ironie, quand l'accent ne la fait pas sentir. » (ROUSSEAU, 1781: Chap. V).

Sem que seja aparentemente reconhecido qualquer mérito pela originalidade desta sugestão ao seu primeiro autor, a bibliografia concede a autoria

⁶⁰ É interessante a natureza do elenco seleccionado pelo estudioso: o "ponto de ironia" encontraria o seu lugar natural junto do "ponto de exclamação", do "ponto de interrogação" e das "reticências". Não surge agora a menção ao "ponto final"; porém, surge, esta referência às "reticências". E eis que novamente (Cf. «4.2.3.2. Os "pontos"; as "frases"») se poderia colocar a questão de podermos atribuir a este sinal gráfico o mesmo tipo de capacidade que atribuímos ao "ponto de exclamação" ou ao "ponto de interrogação", quando a partir da sua observação nos afirmamos capazes de identificar um tipo de frase específico.

da criação de um "ponto de ironia" inteiramente a Alcanter de Brahm (1868-1942): « Ce point d'ironie (un point d'interrogation retourné suivant l'axe vertical) a été inventé plusieurs fois ; la plus ancienne " création " de ce signe est due au Mulhousien Alcanter de Brahm [...], qui l'emploie dans son ouvrage *L'ostensoire des ironies* (1899). » (DRILLON, 2003: 12). Ainda que a proposta não tenha encontrado uma resposta efectiva, por parte do elenco tradicional dos "sinais gráficos" já estabelecidos, ela é já uma referência canónica, mesmo dos compêndios mais idóneos: « Alcanter de Brahm (1868-1942) a imaginé un *point d'ironie*, qui n'a pas eu de succès. » (GREVISSE, 1993: 145).

Jean Méron, especialista reconhecido em tipografia e ortotipografia, percorrendo num seu trabalho (MÉRON, 1998) diferentes referências que os estudiosos fizeram a este "ponto de ironia", recenseia para este "sinal" quatro grafismos possíveis:



(MÉRON, 1998: 21).

Trata-se de um artigo crítico e o tom do seu autor também o é, essencialmente nas notas que apõe ao corpo principal do texto. Percebe-se que Jean Méron subscreve o autor que cita (cita André Jouette, através de *Le Robert*, p.535), quando este diz: «Ce signe est superflu : signaler qu'on ironise, c'est ôter le sel de la plaisanterie. ». E a este comentário, acrescenta ainda: « Qu'on me comprenne bien : je ne suis pas foncièrement hostile aux nouvelles punctuations, mais que les spécialistes s'accordent entre eux au moins sur leur forme » (MERON, 1998: 22).

Mas este exercício poderá ser prolongado. Se a tarefa era fazer diminuir o intervalo que separa o número de "sinais de pontuação" que servem o objectivo de "traduzir" emoções, e o número destas, para mais aberto um precedente, então,

outras propostas poderiam – teriam de – ser feitas. E foram-no, de facto. Nina Catach disse mesmo nos dá conta, ao apresentar as propostas de Hervé Bazin:

ψ	Le point d'ironie (lettre Psi, « <i>Ps... sonde la flèche qui vole... quoi de meilleur pour exprimer l'ironie</i> ψ »)
?	Le point de doute (« <i>Je me demande si elle viendra</i> ? »)
†	Le point de certitude (« <i>Je crois en Dieu</i> † »)
∨	Le point d'acclamation (« <i>Vive Untel</i> ∨ »)
♡	Le point d'amour (« <i>Ah, je l'aime</i> ♡ »)
↑	Le point d'autorité (« <i>très sensible dans le commandement</i> » [sic])...

(CATACH, 1996: 10)

Para nós, todo o exercício resulta pleno de surpresa. Não esperávamos, ao formular uma pergunta sobre a pertinência da criação de um "ponto de irritação" ou de um "ponto céptico" (cf. *supra*), que qualquer tipo de resposta viesse a ultrapassar o cariz de uma argumentação académica, para se encontrar factualmente inscrita, nas páginas que versam o tema.

Neste catálogo de sugestões originais de novos sinais gráficos, que viriam completar o elenco que a convenção admite, o "ponto de exclamação" titubeia entre a visibilidade com que foi por alguns considerado como insuficiente para as necessidades expressivas de quem escreve, e o reconhecimento de que conquistou o seu lugar numa tradição, a que outros sinais de pontuação não chegaram nunca a pertencer. Neste equilíbrio instável entre duas opções – insuficiente para todas as necessidades expressivas vs. polivalente face às muitas necessidades expressivas – compreende-se o comentário que coloca o "ponto de exclamação", partindo de determinado ponto de vista, na margem de um conjunto coerente de elementos – face aos quais assume, é certo, características diferenciadoras – mas cuja presença, ainda assim, é com alguma benevolência admitida: «Entre a impossível codificação de todas as nuances orais e a exigência de simplicidade, vingaram apenas símbolos

fundamentais, como vírgulas e pontos, com o máximo de extravagância a ficar-se talvez pelo ponto de exclamação.» (ROSA, 2007). Para além do "ponto de exclamação" ser aqui certificado como um elemento pertencente ao grupo dos "símbolos fundamentais", atesta-se que a sua sobrevida será responsável pela "codificação de todas as nuances orais" que a não prevalência dos outros sinais indicados deixou a seu cargo.

Por outro lado, é já com total clareza, que fica espelhada uma interferência nas margens do conceito "ponto de exclamação", quando percebido como um ponto indicativo «de uma expressão de espanto, de surpresa, de alegria, de entusiasmo, de cólera, de dor, de súplica» (CUNHA e CINTRA, 1994: 652), mas que também poderá representar – na falta de outros sinais gráficos complementares – a "ironia", a "dúvida", a "certeza", a "aclamação", o "amor", a "autoridade" (cf. quadro antecedente), contribuindo este conjunto prolífero de possibilidades para alargar o espaço de incerteza definitiva por onde circula o "ponto de exclamação", no desempenho da sua fluida função.

Este facto tem sido notado, e é certamente com justiça que se admite que «Cabe [...] ao leitor a tarefa, extremamente delicada, de interpretar a intenção do escritor; de recriar, com apoio em um simples sinal, as diversas possibilidades da inflexão exclamativa e, *em cada caso*, escolher dentre elas a mais adequada»⁶¹ (CUNHA e CINTRA, 1994: 652). Os itálicos são nossos e servem para sublinhar a distância a que aqui nos situamos da possibilidade de desenhar um contorno perfeitamente exacto e fixo para o conceito teórico que nos prende. No âmbito do capítulo que presentemente nos ocupa, em lado algum o encontrámos disponível a tal esforço.

⁶¹ O contexto de trabalho é aqui o daquele que entende que o "ponto de exclamação" « ser[t] à indiquer, dans l'écrit, des faits de la langue orale » (GREVISSE, 1993: 144), distanciado, portanto, daquele entendimento de uma pontuação « qui ne " parle " qu'aux yeux » (CATACH, 1996: 5); cf. *supra* («4.2.1.1.3. Da volubilidade»), « l'oeil ne respire pas » (DRILLON, 2003: 100).

4.2.4. "Ponto de exclamação": relações estético-afectivas

A investigação é um processo moroso. Talvez hoje mais do que alguma vez essa característica conte normalmente a seu desfavor. No entanto, no respeito por essa sua natureza, e aceitando que assim seja, tomemos nós algum tempo. Após uma mal sucedida tentativa, já anteriormente confessada, de aprisionar o nosso "ponto de exclamação" dentro de balizas estáveis⁶², vamos assumir que não será no endereço teórico da "pontuação" que encontraremos a fórmula reveladora das dimensões do nosso conceito.

Contudo, não deixará de ser curioso admirar os afectos e as emoções que o "ponto de exclamação" – ele mesmo percebido como repositório de afectos e emoções⁶³ – provoca nos seus utilizadores, como se sobre eles projectasse a sua própria carga emotiva.

O "ponto de exclamação" tem sido, assim, tema de debates e crónicas, com direito a adversários e defensores, com direito a detractores e apoiantes. Não será de somenos que uma matéria tão de perto relacionada com assuntos de estilo

⁶² A presente nota de rodapé tem como objectivo a comprovação da afirmação que a justifica, recorrendo à remissão para anteriores pontos deste texto. A tarefa não fica, no entanto, simplificada, perante a proliferação dos momentos em que, neste capítulo, não foi possível vislumbrar com nitidez os contornos que definem este objecto teórico (Cf., por exemplo, «4.2.3.2. Os "pontos"; as "frases"»; «4.2.3.2.1. *Ad libitum*»; «4.2.3.3. As "frases"; os "pontos"»; «4.2.3.3.1. Ponto de exclamação, "ponto de emoção"»). Fazendo uma breve retrospectiva dos elementos apurados até à ocasião, só em algum apontamento histórico a essência do "ponto de exclamação" terá sido momentaneamente capturada.

⁶³ Recuperando definições já apresentadas – «Dá [o ponto de exclamação] uma ideia de admiração, surpresa, alegria, entusiasmo, cólera, dor, súplica, espanto, emoção...» (ALVES, 1993: 244) – ou fornecendo outras de idêntico teor: «coloca-se no fim de frase, que exprime comoção súbita, surpresa, dor, prazer, etc.» (FIGUEIREDO, 1961 [1915]: 208); «o ponto de exclamação [...] um sinal de expressão de sentimentos do autor» (COSTA, 1991: 23), acreditamos ter já comprovado a factualidade deste entendimento.

venha ocupar páginas da nossa imprensa quotidiana hodierna, entre, por exemplo, os eventualmente mais prosaicos desporto e economia⁶⁴.

Sendo certo que não nos situamos, neste contexto, do lado de dentro da linguística enquanto tal, este intervalo pode ser vantajoso naquilo que à estreita configuração do "ponto de exclamação" diz respeito. E calar as paixões que ele suscita seria empobrecer uma das mais singulares facetas de que se reveste.

O termo "paixões" não é aqui inocente. A utilização da exclamação no discurso é, frequentemente, percebida como um recurso da retórica, se não mesmo uma "figura" da "retórica" ou do "estilo", conforme a preferência terminológica e as idades⁶⁵. E a sua descrição nos dicionários de língua inclui esta menção do afecto: «Figura de Rhetorica [exclamação], que consiste em invocar de repente, n'um discurso, alguma pessoa ou cousa, fallando com ella de modo a exprimir os mais impetuosos affectos da paixão.» (VIEIRA, 1871: 494). Não é fortuita a designação, que encontramos repetidamente⁶⁶: «Figura de rhetorica, pela qual se nomeia, e invoca alguma pessoa, os mortos, alguma cidade, e fallando com ella se exprime, e

⁶⁴ É no jornal *Público* que se lê o fervoroso artigo intitulado «Contra a exclamação» (MEXIA, 2007).

⁶⁵ Enquanto "figura de estilo", a "exclamação" é «expressão de repulsa, emoção ou êxtase ante os acontecimentos. Que deslumbramento!» (ALVES, 1993: 277 e 494). Mas poderemos igualmente encontrá-la apresentada e definida como "figura de pensamento"; que não "figura fónica" ou "figura de construção frásica": «exclamação – expressão espontânea e viva de um sentimento: *Ó doce nome da liberdade! Ó graça divina!*» (MOURA, 2006: 280-282). Este ponto é interessante: não se relacionou a "exclamação" com uma "fonia" ou com uma "sintaxe", dois aspectos que são dos mais comumente tratados quando dela se fala. Por outro lado, ainda que fora do domínio literário, é verdade que « dans le message écrit, il s'agit [les marques interrogatives et exclamatives] en règle générale d'emplois rhétoriques qui participent d'une mise en scène énonciative, d'un dialogisme expressif : on s'étonne de ce qu'on écrit soi-même, on se pose des questions et on y répond » (ANIS, 1988: 219).

⁶⁶ Não apenas nos dicionários de língua, mas também quando se fala da interjeição – que é, por vezes, outra maneira de falar da "exclamação" (a este ponto regressaremos posteriormente, em capítulo distinto): «Interjeições, ou palavras arremessadas [...] para exprimir as paixões» (MORAES, 1877: XV); como ainda em artigos mais recentes: «Sinal de exaltação, de comemoração, de alegria exacerbada. E de dor que não passa, sofrimento e raiva. Um sinal carregado de paixão e êxtase» (PERISSÉ, s/d).

pondéra⁶⁷, alguma cousa de paixão, e affecto vehemente.» (MORAES, 1877:?). É certo que os mais comeditos dicionários actuais explicitam a questão já noutros termos⁶⁸. Mas por agora, interessava um percurso justificativo da escolha da designação "paixões". É interessante, desta forma, notar o paralelismo algo especular com que esta sua característica parece reverter ao objecto que a possui, através do olhar que sobre ele recai, como que por ele contaminado.

Será talvez assim que se poderá justificar os discursos, eles próprios apaixonados, que se dirigem à "exclamação", por intermédio da sua mais *visível* face, o "ponto de exclamação".

De facto, o "ponto de exclamação", tem levantado debates audíveis. Gabriel Perissé – professor universitário, de nacionalidade brasileira, a exercer funções de professor de programas de mestrado e doutoramento na Universidade Nove de Julho, em S. Paulo – no seu trabalho "O admirável ponto de exclamação!" (PERISSÉ, s/d), enumera diferentes manuais, directrizes redaccionais e livros de estilo, que norteiam jornais de referência no Brasil⁶⁹, em Portugal⁷⁰, Inglaterra⁷¹ e Estados Unidos⁷², que desaconselham formalmente (em letra de forma e peremptoriamente) a utilização do "ponto de exclamação". Num dos exemplos citados, depois da proibição «Nunca use em título», vem a concessão «a não ser em casos excepcionais» mas, ainda assim, sob o respeito da cláusula «com autorização da Secretaria de Redação»⁷³, situação que deixa entrever o grau de perigosidade que

⁶⁷ A forma verbal escolhida recorda-nos que a percepção da "exclamação" entendida como uma avaliação da responsabilidade do locutor (CHARAUDEAU, 1992: 604; OLIVEIRA, 2006: 110, por exemplo) não é uma visão recente.

⁶⁸ Cf. «4.2.3.1. "Ponto de exclamação" e "Frase exclamativa», onde se leu a propósito de "exclamação retórica" – «aquela [exclamação] que é feita, não para expressar uma emoção, mas para prender a atenção do auditório.» (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001: 1632).

⁶⁹ *Folha de S. Paulo; O Globo* (apud PERISSÉ, s/d).

⁷⁰ *Manual de Jornalismo*, de Anabela Gradim; *Público* (apud PERISSÉ, s/d).

⁷¹ *Editorial Style Guide* da Universidade de Sheffield (apud PERISSÉ, s/d).

⁷² Elmore Leonard (apud PERISSÉ, s/d).

⁷³ *Folha de S. Paulo* (apud PERISSÉ, s/d).

lhe é imputado. A sua rejeição é, de forma intermitente, total – «o ponto de exclamação sequer é mencionado»⁷⁴ – notória «“*Exclamation marks are generally to be discouraged. Enthusiasm can be shown in other ways*”»⁷⁵; ou radicalmente violenta: «“O ponto de exclamação é o crachá da incompetência”»⁷⁶.

É detectável, num número significativo de textos – um número que se torna tão mais significativo quanto tivermos em conta o facto de que se destinam a um público alargado – uma determinação persecutória feroz que se abate sobre o "ponto de exclamação". Se tivermos em consideração que se trata de uma questão estilística, a situação detectada é, de alguma forma, inesperada. Fica ao "ponto de exclamação", pelo menos, a originalidade desta atenção que lhe é dispensada, comparativamente aos restantes "sinais de pontuação". Longe de ser indiferente à comunidade de redactores, escritores, pensadores, autores, teóricos, estudiosos, ensaístas..., o "ponto de exclamação" é dotado da capacidade de causar as mais vívidas reacções: «*Exclamation points are the most irritating of all. Look! they say, look at what I just said! How amazing is my thought!*» (THOMAS, [1979] 1995: 127); «Tenho objecção de consciência aos pontos de exclamação»; «A exclamação é a intensidade dos pobres de espírito.» (MEXIA, 2007). É dotado da capacidade de causar uma animosidade violenta: «É que o ponto de exclamação é uma espécie de bicicleta com duas rodinhas extra, para que os inábeis não caiam ao chão, mas que todos os outros dispensam.» (MEXIA, 2007).

Que já tenham escrito um *requiem* ao "ponto de exclamação", é sinal bem expressivo do momento nefasto que actualmente o percurso vital deste "sinal de pontuação" atravessa. Num artigo intitulado «*Requiem pelo ponto de exclamação*» (ABELAIRA, 1981), a situação fica plasmada de forma transparente: «desapareceu [o ponto de exclamação] certamente porque se concluiu já não ser necessário – devermos tudo aceitar sem espanto.»; «o ponto de exclamação (e portanto a própria

⁷⁴ *O Globo* (apud PERISSÉ, s/d).

⁷⁵ *Editorial Style Guide* da Universidade de Sheffield (apud PERISSÉ, s/d).

⁷⁶ Elmore Leonard (apud PERISSÉ, s/d).

exclamação)⁷⁷ caminham para o rol das coisas arcaicas [...] E com mais uns anos, as próprias escolas deixarão de ensiná-lo, a memória dele perder-se-á⁷⁸ .».

Invertem-se os papéis. Contrariamente à visão de outros autores já citados, trata-se, agora, da percepção angustiada de uma perda. Augusto Abelaira teria, portanto, de ser colocado no rol dos defensores do "ponto de exclamação", nas suas palavras, «a grande ponte entre o coração e a inteligência»; «nenhum outro sinal gráfico me fascina tanto» confessa. O desaparecimento do "ponto de exclamação" tem, segundo a perspectiva deste autor, implicações decisivas na vida psíquica da própria humanidade: «Sem o sinal tradutor do espanto, os homens deixarão de se espantar» (ABELAIRA, 1981).

Se seguirmos a pista deste raciocínio, iremos descobrir-lhe a origem. Augusto Abelaira fundamenta esta sua opinião no facto de ter já lido em alguma incursão filosófica que «no espanto está a raiz da ciência»: foi por alturas da escola, em torno dos pensamentos de Aristóteles⁷⁹. Ora, trata-se de uma fonte conhecida⁸⁰. E se quisermos ver a exclamação à luz deste pensamento que a liga à capacidade de espanto do ser humano perante a realidade que se lhe apresenta, estaremos

⁷⁷ A maneira como esta declaração é apresentada pelo seu autor – como sendo evidente que o "ponto de exclamação" e a própria "exclamação" surgem, de forma natural, associados – vem *a posteriori* apoiar a fundamentação de uma ligação também já aqui estabelecida (Cf. «4.2.1.1. Código escrito e "Pontuação"», parágrafo inicial, por exemplo) e que justifica até a própria inclusão deste capítulo, no âmbito do trabalho de pesquisa em curso.

⁷⁸ Também aqui, tal como na anterior nota de rodapé, poderemos encontrar um indício de uma concordância com afirmações já registadas. Falava-se dos conteúdos dos programas e das gramáticas escolares como significativos ao nível do grau de importância que a sociedade, de forma geral, atribui a um conceito teórico, para o caso, em linguística (Cf. «2.1. Intróito»). Também esta expressão do autor considera agora a escola como medida válida da vitalidade de um conceito, pelo que também *a posteriori* vem corroborar, de alguma forma, uma conclusão já enunciada.

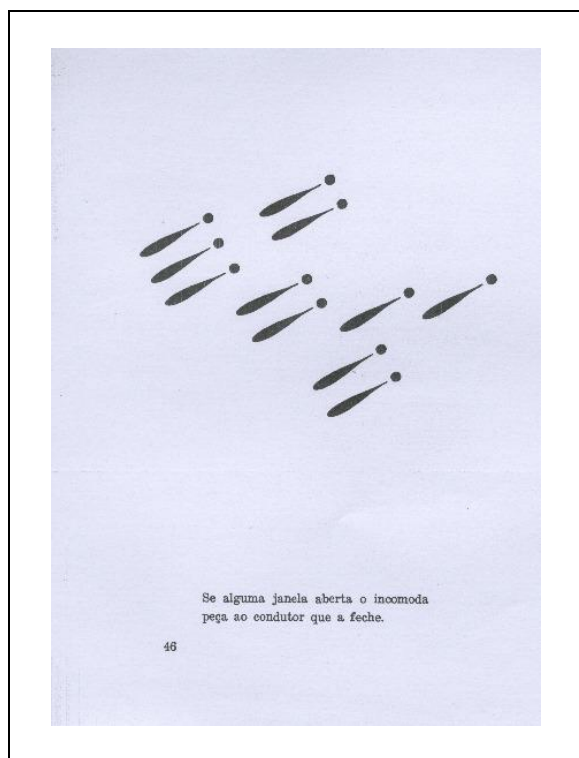
⁷⁹ Diz o autor: «aprendi na escola que entre os vários sinais gráficos havia o ponto de exclamação e, naturalmente, apressei-me logo a exclamar. Como lera em Aristóteles (não lera em Aristóteles, que é um pouco indigesto, mas num comentador) que no espanto está a raiz da ciência, eu, desejoso de ser sábio, comecei a ver o mundo como um grande ponto de exclamação» (ABELAIRA, 1981).

⁸⁰ É obviamente dizer pouco. Aristóteles, nas palavras de um seu estudioso «instituiu com a lição dos seus livros a aula mais vasta e frequentada de toda a Humanidade.» (CARVALHO, 1982: V).

inequivocamente a aproximá-la das suas mais nobres características: «Foi, com efeito, pela admiração que os homens, assim hoje como no começo, foram levados a filosofar» (ARISTÓTELES, 1982 [384-322 a.C.]: 11).

Já do lado dos detractores, a crítica é, como vimos atestando, de uma violência cáustica. Diz Pedro Mexia no seu já citado artigo de opinião: «Alguém escreveu que uma pessoa que usa pontos de exclamação é como alguém que se ri das suas próprias piadas.» (MEXIA, 2007). Esse alguém terá sido F. Scott Fitzgerald cuja recomendação a jovens escritores se tornou famosa: «*Cut out all those exclamation marks. An exclamation mark is like laughing at your own joke.*» (apud PERISSÉ, s/d).

Claro que aqui o autor não ensaia o mínimo gesto de imparcialidade, antes pelo contrário; a sua crítica é totalmente partidária, constituindo aliás o próprio âmago do artigo, desde o seu título, já referenciado, «Contra a exclamação» (MEXIA, 2007). Poderíamos querer esgrimir argumentos, no sentido de equilibrar posições e, fosse esse o caso, teríamos de responder aos epítetos «óbvio e inestético» lançados sobre o "ponto de exclamação" em tal texto, com a transcrição de um texto outro:



(O'NEILL, 1960: 46¹)

E tal transcrição resolveria, provavelmente, tanto a questão da "estética", como a questão da "evidência", de forma bastante sumária.

Não é, no entanto, nosso intuito fazer qualquer discurso que se aproxime da crítica estilística, ainda que nos encontremos, de momento, num interregno explicitamente desenhado (cf. «4.2.4. "Ponto de exclamação": relações estético-afectivas»») para permitir invocar alguns destes juízos valorativos, sem contaminar o tom da restante dissertação. Não é esta uma faceta da "exclamação" que se queira, ou deva, ocultar.

Por nós, assumimos o total relativismo que os tempos e as modas imprimem em questões de estética ou estilo. Mas convirá registar que é notória a forma como o emprego do "ponto de exclamação" tem ficado na imediata dependência destes factores. Há quem defenda, por exemplo que, hoje, «A luta contra o ponto de exclamação insere-se na cruzada pela moderação que cobre de cinza o céu do nosso tempo.» (PEDROSA, 2009: 77). Não seria curial omitir tal questão.

Se tivéssemos, neste nosso percurso, de recorrer a parâmetros de literariedade para aquilatar do valor estético relativo da "exclamação" enquanto "figura de estilo", ou do valor estético da utilização do "ponto de exclamação" para a expressão literária, encetaríamos uma discussão que necessariamente escapa aos nossos desígnios e habilidades. E embora assim seja, parece-nos, no entanto, que se trata de uma temática que não pode deixar de tocar as margens do problema que nos ocupa. Ainda que de forma lateral, logo desde a própria terminologia que descreve estes factos, a "exclamação" surge também, com algum vigor, nesta área de estudos. Importa, portanto, ver como outros estudiosos olham para um conceito teórico que, não sendo o nosso (a perspectiva de análise é diferente), partilha com ele, pelo menos, a designação "exclamação".

E, desta forma, acontece igualmente que "exclamação" surge nos compêndios enquanto designação de uma "figura de estilo". De alguma maneira coincidindo com todos os momentos em que o conceito não nos apareceu revestido de uma *forma* sempre facilmente apreensível, a figura de estilo "exclamação" é apresentada como "figura de pensamento". Não surge como uma "figura fónica" (como a aliteração ou a assonância), nem surge enquanto uma das "figuras de construção frásica" (como a anástrofe ou o assíndeto). A opção do gramático que elaborou a tripartição que citámos (MOURA, 2006: 280-282)⁸¹ torna-se interessante na medida em que permite uma leitura simultânea com outros estudiosos, mais próximos da nossa área de estudo, quando estes negam à "exclamação" uma "construção frásica" particular, e quando estes defendem que – citamos um apenas que reitera outros já citados⁸² - «an exclamatory function is easier to identify than an exclamative form [(paralelamente, ela não é apresentada como "figura de construção frásica")]: basically, exclamations are expressive while statements are informative [(é, em paralelo, dada como "figura de pensamento")]]» (CRUTTENDEN, 1986: 116).

⁸¹ Deixamos a análise crítica da correcção das opções feitas para outros estudos e, sobretudo, para outros estudiosos.

⁸² A lista torna-se extensa: MILNER, 1978: 252-253; ARRIVE, 1986: 264; LE GOFFIC, 1993: 100 ; WILMET, 1997: 451; ALONSO-CORTES, 1999: 4023; CULIOLI, 1999: 113; GARRIDO MEDINA, 1999: 3884 ; RIEGEL, 2001: 387.

Assim se impõe esta breve incursão que nos desvenda a relação da "exclamação" com padrões de beleza, com concepções de mestria ou de inépcia literárias. Faz, neste campo, parte dos manuais a lição de que, na história da literatura, o Romantismo foi um tempo favorável às "exclamações". Gabriel Perissé, ele próprio recorrendo a um tom marcadamente expressivo – na questão das referidas facções, trata-se de um defensor –, expõe a situação: «O romantismo é uma explosão de sentimentalismo, comoção, euforia, dramaticidade, nostalgia desgarradora, egotismo misturado com o ufanismo da nacionalidade, sensações conflitantes, contraditórias, desesperação, angústia, idealismo... Os seus representantes, quase por instinto, têm de recorrer ao ponto de exclamação!» (PERISSÉ, s/d).

Poderíamos, de alguma forma, afirmar que existe entre este período literário e a "exclamação" um encontro confirmado: o homem romântico clama pela liberdade de sentimentos e pela sua livre expressão: «essa concepção [concepção eminentemente subjectivista da criação literária] tende a [...] fazer do discurso uma espécie de extensão natural, autêntica, e irremovível de uma emoção muito viva e não controlada por convenções» (REIS, 1995: 432). Nunca antes, e poucas vezes depois, em termos da história da literatura, a "exclamação" atinge tão elevado estatuto. Antes – faz-se aqui referência ao chamado "Período Clássico" – poder-se-ia dizer que «A razão era [...] um dique maciço e irremovível a conter a manifestação dos sentimentos [...]. O homem romântico dinamitou esse dique, para se deixar arrastar pelas mais violentas emoções.» (BARREIROS, 1989: 14). Depois, com o Ultra-Romantismo, a expressão do sentimento terá degenerado – fala-se a este propósito de uma «degenerescência da poesia romântica» (BARREIROS, 1989: 107-108) – em «sentimentalismo», «idealização sentimental» ou «sentimentalismo excessivo»; ou, num tom crítico ainda mais severo, em «enxurradas de lágrimas e suspiros», «ais e suspiros de corações apaixonados», «pieguices lacrimějantes», na voz de um historiador da literatura (BARREIROS, 1989: 108-109)⁸³. E depois, ainda,

⁸³ O mesmo autor explica que a denominação "ultra-romantismo", como termo designativo de um sub-período literário, se deve a Teófilo Braga, alertando para o facto de que se trata de um termo depreciativo, eventualmente injusto em relação a «muitas das composições

com o Realismo, «nos antípodas do idealismo romântico», o escritor será já «um observador que se pretende neutro, desapaixionado, e tanto quanto possível objectivo» (REIS, 1995: 437); o que significa que terá passado o tempo da exclamação efusiva⁸⁴.

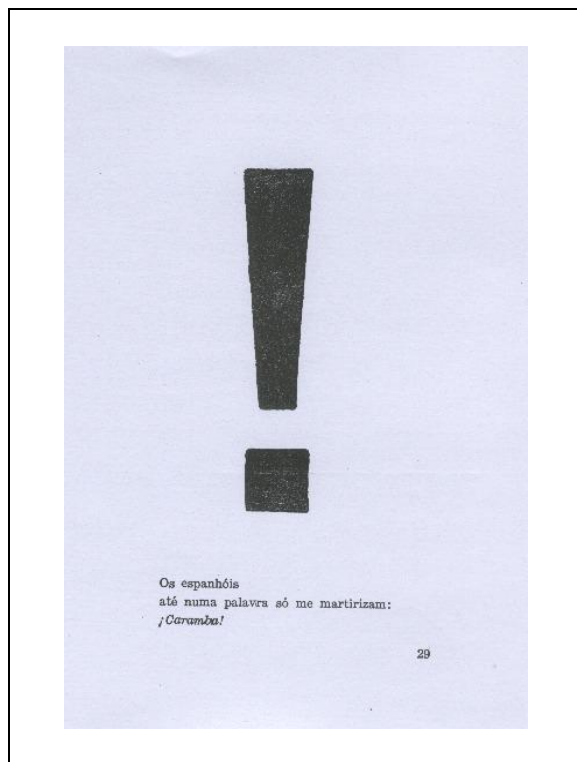
A datação da caducidade da "exclamação" como procedimento retórico, à maneira dos românticos, fica assim registada nos compêndios: «No século XIX, a moda era pontuar sempre que possível. No início do século XX, inverte-se a tendência – quanto menos pontuação melhor.» (COSTA, 1991: 17). A pontuação pode colaborar para uma periodização literária baseada em padrões de estética que se vão alterando: « On reconnaît à l'oeil, avant même d'avoir entamé la lecture, la musique classique de la ponctuation, découpant des mesures amples et nettes ; la musique romantique hérissée de pointes, trouée d'incises, entraînée dans des staccati virtuoses ou bien cherchant à imiter les cris et les rythmes de la nature » (LEPAPE, 1988: 9). Perissé é novamente expressivo na justificação que apresenta para este facto: «produziu-se uma certa náusea, um certo enjôo. Depois do transbordamento de emoções, da veemência, da grandiloquência, da hipérbole, do arrojo, da *overdose* emocional, sobreveio a natural ressaca» (PERISSÉ, s/d).

Será que devemos fazer remontar a esse período já relativamente distante de um certo exagero ultra-romântico, para justificar o actual desmerecimento com que o "ponto de exclamação" é hoje percepcionado? Um descrédito raiando o desprezo: «A single exclamation point in a poem, no matter what else the poem has to say, is enough to destroy the whole work» (THOMAS, [1979] 1995: 128-129).

poéticas que abrange» e que terão um «real valor». Acrescenta ainda que, por essa razão, «está [o termo "ultra-romantismo"] a ser banido da história literária.» (BARREIROS, 1989: 108), informação que, no entanto, não conseguimos confirmar empiricamente.

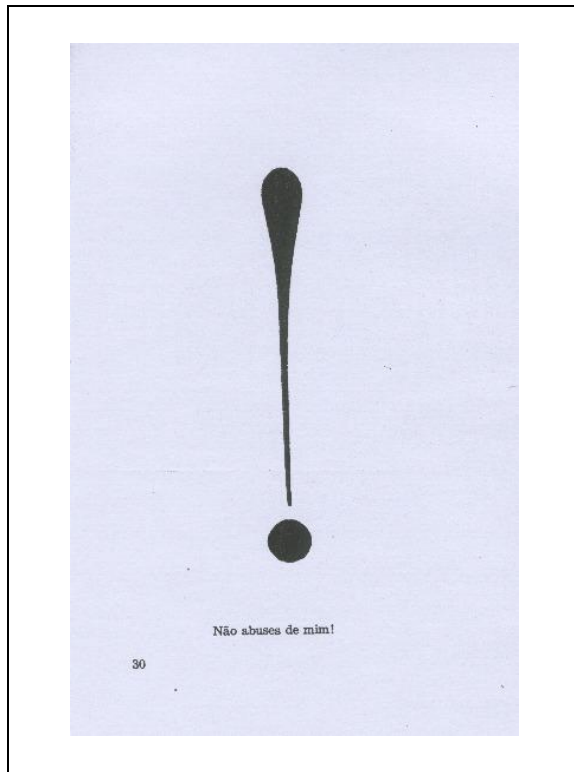
⁸⁴ Muito antes do *requiem* de Abelaira, já Antero pressentira aquilo que descreve como «imminente condenação da poesia pelo inexorável destino da história», quando "poesia" significa «sentimento vivo e alado, imaginação caprichosa ou profunda, contemplação intensa do vasto universo e da própria alma». Para os poetas que assim entendem a verdadeira poesia, diz, «o momento presente é triste, é amargo. Sentimo-nos tão deslocados! [...] Quase que temos a consciência de uma gradual fossilização, sentimos que alguma coisa [...] nos reduz ao estado de seres paleontológicos, representantes dum período já obsoleto [...] representantes duma espécie prestes a desaparecer» (ANTERO, 1993 [1889]: 344).

É forte o impulso para fazer, neste espaço, dialogar diferentes línguas, autores que não partilham, certamente, códigos comuns, e responder; desacreditar, ou pelo menos relativizar, argumentos anteriores, casos em que o "poema" não sobreviveria à ausência do "ponto de exclamação"⁸⁵:

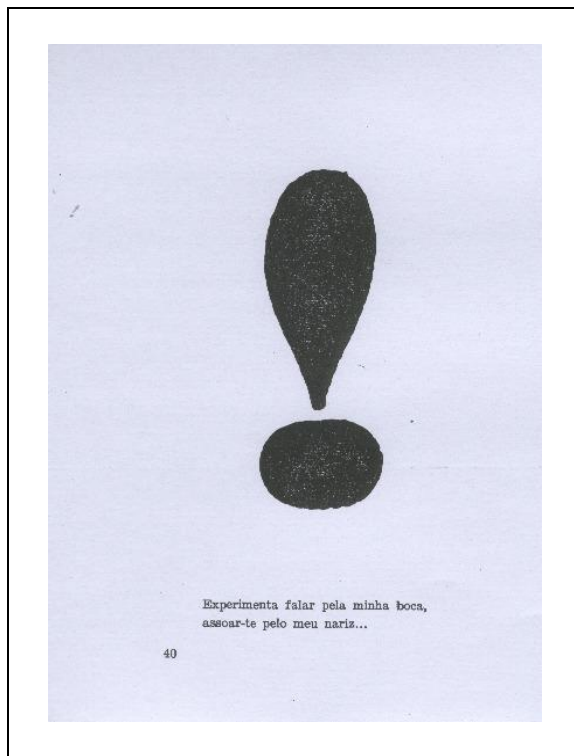


(O'NEILL, 1960: 29¹)

⁸⁵ Novamente justificamos esta incursão, por estarmos ao abrigo do título «"Ponto de exclamação": relações estético-afectivas». Mas estar em Portugal, utilizando a língua portuguesa, falando de "ponto de exclamação", num contexto em que se procuram pistas para definir a sua identidade, pode ser uma contingência que obrigue à referência literária que se segue a esta nota de rodapé.



(O'NEILL, 1960: 30¹)



(O'NEILL, 1960: 40¹)

Contudo, e abandonando definitivamente (?) o campo da estética, é relevante notar que a questão da constituição corpórea do "ponto de exclamação" – com que aqui se joga e da qual se tira partido – foi já, ela própria, um tema entre gramáticos; foi já efectiva e explicitamente colocada, com intuitos bem mais (?) prosaicos do que os literários, e que voltam a fazer repensar a natureza deste sinal gráfico.

4.2.5. Uma questão de desenho gráfico⁸⁶

Existe, em torno do grafismo do sinal de pontuação "ponto de exclamação", um momento de hesitação teórico-prática que leva a que diferentes estudiosos da matéria, sobre ele se debrucem, com um cuidado que os demais sinais de pontuação não terão recentemente recebido.

Trata-se de podermos perceber a evolução histórica do "ponto de exclamação", ou da história da evolução da sua configuração gráfica, através da percepção de momentos específicos que se tornaram decisivos e, também por essa razão, merecem referência e ponderação. Afinal, a "exclamação", através do seu "ponto", poderia hoje ter um aspecto (não só no sentido de "cariz", mas sobretudo no sentido mais literal de "semblante") diferente: não simplesmente « ! », mas duplamente « ¡ ! ».

⁸⁶ Não se leia o título como pleonástico. A acepção de "desenho" que aqui se pretende é aquela em que os vocábulos "desenho" e "desígnio" partilham uma zona semântica de sobreposição, um sema comum (se assim se pode falar), algo como "plano" ou "projecto". Acontece que a expressão "desenho gráfico" tem, ela própria, uma área de significado que se adequaria também com propriedade à secção de discurso que queremos iniciar: «técnica que consiste na *concepção* de formas gráficas, designadamente de letras, símbolos e figuras, com base em critérios de estética e de *eficácia comunicativa*, geralmente com fins publicitários ou de criação de determinada imagem *visual*.» (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001: 1176, itálicos nossos). Adequar-se-ia, talvez; no entanto, esta acepção é bem mais recente do que a anterior, perdendo (?), por essa razão, alguma pertinência, em relação ao conteúdo do ponto que se pretende albergar sob este título, e que traz já consigo o peso da História.

São numerosas as referências que vêm testemunhar este facto. A primeira entre elas terá de ser, pelo carácter institucional que lhe subjaz, pela força de lei que lhe é outorgada, a que fica registada no «Diário do Govêrno, n.º 206», de Fevereiro de 1911. Alguns dos dados históricos fundamentais podem relatar-se assim: «A 1 de Setembro de 1911, António José de Almeida, o Ministro do Interior, dá despacho ao Relatório da Comissão nomeada por Portaria de 15 de Fevereiro de 1911, publicada três dias depois [...]. Destinada a ser adoptada *nas escolas e documentos oficiais e outras publicações [...]*, a ortografia proposta nesse Relatório era exposta ao longo de 46 bases, antecedidas por uma série de fundamentos e de preceitos.» (GONÇALVES, 2003: 755). É no contexto desses fundamentos e preceitos que «A Comissão *aconselha* [...] o emprego dos pontos de interrogação e de exclamação invertidos (¿¡), no começo das orações interrogativas ou exclamativas, se estas forem muito longas.» (GONÇALVES, 2003: 758).

A sugestão não vingaria, «devido seguramente a um sentimento de nacionalismo ortográfico» (GONÇALVES, 2003: 704-705), por se considerar a opção pelos "pontemas duplos" como «apanágio da ortografia castelhana»⁸⁷ (GONÇALVES, 2003: 624). Esta hipotética "equiparação" que aproximaria as duas ortografias chega a ser explicitamente apresentada e, precisamente em termos comparativos, recomendada: «Em espanhol emprega-se o **ponto de interrogação** invertido no começo da phrase ou proposição interrogativa, e o mesmo se faz com o **ponto de exclamação** nas phrases ou proposições exclamativas [...]. Este uso é muito vantajoso, por facilitar a leitura, e seria conveniente que nós o adoptássemos em português.» (VASCONCÉLLOZ, ?1900: 280). Era talvez expectável uma reacção negativa.

O certo é que muitas vozes defenderão esta proposta⁸⁸, até em épocas de alguma forma distantes entre si, e não é difícil encontrar excertos de textos

⁸⁷ «esta solução é até hoje distintiva do sistema gráfico castelhana» (GONÇALVES, 2003: 624)
Cf. *supra*, «Os espanhóis / até numa palavra só me martirizam : / ¡Caramba!» (O'NEILL, 1960: 29).

⁸⁸ Numa listagem, os seus nomes ultrapassariam a dezena (GONÇALVES, 2003: 623-625).

metaortográficos que argumentem em seu favor, sempre com base numa mesma preocupação. É, a este propósito, significativa a exposição da *Gramática filosófica da língua portuguesa*: «Para levar a frase desde seu principio com o tom Interrogativo , ou Exclamativo , costumão agora pôr o ponto de Interrogação , ou de Exclamação não so no fim della , mas também ao principio , usando do mesmo signal ; porêm ás avessas , deste modo : ; *Dize-me , que heide fazer ?* esta practica não he desacertada , quando a frase interrogativa , ou exclamativa he alguma couza mais comprida para se poder abranger toda a huma vista d'olhos.» (BARBOZA, 2004 [1822]: 86-87).

E se é verdade que à data da publicação da edição *princeps* desta gramática (1822) a "moda" seria recente («costumão agora»)⁸⁹, é igualmente certo que se divulga, ainda em 1961, uma gramática – que se publica, nos seus próprios termos, «Para o ensino secundário», em edição «aprovada» e «actualizada»⁹⁰ – onde idêntica reflexão figura: «Assim como as longas frases interrogativas deveriam ser precedidas de *ponto de interrogação* invertido, da mesma forma seria conveniente que as longas frases admirativas ou exclamativas fossem precedidas do *ponto de admiração* invertido^{(1)[sic]}: – «; *Como são assombrosos os mistérios, que a natureza esconde nos complicados recessos de um cortiço de abelhas!*» (FIGUEIREDO, 1961 [1915]: 209).

O texto citado surge em tipo de tamanho mais reduzido, relativamente ao tipo do texto principal da gramática, sendo apresentado como "observação": «OBS. Assim como as longas frases [...]» (cf. *supra*); mas, mais relevante ainda, remete para uma nota de rodapé, que, sem outro comentário, sumariamente informa: «⁽¹⁾ Pela Base XLIX do Acordo Luso-Brasileiro não se emprega ponto de exclamação

⁸⁹ Para sermos rigorosos, convirá anotar que o advérbio "agora" não é totalmente legível em função da data indicada, mas mais precisamente tendo em conta que: «Em 1803 [...] terá Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), então nos 66 anos de idade, redigido a INTRODUÇÃO a esta GRAMÁTICA PHILOSOPHICA», e que a «Academia Real das Ciências de Lisboa [...] havia de, em 1822, lançar, [...] em edição póstuma, esta famosa obra que em escassas seis décadas [...] alcançaria seis edições.» (TORRES, 2004: 3).

⁹⁰ Actualização de Nicolau Firmino (Cf. «Bibliografia»).

invertido no princípio da frase. Vide § 38-14.º.» (FIGUEIREDO, 1961 [1915]: 209). A consciência da necessidade de conhecimento e respeito por esta realidade – cuja menção é certamente da pena de quem actualizou a edição (cf. «Bibliografia»)⁹¹ – não obviou, no entanto, a que simplesmente se omitisse a recomendação antes lavrada. Algum mérito lhe continua a ser atribuído.

Por vezes, a questão extravasa o âmbito do conselho e conforma mesmo um preceito: «notão se com (!) as sentenças admirativas; v. g. «¡ó milagre estupendo!» (MORAES, 1877 [1821]: XXIII).

Ora, a situação assim descrita abre um espaço de debate em que se podem discutir novamente as relações entre o escrito e a oralidade. No fundo, a preocupação que motiva esta diligência dos ortógrafos prende-se com a tentativa de aperfeiçoamento de um putativo isomorfismo entre os dois sistemas. O "pontema duplo" é explicitamente encarado como um instrumento que serve o propósito de «identificar o segmento ou frase marcado por determinada entoação.» (GONÇALVES, 2003: 624). Como marcar pontualmente (ou seja, num só ponto da cadeia gráfica) uma entoação abrangente? Por definição, uma curva (ainda que melódica) é dificilmente representável num só ponto. Esta concepção da funcionalidade do "ponto de exclamação", que faz depender a sua apresentação, em simultâneo, das exigências de dois códigos díspares, faz sobressair uma hesitação na constituição das fronteiras físicas exteriores do nosso conceito, para além das dificuldades da retenção do seu conteúdo significativo, já expostas⁹². E acontece que se a entoação é um fenómeno supra-segmental, que afecta não um ponto único no enunciado, mas sim todo o enunciado em dada extensão, já a "pontuação" «a le mérite d'être discrète» (LE GOFFIC, 1993: 94).

O "ponto de exclamação" é um fenómeno discreto: ou está presente, ou está ausente. Quase se pode afirmar que, em certos aspectos, o seu funcionamento se aproxima de «l'informatique [...] ce langage très *primaire* qu'on nomme [...]

⁹¹ *Idem.*

⁹² Cf., por exemplo, «4.2.3.2. Os "pontos"; as "frases"»; «4.2.3.2.1. *Ad libitum*»; «4.2.3.3. As "frases"; os "pontos"»; «4.2.3.3.1. Ponto de exclamação, "ponto de emoção"».

"binaire" ; a/non-a ; zéro/un ; on/off [...]. En ponctuation, le signe est présent/absent.» (DRILLON, 2003: 80). Esta sua qualidade torna-o, por um momento, totalmente perceptível, mensurável, palpável; completamente delimitado e definido: « ! ». Mas, logo, uma descontinuidade – « ¡ ! » – a quebrar a unicidade perfeita, a fazer lembrar outras ambições. E agora, vendo « ! », leremos: "Eu estou aqui, mas não foi aqui que comecei; foi já onde não me viste."

Este mérito do "ponto de exclamação" pode, porém, ser aqui antes percebido como desvantagem: fica patente que os dois sistemas não se replicam⁹³ – a "exclamação", como teremos ainda oportunidade de confirmar (cf. capítulo seguinte «Capítulo V – Exclamação e Prosódia»), não será uma questão de "sim" ou "não", e variará na voz de cada locutor. A preocupação em assinalar-lhe um início – não apenas um fim – demonstra essa consciência e é, no sistema escrito, uma dificuldade; um reflexo talvez dessa dificuldade outra – a nossa – que poderá ser demarcar as margens limítrofes do conceito "exclamação".

4.3. Conclusões parcelares

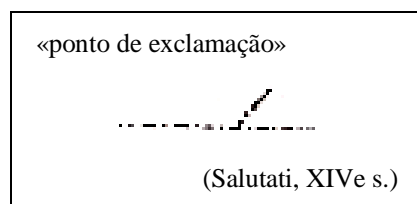
Le signe est une fracture qui ne s'ouvre jamais que sur le visage d'un autre signe.

(ROLAND BARTHES, *L'empire des signes*, 1970)

Percepcionar a exclamação pelo seu lado gráfico é aceder a um campo teórica e fenomenologicamente diverso, historicamente convulso, ontologicamente problemático; um campo, portanto, onde as perguntas se colocam, a cada passo, ou

⁹³ Seria mais exacto dizer, por uma questão de prioridades, que é o sistema escrito aquele que não é capaz de replicar a língua oral.

cada linha, e as respostas surgem, ora desencontradas, logo sobrepostas, por vezes inusitadas, exigindo tradução:



(*apud* CATACH, 1996: 20)

A primeira surpresa pode ser, desde logo, o facto de ser legítimo compaginar o conceito teórico "exclamação" com uma sua face consubstanciada, visível e palpável, uma prerrogativa a que não acederão, por definição, grande parte dos conceitos desta natureza⁹⁴. Uma característica que poderia facilitar a investigação, não fosse a factualidade desta conformação física constituir, por ela só, um problema a debater: «A definição do conceito de pontuação é, à partida, um problema de difícil formulação e outro tanto pode dizer-se do seu estatuto face à oralidade.» (GONÇALVES, 1993: 225). A "pontuação" seria uma resposta, não fosse ela própria um problema.

O "código escrito" – e aquilo que ele representa enquanto figuração de um código outro, ou a sua formatação enquanto código autónomo – foi ponderado, naqueles aspectos que permitiam situar o "ponto de exclamação", no quadro mais amplo em que os espaços teóricos são partilhados e divididos com os conceitos afins, em busca de uma definição e de um papel próprios: «le son n'est intelligible que par le silence qui l'entoure.» (DRILLON, 2003: 110).

⁹⁴ Comentando o lugar que o escrito e o oral ocupam na antiguidade clássica, e a propósito da "letra", Françoise Desbordes recorre a uma citação de Cícero, para defender o seu ponto de vista, num excerto em que preferiríamos que em vez de "letra" se pudesse ler "ponto de exclamação": « En tant que dessin la lettre est une empreinte [...] dans laquelle l'élément se révèle et devient concevable : on ne saurait trop souligner combien pour les Anciens la connaissance, en général, est liée à la visualisation ; ainsi, commentant l'invention de la mnémotechnique calquée sur l'écriture, Cicéron estime que l'inventeur avait compris que "l'invisible, l'insaisissable, prenant une forme, une apparence concrète, une figure, deviendrait perceptible, et ce qui échappe plus ou moins à la pensée tomberait sur la prise de la vue". » (DESBORDES, 1988: 32-33).

Mas esta envolvimento teórica não se mostrou nunca favorável a um célere ou simples processo investigatório: por um lado, «os sinais de pontuação conheceram uma longa história, cheia de peripécias e avatares.» (GONÇALVES, 2003: 195); por outro lado, as controvérsias, em cada sincronia, não favoreceram o processo de institucionalização, constituição ou fixação de um conceito partilhável: « Tel pense qu'on " sous-punctue ", tel autre, [*sic*] qu'on " sur-punctue " ; et voilà qui suffit à les diviser. » (DRILLON, 2003: 11); « le signe de ponctuation n'est pas entièrement codé. » (CATACH, 1996: 103)⁹⁵; «a pontuação parece escapar-se à regulamentação» (GONÇALVES, 1993: 234).

E se estes juízos se aplicam aos "sinais de pontuação", considerados de forma globalizante", de forma ainda mais exacerbada se aplicam ao "ponto de exclamação", pressentido por muitos como um sinal de cariz particular face aos demais – «o máximo de extravagância» (ROSA, 2007) – talvez por veicular "sentimentos", e por isso poder resvalar – e ter de facto resvalado, a dado momento da nossa história literária⁹⁶ – para o "sentimentalismo", relacionado com estados de espírito hoje *démodés*: «devemos tudo aceitar sem espanto» (ABELAIRA, 1981).

O facto de podermos dizer que o "ponto de exclamação" está vocacionado para a transmissão de "sentimentos" abre uma nova zona de indefinição. Este aspecto confere ao "ponto de exclamação" uma plurifuncionalidade de largo espectro, que permite que se fale da «manifestação de emoções particulares [...] correspondendo [...] a toda uma panóplia de sentimentos e estados de espírito, da surpresa ao terror, da piedade à ternura» (GONÇALVES, 2003: 626). E a lista seguiria,

⁹⁵ Num outro ponto do seu trabalho, a mesma autora expõe um caso ilustrativo disto mesmo, e que assume para nós significado especial, por deixar em relevo o "ponto de exclamação": « Anne Lorenceau avait [...] dicté au cours d'un séminaire, quatre lignes du *Neveu de Rameau* à huit personnes : le nombre de signes utilisés variait du simple au double, selon les scripteurs et aussi selon que le texte était non dicté, dicté avec intonation ou sans intonation. Le signe qui varie le plus est le point d'exclamation, de 0 à 5 selon les personnes. » (CATACH, 1996: 114).

⁹⁶ Pensamos no período do chamado "ultra-romantismo": no «romantismo descabelado, de ingredientes fortes, melodramáticos, terríficos.»; no «romantismo medievalizante, horrífico e postiço, de "solaus" e dramalões» (COELHO, 1993 [1965]: 260-261). Cf. também «4.2.4. "Ponto de exclamação": relações estético-afectivas».

com «expressão [...] de alegria, de entusiasmo, de cólera, de dor, de súplica» (CUNHA e CINTRA, 1994: 652). E seguiria ainda...

E não seriam, então, necessários mais sinais? A resposta foi já dada; não foi, no entanto, ouvida⁹⁷. Existiram outras propostas; o número de sinais gráficos actual seria ultrapassado. Simplesmente, estes possíveis novos elementos não mostraram a competência necessária, dentro de um sistema já formado, para aí se fixarem. Comparativamente a eles, o "ponto de exclamação" sobressai. Mostrou um bom desempenho: permanece⁹⁸. As peripécias históricas têm de fazer relevar este ponto: é relevante o "ponto" que resiste à usura do tempo, comprovando assim a sua necessidade.

Porém, é precisamente sobre o "ponto de exclamação" que recai a responsabilidade de suprir a falta que fariam eventualmente outros sinais gráficos, capazes de exprimir outras "emoções" da psique humana. Este facto reforça de alguma forma as potencialidades significativas do "ponto de exclamação", o que seria uma circunstância a favor do seu estatuto, não fora o facto de que essa sua polissemia aumenta na exacta medida em que aumenta também a dificuldade em adjudicar-lhe a margem teórica específica que lhe atribuiria uma identidade particular e diferenciável de outros mecanismos da "pontuação", de outros mecanismos do "código escrito" e de outros mecanismos da expressão da subjectividade na linguagem verbal e não verbal. O "ponto de exclamação" claudica no preciso momento em que se revelaria o essencial da nossa argumentação⁹⁹.

O facto da "pontuação" enquanto sistema poder assumir contornos móveis, instáveis; o facto de, nesse contexto, o "ponto de exclamação" se mostrar ainda mais

⁹⁷ «Alcanter de Brahm, poeta francês do século XIX, chegou a sugerir um [...] «ponto de ironia», e mais tarde conterrâneos como Hervé Bazin levariam a ideia ao cúmulo, criando outros «pontos»: de dúvida, de aclamação, de indignação ou mesmo de amor.» (ROSA, 2007). Cf. também «4.2.3.3.1. Ponto de exclamação, "ponto de emoção"».

⁹⁸ É certo que «no século XX o ponto de exclamação perdeu cada vez mais seu espaço» (PERISSÉ, s/d). É certo que o seu *requiem* está escrito (ABELAIRA, 1981). Cf. também «4.2.4. "Ponto de exclamação": relações estético-afectivas». Mas permanece.

⁹⁹ Cf. título da presente dissertação: «Da natureza da exclamação enquanto conceito teórico: abrangências e convívios nocionais.».

flutuante do que os seus pares conceptivos; o facto de não ser garante da sinalização de uma qualquer estrutura estável – por exemplo, da "frase exclamativa"¹⁰⁰ – impede a determinação de uma abrangência teórica específica, ou a fidelização de parceiros nocionais. O "ponto de exclamação" seria uma resposta, não fosse ele próprio um problema.

A natureza gráfica da pontuação constituiria uma marca visível da exclamação. No entanto, pelo seu carácter imperfeito e até enquanto marca estilística, esta não poderá ser nunca tida por marca efectiva ou segura. Na escrita (fosse ignorado o facto de este se tratar de um código segundo) encontraríamos uma vertente discreta da exclamação, possivelmente a única (não o afirmaremos antes de iniciarmos a fase seguinte da nossa dissertação, cf. «Capítulo V – Exclamação e prosódia»): mas como explicar, neste contexto, a controvérsia dos "pontemas duplos": que realidade pretendiam eles reproduzir, de que ambição desistiram? Poderemos argumentar que ambicionariam assinalar uma realidade, afinal, não tão discreta como poderia fazer crer a marca única de um ponto só.

E, quanto ao nosso objectivo último, o novo capítulo da nossa pesquisa vem, talvez antes do mais, confirmar a destreza com que o conceito que buscamos se nos tem escapado, obrigando-nos, de forma constante, a acumular novas perguntas, sem que no outro prato da balança venha pousar o equivalente peso das respostas.

Será que andamos buscando no endereço certo? Será falacioso o nosso mapa? Podemos inverter caminho; o relevante não é a distância. Sigamos outras pistas, acreditando nas indicações de novas sinalizações topográficas: « Le signe écrit a un caractère d'opacité que n'a pas ordinairement le signe oral. » (MARTIN, 1988: 58); « le caractère affectif de l'exclamation [est] particulièrement adapté à la

¹⁰⁰ « une exclamative peut [...] se présenter sans son point d'exclamation. » (MONNERET, 1999: 146); « *Sortez!* » não é uma "frase exclamativa" (RIEGEL, 2001: 402); « je vais tomber et être mort !!! » não é uma "frase exclamativa" (GREVISSE, 1993: 154); « Comme nous aimons les amis qui viennent de nous quitter, n'est-ce pas ? » é uma "frase exclamativa" (MONNERET, 1999: 146); « *À quoi bon danser!* » é uma "frase interrogativa" (GREVISSE, 1993: 155). Cf. «4.2.3.2.1. *Ad libitum*».

communication orale. » (RIEGEL, 2001: 402). Impõe-se a abertura de um novo capítulo.



Capítulo V

EXCLAMAÇÃO E PROSÓDIA

De modo que se me perguntassem

- Gostas da Praia das Maças?

estava capaz de responder assim:

!

Só que desconheço o som que corresponde a um ponto de exclamação. Qual será?

(ANTONIO LOBO ANTUNES, « ! », 2003)

Dire et chanter étaient autrefois la même chose

(JEAN-JACQUES ROUSSEAU, *Essai sur l'origine des langues*, 1781)

5.1. | Início

Da primeira epígrafe ao presente capítulo, não se subentenda que, tendo estudado a relação entre a escrita e a oralidade – naqueles pontos que ao nosso tema dizem respeito – possamos agora fazer, em sentido inverso, o mesmo exercício, invertendo apenas as prioridades. Esse entendimento poderia ser legítimo a partir da asserção: «desconheço o som que corresponde a um

ponto de exclamação.» O propósito que justifica a citação é agora particularmente a referência ao "som"; deixemos, portanto, a questão do "ponto de exclamação" reservada a outros momentos da nossa investigação, juntamente com a questão de uma suposta "correspondência" entre um e outro, e atentemos na questão do "som", do "som" da "exclamação". Da epígrafe retenhamos, sobretudo, então, a pergunta «Qual será?».

Na verdade, a nossa pretensão não é a de descobrir o "som" a que uma "exclamação" corresponde. Tal feito terá de ficar possivelmente no interior de um laboratório de fonética – em laboratório, porque « L'étude expérimentale des faits d'intonation se pratique au moyen des appareils de la phonétique acoustique (kymographe, oscillographe, spectrographe, synthétiseur de parole). » (ARRIVE, 1986: 578), e « grâce à des logiciels qui émulent sur micro-ordinateurs les appareils de mesure classiques, analogiques »¹ (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 355) – partindo do princípio que a hipótese seja exequível. E não será totalmente seguro que assim seja. De qualquer forma, o nosso campo foi, à partida, determinado, e ele situa-se, assumidamente, não num quadro experimental, mas sim num quadro teórico², *vd.* «Da exclamação enquanto conceito teórico».

Assim sendo, a nossa questão é ainda a mesma: que contornos assume, em linguística, o conceito teórico de "exclamação"? A última informação citada de que « le caractère affectif de l'exclamation [est] particulièrement adapté à la communication orale. » (RIEGEL, 2001: 402)³ serve de indício para o prosseguimento da nossa investigação, que agora descobre nova morada no campo da prosódia. Será o fenómeno supra-segmental da "entoação" aquele que melhor

¹ Os autores exemplificam: « appareils de mesure classiques, analogiques tels que *oscilloscope, spectrographe, intensimètre, analysateur de mélodie.* » (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 355).

² Cf. «Capítulo I – Introdução»: «é no campo de uma linguística geral, no campo de uma linguística teórica, que o nosso trabalho se vai inscrever, que a nossa análise se propõe operar».

³ Cf. último parágrafo do anterior ponto do presente discurso, «4.3. Conclusões parcelares».

poderá representar a "exclamação", enquanto facto pertencente ao domínio da oralidade. Aí regressaremos e por aí iniciaremos a nossa pesquisa.

Por agora, e enquanto este intróito ao novo capítulo não se presumir mais do que um conjunto de notas preambulares, aproveitemos o ensejo para comentar a segunda epígrafe. Rousseau não foi linguista, e só bem *avant la lettre* poderia sê-lo⁴; foi filósofo. E um filósofo que falou de "línguas", sem porém ser exacto que tenha versado uma "filosofia da linguagem". Não muito distante do restante do seu pensamento social e político, situa-se a ideia de uma beleza original que as línguas teriam possuído antes de terem "degenerado"⁵, por força das imposições da sociedade e da escrita. Essa beleza estaria relacionada com a música, com a música da oralidade e, portanto, com uma melodia e com uma "prosódia", sempre conotadas positivamente: « dans une langue accentuée, ce sont les sons, les accens [*sic*], les inflexions de toute espèce, qui font la plus grande énergie du langage » (ROUSSEAU, 1781: Chap.V).

Segundo o autor, « les premières langues furent chantantes et passionnées avant d'être simples et méthodiques » (ROUSSEAU, 1781: Chap.II). Com a escrita, as línguas perdem essa sua expressividade natural: « L'écriture, qui semble devoir fixer la langue, est précisément ce qui l'altère ; elle n'en change pas les mots, mais le génie ; elle substitue l'exactitude à l'expression. » (1781: Chap.V). Depois, a sociedade e as suas instituições aperfeiçoam o trabalho iniciado: « pour rendre bientôt une langue froide et monotone, il ne faut qu'établir des académies chez le peuple qui la parle » (1781: Chap.VII); «L'étude de la philosophie et le progrès du raisonnement, ayant perfectionné la grammaire, ôtèrent à la langue ce ton vif et passionné qui l'avait d'abord rendue si chantante » (1781: Chap.XIX).

⁴ Tem-se aqui, por referência, o advento da linguística moderna, com Saussure, que permitiu «a ruptura epistemológica que deu nascimento à moderna ciência da linguagem» (MATEUS, 2002: 85).

⁵ O vocábulo foi-nos sugerido pelo título de um dos capítulos da obra citada «Chapitre XIX – Comment la musique a *dégénérée*» (ROUSSEAU, 1781, itálico nosso).

É claro que estas notas do pensador são todas elas muito datadas, certamente pertinentes para uma história da filosofia, da sociologia, do pensamento político ou da literatura. Para nós, elas podem ser significativas enquanto alusão introdutória ao nosso tema. Afinal, é uma voz autorizada que versa questões tematicamente próximas da nossa, sublimando alguns dos seus aspectos fundamentais e o seu peso relativo na conformação de uma língua⁶. Realçam o carácter vivo, expressivo, apaixonado e melodioso que uma língua especialmente adquire, mercê das características da sua prosódia – âmbito em que a partir de agora nos situaremos – e são precisamente alguns destes factores que vão ser destacados por alguns gramáticos e outros estudiosos da língua – juízos valorativos excluídos – quando se mencionar uma "entoação exclamativa", a definir.

5.2. A "Exclamação" na Prosódia

il n'y a pas d'énoncé oral sans prosodie

(MICHEL ARRIVE, *La grammaire d'aujourd'hui*, 1986)

A prosódia de uma língua é um fenómeno complexo, quando "complexo" significa conjunto de elementos interligados⁷. A *intensidade*, *altura* e *duração* dos sons combinam as suas propriedades acústicas no enunciado e determinam as suas características prosódicas próprias. Assim, « La prosodie regroupe tous les facteurs faisant usage de l'intensité de la hauteur et de la durée, soit : l'intonation, l'accentuation, le rythme, la mélodie, les tons, les pauses, la quantité. » (ARRIVÉ,

⁶ E até no destino político dos povos a prosódia pode ser influente: « Il y a des langues favorables à la liberté ; ce sont les langues sonores, prosodiques, harmonieuses, dont on distingue le discours de fort loin. » (ROUSSEAU, 1781: «Chap. XX. Rapport des langues aux gouvernemens [*sic*] »).

⁷ «todo mais ou menos coerente, cujos componentes funcionam entre si em numerosas relações de interdependência [...]» (HOUAISS, 2003: 1006).

1986: 577). A expressão "traços supra-segmentais", utilizada frequentemente como seu sinónimo, é bem significativa do entendimento da prosódia enquanto quadro onde se reúnem os fenómenos fonéticos que escapam à articulação da língua em fonemas, num nível que lhe fica superior, razão pela qual se tem já aludido a uma "terceira articulação" da linguagem (CATACH, 1996: 99). Os fenómenos fonéticos *intensidade*⁸, *altura*⁹ e *duração*¹⁰ são respectivamente responsáveis pelos seus correlatos prosódicos, se assim se pode falar, *acento*, *tom* e *quantidade*. Relevantes ao nível da sílaba, quando combinados ao nível do enunciado, caracterizam a sua "entoação" (ARRIVÉ, 1986: 578; MATEUS e FREITAS, s/d).

Mas da prosódia se poderá dizer igualmente ser complexa naquele sentido em que "complexo" refere uma dificuldade. Neste caso não está já em equação uma característica da prosódia em si, mas a dificuldade do seu estudo: «a identificação de características rítmicas, entoacionais e acentuais de uma língua exige uma investigação experimental de múltiplos dados, investigação em que se integre a análise da fala espontânea e em que se considere a interligação de todos os factos prosódicos a que se fez referência.» (MATEUS, 2005: 95). As exigências impostas por este tipo de análise justificam, para a autora agora citada, a ausência de algumas respostas que fazem ainda da prosódia «um domínio cheio de interrogações e de mistérios.» (MATEUS, 2005: 95).

Sendo que o trabalho de natureza experimental foi já justificadamente colocado de parte no âmbito da nossa pesquisa¹¹, entremos no espaço teórico que alberga a noção "exclamação", enquanto realidade conceptual integrável no conjunto de conceitos que frequentam a esfera prosódica.

⁸ Relacionada com a energia acústica dos sons e mensurável em decibéis (MATEUS e FREITAS, s/d).

⁹ Relacionada com a frequência dos sons, analisável numa escala de "grave" a "agudo" (MATEUS e FREITAS, s/d).

¹⁰ Relacionada com a quantidade de tempo de emissão dos sons (MATEUS e FREITAS, s/d).

¹¹ Cf. «5.1. Intróito».

Ora, dentro da área da prosódia, já vimos, são múltiplos os aspectos que se oferecem ao olhar do investigador. Entre todos, teremos de ver na "entoação" aquele que se apresenta como mais propício a uma pesquisa que tenha como objectivo final o conceito "exclamação"¹².

O processo que nos guiou na eleição da "frase exclamativa" para falarmos de "exclamação" no âmbito da "sintaxe", ou do "acto ilocutório expressivo" para identificarmos a "exclamação" na "teoria dos actos de fala", ou na selecção da "modalidade apreciativa" ou da "função emotiva da linguagem", para procurarmos circundar o conceito "exclamação" em cada um de diferentes domínios, o "ponto de exclamação" para descobri-la no "código gráfico", é o mesmo processo que agora nos leva a concluir que a "exclamação" encontrou, no campo específico da prosódia, um espaço favorável ao seu desenvolvimento enquanto noção teórica. É no contexto das análises que se debruçam sobre a "entoação" que o conceito "exclamação" permanece relevante.

Este facto ficará especialmente visível, quando nos confrontarmos com definições de "entoação" que se auto-justificam com recurso a exemplos em que esta noção aparece metodicamente dividida em subcategorias, entre as quais figurará certamente a "entoação exclamativa", tal como acontece na listagem «entoação declarativa, entoação exclamativa, entoação imperativa, entoação interrogativa, entoação persuasiva», alfabeticamente disposta num *Dicionário de terminologia linguística* (MATEUS e FREITAS, s/d).

Por outro lado, com uma reflexão em torno da "entoação", teremos encontrado um seguimento para uma das pistas de investigação que justificaram a abertura do presente capítulo da nossa pesquisa – relembrando: « le caractère affectif de l'exclamation [est] particulièrement adapté à la communication orale. » (RIEGEL, 2001: 402). É quase uma resposta, quase um eco, que poderá confirmar a probabilidade dessa asserção primeira, a afirmação de que « l'intonation, dans la parole "spontanée", "naturelle", est [...] peut-être essentiellement, pertinente [...] au

¹² *Idem.*

niveau de la manifestation des attitudes et des émotions. » (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 342). Da leitura cruzada dos dois contributos, poderemos inferir que se "o carácter afectivo da exclamação está especialmente adaptado à oralidade" e se "a entoação, na oralidade, é especialmente pertinente na manifestação das emoções", a entoação poderá ser especialmente apta para veicular uma "exclamação".

Se, como terceiro argumento, acreditarmos na bondade da declaração de que a entoação é «um dos factos prosódicos mais relevantes» (MATEUS, 2002: 249), teremos amplamente justificado o enfoque da nossa atenção neste aspecto da prosódia, pelo que "a exclamação na prosódia"¹³ será sobretudo percebida através da "entoação".

5.2.1. A "Exclamação" e a Entoação

« Les variations de hauteur dans la parole constituent ce qu'on appelle d'un terme très général l'intonation. » (MAROUZEAU, 1961: 126). Não muito diferente disto mesmo, será dizer que a entoação resulta da «utilização de diferentes *tons* em sequência», uma vez que o "tom" é o «Correspondente fonológico da variação de frequência dos sons que provoca diferenças de *altura* (MATEUS e FREITAS, s/d). "Tom" e "altura" são, assim, realidades que se correspondem.

Este sublinhar da referência à já anotada relação entre "entoação" e "tom" – do domínio do apriorístico e não problematizável – só é aqui pertinente na medida em que ela poderá ser responsável por uma cisão no conceito de "entoação" que vai certamente permanecer como pano de fundo da nossa reflexão, no decurso de todo este capítulo da nossa pesquisa, determinando consequências relevantes para um conceito de "entoação exclamativa". Ela marca a divisão funda no conceito de

¹³ Cf. título do presente ponto «5.2. A "exclamação" na prosódia».

"entoação" separando uma "entoação linguística" de outra que, por exclusão de partes, terá de ser considerada como "não-linguística".

A partir do momento em que a expressão "entoação linguística" não for considerada como tautológica, cria-se um espaço em que a noção de "entoação não linguística" ganha contornos firmes. Ora, certa visão desta problemática determina que a "entoação" é linguística, nas línguas em que a diferença de tom distingue significados: «En un sens restreint, l'intonation, dite quelquefois **intonation linguistique** ou **phonologique**, est définie par la place obligatoirement attribuée dans certaines langues au ton ou accent de hauteur. » (MAROUZEAU, 1961: 126). Fala-se, assim, de « langues à tons (certaines langues d'Afrique ou d'Extrême-Orient) » (ARRIVE, 1986: 578). Tal acontece, por exemplo, com o chinês: « ainsi, en chinois, on opposera *lí* avec ton montant qui signifie " poire ", et *lì* avec ton descendant, qui signifie " châtaigne ". » (ARRIVÉ, 1986: 578). Segundo este raciocínio, nas línguas em que este fenómeno se verifica, a "entoação" exerce uma função linguística, e pode falar-se então, com propriedade, de uma "entoação linguística"¹⁴. Quando o mesmo fenómeno não se verifica, as funções que a "entoação" exerce podem relevar simplesmente de factores não-linguísticos. Falta calcular a distância a que se posicionará o conceito "entoação exclamativa", em relação a cada um dos dois extremos.

Extrapolando ligeiramente da situação acima apresentada, de forma analógica, poderemos reorganizar os dados em equação e inquirir sobre a capacidade que a "exclamação" terá, ou não, de intervir ao nível da entoação do enunciado, alterando-lhe obrigatoriamente significados. Desse exame resultará a colocação da "exclamação", ao nível da sua interferência na entoação dos enunciados, aquém ou além da linha divisória que acima se tracejou sobre o conceito " entoação",

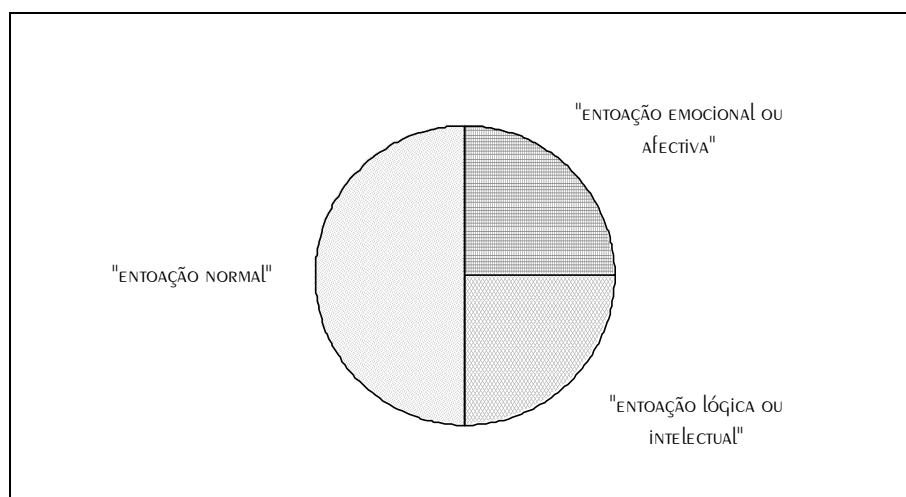
¹⁴ Cruttenden alerta: «it should not be forgotten that a majority of the world's languages are tone languages.» (CRUTTENDEN, 1986: 15), o que pode justificar a menção aqui de uma especificidade do funcionamento linguístico da "entoação" que, distante embora daquele que procuramos, poderá mostrar-se um contraponto útil.

separando-lhe uma porção "linguística" de uma outra que o não seria. Este tema merecerá um tratamento mais alongado noutros pontos da presente dissertação¹⁵.

Já em configurações do conceito "entoação" que não passam pela distinção anteriormente referenciada, a "exclamação" encontrará a sua posição de uma forma mais imediata. Assim é quando surge o conceito de "intonation émotionnelle ou affective", descrita como aquela que « sert à exprimer des états affectifs (émotion, commisération, ironie...) » (MAROUZEAU, 1961: 126), termos que já profusamente vimos associados ao conceito de "exclamação".

De acordo com este entendimento, existe uma fragmentação no conceito de "entoação" que permite desligar de uma "intonation normale", uma "intonation expressive" (MAROUZEAU, 1961: 126). A primeira corresponderia à possibilidade do sujeito falante utilizar um "recto tono", ou seja, « parler [...] sans traduire aucune nuance spéciale de pensée ou d'émotion. » (MAROUZEAU, 1961: 126). A segunda – "intonation expressive" – não seria imediatamente assimilável ao conceito de "entoação" que encontraremos comumente designado como "entoação exclamativa". Antes disso, a "intonation expressive" seria ainda subdivisível em dois termos, que, esses sim, colocam em confronto directo o tipo de "entoação" dita normalmente "entoação exclamativa", com um outro tipo de entoação igualmente distante do "recto tono", que conjuntamente se oporiam à "entoação normal". Assim, teríamos como paralelos os conceitos "intonation émotionnelle ou affective", por um lado, e "intonation logique ou intellectuelle ou intellective" (MAROUZEAU, 1961: 126), por outro, tal como surge representado no esquema seguinte.

¹⁵ Cf. «5.2.2. O valor distintivo da entoação: debate».



Representação esquemática a partir de uma definição de Marouzeau (1961: 126).

GRÁFICO N.º 1

A "entoação emocional ou afectiva", aquela cujas fronteiras mais notoriamente atingem o conceito "exclamação", não é aqui a única representante de uma "entoação expressiva" – tal como é veiculado com maior frequência pelo discurso dos teóricos – mas deverá partilhar esse seu espaço, habitualmente exclusivo, com um tipo de "entoação" cuja expressividade surge « liée à des aspects de la pensée et du raisonnement » tal como acontece na « expression de la concession, du doute... » (MAROUZEAU, 1961: 126). Mas, naturalmente, outros gramáticos reproduzem esta mesma ideia: «Certas entoações podem [...] exprimir [...] as relações lógicas que são normalmente estabelecidas por meios sintácticos mais vulgares na escrita: *Sei escrever. Aprendi na escola. [Sei escrever porque aprendi na escola].*» (MOURA, 2006: 207); «a entoação permite [...] indicar a hierarquia dos elementos do enunciado.» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 18).

A análise do mesmo esquema poderá levantar questões cuja complexidade em muito ultrapassará a sua lisura diagramática. O primeiro ponto – não chega a ser uma "questão" – será a ressalva de que o esquema não representa – como uma primeira leitura poderia dar a entender – uma estatística da utilização de três diferentes tipos de entoação, que implicasse que, por exemplo, a entoação dita "emocional" seria utilizada em vinte e cinco por cento das produções de enunciados.

Pelo contrário, o diagrama ilustra uma definição conceptiva que se compartimenta em distintas subdivisões teóricas, em que a "entoação emocional ou afectiva" – trata-se já de uma leitura interessada – não figura de forma directa numa primeira subdivisão do conceito a descrever.

Esta última circunstância figura desde logo uma das problemáticas que a apreciação do presente gráfico pode sugerir. A "entoação emocional ou afectiva" não ocupa a totalidade do espaço deixado livre pela "entoação normal", motivo que determina que a "entoação expressiva" possua a capacidade de ser motivada por outros factores da enunciação que não passam pela afectividade do "enunciado exclamativo", ou que não passam pela afectividade *tout court*. A própria "entoação lógica ou intelectual", sem passar pela "emoção", assume uma expressividade própria, que se afasta da "entoação normal". Ou seja, a "expressividade" não depende necessariamente da "afectividade" ou da "emoção"; existe "expressividade" fora do campo afectivo; assim sendo, não é suficiente definir a "entoação exclamativa" como uma "entoação expressiva".

Esta referência é na verdade verdadeiramente assinalável, na medida em que, como veremos, o "enunciado exclamativo" é, com alguma frequência, descrito através de poucos mais traços do que aquele que releva da expressividade da sua entoação, sendo que se descobre agora que esta sua característica não é suficiente para uma sua cabal descrição. A mesma referência é ainda valorizável uma vez que, subdividindo e subclassificando dois géneros distintos daquilo que é a "entoação expressiva" – "emocional" ou "intelectiva", para o caso – cria-se um precedente tentador para a fúria classificatória dos taxonómicos mais exigentes, que depressa computarão listagens mais exaustivas de espécies destringíveis de "expressividades" de dissemelhante natureza.

Se o exercício é tentador, deixemo-nos levar pela tarefa: "entoação passional" para o discurso do apaixonado; "entoação oratória" para o discurso do político ou do padre; "entoação mimética" para quem reproduz um discurso memorizado; "entoação declamatória" para o *diseur* de um poema... Todas elas "expressivas".

A observação do diagrama apresenta outra dificuldade maior. Não é uma questão nova, sendo pelo contrário frequentemente examinada e debatida. Trata-se do tema da "normalidade" em temas relacionados com a linguagem. A pergunta "o que é uma *entoação normal*?" aflora de forma praticamente automática a quem leia o esquema, ainda que essa leitura seja breve. O autor que temos vindo a seguir apresenta como característica específica deste tipo de entoação a ausência de qualquer «nuance spéciale», por oposição à entoação «qui est propre au contraire à traduire des nuances» (MAROUZEAU, 1961: 126). Porém, de imediato se coloca o problema de aferir até que ponto essa ausência de marca específica – " nuance spéciale " – não é ela própria uma característica particular. O mesmo será perguntar "existe uma *entoação neutra*?" ou "existe uma entoação isenta de expressividade?"; ou ainda "a ausência de expressividade não será ela própria expressiva?".

O tema não é de facto novo, e até já nesta dissertação foi debatido. Encontrámos uma problemática similar quando nos ocupámos da "frase declarativa" e do seu particular estatuto – ou pelo contrário estatuto idêntico – face aos demais "tipos de frase". A chamada "frase declarativa" ora surge apresentada como ponto de referência neutral e absoluto [«o enunciado típico» (BECHARA, 2000: 407); «a forma normal, não marcada da frase» (VILELA, 1999: 309)], ora é definida como detentora da particularidade de não apresentar marcas particulares – «frase [...] que se pode caracterizar pela ausência dos traços específicos dos outros tipos de frase» (DUARTE, 2002)¹⁶.

Apesar de a presente definição da noção de "entoação" implicar uma bipartição imediata entre uma "entoação normal" e uma "entoação expressiva", já os próprios títulos que fundam essa mesma bipartição poderiam originar uma diferente representação esquemática que não compreendesse a divisão inicial, mas sim um desvio, a partir de uma linha base; representação sugerida agora pelo próprio termo "normal" que, até por pertencer à mesma família de palavras do vocábulo "norma", evoca naturalmente a noção de "desvio":

¹⁶ Cf. subponto «2.2.2.1. Afastamento», no ponto «2.2.2. A "Frase exclamativa" e a "Frase declarativa"».

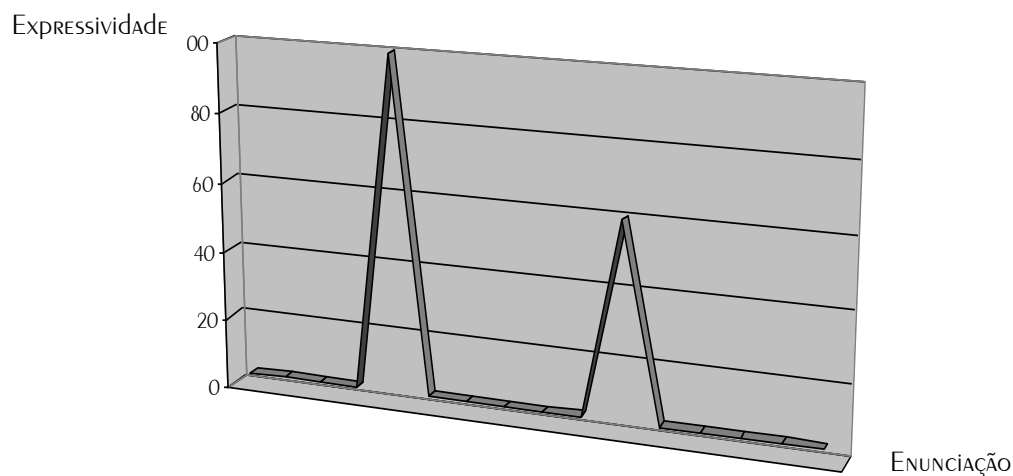


GRÁFICO N.º 2

O raciocínio – que assume o seu carácter de extrapolação, face ao que seria uma interpretação mais linear das palavras do autor (representada no primeiro esquema) – conduz-se a partir da premissa de que havendo uma "entoação normal", terá de existir uma "entoação" classificável como "entoação desviante". Este segundo gráfico pretende reproduzir numa linha "zero" uma enunciação "que não reproduz qualquer *nuance* particular", a partir da qual seria assinalável o desvio provocado pela entoação que "é específica da tradução de nuances" (retomando praticamente os mesmos termos do estudioso que temos vindo a seguir neste passo do nosso trabalho).

Contudo, o esquema afasta-se do pensamento original, por mais do que uma razão. Figura um desvio sem especificar que no espírito do pensador existem dois diferentes tipos de desvio, e apenas um assume carácter "emocional ou afectivo" (lacuna grave tendo em conta que é precisamente esse, e não outro, aquele que move, em primeira instância, a nossa reflexão), podendo assim representar somente a compartimentação primeira entre uma "entoação normal" e uma "entoação expressiva". Por outro lado, é legível, na apreciação do quadro apresentado, a existência de diferentes graus de expressividade, aspecto que a fórmula original não contemplou.

Ponto fundamental é a constatação de que a segunda opção diagramática não facilitou a resolução de nenhuma das perplexidades que a decodificação da primeira versão do esquema originou. Ou talvez tenha solucionado, através de uma simplificação notória – mas possivelmente excessiva – a questão relacionada com uma hipotética taxonomia dos diferentes tipos de "entoação expressiva", reduzindo-a simplesmente a isso mesmo: "expressiva", o que não é dizer muito¹⁷.

Isto ao mesmo tempo que novas dificuldades se manifestaram: como determinar as características desse momento "zero" daquilo que seria uma "entoação normal"?, dessa "entoação zero" mencionada?; quem a poderá reproduzir, sem a desvirtuar com a sua personalidade?; quem será por ela responsável, ou quem assumirá a responsabilidade de a determinar? Ou então: que ponto de afastamento determina o início de um desvio, ou seja, a partir de que ponto existe desvio?; e quando exista de facto um desvio, como calcular o seu grau de amplitude? Claro que a não resolução do primeiro grupo de enigmas impossibilita o trânsito para a tentativa de resposta ao segundo grupo de interrogações: sem saber onde se situa a "norma", não se encontrará o "desvio"¹⁸.

Ainda a abordagem de outro tema pode ser sugerida por este mesmo assunto. Ela é igualmente formulável através de uma série de interrogações, e também ela se revê numa temática que já abordámos relativamente a outros problemas postos pelas nossas inquirições. Se a "entoação expressiva" pode acarrear "afectividade", não poderá a "entoação normal" ser capaz de outro tanto? Isto é: um

¹⁷ Ressalve-se o não estarmos aqui a pôr em causa a existência de diferenças fisicamente mensuráveis de variações de altura tonal, que efectivamente contribuem para um distanciamento entre aquela que é comumente designada como "frase declarativa" – a que poderia ser dada como possuindo uma entoação dita "normal" ("plate" para alguns autores franceses) – e, por exemplo, a "frase interrogativa" (*vide* representações com linhas ascendentes e/ou descendentes). A questão da "entoação exclamativa", porém, complexifica-se, quando se trata de medir através da "entoação" diferentes graus de expressividade e respectivos significados, ou os pontos em que essa diferença ocorre, ou a linha para além da qual ela deixa de existir.

¹⁸ Este tipo de explanação é uma sombra visível de outras tentativas explicativas a encontrar no âmbito dos estudos literários, quando se pretende, por exemplo, definir e apreender o conceito de "estilo": « le style est une distance, différence ; mais par rapport à quoi ? » (BARTHES, 1984: 145-146).

enunciado realizado com uma entoação dita "normal" está, por esse motivo, impossibilitado de transportar e transmitir uma mensagem portadora de "emoção" ou "afecto"? Ou recuperando outros momentos da presente dissertação: a "frase declarativa" não suporta a expressão de um "sentimento" ou de um "estado de espírito"?; um "acto ilocutório assertivo" não pode transmitir um "estado psicológico" ou "subjectivo"?; não pode ser "emotiva" a frase que o "ponto final" marque?

Das respostas a cada uma destas interrogações – e algumas foram já fornecidas ao longo do presente discurso, de acordo com a organização temática dos respectivos capítulos – depende um questionamento paralelo, consecutiva e consequentemente por elas implicado. Invertendo precedências, e retomando os itens anteriormente arrolados: poderá considerar-se suficiente e cabalmente definido e balizado o conceito de "exclamação", por se registar a presença de um "ponto de exclamação"?; por se detectar a transmissão de um "estado psicológico"?; por se verificar a expressão de um "sentimento"?; por se identificar uma "entoação emocional ou afectiva"?

Não parecerão despropositadas estas interrogações, se as coadjuvamos da notícia de que estão longe de terem agora sido pela primeira vez ponderadas. Aparecerão, pelo contrário, carregadas de pertinência, ao som de anteriores reflexões: «um enunciado pode ser, em termos gerais, pleno de afectividade sem que tal afectividade ofereça interesse para o estudo entonacional: palavras como *encantador, mimoso, horrendo, nauseabundo* [...] trazem a afectividade nelas próprias, na sua substância semântica, sem que necessariamente seja marcada de afectividade a entoação com que se pronunciem» (BARBOSA, 1963: 41).

De facto, se a transmissão da "emoção" ou do "afecto" sobreviver, linguisticamente, na ausência de uma "entoação expressiva", será de considerar que, de forma simetricamente proporcional, a invocação desse mesmo parâmetro não seja suficiente para a definição de um padrão de "entoação" específico.

Se quiséssemos assinalar o caminho por onde seguiu o estudo da fonologia em tempos mais recentes – não ignoramos o trabalho realizado, e os frutos

conseguidos, pela "fonologia prosódica", enquanto teoria que nos propõe a tese de que «the flow of speech is hierarchically organised into prosodic domains» (FROTA, 1998: 2) e de que «a entoação possui uma organização fonológica» (FROTA, 2000: 513) – diríamos, com visão retrospectiva, que ele terá seguido mais de perto a vertente a que Marouzeau chamou « intonation logique ou intellectuelle ou intellective » (MAROUZEAU, 1961: 126), dados os laços que prendem a actual "fonologia prosódica" e a sintaxe¹⁹. Pelo menos, não terá sido certamente o caminho da " intonation émotionnelle ou affective ", se tivermos em conta que «reports on the intonation of exclamatives are rare» (CRUTTENDEN, 1986: 166), e que a fonologia se tem ocupado sobretudo com a demarcação e a forma como se agrupam os constituintes prosódicos primordiais – aqueles que segundo Nespor e Vogel residem perto da base da pirâmide hierárquica dos constituintes prosódicos²⁰ – no contexto de "frases declarativas" *neutras* (FROTA e VIGÁRIO, 2000: 534).

Um exemplo das actuais tarefas da fonologia prosódica será a desambiguação de enunciados como «La vecchia legge la regola», em «(i) "The old lady is reading the regulation"» ou em «(ii) "The old law regulates it"» (NESPOR e VOGEL, 1986: 252); ou a consideração da agramaticalidade de enunciados como «*_{IP}(Three mathematicians)_{IP} _{IP}(in ten derive a lemma)_{IP}.» face à gramaticalidade de «_{IP}(Three mathematicians in ten)_{IP} _{IP}(derive a lemma)_{IP}²¹.» (SELKIRK, 1995: 567); ou o estabelecimento de pares pergunta-resposta a partir de dois enunciados homófonos, excepto quanto à focalização de determinadas sílabas por meios prosódicos: «TRESpassers will be prosecuted» é a resposta dada como correcta para a interrogação «Who will be prosecuted?», enquanto que «Trespasgers willk be PROsecuted» seria a resposta correcta a «What will be done to trespassers?» (SELKIRK, 1995: 553)

¹⁹ «Prosodic phonology is a theory of phonological structure, and of its relation with syntax.» (FROTA, 1998: 2).

²⁰ No ponto «5.2.2. O "Valor distintivo" da Entoação: debate», teremos oportunidade de regressar ao tópico da organização hierárquica dos constituintes prosódicos, tal como é proposta por Nespor e Vogel (NESPOR E VOGEL, 1986).

²¹ As maiúsculas IP referem-se a "intonational phrasing".

Nespor e Vogel explicitamente clarificam «we do not analyze the actual intonation patterns themselves, but rather discuss only the domains throughout which intonation contours extend» (NESPOR e VOGEL, 1986: 25). E contudo, seria precisamente este o tipo de trabalho que poderia eventualmente clarificar os contornos autónomos de uma "entoação exclamativa" que procuramos.

5.2.1.1. A "Entoação exclamativa"

Na realidade, a "entoação exclamativa" é um conceito firmado em termos de terminologia linguística. Pelo menos, na medida em que é um conceito convencionalmente dado como assente, pela generalidade dos discursos gramaticográficos. Mas será interessante analisar até que ponto essa firmeza conceitual é resistente ao abalo da indagação teórica, e subsiste suficientemente individuada, no confronto com os conceitos que lhe ficam vizinhos, ou o situam relativamente a uma dada hierarquia.

O conceito "entoação exclamativa" surge num contexto em que lhe são adjacentes noções de um mesmo paradigma. Assim, temos «entoação declarativa», «entoação interrogativa», «entoação imperativa», «entoação exclamativa», «entoação persuasiva» (AMORIM, 2006: 275; OLIVEIRA, 2006: 182; MATEUS e FREITAS, s/d).

Fazendo, se tal é possível, um paralelo com o ponto anterior («5.2.1. A "Exclamação" e a Entoação»), a partição do conceito "entoação" em diferentes segmentos, da forma como ela agora se executa, implica conseqüentemente que o espaço reservado à fracção nocional mais estreitamente relacionada com a "exclamação" ocupe já uma superfície com uma dimensão distinta daquela que anteriormente lhe ficava reservada:



GRÁFICO N.º 3

Em termos nocionais – e relembrando que nada se pretende demonstrar neste último diagrama que se relacione com uma eventual estatística de frequências de utilização²² – seriam cinco os tipos de "entoação" possíveis, sendo portanto que um quinto do espaço teórico do conceito "entoação" seria habitado por uma sua componente "exclamativa".

Porém, neste ponto, os teóricos poderão discordar, fazendo oscilar as fronteiras divisórias do conceito "exclamação" em prosódia. Alguns discursos aceitam como individualizável uma "entoação" característica da expressão da dúvida (MATEUS, 1996: 199; DUARTE, 2000)²³. Partindo do princípio que este novo tipo de entoação não exclui, pela sua inserção, os demais²⁴, ficaríamos perante um quadro que novamente redimensiona o conceito cujas fronteiras tentamos fixar:

²² Como, aliás, em qualquer um dos outros dois que o antecedem.

²³ O próprio Marouzeau distinguiu esse tipo entoacional daquilo a que chamou "intonation normale", falando de uma "intonation logique ou intellectuelle ou intellective", também ela "expressive", tal como a "émotionnelle ou affective", mas « liée à des aspects de la pensée et du raisonnement: expression de la concession, du doute... » (MAROUZEAU, 1961: 126, itálico nosso). Cf. «5.2.1. A "Exclamação" e a Entoação».

²⁴ A conjectura é por demais provável, até porque noutros trabalhos das mesmas autoras se considera válida uma descrição das curvas melódicas relativa à expressão da asserção, da interrogação, da exclamação e da persuasão (MATEUS, 1992: 347).

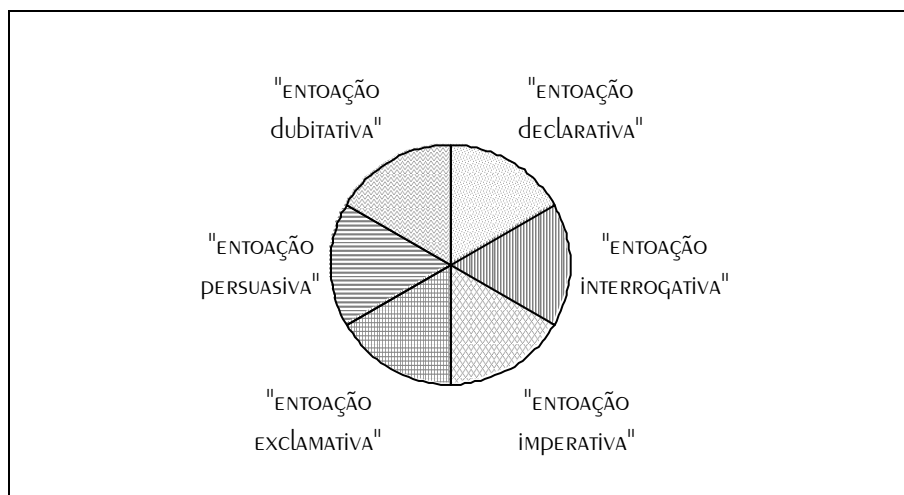


GRÁFICO N.º 4

Ora, reunindo as aporções dos diferentes gráficos expostos até ao momento, aqueles onde ficou visível uma área delimitada relacionável com o conceito "exclamação", deparamo-nos sucessivamente com porções distintamente dimensionadas, de acordo com diferentes posicionamentos teóricos – consideração de da existência de uma entoação suficientemente não marcada para ser considerada como "entoação normal" – e de acordo com as preferências dos autores, ao nível de uma maior particularização ou minúcia taxonómicas. E assim teremos a "entoação exclamativa" ocupando ora um espaço significativo, ora parcelas cada vez menores: um quarto, um quinto, um sexto.

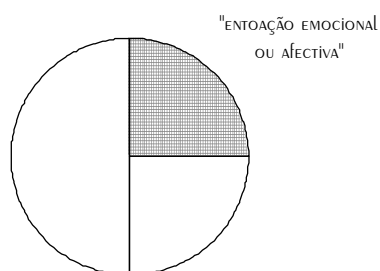


GRÁFICO N.º 1'

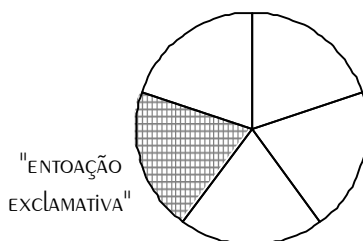


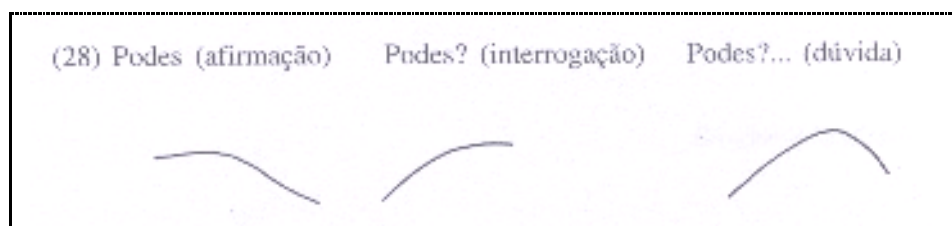
GRÁFICO N.º 3'



GRÁFICO N.º 4'

Um exercício interessante seria fazer uma leitura cruzada do gráfico n.º1 – que prevê a "entoação normal" (cf. *supra*) – e do gráfico n.º4 (*idem*), mesurando a zona que ficaria destinada ao enquadramento da "entoação exclamativa". Partindo do princípio que a "entoação declarativa" é sobreponível à entoação a que Marouzeau chama "normale", e partindo do princípio que ficarão igualmente sobrepostas as entoações "exclamativa", por um lado, e "émotionnelle ou affective"²⁵, por outro, o resultado, expresso novamente em diagrama, seria o seguinte:

²⁵ Por outro lado, já não nos parecem tão imediatamente assimiláveis as entoações de "dúvida", por um lado, e "logique ou intellectuelle", por outro, ainda que Marouzeau exemplifique este tipo de entoação exactamente com « expression de la concession, du doute... » (MAROUZEAU, 1961: 126). Trata-se de uma leitura cruzada: a "curva de entoação" de dúvida surge completamente individuada, e com destaque, em outra das autoras (MATEUS, 1996: 198) cujas palavras aqui vêm convergir, pelo que a parcela deixada à "entoação lógica" ficará reservada à entoação que particularmente serve a expressão da concessão e outras relações lógicas, não deixando de se respeitar, assim, igualmente, o pensamento de Marouzeau.



(MATEUS, 1996: 199)

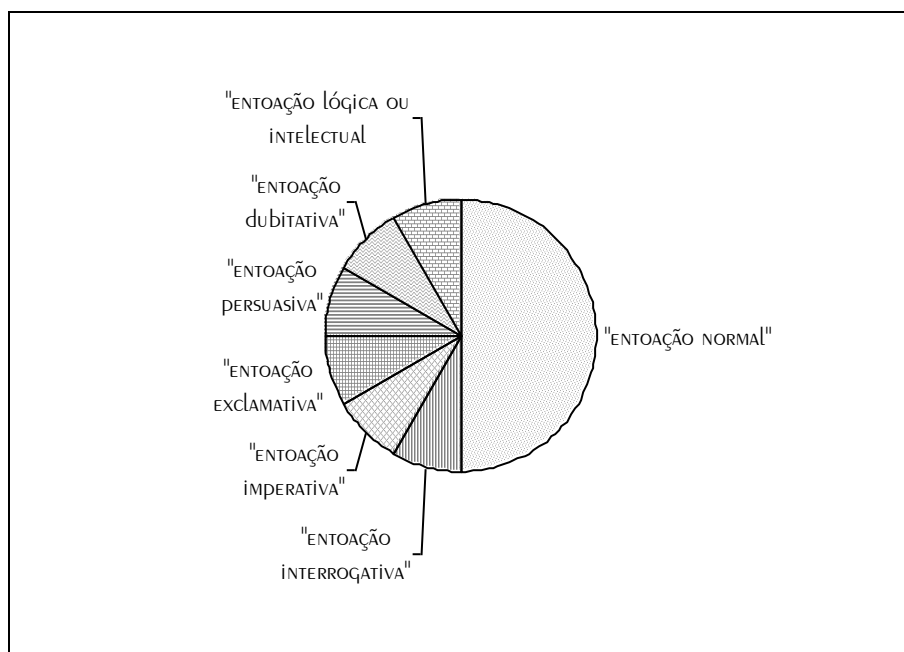


GRÁFICO N.º 5

O contributo da "parcela exclamativa" enquanto aspecto relevante na composição dos aspectos entoacionais da elocução vê-se, desta forma, radicalmente diminuído. E tanto mais assim será, quanto mais forem os parceiros taxonómicos que compitam na partilha de um mesmo espaço ocupado pela "entoação expressiva", enquanto conceito oponível a uma "entoação descaracterizada"²⁶. A "entoação exclamativa" subsiste agora num duodécimo do endereço conceptivo que esta problemática constrói:

²⁶ Com esta expressão, apenas retomamos as leituras alheias, expostas no gráfico n.º5.

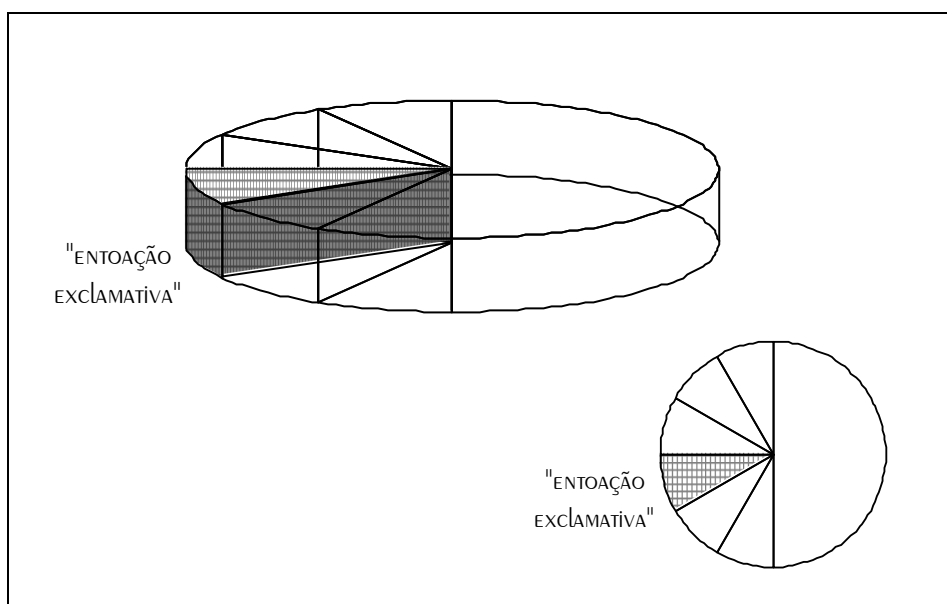


GRÁFICO N.º 5'

A questão que se coloca (não é nova²⁷) é a de saber até que ponto seria possível uma classificação mais acabada que, à imagem das denominações adiantadas – o precedente foi aberto – pudesse conseguir uma listagem mais próxima das diferentes variedades de curva entoacional de que é efectivamente capaz a mutabilidade tonal da elocução, até porque sabemos que «A fala expressiva exige variedade de tons e sua adequação ao pensamento.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 167). Se lermos com toda a *parcialidade* o discurso dos estudiosos, encontraremos alguma inspiração nos seus próprios termos que, devidamente *descontextualizados*, poderíamos reaproveitar numa subclassificação original: a expressão da "certeza" (termo sugerido pela leitura de MATEUS, 1996: 198), a expressão da "súplica" (termo sugerido pela leitura de CUNHA e CINTRA, 1994: 175), não merecerão a descrição de uma curva melódica que lhes possa ser atribuída, como para a dúvida?, como para a persuasão? E recordando outras vezes um pouco mais distantes (sugestões recicláveis a partir da tipologia dos "actos ilocutórios"): as expressões da ameaça, da promessa, não serão exprimíveis por um determinado padrão entoacional? A

²⁷ Reproduz, por analogia, uma problemática que se tem vindo a colocar ao longo do nosso percurso investigatório, noutros capítulos deste mesmo trabalho.

representação gráfica a que se adicionasse agora a inclusão das novas propostas classificatórias resultaria em algo como o seguinte:

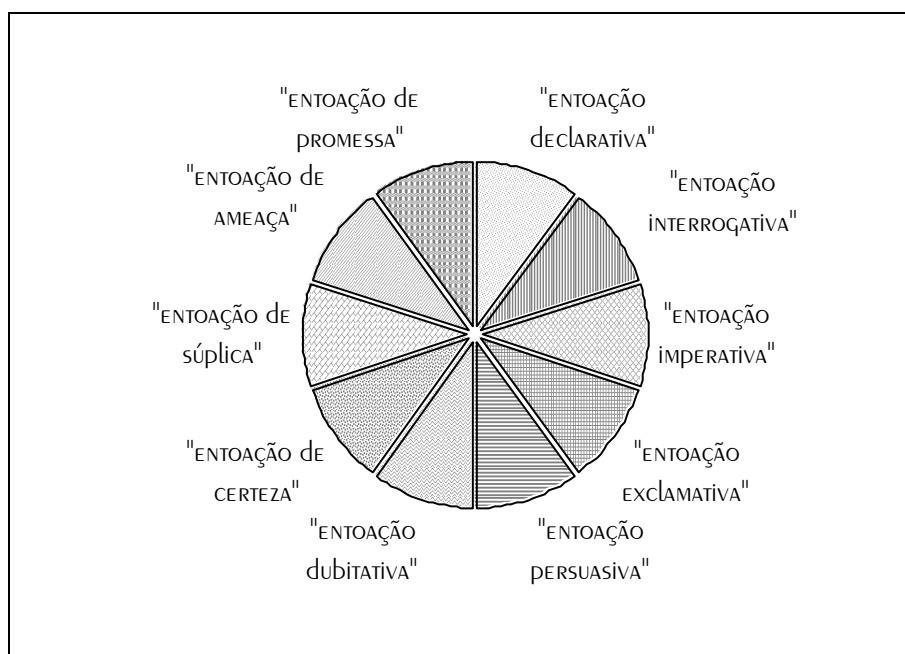


GRÁFICO N.º 6

Tal como anteriormente, se se pretendesse evidenciar a relevância da "entoação exclamativa" para a conformação da área total desta problemática, medindo e comparando os espaços vizinhos, sopesando o contributo do seu peso relativo, representaríamos em diagrama expressão numérica $\frac{1}{10}$:

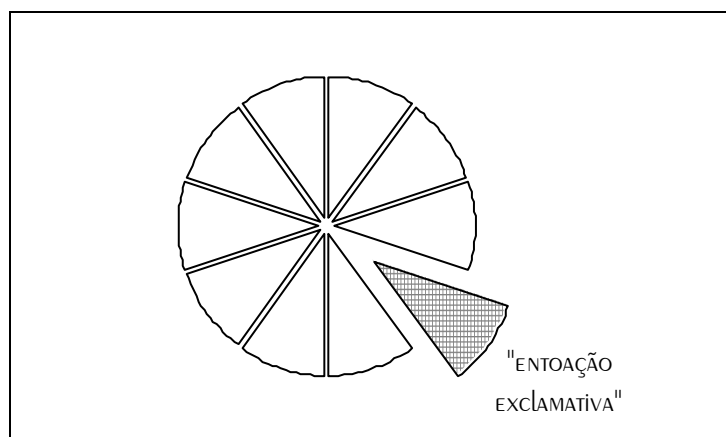


GRÁFICO N.º 6'

Não teríamos de nos restringir obrigatoriamente a este número. As possibilidades são muitas, e a leitura de outros autores continua a sugerir a fragmentação desta temática em parcelas classificativas, cuja quantia definitiva fica, afinal, por estabelecer: «A entoação permite indicar a ironia, a indignação, a alegria, etc.»²⁸ (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 18); «Os valores [...] da entoação (persuasão, ordem indiferença, cólera, ironia...) exprimem informações suplementares. [...] Por exemplo, o tom com que se pronuncia *Bonito!* pode traduzir espanto ou admiração, censura ou reprovação, elogio ou recompensa, rejeição ou aprovação...» (MOURA, 2006: 207). Abstemo-nos, agora de representar estas últimas soluções em diagramas, até porque este seria um daqueles caminhos de que com propriedade se poderia dizer tratar-se de um caminho sem retorno:

²⁸ O "etc." utilizado vem confessar essa desistência perante a tarefa de organizar um inventário acabado de possibilidades.

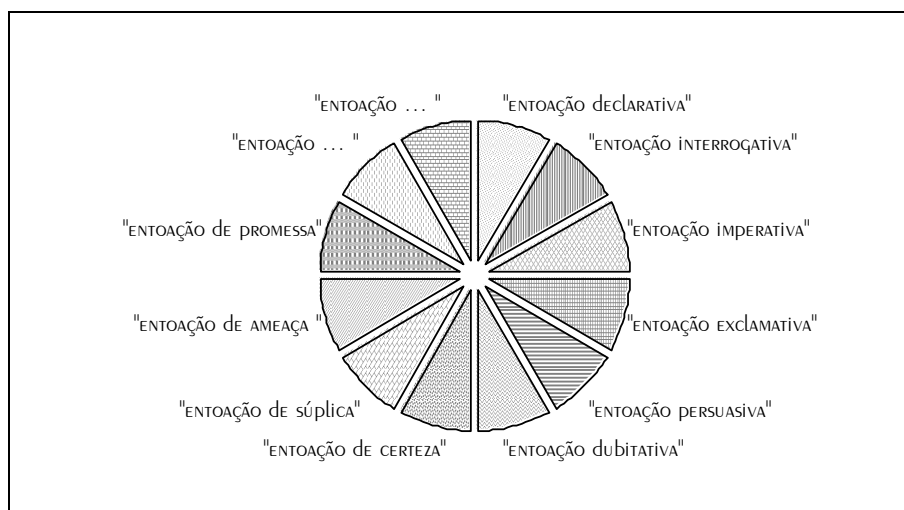


GRÁFICO N.º 7

Afinal, «são inúmeras, com os respectivos matizes, as diferentes atitudes dos locutores susceptíveis de colorirem diversamente os enunciados» (BARBOSA, 1963: 37).

Desta forma, torna-se inteiramente perceptível a inconstância desta fronteira cuja movimentação permanente torna seguramente instável o conceito que pretende contornar:

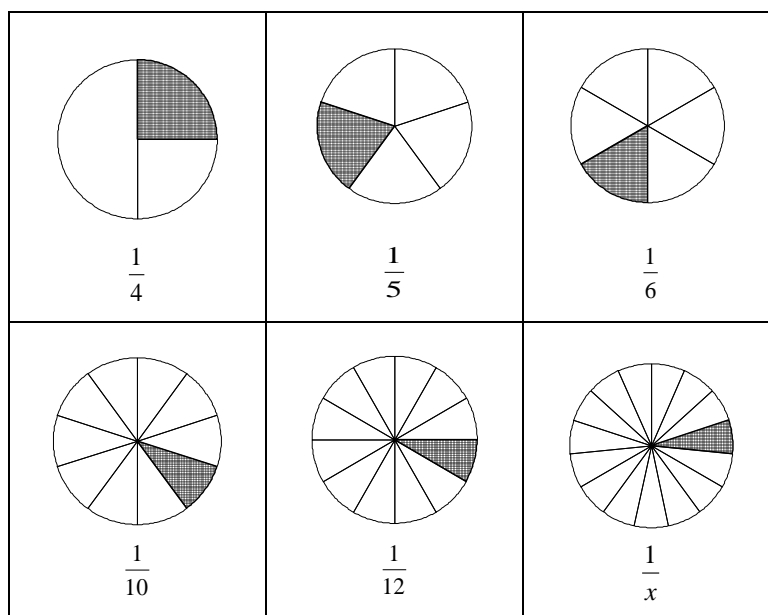


GRÁFICO N.º 8

Comentando a existência de uma específica « intonation d'implication », « en forme d'accent circonflexe : *c'était du vin blanc* : " c'est évident que c'était du vin blanc! " », coloca-se, na *Grammaire d'aujourd'hui*, uma questão certamente central a toda esta temática: « On peut se demander si l'inventaire des courbes significatives d'une langue est ouvert ou fermé. »²⁹ (ARRIVÉ, 1986: 588). A representação esquemática de um "espaço exclamativo", torna-se, desta feita, positivamente impossível: neste contexto, esse espaço fica, em absoluto, indeterminado e indeterminável.

No entanto, não foi ainda apresentada a situação que retrata um dos endereços teóricos onde mais assiduamente se alberga o conceito agora em apreço, a "entoação exclamativa". Não obstante o raciocínio anteriormente desenvolvido, que decorre de leituras cruzadas de diferentes autores, e respectivas implicações, o conceito "entoação exclamativa" surge com maior frequência, e mais explicitamente, num contexto em que convive com um número de parceiros, afinal, relativamente

²⁹ Teremos de regressar a esta questão quando analisarmos o problema do valor linguístico da entoação (Cf. «5.2.2. O "Valor distintivo" da Entoação: debate »).

reduzido. Assim, está em falta o gráfico que reproduz a posição que mais correntemente este conceito ocupa, no espaço gramatical: «Tipos de entoação. A entoação [...] pode ser: declarativa, se eles [os enunciados] afirmam ou negam de modo neutro; interrogativa, se eles estabelecem uma pergunta; exclamativa, se eles enfatizam a emoção; imperativa, se eles exortam ou ordenam.» (MOURA, 2006: 208).

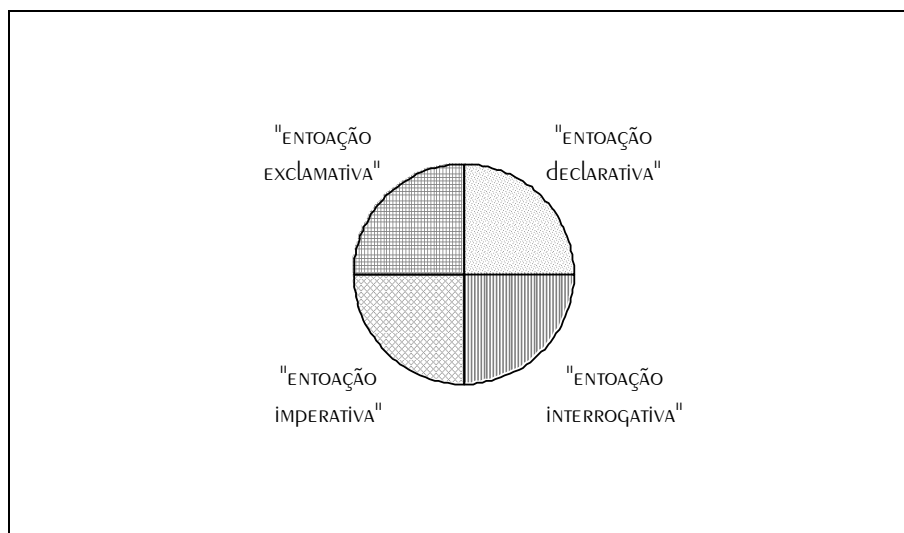


GRÁFICO N.º 9

Torna-se, desta forma, totalmente perceptível que o tratamento da questão da "entoação exclamativa" não dispensa, neste âmbito, a paralela abordagem da questão da "tipologia frásica", a cujos limites se vem, de imediato, colar.

5.2.1.2. A "Entoação exclamativa" e a "Tipologia frásica"

A colagem da questão dos "tipos de entoação" à questão dos "tipos de frase" e, em subsequência, a colagem da noção "entoação exclamativa" à noção "frase exclamativa" pode ser ou mais distante – a questão da "entoação" surge num quadro temático próprio, relacionado com as disciplinas da fonética e da fonologia – ou, então, pode ser que a temática entoacional sofra uma deslocação, eventualmente

menos esperada, para o quadro da sintaxe, fazendo-se assim com que a apreciação do tema "entoação" surja exclusivamente junto do tema "tipologia frásica" (PINTO, 1996: 156; PINTO, 1998: 176). Tomando-se como título «entoação da frase», prontamente as considerações sobre os dois temas se aglutinam: «Quando ouvimos alguém falar, percebemos imediatamente pelo tom de voz, se essa pessoa está a fazer uma pergunta, a dar uma ordem, a exprimir uma exclamação ou a emitir uma frase declarativa.» (PINTO, 1996: 156).

Assim, é possível que numa gramática, um capítulo de fonética e fonologia aborde temas relativos aos sons e aos fonemas, às vogais e às consoantes, às sílabas e às palavras, e por aí encerre a sua análise. Neste caso, iremos encontrar quaisquer informações referentes à entoação, nos capítulos de sintaxe, junto da "frase", e da consideração dos seus "tipos" (PINTO, 1996: 156; PINTO, 1998: 176).

A este título, não poderia ser mais clara a forma escolhida por Grevisse para fazer a sua exposição desta matéria. Na secção que dedica à "fonética sintáctica", inscreve uma brevíssima notação, minimamente definitória sobre entoação – «**L'intonation**, ce sont les variations de hauteur que l'on observe dans la phrase.» (GREVISSE, 1993: 45) – e, logo de seguida, remete, literalmente, para a questão dos "tipos de frase", fornecendo as coordenadas que permitem a consulta do tema no volume gramatical: «Elle [l'intonation] permet de distinguer les différentes espèces de phrases [...]. Voir II^e Partie, chap. VI. ». Ou seja, o tema da "entoação" será tratado na segunda parte do compêndio – « La phrase » – no capítulo que se intitula « Particularités des divers types de phrases » (GREVISSE, 1993: 575-628).

Neste quadro, retomando os últimos parágrafos do ponto 5.2.2., torna-se bastante linear a identificação dos três parceiros que convivem com o conceito "entoação exclamativa" (Cf. gráfico n.º 9). Ou melhor, este contexto permite, de forma bastante elementar, o reconhecimento dos parceiros teóricos que, *habitualmente*, são atribuídos ao conceito "entoação exclamativa".

Ora, essa atribuição pode ser problematizada. Na verdade, se é critério, na elaboração de uma tipologia frásica, a entoação que a marca³⁰, teríamos de atentar noutros tipos de entoação com que é também reproduzida³¹. E tanto assim é que, nos estudos em que se considera com algum pormenor a questão da "entoação", logo se torna necessário alargar a titulação, para os diferentes tipos de entoação, ultrapassando desta forma o número daqueles que se organizam tradicionalmente em paralelo com os membros da tetralogia que classifica a frase³².

Desta forma, e nos capítulos gramaticais que se debruçam especificamente sobre a língua nos seus aspectos fonéticos e fonológicos, poderemos encontrar com facilidade a descrição de mais de quatro curvas possíveis. Assim é quando nos deparamos com a apresentação do inventário:

³⁰ Trabalhamos e reproduzimos os mesmos conceitos utilizados pelas teorias que agora debatemos. De facto, não será líquido que se possa com total coerência falar da entoação da "frase". Falar de entoação será quase sempre falar de "enunciado". Recuaremos a este mesmo tema quando examinarmos a questão do valor e funcionalidade linguísticos da entoação (5.2.2. O "Valor distintivo" da Entoação: debate).

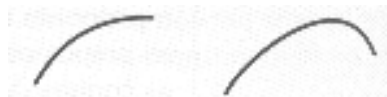
³¹ O mesmo tipo de constatação já serviu a nossa análise noutros pontos da nossa dissertação. Na verdade, será admissível, de forma totalmente paralela a esta, argumentar nestes termos: "se é critério, na elaboração de uma tipologia frásica, os actos que as frases permitem realizar, teríamos de atentar noutros tipos de actos possíveis – agora desconsiderados – mas cuja realização de forma idêntica as frases possibilitam". (Cf. nota anterior para justificação do desrespeito pela necessária distinção entre os conceitos "frase" e "enunciado").

³² O *Dicionário Terminológico* toma em consideração, por exemplo, a "entoação persuasiva", numa listagem que nos parece muito familiar, e que pensamos conhecer de cor, até ao momento em que conhecemos o seu quarto elemento: «A frase "Vamos embora" pode ser produzida com uma entoação declarativa, uma entoação interrogativa, uma entoação exclamativa ou uma entoação persuasiva.» (DT, 2008).

«ENTOAÇÃO DECLARATIVA
[...]



ENTOAÇÃO INTERROGATIVA [...]



ENTOAÇÃO IMPERATIVA [...]



ENTOAÇÃO EXCLAMATIVA [...]



ENTOAÇÃO PERSUASIVA [...]



(OLIVEIRA, 2006: 182)

Ora, não pode deixar de ser algo surpreendente que, num mesmo compêndio, possam surgir duas informações que, embora distanciadas através dos capítulos que as separam, quando aproximadas, não façam coincidir o teor do conhecimento que transmitem, provocando um desacerto que dificulta a coerência da sua interpretação.

Isto é, a "entoação declarativa" é um dos critérios que viabiliza a instituição da classificação "frase declarativa", que como marca linguística tem, no registo oral, uma «entoação ascendente no início, e descendente no final da frase»; a "entoação interrogativa" é um dos critérios que viabiliza a instituição da classificação "frase interrogativa", que como marca linguística tem, no registo oral, uma «entoação ascendente»; a "entoação exclamativa" é um dos critérios que

viabiliza a instituição da classificação "frase exclamativa", que como marca linguística tem, no registo oral, uma «entoação de intensidade que recai sobre toda a frase ou especialmente sobre uma sílaba, uma palavra ou uma expressão»; a "entoação imperativa" é um dos critérios que viabiliza a instituição da classificação "frase imperativa", que como marca linguística tem, no registo oral, uma «entoação descendente. A entoação imperativa pode marcar intensamente uma sílaba, uma palavra ou uma expressão.» (PINTO, 2006: 152-154). Já a "entoação persuasiva" não serve de critério para viabilizar a instituição de uma classificação para qualquer tipo frásico.

Esta explanação surge reiteradamente evidenciada nos trabalhos que recorrem a este tipo de apresentação da matéria: «A frase "Está frio" pode ser produzida com uma entoação *afirmativa*, uma entoação *interrogativa*, uma entoação *exclamativa* ou uma entoação *persuasiva*.», sendo que «A entoação *persuasiva* apresenta uma curva descendente e uma *duração* maior do que a dos restantes tipos de entoação.» (MATEUS e FREITAS, s/d), ou seja, a "entoação persuasiva" apresenta uma "curva" distinta dos restantes "tipos de entoação". Mas, na verdade, o que serve de implicação para um caso não encontrará expressão paralela noutro caso similar: "Está frio", produzido com "entoação exclamativa" constitui uma "frase exclamativa"; "Está frio", produzido com "entoação persuasiva" não constitui uma "frase persuasiva", na medida em que o conceito não está formatado ou registado nos compêndios e não surge, portanto, à disposição do eventual utilizador.

Assim, «uma frase pode ser enunciada com diversos tipos de entoação: declarativa (16), interrogativa (17), exclamativa (18), imperativa (19) e persuasiva (20):

(16) Amanhã, vais visitar a Ana.

(17) Amanhã, vais visitar a Ana?

(18) Amanhã, vais visitar a Ana!

(19) Amanhã, vais visitar a Ana!

(20) Amanhã, vais visitar a Ana!... »

(AMORIM, 2006: 275), mas só os primeiros quatro "tipos de entoação" serão considerados no momento em que se estabelecer uma "tipologia da frase", quando um dos critérios alegados como fundação dessa estrutura é, precisamente, a entoação.

Enunciada com uma "entoação declarativa", a primeira das "cinco (?) frases" – "Amanhã, vais visitar a Ana." – seria uma "frase declarativa"; enunciada com uma "entoação interrogativa", a segunda das "cinco (?) frases" – "Amanhã, vais visitar a Ana?" – seria uma "frase interrogativa"; enunciada com uma "entoação exclamativa", a terceira – "Amanhã, vais visitar a Ana!" – seria uma "frase exclamativa"; enunciada com uma "entoação imperativa", a quarta – "Amanhã, vais visitar a Ana!" – seria uma "frase imperativa"; contudo, enunciada com uma "entoação persuasiva", a quinta das "cinco (?) frases" – "Amanhã, vais visitar a Ana!..." – *não* seria uma "frase persuasiva".

Será também para nós fundamental observar que das três (?) frases

«(18) Amanhã, vais visitar a Ana!»,

«(19) Amanhã, vais visitar a Ana!» e

«(20) Amanhã, vais visitar a Ana!... »

(AMORIM, 2006: 275) somente uma é dada como "frase exclamativa". Perante o registo gráfico de um "ponto de exclamação", poderá colocar-se a pergunta que questiona a barreira que delimita as diferenciações entre as características exclamativas que esse "sinal de pontuação" assinala em cada um dos três casos.

Um exercício experimental curioso seria, com o *corpus* dos três últimos exemplos apresentados, solicitar a indicação de qual, ou quais, dos enunciados não corresponde, ou não correspondem, a uma "frase exclamativa". Fosse o mesmo pedido feito a partir de um suporte escrito, a questão iria apresentar a compleição de um enigma. Mas ainda que os enunciados fossem reproduzidos em registo oral, algum vestígio de "exclamação" eles teriam impresso na sua expressão oral, ao tentarem sugerir, nesse código, o "ponto de exclamação" presente no registo escrito. Algo aí o justifica.

Entretanto, este procedimento constante que faz coincidir, simplesmente, quatro tipos de entoação e quatro "tipos de frase" é denunciado por vozes mais atentas: «an alignment of tunes with sentence-types is merely the easy way to investigate intonation and often more sophisticated attitudinal and discursal uses remain undocumented» (CRUTTENDEN, 1986: 10).

5.2.2. O "Valor distintivo" da Entoação: debate

Que as diferentes curvas melódicas possuem um valor distintivo parece ser uma resposta já dada, nomeadamente, por Cunha e Cintra (CUNHA e CINTRA, 1994). Na sua obra de referência para os estudos da gramática da Língua Portuguesa, estes estudiosos levantam e equacionam abertamente a questão: «Entre esses problemas de solução delicada [referem-se os autores aos «problemas suscitados pelas tentativas de interpretação da curva melódica»], sobrelêva o de caracterizar o valor da entoação na frase, isto é, o de saber se nela a entoação desempenha uma função linguística (significativa ou distintiva) determinada. Por outras palavras: interessamos saber preliminarmente se, pela simples diversidade da curva melódica, duas mensagens – no mais foneticamente idênticas – podem ser interpretadas de maneira distinta pelos usuários de uma mesma língua.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 167).

Não será necessário sublinhar o alcance que estas considerações poderão atingir, quando ponderamos precisamente o lugar que a "exclamação" – percebida pelo seu lado "entoação exclamativa" – poderá ocupar no espaço linguístico. Ora, os referidos autores defenderão a funcionalidade linguística da entoação: «parece-nos lícito reconhecer a funcionalidade linguística da entoação em nosso idioma» (CUNHA e CINTRA, 1994: 168), algo que poderia, à partida, assegurar o lugar de uma "entoação exclamativa" entre outros conceitos teóricos linguísticos seus pares. Porém, esta situação não se apresenta inteiramente garantida. Na verdade, «While tone is used for contrasts in lexical meaning or to produce modifications of meaning of the sort conveyed by case or tense, the meanings

conveyed by intonation are often less concrete.» (CRUTTENDEN, 1986: 10). O tipo de significado transmitido pela entoação é distinto dos outros tipos de significado mencionados: os últimos são sistematizáveis pelo estudioso da língua; a sistematização do primeiro coloca problemas e dificuldades.

Esta realidade leva a que Nespors e Vogel organizem uma hierarquia de "constituintes prosódicos"³³ dotados de natureza e funcionamento distintos, em que a ideia de que «the higher a constituent is in the prosodic hierarchy, the more general the nature of its definition becomes» (NESPORS e VOGEL, 1986: 187) acaba por assumir contornos de princípio geral quando inscrita e repetida nas conclusões da sua obra sobre fonologia prosódica: «the higher the constituent is in the hierarchy, the more general the principles are for its definition» (NESPORS e VOGEL, 1986: 217). Da base ao topo da estrutura hierárquica, da sílaba ao padrão entoacional da frase, a especificidade da natureza estritamente linguística dos constituintes prosódicos dilui-se em análises que têm de ser progressivamente mais *gerais*, e portanto mais fluidas e menos concretas, e bem assim menos decisivas, menos sistêmicas e menos centrais: mais marginais.

5.2.2.1. A Entoação e o "Gesto vocal"

Indagando o discurso de outros estudiosos da mesma matéria, não será sempre uma resposta semelhante à anterior que encontraremos defendida. Martinet considera a entoação como sendo «muito marginal do ponto de vista linguístico» (MARTINET, 1995: 29), numa posição em tudo discordante com a anteriormente apontada. O linguista advoga mesmo de forma expressa o lugar marginal que a temática da entoação deverá ocupar: face ao núcleo dos temas essencialmente

³³ «we propose that the prosodic hierarchy consists on seven units [...] These seven units, from large to small, are: the phonological utterance [...], the intonational phrase [...], the phonological phrase [...], the clitic group [...], the phonological word [...], the foot [...], and the syllable [...].» (NESPORS E VOGEL, 1986: 11)

linguísticos, «os traços não segmentais ocupam apenas uma posição marginal» (MARTINET, 1995: 189).

Esta alegação – cujas conclusões implicam certamente consequências radicais para o nosso caso – é pedagogicamente explanada através de um raciocínio que pretende distanciar a linguística de certa "inocência investigatória". Assim, explica Marinet que «a entoação pertence a um sistema semiológico paralelo à fala. [...] É um gesto vocal. Mas, como este gesto se produz em qualquer língua por meio da glote, atribui-se inocentemente à língua.» (MARTINET, 1995: 29).

O radicalismo para o qual se alertava nas palavras anteriores fica aqui demonstrado. Afinal, aproximando "entoação" e "gesto", o autor coloca toda a problemática abordada neste nosso capítulo – e, com ela, a "entoação exclamativa" – definitivamente fora da linguística. Aliás, o próprio autor esclarece: «l'avantage de considérer l'intonation comme un geste, c'est qu'elle est de ce fait repoussée vers les zones périphériques de la langue» (MARTINET, 1969: 46). Mesmo a consideração de que a sua localização lhe possa ser "paralela", só muito brandamente poderá mitigar a constatação de que vemos agora a "exclamação" colocada num espaço eventualmente menos previsto: do lado de fora.

Martinet não ficará totalmente isolado ao estabelecer e defender a aproximação entre "entoação" e "gesto". Seguindo uma linha de pensamento, neste ponto, muito semelhante ao do autor supracitado, explica Bolinger que «We have been fooled by the fact that intonation is vocal and gestures are dumb»: «I do maintain that the schemes interlock and that the *gestural domain* is where intonation truly belongs» (BOLINGER, 1982: 18, itálico nosso).

5.2.2.2. Do lado de fora

A sublinhar o desprestígio atribuído por Martinet à entoação está a forma como só pela negativa o autor define entoação como «o que resta da curva melódica uma vez providas as necessidades de ordem tonal e acentual.» (MARTINET, 1995: 196), lembrando que «contrariamente aos tons e ao lugar do acento, nunca pode afectar a identidade de um monema ou de um sintema [...] enquanto tal.» (MARTINET, 1995: 197).

É possível fazer remontar a explicação para este posicionamento do autor à sua origem primeira. Afinal, a entoação «não actua no âmbito da dupla articulação» (MARTINET, 1991: 82). Ou seja, «nem ocupa posição particular no enunciado (sobrepõe-se, por assim dizer, às unidades das duas articulações), nem se deixa analisar numa sucessão de fonemas» (MARTINET, 1991: 25). Não actuando no "âmbito da dupla articulação" – «le noyau central du langage» (MARTINET, 1969: 44) – a consequência final terá obrigatoriamente de ser a exclusão da "entoação" do perímetro que circunscreve os factos analisáveis por uma ciência da língua: «ce qui [...] est parfaitement clair, c'est la nature linguistiquement marginale de l'intonation» (MARTINET, 1969: 58).

Toda a teorização de Martinet vai convergir para o ponto que afasta o contributo da "entoação" como válido e efectivo no estudo de temas pertencentes ao domínio da linguística. Concedendo que: «não é lícito [...] negar à entoação todo e qualquer valor linguístico» (MARTINET, 1991: 82), o autor descreve a incapacidade para perceber traços claramente distintivos nas curvas entonacionais, retirando-lhes qualquer possibilidade de discreção: «Il n'y a pas là une unité discrète qui implique purement et simplement "question" et qui s'oppose à d'autres unités discrètes [...], mais une infinité de possibilités dont chacune implique un peu plus ceci ou un peu moins cela.» (MARTINET, 1985: 44).

Desta forma Martinet atribui ao exame desta questão limites restritos: «o estabelecimento de um número definido de contornos diferentes [da curva melódica] deve ser interpretado não tanto como identificação de unidades de entoação discretas, mas mais como um esforço para marcar algumas amplitudes do leque de contornos possíveis num ponto» (MARTINET, 1995: 198)³⁴. Este raciocínio reduz a validade das listagens dos "tipos de entoação" que frequentemente se encontram registadas, e que já serviram ao longo do presente discurso a diferenciação de uma "entoação exclamativa", supostamente dotada de características diferenciadoras em relação a outras entoações possíveis.

Neste domínio, até o conceito de "tipo frásico" fica prejudicado: mesmo no caso das propriedades da "frase interrogativa", aquela que tão bem se parece adequar a uma análise que se refira à capacidade distintiva da sua "entoação específica", poderemos eventualmente chegar à conclusão de que «il n'y a pas d'intonation propre à l'interrogation» (FONTANEY, 1991: 116), se tivermos em linha de conta que «"la voix s'élève" de toutes sortes de manières, abruptement, lentement, peu, et même qu'elle ne s'élève pas du tout, quand une question est posée» (FONTANEY, 1991: 113).

Coloca-se, desta forma, a entoação fora, ou nos limites, da linguística, na medida em que se dificulta o exercício de perceber relativamente a esta temática a possibilidade de que seja dotada de um "valor distintivo": «on n'est pas ici dans le domaine du " tout ou rien ", mais dans celui du " plus ou moins " » (KERBRAT-ORECCHIONI, 1991b: 91).

A este propósito, será significativo notar, num breve parêntesis, que Martinet, expulsando os factos entoacionais dos domínios de uma linguística, que pretende inteiramente devedora de factos estritamente linguísticos, se subtrai à eventual falácia de associar os conceitos "frase" e "entoação"³⁵: pode o autor chegar

³⁴ A esta realidade escapam as línguas tonais, como anteriormente deixámos clarificado (Cf. «5.2.1. A "Exclamação" e a Entoação»).

³⁵ Para uma discussão do relacionamento entre as noções "frase" e "enunciado", cf. *supra* («2.2.1.1. O critério da "intencionalidade comunicativa"»).

a repetir a menção "enunciado" seis vezes numa trintena de linhas, ao abordar este tema em determinado momento da sua obra, mas não falará da "entoação da frase", preferindo associar ao tema da entoação o conceito de "enunciado" (MARTINET, 1995: 197).

Certamente, esta é uma das possíveis visões do problema e não serão para todos líquidas as razões enumeradas. Barbosa (BARBOSA, 1963) assume uma posição contrária, ao assinalar, partindo da diferenciação entre aquilo que seriam duas funções fundamentais da entoação – uma "função representativa" e uma "função expressiva" (BARBOSA, 1963: 43) –, a existência efectiva de "unidades entonacionais discretas", aquelas que possibilitariam a distinção, por exemplo, entre enunciados "interrogativos" e "afirmativos", «indispensáveis à constituição do texto», face a "unidades entonacionais não-discretas", que «não são indispensáveis à constituição dos enunciados», mas sim «unidades de tipo afectivo», «algo que se acrescenta, sem carácter de necessidade, a textos já constituídos» e que marcariam os enunciados de tipo «exclamativo, afectuoso, condescendente, concessivo, confidencial, sarcástico, irónico, etc.» (BARBOSA, 1963: 46-47). E, de facto, não será sempre fácil contrariar a ideia de que «À condition que l'on soit capable d'identifier comme régulière l'association d'une intonation bien caractérisée à un sens donné, on sera à même de considérer une telle intonation comme étant un fait linguistique.» (BARBOSA, 2001: 119). Afinal, «a comunidade linguística não necessita [...] de uma [...] avançada consciencialização das unidades supra-segmentais para as utilizar perfeitamente, sem perigo de confusão, no fenómeno multidiário da comunicação: basta-lhe o seu "saber técnico" de que "Tu viste." difere de "Tu viste?" como uma afirmação de uma interrogação» (BARBOSA, 1963: 28).

Em qualquer dos casos – e ainda que se atribuísse um papel definitivamente linguístico a algum dos aspectos constitutivos da "entoação", que fazem diferenciar, em línguas como as românicas ou germânicas³⁶, enunciados em tudo o mais semelhantes – resulta de ambos os pontos de vista abordados neste

³⁶ A ressalva justifica-se na medida em que é certo que em determinadas línguas – pensamos de novo nas línguas tonais – esse papel definitivamente linguístico se atesta seguramente pela diferenciação, a que já atrás nos referimos (cf. *supra*).

apartado que a entoação especificamente dita "entoação exclamativa" não poderá corresponder a uma "unidade entonacional", dotada de um "valor distintivo".

Nestas circunstâncias, o conceito em causa – a "entoação exclamativa" percebida como uma "unidade entonacional", dotada de um "valor distintivo" – não aparece, afinal, nem delineado nem circunscrito, no discurso metalinguístico. O mesmo significa dizer que, em linguística, tal conceito – pelo menos enquanto conceito manifesto, dotado de uma formatação explícita e observável – não existe; ou, existindo, não possui validade teórica.

Esta afirmação de tom conclusivo fica, desde já, registada, pois foi neste momento do nosso percurso discursivo que ela se manifestou. A ela regressaremos, para podermos inclui-la no endereço onde com maior legitimidade caberá, em final de capítulo. No entanto, apesar da nossa investigação não estar concluída, pretendemos sublinhar a relevância que estas reflexões assumem no cômputo da nossa exposição, e o carácter de resultado investigatório – embora parcial – que, para nós, adquirem.

5.2.3. Da alma: gesto, melodia e modalidade

a entoação [...] devemos considerá-la a "alma da oração"

(CELSO CUNHA E LINDLEY CINTRA, *Nova gramática do português contemporâneo*, 1994)

5.2.3.1. "Melodia" e "gesto"

O confronto de argumentos é um método atestado no esclarecimento das dúvidas. Fazer falar vozes distintas, contrapô-las e deixar assomar aquilo que de mais profícuo se possa reter é um exercício possível.

A nossa questão, de momento, é a proximidade convivial³⁷ entre a "exclamação", e outros objectos teóricos distintos daqueles que respeitam os parâmetros que normalmente regulam os factos linguísticos. É para além da margem apontada que nos podemos referir ao "gesto" enquanto elemento comunicativo; e é junto a ele que fica a "exclamação", se ela for entendida como um "gesto vocal" (cf. *supra*)³⁸.

Se quisermos aproximar e fazer falar os conceitos "modalidade", "melodia" e "gesto", tendo sempre presente que a esta análise subjaz, como objectivo último, o acto de medir distâncias ou ajustamentos entre qualquer

³⁷ O adjectivo surge em estreita relação com o subtítulo da nossa dissertação «Abrangências e *convívios* nocionais», que não pretendemos deixar esquecer ao longo da nossa exposição, e ao qual submetemos todo o nosso trabalho.

³⁸ Cf. «5.2.2.1. A Entoação e o "Gesto vocal"».

ponto teórico e a noção "exclamação", encontraremos vozes avalizadas em diálogos esclarecedores.

Vejam, por exemplo Bally, e a sua metáfora de que «la modalité est l'âme de la phrase» (BALLY, 1944: 36, *italico nosso*). E somemos a isto a lição do mesmo autor que advoga que «la mélodie [...] est l'expression naturelle de la modalité» (BALLY, 1944: 42). Da adição resultaria, claro está, que a "melodia" seria a "expressão natural" da "alma da frase", ou a "melodia" seria a "alma da frase". Para mais, o cruzamento da leitura das duas linhas surge, em simultâneo, justificado e caucionado por outra afirmação ilustre, que em tudo coincide com a extrapolação anterior: «devemos considerá-la [à entoação] a "alma da oração".» (CUNHA E CINTRA, 1994: 176, *italico nosso*).

A problemática reside agora na avaliação do peso linguístico de tal "alma", ou na avaliação da possibilidade da computação linguística de tal peso. Contribuir, com pertinência, para a transmissão do sentido, está longe de ser uma condição definitiva suficiente para a admissão ao campo dos estudos linguísticos: «Or il se trouve que dans ce pays (le Japon), l'empire des signifiants est si vaste, il excède à un tel point la parole, que l'échange des signes reste d'une richesse, d'une mobilité, d'une subtilité fascinantes en dépit de l'opacité de la langue [...]. Ce n'est pas la voix [...] qui communique [...], c'est tout le corps (les yeux, le sourire, la mèche, le geste, le vêtement) qui entretient avec vous une sorte de babil [...]. Fixer un rendez-vous (par gestes, dessins, noms propres) prend sans doute une heure, mais pendant cette heure, pour un message qui se fût aboli en un instant s'il eût été parlé [...], c'est tout le corps de l'autre qui a été connu, goûté, reçu et qui a déployé [...] son propre récit, son propre texte. » (BARTHES, 1970: 18-20). Ancorados certamente no domínio de um texto, é também por demais evidente que ultrapassámos já em muito o domínio específico da linguagem verbal.

Acontece que aproximar a "entoação" de uma qualquer gestualidade fisionómica, ainda que totalmente seja reconhecida a esta última a habilidade comunicativa, é simultânea e necessariamente afastá-la do universo especificamente linguístico. E foi esse mesmo efeito que já anteriormente verificámos na doutrina dos teóricos, quando citámos: «l'avantage de considérer l'intonation comme un

geste, c'est qu'elle est de ce fait repoussée vers les zones périphériques de la langue» (MARTINET, 1969: 46)³⁹.

E, na verdade, os dois temas – "entoação" e "gesto" – surgem recorrente e amplamente conciliados, como se de facto um traço comum na natureza de ambos os ligasse num laço de parentesco próximo. O médico e investigador António Damásio, conhecido no mundo científico pelos seus trabalhos versando a "neurologia das emoções"⁴⁰, aproxima estes conceitos num trecho que expressivamente ilustra os dados que vêm sendo explanados: «you probably are a good reader of background emotions if you accurately detect energy or enthusiasm in someone you just met; or if you are capable of diagnosing subtle malaise or excitement, edginess or tranquillity, in your friends and colleagues. If you are really good, you can do the diagnostic job without a single word being uttered by your victim. You assess the counter of movements in the limbs and the entire body. How strong? How precise? How ample? How frequent? You observe facial expressions. If words do get uttered you do not just listen to the words and picture their dictionary meanings, you listen to the music in the voice, to the prosody.» (DAMÁSIO, 2003: 43): "postura corporal", "expressões faciais" e "prosódia" apresentados como sendo, em concomitância, dados a serem calculados para uma correcta leitura das emoções do outro; apresentados, afinal, como sendo elementos de um mesmo grupo.

Mas não será necessário que se saia do *corpus* formado pelos estudos eminentemente linguísticos, para que esta relação – a relação "entoação" e "gesto" – surja quase de forma espontânea, como uma relação natural, em que falar de um dos dois termos beneficie do auxílio que é falar concomitantemente do outro: querendo sublinhar a «extraordinaire possibilité de variation expressive de l'élocution», Armando de Lacerda, precursor da fonética experimental em Portugal e director do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o primeiro no país, explica: « Si on imagine les multiples expressions que

³⁹ Cf. supra («5.2.2.1. A Entoação e o "Gesto vocal"»).

⁴⁰ A expressão foi inspirada pelo subtítulo da tradução portuguesa – «As emoções sociais e a neurologia do sentir» – da obra cujo original é citado.

le simple profil d'une physionomie peut manifester grâce aux modifications des traits qui la composent, on aura une idée de la grande possibilité de variation expressive dans le domaine visuel. [...] Il en est de même en ce qui concerne la *physionomie sonore*, et on peut même dire qu'elle est bien plus susceptible de variation que le visage d'un individu, si grand que soit le degré de plasticité de sa mimique.» (LACERDA, 1953: 62). A expressão "physionomie sonore", cujo itálico original é da responsabilidade do autor, mas que também nós queremos sublinhar, é a este título ela própria sumamente expressiva, por tão cabalmente associar e fazer coincidir as duas problemáticas: a gestual e a melódica.

Tal como é igualmente representativo desta situação o epíteto «gestuelle vocale» ao apostrofar a prosódia. E quando a ponderação desta sua característica é dada como particularmente relevante ao nível da "expressão das atitudes e emoções", o grau de minúcia com que se examina este funcionamento da "entoação", que se compatibiliza com a funcionalidade do "gesto", terá de se valorizar, pois sabemos que é precisamente aí que encontraremos a conceito "exclamação" que indagamos: « la prosodie [...], en tant gestuelle vocale, [...] permet l'expression des attitudes et des émotions dans une langue donnée.» (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 342).

Esta harmonia que ajusta a função da "entoação" à função do "gesto" chega ser explicitamente frisada, mesmo nos tratados de gramática mais convencionais, em que se reconhece o estreito vínculo que une os dois temas: «À mímica corporal junte--se a vocal» (BECHARA, 2006 [1999]: 30); «Os valores semânticos e pragmáticos da entoação [...], como os dos gestos e da mímica, que com ela se articulam a cada momento, exprimem informações suplementares.» (MOURA, 2006: 207): a denúncia deste relacionamento não poderia ser mais clara. Vozes avalizadas referem naturalmente este ponto, em termos mais ou menos similares: « Il nous semble impossible de dissocier les compétences linguistiques et para-linguistiques (mimo-gestualité) dans la mesure où, à l'oral du moins, la communication est " multi-canalé " : pour transmettre les significations, les supports phonématiques et para-linguistiques, qui d'ailleurs s'intersectionnent au niveau des faits prosodiques, se prêtent mutuellement leur concours. » (KERBRAT-ORECCHIONI,

1980: 19). Falar de "articulação", como no primeiro caso, ou de "intersecção", como na autoridade agora citada, não altera neste contexto os dados em equação, antes confirma visivelmente o ponto que vimos defendendo.

E novamente se confirma a preeminência da questão exclamativa, neste ponto: é a propósito da «inflexão da voz e a duração das pausas pedidas por certas formas exclamativas» que Celso Cunha e Lindley Cintra falam de uma «mímica emocional que as acompanha» (CUNHA e CINTRA, 1994: 653). A este título é curiosa a analogia que se poderá estabelecer entre uma entoação específica e um gesto particular: «L'intonation implicative est au plan auditif ce que le clin d'oeil est au plan visuel.» (CALLAMAND, 1973: 79). Este papel atribuído à temática do "gesto" como um auxiliar do entendimento e da explicitação da funcionalidade significativa da entoação tem, na verdade, mostrado benefícios: «Assim como existe dentro de cada comunidade um conjunto de gestos, cada um dos quais significa qualquer coisa relativamente bem determinada (um abanar de cabeça afirmativo [...] etc.⁴¹) mas que, como é óbvio, não entram no quadro das preocupações dos linguistas, assim também as várias atitudes teriam significantes extralinguísticos [...] que se realizam por [algumas] unidades entonacionais» (BARBOSA, 1963: 49).

É esta associação que poderá permitir ver a "exclamação" como um "gesto da voz", alargando a abrangência nocional⁴² deste conceito, para além daquilo que inicialmente seria expectável, com um consequente afastamento das suas margens teóricas de um dado ponto central: para nós, a linguística.

⁴¹ A citação foi truncada, para que não se tornasse demasiado extensa. No entanto, ela é bem representativa das funções comunicativas passíveis de serem assumidas por um gesto, e compagináveis com uma forma de funcionamento similar que é propriedade da entoação. Desta forma, não é despidendo o elenco de algumas das situações em que este paralelo se torna especialmente evidente, pelo que aqui se reconstitui a citação: «um abanar de cabeça afirmativo, um outro abanar de cabeça negativo, um gesto vago com as mãos ou uma protuberância labial significativos da pouca importância atribuída a algum facto, um sorriso afectuoso e outros sorrisos desdenhosos ou sarcásticos, etc.» (BARBOSA, 1963: 49).

⁴² Cf. título da presente dissertação: «Da natureza da exclamação enquanto conceito teórico: abrangências e convívios nocionais.».

As consequências do apuramento e aceitação destes factos são preponderantes. A "mímica" e o "gesto", que contribuem certamente para a comunicação humana, podendo até nela desempenhar uma função decisiva, excluem-se necessariamente do convívio formal com aqueles outros factores que viabilizam a comunicação humana *verbal*. E se a linguística atende cabalmente a segunda, não tem como propósito abranger totalmente a primeira.

A teoria da comunicação debruça-se sobre estes factores, e não contradiz – antes corrobora – o ponto que queremos defender. É por demais evidente que «a comunicação não verbal desempenha diversas e importantes funções no comportamento social da humanidade». A panóplia de signos não verbais presentes no comportamento comunicativo do Homem é imensa e complexa, existindo, porém, segundo os estudiosos «muitas maneiras de dividir por categorias os vários tipos de signos não verbais» (FREIXO, 2006: 127-129). Uma classificação comum (que selectivamente se restringe à comunicação veiculada pelo próprio corpo) – que não é recente mas se manterá actual (FREIXO, 2006: 129) – recorre a um exame tripartido em estudos de cinésica⁴³, proxémica⁴⁴ e paralinguagem⁴⁵, originando uma teoria cinésica, uma teoria proxémica e uma teoria paralinguística. Fiske, de cuja leitura o pensamento de Freixo é certamente devedor, aceita uma divisão mais fina, em que os aspectos relativos ao discurso – os aspectos não verbais do discurso – ocupam a última de dez posições num rol de códigos comunicativos, desde o código do "contacto físico", passando também pela "proxemia" e pela "quinese", ou pela "expressão facial", "movimento dos olhos" ou "postura" (FISKE, 2002: 96-98).

A questão para nós é que Fiske optou por reclamar a "entoação" para o seu campo de estudos, numa envolvência que a coloca junto dos sinais não verbais. Também para Fiske, a "entoação" é um aspecto não-verbal do discurso⁴⁶;

⁴³ «estudo dos movimentos corporais» (FREIXO, 2006: 129).

⁴⁴ «estudo da posição corporal e das relações espaciais» (FREIXO, 2006: 129).

⁴⁵ «estudo do uso da voz e da vocalização» (FREIXO, 2006: 129).

⁴⁶ Impõe-se aqui precisar que não estamos a considerar aquilo a que Fiske chamou "códigos paralinguísticos", como "volume", "sotaque" ou "erros de fala", indicadores da personalidade ou estatuto social do locutor. Referimo-nos antes àquilo a que o mesmo autor

possivelmente, se tomarmos por significativa a última posição que ocupa, um aspecto menor entre os *códigos não verbais*. Outros, de forma um tanto paralela, vêm-na como um aspecto menor do *código verbal*.

Podemos analisar a sùmula possível da situação exposta, desconsiderando a contradição existente (a "entoação" ora como "signo verbal", ora como "signo não verbal"), e sublinhando antes o ponto concordante: em ambas as esferas a "entoação" é um conceito limítrofe. Com maioria de razão, a "entoação exclamativa" o será. Não sendo propriamente extralinguística, não chega a ser verdadeiramente linguística. Ora, este duplo esvaziamento pode tornar tal conceito inoperativo para uma ciência da linguagem.

5.2.3.2. "Melodia" e "modalidade"

les premiers discours furent les premières chansons
(JEAN-JACQUES ROUSSEAU, *Essai sur l'origine des langues*, 1781)

Retomando Bally: «la modalité est l'âme de la phrase» (BALLY, 1944: 36); «la mélodie [...] est l'expression naturelle de la modalité» (BALLY, 1944: 42)⁴⁷.

A "melodia" associável ao "gesto" não pertence ao grupo de objectos teóricos submissos à linguística. Mas não existirá uma outra faceta observável da "melodia" que – mesmo nos casos da consideração de uma "melodia" compaginável com aquele grupo de fenómenos fonéticos (intensidade, altura e duração) de que resulta a "entoação" que acompanha a actualização de "enunciados" em línguas,

chamou de "códigos métricos", cuja exemplificação de funcionamento nos coloca no cerne do nosso tópico: «"As lojas estão abertas ao domingo" – esta frase pode ser transformada numa afirmação, numa pergunta ou numa expressão de descrédito pela entoação da voz.» (FISKE, 2002: 98).

⁴⁷ Cf. «5.2.3.1. "Melodia" e "gesto"».

como as línguas românicas ou germânicas – possa ser admissível como um elemento desse grupo mais ou menos restrito? Não existirá um tipo de ponderação dos factos melódicos que possa fazer da "entoação exclamativa" um evento linguístico?

Para aceitarmos excluir a "entoação exclamativa" de um convívio teórico próximo com outros fenómenos a todos os títulos aceitáveis como realidades eminentemente linguísticas, falta-nos ultrapassar a objecção de que «la entonación resulta [...] central en la determinación de la modalidad.» (GARCÍA NEGRONI, 2001: 104). Na verdade, existem acontecimentos da língua que ocorrem sob a dependência da "entoação". É pelo menos esta a informação que se pretende validar quando se expõe a lição: «Según la figura tonal que acompañe su enunciación, este enunciado será interpretado como una afirmación (modalidade intelectual real), como expresión de un mandato categórico (modalidad volitiva), como interrogación (modalidade interrogativa) o como expresión de sorpresa, indignación alegría, etc.. (modalidade afectiva)» (GARCÍA NEGRONI, 2001: 104). Resta saber se também neste caso não estaremos a computar dados que estão mais próximos de uma "realidade comunicacional" do que de um "acontecimento da língua".

De facto, será indesmentível que «Não se pode realizar um enunciado oral sem prosódia.» ou que «a prosódia é fundamental na interpretação dos enunciados» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 132). Se a primeira das informações poderá ser relegada para o campo da fonética, como dando conta de um fenómeno que inteiramente cabe no âmbito dos seus estudos e que por ela poderá ser cabalmente explicado, já quanto à segunda atestação, a importância dos dados em equação exigirá um comentário mais demorado. Na verdade, é comum atribuir-se à prosódia uma «função modal», em termos não muito distintos daqueles que Garcia Negroni utiliza (GARCÍA NEGRONI, 2001: 104. Cf. *supra*).

Assim sendo, para além das duas funções «função de organização do enunciado» e «função expressiva», a prosódia satisfaria ainda uma «função modal», com a qual se vem amalgamar a questão dos "tipos frásicos", quando a explanação do funcionamento de uma "função modal" em nada se diferencia dessa outra (?) questão: «Uma função modal. A entoação terminal indica qual a categoria a que pertence a frase. Se a frase é assertiva ou declarativa, se interrogativa, se imperativa

ou exclamativa» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 18). Uma questão que poderá surgir é se não será a força do hábito a implicar a compilação de uma "categoria exclamativa" a exercer ofício de "função modal", quando, na mesma listagem citada de funções para a prosódia, encontramos uma "função expressiva". Não poderia a "categoria exclamativa" figurar sob este outro título?, ou deveremos, de acordo com a lógica da exposição, depreender que a prosódia da "categoria exclamativa" não cumpre uma "função expressiva"?

A pergunta anterior, que sublinha a eventual incoerência no estabelecimento de uma determinada compartimentação organizativa de conceitos numa gramática em concreto, e que acaba por usurpar à "exclamação" uma das suas mais referidas propriedades, torna-se pertinente quando, partindo para uma teorização mais geral, encontrarmos posicionamentos que lhe respondem. Talvez a "exclamação" não caiba nesse conjunto de objectos em que a "entoação" exercerá, por si, uma "função modal"; ou, pelo menos, não a iremos encontrar sempre junto das noções que partilham entre si os espaços teóricos fundamentais nesta matéria: « Elles [les distinctions fondamentales] interviennent entre l'intonation énonciative [...], l'intonation interrogative [...] et l'intonation impérative [...]. Dans ces trois cas [...] la mélodie suffirait à faire reconnaître le type auquel appartient la phrase : ainsi: *tu viens* [...] assertif, *tu viens?* [...] interrogatif, *tu viens!* [...] impératif » (ARRIVE, 1986: 585). Não figura aqui a "exclamação"⁴⁸.

Também no mesmo sentido segue a defesa da ideia de que « la prosodie a un double rôle : d'une part elle contribue à l'organisation syntaxique et discursive du discours, et d'autre part, en tant que gestuelle vocale, elle permet l'expression des attitudes et des émotions » (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 342). Nesta compartimentação não será difícil optar pelo lugar em que mais facilmente se integrará o conceito de "entoação exclamativa". Essa integração dar-se-á forçosamente na subdivisão que alberga a "expressão das atitudes e das emoções".

⁴⁸ Não figura enquanto conceito isolado e autónomo, oponível aos outros termos citados, " l'intonation énonciative ", " l'intonation interrogative " e " l'intonation impérative ". Sendo outros os critérios de análise, teríamos de concordar que a sua presença se manifesta, formalmente visível na marca "ponto de exclamação".

Assim sendo, e ainda que se possa certamente equacionar para a entoação uma "função modal" específica – a que distingue por exemplo «uma ordem (14) de uma pergunta (15):

(14) Amanhã, vais visitar a Ana!

(15) Amanhã, vais visitar a Ana?»

(AMORIM, 2006: 275) e que corresponderia ao primeiro dos dois papéis que agora se atribuíram à "prosódia" – uma vez chegados ao campo da "exclamação", a modalidade que ela será capaz de imprimir ao discurso emanará bem mais do segundo dos dois papéis mencionados, onde não sabemos já a que distância nos deixaram do conceito "discurso" para tão perto nos colocarem do "gesto".

5.2.3.2.1. "Melodia", "modalidade" e contexto

Mas este tipo de "modalidade", aquela de que é capaz a "exclamação", será ela própria subsidiária da linguística, ou antes devedora de agentes externos que vêm auxiliar a comunicação? Não deveremos esquecer, se queremos situar a natureza do conceito "exclamação" num espaço relacional que «Il peut se faire [...] que la Modalisation ne soit exprimée par aucune marque linguistique, et que ce soit l'organisation d'ensemble de l'énoncé qui, en relation avec d'autres indices verbaux ou paraverbaux (intonation, gestes, regards, ponctuation), et des particularités de la situation de communication, témoigne d'une Modalité énonciative particulière.» (CHARAUDEAU, 1992: 573).

E novamente vemos congregados os conceitos "entoação" e "gesto" – neste caso, de maneira tão formal que chegam a habitar um mesmo parêntesis, «(intonation, gestes, regards, ponctuation)» (CHARAUDEAU, 1992: 573) – e associados não só a um contexto verbal, como até a uma mais geral "situação de comunicação". De facto, as variações da prosódia são frequentemente apresentadas

como dependentes de « une infinité de conditions plus ou moins bien définissables » (DUCROT e SCHAEFFER, 1995: 355).

Abrindo um breve parêntesis, será interessante verificar que estas ligações são dadas como tão próximas que poderão chegar a atingir a significação do agora mais distante "ponto de exclamação", que vê a fixidez da sua grafia também ela equiparada à mobilidade de um "gesto": «Esses recursos da pontuação não têm apenas valor linguístico, visam a indicar também a expressão do corpo e do espírito» (CUNHA e CINTRA, 1994: 652)⁴⁹.

A prosódia surge conotada com factores decididamente extralinguísticos, invocada conjuntamente com estes, beneficiando do seu contributo para o desempenho das funções que lhe são próprias, deles dependente, exigindo uma ancoragem numa determinada "estruturação global da percepção", ou numa "situação de comunicação" que implica a "partilha de uma determinada experiência": « la structure prosodique de la phrase est [...] perçu[e] selon des facteurs multiples qui tiennent non à (ou seulement à) la structure linguistique de la phrase mais à une structuration globale de perception sensorielle et cognitive. » (MARTINS, 1986: 303); « sa fonction [de l'intonation] est de faire l'économie des moyens linguistiques dans une situation de communication où les locuteurs en présence partagent une certaine expérience. » (CALLAMAND, 1973: 79).

Estes factos – alguns relevando do domínio da cognição – não são, e não poderiam ser, escamoteados em estudos que pretendam dar conta da forma como a língua desempenha o seu papel comunicacional quando em funcionamento efectivo. Os trabalhos de Nespor e Vogel, não tratando em concreto do tema que aqui nos prende⁵⁰, aceitam a existência de factores exteriores ao sistema linguístico que

⁴⁹ Em termos ideais, a citação a transcrever, para perfeitamente ilustrar a afirmação, teria de ser mais extensa: «Há escritores que, para acentuar nos diálogos, a atitude de expectativa de um dos interlocutores, usam reduzir a sua réplica ao ponto de interrogação, seguido às vezes do ponto de exclamação. Esses recursos da pontuação não têm apenas valor linguístico, visam a indicar também a expressão do corpo e do espírito que acompanha e valoriza a pausa linguística.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 652).

⁵⁰ «we do not analyze the actual intonation patterns themselves, but rather discuss only the domains throughout which intonation contours extend» (NESPOR e VOGEL, 1986: 25).

interferem na forma como os enunciados são realizados, em termos da atribuição de intensidade, duração e altura, formando unidades tonais portadoras de significado. Este reconhecimento de uma dependência de factores da entoação em relação ao domínio extralinguístico fica atestada por mais de uma vez: «the assignment of stress within an intonational phrase depends on material found in previous utterances or on shared knowledge of a given situation that is not necessarily present in the linguistic context of the utterance in question» (NESPOR e VOGEL, 1986: 191); «since stress is essentially assigned on the basis of semantic prominence principles such as focus or given *vs.* new information, it follows that a particular string may be uttered patterns depending on the situation, both linguistic and non-linguistic» (NESPOR e VOGEL, 1986: 218).

O pendor revelado pelas explicações teóricas para agregarem as reflexões sobre "prosódia" a outras considerações sobre fenómenos ligados ao contexto e situações enunciativas assoma com frequência no seu discurso: « Si le mot *John* ! forme à lui seul un énoncé complet, on peut l'interpréter, selon la situation et l'intonation employée, de plusieurs manières » (JESPERSEN, 1971 [1924]: 437); e do mais distante Rousseau, aos mais recentes Celso Cunha e Lindley Cintra, não será difícil continuar a coleccionar exemplos que ilustrem o argumento: « ce sont les sons, les accents [*sic*], les inflexions de toute espèce, qui font la plus grande énergie du langage, et rendent une phrase, d'ailleurs commune, propre seulement au lieu où elle est. » (ROUSSEAU, 1781: Chap. V); se a ilustração visar directamente a "exclamação", então o seu valor será, para nós, acrescido: «como a melodia das exclamações apresenta muitas variedades, o seu valor só pode ser depreendido do contexto.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 652).

Continua a ser possível ler-se, nas vozes mais validadas e mais actuais, a reticência que esta problemática constitui, no momento de definir um estatuto linguístico categórico a (certas) unidades prosódicas que, afinal, não se mostram apreensíveis pelo linguista. É a própria investigadora Sónia Frota que reconhece «Intonation is difficult to grasp.». A forma como esta dificuldade é justificada acrescenta valor às asserções que vimos registando, em relação ao tema da "entoação" de uma forma geral, e de forma particular em relação a uma "entoação

expressiva", presa às valorações emocionais do locutor: «Intonation is difficult to grasp. The difficulty is mainly due to the multiple sources of variation that characterise intonational phenomena, not all of them of linguistic nature (e.g. sex, age, emotion). The basic task of determining what is linguistic in intonation is therefore not an easy one.» (FROTA, 1998: 5). A nossa leitura interessada debruça-se com mais atenção precisamente sobre aquilo que a citação deixou remetido a um parêntesis. Não será totalmente ilegítima a interpretação que concluir destas linhas (embora não seja também certamente a mais imediata) que entre as propriedades acústicas físicas que mais dificilmente poderão ser formalizáveis em termos de categoria linguística se encontram as devidas a parâmetros emotivos do locutor. No discurso desta estudiosa foi sobretudo aqui que encontramos um conceito "entoação exclamativa" por definir.

Estas reflexões que ponderam longamente a interdependência entoação e mundo extralinguístico fazem deslizar a discussão do tema "entoação" para uma esfera que se distancia do núcleo da discussão estritamente linguística; este movimento transporta consigo o conceito "entoação exclamativa".

5.2.4. "Entoação exclamativa": carácter discreto ou contínuo?

De acordo com o argumentário apresentado até ao momento, encontramos evidências que atestam a proximidade do conceito "entoação exclamativa" a conceitos vizinhos que escapam manifestamente ao domínio teórico da linguística. Depois de termos adiantado o debate do tema "valor distintivo da entoação", no ponto 5.2.2. do presente capítulo, a discussão conduziu-nos à análise da natureza de tal valor quando associável a outros parâmetros passíveis de marcar a modalidade de uma enunciação concreta, mas que escapam sobremaneira ao âmbito o estudo da linguagem verbal; pensamos, por exemplo, no "gesto".

Porém, se retomarmos o ponto inicial donde esse exame partiu, poderemos confrontar novamente a evidência de que «"Tu viste." difere de "Tu viste?" como

uma afirmação de uma interrogação» (BARBOSA, 1963: 28) e, atardando-nos ainda na observação do "valor distintivo" da entoação, conduzir uma linha de análise distinta daquela que nos conduziu à temática da "gestualidade", averiguando a conformidade dos resultados a obter com aqueles que foram já atingidos.

Assim sendo, estaria agora novamente⁵¹ em causa uma eventual "função fonológica" da entoação, de acordo com a qual as curvas melódicas funcionariam tal como fonemas, na sua capacidade distintiva de significados. Segundo este ponto de vista, é viável a defesa de que « La réalisation de deux schémas intonatifs différents entraîne pour un même énoncé un changement de signification tout comme la substitution de [i] à [y] permet de passer de " riz " à " rue ". » (CALLAMAND, 1973: 28). A analogia que se poderá perceber entre o exemplo agora citado e um outro exemplo a que temos recorrido – «Partem cedo.» vs. «Partem cedo?» (MOURA, 2006: 219, 220) – permite computar elementos observáveis de uma distinção que é efectiva: " riz " difere de " rue ", assim como «Partem cedo.» é distinto de «Partem cedo?» (MOURA, 2006: 219, 220). Um factor na constituição de cada um dos dois pares oponíveis fez variar a sua significação.

A discussão agora em causa é a que permitirá ou, pelo contrário, inviabilizará a qualificação da "entoação" – em particular da "entoação exclamativa" – como um fenómeno discreto ou antes como um fenómeno contínuo. E já se falou de um par oponível, «Partem cedo.» vs. «Partem cedo?» (MOURA, 2006: 219, 220), pelo que o debate não começa agora. Mas não esqueceremos certamente que o nosso alvo de análise final será o exame das características que opõem, por exemplo, "Partem cedo." a «Partem cedo!», sem que haja garantia de que aquilo que marca a oposição antes estabelecida possua natureza idêntica ao que marca a segunda distinção indicada.

Os dados em questão ficam correctamente expostos num guia alfabético de linguística francesa, quando assim se esclarece: «Si c'est un phénomène continu, on dira qu'une modification de la courbe mélodique, quelle qu'elle soit, entraîne une

⁵¹ Este "novamente" justifica-se por referência ao ponto «5.2.2. O "Valor distintivo" da Entoação: debate».

modification parallèle et proportionnelle du sens de l'énoncé. Si c'est un phénomène discret, il faut admettre qu'il existe un seuil où l'on passe d'une interprétation à une autre.» (ARRIVÉ, 1986: 588-589). O excerto é elucidativo a diferentes níveis, o primeiro dos quais é, para nós, aquele que deixa manifesto que se fornecem duas hipóteses, sem preferir, em definitivo, nenhuma das duas. Num segundo momento, o extracto é pertinente na medida em que elabora uma condição de tipo *sine qua non* à qual se verificará não ter o discurso teórico, até ao momento, conseguido responder.

Na ausência do cumprimento cabal dessa mesma segunda condição, será legítimo perceber como mais viável a primeira das duas hipóteses, eventualmente mais consentânea com a auscultação de uma facticidade plasmada no disserto teórico com inúmeras observações que – tal como outras já anteriormente citadas⁵² – registam que « dans tous les registres, les variations de hauteur musicale peuvent créer une quantité de nuances délicates. » (ARRIVE, 1986: 581).

A este título, duas asserções já debatidas – e que também não nos podemos dispensar de repetir – são bem expressivas: « on n'est pas ici dans le domaine du " tout ou rien ", mais dans celui du " plus ou moins " » (KERBRAT-ORECCHIONI, 1991b: 91); « [Il y a] une infinité de possibilités dont chacune implique un peu plus ceci ou un peu moins cela. » (MARTINET, 1985: 44).

Ora, será precisamente no plano da expressão afectiva que as exigências desta realidade se tornarão, se possível, mais flagrantes. Desta forma, os dados em debate poderão ser, de alguma forma, simplificados, sem que se comprometa o essencial da nossa discussão: ainda que fosse possível o estabelecimento do desejado "seuil", de que fala Arrivé no seu dicionário⁵³, a partir do qual, se identificasse a passagem de "Partem cedo." a "Partem cedo?" – e ainda que neste movimento se atropelasse a ideia de que «"la voix s'élève" de toutes sortes de

⁵² Cf. « nous marquons dans l'écriture l'interrogation et la surprise; mais combien avons-nous de mouvements de l'âme, et par conséquent d'inflexions oratoires, qui n'ont point de signes écrits, et que l'intelligence et le sentiment peuvent seuls faire saisir » (GIRAULT-DUVIVIER, 1833: 39).

⁵³ Cf. *supra*, « Si c'est un phénomène discret, il faut admettre qu'il existe un *seuil* où l'on passe d'une interprétation à une autre.» (ARRIVÉ, 1986: 588-589, itálico nosso).

manières [...] quand une question est posée» (FONTANEY, 1991: 113 – já no caso da identificação dos "matizes emocionais" que podem separar "Partem cedo." de "Partem cedo!", ou "Partem cedo!" de "Partem cedo?", ou até "Partem cedo!" de "Partem cedo!"⁵⁴, a complexidade do intento poderia revelar-se inultrapassável: «dar conta de todos os matizes emocionais [...] dentro de cada tipo (afecto, condescendência, sarcasmo, etc.), [...] só parecerá tarefa fácil se nos dispusermos a sacrificar o rigor científico a grosseiras aproximações.» (BARBOSA, 1963: 57)⁵⁵.

Portanto, neste último caso, que, sem dúvida, é o nosso – «As frases exclamativas carregam a linguagem de afectividade e emoção» (MOURA, 2006: 208)–, «a descrição entoacional teria de jogar com um número teoricamente ilimitado de níveis tonais.» (BARBOSA, 1963: 56).

No entanto, no universo teórico percorrido, são muitas e autorizadas as vozes que, tal como os já citados Kerbrat-Orecchioni (1991b: 91) ou Martinet (1985: 44), ou Bolinger, quando argumenta que «no particular intonation is a necessary concomitant of anything» (BOLINGER, 1982: 18), não especificam particularidade

⁵⁴ O exemplo é decalcado de outros – cf. «*Bonito!*» – em que o "ponto de exclamação" figura como representante de uma entoação que «pode traduzir espanto ou admiração, censura ou reprovação, elogio ou recompensa, rejeição ou aprovação...» (MOURA, 2006: 207). À imagem do enunciado "Bonito!" produzido com uma "entoação que traduz espanto" e do enunciado "Bonito!" produzido com uma "entoação que traduz reprovação", poderemos ter o enunciado "Partem cedo!" produzido com uma "entoação que traduz espanto" e o enunciado "Partem cedo!" produzido com uma "entoação que traduz reprovação". Assim estaria em causa identificar o "matiz emocional" que distingue, como afirmado, "Partem cedo!" e "Partem cedo!".

⁵⁵ Para além da dificuldade/impossibilidade de uma suposta listagem/contagem de tipos entoacionais distintos/discretos, em que a "entoação exclamativa" seria diferenciável/distinguível, um caso particular chama a nossa atenção, até porque atinge o tema da prosódia da "exclamação". Trata-se do problema da "interrogação retórica". Neste caso específico, pode não ser praticável a separação dos dois campos "exclamação" e "interrogação", com recurso à curva melódica que, agora, seria definitivamente indiferenciável, confundindo-se as duas curvas. A esta temática se refere Ana Bela Afonso, nos seus estudos sobre a "interrogação retórica", referindo a «dificuldade de identificação a nível prosódico entre algumas exclamativas e interrogativas retóricas» (AFONSO, 2000: 40), retomando autores anteriores, mas adicionando uma proposta de solução, dependente do conceito "domínio nocional" e da forma como o "enunciador" e o "co-enunciador" validam, ou não, a relação predicativa estabelecida no enunciado (AFONSO, 2000: 40-45). Aquém da solução adiantada, que extravasa do nosso tema, ficámos presos à denúncia desta indistinção/não discreção.

alguma, de nenhuma situação específica, em que o carácter não-discreto da entoação possa deixar de ser um impeditivo positivo e formal para falar da "entoação" como um fenómeno que responde às especificidades dos fenómenos que integram o sistema linguístico.

E já que neste ponto do nosso trabalho nos socorremos da distinção fonológica existente entre "riz " e " rue ", com o patrocínio de Monique Callamand (CALLAMAND, 1973: 28), para analogicamente tentar catalogar o tipo de variação entre duas curvas melódicas, recorramos novamente ao exemplo dos estudos fonológicos, para uma leitura interessada de John Goldsmith, quando defende, no seu artigo «Phonological Theory» (GOLDSMITH, 1995), que «not *all* differences need be distinguished in the formalism – or so traditional wisdom has had it (this, indeed, is the fundamental insight of phonemic theory). *Some* differences, that is, may perfectly well be part of a person's linguistic knowledge (using that term in a pretheoretic way), but fail to satisfy the criterion of being relevant to lexical or grammatical information» (GOLDSMITH, 1995: 10). Se forcarmos a interpretação literal das palavras do autor, no sentido de seguir uma instrução de leitura que coloque a "entoação exclamativa" no rol das *diferenças* visadas no seu discurso, poderemos extrair dele conclusões que coincidem, ponto por ponto, com o nosso exame de que a "exclamação" se distancia, pela natureza do seu contributo no enunciado, dos fenómenos linguísticos que habitam o núcleo da linguística, deslocando-se para uma periferia⁵⁶ cuja própria localização se pode revelar problemática.

⁵⁶ A metáfora geográfica não é aqui descabida, até tendo em conta vozes autorizadas. Bechara define a sintaxe como «a parte central da gramática» (BECHARA, 2000: 54). É por referência a este “centro” que desde o início medimos a nossa periferia. A escolha do vocábulo fica superiormente justificada com Martinet e a sua alusão à existência de «zones périphériques de la langue» (MARTINET, 1969: 46).

5.3. Conclusões parcelares

Abrir um caminho de investigação – abrir um caminho *tout court* – cria sempre uma expectativa, aquela que se relaciona com o acesso a um destino. Na estreia deste capítulo, já munidos das conclusões parcelares que, entretanto, se foram guardando, a expectativa não era diminuta. Os dados iniciais deixavam antever que o espaço teórico seleccionado – um espaço entonacional, dentro de um campo prosódico – permitiria agora uma direcção mais certa, tendo em conta uma possível localização do ponto de chegada.

A premissa « le caractère affectif de l'exclamation [est] particulièrement adapté à la communication orale. » (RIEGEL, 2001: 402) era uma informação que anunciava não estarmos, previsivelmente, longe do objectivo desde sempre declarado: localizar e confinar um conceito da linguística (Cf. «Capítulo I – Introdução»). Embalados pelo pensador que via na entoação expressiva a música da língua (ROUSSEAU, 1781), esperávamos poder captar a essência exclamativa, num momento privilegiado.

Percepcionados a partir destes elementos embrionários, os resultados obtidos podem parecer decepcionantes. Não foi possível cumprir o *desideratum* declarado, na justa medida em que não foi possível determinar uma configuração linguística válida para o objecto "exclamação". Quanto mais rigorosa, exaustiva, se pretendeu uma taxinomia que pudesse incluir a noção, tanto mais flagrante se revelou a inadequação classificatória. Ou porque a listagem de *nuances* entoacionais poderá ser, mais do que esgotante, inexequível, « les variations de hauteur musicale peuvent créer une quantité de nuances délicates. » (ARRIVÉ, 1986: 581); ou porque ela se confunde com parâmetros da psicologia humana e «as manifestações psicológicas não são fenómenos essencialmente linguísticos, embora as observemos sempre, de uma maneira ou de outra, nos actos de comunicação.»; ou porque se trata, afinal, de um fenómeno contínuo, « l'intonation, phénomène continu, n'est pas

un critère aussi décisif qu'on le souhaiterait » (GADET, 1989: 143), a verdade é que a "exclamação" parece ter resistido sempre ao jugo de uma compartimentação autónoma, no quadro de uma linguística que subsista exclusivamente dos seus próprios meios. A permeabilidade das fronteiras nocionais deste conceito permitiu sempre um questionamento aniquilador dos argumentos que o instituíam.

Contudo, poderá ser também entrevisto como um resultado positivo objectivo o facto de ter sido possível estabelecer uma inviabilidade: não se encontra, no campo da prosódia, um conceito de "exclamação" definido em termos que permitam a sua fixação numa tradição de pensamento linguístico que corresponda a uma efectiva ciência da linguagem. Não obedece aos seus parâmetros; subtrai-se às suas regras. A "exclamação", objecto teórico de uma linguística formal, não se encontra aqui. Mas a exclusão de partes é também uma forma de progressão.

Será mais evidente, mais razoável e mais justo, atribuir a motivação para que se possa afirmar da prosódia ser ela «um domínio cheio de interrogações e de mistérios.» (MATEUS, 2005: 95) às suas características imanentes, do que à inépcia investigatória de quem sobre ela se tem longamente debruçado. E se é possível, em muitos casos, neste campo, chegar a algumas linhas de consenso, já quando o tema versa, de perto, aquilo a que vagamente poderemos chamar "entoação expressiva", os resultados tornam-se mais difusos, e o acordo das vozes teóricas mais dissonante.

A determinação e fixação dos contornos teóricos de uma "entoação exclamativa" não se revelou inteiramente distinta de outros padrões de entoação que um elenco classificatório pode criar: não se revelou linguisticamente suficiente. Desde Saussure⁵⁷ que se vem repetindo a lição de que « Il faut [...] aborder le signe

⁵⁷ Desde Saussure, sim, se falarmos de linguística *strictu sensu*; mas desde cedo, de forma mais empírica, porém acertada, se falarmos de outros pensadores. Um parágrafo em Rousseau é a este título expressivo: « La réflexion naît des idées comparées, et c'est la pluralité des idées qui porte à les comparer. Celui qui ne voit qu'un seul objet n'a point de comparaison à faire. Celui qui n'en voit qu'un petit nombre, et toujours les mêmes dès son enfance, ne les compare point encore, parce que l'habitude de les voir lui ôte l'attention nécessaire pour les examiner : mais à mesure qu'un objet nouveau nous frappe, nous voulons le connaître ; dans ceux qui nous sont connus nous lui cherchons des rapports. C'est ainsi que nous apprenons à considérer ce qui est sous nous [*sic*] yeux, et que ce qui nous est étranger nous porte à l'examen de ce qui nous touche. » (ROUSSEAU, 1781: Chap. IX).

non plus par sa " composition ", mais par ses " entours " » (BARTHES, 1985: 50) e, neste caso, não houve a necessária individuação do conceito que perseguimos, por comparação e diferenciação dos outros múltiplos conceitos seus vizinhos. Desde Saussure que se sabe que « La reconnaissance du caractère relatif des traits distinctifs a pour conséquence la nécessité d'apporter un plus grand soin dans la recherche des dimensions pertinentes : en effet, tel trait ne se définira que par sa place relative à celle d'un, ou plusieurs autres traits » (RUWET, 1963: 13). Quando se fala de uma "entoação exclamativa", fala-se, também, com frequência, de uma «entoação [que] permite indicar a ironia, a indignação, a alegria, etc.» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 18); de outros "valores da entoação" como «persuasão, ordem, indiferença, cólera, ironia [...] espanto ou admiração, censura ou reprovação, elogio ou recompensa, rejeição ou aprovação...» (MOURA, 2006: 207), mas não se estabelecem traços diferenciadores, não se estabelecem margens; o conceito não se delinea, não surge.

A propensão natural do conceito parece ter sido sempre a de extravasar os limites desta ciência, para ir encontrar laços de maior proximidade com conceitos alheios, como o de "gesto", ou de "fisionomia". Concertam os autores as suas vozes na proposta de que a variação que a "entoação" aporta ao "enunciado" – sem negar, naturalmente, portanto, que a "entoação exclamativa" acarrete conteúdo significativo – assume uma natureza assimilável à natureza do "gesto": a entoação faz variar o enunciado, sim, mas como se de um gesto se tratasse. Foram citados, chamando a atenção para este ponto Barbosa (1963: *passim*); Barbosa (2001: 119); Bolinger (1982: 18); Callamand (1973: 79); Charaudeau (1992: 573); Cunha e Cintra (1994: 653); Damásio (2003: 43); Ducrot e Schaeffer (1995: 342); Kerbrat-Orecchioni (1980: 19); Lacerda (1953: 62); Martinet (1969: 46, 58); Martinet (1991: 25, 82); Martinet (1995: 29, 189, 198). E embora outros tantos nomes, ou mais, pudessem ser invocados na defesa da correcção de um sentido contrário, a verdade é que estes últimos nem sempre lograram trabalhar com parâmetros definitivamente linguísticos, raiando por vezes as margens da psicologia, da sociologia ou da antropologia, ou versando um "plano físico" que «não é o linguisticamente essencial» (BARBOSA, 1963: 59).

Principiámos este subponto conclusivo – parcialmente conclusivo – do nosso trabalho, admitindo a expectativa inicialmente gerada pela abertura de um novo caminho de investigação, que acreditámos poder conduzir-nos a um conceito "exclamação". Mas, entretanto, não saberemos já se foi a existência do caminho que gerou tal expectativa, ou se foi a existência de uma expectativa que gerou tal caminho.



Capítulo VI

EXCLAMAÇÃO E INTERJEIÇÃO

Hup-lá, hup-lá, hup-lá-hô, hup-lá!
Hé-lá! He-hô Ho-o-o-o-o!
Z-z-z-z-z-z-z-z-z-z!

Ah não ser eu toda a gente e toda a parte!

(ÁLVARO DE CAMPOS, *Ode triunfal*, 1914)

Ó.1. |ntróito

Até ao momento, apenas um capítulo tinha já feito uma autoreferência à sua epígrafe (Cf. «Capítulo V – Exclamação e Prosódia», «5.1. Intróito»). As epígrafes não são inscrições a esclarecer. Quando bem conseguidas, deverão falar por si; bem conseguidas, exibirão uma pertinência

evidente¹. Porém, neste caso, numa dissertação escrita em língua portuguesa, onde se fale de "interjeição", mais do que evidente, será quase intuitiva a epígrafe que cite um Álvaro de Campos, no seu êxtase interjectivo.

O problema da interjeição – de um problema se trata, efectivamente – é antigo; tão antigo, pelo menos, quanto a própria nomenclatura que a consagra. E mais antigo ainda – possa um objecto ser anterior ao seu baptismo – se quisermos ver nas interjeições – muitos o fazem – a centelha que precedeu a origem das línguas; uma espécie de "partícula divina" da linguagem, comparável, por alguma analogia, à «partícula divina» (assim se chama) cuja existência os cientistas actuais procuram em breve poder provar, «a partícula elementar que pode explicar a origem de tudo o que constitui o Universo.» (AZEVEDO, 14/09/08)². Para mais, a analogia é aqui brindada com a coincidência do termo "partícula", que tantas vezes denominou também, nas taxonomias³, a mesma "interjeição" a que agora nos referimos.

Procurar, junto de um conceito que pode ser problemático, resolver o problema da "exclamação" não parece estratégia avisada. No entanto, esta verdade

¹ A declaração não é inocente. De acordo com as suas premissas, dela se depreende que, pelo menos, a epígrafe referida, a mesma que se auto-justificou, não terá sido "bem conseguida". Aceita-se.

² Na realidade, trata-se do "bosão de Higgs", «first proposed in 1964 by Peter Higgs, of Edinburgh University, as an explanation for why matter has mass, and can thus coalesce to form stars, planets and people.» (HENDERSON, 04/09/08). Actualmente, «scientists are recreating the conditions of the Universe within a billionth of a second of the Big Bang», isto no Grande Colisionador de Hadrões, um aparelho gigantesco que, um tanto paradoxalmente, «is closing in on Universe's tiniest secret» (SMITH, 20/11/06). «When completed, the Large Hadron Collider (LHC) at Cern, the European Particle Physics Laboratory, will be the biggest and most powerful particle detector. It is expected to be ready for trials by March and, once operational, should reveal the existence of the Higgs boson, *nicknamed the God particle*, in perhaps a few weeks. (SMITH, 20/11/06, *itálico nosso*). Os meios de comunicação social portugueses referem-se a esta partícula como "partícula divina" (SOL, 09/09/08).

³ Por exemplo, «a interjeição, quando definida como partícula monomonemática [...]»; «umas [interjeições] são partículas» (GONÇALVES, 2005: 72 e 77). Para alguns autores as interjeições são, portanto, uma «subclasse da classe das partículas», quando o termo se refere a «todas as palavras não flexionáveis» (GONÇALVES, 2002: 117). Miguel Gonçalves advoga, no entanto, posição contrária, defendendo que «as partículas e as interjeições são classes gramatical e lexicalmente distintas», num subponto da sua pesquisa, intitulado «*Interjeições vs partículas*» (GONÇALVES, 2002: 117-118).

não chega a merecer efectiva ponderação, na medida em que não há alternativa ao tratamento desta temática, que terá de ser considerada como obrigatória, perante a nossa tarefa de individuar um conceito "exclamação". Para mais, tal iniciativa faz parte do nosso programa inicial, e já aí essa obrigatoriedade se acertava. «Se o nosso objectivo é delimitar um conceito, definindo a sua abrangência e detectando convívios nocionais, estaremos então aqui num espaço privilegiado, que obrigatoriamente terá de ser percorrido» afirmámos na fase preparatória da nossa pesquisa (Cf. «Capítulo I – Introdução»), como natural consequência de uma correlação desde logo detectada, entre a "exclamação" e a "interjeição". Quanto maior for a convergência entre os termos, mais premente será a necessidade de distinção: e já apurámos que essa consonância toca as margens da sinonímia (Cf. «Capítulo I – Introdução»). Ou seja, a relevância da tarefa impõe a que a ela não se possa furtar o investigador, por mais problemática que se anuncie. Não poderia ser mais claro, a este propósito, o título que anuncia «Interjeição: um desafio para a lexicografia e um problema para a gramática» (GONÇALVES, 2002: 31).

E, entretanto, revela-se uma coincidência mais, entre as duas noções: partilham o carácter de problema: «La interjección es una de las unidades lingüísticas que ha suscitado mayor número de controversias y diversidad de pareceres en la historia lingüística.» (LÓPEZ BOBO, 2002: 11).

6.1.1. Da dignidade

O arquiduque não respondeu, limitou-se a resnumgar,
lacónio, Uhm, uhm, som primitivo, se não inicial

(JOSÉ SARAMAGO, *A viagem do elefante*, 2008)

Antes de terminar o proémio, não deixemos, no entanto, esmorecer um assunto aqui já sugerido, e que, não sendo central na nossa discussão, a atinge de forma favorecedora. A problemática exclamativa – na sua faceta interjectiva – pode

estabelecer-se num primeiro plano: quando colocada no momento original da história das línguas, ela fica posicionada num momento ilustre dessa história. E este facto não poderá deixar de lhe engrandecer a compleição.

Rousseau, no seu *Essai sur l'origine des langues* (ROUSSEAU, 1781, sublinhe-se "origine"), expõe argumentos segundo os quais « la première invention de la parole » teria de ficar próxima de uma interjeição: « D'où peut donc venir cette origine ? Des besoins moraux, des passions. [...] Ce n'est ni la faim, ni la soif, mais l'amour, la haine, la pitié, la colère, qui leur ont arraché les premières voix. [...] pour émouvoir un jeune cœur, pour repousser un agresseur injuste, la nature dicte *des accens, des cris, des plaintes*. Voilà les plus anciens mots inventés. » (ROUSSEAU, 1781: Chap. II, itálico nosso): as interjeição, " les premières voix ", " les plus anciens mots inventés ".

É interessante, porém, constatar que os mesmos factos podem simultaneamente servir de argumentos, ora enaltecendo, ora depreciando, de acordo com a voz que os esgrime. Para Rousseau, cuja citação truncámos, « la nature dicte des accens [*sic*], des cris, des plaintes. Voilà les plus anciens mots inventés, et voilà pourquoi les premières langues furent chantantes et passionnées avant d'être simples et méthodiques » (ROUSSEAU, 1781: Chap. II), há um juízo de valor positivo relacionado com um padrão melódico original que se foi perdendo⁴. A interjeição surge, neste autor, ligada à beleza ideal de uma língua primeira: « les voix, les sons, l'accent, le nombre, qui sont de la nature, laissant peu de chose à faire aux articulations, qui sont de convention, l'on chanterait au lieu de parler ; la plupart des mots radicaux seraient des sons imitatifs ou de l'accent des passions, ou de l'effet

⁴ Esta visão da evolução das línguas perpassa todo o belo texto do autor e foi já mencionada *supra* (Cf. «5.1. Intróito»), a propósito da componente melódica das línguas. Vários trechos, de diferentes capítulos, nos deixam entrever a sua concepção de uma língua original, cujo progresso natural necessariamente degradou: « A mesure que les besoins croissent, que les affaires s'embrouillent, que les lumières s'étendent, le langage change de caractère ; il devient plus juste et moins passionné ; il substitue aux sentimens les idées, il ne parle plus au cœur, mais à la raison. Par là même l'accent s'éteint, l'articulation s'étend ; la langue devient plus exacte, plus claire, mais plus traînante, plus sourde, et plus froide » (ROUSSEAU, 1781: Chap., V); « par un progrès naturel, toutes les langues lettrées doivent changer de caractère et perdre de la force en gagnant de la clarté » (ROUSSEAU, 1781: Chap. VII).

des objets sensibles : l'onomatopée s'y ferait sentir continuellement. » (ROUSSEAU, 1781: Chap. IV).

Já em Martinet, a interjeição, quando colocada na mesma situação histórica, é alvo de um juízo de teor depreciativo: « cette conception [la double articulation comme le noyau central du langage] met le langage à l'abri de toutes les formes de communication confuses, inanalysées, interjectionnelles, préhumaines, ou, si j'ose dire, proto-humaines. » (MARTINET, 1969: 44, itálico nosso). Neste contexto, a interjeição figura num rol de elementos que não obtêm sequer o favor de aceder à categoria dos objectos dignos de serem caracterizáveis pelo determinante "humano".

E se iniciámos a extrapolação, continuemos também. Ambas as concepções apresentadas partilham uma característica comum: na verdade, ou por uma ou por outra razão, acabam por conceder à interjeição uma forma de poder: o da beleza e da harmonia em Rousseau; em Martinet, um poder cuja grandeza implica que, perante ele, a língua necessite de protecção: a citação foi já feita, mas queremos sublinhar a este propósito a expressividade de " mettre à l'abri " no excerto: « cette conception met le langage à l'abri de toutes les formes de communication [...] interjectionnelles [...] » (MARTINET, 1969: 44). Não é certamente a este resultado que nos pertence conduzir a linha de pensamento original do autor, para quem o valor da interjeição no domínio da linguagem enquanto sistema é justificadamente (no sentido em que foi justificado explicitamente) desprezível: não é um elemento do sistema. Trata-se porém de uma extrapolação possível a quem queira sublinhar a valia da noção "interjeição".

Poderemos concluir, desta forma, que, querendo falar da "dignidade" ou do "estatuto" da "interjeição" teremos já dois argumentos – o da "origem" e o da "força" – que não permitirão que o tema seja abordado como uma problemática apenas complementar, ou particularmente periférica, em relação ao nosso ponto essencial. Até porque, e sobretudo por isso mesmo, a questão da "interjeição" joga-se no âmago da própria temática exclamativa.

6.2. A "Exclamação" e a Interjeição

To paint a leaf, you have to sacrifice the whole landscape. It might seem like you're limiting yourself at first, but after a while you realize that having a quarter-of-an-inch of something you have a better chance of holding on to a certain feeling of the universe than if you pretended to be doing the whole sky.

(NICOLE KRAUSS, *The history of love*, 2005)

6.2.1. Uma visão fragmentária

Face a outros momentos do nosso estudo, este poderá agora adquirir características peculiares. De facto, outros capítulos do nosso trabalho pretenderam, no seu campo respectivo (Cf. «Capítulo V – Exclamação e Prosódia», por exemplo), dar resposta às questões relacionadas com a "exclamação", entrevista como um objecto teórico indiviso. Agora, pelo contrário, iniciamos a nossa averiguação condicionados, logo à partida, pela consciência de que não será sob a jurisdição desta temática que encontraremos uma solução definitiva totalizante para o nosso conceito linguístico enquanto tal. No entanto, esgotados outros caminhos, não quisemos desprezar esta última pista.

Admitimos portanto, desde o início, que, a encontrarmos respostas, neste novo campo que propusemos, elas terão eventualmente um carácter parcial. O que presentemente está em causa é a evidência de que nem toda a "exclamação" implica a existência de uma interjeição concomitante. A "exclamação" parece subsistir sem a obrigação de uma interjeição. Assim, se a "interjeição" tiver a capacidade de

explicar os contornos conceptivos da "exclamação", auxiliando a demarcação de um perímetro definitório, essa explicação servirá apenas uma porção fragmentária do conceito que inicialmente ambicionámos demarcar na sua totalidade.

A questão colocada de forma inversa, essa sim, poderá originar soluções mais profícuas. E ainda que elas sirvam possivelmente com mais generosidade o próprio conceito de "interjeição" do que o de "exclamação", este último terá de beneficiar da luz que sobre o primeiro se fizer. Desta forma, invertendo os termos da equação anterior, pode resultar já não uma evidência, mas antes alguma incerteza: é possível que, como afirmámos, a "exclamação" não implique a interjeição; mas até que ponto é o inverso verdadeiro? Existe "interjeição" sem "exclamação"?; que espaço as separa?; que laço as une?

6.2.2. Uma regularidade

Se vista através do prisma da "interjeição" apenas perceberemos uma das facetas do que poderá ser a "exclamação", já a partir de um ponto de vista interjectivo, a "exclamação" deterá possivelmente as capacidades que até agora não conseguiu demonstrar possuir, noutra qualquer âmbito linguístico.

Pode este tema lançar sobre a "exclamação" uma luz incidente apenas sobre parte do seu corpo teórico, mas não será por esse motivo (talvez por isso mesmo) que tal luz, perdendo em extensão, não ganhará em intensidade.

Fazemos referência, neste momento, ao facto de se denotar, neste passo da nossa pesquisa, uma ligação dotada de sistematicidade entre a interjeição e a "exclamação" – ainda que possivelmente não o contrário, como já antes frisámos. A "interjeição" surge ligada à "exclamação" com a força de um vínculo obrigatório, até porque «Não há interjeições usadas com entoação neutra» (GONÇALVES, 2002: 584).

Esta presença obrigatória da "exclamação", neste contexto, vem dotar o nosso objecto teórico de um traço de regularidade, que até ao momento não tinha ainda sido possível reconhecer-lhe.

Note-se que não pretendemos agora aludir ao traço de regularidade que, em concreto, detectámos entre a interjeição e a "exclamação". Pretendemos, sim, sublinhar a evidência de que se detectou *uma* regularidade. O nosso objecto teórico, dotado deste traço, alcança um grau de nobreza conceptiva, que ainda não lhe tinha sido atribuído, ficando que tem à margem das temáticas centrais dos grandes capítulos da linguística teórica, onde tem aparecido como um complemento ou um acessório⁵, um desvio ou uma extravagância⁶, ocupando uma posição indefinida, ele próprio por definir⁷, e nunca obrigatório⁸.

6.2.2.1. Uma relação obrigatória

Recentrando o debate nas características da relação que une a interjeição à "exclamação", explicitemos a concepção que, de forma subjacente, tem sustentado, até ao momento, os primeiros pontos deste nosso capítulo. A formulação tem de eficaz aquilo que tem de simples: trata-se da «asociación sistemática» da interjeição «com un contorno exclamativo» (LÓPEZ BOBO, 2002: 10, 17, 63).

⁵ Foi o que aconteceu no capítulo dois, « Au type assertif (ou déclaratif) de base, l'exclamation rajoute l'affectivité, sans que la structure syntaxique change nécessairement » (RIEGEL, 2001: 401), cf. «Capítulo II – Exclamação e Sintaxe».

⁶ O mesmo ocorreu no capítulo quatro, « On reconnaît à l'oeil, [...] la musique romantique hérissée de pointes, trouée d'incises, entraînée dans des staccati virtuoses ou bien cherchant à imiter les cris et les rythmes de la nature » (LEPAPE, 1988: 9), cf. «Capítulo IV – Exclamação e Código escrito».

⁷ Tal como se verificou no capítulo cinco, «são inúmeras, com os respectivos matizes, as diferentes atitudes dos locutores susceptíveis de colorirem diversamente os enunciados» (BARBOSA, 1963: 37), cf. «Capítulo V – Exclamação e Prosódia».

⁸ Como se observou no capítulo três, « un type facultatif qui s'ajoute à l'un des types obligatoires » (MONNERET, 1999: 138), cf. «Capítulo III – Exclamação e Discurso».

De facto, se estudarmos as relações que a interjeição estabelece com as outras (?) "classes de palavras"⁹, encontraremos evidências formais de que a relação da interjeição com a "exclamação" supera aquilo que poderia configurar uma ligação de proximidade, ainda que muito estreita, para conformar um vínculo conjunto de obrigatoriedade e de necessidade. Este ponto, que poderá parecer despidendo, por ser já conhecido, é para nós relevante, uma vez que o perspectivamos a partir da intenção de avaliar "abrangências e convívios" entre conceitos; será, portanto, merecedor do sublinhado.

López Bobo, ao tratar o tema «Fronteras de la interjección»¹⁰, no seu propósito de definir "o que é a interjeição"¹¹, oferece-nos os instrumentos fundamentais para suportar as afirmações anteriores, na medida em que, ao longo das suas explicações, utiliza fórmulas em que podemos perceber a menção a um "contorno exclamativo" como um valor fundamental da natureza da interjeição, e dela constitutivo. É o que se pode depreender das duas realidades cumulativas que vêm corroborar este ponto. Na verdade, existem unidades integrantes de diferentes "classes de palavras" que, na presença de condições determinadas, podem vir a configurar "interjeições", com a adição de um "contorno exclamativo": «entre los *marcadores textuales* se encuentran numerosas unidades que, provistas de valor modal y de un contorno exclamativo, pueden adquirir un funcionamiento interjectivo» (LÓPEZ BOBO, 2002: 21). E isto ao mesmo tempo que, pelo contrário, subtraindo tal contorno a unidades interjectivas, assistiremos à sua "lexicalização": «la pérdida del valor de modalidad y de su contorno exclamativo se asocia fácilmente à la lexicalización y consiguiente desaparición de una forma interjectiva.» (LÓPEZ BOBO, 2002: 25).

⁹ Partimos aqui do pressuposto de que a "interjeição" integra a taxonomia gramatical das "classes de palavras". Trata-se, apenas, de momento, de uma conveniência do discurso. Na verdade, este tema é talvez aquele que com maior acuidade confere à interjeição o seu carácter de tema problemático, tanto ao longo da história dos estudos linguísticos, como possivelmente ainda presentemente. Esta matéria será objecto de tratamento, *infra* (Cf. «6.2.3.2. "Frase exclamativa" e "Vocábulo-frase").

¹⁰ Título de um dos subcapítulos da obra da autora referida *supra* (LÓPEZ BOBO, 2002).

¹¹ A expressão entre aspas parafraseia o título de um dos três capítulos – «¿Qué es "la interjección"?» – que constituem a obra que vimos seguindo (LÓPEZ BOBO, 2002).

Desta maneira, é possível o exercício de soma / subtração do elemento exclamativo a uma dada unidade que, por este processo, vê a sua natureza transformada com o ganho / perda do seu carácter interjectivo de forma directamente proporcional à acção descrita.

Assim, experimentando o procedimento acima explicitado, servindo-nos de exemplos que a Autora que vimos seguindo utiliza ela própria ao longo do seu estudo – ainda que os utilize em diferente contexto¹² – será possível formar pares lógicos, desta forma (chamando-se a atenção para o título que encima cada uma das duas colunas):

I – INTERJEIÇÃO	II – MARCADOR TEXTUAL
¡Vamos, <i>ni lo sueñes, no te dejo ni un duro más!</i>	/ <i>Tengo un pequeño vicio, vamos, un gran vicio</i> (correctivo).
¡Buenó!, <i>¿qué te trae por aquí?</i>	/ <i>Yo tengo una niña de catorce, bueno, de quince porque acaba de cumplirlos</i> (rectificativo).
¡En fin! <i>qué se va a hacer; eso no tenía solución.</i>	/ <i>Salimos al cine, logo a cenar y de copas, en fin que nos lo pasamos fenomenal</i> (recapitulativo o cierre).

(LÓPEZ BOBO, 2002: 24, adaptado)

Parece, afinal, ser a presença exclamativa aquela condição de tipo *sine qua non* que, junto da interjeição, lhe faculta a própria existência. Com exclamação, a interjeição é-o absolutamente; sem exclamação, ela será já um objecto diferente (*sc.* "marcador textual"). Exposta desta forma, a temática interjectiva parece querer vir delinear uma resposta de tipo afirmativo a uma questão já enunciada e deixada em

¹² Neste passo do seu trabalho, a Autora centra a sua atenção no estudo das relações que a interjeição estabelece com as "unidades supraoracionais", depois de ter analisado as ligações que a prendem às "partes variáveis da oração" e às "partes invariáveis da oração". A utilização que fazemos dos exemplos citados não respeita, portanto, o espírito com que a Autora os empregou; mas segue, ainda assim, o contorno geral das ideias que defende noutros excertos do mesmo trabalho.

aberto: «Será, então, a exclamação o mecanismo utilizado pela interjeição?» (GONÇALVES, 2002: 584)¹³.

Todavia, a formulação pode, no nosso âmbito específico, levantar algumas problemáticas. A primeira terá de constituir um breve parêntesis à exposição dos temas que mais directamente se prendem com o capítulo que presentemente nos ocupa. Ela está directamente relacionada com o surgimento, no decurso deste nosso inquérito, de um enunciado que acaba por deter um cariz definitório e que vem apresentar a "exclamação" como "um mecanismo".

A proposta é singular no discurso constitutivo do conceito "exclamação", e abre, portanto, uma via mais de acesso às suas margens conceptuais. A peculiaridade desta nova aportação advém do facto de ela permitir uma leitura em que a "exclamação" figura como parte de uma mecânica ("mecanismo") que se ocupa de um objecto (interjeição), mais do que como um objecto *per se*. A "exclamação" surge, no contexto assinalado, como um agente exterior, uma acção, um processo, um movimento; um continente mais do que um conteúdo. E esta perspectiva é nova.

Trata-se, assim, de uma proposta que merece um sublinhado firme, apesar de os seus contornos conceptivos não surgirem desenvolvidos. Esta moção tem de breve o quanto tem de intenso. A visão do conceito "exclamação" como "mecanismo" concilia-se de forma harmoniosa com outras formas de defrontar esta temática, que também nós já abordámos¹⁴, e que a vêem como "algo que cresce"¹⁵.

¹³ Poderemos descobrir o mesmo tipo de raciocínio em gramáticas que se dedicam ao estudo do tema que se convencionou denominar "classes de palavras"; o que vem provar que a questão não é tão espúria que seja apenas avaliada em estudos dedicados especificamente à interjeição, em que um maior desenvolvimento do tópico justificasse a referência a anotações mais periféricas. Pelo contrário, esta constatação pode ser registada, ainda que o espaço dedicado à "interjeição" não ultrapasse a superfície de uma página: «Algumas palavras, pertencentes a outra classe, mas empregues com sentido interjectivo (expressão de estados emotivos), passaram também a dizer-se interjeições: *credo!*, *bravo!*, *coragem!*, *viva!*, *vamos!* *Jesus!*, *rua!*, *força!*, *fora!*» (MOREIRA, 2008: 170). De notar que a exemplificação ilustrativa seleccionada pelo autor agora citado não pôde dispensar o "ponto de exclamação".

¹⁴ Cf. «3.2.2.1.1. "Tipo de frase facultativo" e "Acto ilocutório menor"».

Entrevista como "mecanismo" que "acresce" a algo que subjaz, a "exclamação" acaba por ficar situada num espaço exterior a um núcleo fundamental. Assim é quando se defende, por exemplo, que uma asserção, quando acrescida de um contorno exclamativo permanece, em essência, uma asserção. A questão agora será a exequibilidade de uma linha paralela de pensamento que verifique se a interjeição, quando diminuída do seu contorno exclamativo, permanece, em essência, uma interjeição: o que nos conduz a uma segunda problemática.

A segunda problemática levantada pela citação anteriormente registada (que relembramos agora, pelo longe que já ficou: «Será, então, a exclamação o mecanismo utilizado pela interjeição?»), e que não deixa de estar estreitamente relacionada com o primeiro dos problemas adiantado, é se, de facto, estaremos perante "um mecanismo" que acresce à própria interjeição – ou se, pelo contrário, a "exclamação" não será ela constitutiva e essencialmente inerente à própria interjeição, tal como de facto parece ser percepção geral.¹⁶

Na realidade, a tradição anuncia o conceito "interjeição" como intimamente ligado à "exclamação", pelo que, inversamente, a "exclamação" assume

¹⁵ A este título são significativas as palavras de Culioli: « Les exclamatives [...] il s'agit bien d'assertives, mais avec un quelque chose en plus qui se marque par des procédés divers » (CULIOLI, 1999: 113); bem como as de Riegel: « l'exclamation vient plutôt se surajouter à l'un des trois types obligatoires » (RIEGEL, 2001: 387); « Au type assertif (ou déclaratif) de base, l'exclamation rajoute l'affectivité » (RIEGEL, 2001: 401), ou outras que poderíamos ir repetindo, de idêntico teor, já debatidas *supra*.

¹⁶ Quanto a este ponto, a formulação de Dubois é significativa. Diz o autor que « ils [les mots que l'on classe dans la catégorie de l'interjection] [...] agissent [...] sur le contenu ou sur les situations du discours, grâce à l'intonation que leur confère le locuteur » (DUBOIS, 2007 [1994]: 253, *italico* nosso). Sem referir explicitamente uma « entoação exclamativa », atribui à entoação um ascendente muito relevante sobre a capacidade que a interjeição tem de comunicar, como se, sem ela, essa possibilidade deixasse de ser efectiva. A citação serve-nos, porquanto, não utilizando o adjectivo "exclamativa" para definir o tipo de entoação a que se refere, recorre a exemplificações de tipos de entoação que outros teóricos classificariam, sem dificuldade, como "exclamativa". Segundo o dicionário de Dubois, o locutor "confere" à interjeição tipos variados de entoação como « approbation, désapprobation, doute, colère, ironie, insistance, appel, etc. » (DUBOIS, 2007 [1994]: 253). Para todos os efeitos é precisamente este o campo da "exclamação". O que nos faz lembrar : « Não há interjeições usadas com entoação neutra » (GONÇALVES, 2002: 584).

uma das facetas da sua configuração conceptiva como imediatamente submergida nesta questão. O grau dessa submersão é, no entanto, variável, de acordo com os diferentes desenhos propostos para os conceitos em causa.

Uma sugestão comum é a de que os dois conceitos se "acompanham": «Acompanham-se [as interjeições] de um contorno melódico exclamativo.» (BECHARA, 2000: 331); correriam, portanto, paralelos. Já num grau superior de imersão, surge uma outra visão do mesmo tema que propõe uma coexistência das noções em causa baseada na "combinação": «As interjeições combinam-se com as exclamações.» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 115).

Contudo, a visão que nos exigirá um exame mais detalhado será a que sugere uma concomitância total entre "interjeição" e "exclamação". Querendo individuar uma noção teórica, é a perspectiva indicada aquela que com mais premência se nos coloca; tendo em conta a nossa tarefa, a sobreposição de conceitos é uma dificuldade acrescida, ao mesmo tempo que a detecção da abrangência do nosso objecto de estudo é um objectivo em si.

6.2.2.2. Uma relação osmótica

Aquilo que o tema da interjeição poderá ter de inusitado, face ao tema da "exclamação", é a indistinção proposta, com alguma frequência, para os dois conceitos, ainda que apenas em contextos específicos. Isto é, alguns espaços teóricos dão as duas noções como similares, indiferenciáveis; como se disse, indistintas.

Esta situação origina, por vezes, opções curiosas no arranjo espacial teórico dos compêndios que pretendem descrever a língua. Será, por exemplo, inútil que se procure a entrada "interjeição" num «Índice alfabético» (índice remissivo dos conteúdos) de dada gramática, partindo de uma procura por "i". Partindo do princípio que tal conteúdo constará, o leitor avisado irá buscar o mesmo conteúdo a partir de outras pistas de pesquisa. A solução será encontrada, se o

mesmo leitor procurar junto da letra "e"; "e" de "exclamação". Figura, assim, em tal índice:

«Escrita alfabética. 19
 Escrita silábica. 41
 Esquema da estrutura da oração. 202-204
 Exclamação / Interjeição. 187»
 (FERNANDES, 2005: 298).

Veremos, aqui, a "interjeição" definida como "exclamação": «5. AS INTERJEIÇÕES. Exclamações emocionais formadas por um só vocábulo [...]» (FERNANDES, 2005: 187). Estamos, portanto, raiando o campo da sinonímia: dificilmente o convívio nocional poderá ser mais próximo.

Menos inesperada, talvez, a opção que deixa inscrever "interjeição" num «Índex», sem que, contudo, a paginação indicada remeta para o grupo de folhas onde previsivelmente o tema poderia constar. Não contaremos «interjection», junto dos seus frequentes congéneres «Les prépositions» e «Les adverbés», reunidos sob o título «Troisième partie: les mots invariables»¹⁷. A página apontada como respeitante ao tema «interjection» conduz-nos, no capítulo «La phrase exclamative», ao subponto «Phrases exclamatives avec une interjection» (DELATOUR, 2004: 194).

As explanações do tipo «As INTERJEIÇÕES [...] a que também se dá o nome de **exclamações**.» (FIGUEIREDO, 1961 [1915]: 136) contribuem sobremaneira para uma construção intelectual dos dois conceitos em causa como sendo noções adjacentes – ou melhor, do conceito "interjeição" como adjacente ao conceito "exclamação", que não o inverso – funcionando em harmonia, facilmente podendo atingir uma osmose, em que qualquer separação ulterior se tornará impraticável.

Pode sustentar esta ideia um outro contributo que vem, em relação aos últimos testemunhos apontados, agir como um espelho: reforça e reflecte, numa

¹⁷ Deduz-se daqui que a "interjeição" não foi considerada um "mot invariable". Fica assinalada a questão, para tratamento posterior, como já anteriormente anunciámos (Cf. «6.2.2.1. Uma relação obrigatória», em nota de rodapé).

simetria perfeita, a ideia apresentada. De facto, se "as interjeições são exclamações" (FERNANDES, 2005: 187; FIGUEIREDO, 1961 [1915]: 136), correspondente a esta será a posição que sustente "exclamações são interjeições"; e embora não possamos dizer que seja uma posição inteiramente defensável, pelos motivos supracitados¹⁸, a atracção entre os dois conceitos é de tal forma consistente que tal tese fica registada nos estudos da língua. Num "Dicionário de Gramática", a entrada «EXCLAMAÇÃO» mais não diz do que «VER: INTERJEIÇÕES»¹⁹ (MATOSO, 2003: 115).

Torna-se este um dado relevante por comprovar a afinidade que estas duas noções mantêm entre si, mesmo num discurso especializado que, não resistindo ao recurso à tautologia, acaba por realizar um percurso de tipo circular entre "exclamação igual a interjeição" e "interjeição igual a exclamação", como no autor já citado, em «INTERJEIÇÕES: Exclamações que exprimem um sentimento ou uma reacção.» (MATOSO, 2003: 158).

Neste campo, nem sempre o discurso do linguista se diferenciará do discurso do lexicólogo, quando este der como certas duas definições: «**interjeição** [...] Palavra que exprime um súbito sentimento ou sensação de [...]» mas também «≈EXCLAMAÇÃO», sendo que o símbolo que figura antes de "exclamação" ("≈") é dado como significando "sinónimo" (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001: XXIX e 2137).

A este propósito não deixa de ser curiosa a consulta do *Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora, por ser certamente o mais amplamente divulgado dicionário de português. Também ele dá, para a entrada "interjeição", como segunda de duas acepções que oferece, o enunciado «exclamação»; pesquisando "exclamação", encontraremos, já sem surpresa, como acepção possível, «interjeição», a terceira de três definições (COSTA e MELO, 1994: 788).

¹⁸ Cf. « 6.2.1. Uma visão fragmentária».

¹⁹ Qualquer outra informação sobre o mesmo tema deverá ser pesquisada a partir da entrada «EXCLAMATIVA (FRASE/ORACÃO)», indício a partir do qual serão prestados esclarecimentos sumários.

Outro caso significativo poderá ser encontrado junto da entrada "interjeccionar", no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (a mesma entrada não figura em nenhum dos dois últimos dicionários citados). "Interjeccionar" é aqui dado como significando «exclamar», registo que imediatamente segue a definição «proferir interjeição», isto é, «Interjeccionar – v. (s.xx) int. proferir interjeição; exclamar» (HOUAISS, 2003: 2119).

Está portanto estabelecida uma tradição – registada por escrito e depositada no acervo do conhecimento geral, tradição plasmada tanto nos estudos de língua como nos próprios dicionários de língua, concebidos como recurso de conhecimento, cujo público-alvo é toda uma sociedade não especializada – que institui como comum uma determinada área significativa das duas noções que vimos compaginando, conseguindo perceber no conceito "exclamação" uma sua porção como sobreponível ao conceito "interjeição". E até o contrário. Neste contexto, as duas noções funcionariam como conceitos que se equivaleriam.

Contudo, esta equivalência não pode, naturalmente, ser considerada absoluta. Nos registos onde fomos encontrar plasmados os dois conceitos, "interjeição" e "exclamação", nem sempre foi ressalvada a desproporcionalidade da relação entre estes dois espaços teóricos. Não seria aceitável um gráfico que apresentasse deste tema uma visão harmónica, de tipo binário, a mesma que parece ser, com frequência, sugerida.

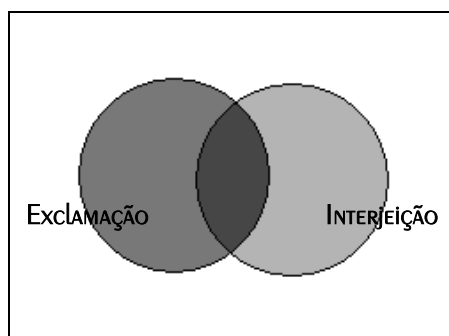


GRÁFICO A.

Qualquer representação gráfica da matéria teria de responder à exigência do conceito "exclamação" que determina que dele possamos falar ainda que não se

detecte qualquer presença interjectiva. Assim acontece, quando se aborda, tão frequentemente, o conceito "frase exclamativa", exemplificável com abonações como «Partem cedo!» (MOURA, 2006: 220), que não denota a ocorrência de qualquer interjeição.

Ora, não parece existir a possibilidade da existência da "interjeição" sem que haja ocorrência da "exclamação", como vimos *supra*, sob o título «6.2.2.1. Uma relação obrigatória», o que implicaria a desproporcionalidade que já se discutiu. Assim sendo, o tipo de esquema que poderia eventualmente figurar esta matéria teria de dar conta de uma sobreposição assimétrica – respeitando os momentos em que a "interjeição" não consta – ao mesmo tempo que obedeceria à instrução de que a "exclamação" consta sempre.

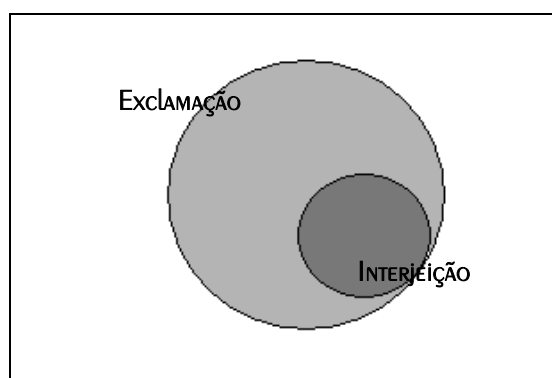


GRÁFICO B.

Claro que, eliminadas algumas das faltas apontadas ao primeiro esquema, logo surgiriam outras, nesta temática que já se constatou ser difícil de mapear. Prontamente, surgiria, por exemplo, o problema da extensão. Qual dos dois gráficos seguintes seria mais fiel à reprodução de uma realidade minimamente efectiva?



GRÁFICO C.

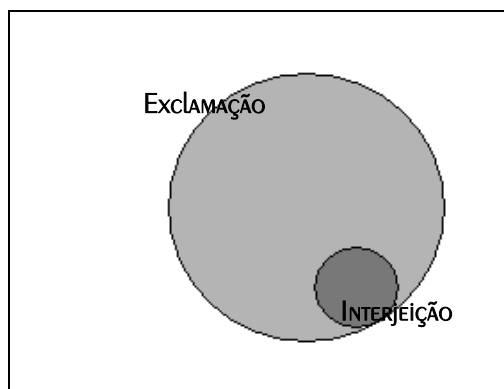


GRÁFICO D.

Ou continuaria a estimativa do gráfico B. a ser mais realista do que os cálculos interpretáveis a partir da leitura dos gráficos C. e D? Ou, hipótese última: nenhum reporta suficientemente aquilo que poderia ser um grafismo da relação de dois conceitos teóricos?

E ainda que se aventasse a possibilidade de um estudo estatístico, que viesse solucionar esta dificuldade diagramática, um obstáculo último permaneceria: como determinar o *corpus* em apreço, pelo menos do lado do campo que intitulámos "exclamação", quando, na realidade, não foi possível até ao momento atribuir fronteiras definidas a tal campo?

6.2.3. Interjeição e "Syntaxe"

A questão da existência de um certo tipo de equivalência entre os conceitos que, de momento, nos prendem, "interjeição" e "exclamação" – cuja natureza continua por determinar – é possivelmente tão mais notória quanto os dois conceitos forem perspectivados de uma forma globalizante ou genérica. É o que acontece com os dicionários de língua, que pretendem, numa breve definição, abarcar toda a abrangência nocional do conceito em causa. É seguramente na incompletude desse contexto que a aproximação referida se tornará mais viável e, portanto, menos falível.

Todavia, também em compartimentos mais estanques dos estudos de língua, algumas observações do mesmo tema podem vir validar a mesma ideia indelével de que a interjeição surge, de forma indissociável, ligada à "exclamação"; criando, para o nosso estudo, o problema recorrente da determinação das fronteiras nocionais do conceito "exclamação".

Poderemos, por exemplo, examinar a percepção que a "syntaxe" denota desse objecto "interjeição". Encontraremos, certamente, dados relevantes para a nossa pesquisa, uma vez que uma linha recente de pensamento²⁰ defende que «A interjeição [...] não desempenha qualquer função sintáctica na frase», informação acrescida da sua justificação: «não desempenha qualquer função sintáctica na frase [...] na medida em que corresponde a uma atitude expressiva do falante» (AMORIM, 2006: 217). As duas indicações foram propositadamente separadas para que se possam individuar e analisar as implicações de cada uma.

²⁰ A nova *Terminologia linguística para os ensinios básico e secundário* deu origem à publicação de uma nova série de gramáticas de conteúdo similar entre si, rapidamente difundidas no meio escolar e muito discutidas entre os especialistas. Neste sentido, será recente. A ideia referida é, no entanto, antiga.

Na verdade, enquanto nos parece paradoxal a afirmação da existência na frase de um elemento sem "função" (acrescentar o adjectivo "sintáctica" seria aqui, a nosso ver, redundante), já a justificação dada surge como respeitando o geral daquilo que tem sido denunciado. A mesma instrução poderá ser copiada *ipsis verbis* dos capítulos de sintaxe (?) que defendem que a "exclamação" "corresponde a uma atitude expressiva do falante"²¹. Seriam três as principais consequências destes raciocínios: (1) talvez a "interjeição" habite um espaço teórico distinto do da sintaxe (se nela não desempenha qualquer função)²²; (2) também uma certa sintaxe percebe a "interjeição" e a "exclamação" como objectos fundamentalmente congéneres (*vide* "corresponde a uma atitude expressiva"); (3) talvez a "exclamação" habite um espaço teórico distinto do da sintaxe (cf. dedução das consequências um e dois)²³.

A solução que, em última análise, alheia a interjeição da sintaxe, recusando-lhe um funcionamento sintáctico (e retirando-a, desse modo, do universo "frase") pode recolher um argumentário justificativo que será amplo e consistente, registado nos estudos especializados:

- as interjeições «carecen de información gramatical (morfemas de modo, tiempo, número, género...) capaz de proporcionarle unas posibilidades definidas de comportamiento sintáctico » (LÓPEZ BOBO, 2002: 16);
- «carece [la interjección] de la posibilidad de [...] funcionar conjuntamente como parte de una unidad superior, esto es, no puede formar *grupo sintagmático*» (LÓPEZ BOBO, 2002: 16);

²¹ A título de exemplo, « elle [la phrase exclamative] inclut les sentiments du locuteur, manifestés avec une force particulière » (GREVISSE, 1993: 613).

²² Conforme previsto e anunciado em notas de rodapé, em pontos anteriores a este – «6.2.2.1. Uma relação obrigatória»; «6.2.2.2. Uma relação osmótica» – o estatuto da interjeição será problematizado, pelo que não será aqui o lugar para nos alongarmos sobre esta questão nem sempre transparente.

²³ Conclusão a que aliás também já conduziram outros elementos da nossa pesquisa, em diferentes momentos («Capítulo II – Exclamação e Sintaxe»).

- «en ningún caso [...] se integran [las interjecciones] sintácticamente como funtivos en estructuras sintagmáticas frásticas u oracionales. Cuando esto ocurre [...] estas formas pierden su naturaleza interjectiva» (LÓPEZ BOBO, 2002: 46);
- as interjeições «échappent aux contraintes syntaxiques» (DUBOIS, 2007 [1994]: 253).

De acordo com esta linha de raciocínio, quanto mais perto estiver a "exclamação" da "interjeição", mais distante ficará a "exclamação" da "sintaxe".

Existe ainda uma outra hipótese, que investigaremos *infra*, de que a interjeição seja ela própria uma "frase", o que nos fará perceber esta temática já sob uma outra perspectiva.

6.2.3.1. "Frase interjectiva" e "Frase exclamativa": sobreposição

E novamente regressamos a um nóculo central da nossa discussão. Na realidade, o convívio nocional estreito que se apurou existir, no discurso dos teóricos, entre "interjeição" e "exclamação" atinge também o âmago sintáctico, numa concordância coerente.

Um sintoma evidente desta situação encontra-se em Grevisse, na escolha terminológica que oferece para designar a comumente dita "frase exclamativa". Uma opção se coloca: a "phrase exclamative" é, afinal, «phrase exclamative (ou *interjective*)» (GREVISSE, 1993: 613).

Trata-se de uma proposta sumamente interessante, no âmbito em que nos movemos. Na verdade, ocorre uma inversão de prioridades, na forma como habitualmente é exposta esta matéria, que até ao momento não se tinha verificado.

Algo de semelhante a um alargamento das fronteiras da noção "interjeição" torna-a capaz de projectar sobre toda uma estrutura – a frase – as suas próprias propriedades. De acordo com este entendimento desta temática, seria "frase interjectiva" a frase em que a interjeição surge, dotada da capacidade de lhe modelar a natureza: a sua presença origina uma tipificação, sob a nomenclatura "frase interjectiva". É, portanto, relevante o papel atribuído aqui a um, por definição, breve segmento do enunciado, habitualmente desprestigiado nos estudos linguísticos; vítima, mesmo, do que se diz ser «Uma tradição pouco afortunada» (GONÇALVES, 2002: 574)²⁴.

No entanto, seria igualmente "interjectiva" aquela frase que, na ausência de uma "interjeição" (já vimos que a "frase exclamativa" sobrevive sem "interjeição"), parece guardar características que a evocam, e que são as que lhe autorizam a qualificação "interjectiva"; as mesmas que têm permitido o adjectivo "exclamativa". Segundo Grevisse, « Je suis papa ! » pode ser um exemplo de "phrase interjective" (GREVISSE, 1993: 613). Aqui, a "interjeição" já não ocupa um espaço mais reduzido do que o espaço exclamativo, antes se lhe sobrepõe, o que nos obrigaria a reequacionar algumas das formulações que vimos utilizando ao longo deste capítulo, como em «6.2.1. Uma visão fragmentária» ou nos esquemas A. a D. que desenhamos no ponto «6.2.2.2 Uma relação osmótica».

De forma pouco previsível, após a interpretação gráfica dos espaços relativos ocupados pelos conceitos "exclamação" e "interjeição", assistimos agora a um alargamento nocional do conceito "interjeição", que permite que este seja completamente sobreponível ao conceito "exclamação", numa paridade, que não tinha até ao momento sido possível aceitar.

²⁴ Diz Miguel Gonçalves, no seu amplo trabalho sobre a interjeição em Português: «Se na aproximação que fizemos à história da análise da teoria interjectiva conseguimos identificar, destacar e avaliar os seus pontos principais, não podemos propriamente concluir que se trata de uma tradição muito afortunada» (GONÇALVES, 2002: 574). Peremptoriamente, denuncia mesmo o «embaraço que linguistas e gramáticos têm invariavelmente experimentado quando convocados a justificar adequadamente aqui a fragilidade das breves análises, ali a marginalização que lhe dedicam nos manuais ou, tão-somente, para legitimar, taxativamente a sua [da interjeição] exclusão.» (GONÇALVES, 2002: 160).

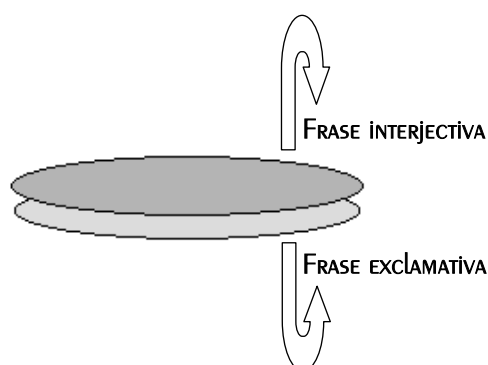


GRÁFICO E.

Portanto, também em propostas que nos chegam de estudiosos consagrados se fazem notar, entre os dois temas em apreço, os mesmos rasgos de sinonímia que já antes perspectivámos, a partir de outro tipo de leituras, como foi o caso dos dicionários de língua (Cf. «6.2.2.2. Uma relação osmótica»).

Esta colagem da "frase interjectiva" à "frase exclamativa" (ou inversamente), conduz neste campo a consequências importantes: se se aceita que a nomenclatura "frase interjectiva" não advém das relações sintácticas mantidas entre os elementos da frase – não esqueçamos que na origem do adjectivo em questão está, afinal, a noção "interjeição", que não aparece como habilitada para o relacionamento sintáctico, até enquanto um elemento *inter jecto*²⁵ –, e se se aceita a sua semelhança conceptual com a "frase exclamativa", com igual valia se poderá propor que o conceito de "frase exclamativa" não suporte, a partir da sua própria natureza constitutiva, esse mesmo jogo relacional. Na verdade, como já evidenciámos, é comum a referência ao facto de que «Não possuem [as interjeições] qualquer caracterização morfológica e não exercem qualquer função na frase.» (VILELA, 1999: 269) ou «As interjeições [...] não estabelecem relações sintácticas

²⁵ Quando, no início do nosso discurso (cf. «Capítulo I – Introdução»), utilizámos a citação «As interjeições [...] não fazem parte das partes orationis, mas integram-se no discurso.», aquilo que então suprimimos – [...] – continha uma nota explicativa, relacionada com o que agora se defende: «As interjeições (= interjicere: "meter entre") não [...]» (VILELA, 1999: 269).

com outras classes» (MOREIRA, 2008: 170). E, até um tanto paradoxalmente, é esse um dos traços caracterizadores da interjeição evocados pela tradição: em termos semânticos e psicológicos, ela seria um *affectum animi*; em termos morfológicos, seria uma "palavra invariável"; já em termos sintáticos, seria caracterizada, *a contrario*, pelo facto de que «se coloca en cualquier lugar del discurso, no tiene relación en la construcción sintáctica con las otras palabras» (GÓMEZ ASENCIO, 1981: 295).

A possibilidade de colagem dos dois termos em causa vem, desta maneira, corroborar outras conclusões a que chegámos já noutras fases da nossa investigação, e que não atribuem às definições de "frase exclamativa" a posse de mérito sintáctico²⁶.

A este propósito é fundamental citar um estudioso que faz este mesmo movimento inesperado, em tudo inverso àquele que faz equivaler a "interjeição" à "frase exclamativa", numa solução contrária: «Algumas vezes [...] um dos interlocutores [...] faz uso de uma frase exclamativa complexa que vale, unitariamente, por transposição hipotáctica [...], por uma interjeição», e exemplifica «Eugênia sentou-se a concertar uma das tranças. *Que dissimulação graciosa! Que arte infinita e delicada! Que trafulhice profunda!* [MA.1,107]» (BECHARA, 2006 [1999]: 541), o que viabiliza um novo esquema, em tudo (quase) semelhante ao anterior:

²⁶ Cf, por exemplo, «2.3. Conclusões parcelares».

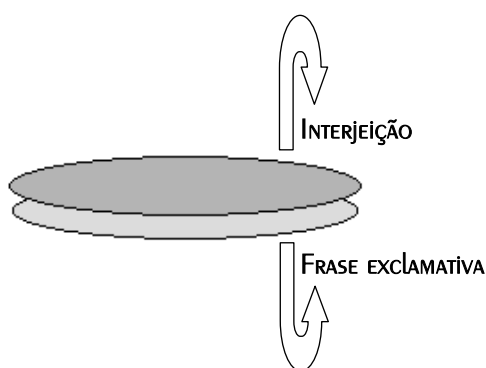


GRÁFICO F.

6.2.3.2. "Frases interjectivas" e "Frases exclamativas": distanciamento

Todavia, será também este o endereço indicado para apresentar sobre esta mesma matéria uma visão radicalmente distinta daquela que agora foi exposta – sem que essa nova visão implique necessariamente a alteração das conclusões acima descritas – afastando os dois conceitos "frase exclamativa" e "frase interjectiva".

De facto, outros posicionamentos teóricos, não farão, de todo, a mesma aproximação entre "frase exclamativa" e "frase interjectiva" já apresentada, identificando mesmo essa aproximação, explicitamente, com um erro de percepção por parte dos estudiosos: «Este rasgo consustancial a la interjección [su vinculación sistemática con el contorno de entonación exclamativo] ha llevado de forma recurrente en nuestra historia lingüística a considerarla como *la síntesis total de la oración exclamativa* y a identificar erróneamente enunciados exclamativos e interjectivos.» (LÓPEZ BOBO, 2002: 63, itálico nosso).

Assim, ao arrepio de uma porção daquilo que continua a ser comumente aceite por certa tradição gramatical e empírica, denunciado pela sintomatologia que

temos vindo a examinar (cf. dicionários de língua), um outro grupo de razões afasta agora os enunciados interjectivos em sentido estrito de todos os outros enunciados exclamativos que escapam à fenomenologia da interjeição enquanto tal. A diferença que poderá agora ser calculada prende-se com a chamada "arreferencialidade" da interjeição, a sua não vinculação a um referente ou o seu carácter "inconceptivo": «aunque el contorno melódico exclamativo es un requisito gramatical de todo sintagma interjectivo, éste ha de presentar además necesariamente una pérdida de cualquier relación signo-objeto y su consiguiente inmovilización morfosintáctica» (LÓPEZ BOBO, 2002: 63).

De facto, trata-se de aprisionar um momento em que foi possível discriminar os enunciados especificamente interjectivos de outros que, sendo também exclamativos, não possuem já essa marca, reclamada, por exemplo, por Grevisse (GREVISSE, 1993: 613), espécie de eco interjectivo a projectar a sua sombra – ou a sua luz – sobre qualquer enunciado exclamativo. Poderemos recorrer a um exemplo concreto, utilizado por López Bobo, para ilustrar a presente temática: «si un enunciado del tipo *¡mi madre!*, como mero exclamativo mantiene su sentido originario, desde el momento en que se configura como interjección pierde cualquier referencia extralingüística a «la madre» (LÓPEZ BOBO, 2002: 63).

A questão parece ter a sua pertinência assegurada. Na verdade, não será difícil aprovar a ideia de que em enunciados como «*¡caramba!*» ou «*¡puff!*», exemplos também utilizados pela mesma Autora, a mensagem não se vincula a um referente e impossibilita a consideração da sua verdade ou falsidade (LÓPEZ BOBO, 2002: 65).

Mas pelo menos dois dados serão aqui questionáveis: um apriorístico; um outro consequente. Por um lado, não será inteiramente claro para todos que a vinculação, ou não, de uma mensagem a um referente extralingüístico seja um elemento suficientemente pertinente para a computação de conceitos linguísticos. Por outro lado, para conseguirmos detectar aqui um elemento de diferenciação entre os "enunciados interjectivos" e os "enunciados exclamativos", seria necessário admitir, como fez a Autora que anteriormente citámos, que contrariamente aos primeiros, os segundos «realizan una remisión a la *experiencia extralingüística*»,

«pued[e]n ser sometidos a criterios de verdad o falsedad», ou seja, em última análise, seria necessário considerar «la exclamación como una modalidad de la aserción» (LÓPEZ BOBO, 2002: 64), o que não é o caso para muitos gramáticos e linguistas que asseveram a existência de toda uma classe de "frases" e/ou "enunciados" segura e distintamente "exclamativos". De acordo com uma, ou outra, posição teórica, assim entenderemos como viável, ou não, desenhar a linha de demarcação agora revista, entre os conceitos "*frase* interjectiva" e "*frase* exclamativa".

6.2.3.3. "*Fr*ase exclamativa" e "*V*ocábulo-*fr*ase"

Uma outra concepção de "interjeição", ou uma concepção derivada da última, virá aproximar, por outra ordem de razões, a "interjeição" da "frase exclamativa". Isto acontece quando, e acontece com alguma frequência, a interjeição não é encarada como mais uma das "classes de palavras".

Assim, vejamos: «As classes de palavras podem ser também agrupadas em VARIÁVEIS e INVARIÁVEIS [...]. São variáveis os substantivos, os adjetivos, os artigos e certos numerais e pronomes [...]. São invariáveis os advérbios, as preposições, as conjunções e certos pronomes [...]. A interjeição, *vocábulo-frase*, fica excluída de qualquer das classificações.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 78, itálico nosso). Em Grevisse, o paralelo é literal, com a opção " mot-phrase " intitulando o último dos capítulos da terceira parte do seu compêndio gramatical (« Troisième partie. Les parties du discours »), cujo índice não rastreia, em nenhum ponto, a eventual alternativa " interjection " (GREVISSE, 1993: 1759-1761)²⁷.

²⁷ Grevisse divide os seus " mots-phrases " em três categorias: " mot-phrase objectif ", " mot-phrase subjectif " e " mot-phrase suggestif ". A expressão " interjection " aparece apenas no contexto do segundo grupo indicado, do qual seria equivalente: « Le mot-phrase

Aliás, a questão do estatuto da interjeição como mais uma das "classes de palavras" parece ter sido, desde sempre, motivo de discussão e de uma correspondente oscilação categorial. E este "desde sempre" é, neste caso, literal, e corresponde a "desde a sua criação", como uma das *partes orationis*, pelos gramáticos latinos: «Interjection or interiecto was recognised as a separate part of speech by the Latin grammarians. This new part of speech made it possible for the Latin grammarians to keep the number of the "partes orationis" to the "magic" number eight.» (Ameka, 1992; *apud* GONÇALVES, 2002: 49). Desejosos de repetirem o arquétipo grego, os gramáticos latinos viram-se perante a necessidade do «preenchimento de uma casa vazia (artigo)» para perfazerem o número oito, correspondente às oito "partes do discurso" fixadas pela «gramática de Dionísio, o Trácio (séc. II a. C.)²⁸» (GONÇALVES, 2002: 47-51): «as interjeições permitiram o "passe de mágica" de que os latinos precisavam para continuarem fiéis à tradição anterior.» (GONÇALVES, 2002: 49).

No entanto, logo aí se presente a noção de que a interjeição assume especificidades que a distinguem das restantes "partes do discurso"²⁹, nomeadamente pela verificação da característica diferenciadora de que «sozinha pode equivaler a um enunciado» (GONÇALVES, 2002: 51). E é esta singularidade da interjeição, já então registada, que findo o breve excuro histórico, nos devolve a uma das noções actuais deste conceito, aquela que o vê como «mot invariable [...] formant une phrase à lui seul» (DUBOIS, 2007 [1994]: 253).

que nous appelons **subjectif** [...] rejoint ce qu'on désigne habituellement par **interjection**. » (GREVISSE, 1993: 1567).

²⁸ Este movimento pode ser assim descrito: «Para los gramáticos latinos se trataba de una de las ocho partes de la oración – nombre, pronombre, verbo, participio, preposición, adverbio, conjunción e interjección -; al suprimir el artículo, reestablecen las ocho partes de Dionísio de Tracia y, frente a sus predecesores griegos, extraen la interjección del seno de los adverbios.» (LÓPEZ BOBO, 2002: 13).

²⁹ Um sintoma disto mesmo poderá ser a sua colocação na última posição da listagem que fixa a relação das *partes orationis*. De facto, esta posição estaria reservada, de acordo com a tradição, «não só à arrumação do anormal/exceptivo, mas [...] também acolhia a inovação» (GONÇALVES, 2002: 49).

Não estaremos perante um consenso. Da interjeição continua hoje a dizer-se, nas mais recentes gramáticas, «Considerada, muitas vezes, um vocábulo-frase» – um aviso cuja anotação temporal nos alerta para todas as outras vezes em que a "interjeição" não será como tal considerada. De qualquer forma, a solução apontada – "vocábulo-frase" – não poderá ser totalmente imune à crítica que veja esta solução como uma solução de compromisso, sem margens definidas, que desiste do mérito de um julgamento mais assertivo: sendo "vocábulo-frase", não é "vocábulo", nem é "frase", o que nos deixa perante uma indecisão difícil de deslindar. Se, por exemplo, um compêndio gramatical decidir a divisão dos seus conteúdos em diferentes partes como «Gramática dos sons», «Gramática da palavra», «Gramática da frase» e «Gramática do texto», continua a ser mais provável vir a encontrar a "interjeição" na "gramática da palavra", enquanto "palavra invariáveis" (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 5-10); «As interjeições são palavras invariáveis» (MOREIRA, 2008: 170).

Ora, acontece porém que, quando entendidas como vocábulos-frases, como «equivalendo a frases emocionais [?]», as interjeições vêm colocar-se inexoravelmente junto do conceito comum de "frase exclamativa", tal como anunciávamos no início do presente ponto deste discurso. De facto, se atendermos aos critérios que comumente se alegam para a distribuição tipológica das frases em categorias distintas, interjeições (ou locuções interjectivas) como «ah!», «oxalá!», «olá!», «ai de mim», ou «ora, bolas!» (exemplos recolhidos em CUNHA e CINTRA, 1994: 587), sendo "frases", teriam de ser "frases exclamativas". O cruzamento destes dois dados vem fazer coincidir, na totalidade, os dois conceitos que titulam este ponto da nossa exposição:

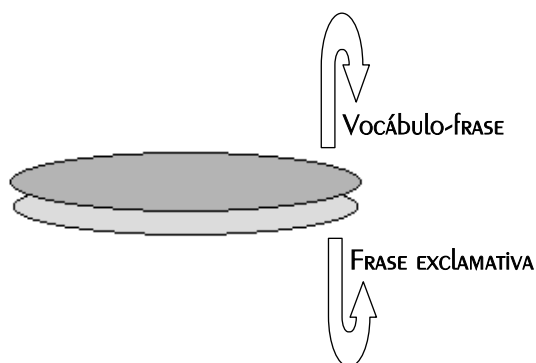


GRÁFICO F.

Contudo, como nem todas as chamadas "frases exclamativas" serão, já segundo os conceitos tradicionais, detentoras de uma interjeição, o gráfico seria possivelmente mais exacto, se ilustrasse tal realidade desta outra forma:

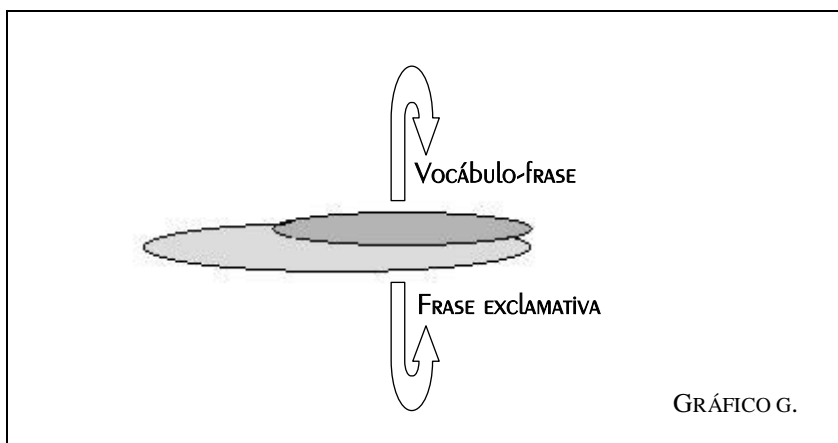
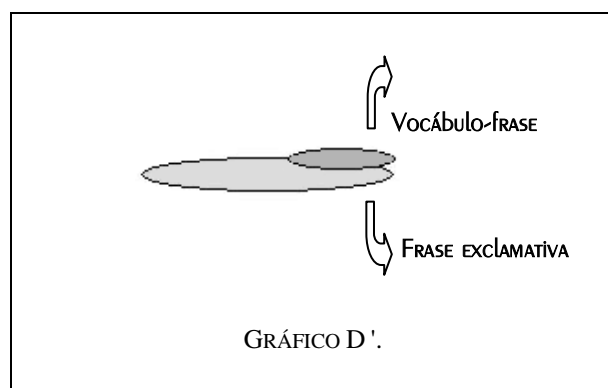
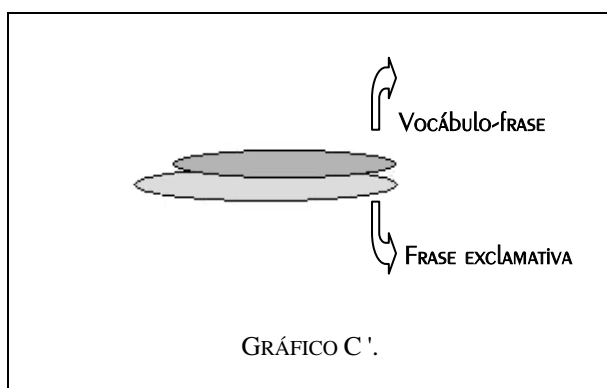


GRÁFICO G.

Chegados a este ponto, porém, encontraremos o reflexo de um problema com que já antes nos deparámos³⁰, o problema da extensão, e que justifica a linha (') nos seguintes gráficos C' e D' – que é um problema não só estatístico (quantas das frases exclamativas contêm, ou são, interjeições?)

³⁰ Cf. gráfico C. e gráfico D. in «6.2.2.2. Uma relação osmótica».



– mas é, de igual maneira, um problema nocional: como apurar o campo ocupado pela "frase exclamativa", se não se lhe acharam as fronteiras?

Claro que este juízo será apenas válido no âmbito do quadro que considera «ah!», «oxalá!», «olá!», «ai de mim», ou «ora, bolas!» (exemplos recolhidos em CUNHA e CINTRA, 1994: 587) como elementos passíveis de serem aproximados do conceito "frase", ainda que de uma forma parcial, como indica a expressão "vocábulo-frase", o que não será de todo líquido para parte dos estudiosos da linguística.

6.2.4. Interjeição e "Ponto de exclamação"

"Ufa! Lá se vão embora. Vão, vão..."

(LÍDIA JORGE, *O vento assobiando nas gruas*, 2003)

O que dizes tu, Janina? Ai, ai... Nasceste agora mil vezes...
Isso já é desconversar. Nasceste só as vezes que é
importante nascer...

(LÍDIA JORGE, *O vento assobiando nas gruas*, 2003)

Retomando a linha de pensamento que mede o espaço remanescente entre os conceitos "interjeição" e "exclamação", um outro breve momento teórico vem também assinalar alguns momentos de coincidência, ainda que através daquilo que poderá ser entendido como uma espécie de subfaceta da nossa questão. Claro que aqui a anterior afirmação – a relativa à mensurabilidade de um espaço remanescente – fará apenas sentido se ultrapassarmos todos aqueles contextos, já visitados, em que as duas expressões são simplesmente dadas como sinónimas.

Centrando-nos, agora, naqueles outros entendimentos dos dois conceitos em que um – a "exclamação" – é percebido como mais abrangente do que outro – a "interjeição" –, constata-se a existência da continuidade do ponto comum que, de momento, assinalamos: ambos parecem requerer, com alguma premência (que nem sempre obrigação), a presença correlata do "ponto de exclamação".

Entendido como marca formal gráfica, o "ponto de exclamação" evidencia, com o alarde que lhe é característico, a existência de um conteúdo a cuja transmissão o "ponto" *tout court* não chega. Comprova-se, desta forma, a partilha de mais um elemento comum entre os dois objectos nocionais em análise.

Não querendo retomar a problemática da relação entre a dita "frase exclamativa" e a marca "ponto de exclamação", a seu tempo tratada³¹, resta-nos, do lado da "interjeição", atestar que é "de regra" que esta não surja graficamente desacompanhada do seu par³²: «Na escrita, as interjeições vêm de regra acompanhadas do ponto de exclamação (!).» (CUNHA e CINTRA, 1994: 588). Bastará apontar a estranheza com que veremos registado "ai", se se pretender designar a interjeição "ai!".

Ora, acontece que, também aqui (outra semelhança partilhada³³) este "de regra" antes mencionado não firma uma verdadeira imposição; antes deixa espaço de debate para que as vozes teóricas vagamente possam discordar. Assim, da coerção de «O ponto de exclamação [...] acompanha *necessariamente* as interjeições» (FERNANDES, 2005: 250, itálico nosso) ou «O ponto de exclamação faz *sempre* parte da interjeição» (MATOSO, 2003: 159, itálico nosso), à mera indicação «acompanha as interjeições» (OLIVEIRA, 2006: 190; MOREIRA, 2008: 316), até aos mais liberais «*Normalmente* emprega-se [...] depois de interjeições» (CUNHA e CINTRA, 1994: 653, itálico nosso) ou «Ocorre *frequentemente* depois de interjeições» (BERGSTRÖM, 1997: 50, itálico nosso), ou ao improfícuo «As interjeições ocorrem [...] com ou sem ponto de exclamação» (MOURA, 2006: 97), a paleta de opções permite aos conceitos em apreço uma ampla mobilidade teórica. Não será necessário ir mais longe do que as nossas mais recentes epígrafes para verificar que, por mais improdutiva que possa ser a última instrução de que «As interjeições ocorrem [...] com ou sem ponto de

³¹ Cf, por exemplo, «4.2.3. "Pontuação" e "Tipologia frásica"».

³² Esta formulação será possivelmente fruto da memória da anterior leitura do seguinte passo: «Monteiro Lobato faz Emília gritar e exclamar diante dos pontos de exclamação que ela encontra no país da Gramática:

[...] – Viva! – gritou Emília. Estão cá os companheiros das Senhoras Interjeições. Vivem de olhos arregalados, a espantar-se e a espantar os outros. Oh! Ah!!! Ih!!!!!! [...] Essas e outras possíveis interpretações imagéticas são significativas, nada impede que as multipliquemos.» (PERISSÉ, s/d).

³³ Referimo-nos à habilidade com que reiteradamente os conceitos vizinhos da "exclamação", e certamente ela própria, parecem subtrair-se às zonas teóricas da linguística em que as regras surgem mais estritas.

exclamação» (MOURA, 2006: 97), na verdade ela surge como perfeitamente exacta³⁴. Especificamente para o nosso caso, o problema reside no facto de que essa mobilidade teórica dificulta uma clara formatação das margens nocionais desses mesmos; isto é, dificulta a nossa tarefa.

Ó.2.5. Das margens

Ó.2.5.1. "Exclamação", "interjeição", contexto

Não é a primeira vez que o vocábulo "contexto" figura como título de um ponto do nosso trabalho. Já em «5.2.3.2.1. "Melodia", "modalidade" e contexto» tal aconteceu. Na verdade, o objectivo é agora o de salientar, desta forma, mais uma similitude, entre os conceitos em causa, "interjeição" e "exclamação"; uma similitude que, novamente, parece querer impedir a estabilização de um distanciamento diferenciador entre ambos.

A característica partilhada que agora se pretende aquilatar está relacionada com o peso que é atribuído ao elemento "contexto" nas instruções definitórias e operacionais da noção "interjeição" – e que é, de facto, relevante –, ao mesmo tempo que, de forma coincidente, idêntico peso foi já reconhecido noutras noções adjacentes ao conceito "exclamação", que temos vindo a examinar.

³⁴ O mesmo escritor, pela mão do seu narrador encarregado de reproduzir um discurso directo, opta por utilizar, ou pelo contrário omitir, o ponto de exclamação junto de "interjeições": por exemplo, «Ufa!» em «Ufa! Lá se vão embora...» (JORGE, 2003: 137), mas já «Ai, ai...» em «O que dizes tu, Janina? Ai, ai... Nascestes agora mil vezes...» (JORGE, 2003: 196). Não somos indiferentes ao facto de se ter optado, junto da última interjeição transcrita, pelo sinal de pontuação "reticências", ele mesmo transportador do seu próprio sentido; mas a verdade é que não está efectivamente presente qualquer "ponto de exclamação" junto da interjeição referida.

Um momento flagrante da situação descrita prende-se com as anotações coligadas em torno da difícil fixação de uma curva entonacional a que se possa chamar, com propriedade, "entoação exclamativa", a que sistematicamente correspondam idênticas características diferenciadoras e idêntico valor significativo. Foi, na altura, transcrito: «como a melodia das exclamações apresenta muitas variedades, o seu valor só pode ser depreendido do contexto.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 652).

Ora, esta mesma dependência do contexto para a viabilidade interpretativa da melodia de um enunciado devedor de uma "modalidade exclamativa" será novamente observável e ficará sobremaneira visível, quando percorrermos as páginas que descrevem e estudam a "interjeição". Numa encruzilhada entre os três temas "entoação exclamativa", "interjeição" e "contexto" (até que ponto não se trata sempre um mesmo tema?), fica-nos a indicação: «O valor de cada forma interjectiva depende fundamentalmente do contexto e da entoação.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 587). A este propósito refere-se «la vaguedad de su significado» e «la gran cantidad de sus referencias posibles, las cuales han de ser precisadas a partir del contexto», admitindo-se, em consequência, «que sea sumamente difícil indicar el significado de cada interjección» (LÓPEZ BOBO, 2002: 15). E é certamente significativo que este lamento pareça um eco de outros, agravando a análise, revelando que não foi possível superar esta dificuldade há longo tempo registada: «é impossível assignar as diferenças específicas de cada uma destas Interjeições. Estas diferenças são tão variadas, ligeiras e fugitivas como os movimentos interiores do coração humano. [...] ninguém está capaz de as observar miudamente» (BARBOZA, 1822: 100-101).

Do epíteto "encruzilhada" poderemos passar a "cruzamento", se forem não três mas quatro os temas que se associem: ainda podemos acrescentar "gesto" ao elenco "entoação, interjeição e contexto", conceitos que permanecem em convívio muito estreito, com eventual prejuízo para a autonomia de cada um; e certamente com prejuízo para a autonomia daquele cuja independência procuramos. São conceitos próximos que podem surgir na pouca distância entre duas linhas: «Exprimem [as interjeições] de forma condensada sentimentos e emoções, em que o

seu significado depende da situação e do contexto, em que intervêm também a entoação, a mímica, o gesto do falante, etc.» (VILELA, 1999: 269).

Assim, será possivelmente pouco mais do que uma demonstração de boa vontade o exercício que pretenda fazer o que, ainda assim com alguma frequência, se intenta, ou seja, «Classificam-se as INTERJEIÇÕES segundo o sentimento que denotam.» (CUNHA e CINTRA, 1994: 587).

Para além da duvidosa bondade de tal metodologia – proceder como se fossem as interjeições objectos sensíveis –, e para além de que se contraria a ideia anterior que defendia a necessidade de um contexto, rapidamente a bibliografia nos mostraria a fragilidade das conclusões de tal tarefa. Podemos sugerir que «*ai!*» signifique «dor» (CUNHA e CINTRA, 1994: 587), mas rapidamente poderemos ser desmentidos, por uma segunda opinião –

«*Ai! Agora me lembro* (emoção)

Ai! Que grande chatice! (desagrado)

Ai, os meus dentes! (dor)

Ai, não acredito...! (desconfiança)» (MOURA, 2006: 96) –

em que "ai!" é passível de significar "dor", mas também susceptível de assumir outros significados mais, ao mesmo tempo que, de igual forma, o significado "dor" pode ser veiculado por outra interjeição,

«*Oh! Que amor era o nosso!* (dor)» (MOURA, 2006: 96)

que é dotada, ela própria, de outros «valores semânticos»

«Alegria: ah! oh!...» (AMORIM, 2006: 217).

É, portanto, consensual que

- «O valor de cada interjeição depende do *contexto* de enunciação e corresponde a uma atitude do falante» (MOREIRA, 2008: 170, *italico* nosso),

ou que

- cada interjeição «só se pode interpretar devidamente se se tiver em consideração o *contexto* em que são enunciadas» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 132, *itálico nosso*),

ou mesmo

- «O valor de cada forma interjectiva depende fundamentalmente do *contexto* e da entoação» (CUNHA e CINTRA, 1994: 587, *itálico nosso*)

Mais radical, mas igualmente indesmentível, será que

- «Várias interjeições têm significados diferentes (e até opostos), consoante o contexto e a entoação» (MOURA, 2006: 96).

Tendo em consideração que, quando aqui se utiliza o termo "contexto", se está a fazer referência, não a um eventual cotexto³⁵, mas sim àquilo que podemos designar como "situação comunicativa", teremos de erigir a baliza para além da qual já não teremos interesse em prosseguir, por se esvair após ela qualquer possibilidade de encontrar um conceito linguístico de "interjeição" que valha a pena cotejar com um conceito linguístico de "exclamação".

Deste modo, numa espécie de ponto de situação da incursão teórica reproduzida neste endereço, «6.2.5. Interjeição, exclamação, contexto», deveremos registar fundamentalmente que se assinalou uma aproximação notória entre a "interjeição" e factores que permanecem na esfera do mundo extralinguístico; a mesma aproximação que se evidenciara já, no ponto «5.2.3.2.1. "Melodia", "modalidade" e contexto"», entre "entoação exclamativa" e esse mesmo universo de referência. Congruentemente, foi já possível estabelecer a ideia de que "interjeição" e "exclamação" são notoriamente conceitos que se avizinham, que com frequência se justapõem, e que por vezes até se sobrepõem. São pontos relevantes, aos quais teremos de regressar quando for o momento de retirar conclusões desta etapa do nosso périplo.

³⁵ Referimo-nos à noção de "cotexto" tal como foi apresentada por Mário Vilela (VILELA, 1999: 407-409)

Por agora, que a classificação das interjeições "segundo o sentimento que denotam" (cf. *supra*) não trouxe informações particularmente frutuosas para a nossa busca – para além do que ficou explanado no parágrafo anterior, e que considerámos relevante – tentemos junto de outros exames da "interjeição" perceber de que forma os dois conceitos, "interjeição" e "exclamação", se ligam e evoluem dentro do sistema linguístico.

Ó.2.5.2. "Exclamação", "interjeição", onomatopeia

O tio a ser levado pela boneca Isabel, através do portão que fazia dim dum e depois batia, trap trap.

(LÍDIA JORGE, *O vento assobiando nas gruas*, 2003)

De acordo com uma leitura permitida pela apresentação tradicional do conceito "interjeição", teremos de perceber nele uma realidade compósita. Faz parte da tradição gramaticográfica agrupar sob a sua égide elementos díspares, de tal forma que são "interjeições" (ou "locuções interjectivas") tanto os «gritos ou expressões emotivas espontâneas (*ah!*, *oh!*, *ui!*...)», como «grupos de palavras (*valha-me Deus!*...)» (MOREIRA, 2008: 170); tanto as «palavras que procuram reproduzir ruídos de animais ou de objetos, ou de outra origem, como *clic* (*clique*), *tic-tac* (*tique-taque*), como as «palavras já correntes na língua, como *olá!*, *puxa!*, *bolas!*» (BECHARA, 2006: 331). Esta realidade tem autorizado a subclassificação das interjeições como "próprias" (ou "primárias") e "impróprias" (ou "translatícias"), segundo a sua origem como conjunto ordenado de fonemas a que o uso imprime uma certa fixidez, mas que não compartilham das mesmas regras de formação das restantes formas léxicas da língua (LÓPEZ BOBO, 2002: 26, 27), ou, pelo contrário, segundo o seu surgimento a partir de uma transferência feita com base numa outra classe de palavras (substantivos, adjectivos, verbos, advérbios) (LÓPEZ BOBO, 2002: 26, 27).

O que parece permitir que todos estes diferentes elementos, acima enumerados – ou pelo menos todos estes elementos de diferente origem – sejam de igual maneira considerados como "interjeições" é a partilha de características comuns que passa, como vimos³⁶, pela "associação sistemática" a um contorno melódico exclamativo. Este laço comum não é, no entanto, suficiente para uma completa descrição, na medida em que é um traço igualmente observável em qualquer "enunciado exclamativo", independentemente do facto de ele ser, ou não, caracterizável como "enunciado interjectivo", nos termos tradicionais. O que parece caracterizar a interjeição, para além do referido traço, é então a sua "autonomia sintáctica", acrescida de um fenómeno que pode ser denominado como "dessemantização".

A apresentação da prerrogativa da "autonomia sintáctica" designa o seu funcionamento independente, capaz de rejeitar os laços sintácticos que submetem as outras unidades linguísticas: « ils [les mots que l'on classe dans la catégorie de l'interjection] échappent aux contraintes syntaxiques » (DUBOIS, 2007 [1994]: 253), e traduz a capacidade que a interjeição detém de subsistir isoladamente como enunciado válido, sem o auxílio desnecessário de outros sintagmas³⁷: « elle peuvent [...] remplacer [...] un énoncé, à elles seules » (DUBOIS, 2007 [1994]: 253).

E, também morfológicamente, não responde a nenhum tipo de variação morfológica, seja de género, número, modo, pessoa, aspecto, etc. (LÓPEZ BOBO, 2002: 17). López Bobo utiliza a este propósito a metáfora "fóssil", referindo-se a esta peculiaridade da interjeição que correspondente, também nas suas palavras, à faculdade da sua «*inmovilización gramatical*»: «es un fósil sobre el que no opera ningún tipo de variación» (LÓPEZ BOBO, 2002: 47).

³⁶ Cf. «6.2.2.1. Uma relação obrigatória».

³⁷ Essa ausência de outros sintagmas auxiliares só é suprida, já num outro nível, pelos dados trazidos pela situação de comunicação, elemento fundamental da realidade interjectiva que já computámos no ponto anterior do nosso discurso, «6.5.2.1. "Exclamação", "interjeição", contexto».

Porém, a interjeição só o é quando, cumulativamente com as características acima referidas³⁸, ela revela a propriedade constitutiva da "dessemantização". Esta realidade foi já descrita sob diversas expressões como «indeterminación semántica», «anulación de la función referencial», «perdida de cualquier relación signo-objeto», «carácter inconceptual», «arreferencialidad» (LÓPEZ BOBO, 2002: 15, 53 e 63-65), pretendendo estes títulos designar a impossibilidade de que a interjeição possa ser decomponível em traços semânticos (DUBOIS, 2007 [1994]: 253; LÓPEZ BOBO, 2002: 15)³⁹.

Ora, de acordo com esta interpretação, uma parte do conceito "interjeição", aquele que é ocupado pela sua vertente onomatopaica, teria de ficar excluído do domínio interjectivo: « On appelle *onomatopée* une unité lexicale créée par imitation d'un bruit naturel » (DUBOIS, 2007 [1994]: 334)⁴⁰, Assim sendo, na onomatopeia mantém-se a referencialidade que a "interjeição" renega, até como vimos enquanto característica definitiva: «podemos rechazar la naturaleza interjectiva de cualquier adaptación fonemática de ruidos o voces expresivas del tipo *¡crack!*, *¡pum!* [...] Aunque todos ellos comparten con la interjección su naturaleza de series abiertas, la vinculación a un contorno exclamativo y una gran independencia sintáctica, sin embargo efectúan una referencia extralingüística» (LÓPEZ BOBO, 2002: 51).

Para além de que, assim sendo, a onomatopeia possui um *dictum* estranho à interjeição, uma outra distinção vai distanciar os dois termos que agora examinamos. Ao contrário da interjeição, a onomatopeia « constitue une unité linguistique susceptible d'un fonctionnement en langue, affecté d'un système de distribution et de marques : on dira *des cocoricos*, *un oua-oua agressif* » (DUBOIS,

³⁸ Este tópico foi igualmente tratado no ponto «6.2.3. Interjeição e "Sintaxe"», auxiliando outra linha de raciocínio.

³⁹ Este tópico foi igualmente tratado no ponto «6.2.3.1. "Frase exclamativa" e "Frase interjectiva"», auxiliando outra linha de raciocínio.

⁴⁰ Naturalmente, não se trata aqui das imitações não-linguísticas de que é capaz o aparelho fonador humano. Ao contrário destas últimas, a onomatopeia integra-se no sistema fonológico da língua considerada, mesmo que utilize combinações menos frequentes: « tous les phonèmes de *cocorico*, *tic-tac*, *oua-oua* sont français » (DUBOIS, 2007 [1994]: 334).

2007 [1994]: 334). Sem alteração da sua natureza onomatopaica, ela pode «integrarse en una estructura mayor sin modificar su valor originario (*Yo estaba practicando tiro, hago ¡pum! y acerté en el blanco*) (LÓPEZ BOBO, 2002: 52)⁴¹.

A formação de neologismos a partir de onomatopeias pode igualmente confirmar a facilidade com que a onomatopeia se conforma às regras do sistema: « un néologisme *cocoriquer* recevra aisément une interprétation sémantique ». No inglês, por exemplo, essa formação é frequente: « l'anglais [...] les intègre [...] à des séries dérivationnelles (*splash, to splash, splasher, splashy*) » (DUBOIS, 2007 [1994]: 334).

A onomatopeia mantém relações de proximidade com as outras formas pertencentes ao sistema da língua e com a sua forma de funcionamento a que a interjeição propriamente dita, neste sentido em que agora a analisamos, não pode aspirar.

Ora, o que podemos apurar deste entendimento do fenómeno interjectivo é que as características da onomatopeia que aproximam a sua forma de funcionamento da forma de funcionamento dos outros fenómenos estritamente linguísticos são precisamente as bases que fundamentam o seu afastamento da interjeição *tout court*. Neste movimento, a nossa leitura interessada pode interpretar que o afastamento da "onomatopeia" do fenómeno interjectivo em geral se poderá dever ao facto de que ela domina as mecânicas de acção do sistema linguístico, o que não acontece já com as interjeições propriamente ditas, as "próprias" ou as "impróprias".

Quanto mais a onomatopeia se aproxima do centro do sistema linguístico, mais se afasta da interjeição. Para nós, o caso é que o mesmo movimento divergente aproxima a interjeição da zona exterior do perímetro marcado.

Ora, de tão próxima que está a interjeição da exclamação – *vide* discurso anterior – inferimos sem esforço a morada teórica que a exclamação habita: um espaço periférico.

⁴¹ É também o que acontece na epígrafe que encima este ponto do nosso texto.

6.3. Conclusões parcelares

A interjeição não está do lado externo ao sistema linguístico. Afirmá-lo seria um retrocesso grave – e tê-lo-á sido⁴² – face às análises conseguidas desde tempos já antigos⁴³; seria apagar o espaço para ela gizado aturadamente pelos gramáticos latinos. Mas tal problemática chegou a ser verbalizada: «certa tradição as excluiu da língua por serem *naturais* ("meros gritos" ou "simples irrupções") e *não-articuladas*), apesar de hoje esse entendimento da "interjeição" ser um «ponto de vista de todo indefensável»⁴⁴ (GONÇALVES, 2002: 97).

Porém, e para nós poderá bem ser este o cerne da questão, apesar do postulado acima descrito, da mesma forma que as interjeições não estarão do lado exterior da fronteira assinalada, assim também, com idêntico grau de probabilidade, não irão figurar como os elementos mais competentes ou mais representativos da constituição ou da acção do sistema linguístico: «son elementos marginales» (LÓPEZ BOBO, 2002: 17).

Que mais evidente sintoma de marginalidade do que o facto de não se estabelecerem relações? Assim acontece com a interjeição: uma «diferencia funcional entre la interjección y otras unidades categorizadas es que carece de comportamiento sintáctico específico; son [...] incapaces de insertarse en la estructura oracional o frástica (LÓPEZ BOBO, 2002: 17). Mesmo na sua compleição

⁴² Na opinião de Miguel Gonçalves, «quanto mais uma época desacredita o papel da emoção, tanto mais o estatuto da interjeição é também ameaçado», sobretudo quando se olha para a interjeição, na sua concepção mais clássica, como estando «destinada a exprimir *affectus animi*». O autor exemplifica a afirmação com o período do advento das gramáticas lógico-filosóficas (GONÇALVES, 2003: 474-575).

⁴³ Remetemos, naturalmente, em exclusivo, para a antiguidade latina, que não para a antiguidade greco-latina.

⁴⁴ A este propósito foi já atribuído à interjeição o epíteto de "holofrástica", por transmitir a experiência, num só bloco fónico indivisível, não segmentável em monema (Poggi, 1981; *apud* GONÇALVES, 2002: 97-98).

interna, quando aparentemente constituída por signos autónomos, não apresenta dependências sintáticas (LÓPEZ BOBO, 2002: 16)⁴⁵. Qualquer aparência de sintagma é ilusória.

Contudo, poderíamos ainda contrapor, face à sua incapacidade de exercer uma função nas estruturas sintagmáticas frásicas ou oracionais (LÓPEZ BOBO, 2002: 46), a habilidade com que exerce uma espécie de soberania sintáctica, uma vez que consegue constituir, sozinha, por si, um enunciado. Acontece que a sua inaptidão para estabelecer laços neste universo linguístico será compensada pela forte propensão para a aproximação ao mundo extralinguístico; e a sua "soberania sintáctica" vê-se assim mitigada por um outro tipo de dependência: a dependência de um contexto que complete eventuais lacunas na transmissão de significado: «otra característica [...] es [...] su total dependencia del entorno, lo que está motivado por la vaguedad de su significado y por la gran cantidad de sus referencias posibles, las cuales han de ser precisadas a partir del contexto.» (LÓPEZ BOBO, 2002: 15).

Mesmo em termos de análise, a interjeição exige do estudioso mais do que a computação dos dados linguísticos: «para a explicação do fenómeno interjectivo deverão contribuir, de forma decisiva, para além das pressuposições, os conhecimentos sobre o contexto social e situacional e outros factores pragmáticos.» (GONÇALVES, 2002: 96)⁴⁶.

Faz talvez sentido que seja este o nosso último capítulo, antes do acerto final. Afinal, é também no último lugar das listagens que surge a referência à interjeição, nos compêndios de gramática, quase sempre como uma das "classes de palavras", a última, ou como uma "classe" com características peculiares. E torna-se notório, também por aí, o carácter pouco central desta noção entre os seus pares. Não se pode dizer que não se tenha contribuído para perpetuar este *modus operandi*.

⁴⁵ A autora que vimos seguindo dá, entre outros, o exemplo «¡ *vaia por Dios!*!» (LÓPEZ BOBO, 2002: 16).

⁴⁶ Nesta citação, Miguel Gonçalves retrata um ponto de vista de D.M.James, num capítulo em que dá conta de «A interjeição nos estudos linguísticos actuais» (GONÇALVES, 2002: 91-120).

De facto, praticamente encerrada a discussão neste apartado, podemos ainda descobrir, por fim, também esse outro ponto comum entre "interjeição" e "exclamação": ela é, de igual forma, habitualmente postergada para o espaço final dos elencos.

O pouco prestígio de que a interjeição goza entre os conceitos gramaticais ficou desta forma desde sempre bem expresso. Logo aquando da sua formalização enquanto uma das "partes orationis" ela era já última. O estatuto foi-se longamente mantendo: numa época em que a racionalidade impera, dela diz Verney «*A Interjeição he uma voz, que sómente significa os varios affectos da nossa alma.*» (VERNEY, 1816: 177): tão pouco que é este "*sómente*". Se excluirmos os estudos especializados, a consulta de gramáticas contemporâneas não pode, por si, ser muito mais elucidativa: seria necessário acreditar nos elencos extensos (quando existem), fechando os olhos às excepções e repetindo convenções; seria necessário subscrever exegeses alheias, mais vezes meramente possíveis do que definitivamente seguras. E subsiste a visão de que «*Su función se agota en el refuerzo expresivo que realiza de determinados segmentos del discurso* (LÓPEZ BOBO, 2002: 19), sendo que a expressão "se agota" não é lisonjeadora da interjeição, tal como o "*sómente*" da citação anterior não foi para ela enriquecedor.

Por outro lado, por mais aliciante que possa ser uma leitura da interjeição como uma centelha detectável do próprio nascimento de uma língua, será mais crível concluir que «*la théorie de l'arbitraire du signe s'oppose radicalement à une conception onomatopéique de l'origine des langues* », pelo que «*L'hypothèse de l'origine onomatopéique du langage humain est assez généralement abandonnée de nos jours.* » (DUBOIS, 2007 [1994]: 334).

Ora, porquê o olhar demorado sobre a "interjeição"? Porque se trata de um conceito do qual, com segurança, podemos afirmar estar conceptual e mecanicamente perto do conceito "exclamação". Um conceito pode ajudar a deslindar o outro. É seguro que são vizinhos e estão próximos.

Acontece que sempre que exclamação e interjeição surgem associadas – e a segunda não sabe sequer surgir sem estar ligada à primeira, o que é o mesmo que

dizer que a frequência dessa associação é grande – desenvolve-se sobre o conceito "exclamação" que pretendemos captar, percebido pelo olhar da "interjeição", o poder da sua força centrífuga. Quando a sinonímia "exclamação" e "interjeição" toca o discurso dos estudiosos, a "exclamação" não pode ficar indemne. O cariz marginal da interjeição necessariamente perpassa através das pontes que os dois conceitos partilham, contagiando a "exclamação" com os seus próprios traços. A "exclamação" é projectada no sentido do espaço exterior.



Capítulo VII

CONCLUSÕES

Il faut ne pas sacraliser la science et montrer que les scientifiques échouent, recommencent, disent parfois des bêtises, en font, et que ce processus itératif est nécessaire pour aboutir à une construction cohérente, collective et humaine.

(ROLAND LEHOUCQ, astrophysicien, 2005)

Il est loin, le temps où le grammairien était un magicien...

(JACQUES DRILLON, *Traité de la ponctuation française*, 2003)

Até que ponto poderá ser acusado de contradição um discurso conclusivo que inicie com um "intróito"? Na peleja da argumentação, muitas opiniões serão certamente admissíveis, assim como será também de considerar razoável aquela que defenda que tudo tem seu início e seu fim, desde o trabalho mais ou menos volumoso – constate-se que esta explanação

tem, de facto, um início em "Introdução" e um término em "Conclusões" – até ao capítulo mais ou menos breve. Atente-se, de idêntica forma, na escolha de um plural no subtítulo "conclusões": pressupõe-se mais do que uma; pressupõe-se, portanto, mais do que um ponto a bordar; legitima-se, então, um outro que os possa apresentar, afinal, a partir de um intróito unificador.

Por outro lado, cria-se também, com este preâmbulo, a oportunidade de registar que as conclusões da dissertação não se revelaram apenas agora, no seu fim, mas foram sendo modeladas no torno do discurso teórico, ao longo da explanação, e apresentadas, paulatinamente, como "parcelares", a cada fase da descoberta. Trata-se agora de, coligindo os dados obtidos, fazer uma sùmula, apurar os proventos, assim como determinar quais os pontos que não foi possível alcançar no mapa previamente detalhado (Cf. «Capítulo I – Introdução»).

A intenção não será recriar um percurso já feito. Se coligirmos e fizermos dialogar as anotações que surgem de forma fragmentada no final de cada capítulo, conseguiremos, decerto, uma resposta com uma fisionomia diferente da mera soma das partes mencionadas.

7.1. *Da possibilidade sintáctica*

Se lançarmos um olhar panorâmico para o quadro teórico que a sintaxe constitui, do ponto de vista do resultado tangível do seu trabalho, plasmado nas gramáticas da língua, encontraremos a chamada "frase exclamativa" como um elemento mais de uma taxonomia que pretende espartilhar e subclassificar o conceito sintáctico "frase".

Como o conceito sintáctico "frase" é de difícil subtificação – a partir do momento em que o percebamos como o conjunto formado por núcleo e suas expansões – o argumentário que serviu o mencionado construto teórico recorreu, de forma evidente, a critérios emprestados por outras áreas disciplinares, gerando flagrantes confusões epistémicas. Foi neste contexto que encontrámos, em capítulos

supostamente devedores do título "sintaxe", o critério da "intencionalidade comunicativa" como próprio para a análise sintáctica da "frase", criando um problema de perspectiva. Não se poderá dizer de um sintagma que ele transporte uma intenção, como ficará patente na experiência que resulta do absurdo empírico que será verbalizar algo como "sintagma bem-intencionado" ou "sintagma mal-intencionado".

O próprio edifício teórico da tipologia onde encontramos inserida a "frase exclamativa" é de frágil sustentação, desprezando continuamente a necessária distinção entre "frase" e "enunciado", e baseado que está em critérios inconstantes na passagem da análise de um elemento para outro: critérios há que servem apenas um elemento.

Na verdade, será possivelmente tempo de abandonar as conjecturas que pretendem que existe uma diferença sintáctica entre «Partem cedo.» e «Partem cedo!» (MOURA, 2006: 219, 220)». Ao nível da "frase" estamos perante uma estrutura idêntica; ou melhor, de um exemplo para o outro, mantém-se *uma* mesma estrutura. Não são dois tipos de frase. A diferença entre «Partem cedo.» e «Partem cedo!» não é sintáctica. Tal como a distinção entre

«O Rui comeu as uvas. [...]

O Rui comeu as uvas? [...]

O Rui comeu as uvas!» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 178)

não pertence ao domínio da sintaxe.

Ora, apresentada a situação nestes termos, dizer que não existe aqui distinção sintáctica é em tudo o mesmo que dizer que, neste contexto, não existe "frase exclamativa". Ou, de forma mais parcimoniosa, será o mesmo que dizer que o conceito "frase exclamativa", neste enquadramento teórico, não possui espessura teórica, ou mesmo, validade linguística.

Claro que não poderemos esquecer que nos movimentámos, neste exame, num campo conceptual bastante específico, que foi o da tipologia frásica tradicional, aquela que elenca os quatro tipos de frase mais comumente admitidos.

Justificámos anteriormente esta opção. É para este endereço que remetem os índices dos compêndios gramaticais, e tomámos essa morada por boa.

Na realidade, no afã de desmontar os alicerces desta tipologia frásica, quase caímos na falácia de não atentar em casos que poderiam ser sintacticamente mais interessantes. Acontece que, estranhamente, não foram sempre esses os que encontrámos ao pretender analisar um conceito "frase exclamativa", preexistente ao nosso discurso. Trabalhámos com a matéria existente nos espaços que buscámos, e com ela sustentámos os nossos pontos de vista.

Mas, para além do tratamento que mais habitualmente lhe é dispensado, ou em compêndios mais instruídos, o que sobra de sintáctico (não pragmático, não prosódico, não gráfico, não lexical) num excerto discursivo onde se perceba uma diferença exclamativa? Na verdade, certamente, o leitor atento reclamará, ultrapassando o elenco de exemplos como «O Rui comeu as uvas!» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 178) ou «Estou numa angústia total!» (MOREIRA, 2008: 201), a ilustração do tipo de exame que a sintaxe poderá operar em casos como

«Que filme!» (AZEREDO, 2006: 343) ou

«Que alegria [...] !» (PINTO, 2006: 153).

Na verdade, parecem ser estes, e não os anteriores, aqueles que melhor estarão capacitados para argumentar em favor de uma diferenciação específica da "exclamação".

E talvez seja afinal sinal de coerência interna, esta circunstância evidente de que só neste tipo de estruturas incompletas a exclamação se revele inteiramente. Só chega a ter existência plena numa estrutura linguisticamente incompleta. Que melhor prova da sua própria incompletude linguística?

De facto, não encontrámos um conceito de "exclamação" verdadeiramente linguístico, totalmente operativo e manejável com os instrumentos através dos quais a referida ciência se torna ela própria operante e significativa. Na "exclamação", de sintaxe, encontrámos apenas um resquício, em estruturas sintacticamente parcelares e/ou fragmentárias, de que nem sempre se pode dizer que atinjam a dignidade que

reside no conceito "frase", quando entrevisto como a «base do impulso inicial da especulação gramatical pela lógica grega», de que falava Bechara (BECHARA, 2?: 407) ou Givón: «The main *declarative*, affirmative, active clause has been tacitly assumed, in grammatical description ever since the Greeks, to be the *privileged*, *unmarked* clause type.» (GIVÓN, 1995: 32).

Descortinámos apenas segmentos que cabem bem na designação de Bechara, as "pro-orações", «resíduos de orações sintacticamente incompletas ou truncadas» (BECHARA, 2006 [1999]: 541), que por esta sua natureza constitutiva se distanciam do «centro da atenção da gramática» (BECHARA, 2006 [1999]: 540). Pretendendo nós localizar um conceito, parece-nos uma indicação feliz este quase topónimo da formulação de Bechara, "centro". A expressão do estudioso permite-nos que formulemos também a nossa própria conclusão de que a "exclamação" enquanto conceito teórico se localiza num espaço distante do "centro da gramática".

Face a este entendimento, a falta de acabamento sintáctico dos últimos exemplos seleccionados coaduna-se, na perfeição, com a natureza do conceito que buscámos e encontramos, ao nível da sintaxe, formalmente, insuficiente; ou, de forma mais assertiva, não encontramos. Não encontramos a "frase exclamativa".

7.2. Da meta discursiva

Não tendo encontrado, no domínio sintáctico, um campo favorável a um evoluir satisfatório do conceito linguístico "exclamação", que não conseguiu retirar particular benefício de um eventual convívio com o conceito "frase", procurou-se detectar outras noções que com maior naturalidade estabelecessem conexões significativas com a exclamação. Poderá constituir o quadro da pragmática uma envolvimento teórica que responda de forma mais adequada à necessidade de formação de um conceito linguístico de "exclamação"?

Deverá inscrever-se, no catálogo que agora nos ocupa, que os caminhos percorridos nesta área não proporcionaram o fundo onde se desenhavam claramente as margens do conceito a apreender. Nem junto do conceito "acto ilocutório expressivo" e afins, nem face a uma "modalidade apreciativa" ou outra, nem próximo de uma "função expressiva" ou demais funções da linguagem, foi possível clarificar a conformação de um objecto teórico sempre coincidente com um construto "exclamação". Nenhum dos referidos enquadramentos se mostrou particularmente habilitado a encaixar com justeza a noção que queríamos ver confinada. Nenhuma das taxonomias percorridas proporcionou a ambiência teórica capaz de estabelecer critérios que definitivamente determinassem a necessidade da presença exclamativa – assim usámos chamar-lhe – ou a necessidade da sua ausência.

E isto, mesmo depois de, enquanto exercício académico, se tomarem como bons pressupostos teóricos que, com frequência, ao arrepio das nossas intuições primeiras, adoptámos como nossos. Mesmo de acordo com os parâmetros que congeminam as tipologias evocadas, o nosso conceito não sobressaiu. Não foi possível determinar uma linha demarcadora para além da qual o nosso conceito não transvasasse ou uma fronteira aquém da qual se abstinésse, mesmo depois de tentar viabilizar o emaranhado nocional e operativo que podem constituir alegações como «As frases classificam-se em diversas *modalidades* segundo os tipos de *actos* que permitam realizar» (FIGUEIREDO e BIZARRO, 2004: 131, itálico nosso); mesmo depois de, nos excessos, nas insuficiências ou nas redundâncias das tipologias, e na sua variabilidade, ter ficado, uma vez mais, confrangedoramente comprovado que classificar poderá ser apenas, como tantas vezes se afirma, um mal necessário.

Completada esta fase da nossa pesquisa, apurámos que um eventual conceito linguístico "exclamação" nunca surgiu em lugar definitivo: nunca foi imprescindível e nunca foi obrigatório; teve sempre as suas margens permeáveis a outros conceitos vizinhos; não dependeu nem foi dependente de outro conceito linguístico; em termos taxonómicos, a sua ausência nada comprometeu, a sua presença nada assegurou. Não foi possível individualizá-lo; ou, de forma mais radical, não foi possível encontrá-lo.

O endereço «exclamação e discurso»¹, que albergou a nossa análise na fase a que agora fazemos referência, proporcionou um compêndio de aportações, de índole diversa, que claramente fragilizam a "exclamação", no seu confronto com as noções merecedoras do qualificativo "linguísticas". Se anteriormente registámos que «El análisis de las oraciones exclamativas no ha permitido la identificación plena de un tipo estructural exclamativo.» (ALONSO-CORTES, 1999: 4023), também agora ficará inscrito que « l'expression de la subjectivité ne saurait être considérée comme un acte de langage premier et unique. » (MONNERET, 1999: 138): dois testemunhos demolidores, ora em sintaxe, ora, também, cumulativamente, em pragmática.

Desta forma, parecerá sustentável que se defenda a impossibilidade de apreender, com os instrumentos com que os estudos da linguagem operam, neste domínio, um conceito "exclamação". Nem enquanto "frase", nem enquanto "acto de linguagem", mas também não como "modalidade" ou "proposição", outras duas noções a que também nos referimos sob a égide do referido título. Também aí não encontramos o nosso conceito definido a partir de critérios linguísticos, claramente distinto de outros conceitos vizinhos. Afinal, quanto ao primeiro caso, « la tradition grammaticale dresse des modalités une liste imparfaite » (RIEGEL, 2001: 385) e depois, quanto ao segundo, «If truth value is a property of propositions, the lack of a truth value for subjective expressions follows from their non-propositional syntax.» (BANFIELD, 1982: 41).

Neste campo, os resultados da nossa investigação apenas serão positivos se considerarmos que determinar uma inexistência corresponde a um achado.

¹ Fazemos aqui referência ao capítulo III, «Exclamação e discurso».

7.3. Da marca formal

O espaço investigatório dedicado a um tema de prevalência dúbia no campo da linguística terá de se autojustificar. É certo que o tópico que aborda as relações entre a escrita e a oralidade sofreu o desgaste do tempo, sendo possível que tenha perdido em interesse o que ganhou em consenso. Apenas pelo lado da problematização merecerá eventualmente ser revisitado. Fizemos essa revisão como forma de criar um fundo teórico para o enquadramento de uma questão que nos pareceu saltar à vista (a expressão guarda aqui algo de literal).

Seria possível que, por uma vez, a escrita proporcionasse a prova acabada que buscávamos, aprisionando num contorno fixo, fixando num desenho específico, um elemento de outra forma fugidio? Seria escrita que encontraríamos a marca formal de uma exclamação teoricamente autónoma? Seria o "ponto de exclamação" a pista, a pegada, que denuncia uma presença anterior?

Não é, claro, a primeira vez que explicitamos esta questão. E quando nos perguntámos se, no decurso do nosso exame, o "ponto de exclamação" viria a revelar-se com mais premência um indicador fiável ou um indiciador fictício da noção que nos ocupa, não esperávamos, talvez, que a resposta fosse tão desconcertante. Na verdade, para além da expectável variabilidade de carácter idiolectal inerente à utilização dos sinais de pontuação, ou mesmo já esperando que o "ponto de exclamação" pudesse ser, mais do que outros, volúvel, talvez não contássemos com atestações tão assertivas, quanto aquelas que fomos encontrando ao longo da nossa investigação, e que, dispostas num quadro, figurariam assim:

ATESTAÇÕES	PRESENÇA DO "PONTO DE EXCLAMAÇÃO"		CLASSIFICAÇÃO COMO "FRASE EXCLAMATIVA"	
	NÃO	SIM	NÃO	SIM
« <i>Sortez!</i> » (RIEGEL, 2001: 402)		×	×	
« je vais tomber et être mort !!! » (GREVISSE, 1993: 154)		×	×	
« <i>À quoi bon danser!</i> » (GREVISSE, 1993: 155)		×	×	
« Comme nous aimons les amis qui viennent de nous quitter, n'est-ce pas ? » (MONNERET, 1999: 146)	×			×

Acontece assim que as expectativas colocadas numa marca formal cuja presença se oporia de forma seguramente visível a uma ausência significativamente contrastante, não se revelam necessariamente satisfeitas. Encontrámos a "exclamação" onde supostamente ela não estaria; e não a vimos onde a esperávamos. O próprio convívio do "ponto de exclamação" com os seus parceiros conceptivos e funcionais – [·]; [?]; [...]; [·]; [·]; [-] –, que pretendíamos apurar, foi marcado por uma inconstância e uma flutuabilidade que não permitiram a clarificação das suas margens definitórias ou operativas.

Para mais, a capacidade que a pontuação detém de se afirmar como um fenómeno discreto – o "mérito" de que falava Le Goffic² – fica desde logo desvalorizada, quanto ao tema que nos prende, se tomarmos em consideração o percurso histórico titubeante que o "ponto de exclamação" foi traçando, deixando fossilizadas as marcas que hoje podemos averiguar. A questão do pontema duplo « ; ! » pode fazer-nos lembrar que o "ponto de exclamação" é subsidiário (ou subsidia – não é relevante para o caso) de um fenómeno melódico, que não é segmentável, e que não afecta o enunciado num único ponto comutável, mas sim em

² «elle [la ponctuation] a le mérite d'être discrète» (LE GOFFIC, 1993: 94).

dada extensão, pelo que o grafismo do "ponto de exclamação" pode ser visto – como, de facto, chegou a ser – como uma marca insuficiente. A questão do pontema duplo « ¡ ! », a defesa da sua utilização por ortógrafos e gramáticos portugueses³, pode fazer-nos lembrar uma descontinuidade que contraria a ideia inicial de que seria possível prender o ponto de exclamação a um só ponto do discurso – ainda que relativamente "apenas" a uma sua cadeia gráfica.

Não foi, portanto, pela análise de uma formatação gráfica – marca eventual de um conceito "exclamação" – que deslindámos possíveis contornos definitórios para a nossa temática. Nem tal poderia ser: sempre dependente de um juízo social e pessoal, o registo do sinal que examinamos extravasa do domínio da linguística, directamente para a praça pública. Não se trata apenas de que não consiga gerar consensos; chega a gerar controvérsia. Não é esta, de forma alguma, a ambiência teórica que nos permita fixar as fronteiras conceptuais que perseguimos. Contudo, foi interessante constatar a existência de uma faceta polémica, ainda que distante da linguística, relativamente a um aspecto do tema "exclamação". Ainda hoje se responde de forma exaltada, à excessiva exaltação de que se acusa o "ponto de exclamação", e o vocabulário utilizado chega a tocar o campo bélico⁴. Mas este foi apenas um breve parêntesis, no decurso da nossa investigação, a que nos permitimos a título de «"Ponto de exclamação": relações estético-afectivas»⁵.

³ Cf. «4.2.5. Uma questão de desenho gráfico».

⁴ Rogério Casanova, no seu "consultório literário", comenta a proposta de banir o ponto de exclamação, num artigo que intitulou «O problema da má escrita não se resolve com microgenocídios» (CASANOVA, 2009: 11).

⁵ Cf. «4.2.4. "Ponto de exclamação": relações estético-afectivas».

7.4. Do registo prosódico

Parte do nosso percurso inquiridor foi feito com base numa pista de investigação que decidimos privilegiar e ao abrigo da qual nos pareceu que poderíamos avançar alguns passos. Afinal, se « le caractère affectif de l'exclamation [est] particulièrement adapté à la communication orale. » (RIEGEL, 2001: 402), estaríamos certamente equivocados esperando que fosse junto do "ponto de exclamação" que o próprio conceito "exclamação" pudesse surgir definido. Redireccionado a nossa trajectória, elegendo o campo da "entoação" como um enquadramento que, de forma adequada e pertinente, albergaria a noção de que procuramos as coordenadas, fomos registando anotações.

Num procedimento que se revelou frequente na nossa forma de trabalhar, o primeiro dado que quisemos registar foi a inventariação dos parceiros conceptivos face aos quais o nosso conceito teórico se individualizaria. Não foi preciso mais para enfrentar os primeiros obstáculos: a suposta listagem de diferentes tipos de entoação passíveis de virem a estabelecer convívios formais com uma dita "entoação exclamativa" veio apenas demonstrar como « ces phénomènes [les phénomènes prosodiques] confirment la difficulté qu'il y a à abstraire un objet langue de l'ensemble des processus d'énonciation. » (ARRIVÉ, 1986: 590).

O facto de a entoação não respeitar o critério da dupla articulação da linguagem, dotada que é de uma natureza supra-segmental, impossibilitou que pudéssemos trabalhar com ela a partir de instrumentos exclusivamente linguísticos e inviabilizou a definição de um padrão melódico exclamativo em tudo distinto – ou distinto a partir de (ou até) pontos determináveis – de um qualquer outro padrão melódico. Perseguinto um conceito fugidio, deslocámo-nos assim para fora do perímetro que traçámos para a nossa pesquisa: «A entoação [...] pode passar de um grau de afectividade a um outro (hesitação → insistência → impaciência) num contínuo não linguístico.» (BAYLON e FABRE, 1990: 55).

Aliás, é significativa a intensidade do convívio nocional que detectámos existir entre a "exclamação", percebida através da sua faceta prosódica, e outros conceitos que são definitivamente marginais em relação à nossa problemática, como o são os conceitos de "gesto" e de "contexto". Uma atracção cuja força centrífuga vimos arrastar a exclamação inexoravelmente para as "zonas periféricas da língua" de que falava Martinet (MARTINET, 1969: 46).

Comprovando a vincada tendência que associa "entoação" e "gesto", e percebendo em ambos uma natureza extralinguística, relacionada como uma "capacidade geral de expressão", um parágrafo da gramática de Bechara é, a deste ponto de vista, seguramente, clarificador: «há de se levar em conta, na capacidade geral de expressão, a execução de atividades que acompanham e às vezes até a substituem [à língua], já que não falamos só com as unidades lingüísticas, com a língua concreta. Estas são formas de expressão extralingüísticas, tais como a mímica, a entoação, o ritmo, as pausas e silêncios, os gestos, os recursos gráficos e outros.» (BECHARA, 2006: 30).

O domínio prosódico, ele próprio já dado como «um domínio cheio de interrogações e de mistérios.» (MATEUS, 2005: 95), não pôde oferecer ao conceito "exclamação" o quadro teórico que determinasse a sua abrangência nocional. Para mais, é no âmbito da chamada "entoação expressiva" – aquela que englobaria a dita "entoação exclamativa" – que, possivelmente, as dificuldades dos estudos em prosódia se colocam com maior acuidade. De facto, foi já comprovado o papel da prosódia na desambiguação de estruturas linearmente idênticas, mas sintacticamente distintas, ou mesmo o seu papel na desambiguação de estruturas sintacticamente idênticas, mas com diferentes interpretações, através das estratégias prosódicas de delimitação de constituintes, ou das estratégias de marcação associadas ao foco, respectivamente (VIGÁRIO, 1998: 157). Estaríamos aqui no campo daquilo a que fomos chamando de "entoação intelectual". Outro tanto, porém, não foi possível, do lado da chamada "entoação expressiva". Os conceitos tratados sob esta nomenclatura nunca permitiram uma clara definição de categorias, assim como não proporcionaram a definição dos contornos – cuja oscilação fomos, de forma

esquemática, observando⁶ – de uma "entoação exclamativa", instavelmente compartimentada entre diferentes parceiros nocionais, num convívio teórico pouco mais do que fortuito.

7.5. Da evidência

Circula, por entre os temas gramaticais, uma entidade que, sem corresponder exactamente ao universo relativo ao conceito "exclamação", lhe usa, com alguma frequência, o nome: "as interjeições são exclamações" (FERNANDES, 2005: 187). Essa entidade, de inserção problemática na toponímia gramatical, obriga a uma reflexão que analise a proximidade teórica entre os dois conceitos evocados. A sinonímia é, por vezes, dada como total, minorando a ideia de que se "as interjeições são exclamações" a asserção inversa não será sempre verdadeira.

A realidade é, porém, que se constata que, no saber dos teóricos, o conceito "interjeição" não dispensa a presença exclamativa – não dispensa, por exemplo, a comparência da noção "entoação exclamativa" – e essa nota constitui a evidência de uma regularidade fugaz, sempre indecifrável noutros domínios linguísticos.

Verifica-se, de igual forma, que os conceitos "interjeição" e "exclamação" partilham significativos traços constitutivos, como são a atracção pelo tópic "expressão de sentimentos e estados emotivos"; a sua duplicidade significativa: «uma mesma interjeição pode ter uma ampla bateria de valores e sentidos» (VILELA, 1999: 269); «o *ponto de exclamação* exprime toda a gama possível de sentimentos» (VILELA, 1999: 287); ou a sua dependência de uma "situação comunicativa" como auxílio para a atribuição de um sentido particular.

⁶ Cf. gráfico n.º 8 (a sua leitura está dependente dos gráficos anteriores), «5.2.1.1. A "Entoação exclamativa"».

Ora, estes factores, ponderados conjuntamente, expõem a profunda empatia teórica que une os dois conceitos, e que acaba por se manifestar, de forma explícita, em instrumentos pedagógicos: "frase exclamativa" pode equivaler a "frase interjectiva" (GREVISSE, 1993: 613); "interjeccionar" pode equivaler a "exclamar" (HOUAISS, 2003: 2119); "interjeição" pode equivaler a "exclamação", bem como o contrário (COSTA e MELO, 1994: 788). Atesta-se, desta forma, que são conceitos vizinhos. Em concreto, para o conceito "exclamação", as implicações desta proximidade teórica serão relevantes; até porque estamos no âmago daquilo que são as abrangências e convívios nocionais do nosso conceito.

No contexto em que evolui a nossa dissertação, uma característica da "interjeição" terá, porém, de tomar, entre as demais, um lugar proeminente: «São expressões que «não exercem qualquer função na frase»; «ficam fora da frase» e «sem qualquer forma frásica» (VILELA, 1999: 269). Isto é, «As interjeições apresentam muitos elementos marginais à língua» (VILELA, 1999: 269); na realidade, «son elementos marginales» (LÓPEZ BOBO, 2002: 17).

As conclusões não podem aqui ser diferentes daquelas que já anteriormente registámos⁷: dada a proximidade teórica dos dois corpos em apreço, a natureza conceptiva da exclamação vê-se necessariamente contaminada por esse propagado carácter marginal da interjeição, afectando-lhe a fisionomia, num contágio inevitável: o único convívio regular que conseguimos reconhecer à "exclamação" (a um dos traços conceptivos com que habitualmente circula o conceito "exclamação") dá-se, assim, numa zona periférica da linguística.

*

Até que ponto poderá ser apostrofado de tautológico um discurso conclusivo que termine com o anúncio de uma "conclusão"? Na peleja da argumentação, muitas opiniões serão certamente admissíveis, assim como será também de considerar razoável aquela que defenda que tudo tem seu início e seu fim, desde o trabalho mais ou menos volumoso, ao capítulo mais ou menos breve.

⁷ Cf. «6.3. Conclusões parcelares».

Atente-se de idêntica forma, que tendo o presente capítulo um "intróito", também pelo paralelismo se justificará uma "conclusão".

Proferidos que estão já os anteriores parágrafos, a brevidade de uma linha bastará para que se possa admitir a impossibilidade factual com que nos deparámos, ao longo a nossa investigação, de encontrar o *alpha et omega* da exclamação, tal como ambicionávamos, enquanto noção linguística.

A conclusão última do nosso trabalho poderia ficar registada na afirmação de que a "exclamação", por não respeitar os mesmos critérios a que obedecem os demais conceitos que evoluem no campo da linguística, estabelece com eles – conceitos – e com ela – linguística – um convívio ambíguo, que não lhe permite, de novo enquanto conceito, consubstanciar-se de forma cabalmente formalizável. A flutuação das fronteiras do conceito "exclamação" não permite delimitar a sua abrangência ou profundidade teóricas, dificultando portanto a sua delimitação, definição e fixação, o que coloca certamente em causa a sua viabilidade enquanto conceito absolutamente computável pela linguística.

Naturalmente, a nossa conclusão é a consequência evidente de uma forma de entender a linguística, que estabelece que «il existe quelque chose que nous avons le droit d'appeler la réalité linguistique, combinant signifiés et signifiants, et distincte à la fois des réalités phoniques et des réalités mentales» (MARTINET, 1969: 101), e professamo-la crenes de que o quadro referido conserva, quarenta anos volvidos, o tipo de actualidade que os grandes mestres sempre mantêm, com a coerência que lhes é intrínseca; o mesmo tipo de actualidade que nos faz hoje estudar Platão, ler Homero, admirar Galileu.

Aliás, não será totalmente despiciendo, neste contexto, revelar que uma das mais recentes gramáticas de português consultada, marcada pela última terminologia linguística considerada para o ensino básico e secundário – portanto uma gramática de divulgação massiva – acrescenta, num sintético parêntesis, que a frase exclamativa «não é considerada como tal por alguns autores» (MOREIRA, 2008:

201)⁸: talvez este breve indício possa comprovar a sempre maior necessidade e vontade de rigor linguístico; a validade de algumas das nossas aporções; a eventual premência de futuras reformulações.

De acordo com a nossa pesquisa, a "exclamação", pelo tipo de abrangência nocional que demonstra e pelos convívios teóricos que estabelece, terá de se situar algures na orla ou nas margens exteriores do sistema acessível à linguística, o que tem determinado a dificuldade de descrição, individuação e fixação do conceito, nas áreas de estudo que dele se servem.

Pode ser que a "exclamação", enquanto conceito linguístico, tenha sido fruto de algo semelhante a uma efabulação teórica, como outras que têm marcado a história do conhecimento científico humano: a conhecida "escola de Sagres" nunca o foi, o planeta Plutão já não o é. No entanto, trata-se de um tipo de conhecimento que entende como mais-valia este « processus itératif » de que fala Lehouc⁹, e que aceita com naturalidade a despromoção de Plutão, ou exige, com premência, «una nueva estandarización del kilogramo» (MARTÍNEZ: 2007)¹⁰. Assim é, nas mais exactas ciências; assim será em gramática: «Compôr uma Grammatica em todo o genero perfeita, não fica na esfera humana.» (VERNEY, 1816: XLI).

⁸ Neste campo, parece a interpretação do gramático ter ido mais longe do que o próprio documento de sustentação. Na verdade, este último não se quer problematizador, até pelo seu cariz essencialmente pedagógico e até prescritor (de terminologias a utilizar). O gramático, por seu lado, preferiu não deixar de levantar uma questão que considerou premente.

⁹ Cf. epígrafe do presente capítulo.

¹⁰ Acontece que o padrão mundial da medida quilograma é um cilindro de platina e irídio, criado em 1889. Ora, com o passar do tempo tem perdido átomos, sentindo a comunidade científica a necessidade de um novo padrão. Este poderá passar a ser um cristal de silício com um elevado grau de pureza, sendo que actualmente se coloca a hipótese de se definir o quilo a partir do número exacto de átomos de dado elemento. O que pretendemos sublinhar nesta informação é o sentimento de estranheza que o senso comum poderá experimentar perante afirmações como: «El kilogramo es actualmente un concepto susceptible de transformación». E, no entanto, não deixa de ser verdade que «Las complejas mediciones de la física y la química actuales, que requieren de una exactitud extrema, hacen cada vez más necesaria la revisión del kilo tradicional»

Contrariando a propensão evidente para terminar o presente texto com um ponto de exclamação, e partilhando uma profunda empatia pelas palavras do autor, concluímos citando «Ma seule excuse est [...] l'interêt théorique pour les problèmes grammaticaux en tant que tels» (JESPERSEN, 1971 [1924]: 17).



BIBLIOGRAFIA

- ABELAIRA, Augusto (1981): «Requiem pelo ponto de exclamação», in *Jornal de letras*, 15 de Setembro.
- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001): *Dicionário da Língua Portuguesa contemporânea* (Coord. de João Malaca Casteleiro), Lisboa, Editorial Verbo.
- AFONSO, Ana Bela (2000): «Para um estudo sobre a interrogação retórica», in Actas do XV Encontro nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Rui Vieira de Castro e Pilar Barbosa (org.), Braga, Associação Portuguesa de Linguística, p.37-47.
- ALARCOS LLORACH, Emilio (1971): *Gramática estructural*, Madrid, Editorial Gredos.
- ALIGHIERI, Dante (1303-1305?, 1982): *De vulgari eloquentia* (edición, traducción, introducción y notas de Matilde Rovira Soler y Manuel Gil Esteve), Madrid, Universidad Complutense.
- ALONSO-CORTÉS, Ángel (1999): «Las construcciones exclamativas», in Ignacio Bosque e Violeta Demonte (org.), *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe, vol. 3, cap. 61, p. 3929-3991.
- ALVES, Fernando (2006): «Sinais» (Programa radiofónico da emissora TSF, baseado em crónicas da autoria de Fernando Alves), emissão de 16 de Outubro de 2006, 09:25).
- ALVES, Manuel dos Santos (1993): *Prontuário da língua portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Universitária Editora.
- AMORIM, Clara e SOUSA, Catarina (2006): *Gramática da língua portuguesa*, (Supervisão Científica de Mário Vilela, Consultora científica: Alina Villalva) Lisboa, Areal Editores.

- ANIS, Jacques (1988): «Une graphématique autonome?», in *Pour une théorie de la langue écrite*, Paris, Éditions du Centre National de la recherche Scientifique, p. 213-221.
- ANTUNES, António Lobo (2003): «!», in *Visão*, Queluz, Edimpresa, n.º 459, 11 de Setembro, p. 15.
- ARISTÓTELES (1982 [384-322 a.C.]): *Metafísica: livros I e II*, trad. directa do grego por Vincenzo Cocco, introdução e notas de Joaquim de Carvalho, Coimbra, Atlântida.
- ARNAULD, Antoine e LANCELOT, Claude (1660). *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, Genève, Slatkine Reprints (edição de 1846, reproduzida em 1993).
- ARRIVE, Michel *et alii* (1986): *La grammaire d'aujourd'hui – guide alphabétique de linguistique française*, Paris, Flammarion.
- AZEREDO, M. Olga *et alii* (1990): *Da comunicação à expressão*, Porto, Edições Asa.
- AZEREDO, M. Olga *et alii* (2006): *Gramática prática de Português – da comunicação à expressão*, Lisboa, Lisboa Editora.
- AZEVEDO, Virgílio (2008): «LHC e a origem de tudo», in *Expresso*, edição online, 14 de Setembro.
- BALLY, Charles (1944): *Linguistique générale et linguistique française*, Berne, A. Francke S. A
- BAYLON, Christian e FABRE, Paul (1990): *Iniciação à linguística* (Tradução portuguesa de Telmo Verdelho), Coimbra, Livraria Almedina.
- BARBOSA, Jorge Morais (1963): *O problema linguístico da entoação – teoria da entoação e aplicação ao Português*, Coimbra.
- BARBOSA, Jorge Morais (1998): «Le système verbal portugais», in Fernand Bentolia (éd.), *Systèmes verbaux*, Louvain-la-Neuve, p.71-86.
- BARBOSA, Jorge Morais (2001): «Être martinétien», in *La linguistique*, vol. 37, fasc. 1/2001, p. 115-123.
- BARBOSA, Jorge Morais (2002): «Os estudos de linguística portuguesa em Portugal», in Leodegário A. de Amarante Filho (org.), *Congresso internacional de lexicografia e literaturas no mundo lusofónico*, Rio de Janeiro, Editora Ágora da Ilha, p. 145-158.

- BARBOSA, Jorge Morais (2006a): «De concordância em Português», in *Revista portuguesa de Humanidades*, volume 10, Braga, Faculdade de Filosofia da U.C.P., p. 91-106.
- BARBOSA, Jorge Morais (2006b): «Estruturalismo e funcionalismo: André Martinet», in *Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n.º 32, 2º semestre de 2006, Rio de Janeiro, p. 39-52.
- BARBOZA, Jeronymo Soares (2004 [1822]): *Gramática filosófica da língua portuguesa*, Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- BARBOZA, Jeronymo Soares (1862): *Grammatica philosophica de lingua portugueza ou principios da grammatica geral*, 3ª ed., Lisboa, Typographia da Academia.
- BARREIROS, António José (1989): *História da literatura portuguesa*, Volume II – séc. XIX-XX, 12ª edição revista e actualizada, Braga, Editora Pax.
- BARTHES, Roland (1970): *L'empire des signes*, Genève, Flammarion.
- BARTHES, Roland (1984): *Essais critiques IV, Le bruissement de la langue*, Paris, Éditions du Seuil.
- BARTHES, Roland (1985): *L'aventure sémiologique*, Paris, Éditions du Seuil.
- BEAUZEE, Nicolas (1751-1772): «Interrogatif», in *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, par une société de gens de lettres, Paris, Chez Briasson, David l'ainé, Le Breton, Durand, 17 vols. + 11 de «Planches», consultado no CD editado por Redon, Paris.
- BECHARA, Evanildo (1987): *Moderna gramática portuguesa*, 31ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- BECHARA, Evanildo (2000): *Moderna gramática portuguesa*, 37.ª ed., revista e ampliada, Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- BENVENISTE, Émile (1966): *Problèmes de linguistique générale*, 2 v., Paris, Éditions Gallimard.
- BERGSTRÖM, Magnus e REIS, Neves (1997): *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*, 31.ª ed. actualizada, Lisboa, Editorial Notícias.
- BOLINGER, Dwight (1982): «Nondeclaratives from an intonational standpoint», in R. Schneider, K. Tuite, R. Chametzky (eds.), *Papers from the parasession on nondeclaratives – Chicago Linguistic Society*, Chicago, Illinois, p.1-22.

- BOSQUE, Ignacio e DEMONTE, Violeta (1999): *Gramática descriptiva de la lengua española*, 3 v., Madrid, Espasa Calpe.
- BROWN, Gillian e YULE, George (1983): *Discourse analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BÜHLER, Karl (1983 [1934]): *Teoría del lenguaje*, Madrid, Alianza Universidad.
- CALLAMAND, Monique (1973): *L'intonation expressive*, Paris, Librairies Hachette et Larousse.
- CAMPOS, Henriqueta Costa; CORREIA, Clara Nunes e LOPES, Ana C. Macário (2002): «Semântica frásica», in *Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário* (divulgada em CD).
- CARDEIRA, Esperança (2006): *História do Português*, Lisboa, Editorial Caminho.
- CARVALHO, Joaquim de (1982): «Introdução», in Aristóteles, *Metafísica: livros I e II*, trad. directa do grego por Vincenzo Cocco, introdução e notas de Joaquim de Carvalho, Coimbra, Atlântida.
- CASANOVA, Rogério (2009): «O problema da má escrita não se resolve com microgenocídios», in *Ler. Livros e leitores*, n.º 84, Outubro, Francisco José Viegas (dir.), Lisboa, p. 11.
- CATACH, Nina (1984): *L'ortographe française. Traité théorique et pratique*, (avec la collaboration de Claude Gruaz et Daniel Duprez), Poitiers / Ligugé, Éditions Fernand Nathan.
- CATACH, Nina (1996): *La ponctuation (Histoire et système)*, Paris, Presses Universitaires de France.
- CERVONI, Jean (1987): *L'énonciation*, Paris, Presses Universitaires de France.
- CHARAUDEAU, Patrick (1992): *Grammaire du sens et de l'expression*, Paris, Hachette.
- CHEVALIER, Jean-Claude, et alii (1964): *Grammaire du français contemporain*, Paris, Larousse.
- CLAIRIS, Christos (1999): «Dinâmica linguística e descrição gramatical», in Jorge Morais Barbosa et alii, *Gramática e ensino das línguas*, Coimbra, Livraria Almedina, p. 35-43.

- COELHO, Jacinto do Prado [1993 [1965]]: «"Introdução" a *Poetas do Romantismo*», in Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (orgs), *História crítica da literatura portuguesa – O Romantismo*, Lisboa, Editorial Verbo.
- COSTA, Maria Rosa [1991]: *A pontuação*, Porto, Porto Editora.
- COSTA, J. Almeida e MELO, A. Sampaio [1994]: *Dicionário da língua portuguesa*, 7.^a ed., revista e ampliada, Porto, Porto Editora.
- CULICOVER, Peter W. [2009]: *Natural language syntax*, Oxford textbooks in linguistics Oxford, Oxford University Press.
- CRUTTENDEN, Alan [1986]: *Intonation*, Cambridge textbooks in linguistics, Cambridge, Cambridge University Press.
- CULIOLI, Antoine [1999]: *Pour une linguistique de l'énonciation. Domaine notionnel. Tome 3*, Paris, Éditions Ophrys.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís Filipe Lindley [1994]: *Nova gramática do português contemporâneo*, 10.^a ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- DAMÁSIO, António [2003]: *Looking for Spinoza: joy, sorrow, and the feeling brain*, USA, Harvest Books.
- DELATOUR, Y, *et alii* [2004]: *Nouvelle grammaire du français* [Cours de civilisation française de la Sorbonne], Paris, Hachette.
- DERRIDA, Jacques [1967]: «Première partie: l'écriture avant la lettre», *De la grammatologie*, Paris, Les Éditions de Minuit, p. 11-142.
- DESBORDES, Françoise [1988]: «La prétendue confusion de l'écrit et de l'oral dans les théories de l'antiquité», in *Pour une théorie de la langue écrite*, Paris, Éditions du Centre National de la recherche Scientifique, p. 27-33.
- DIAS, A. Epiphany da Silva [1884]: *Grammatica portugueza elementar*, 6.^a ed., Lisboa, Livraria Escolar de A. Ferreira Machado e C.^a Editores.
- DIAS, Ana Paula, *et aliae* [1999]: *Gramática universal escolar - Língua portuguesa – 2.^a e 3.^a ciclos do ensino básico*, 2.^a ed., Lisboa, Texto Editora.
- DIAS, Ana Paula e MILITÃO, Paulo [2006]: *Letras e letras – Língua portuguesa, 7.^o ano – Caderno de actividades*, Lisboa, Texto Editores.
- DT [2008]: *DT. Dicionário terminológico para consulta em linha*, <http://dt.dgidc.min-edu.pt/>.

- DUARTE, Inês (2000), *Língua portuguesa. Instrumentos de análise*, Lisboa, Universidade Aberta.
- DUARTE, Inês (2002): «Sintaxe» in *Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário* (divulgada em CD).
- DUBOIS, Jean *et alii* (2007 [1994]): *Grand dictionnaire linguistique & sciences du langage*, Paris, Larousse.
- DUCROT, Oswald e SCHAEFFER, Jean-Marie (1995): *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage* (avec la collaboration de Marielle Abrioux *et alii*), Paris, Ed. Seuil .
- DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzevetan (1972, 1991): *Dicionário das ciências da linguagem*, (Edição portuguesa orientada por Eduardo Prado Coelho), 7.^a ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- ESCANDELL VIDAL, M.^a Victoria (1999): «Los enunciados interrogativos», in Ignacio Bosque e Violeta Demonte (org.), *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe, vol. 3, cap. 61, p. 3993-4050.
- FARIA, Isabel Hub, *et alii* (1996), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.
- FARIA, Rosa Lobato de (2004), *O prenúncio das águas*, 4.^a ed., Porto, Edições ASA, p.153.
- FERNANDES, Álvaro Garcia (2005): *Gramática da língua portuguesa – uma nova abordagem*, Porto, Edições Caixotim.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1961 [1915]): *Gramática sintética da língua portuguesa para o ensino secundário*, 8.^a edição, Aprovada, Actualizada por Nicolau Firmino, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- FIGUEIREDO, J. M. Nunes (1987): *Compêndio de gramática portuguesa*, 12.^a ed., Porto, Porto Editora.
- FIGUEIREDO, Olívia Maria e BIZARRO, Rosa Porfíria (2004): *Da palavra ao texto – gramática da língua portuguesa*, (Supervisão Científica de Mário Vilela), Porto, Edições ASA.
- FIGUEIREDO, Olívia Maria e FIGUEIREDO, Eunice Barbieri (2003): *Dicionário prático para o estudo do português – Da língua aos discursos*, Porto, Edições ASA.
- FISKE, John (2002): *Introdução ao estudo da comunicação*, 7.^a ed., trad. Maria Gabriela Rocha Alves, Porto, Edições ASA.

- FLORIDO, Maria Beatriz e SILVA, Maria Emília Duarte (2000): *Gramática básica da língua portuguesa*, Supervisão científica de Joaquim Fonseca, Porto, Porto Editora.
- FONSECA, Joaquim (1993): «Coerência do texto», in *Estudos de sintaxe-semântica e pragmática do português*, Porto, Porto Editora, p.181-193.
- FONTANEY, Louise (1991): «À la lumière de l'intonation», in Catherine Kerbrat-Orecchioni (org), *La question*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, p.113-161.
- FREIXO, Manuel João Vaz (2006): *Teorias e modelos de comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- FROTA, Sónia (1998): *Prosody and focus in european portuguese*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FROTA, Sónia (2000): «Questões de associação e alinhamento tonal: implicações para uma teoria da entoação», in *Actas do XV Encontro nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Rui Vieira de Castro e Pilar Barbosa (org.), Braga, Associação Portuguesa de Linguística, p. 513-532.
- FROTA, Sónia e VIGÁRIO, Marina (2000): «Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB, in *Actas do XV Encontro nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Rui Vieira de Castro e Pilar Barbosa (org.), Braga, Associação Portuguesa de Linguística, p.533-556.
- GADET, Françoise (1989): *Le français ordinaire*, Paris, Armand Colin.
- GARCÍA NEGRONI, María Marta e TORDESILLAS COLADO, Marta (2001): *La enunciación en la lengua – de la deixis a la polifonía*, Madrid, Gredos.
- GARRIDO, Ana *et alii* (2007): *Práticas – Português, 10º ano* (Revisão científica de Paula Morão), Lisboa, Lisboa Editora.
- GARRIDO MEDINA, Joaquín (1997): *Estilo y texto en la lengua*, Madrid, Gredos.
- GARRIDO MEDINA, Joaquín (1999): «Los actos de habla. Las oraciones imperativas», in Ignacio Bosque e Violeta Demonte (org.), *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe, vol. 3, cap. 60, p. 3879-3928.
- GIRAULT-DUVIVIER, Charles-Pierre (1833): *Grammaire des grammaires, ou analyse raisonnée des meilleurs traités sur la langue française*, Bruxelles, Chez J.-P. Meline.

GIVÓN, T. (1995): *Functionalism and Grammar*, Amsterdam – Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

GIVÓN, Talmy (2001): «Non-declarative speech-acts», *Syntax: an introduction*, vol. II, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, p.287-325.

GOLDSMITH, John A. (1995): «Phonological theory», *The handbook of phonological theory* (ed. by John A. Goldsmith), Cambridge, Blackwell, p.1-23.

GONÇALVES, Francisco Rebelo (1957): *Pontuação de Versos d'Os Lusíadas*, Angra do Heroísmo, Sep. de: "Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira", vol. 16.

GONÇALVES, Maria Filomena Candeias (1993): «Para uma história da pontuação portuguesa. Dos pontos aos punctemas», in *Actas do VIII encontro nacional da associação portuguesa de linguística*, Lisboa, FCSH, p. 225-237.

GONÇALVES, Maria Filomena Candeias (2003): *As ideias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a e a Ciência e a Tecnologia.

GONÇALVES, Miguel (2002): *A interjeição em português – Contributo para uma abordagem em semântica discursiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a e a Ciência e a Tecnologia.

GONÇALVES, Miguel (2005): «Subsídios para a história da linguística: a interjeição no quadro das classes de palavras na gramaticografia portuguesa antiga», in *Estúdios portugueses 5, Revista de filologia portuguesa*, Salamanca, CajaDuero, p. 63-80.

GOUVEIA, Carlos A. M. (1996): «Pragmática», in Isabel Hub Faria, *et alii, Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, p. 383-419.

GREVISSE, Maurice (1993): *Le bon usage*, 13^e édition revue et refondue par André Goose, Paris – Louvain-la-Neuve, Éditions Duculot.

HENDERSON, Mark (2008): «Mysteries of the universe will be solved, starting next wednesday», in *The Times*, edição online, 4 de Setembro.

HERNÁNDEZ ALONSO, César (1996): *Gramática funcional del Español*, tercera edición, corregida y aumentada, Madrid, Editorial Gredos.

HERNANZ, M.^a Lluïsa y BRUCART, José M.^a (1987): *La sintaxis. 1. Principios teóricos. La oración simple*, Barcelona, Editorial Crítica.

- HOUAISS, Antônio (2003): «Interjeccionar», in Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo IV, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 2119.
- HUGO, Victor (1889-1892): *Les misérables* (Tome III. Marius – Livre Premier : Paris étudié dans son atome – Chapitre 1. Parvulus), Paris, J. Lemonyer, G. Richard [E. Testard], p. 5-6, consultado em <http://www.bnf.fr>.
- JACKENDOFF, Ray S. (1977): *X syntax: a study of phrase structure*, Cambridge, MIT Press.
- JAKOBSON, Roman (1963): *Essais de linguistique générale*, (Traduit de l'anglais et préfacé par Nicolas Ruwet), Paris, Les Éditions de Minuit.
- JESPERSEN, Otto (1971 [1924]): *La philosophie de la grammaire*, (Traduit de l'anglais par Anne-Marie Léonard, préface d'Antoine Culioli), Paris, Les Éditions de Minuit.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1980): *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*, Paris, Armand Colin.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1991a): «Introduction», in Catherine Kerbrat-Orecchioni [org], *La question*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, p. 5-37.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1991b): «L'acte de question et l'acte d'assertion: opposition discrète ou continuum?», in Catherine Kerbrat-Orecchioni [org], *La question*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, p. 87-111.
- KING, Ross (2000): «Seeing the rhythm: an interpretation of sixteenth-century punctuation and metrical practice», in J. Bray, M. Handley, A. Henry (eds.), *Ma(r)king the text: the presentation of meaning on the literary page*, Aldershot (etc.), Ashgate, p. 235-252.
- KRAUSS, Nicole (2005): *The history of love*, New-York, W. W. Norton & Company, p.45.
- KUNDERA, Milan (1984): *L'insoutenable légèreté de l'être*, traduit du tchèque par François Kerel, Paris, Gallimard.
- LACERDA, Armando de (1953): *Facteurs de la variation élocutive*, Coimbra, laboratório de Fonética Experimental da faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Fondation de l'«Instituto de Alta Cultura».
- LEFEUVRE, Florence (1999): *La phrase averbale en français*, Paris, L'Harmattan.

- LE GOFFIC, Pierre (1993): *Grammaire de la phrase française*, Paris, Hachette.
- LEHOUCQ, Roland (2005): « J'ai testé le sabre laser des chevaliers Jedi » in *Sciences et avenir*, n.º 705, Novembre, p. 56-61.
- LEPAPE, Pierre (1988): «Pour une poignée de virgules», in *Traverses 43*, Paris, Éditions du centre Georges Pompidou, Février 1988, p. 5-9.
- LIMA, José Pinto de (1983): «Uma linguística pragmática ou uma pragmática em linguística?», in José Pinto de Lima (organização e introdução), *Linguagem e acção - da filosofia analítica à linguística pragmática*, Lisboa, Apáginastantas, p. 9-40.
- LOPES, Ana Cristina Macário e RIO-TORTO, Graça (2007): *Semântica*, Lisboa, Editorial Caminho.
- LOPES, Ana C. Macário e FONSECA, Fernanda Irene (2002): «Pragmática e linguística textual» *Terminologia linguística para os ensinios básico e secundário* (divulgada em CD).
- LÓPEZ BOBO, Maria Jesús (2002): *La interjección. Aspectos gramaticales*, Madrid, Arco Libros.
- LYONS, John (1977): *Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (2004): *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*, Prêmio ANPOLL 2002 de Língua - menção honrosa, Salvador, EDUFBA.
- MAGALHÃES, Olga e COSTA, Fernanda (2007): *Entre margens - Português, 10º ano* (Revisão científica de António Moreno, Helena Couto Lopes e João Veloso), Porto, Porto Editora.
- MARIN, Louis (1988): «Ponctuation, étym. lat. *punctum*», in *Traverses 43*, Paris, Éditions du centre Georges Pompidou, Février 1988, p. 5-9.
- MAROUZEAU, J. (1961): *Lexique de la terminologie linguistique*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner.
- MARTIN, Louis (1988): «L'écrit comme lieu de conventions», in *Pour une théorie de la langue écrite*, Paris, Éditions du Centre National de la recherche Scientifique, p. 57-63.
- MARTINET, André (1969): *Langue et fonction*, (Traduit de l'anglais par Henriette et Gérard Walter), Paris, Denoël - Gonthier.

- MARTINET, André (org.) (1976): *Conceitos fundamentais da linguística* (Tradução portuguesa de Wanda Ramos), Lisboa, Editorial Presença.
- MARTINET, André (1979): *Grammaire fonctionnelle du français*, 2^e édition revue, Paris, Didier.
- MARTINET, André (1985): *Syntaxe générale*, Paris, Armand Colin.
- MARTINET, André (1991): *Elementos de linguística geral* (Tradução portuguesa de Jorge Morais Barbosa), 11.^a ed., revista, Lisboa, Livraria Sá da Costa
- MARTINET, André (1995): *Função e dinâmica das línguas* (Tradução portuguesa de Jorge Morais Barbosa e Maria Joana Vieira Santos), Coimbra, Livraria Almedina [1.^a ed. francesa, Paris, A. Colin, 1989.].
- MARTÍNEZ, Yaiza (2007): «Posible redefinición del kilogramo a partir del cristal de silicio», in *Tendencias de la ingeniería*, consultado no site www.tendencias21.net.
- MARTINS, José Vitorino de Pina (2001): «Prefácio» in Academia das Ciências de Lisboa (Coord. de João Malaca Casteleiro), *Dicionário da Língua Portuguesa contemporânea*, Lisboa, Editorial Verbo, p. IX-XI.
- MARTINS, Júlio, *et alii* (1995): *Aprender português, gramática teórico-prática*, Lisboa, Didáctica Editora.
- MARTINS, Maria Raquel Delgado (1986): *Sept études sur la perception*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et aliae* (1990): *Fonética, fonologia e morfologia do português*, Lisboa, Universidade Aberta.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1996): «Fonologia», in *Pour une théorie de la langue écrite*, Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, p. 57-63.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et aliae* (1996): «Fonologia», in Isabel Hub Faria, *et alii*, *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, p.171-199.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et aliae* (1992): *Gramática da língua portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho.
- MATEUS, Maria Helena Mira, *et aliae* (2003): *Gramática da língua portuguesa*, 5.^a ed., revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho.

- MATEUS, Maria Helena Mira (2005): «Estudando a melodia da fala: traços prosódicos e constituintes prosódicos», in *Palavras*, Revista da Associação de Professores de Português, Número 28, Outono de 2005, Lisboa, p. 79-98.
- MATHIEUX, Jean (1996): *Histoire de France*, Paris, Hachette Livre.
- MATOSO, António (2003): *Dicionário da gramática da língua portuguesa*, Coimbra, Quarteto.
- MENÉRES, Maria Alberta (1984): *O poeta faz-se aos 10 anos*, Lisboa, Plátano Editora, p. 24-26.
- MERON, Jean (1998): *En question: la grammaire typographique. Étude critique*, La Ferté-sous-Jouarre, Jean Méron.
- MILLÁN, José Antonio (1999a): «La gramática del siglo», in *El país*, 16 de octubre de 1999, Madrid. [Artigo consultado no site <http://jamillan.com/gramatica.htm>, p.web 1-3.
- MILLÁN, José Antonio (1999b): «Entrevista a Ignacio Bosque y Violeta Demonte», in *El país*, 16 de octubre de 1999, Madrid. [Artigo consultado no site <http://jamillan.com/entrevista.htm>, p.web 1-7].
- MILNER, Jean-Claude (1978): *De la syntaxe à l'interprétation. Quantités, insules, exclamations*, Paris, Éditions du Seuil.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1996): *Programa de língua portuguesa - ensino básico - 3^a ciclo*, Lisboa, Ministério da Educação,
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2009): *Programa de português do ensino básico*, Coordenação de Carlos Reis, Lisboa, Ministério da Educação, Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- MONNERET, Philippe e RIOUL, René (1999): «Types et formes de phrase», *Questions de syntaxe française*, Paris, PUF, p. 137-197.
- MONTENEGRO, Helena Mateus (2001): *Glossário de termos gramaticais*, Mirandela, João Azevedo Editor.
- MOREIRA, Vasco e PIMENTA, Hilário (2008): *Gramática de português*, de acordo com a TLEBS revista, [supervisão científica de M. Aldina Marques], Porto, Porto Editora.
- MOURA, José de Almeida (2006): *Gramática do português actual*, Lisboa, Lisboa Editora.

- NESPOR, Marina e VOGEL, Irene (1986): *Prosodic phonology*, Dordrecht, Foris Publications.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá (1989): *Guia alfabética de pontuação (Acompanhada dos termos gramaticais conexos com a pontuação)*, 2.ª ed., Lisboa, Clássica Editora.
- NUNES, Cármen *et aliae* (1995): *Nova gramática de português*, Lisboa, Didáctica Editora.
- OLIVEIRA, Luísa e SARDINHA, Leonor (2006) *Saber Português hoje – Gramática pedagógica da Língua Portuguesa*, Lisboa, Didáctica Editora.
- PALMA, Constança e PAIXÃO, Sofia (2006): *Ponto e vírgula – Língua portuguesa, 7.º ano – Caderno de actividades*, Lisboa, Texto Editores.
- PAVÓN LUCERO, Maria Victoria (2007): *Gramática práctica del español*, Madrid, Instituto Cervantes, Espasa Calpe.
- PEDROSA, Inês (2009): «Viva o ponto de exclamação!», in *Ler. Livros e leitores*, n.º 84, Outubro, Francisco José Viegas (dir.), Lisboa, p. 77.
- PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo (1995): «Perspectiva global sobre a gramática de uma língua», *Áreas críticas da língua portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.
- PERISSÉ, Gabriel (s/d): «O Admirável Ponto de Exclamação! Em textos pedagógicos de autores brasileiros», consultado em <http://www.hottopos.com/notand12/perisse.htm>.
- PINTO, Elisa Costa *et aliae* (2007): *Plural – Português, 10.º ano*, Lisboa, Lisboa Editora.
- PINTO, José Manuel de Castro *et alii* (1996): *Gramática do português moderno*, Lisboa, Plátano Editora.
- PINTO, José Manuel de Castro (1998): *Gramática de português – ensino básico e secundário*, Lisboa, Plátano Editora.
- PINTO, José Manuel de Castro *et alii* (2006): *Gramática do português moderno*, Lisboa, Plátano Editora.
- PÚBLICO, (2007): *Jornal Pública*, 13 de Março, p. 14.
- REBELO, Jaime (1968): *Pontuação e análise sintáctica* (3.ª ed., revista e melhorada por José Nunes de Figueiredo), Coimbra, Coimbra Editora.

- REI, José Esteves e ASSUNÇÃO, Carlos (2002): «Representação gráfica da linguagem oral» in *Terminologia linguística para os ensinamentos básico e secundário* (divulgada em CD).
- REIS, Carlos (1995): *O conhecimento da literatura*, Coimbra, Livraria Almedina.
- REZENDE, Ângela e VIEGAS, Maria José (1996) *Construindo a gramática*, Lisboa, Areal Editores.
- RIBEIRO, João (1889): *Grammatica portugueza*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & C.
- RIEDEL, Martin *et alii* (2001): *Grammaire méthodique du français*, Paris, PUF.
- ROCHA, Ana (1997): *Termos básicos de literatura, linguística e gramática*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (s/d): *E-dicionário de termos literários* (Edição e organização de Carlos Ceia), consultado em http://www.fcsh.unl.pt/edt/verbetes/F/funcoes_linguagem.htm.
- ROSA, Jorge Martins (2007): «Don't Worry, be Happy!», in *Público, Caderno P2*, 19 de Setembro.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1781): *Essai sur l'origine des langues, où il est parlé de la mélodie et de l'imitation musicale*, consultado em <http://classiques.uqac.ca> (Document produit en version numérique par Daniel Banda, Professeur de philosophie en Seine-Saint-Denis et chargé de cours d'esthétique à Paris-I, Sorbonne).
- RUWET, Nicolas (1963): «Préface», in Roman Jakobson, *Essais de linguistique générale*, (Traduit de l'anglais et préfacé par Nicolas Ruwet), Paris, Les Éditions de Minuit, p. 7-21.
- SADOCK, Jerrold e ZWICKY, Arnold (1985): «Speech act distinctions in syntax», in T. Shopen (ed.), *Language typology and syntactic description*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 155-196.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1986, [1916]): *Cours de linguistique générale* (Édition critique préparée par Tullio de Mauro), Paris, Payot.
- SARAMAGO, José (1998): *O ano da morte de Ricardo Reis*, 12.^a ed., Lisboa, Caminho, p. 114.
- SARAMAGO, José (2008): *A viagem do elefante*, 3.^a ed., Lisboa, Caminho, p. 236.

- SCHMERLING, Susan (1982): «How imperatives are special, and how they aren't», in R. Schneider, K. Tuite, R. Chametzky (eds.), *Papers from the parasession on nondeclaratives - Chicago linguistic society*, Chicago, Illinois, p. 202-218.
- SEARLE, John R. (1969, 1984): *Os actos de fala* [Coordenação de tradução de Carlos Vogt], Coimbra, Livraria Almedina.
- SELKIRK, Elisabeth (1995): «Sentence prosody», *The handbook of phonological theory* (ed. by John A. Goldsmith), Cambridge, Blackwell, p.550-569.
- SERPA, Ana Isabel *et alii* (2006): *Viver em português - Língua portuguesa, 7.º ano - Caderno de actividades*, [Coordenação de Artur Veríssimo], Porto, Areal Editores.
- SILVA, António de Moraes (1877): *Diccionario da lingua portugueza*, 7.ª ed. melhorada e muito acrescentada Lisboa, Typographia de Joaquim Germano De Susa Neves.
- SMITH, Lewis (2006): «Giant device is closing in on universe's tiniest secret», in *The Times*, edição online, 20 de Novembro.
- SOL (2008): «Projecto europeu de milhões pretende simular o "Big Bang" e encontrar partícula divina», in *Sol*, edição online, 9 de Setembro.
- TATILON, Claude (1995): «Autour de la phrase: examen critique de la typologie fonctionnaliste des énoncés», in Société internationale de linguistique fonctionnelle, *Actas - XIX Colóquio internacional da linguística funcional*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 259-262.
- TAVARES, José Pereira (1960): *Gramática portuguesa - 2.º ciclo dos liceus*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- TEIXEIRA, Luís Filipe (2004): «Para uma hermenêutica da experiência escrita», *Hermes ou a experiência da mediação: comunicação, cultura e tecnologias*, Lisboa, Pedra da Roseta, p. 103-154.
- TLFi - *Le trésor de la Langue Française informatisé*, consultado em <http://atilf.atilf.fr/tlf.htm>.
- TORRADO, António (1990): «Ponto final», *Da rua do contador para a rua do ouvidor*, ilustrações de João Nunes, Porto, Desabrochar Editorial.
- TORRES, Amadeu (2004): «Duzentos anos depois. Comentário proemial», in *Gramática filosófica da língua portuguesa (1822)*, Jeronymo Soares Barboza, Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, p. 1-35.

TOURNIER, Michel (1978, 2003): «La fugue du petit Poucet», *Sept contes*, Porto, Porto Editora, p. 63-85.

VASCONCÉLLOZ, António Garcia Ribeiro (s/d): *Grammática Portuguesa*, Paris – Lisboa, Guillard, Aillaud e C^a.

VERÍSSIMO, Artur *et aliae* (2007): *Novo ser em português – Português, 10^o ano* [Coordenação de Artur Veríssimo], Porto, Areal Editores.

VERNEY, Luiz António (1816): *Grammatica latina tratada por hum methodo novo, claro e facil* [...], Sexta impressão mais emendada, Lisboa, Na Nova Impressão da Viuva Neves, e Filhos. [1.^a ed., Barcelona, s/ nome de impressor, 1758, de acordo com Inocêncio.]

VIEIRA, Frei Domingos (1871): *Grande dicionário portuguez ou tesouro da língua portuguesa*, Porto, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes.

VIGÁRIO, Marina Cláudia (1998): *Aspectos da prosódia do português europeu. Estruturas com advérbios de exclusão e negação frásica*, Braga, Universidade do Minho. Centro de estudos humanísticos.

VILELA, Mário (1999): *Gramática da língua portuguesa*, 2^a ed., Coimbra, Livraria Almedina.

WALES, Katie (1989): *A dictionary of stylistics*, London, Longman.

WILMET, Marc (1997): *Grammaire critique du français*, Louvain-la-Neuve, Hachette – Duculot.

SKY NEWS (2007): «Blix: US held “witch hunt”», in <http://news.sky.com>, 12 de Março de 2007, consultado a 16 de Março de 2007,



ÍNDICE DE AUTORES

ABELAIRA, 1981	237, 238, 252, 253
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001	209, 220, 236, 246, 331
AFONSO, 2000	311
ALARCOS LLORACH, 1971	11
ALONSO-CORTÉS, 1999	65, 82, 83, 87, 102, 241, 369
ÁLVARO DE CAMPOS.....	317, 322
ALVES, 1993.....	76, 136, 140, 195, 197, 201, 202, 226, 229, 234, 235
ALVES, 2006.....	103
AMORIM, 2006.....	53, 74, 76, 84, 88, 90, 92, 93, 95, 114, 116, 117, 118, 123, 172, 173, 216, 273, 288, 305, 335, 352
ANIS, 1988	235
ANTERO, 1889	243
ANTUNES, 2003	257
ARISTÓTELES, 384-322 A.C.	239
ARNAULD E LANCELOT, 1660.....	147, 148, 149
ARRIVÉ, 1986.....	18, 42, 55, 148, 156, 157, 169, 190, 191, 211, 223, 258, 260, 264, 310, 313, 373
AUSTIN, 1962.....	111
AZEREDO, 1990	19, 174, 176
AZEREDO, 2006.....	34, 41, 42, 44, 85, 97, 98, 150, 172, 194, 366
AZEVEDO, 14/09/08	318
BALLY, 1944.....	146, 153, 154, 155, 297, 302
BANFIELD, 1982	168, 369
BARBOSA, 1963	294, 300, 309, 315
BARBOSA, 1998	53
BARBOSA, 2001	294, 315
BARBOSA, 2002	19
BARBOSA, 2006A.....	32

BARBOSA, 2006B.....	201
BARBOZA, 1822.....	196, 198, 248, 351
BARBOZA, 1862.....	59
BARREIROS, 1989.....	242, 243
BARTHES, 1970.....	250, 297
BARTHES, 1984.....	270
BARTHES, 1985.....	315
BAYLON E FABRE, 1990.....	188, 373
BEAUZÉE, 1751-1772.....	79
BECHARA, 1987.....	34, 72, 81, 95
BECHARA, 1999.....	88, 97, 98, 195, 208, 215, 299, 367, 374
BECHARA, 2000.....	23, 62, 70, 72, 170, 268, 312, 329
BECHARA, 2006.....	354
BENVENISTE, 1966.....	54, 107, 154, 155
BERGSTRÖM, 1997.....	349
BOLINGER, 1982.....	291, 311, 315
BOSQUE E DEMONTE, 1999.....	34, 64, 67, 105, 108
BROWN E YULE, 1983.....	41, 120, 126
BÜHLER, 1934.....	110
CALLAMAND, 1973.....	300, 306, 309, 312, 315
CAMPOS: 2001.....	88, 150, 151, 152, 153, 180
CARDEIRA, 2006.....	201, 204
CARVALHO, 1982.....	238
CASANOVA, 2009.....	372
CATACH, 1984.....	185, 186, 188, 189, 190
CATACH, 1996.....	183, 200, 201, 204, 211, 233, 251, 252, 261
CERVONI, 1987.....	112, 122, 146, 147, 171
CHARAUDEAU, 1992.....	93, 94, 104, 119, 120, 123, 145, 146, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 236, 305, 315
CHEVALIER, 1964.....	71, 83
CLAIRIS, 1999.....	18, 22
COELHO, 1965.....	252
COSTA E MELO, 1994.....	332, 376
COSTA, 1991.....	198, 200, 205, 226, 234, 243
CRUTTENDEN, 1986.....	77, 241, 264, 272, 289, 290
CULICOVER, 2009.....	161

CULIOLI, 1999.....	71, 73, 83, 219, 241, 328
CUNHA E CINTRA, 1994.....	27, 53, 93, 194, 196, 197, 207, 210, 233, 253, 278, 289, 296, 297, 300, 306, 307, 315, 343, 345, 347, 349, 351, 352, 353
DAMÁSIO, 2003.....	298, 315
DANTE ALIGHIERI, 1303?-1305?.....	20
DELATOUR, 2004.....	23, 92, 95, 159, 184, 195, 198, 206, 330
DERRIDA, 1967.....	186
DESBORDES, 1988.....	251
DIAS, 1884.....	84
DIAS, 1999.....	41, 42
DIAS, 2006.....	35
DRILLON, 2003.....	185, 187, 197, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 213, 230, 231, 233, 250, 251, 252
DT, 2008.....	37, 156, 192, 285
DUARTE, 2000.....	274
DUARTE, 2001.....	39, 63, 90
DUBOIS, 1994.....	32, 328, 337, 344, 355, 356, 357, 360
DUCROT E SCHAEFFER, 1995.....	62, 111, 146, 148, 149, 162, 211, 258, 263, 299, 304, 306, 315
DUCROT, 1972.....	104
ESCANDELL VIDAL, 1999.....	50, 65, 77, 82, 87, 122, 165
FARIA, 1996.....	113
FARIA, 2002.....	75
FERNANDES, 2005.....	28, 172, 193, 195, 330, 331, 349, 375
FIGUEIREDO E BIZARRO, 2004.....	19, 70, 77, 94, 97, 156, 172, 175, 180, 195, 214, 266, 280, 303, 304, 315, 329, 345, 353, 365, 366, 368
FIGUEIREDO, 1915.....	18, 195, 234, 248, 249, 330, 331
FIGUEIREDO, 1987.....	84, 223
FIGUEIREDO, 2003.....	229
FISKE, 2002.....	301, 302
FLORIDO, 2000.....	34, 53, 63, 77, 90, 92, 94, 172, 174, 184, 216
FONSECA, 1993.....	108
FONTANEY, 1991.....	293, 311
FREIXO, 2006.....	301
FROTA E VIGÁRIO, 2000.....	272
FROTA, 1998.....	272, 308
FROTA, 2000.....	272

GADET, 1989	314
GARCÍA NEGRONI, 2001	121, 145, 146, 147, 148, 303
GARRIDO MEDINA, 1997	77, 78
GARRIDO MEDINA, 1999.....	45, 47, 65, 66, 72, 95, 106, 113, 118, 120, 130, 139, 140, 164, 165, 168, 170, 241
GARRIDO, 2007	114
GIRAULT-DUVIVIER, 1833.....	57, 92, 212, 229, 310
GIVÓN, 1995	22, 62, 142, 143, 144, 367
GIVÓN, 2001	142, 144, 181
GOLDSMITH, 1995.....	312
GÓMEZ ASENCIO, 1981	340
GONÇALVES, 1957	203
GONÇALVES, 1993	251, 252
GONÇALVES, 2002.....	318, 319, 323, 327, 328, 338, 344, 358, 359
GONÇALVES, 2003.....	191, 195, 200, 202, 203, 204, 213, 214, 225, 247, 249, 252, 358
GONÇALVES, 2005	318
GOUVEIA, 1996.....	112, 114, 115, 116, 180
GREVISSE, 1993.....	23, 34, 56, 64, 68, 69, 83, 84, 85, 86, 159, 167, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 195, 201, 212, 219, 220, 222, 223, 225, 231, 233, 254, 284, 336, 337, 338, 342, 343, 344, 371, 376
GRICE, 1983.....	45
HENDERSON, 04/09/08.....	318
HERNÁNDEZ ALONSO, 1996.....	93, 134, 135, 136, 139, 140
HERNANZ Y BRUCART, 1987	107
HOUAISS, 2003	260, 332, 376
HUGO, 1889-1892	187
JACKENDOFF, 1977	162
JAKOBSON, 1963	172, 177
JESPERSEN, 1924.....	46, 55, 83, 89, 211, 307, 379
JORGE, 2003.....	348, 350
KERBRAT-ORECCHIONI, 1980.....	108, 177
KERBRAT-ORECCHIONI, 1991A.....	81, 121, 142, 227
KERBRAT-ORECCHIONI, 1991B.....	293, 310, 311
KING, 2000.....	203, 205, 206
KRAUSS, 2005	322
KUNDERA, 1984	101

LACERDA, 1953	210, 299, 315
LE GOFFIC, 1993.....	32, 44, 50, 51, 52, 53, 62, 66, 67, 70, 71, 77, 89, 91, 101, 123, 124, 125, 145, 164, 165, 168, 184, 211, 215, 216, 218, 219, 241, 249, 371
LEFEUVRE, 1999	54
LEHOUCQ, 2005.....	13
LEPAPE, 1988	226, 243, 324
LIMA, 1983	110
LOPES E RIO-TORTO, 2007	150
LOPES, 2001	107, 116, 160, 180
LÓPEZ BOBO, 2002.....	376
LYONS, 1977	110, 111, 142, 166
M.E., 1996.....	36
M.E., 2009.....	36
MACHADO FILHO, 2004.....	188, 203, 206, 207
MAGALHÃES, 2007.....	114, 116
MARIN, 1988	200
MAROUZEAU, 1961.....	78, 79, 84, 263, 264, 265, 266, 268, 272, 274, 276
MARTIN, 1988.....	254
MARTINET, 1969.....	55, 210, 291, 298, 312, 315, 374, 377
MARTINET, 1979.....	226
MARTINET, 1991	292, 315
MARTINET, 1991	321
MARTINET, 1995.....	290, 291, 292, 293, 294, 315
MARTINET, 1995.....	13
MARTINET, 1976	46
MARTINET, 1985	46, 52, 107
MARTINS, 1986.....	306
MARTINS, 1995.....	41, 84
MARTINS, 2001	188
MATEUS E FREITAS, s/D	262
MATEUS, 1990	209
MATEUS, 1992.....	19, 34, 64, 66, 67, 74, 113, 114, 115, 116, 117, 274
MATEUS, 1996	274, 276, 278
MATEUS, 2002	259, 263

MATEUS, 2003.....	66, 76, 79, 86, 94, 121, 136, 165, 166
MATEUS, 2005.....	261, 314, 374
MATHIEX: 1996.....	187
MATOSO, 2003.....	38, 184, 331, 349
MAUGER.....	195
MENÉRES, 1984.....	183
MÉRON, 1998.....	231
MEXIA, 2007.....	235, 237, 239
MILLÁN, 1999A.....	64
MILLÁN, 1999B.....	64
MILNER, 1978.....	98, 99, 102, 241
MONNERET, 1999.....	63, 85, 122, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 178, 179, 218, 225, 254, 324, 369, 371
MONTENEGRO, 2001.....	38
MORAES, 1877.....	235, 236, 249
MOREIRA, 2008.....	34, 51, 84, 87, 97, 123, 327, 340, 345, 349, 352, 354, 366, 377
MOURA, 2006.....	21, 23, 32, 34, 70, 76, 78, 80, 90, 95, 96, 116, 154, 172, 191, 193, 194, 223, 226, 228, 229, 230, 235, 241, 266, 280, 283, 299, 309, 311, 315, 333, 349, 350, 352, 353, 365
NESPOR E VOGEL, 1986.....	272, 273, 290, 306, 307
NEWS.SKY.COM.....	80
NOGUEIRA, 1989.....	198, 209, 210
NUNES, 1995.....	34
OLIVEIRA, 1996.....	165
OLIVEIRA, 2006.....	19, 24, 34, 41, 44, 70, 114, 172, 184, 216, 236, 273, 349
O'NEILL, 1960.....	247
PALMA, 2006.....	35
PAVÓN LUCERO, 2007.....	23, 219
PERES E MÓIA, 1995.....	45
PERISSÉ, S/D.....	235, 236, 253, 349
PETERS, 1982.....	122
PINTO, 1996.....	41, 42, 84, 216, 222, 223, 284
PINTO, 1998.....	19, 23, 34, 41, 70, 77, 80, 81, 92, 222, 284
PINTO, 2006.....	41, 42, 45, 77, 90, 91, 92, 97, 98, 114, 115, 124, 160, 172, 184, 287, 366

PINTO, 2007	114
PÚBLICO, 13/03/07.....	79
REBELO, 1968.....	197, 207, 225
REI E ASSUNÇÃO, 2001	192, 193, 194
REIS, 1995	242, 243
REZENDE, 1996	34, 48, 70
RIBEIRO, 1889.....	76, 136, 140
RIEGEL, 2001.....	31, 54, 57, 58, 59, 60, 63, 71, 72, 73, 74, 95, 102, 104, 122, 125, 129, 130, 132, 145, 147, 156, 157, 158, 163, 164, 166, 179, 187, 188, 191, 195, 205, 211, 212, 213, 216, 224, 225, 241, 254, 255, 258, 262, 313, 324, 328, 369, 371, 373
ROCHA, 1997	38, 184
RODRIGUES, S/D.....	172, 177
ROSA, 2007	233, 252, 253
ROUSSEAU, 1781.....	187, 189, 209, 210, 230, 257, 259, 260, 307, 313, 314, 320, 321
ROVIERA SOLER E GIL ESTEVE, 1982.....	20
RUWET, 1963.....	315
SADOCK E ZWICKY, 1985.....	62, 71, 83, 121, 122, 131, 132, 133, 134, 167, 168
SARAMAGO, 1998.....	78
SARAMAGO, 2008.....	319
SAUSSURE, 1916	55, 75, 89, 107, 188, 189
SCHMERLING, 1982.....	122, 140
SEARLE, 1969.....	45, 110, 112, 119, 123, 137, 138, 141, 172, 177
SELKIRK, 1995	272
SERPA, 2006.....	35
SMITH, 20/11/06.....	318
SOL, 09/09/08	318
TATILON, 1995.....	44, 46
TAVARES, 1960	84
TEIXEIRA, 2004.....	187, 188, 205
THOMAS, 1979.....	237, 243
TLEBS, 2002	37
TLFI.....	187
TORRADO, 1990	213
TORRES, 2004.....	248

VASCONCÉLLOZ, ?1900	84, 165, 247
VERÍSSIMO, 2007	114
VERNEY, 1816	57, 135, 360, 378
VIEIRA, 1871	235
VIGÁRIO, 1998	374
VILELA, 1999	28, 34, 41, 44, 48, 53, 63, 65, 70, 93, 94, 95, 108, 110, 111, 113, 118, 119, 124, 140, 164, 172, 194, 268, 339, 352, 353, 375, 376
WALES, 1989	46, 120, 122, 123, 125, 131, 132
WILMET, 1997	73, 77, 127, 157, 211, 241



ÍNDICE DE ASSUNTOS

A

- ABELAIRA, AUGUSTO · 238, 243
ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA · 248
ACÇÃO · 85, 93, 110, 168, 177
ACENTO · 261, 292
ACTO DE COMUNICAÇÃO · 313
acto ilocutório · 116
ACTO ILOCUTÓRIO ASSERTIVO · 112, 116, 271
ACTO ILOCUTÓRIO COMPROMISSIVO · 112
ACTO ILOCUTÓRIO DECLARATIVO · 117
ACTO ILOCUTÓRIO DIRECTIVO · 112, 116, 180
ACTO ILOCUTÓRIO EXPRESSIVO · 112, 113, 114, 115,
116, 117, 118, 125, 126, 160, 167, 173, 174, 176,
180, 368
ACTO ILOCUTÓRIO REPRESENTATIVO · 116, 117
ACTOS · 142
ACTOS DE FALA · 43, 45, 46, 47, 100, 109, 110,
113, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 137, 138,
156, 160, 173, 179, 369. *VER TAMBÉM "ACTOS
ilocutórios"*
ACTOS DE FALA BÁSICOS · 138, 158
ACTOS DE FALA FACULTATIVOS · 129, 132, 179
ACTOS DE FALA FUNDAMENTAIS · 129, 130, 132
ACTOS DE FALA MENORES · 73, 127, 131, 132, 133
ACTOS DE FALA OBRIGATORIOS · 178, 179
ACTOS ILOCUTÓRIOS · 24, 45, 112, 113, 114, 125,
173. *VER TAMBÉM "ACTOS DE FALA"*
ACÚSTICA · 260
ADJECTIVO · 173, 174
ADJECTIVOS INTERROGATIVOS · 79
ADJECTIVOS VALORATIVOS · 115
ADVÉRBIOS · 115, 146, 156, 344
ADVÉRBIOS AFECTIVOS · 115
ADVÉRBIOS INTERROGATIVOS · 79
ADVÉRBIOS MODAIS · 146
AFECTIVIDADE · 23, 69, 71, 74, 234, 263, 267,
270, 271, 294, 310, 311, 375
AFFECTUS ANIMI · 340, 358
AFIRMAÇÃO · 57
AFONSO, ANA BELA · 311
ALOCUTÁRIO · 76, 140
ALTURA TONAL · 270
ANÁLISE DO DISCURSO · 126
ANÁLISE LINGUÍSTICA · 161
ANTIQUIDADE CLÁSSICA · 200, 251, 344
ANTROPOLOGIA · 155, 315
APARELHO FONADOR · 356
APOSTO · 227
APÓSTROFO · 195
APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA · 186
AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM · 142
ARGUMENTO · 88
ARISTARCO DE SAMOTRÁCIA · 200
ARISTÓFANES DE BIZÂNCIO · 200
ARISTÓTELES · 62, 238
ARREFERENCIALIDADE · 342, 356
ARRIVÉ, MICHEL · 310
Ars punctandi · 204
ASPAS · 192, 194
ASPAS ALTAS · 192
ASPECTO · 355
ASSERÇÃO · 73, 77, 130, 138, 142, 157, 167, 168,
178, 328
ASTERISCO · 192
ATITUDE DO LOCUTOR · 146, 150, 151, 154, 156,
281, 299, 300, 335, 336, 352
AUSTIN, JOHN L. · 110, 111, 112, 125, 145, 172
AUTOR · 224, 225, 226
AVALIAÇÃO DO LOCUTOR · 24, 159, 236
-

B

- BALLY, CHARLES · 146, 153, 154, 162, 297, 302
BARBOSA, JERÓNIMO SOARES · 248
BARBOSA, MORAIS · 294
BARRA · 195
BAZIN, HERVÉ · 232, 253

BECHARA, EVANILDO · 97, 98, 312, 367, 374
 BENVENISTE, ÉMILE · 54, 153, 154, 155
 BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA · 200
 BOLINGER, DWIGHT · 291, 311
 BRAGA, TEÓFILO · 242
 BRAHM, ALCANTER DE · 231, 253
 BÜHLER, KARL · 110

C

CADEIA GRÁFICA · 249, 372
 CALLAMAND, MONIQUE · 312
 CAMÕES, LUÍS VAZ DE · 203
 CAMPOS, ÁLVARO DE · 318
 CANAL · 299
 CASTELHANO · 247
 CATACH, NINA · 26, 185, 190, 201, 232
 CATCH, NINA · 189
 CERVONI, JEAN · 111, 171
 CHARAUDEAU, PATRICK · 119, 120, 146, 157, 158,
 159, 160, 162
 CHAVE ABERTA · 195
 CHAVE FECHADA · 195
 CHAVETA · 192
 CHINÊS · 264
 CÍCERO · 251
 CIÊNCIA · 13, 14, 15, 16, 17, 22, 104, 108, 314,
 366, 378
 CIÊNCIA DO TEXTO · 107
 CINTRA, LUÍS FILIPE LINDLEY · 196, 289, 307
 CLASSES DE PALAVRAS · 54, 318, 325, 327, 340,
 343, 344, 354, 359
 CLASSICISMO · 242
 CÓDIGO · 177, 187, 188, 199, 210, 302
 CÓDIGO ESCRITO · 25, 185, 188, 189, 190, 191, 193,
 194, 199, 207, 213, 222, 224, 230, 233,
 250, 251, 253
 CÓDIGOS NÃO VERBAIS · 302
 COGNIÇÃO · 306
 COLCHETES · 192. *vide "PARÊNTESES RECTOS"*
 COMPETÊNCIA LINGÜÍSTICA · 299
 COMPETÊNCIA PARA-LINGÜÍSTICA · 299
 COMUNICAÇÃO · 41, 59, 65, 110, 143, 155, 170,
 177, 189, 294, 296, 297, 299, 301, 303,
 305, 321
 COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL · 301
 COMUNICAÇÃO ORAL · 313
 COMUNICAÇÃO VERBAL · 45, 171, 172, 173, 301
 COMUTAÇÃO · 371
 CONDIÇÃO DE FELICIDADE · 177
 CONDIÇÃO DE SINCERIDADE · 114, 220
 CONDIÇÃO DE VERDADE · 111

CONJUNTIVO · 92
 CONSTITUINTES PROSÓDICOS · 272, 290
 CONTEÚDO PROPOSICIONAL · 112, 113, 114, 116, 142,
 146, 147, 150, 151, 156, 161, 164, 166, 167, 171.
VER TAMBÉM "PROPOSIÇÃO"
 CONTEXTO · 24, 41, 91, 126, 159, 163, 305, 307,
 350, 351, 352, 353, 359, 374
 CONTEXTO LINGÜÍSTICO · 305. *VER TAMBÉM*
"COTEXTO"
 CONVENÇÃO · 199
 COTEXTO · 353. *VER TAMBÉM "CONTEXTO*
lingüístico"
 CRITÉRIOS · 364, 365, 368, 373, 377
 CRITÉRIOS LINGÜÍSTICOS · 369
 CRUTTENDEN, ALAN · 264
 CULIOLI, ANTOINE · 328
 CUNHA, CELSO · 196, 289, 307
 CURVA MELÓDICA · 27, 249, 274, 278, 282, 285,
 287, 289, 292, 293, 309, 311, 312, 320, 329,
 351, 373

D

DAMÁSIO, ANTÓNIO · 298
 DECIBÉL · 261
 DECLARAÇÕES · 112
 DECLARAÇÕES ASSERTIVAS · 112
 DEIXIS ENUNCIATIVA · 65
 DERRIDA, JACQUES · 186, 187, 189
 DESAMBIGUAÇÃO · 272, 374
 DESBORDES, FRANÇOISE · 251
DESSEMANTIZAÇÃO · 355, 356
 DESVIO · 268, 269, 270
 DIÁLOGO · 65, 235, 306
 DIAS, EPIFÂNIO DA SILVA · 84
 DICIONÁRIO · 37, 331, 332, 335
DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA ·
 332
DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO · 156
 DICIONÁRIOS DE LÍNGUA · 339, 342
DICTUM · 146, 155, 163, 164, 356
 DIONÍSIO DE TRÁCIA · 344
 DIONÍSIO DE TRÁCIA · 344
 DISCREÇÃO · 292
 DISCURSO · 19, 28, 36, 41, 44, 64, 65, 105, 106,
 107, 108, 123, 124, 145, 154, 156, 163, 193,
 235, 301, 304, 305, 339, 369, 372
 DISCURSO DA PRIMEIRA INFÂNCIA · 143
 DISCURSO DIALÓGICO INFORMAL · 143
 DISCURSO DIRECTO · 350
DISCURSO ECÓICO · 86
 DISCURSO INDIRECTO · 84, 86

DISCURSO METAORTOGRÁFICO · 214
 DISTRIBUIÇÃO · 64, 142, 356
 DOIS PONTOS · 192, 203, 223
 DOLET, ETIENNE · 202
 DRILLON, JACQUES · 197, 206
 DT - DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO · 37, 192, 285
 DUBOIS, JEAN · 328
 DUCROT, OSWALD · 162
 DUPLA ARTICULAÇÃO · 292, 321, 373

E

ECONOMIA LINGÜÍSTICA · 306
 EDITOR · 205
 EFFETS DE SENS · 91
 ELOCUÇÃO · 277, 278, 298
 EMISSOR · 41, 173, 176
 EMOÇÃO · 23, 42, 69, 72, 81, 177, 229, 230, 231, 234, 242, 252, 253, 263, 267, 271, 298, 299, 304, 311, 327, 330, 375
 ENTOAÇÃO · 26, 27, 77, 135, 156, 191, 196, 202, 207, 210, 249, 258, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 280, 282, 283, 284, 285, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 328, 351, 353, 373, 374
 ENTOAÇÃO AFIRMATIVA · 287
 ENTOAÇÃO ASCENDENTE · 286
 ENTOAÇÃO DA FRASE · 284
 ENTOAÇÃO DECLARATIVA · 262, 273, 276, 283, 285, 286, 287, 288, 304
 ENTOAÇÃO DESCENDENTE · 286, 287
 ENTOAÇÃO DESVIANTE · 269
 ENTOAÇÃO DISTINTIVA · 203
 ENTOAÇÃO EMOCIONAL OU AFECTIVA · 265, 266, 267, 271, 272
 ENTOAÇÃO EXCLAMATIVA · 210, 260, 262, 263, 265, 267, 270, 273, 275, 276, 277, 279, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 293, 295, 302, 303, 304, 308, 309, 311, 312, 314, 315, 325, 328, 329, 341, 342, 351, 353, 355, 373, 374, 375
 ENTOAÇÃO EXPRESSIVA · 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 274, 277, 308, 313, 314, 374
 ENTOAÇÃO IMPERATIVA · 161, 262, 273, 283, 287, 288, 304
 ENTOAÇÃO INTELECTIVA · 374
 ENTOAÇÃO INTERROGATIVA · 262, 273, 283, 285, 286, 287, 288, 304
 ENTOAÇÃO LINGÜÍSTICA · 264

ENTOAÇÃO LÓGICA OU INTELECTIVA · 265, 267, 272, 274, 276
 ENTOAÇÃO NEUTRA · 268, 323, 328
 ENTOAÇÃO NORMAL · 268, 269, 270, 275, 276
 ENTOAÇÃO PERSUASIVA · 262, 273, 285, 287, 288
 ENUNCIACÃO · 86, 128, 137, 145, 148, 150, 166, 267, 269, 308, 373
 ENUNCIADO · 43, 44, 47, 62, 65, 108, 111, 112, 125, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 161, 162, 164, 165, 166, 176, 218, 261, 264, 281, 285, 288, 292, 293, 294, 302, 303, 305, 307, 310, 315, 338, 341, 342, 344, 351, 355, 359, 365, 371
 ENUNCIADO CONSTATIVO · 110
 ENUNCIADO EXCLAMATIVO · 267, 342, 355
 ENUNCIADO INTERJECTIVO · 342, 355
 ENUNCIADO PERFORMATIVO · 111
 ENUNCIADOS CONSTATIVOS · 111
 ÉPOCA MEDIEVAL · 200. VER TAMBÉM "Idade Média"
 ESCOPO/FOCO DA EXCLAMAÇÃO · 74
 ESCRIBAS · 199, 203, 205
 ESCRITA · 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 199, 200, 211, 212, 213, 214, 217, 249, 370
 ESCRITA MONÁSTICA · 205
 ESCRITOR · 186, 227, 233, 237, 239, 243, 306, 350
 ESPAÇO EM BRANCO · 196, 199, 201, 204
Essai sur l'origine des langues · 320
 ESTADO DE COISAS · 24, 113, 142, 164, 165, 176
 ESTADO PSICOLÓGICO · 24, 112, 113, 114, 161, 176, 271
 ESTATÍSTICA · 136, 139, 141, 142, 334
 ESTÉTICA · 240, 241, 242, 243, 246
 ESTILÍSTICA · 224, 237, 240
 ESTILO · 225, 226, 234, 235, 236, 240, 241, 270
 ESTRUTURA PROFUNDA · 169
 ESTRUTURA SINTÁTICA · 77, 78
 ESTUDOS LITERÁRIOS · 270
 EXCLAMAÇÃO · *passim*
 EXCLAMAÇÃO RETÓRICA · 219, 236
 EXCLUSÃO MÚTUA · 128
 EXPANSÕES · 52, 54, 100, 364
 EXPERIÊNCIA · 306
 EXPRESSIVIDADE · 73, 193, 266, 267, 268, 269, 298, 299, 306, 335

F

- FACTORES EXTRALINGÜÍSTICOS · 225, 306, 307, 308, 353, 359, 374
- FALA · 177, 291
- FENÓMENO CONTÍNUO · 309, 313, 373
- FENÓMENO DISCRETO · 309, 310, 312, 371
- FIGURA DE ESTILO · 235, 241
- FIGURA DE PENSAMENTO · 241
- FIGURA FÓNICA · 235, 241
- Filosofia · 149
- filosofia da linguagem · 110, 259
- Fiske, John · 301
- FITZGERALD, F. SCOTT · 239
- focalização · 59, 272
- foco · 374
- foco/escopo da exclamação · 74
- FONEMAS · 191, 261, 284, 292, 309, 354
- FONÉTICA · 258, 261, 283, 284, 285, 298, 302, 303
- fonética sintáctica* · 284
- fonologia · 214, 263, 271, 272, 283, 284, 285, 290, 312
- fonologia prosódica · 272, 290
- força ilocutória · 44, 45, 112
- FORMAS DE FRASE · 57, 58
- FRASE · 24, 32, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 65, 66, 67, 70, 74, 76, 79, 81, 82, 86, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 124, 138, 153, 154, 157, 159, 193, 198, 206, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 284, 285, 289, 294, 303, 306, 335, 336, 338, 339, 345, 347, 364, 365, 367, 369
- FRASE ACTIVA · 58, 62, 367
- FRASE AFIRMATIVA · 57, 58, 62, 71, 367
- FRASE ASSERTIVA · 303
- FRASE AVERBAL · 54
- FRASE COMPLEXA · 53, 56
- FRASE CONJUNTIVA · 51, 53
- FRASE DE NÚCLEO NOMINAL · 53, 54, 135
- FRASE DE NÚCLEO VERBAL · 53, 54
- FRASE DECLARATIVA · 23, 34, 36, 42, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 100, 121, 139, 141, 142, 167, 168, 169, 170, 268, 271, 286, 288, 303, 367
- FRASE DESIDERATIVA · 135, 136, 138, 139
- FRASE DUBITATIVA · 134, 135, 139, 141
- FRASE ENFÁTICA · 58, 59
- FRASE ENUNCIATIVA · 167, 220
- FRASE EXCLAMATIVA · 21, 23, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 42, 44, 48, 50, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 87, 89, 96, 100, 101, 102, 117, 125, 126, 137, 140, 141, 159, 166, 167, 170, 174, 184, 189, 215, 216, 217, 218, 220, 224, 225, 227, 228, 254, 283, 287, 288, 304, 311, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 343, 345, 346, 347, 364, 365, 366, 369, 376, 377
- FRASE EXCLAMATIVA PARCIAL · 74, 75
- FRASE EXCLAMATIVA TOTAL · 74, 76
- FRASE EXORTATIVA · 135, 136
- FRASE IMPERATIVA · 34, 36, 42, 49, 51, 52, 65, 66, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 122, 133, 135, 140, 141, 165, 167, 169, 216, 217, 287, 288, 303
- FRASE IMPRECATIVA · 133
- FRASE INDICATIVA · 51, 52
- FRASE INFINITIVA · 51, 53
- FRASE INJUNTIVA · 220
- FRASE INTERJECTIVA · 337, 338, 339, 341, 343, 376
- FRASE INTERROGATIVA · 34, 36, 42, 65, 66, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 93, 100, 122, 139, 141, 165, 167, 169, 227, 286, 288, 303
- FRASE INTERROGATIVA DIRECTA · 84
- FRASE INTERROGATIVA INDIRECTA · 83, 84, 85, 86, 87, 88
- FRASE INTERROGATIVA PARCIAL · 78
- FRASE INTERROGATIVA TOTAL · 76, 77, 79
- FRASE NEGATIVA · 57, 58
- FRASE NEUTRA · 58
- FRASE OPTATIVA · 66, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 220
- FRASE PASSIVA · 58, 59
- FRASE PERSUASIVA* · 287, 288
- FRASE RETICENTE* · 224
- FRASE SIMPLES · 53, 66, 67, 85
- FREIXO, MANUEL JOÃO VAZ · 301
- FREQUÊNCIA DO SOM · 261
- FROTA, SÓNIA · 307
- função · 336, 359
- função apelativa · 174, 180
- função comunicativa · 300
- função distintiva · 289
- função emotiva · 174, 175, 176
- função expressiva · 173, 174, 175, 176, 177, 180, 294, 303, 304, 368
- função fonológica · 309
- função linguística · 264, 289
- função modal · 303, 304, 305
- função referencial · 356
- função representativa · 294
- funções da linguagem · 171, 172, 173, 177, 368
- funções sintácticas · 70, 98

C

GÂNDAVO, PÊRO DE MAÇALHÃES DE · 202, 203
 GARRIDO MEDINA · 77
 GÉNERO GRAMATICAL · 355
 GÉNEROS DISCURSIVOS · 143
 GERÚNDIO · 92
 GESTO · 291, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 305, 306, 308, 315, 374
gesto vocal · 290, 291, 296
 GESTUALIDADE · 135, 309
 GIVÓN, T. · 367
 GLOTE · 291
 GOLDSMITH, JOHN · 312
 GONÇALVES, MARIA FILOMENA C. · 26, 190, 213
 GONÇALVES, MIGUEL · 338, 358, 359
 GRAFEMA · 208
 GRAFIA · 187
 GRAFISMO · 250
 GRAMÁTICA · 17, 18, 19, 21, 32, 35, 36, 38, 50, 51, 53, 54, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 74, 96, 98, 104, 114, 126, 163, 184, 214, 299, 319, 329, 345, 364, 367, 369, 377, 378
GRAMÁTICA DESCRIPTIVA DE LA LENGUA ESPAÑOLA · 64, 108
 GRAMÁTICA DO TEXTO · 108
 GRAMÁTICA GERATIVA · 161, 169
 GRAMÁTICA TRADICIONAL · 65, 79
 GRAMÁTICA.COMPARADA · 19
 GRAMÁTICAS DE PORTUGUÊS · 195, 377
 GRAMÁTICAS ESCOLARES · 19, 34, 35, 114, 121, 127, 238
 GRAMÁTICAS LÓGICO-FILOSÓFICAS · 358
 GRAMATICOGRAFIA · 19, 64, 69, 171, 273
 GRAMÁTICOS · 70, 73
 GRAMÁTICOS GREGOS · 62, 344, 367
 GRAMÁTICOS LATINOS · 344, 358
 GRAMÁTICOS PORTUGUESES · 202, 372
 GREGO CLÁSSICO · 201
 GREVISSE, MAURICE · 55, 56, 68, 186, 201, 337, 338, 342, 343
 GRICE · 45, 110

H

HERNÁNDEZ ALONSO · 139
 HISTÓRIA · 187, 199, 204, 260, 320
 HISTÓRIA DA ESCRITA · 200
 HISTÓRIA DA LÍNGUA · 186, 201, 319, 320, 341
 HISTÓRIA DA LITERATURA · 242, 243, 252
 HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA · 201
 HISTÓRIA DO PENSAMENTO LINGÜÍSTICO · 201

HISTÓRIA DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS · 325
 HISTORIADOR · 201
 HISTORIADOR DA LITERATURA · 242
 HISTORIOGRAFIA · 201
 HOMOFONIA · 187
 HUÇO, VICTOR · 186, 187
 HUMANISTAS ITALIANOS · 204

I

IDADE MÉDIA · 147, 201. *VER TAMBÉM "ÉPOCA MEDIEVAL"*
 IDIOLECTO · 177, 225
Ilíada · 209
 IMPERATIVO · 92, 169
 IMPRENSA · 201, 235
 INDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA · 356
 INFINITIVO · 92
 INGLÊS · 125, 357
 INJUNÇÃO · 73, 157, 169, 178
 INSCRIÇÕES LAPIDARES · 200
 INTENÇÃO COMUNICATIVA · 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 85, 86, 92, 93, 118, 119, 132, 141, 220, 293, 365
 INTENÇÃO COMUNICATIVA · 42, 45
 INTERJECCIONAR · 332, 376
 INTERJEIÇÃO · 27, 28, 135, 235, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 375, 376
 INTERJEIÇÕES IMPRÓPRIAS · 354, 357
 INTERJEIÇÕES PRÓPRIAS · 354, 357
 INTERLOCUTOR · 24, 135, 141, 150, 154, 155, 158, 306
 INTERPRETAÇÃO · 77, 98, 126, 163, 206, 233, 303, 310
 INTERPRETAÇÃO SEMÂNTICA · 357
 INTERROGAÇÃO · 73, 77, 79, 87, 142, 155, 157, 169, 178
 INTERROGAÇÃO RETÓRICA · 219, 311
INTERROGATIVAS "EXCLAMATIVAS" · 82
 IRONIA · 219, 222, 230, 231, 233, 280, 294, 315
 ITÁLICO · 195

J

JACKENDOFF, RAY · 162
 JAKOBSON, ROMAN · 171, 172, 177
 JAPONÊS · 62
JUGEMENT · 149

juízo valorativo · 152

K

KERBRAT-ORECCHIONI, CATHERINE · 142, 227, 311
KUNDERA, MILAN · 101

L

LACERDA, ARMANDO DE · 298
LE Goffic, PIERRE · 50, 51, 52, 53, 71
LEÃO, DUARTE NUNES DE · 202
LEITOR · 205, 206, 233
LEITURA · 191, 213
Les Misérables · 186, 187
LETRA · 191, 251
LETRA MAIÚSCULA · 206
LEXICALIZAÇÃO · 325
LÉXICO · 135, 186, 354
LEXICOGRÁFIA · 319
LEXICÓLOGO · 331
LÍNGUA · 15, 17, 18, 19, 34, 36, 38, 44, 114, 171,
191, 195, 204, 260, 285, 291, 303, 306,
320, 329, 356, 373, 376
LINGUAGEM · 172, 177, 185, 188, 226, 259, 268,
292, 307, 311, 318, 321
LINGUAGEM LÓGICA · 147
LINGUAGEM NÃO VERBAL · 253
LINGUAGEM VERBAL · 147, 148, 253, 297, 308
LÍNGUAS GERMÂNICAS · 294, 303
LÍNGUAS ROMÂNICAS · 294, 303
LÍNGUAS TONAIS · 264, 293
LINGUISTAS · 27, 35, 62, 101, 147, 148, 227, 331,
338
LINGÜÍSTICA · 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 29, 33, 41,
45, 88, 98, 104, 107, 124, 126, 128, 135, 149,
153, 161, 162, 172, 188, 190, 204, 226, 235,
238, 258, 259, 289, 291, 292, 293, 294,
295, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 305,
308, 312, 313, 314, 315, 324, 338, 342, 347,
349, 366, 369, 370, 372, 373, 376, 377, 378
LINGÜÍSTICA FORMAL · 314
LINGÜÍSTICA GERAL · 14, 38, 113
LITERARIEDADE · 241
LITERATURA · 241, 242, 243
LOCUÇÃO INTERJECTIVA · 345, 354
LOCUTOR · 24, 41, 44, 47, 112, 113, 114, 117, 118,
123, 128, 136, 137, 146, 148, 150, 154, 156,
158, 159, 161, 162, 173, 176, 187, 250, 265,
306, 308, 328, 336
LÓGICA · 57, 62, 145, 147, 149, 367
LÓGICA MODAL · 146, 147, 148, 149, 150

LÓPEZ BOBO, MARIA JESÚS · 325, 342, 355
LYONS, JOHN · 111, 142, 166

M

MAIÚSCULA · 206
MANUAIS ESCOLARES · 35, 114
MANUSCRITOS · 205
MANUSCRITOS MEDIEVAIS · 203
MARCA CONVENCIONAL · 184
MARCA FORMAL · 50, 65, 71, 91, 98, 102, 125,
126, 157, 356, 371. *VER TAMBÉM "MARCA
LINGÜÍSTICA"*
MARCA GRÁFICA · 137
MARCA LINGÜÍSTICA · 66, 92, 93, 119, 160, 163,
171, 174, 286, 287, 305. *VER TAMBÉM "MARCA
FORMAL"*
MARCA VISUAL · 187
MARCA ZERO · 77, 78
MARCADOR TEXTUAL · 325, 326
MAROUZEAU, J. · 272, 274, 276
MARTINET, ANDRÉ · 21, 25, 52, 290, 291, 292,
293, 311, 312, 321, 374
MATEUS, MARIA HELENA MIRA · 74
MELO BACELAR · 195
MELODIA · 196, 197, 207, 296, 297, 299, 302,
305, 307, 320, 351
MENSAGEM · 41, 173, 174, 177, 297, 342
MÉRON, JEAN · 231
METALINGÜÍSTICA · 295
METAORTOGRAFIA · 202, 248
MILNER, JEAN-CLAUDE · 99
MODALIDADE · 74, 78, 130, 145, 146, 147, 150,
153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162,
163, 164, 296, 297, 302, 305, 308, 343, 369
MODALIDADE AFECTIVA · 303
MODALIDADE ALÉTICA · 147, 148
MODALIDADE APRECIATIVA · 150, 151, 152, 159, 162,
174, 180, 368
MODALIDADE DEÔNICA · 148, 149, 150, 156, 180
MODALIDADE EPISTÉMICA · 147, 148, 149, 150, 151,
152, 156
MODALIDADE EXCLAMATIVA · 351
MODALIDADE INTELLECTUAL · 303
MODALIDADE INTERROGATIVA · 303
MODALIDADE VOLITIVA · 303
MODALIDADES ENUNCIATIVAS · 128, 147, 153, 157,
160, 179
MODALIDADES LÓGICAS · 147
MODALIZAÇÃO · 158, 305
MODO CONJUNTIVO · 92, 139
MODO IMPERATIVO · 72, 92, 93

modo indicativo · 92, 93, 135, 168
 modo verbal · 48, 49, 50, 51, 52, 53, 92, 93,
 100, 140, 355
modus · 146, 155, 164
 monema · 107, 292, 358
 Monneret, Philippe · 218
 morfema · 191, 336
 morfologia · 55, 355
 morfossintaxe · 342

N

narrador · 350
 negação · 57
 neologismo · 357
 Nespôr, Marina · 272, 273, 290, 306
N'est-ce pas · 218
 neurologia · 298
 norma · 19, 226, 268, 270
 núcleo · 52, 54, 74, 97, 98, 100, 364
 número · 355

O

objectivo comunicativo · 85, 93. *VER TAMBÉM*
 "objectivo ilocutório"
 objectivo ilocutório · 45, 85, 112, 119. *VER*
 TAMBÉM "objectivo comunicativo"
 onda sonora · 209
 onomatopeia · 28, 321, 354, 356, 357
 operador nulo · 77
 oração · 87, 98
 orações subordinadas · 84, 87
 orações subordinadas completivas · 87
 orações substantivas · 84
 oradores · 206
 oralidade · 26, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 199,
 207, 211, 212, 229, 233, 249, 251, 259, 263,
 286, 287, 299, 303, 370, 373
 ordem · 42, 72, 93, 95, 124, 135, 137, 138, 142,
 166, 188
 origem das línguas · 318, 360
 ortoépia · 214
 ortografia · 186, 214, 247, 248
 ortógrafos · 249, 372
 ortotipografia · 231

P

página · 200, 205
 palavra · 199

palavras interrogativas · 79
 palavras invariáveis · 330, 340, 343, 344, 345
 palavras variáveis · 343
 par oponível · 309
 paradigma · 90, 273
 parágrafo · 200
 parênteses · 187, 193, 194, 198, 203
 parênteses curvos · 192, 193
 parênteses rectos · 192, 193
 paronímia · 187
 partes do discurso · 344
partes orationis · 28, 339, 344, 360
 particípio passado · 92
 partícula · 318
partícula divina · 318
 partícula monomonemática · 318
 pausa · 193, 196, 197, 205, 206, 207, 306
 pausa conclusa · 206
 percepção · 306
pergunta exclamativa · 87
 pertinência · 315
 pessoa verbal · 92
 polaridade · 35
 polaridade afirmativa · 35
 polaridade negativa · 35
 polimorfia · 119
 pontema duplo · 247, 249, 371, 372
 ponto · 192, 194, 196, 198, 206, 228
ponto admirativo · 202
ponto afetuoso · 204
ponto céptico · 230, 232
 ponto de exclamação · 25, 26, 27, 81, 90, 91,
 94, 140, 183, 184, 185, 189, 190, 192, 194,
 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203,
 204, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 215,
 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 227,
 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236,
 237, 238, 239, 240, 243, 244, 246, 249,
 250, 252, 253, 288, 304, 306, 311, 327,
 348, 349, 350, 370, 371, 372
 ponto de interrogação · 81, 192, 198, 202,
 203, 204, 212, 218, 219, 221, 225, 227,
 230, 306
ponto de ironia · 230, 231, 253
ponto de irritação · 230, 232
 ponto e vírgula · 192, 196, 197
ponto exclamativo · 204
 ponto final · 91, 94, 196, 197, 198, 203, 221,
 230, 271
ponto interrogativo · 204
ponto vocativo · 230
 pontuação · 94, 189, 190, 191, 192, 193, 194,
 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205,

206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215,
216, 221, 223, 224, 225, 227, 228, 229,
230, 243, 249, 252, 253, 305, 306, 371.
VER TAMBÉM "SINAIS DE PONTUAÇÃO"

PONTUAÇÃO ESCRITA · 207

PONTUAÇÃO LÓGICO-GRAMATICAL · 205

PONTUAÇÃO MEDIEVAL · 203

PONTUAÇÃO ORAL · 207

PONTUAÇÃO PROSÓDICA · 205

PONTUAÇÃO RESPIRATÓRIA · 207

PORT-ROYAL · 147, 148, 149

PRAÇMÁTICA · 15, 23, 24, 25, 33, 41, 43, 44, 46,
47, 48, 82, 112, 113, 119, 125, 126, 128, 130,
134, 141, 359, 367, 369

PREDICAÇÃO · 54

PREDICADO · 46, 54, 91, 149, 227

PREDICADOR · 88

PRÓ-FRASE · 97, 367. *VER TAMBÉM "PROTO-FRASE"*

PROGRAMAS ESCOLARES · 36, 392

PRONOMES INTERROGATIVOS · 79

PRONÚNCIA · 186

PROPOSIÇÃO · 74, 147, 149, 163, 164, 165, 166,
167, 168, 169, 170, 369. *VER TAMBÉM
"CONTEÚDO PROPOSICIONAL"*

PROSÓDIA · 27, 33, 77, 91, 191, 214, 258, 259,
260, 261, 262, 263, 274, 298, 299, 303,
304, 305, 306, 307, 311, 313, 314, 373, 374

PROTO-FRASE · *VER TAMBÉM PRÓ-FRASE. VER
TAMBÉM "PRÓ-FRASE"*

PSICOLOGIA · 313, 315

PUNCTUM · 200

O

QUADRADO LÓGICO · 148

QUENTAL, ANTERO DE · 243

R

REAL ACADEMIA ESPANHOLA · 64

REALISMO · 243

RECTO TONO · 265

REFERÊNCIA · 356

REFERENTE · 342

REGISTO · 191

RELAÇÕES LÓGICAS · 147, 148, 266

RELAÇÕES SINTÁCTICAS · 98

RÉPLICA · 306

REPRODUÇÃO ORAL · 206

RESPIRAÇÃO · 205, 206

RESPOSTA · 76, 166, 168

RETICÊNCIAS · 192, 222, 223, 230, 350

RETÓRICA · 235, 243

RIEGL, MARTIN · 58, 129, 158, 205, 328

ROMANTISMO · 242

ROUSSEAU, JEAN-JACQUES · 187, 210, 230, 259,
307, 314, 320, 321

S

SALUTATI, COLUCCIO · 204

SAUSSURE, FERDINAND DE · 107, 146, 259, 314,
315

SCHMERLING, SUSAN · 140

SCRIPTIO CONTINUA · 200

SEARLE, JOHN R. · 109, 110, 112, 114, 136, 137,
138, 172

SEMÂNTICA · 57, 59, 88, 130, 150, 162, 163, 164,
170, 171, 191, 340

SEMÂNTICA FRÁSICA · 150

SEMÂNTICA VERI-CONDICIONAL · 164, 170

SENTIDO · 297

SIGNIFICADO · 351, 352, 353, 359

SIGNIFICANTES EXTRALINGÜÍSTICOS · 300

SIGNOS · 297, 342, 356

SIGNOS NÃO VERBAIS · 301, 302

SIGNOS PICTÓRICOS · 188

SIGNOS VERBAIS · 302

SIGNOS VOCAIS · 188

SÍLABA · 261, 272, 287, 290

SINAIS AUXILIARES DA ESCRITA · 192, 193, 194, 199

SINAIS DE PONTUAÇÃO · 191, 192, 193, 196, 197,
198, 199, 200, 207, 208, 210, 211, 221,
228, 229, 230, 231, 232, 233, 252, 370. *VER
TAMBÉM "PONTUAÇÃO"*

SINAIS GRÁFICOS · 183, 184, 185, 188, 191, 192, 193,
194, 209, 231, 232, 233

SINAIS MELÓDICOS · 196, 197, 206, 207

SINAIS PAUSAIS · 196, 197, 206, 207

SÍNCRONIA · 204

SINTAGMA · 77, 107, 108, 223, 336, 337, 342,
355, 359, 365

SINTAXE · 15, 23, 24, 32, 33, 39, 41, 43, 45, 46,
48, 52, 55, 57, 58, 59, 60, 69, 70, 78, 79,
88, 96, 97, 98, 100, 102, 119, 125, 128, 138,
141, 159, 162, 163, 170, 189, 191, 214, 266,
272, 284, 312, 335, 336, 337, 339, 364, 365,
366, 367

SINTEMA · 292

SISTEMA · 67, 321

SISTEMA DE PONTUAÇÃO · 226

SISTEMA DE SIGNOS · 189

SISTEMA FONOLÓGICO · 356

SISTEMA GRÁFICO · 190

SISTEMA GRÁFICO CASTELHANO · 247
 SISTEMA LINGÜÍSTICO · 29, 34, 38, 83, 190, 195, 306, 354, 357, 358
 SISTEMA PONTUACIONAL · 224, 225, 253
 SISTEMA SEMIOLÓGICO · 291
 SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO · 98, 305, 306, 307, 353, 355, 375
 SOCIOLOGIA · 315
 SOM · 187, 188, 209, 230, 258, 259, 260, 261, 263, 284, 307
 SOUTO-MAIOR, CARNEIRO · 195
SPEECH-ACT · 109, 110
SPRECHAKT · 110
STATE-OF-AFFAIRS · 166
 SUBJECTIVIDADE · 69, 130, 145, 146, 150, 156, 179, 253, 369
 SUJEITO · 72, 149
 SUJEITO MODAL · 146, 155, 162
 SUPORTE ESCRITO · 288
 SUPRA-SEGMENTAL · 249, 258, 261, 294, 373

T

TEMATIZAÇÃO · 59
 TEORIA DA COMUNICAÇÃO · 301
 TEORIA DOS ACTOS DE FALA · 47, 109, 117, 120, 126, 145, 171
TERCEIRA ARTICULAÇÃO · 261
 TERMINOLOGIA · 65, 181
 TERMINOLOGIA LINGÜÍSTICA · 273, 377
TERMINOLOGIA LINGÜÍSTICA PARA OS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO · 39, 192, 335
TERMINOLOGIA LINGÜÍSTICA PARA OS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO · 37
 TEXTO · 107, 108, 176, 190, 202
 TEXTO ESCRITO · 191, 199, 206
 TEXTOS QUINHENTISTAS · 202
 TIPOGRAFIA · 231
 TIPOLOGIA FRÁSICA · 32, 33, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 64, 67, 68, 72, 73, 76, 82, 85, 86, 90, 96, 99, 100, 114, 128, 132, 138, 139, 141, 145, 170, 184, 215, 223, 228, 283, 284, 285, 288, 365, 366. *VER TAMBÉM "tipos de frase"*
 TIPOS DE ENTOAÇÃO · 283, 285, 287, 288, 293
 TIPOS DE FRASE · 23, 33, 34, 36, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 65, 66, 68, 70, 72, 73, 80, 81, 84, 96, 100, 120, 121, 127, 134, 156, 165, 167, 170, 216, 220, 221, 222, 223, 228, 283, 284, 303, 345, 365. *VER TAMBÉM "tipologia frásica"*

TIPOS DE FRASE BÁSICOS · 131
 TIPOS DE FRASE FACULTATIVOS · 60, 73, 127, 129, 130, 131, 324
 TIPOS DE FRASE FUNDAMENTAIS · 129, 131, 138
 TIPOS DE FRASE MENORES · 134
 TIPOS DE FRASE OBRIGATORIOS · 129, 131, 324
 TOM · 261, 263, 264, 280, 292, 303
 TRAÇOS SEMÂNTICOS · 356
 TRAVESSÃO · 192, 193

U

ULTRA-ROMANTISMO · 242, 252
 UNIDADE ENTONACIONAL · 295, 300
 UNIDADES DISCRETAS · 294
 UNIDADES GRAMATICASIS · 205
 UNIDADES NÃO-DISCRETAS · 294
 UNIDADES SUPRAORACIONAIS · 326
 UNIDADES TONASIS · 307
 UNIVERSO DE REFERÊNCIA · 115
 Urbisaçlia · 204

V

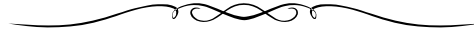
VALOR AFECTIVO · 173, 174, 176
 VALOR APRECIATIVO · 152
 VALOR COMUNICATIVO · 44
 VALOR DISTINTIVO · 289, 293, 295, 308, 309
 VALOR EPISTÊMICO · 151, 152, 153
 VALOR LINGÜÍSTICO · 282, 285, 306
 VALOR MODAL · 150, 151, 325
 VALOR PRAGMÁTICO · 299
 VALOR SEMÂNTICO · 299, 352
 VALOR VERITATIVO · 147, 165, 166, 168, 169, 170
 VALORAÇÃO · 168
 VARIAÇÃO · 355
 VARIAÇÃO MORFEMÁTICA · 355
 VASCONCÉLLOZ, ANTÓNIO GARCIA RIBEIRO · 84
 VERBO · 54
 VERBOS AFECTIVOS · 115
 VERBOS MODAIS · 146, 156, 162
 VERNEY, LUÍS ANTÓNIO · 360
 Vilela, MÁRIO · 353
 VÍRGULA · 192, 196, 197, 203, 227
 VÍRGULAS ALTAS · 195
 VOCÁBULO · 345
 VOCÁBULO-FRASE · 343, 345, 347
 Voqel, IRENE · 272, 273, 290, 306

W

WILMET, MARC · 73, 127, 156

Z

ZÉNODO TO DE ÉFESO · 200



ÍNDICE GERAL

Capítulo I - INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo II - EXCLAMAÇÃO E "SINTAXE".....	31
2.1. Intróito.....	31
2.2. A "Exclamação" na "Sintaxe".....	39
2.2.1. A "Exclamação" nas gramáticas.....	39
2.2.1.1. A "Frase exclamativa" e os "Tipos de frase".....	39
2.2.1.1.1. O critério da "intencionalidade comunicativa".....	40
2.2.1.1.2. O critério do "modo verbal".....	48
2.2.1.1.3. Outras tipificações da frase (?).....	51
2.2.1.2. A "Frase exclamativa" e a "Frase declarativa".....	61
2.2.1.2.1. Afastamento.....	61
2.2.1.2.2. Aproximação.....	69
2.2.1.3. A "Frase exclamativa" e a "Frase interrogativa".....	75
2.2.1.3.1. Aproximação.....	76
2.2.1.3.2. Simultaneidade.....	80
2.2.1.3.3. A "interrogativa indirecta".....	83
2.2.1.4. A "Frase exclamativa" e a "Frase imperativa".....	89
2.2.1.4.1. Aproximação.....	89
2.2.2. A "Exclamação" e a Sintaxe.....	96
2.2.2.1. Restringindo o espaço de análise.....	96
2.3. Conclusões parcelares.....	99

Capítulo III - EXCLAMAÇÃO E DISCURSO..... 103

3.1. Intróito.....	103
3.2. A "Exclamação" no Discurso.....	105
3.2.1. "Frase" vs. "Discurso".....	105
3.2.2. A "Exclamação" na teoria dos "Actos de fala".....	109
3.2.2.1. "Frase exclamativa" e "Acto ilocutório expressivo".....	117
3.2.2.1.1. "Tipo de frase facultativo" vs. "Acto ilocutório menor".....	127
3.2.2.1.2. Outros "tipos menores".....	134
3.2.2.2. Outros critérios.....	141
3.2.3. A "Exclamação" e a noção de "Modalidade".....	145
3.2.3.1. A "lógica modal".....	147
3.2.3.1.1. A "modalidade apreciativa".....	150
3.2.3.2. As "modalidades enunciativas".....	153
3.2.4. A "Exclamação" e a noção semântica de "Proposição".....	163
3.2.5. A "Exclamação" no esquema das "Funções da linguagem".....	171
3.2.5.1. A "Função expressiva" e o "Acto ilocutório expressivo".....	173
3.3. Conclusões parcelares.....	178

Capítulo IV - EXCLAMAÇÃO E CÓDIGO ESCRITO..... 183

4.1. Intróito.....	183
4.2. A "Exclamação" no Código escrito.....	185
4.2.1. Código escrito.....	185
4.2.1.1. Código escrito e "Pontuação".....	189
4.2.1.1.1. "Pontuação" e "Ponto de exclamação".....	192
4.2.1.1.2. Os "pontos" da "Pontuação".....	199
4.2.1.1.3. Da volubilidade.....	205
4.2.2. O "Ponto de exclamação".....	208
4.2.2.1. Da "melodia" de um sinal gráfico.....	209
4.2.2.2. Da "grafia" de uma entoação.....	213
4.2.3. "Pontuação" e "Tipologia frásica".....	215
4.2.3.1. "Ponto de exclamação" e "Frase exclamativa".....	217
4.2.3.2. Os "pontos"; as "frases".....	221
4.2.3.2.1. <i>Ad libitum</i>	224
4.2.3.3. As "frases"; os "pontos".....	227
4.2.3.3.1. Ponto de exclamação, "ponto de emoção".....	228
4.2.4. "Ponto de exclamação": relações estético-afectivas.....	234
4.2.5. Uma questão de desenho gráfico.....	246
4.3. Conclusões parcelares.....	250

Capítulo V - EXCLAMAÇÃO E PROSÓDIA..... 257

5.1. Introdução.....	257
5.2. A "Exclamação" na Prosódia	260
5.2.1. A "Exclamação" e a Entoação.....	263
5.2.1.1. A "Entoação exclamativa".....	273
5.2.1.2. A "Entoação exclamativa" e a "Tipologia frásica"	283
5.2.2. O "Valor distintivo" da Entoação: debate.....	289
5.2.2.1. A Entoação e o "Gesto vocal".....	290
5.2.2.2. Do lado de fora.....	292
5.2.3. Da alma: gesto, melodia e modalidade	296
5.2.3.1. "Melodia" e "gesto"	296
5.2.3.2. "Melodia" e "modalidade"	302
5.2.3.2.1. "Melodia", "modalidade" e contexto.....	305
5.2.4. "Entoação exclamativa": carácter discreto ou contínuo?	308
5.3. Conclusões parcelares.....	313

Capítulo VI - EXCLAMAÇÃO E INTERJEIÇÃO..... 317

6.1. Introdução	317
6.1.1. Da dignidade.....	319
6.2. A "Exclamação" e a Interjeição.....	322
6.2.1. Uma visão fragmentária.....	322
6.2.2. Uma regularidade.....	323
6.2.2.1. Uma relação obrigatória	324
6.2.2.2. Uma relação osmótica.....	329
6.2.3. Interjeição e "Sintaxe"	335
6.2.3.1. "Frase interjectiva" e "Frase exclamativa": sobreposição	337
6.2.3.2. "Frase interjectiva" e "Frase exclamativa": distanciamento	341
6.2.3.3. "Frase exclamativa" e "Vocabulo-frase".....	343
6.2.4. Interjeição e "Ponto de exclamação"	348
6.2.5. Das margens	350
6.2.5.1. "Exclamação", "interjeição", contexto	350
6.2.5.2. "Exclamação", "interjeição", onomatopeia	354
6.3. Conclusões parcelares	358

Capítulo VII - CONCLUSÕES..... 363

7.1. Da possibilidade sintáctica.....	364
7.2. Da meta discursiva.....	367

7.3. Da marca formal	370
7.4. Do registo prosódico	373
7.5. Da evidência	375
BIBLIOGRAFIA.....	381
ÍNDICE DE AUTORES.....	397
ÍNDICE DE ASSUNTOS	405
ÍNDICE GERAL.....	415